

Agrupamento de Escolas de Arraiolos

**PROJECTO
EDUCATIVO
DE AGRUPAMENTO**

2009 / 2013

MAIO DE 2010

Índice

Introdução

I- Meio Envolvente

I.1- Caracterização do Meio

I.1.1- Demografia e População

I.1.2- Estrutura Económica

II- Caracterização do Agrupamento

II.1- Espaços Físicos

II.1.1- Equipamento

II.1.2- Recursos financeiros

II.2- Caracterização da Comunidade escolar

II.3- Projectos

II.4- Parcerias e protocolos

III - Oferta Educativa do Agrupamento

IV- Levantamento de Problemas/Resultados - 2007/2008

V - Propostas de Intervenção

VI- Acompanhamento e Avaliação

VII - Conclusão

Introdução

A Escola do século XXI é, por Natureza diferente da Escola da qual é herdeira, não só pelos desafios que enfrenta, mas também pelas novas valências e competências que assume. Voltada para a comunidade educativa e parceira assumida da educação ao longo da vida, a Escola do século XXI deve assumir estas duas vertentes e deve assumir-se como um motor de desenvolvimento na região em que se insere.

Inserida num mundo em mutação vertiginosa, a Escola enfrenta diariamente evidências de uma sociedade que deve acompanhar e redireccionar, ao mesmo tempo que beneficia de uma maior autonomia que lhe permite reorientar a oferta educativa e celebrar protocolos e parcerias com instituições locais, regionais ou nacionais.

O Projecto Educativo, a par do Regulamento Interno e do Plano Anual de Actividades assume um papel fundamental no desenvolvimento da referida autonomia, enquanto orientador das práticas educativas e da sua monitorização.

É cada vez mais fundamental incrementar práticas pedagógicas novas, lançar novos desafios ao meio em que se insere, estabelecer pontes com universidades e com empresas e instituições locais e regionais que potenciem novas aprendizagens, chamar a população mais idosa ao Agrupamento, valorizar as suas aprendizagens e os seus percursos mais informais, eis o desafio fundamental que ora se coloca ao nosso Agrupamento. Contudo, é igualmente importante monitorizar, avaliar e repensar estratégias tendo em vista evolução contínua.

O Projecto Educativo do nosso Agrupamento está pois, dotado de grande autonomia e objectividade e pretende espelhar o pulsar da comunidade escolar, constituída por uma diversidade de pólos onde se cruzam alunos e agentes educativos detentores de diferentes, mas complementares saberes e perspectivas, destacando problemas que urge resolver ou minimizar, elencando estratégias e metodologias, seguindo "o rasto dos alunos" que puseram fim à sua relação institucional com o Agrupamento porque ingressaram no mundo do trabalho ou no Ensino Superior.

É um lugar-comum dizer-se que se vivem tempos difíceis para a Escola. Não obstante algum desalento, cremos que é possível implementar o presente documento, porque só assim poderemos conquistar mais autonomia, defender e aplicar os valores e princípios educativos que assumimos como nossos, porque acreditamos que já possuímos uma identidade própria.

I - Meio Envolvente

I.1 - Caracterização do Meio

I.1.1 - Demografia e População

Arraiolos é uma vila do Alto Alentejo, situada no distrito de Évora, a 136 km de Lisboa, 95Km de Espanha e a 22 km de Évora. Tem uma posição geográfica privilegiada que lhe confere potencialidades turísticas acrescidas, considerando todo o seu património cultural, arquitectónico e artístico. Integrado quase na totalidade na bacia hidrográfica do Tejo, com as ribeiras do Divor e de Tera a constituírem os seus principais cursos de água, Arraiolos é hoje um concelho rural de 2ª ordem, com uma população de 7616 habitantes, (segundo censos de 2001), com 684,08 Km², cerca de 9,45% da área do Alentejo Central, repartidos por sete freguesias, como pode se observar no quadro 1.

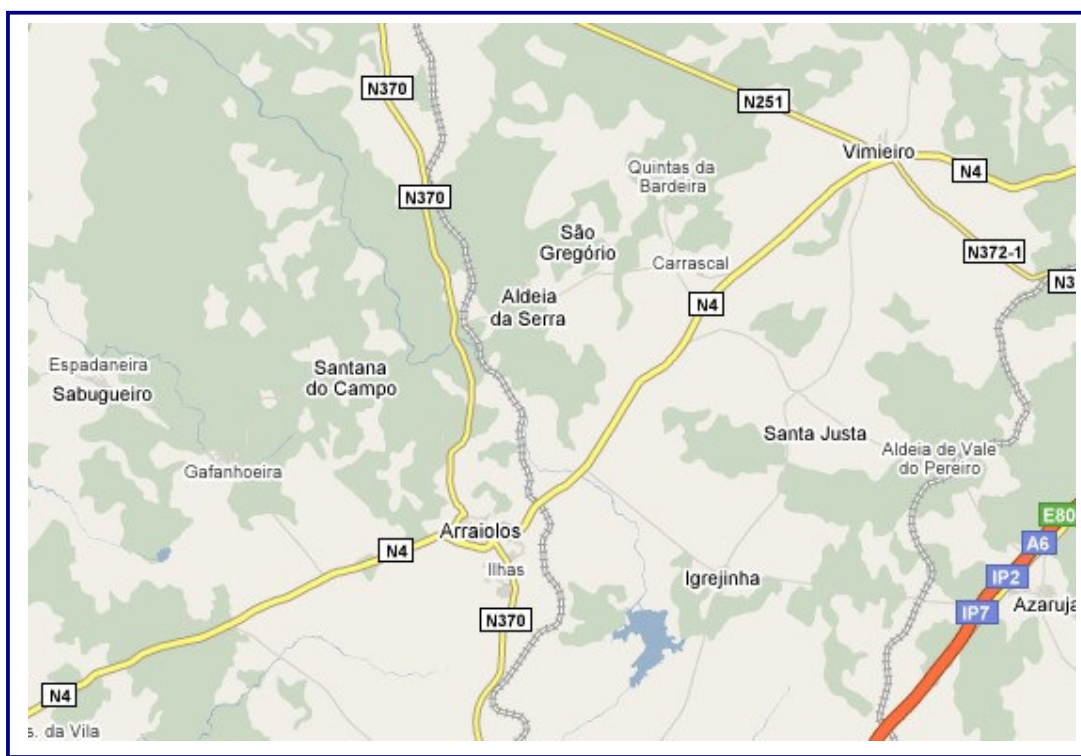


Figura 1 - O concelho de Arraiolos

O nosso concelho sofre as consequências da sua interioridade, apresentando uma densidade populacional inferior (12 habitantes/Km²) à média do Alentejo (20 habitantes/Km²).

A partir de 1940, o concelho entra em fase de regressão populacional. Na última década, registou-se o menor decréscimo populacional de todo o período, o que revela uma tendência para uma estabilização.

Quadro 1 - Freguesias do concelho de Arraiolos

Freguesias	Área km ²	%	Pop. 1991	Pop. 2001
Arraiolos	146,31	21,4	3599	3549
Igrejinha	84,63	12,4	824	769
Sabugueiro	41,19	6,0	526	453
Santa Justa	42,9	6,3	280	226
São Gregório	74,36	10,9	529	396
S. Pedro da Gafanhoeira	42,2	6,2	679	623
Vimieiro	254,47	36,9	1770	1600

Fonte: INE (Censos 2001) e PDM (1994)

Como se pode observar pelos dados que constam no quadro 1, em todas as freguesias, no período 1991-2001, verificou-se um decréscimo da população sendo mais acentuado na freguesia de Vimieiro, seguido das freguesias de S. Gregório e Sabugueiro. As freguesias onde se regista um maior número de habitantes, em 2001, são a de Arraiolos e a do Vimieiro.

Constata-se que um dos modos de inversão da tendência para o duplo envelhecimento da pirâmide etária, são os movimentos migratórios que, neste caso, têm de ser positivos. Como ponto forte do concelho verifica-se as entradas de imigrantes e de efectivos populacionais de outros.

I.1.2-Estrutura Económica

A taxa de desemprego do concelho em de 2001, à semelhança de 1991 continua a ser inferior à média regional, embora tenha sofrido uma evolução relativamente à média nacional situando-se em 7,1% enquanto a nacional é de 6,8% (censos 2001).

A repartição da população por sectores de actividade evoluiu entre 1991 e 2001, para taxas próximas da média nacional, tendo-se verificado uma diminuição de cerca de 15 pontos percentuais da população que trabalhava no sector primário e um aumento 17,9 pontos percentuais da população que trabalhava no sector terciário, como se pode observar no quadro 2.

Quadro 2 - Evolução da distribuição da população activa por sectores de actividade

	Unidade	Concelho		Alentejo		Portugal	
		1991	2001	1991	2001	1991	2001
Emprego no Sector Primário	%	31,2	16	23,2	12	10,8	5
Emprego no Sector Secundário	%	32,4	29,7	25,9	27,9	37,9	35,1
Emprego no Sector Terciário	%	36,4	54,3	50,8	60,1	51,3	59,9

Fonte: CMA

Apesar do decréscimo da população a trabalhar no sector primário, e como se pode verificar pela análise dos dados constantes na figura que se segue, o emprego dos trabalhadores por conta de outrem no sector primário ainda pesa bastante (28,1%) se comparado com os valores nacionais (1,7%). Todavia, a maior parte dos trabalhadores por conta de outrem trabalha no sector terciário (36,6%) e secundário (35,4%), tal como ocorre a nível nacional, embora com valores relativos mais baixos.

Quadro 3 - Trabalhadores por conta de outrem, segundo o sector de actividade, 2000

Unidade geográfica	Total	Primário		Secundário		Terciário	
	HM (nº)	HM (nº)	%	HM (nº)	%	HM (nº)	%
Concelho de Arraiolos	1055	296	28,1	373	35,4	386	36,6
Alentejo Central	29126	3922	13,5	11808	40,5	13396	46,0
Portugal	2048444	34316	1,7	924536	45,1	1089592	53,2

Diagnóstico Social do Concelho de Arraiolos

Ao nível do tecido empresarial, no concelho predominam as empresas na área do comércio por grosso e a retalho (CAE G). As actividades da agricultura, produção animal, caça e silvicultura, assumem uma grande importância em termos de número de empresas (19%). No que se refere ao volume de vendas, o ramo das indústrias transformadoras é aquele que tem a maior importância (48% do volume 1 de vendas total), apesar de Arraiolos representar apenas 10% do total das empresas deste ramo.

I.1.3. Grau de escolaridade da população

Como se pode observar na figura 5, a população do nosso concelho possui baixos índices de escolarização e consequentemente de iliteracia, dado que 40,7% possui apenas o 1º ciclo e 20,35 não possui qualquer grau de escolaridade. Este dado, só por si, justifica, a par do ensino regular, a aposta em percursos escolares alternativos como Cursos de Educação e Formação e Cursos Profissionais, no caso dos jovens, nos Cursos de Educação e Formação de adultos e no Centro Novas Oportunidades, no caso da população já integrada no mercado de trabalho.

Quadro 4 - Distribuição da população por nível de escolaridade

Nível de escolaridade	População
Sem escolaridade	1549
1º Ciclo	3098
2º Ciclo	877
3º Ciclo	695
Secundário	1000
Médio	20
Superior	377

Fonte: Diagnóstico Social do Concelho de Arraiolos

I.2 - Ofertas do Meio

O Agrupamento estabelece parcerias, nas áreas de desporto, lazer e cultura, usufruindo dos diversos recursos humanos e materiais disponíveis, de forma a enriquecer as aprendizagens. Tendo em conta a distância entre os diversos estabelecimentos de educação/ensino e a escola sede poderão os mesmos beneficiar da utilização dos espaços e equipamentos existentes nas diferentes localidades.

I.2.1. Equipamentos complementares ao ensino

Quadro 5 - Infra-estruturas desportivas e de lazer

Freguesia	Quantidade/Tipologia
Arraiolos	3 Polidesportivos descobertos
	1 Circuito de manutenção
	1 Piscina descoberta 25x12,5 M - 6 pistas
	1 Piscina coberta aquecida 16,66x8 M - 4 pistas
	1 Gimnodesportivo
	1 Pista de atletismo 400M + salto e lançamentos
	2 Campos de futebol 11
	2 Campos de tiro
	3 Parques Infantis
Sabugueiro	1 Campo de futebol 11
	1 Polidesportivo
	3 Linhas de tiro ao alvo
	1 Parque Infantil
Santa Justa	3 Linhas de tiro ao alvo
	1 Polidesportivo descoberto
	1 Parque Infantil
Igrejinha	1 Campo de futebol 11
	1 Polidesportivo
	1 Parque Infantil
São Pedro da Gafanhoeira	1 Campo de futebol 11
	1 Polidesportivo
	1 Parque infantil
Vimieiro	1 Polidesportivo descoberto
	1 Polidesportivo coberto
	1 Circuito de manutenção
	6 Linhas de tiro ao alvo
	1 Parque Urbano
	1 Parque Infantil
	1 Parque de Merendas
S. Gregório	1 Polidesportivo descoberto
	1 Parque Infantil

Quadro 6 - Associações/colectividades que desenvolvem a sua actividade nesta área:

Freguesias	Associações/colectividades
Arraiolos	Clube de Pesca Desportiva de Arraiolos
	Centro Cultural e Desportivo de Santana
	Associação Social Unidos de Santana
	Sociedade Columbófila Arraiolense
	Clube Desportivo da Malha de Arraiolos "Os Malhadores"
	Núcleo de Cicloturismo
	Associação Desportiva de Caçadores das Ilhas
	Clube Desportivo dos Caçadores de Arraiolos
	Lusitano Clube Desportivo Arraiolense
	Clube de Caçadores de Santana do campo
	Grupo União 25 de Abril
Igrejinha	Centro Social, Recreativo de Cultura e Desporto de Igrejinha
Santa Justa	Grupo Desportivo Vale Pereireense
	Grupo Musical e Recreio Valpereireense
Sabugueiro	União Futebol Clube do Sabugueiro
	Sociedade Recreativa "Irmãos Unidos" do Sabugueiro
São Gregório	Sociedade Recreativa 1º de Novembro
	Sociedade Recreativa Aldeia da Serra
São Pedro da Gafanhoeira	Clube Desportivo S. Pedrense
	Clube de Orientação Gafanhoeira-Arraiolos
	Clube Desportivo de Malha de S. Pedro da Gafanhoeira "Os Pioneiros"
	Sociedade Recreativa S. Pedrense
Vimieiro	Clube Alentejano dos Desportos Vimieirenses
	Sociedade Columbófila Flor do Alentejo
	Associação de Caçadores do Vimieiro
	Centro Nacional de Escutas - Agrupamento de Vimieiro
	Sociedade Filarmónica 1º de Abril Vimieirenses
	Sociedade Musical União Vimieirenses

Fonte: Diagnóstico Social do Concelho de Arraiolos

Quadro 7 - Infra-estruturas culturais

Freguesias	Quantidade/Tipologia
Arraiolos	1 Cine -Teatro Municipal
	1 Pavilhão Multiusos
	1 Biblioteca Municipal (possui uma sala polivalente)
Igrejinha	1 Biblioteca
	1 Museu Rural
Vimieiro	1 Sala Polivalente - Espaço Urbano de Vimieiro
	1 Sala de Espectáculos da Sociedade Musical União Vimieirense
	1 Biblioteca da Junta de Freguesia
	Centro Interpretativo do Mundo Rural

Fonte: Diagnóstico Social do Concelho de Arraiolos

Quadro 8 - Entidades que desenvolvem actividades culturais

Freguesias	Entidade
Arraiolos	Casa das Artes
	Rancho Etnográfico "Os Camponeses de Arraiolos"
	Associação Social Unidos de Santana
	Associação de Jovens de Arraiolos
Igrejinha	Centro Social, Recreativo de Cultura e Desporto de Igrejinha
Santa Justa	Grupo Musical e Recreio Valpereirense
Sabugueiro	Associação de Jovens do Sabugueiro
Vimieiro	Sociedade Musical União Vimieirense
	Sociedade Filarmónica 1º de Abril Vimieirense
	Jovens Vimieirenses em Movimento

Fonte: Diagnóstico Social do Concelho de Arraiolos

Quadro 9 - Outros equipamentos com relevância para o município:

Equipamento	Informação
ATL 's	Associação Social Unidos de Santana do Campo.
Oficina da Criança	Actividades de ocupação de tempos livres para crianças.
Espaços Internet	Biblioteca Municipal, Associação de Desenvolvimento Local o "Monte", Junta de Freguesia de Vimieiro, Centro Social Recreativo de Cultura e Desporto de Igrejinha, Sociedade Recreativa de S. Pedro da Gafanhoeira, Associação de Jovens de Sabugueiro e Associação Social Unidos de Santana do Campo.
UNIVA	É um projecto promovido pela Câmara Municipal de Arraiolos em cooperação com o IEFP/Centro de Emprego de Évora. A sua acção é dirigida aos jovens à procura do 1º emprego, estudantes, desempregados e empresários.

Fonte: Diagnóstico Social do Concelho de Arraiolos

II- Caracterização do Agrupamento

II.1 - Espaço Físico

Escola/ Estabelecimento de ensino	Tipo	Data de construção	Nº de salas	Refeitório	Outros Espaços	Casas de Banho	Estado de conservação	Aquecimento	Espaço exterior
Escola EB 2,3/S Cunha Rivara*	Construída para o efeito	Anos 70 com alterações posteriores	54	1	Laboratórios 5 Sala de EDM 1 Salas de ET 2 Salas de EVT 2 Salas TIC 5 Bufete 1 Sala DT 1 Sala GSSBE Espaço CNO Biblioteca Sala de Profs. Sala NEE Sala convívio Ginásio Cozinha	Em todas áreas do edifício	Do bom ao razoável	Salas voltadas a norte	Campo de jogos/Atletismo
Jardim de Infância da Igreja	Adaptado de uma antiga Escola Primária	1983/84	1	1	- Sala de actividades Cozinha	4	Razoável	Ar condicionado e aquecedores	Pequeno espaço vedado
Jardim de Infância de S. Pedro	- Construído para o efeito	1996	1	1	- Sala de actividades Cozinha	2	Muito Bom	Ar condicionado e aquecedores	Não está vedado e apresenta piso irregular
Jardim de Infância de Sabugueiro	- Construído para o efeito	1990	1	1	- Sala de actividades Cozinha	2	Bom	Aquecedores	Pequeno espaço vedado

Escola/ Estabelecimento de ensino	Tipo	Data de construção	Nº de salas	Refeitório	Outros Espaços	Casas de Banho	Estado de conservação	Aquecimento	Espaço exterior
Escola EB1/JI de Arraiolos	Construção recente	2009	12	1	- Sala de professores - Sala de entrada - Arrecadações - Dispensa - Refeitório/copa - Biblioteca/ Centro de Recursos/escritório - Amplos corredores e halls amplos	11	Muito Bom	Central	Pátio coberto Pátio descoberto amplo, com zona ajardinada e um rudimentar campo de futebol Zona ajardinada
Escola Básica do 1º ciclo de Igrejinha	"Outro tipo"	1979	2	-	Hall 2 Arrecadações 1 sala	2	Razoável	Aquecedores	Pátio coberto Espaço exterior amplo com espaços verdes
Escola Básica do 1º ciclo de Ilhas	"Outro tipo"	1942	1	-	Hall arrecadação	3	Razoável	Aquecedores	Pequeno pátio coberto e pequeno pátio descoberto
Escola Básica do 1º ciclo de Vimieiro	Plano dos Centenários	15/6/1969	4	1	Sala de professores 2 arrecadações 1 hall	6	Razoável	Aquecedores	Pátio coberto e espaço exterior amplo

Escola/ Estabelecimento de ensino	Tipo	Data de construção	Nº de salas	Refeitório	Outros Espaços	Casas de Banho	Estado de conservação	Aquecimento	Espaço exterior
Escola Básica do 1º ciclo de Santana do Campo **	Plano dos Centenários	-	1	-	Arrecadação	3	Razoável	Aquecedores	Pátio coberto e espaço exterior amplo
Escola Básica do 1º ciclo de Sabugueiro	Plano dos Centenários		2	-	1 hall	2	Razoável	Insuficiente Feito por aquecedores	Zona ajardinada Zona ampla com escorrega e baloiços
Escola Básica do 1º ciclo de S. Pedro da Gafanhoeira	Plano dos Centenários	-	2	-	2 Hall 2 Arrecadações	5	Razoável	Aquecedores	Pátio Coberto e zona ampla com escorrega e baloiços

Nas escolas sem refeitório, todos os alunos têm a refeição garantida nos Jardins-de-infância.

* Está previsto para Julho do corrente ano o arranque das obras para a construção de uma nova escola-sede.

** Esta escola foi encerrada no ano lectivo 2010/2011, transitando os alunos para a EB/JI de Arraiolos

O Agrupamento está devidamente equipado, em termos informáticos de acordo com as directrizes centrais. Todos os pólos, incluindo o pré-escolar e o primeiro ciclo estão equipados com computador e ligação à Internet. Existem normas/regulamentos próprios que definem os procedimentos de utilização de espaços e equipamentos específicos. São efectuados, anualmente, e disponibilizados aos interessados, os vários inventários da responsabilidade dos diferentes grupos e serviços.

Nas escolas sem refeitório, todos os alunos têm a refeição garantida nos Jardins-de-infância.

O Edifício sede do Agrupamento de Escolas, encontra-se em funcionamento desde 1979, tendo sido alvo de ampliações e algumas remodelações para responder às necessidades da comunidade educativa. Alguns espaços destinam-se à utilização dos grupos disciplinares.

Nº	ESPAÇOS
2	Laboratórios Ciências Biológicas e Geológicas
2	Laboratórios de Físico e de Química
1	Salas de Educação Tecnológica
2	Salas Educação Visual e Tecnológica
1	Laboratórios de Matemática
1	Sala de Educação Musical
4	Salas de Informática
1	Oficina de informática
54	Salas de aula
2	Salas para a equipa de Educação Especial

1	Ginásio
1	Campo de jogos/atletismo Biblioteca Escolar
1	Educação Visual

Quantidade	Outras infra-estruturas
1	Sala de convívio dos alunos
1	Bufete
8	Refeitório
2	Biblioteca *
1	Sala de Directores de Turma
1	Gabinete de Saúde e Bem-estar/ Gabinete de Psicologia e Orientação Vocacional.
1	Centro Novas Oportunidades
1	Sala de Professores
1	Sala do Clube de Fotografia
1	Sala de Estudo Sala 37**
1	Sala de LPNM (Língua Portuguesa não Materna)
1	Oficina de Expressões
1	Oficina da Matemática

* As Bibliotecas Escolares da Escola Básica 2,3/ES Cunha Rivara e Escola Básica do 1º ciclo estão integradas desde 1999 e 2002, respectivamente, na Rede de Bibliotecas Escolares e seguem as directrizes por ela emanadas, nomeadamente, as que são referidas no Manifesto da Biblioteca Escolar, aprovado pela UNESCO, na sua Conferência Geral em Novembro de 1999. Assim, a missão das bibliotecas escolares do Agrupamento, será a de "disponibilizar serviços de aprendizagem, livros e recursos que permitam a todos os membros da comunidade escolar tornarem-se pensadores críticos e utilizadores efectivos da informação em todos os suportes e meios de comunicação" Segundo a declaração política de IASL sobre Bibliotecas

Escolares: "um programa planeado de ensino de competências de informação em parceria com os professores da escola e outros educadores é uma parte essencial do programa das bibliotecas escolares". Estes serviços de aprendizagem, ainda segundo o referido manifesto, devem ser disponibilizados "de igual modo a todos os membros da comunidade escolar, independentemente da idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua e estatuto profissional ou social", sendo que, "aos utilizadores que, por qualquer razão, não possam utilizar os serviços e materiais comuns da Biblioteca, devem ser disponibilizados serviços e materiais específicos."

** Sala cedida à Associação de Pais e Encarregados de Educação, a partir das 18 horas.

II.1.1-Equipamento

O Agrupamento está devidamente equipado, em termos informáticos, de acordo com as directrizes centrais. Todos os pólos, incluindo o pré-escolar e o primeiro ciclo estão equipados com computador e ligação à Internet. Existem normas/regulamentos próprios que definem os procedimentos de utilização de espaços e equipamentos específicos.

São efectuados, anualmente, e disponibilizados aos interessados, os vários inventários da responsabilidade dos diferentes grupos e serviços.

II.1.2-Gestão de Recursos Financeiros

Para além dos financiamentos obrigatórios, Orçamento Privativo e Orçamento de Estado, o Agrupamento concorre a vários projectos

II.2-Characterização da Comunidade escolar

Designação do estabelecimento	N° crianças/alunos	N° docentes	N° Não docentes	Distância da escola sede
Jl Sabugueiro	7	1	1	16 km
Jl S. Pedro da Gafanhoeira	9	1	1	10 km
Jl Igrejinha	16	1	1	10 km
EB 1 de Sabugueiro	6	1	1**	16 km
EB 1 de S. Pedro Gafanhoeira	13	1	1*	10 km
EB 1 de Santana do Campo	8	1	-	8 km
EB1/Jl de Arraiolos	113	8 + 2 B/CR	5	-
EB 1 de Ilhas	12	1	1	2 km
EB 1 de Igrejinha	19	2	1	11 km

EB 1 de Vimieiro	78	4 + 1 ^{***}	2 + 2 ^{**}	22 km
Escola EB 2,3/S Cunha Rivara	561*	93	33	-
TOTAL	868	110	46	

FONTES: Processos de Matrícula; PRODESIS

II.3- Projectos

Encontram-se em desenvolvimento os seguintes projectos:

- Eco-Escolas
- Gabinete de Segurança, Saúde e Bem -Estar
- Plano Nacional de Leitura
- Plano de Acção da Matemática
- Participar
- Etwining
- Comenius
- O interesse pela Geometria ou o respeito pelo uso da luz
- Clube das Artes
- Programa Nacional para o Ensino do Português
- Centro de Estudos da Avifauna Ibérica
- Desporto Escolar
- Oficina vai à Escola
- Aprender Inglês a Brincar no Pré-Escolar
- Rede de Bibliotecas Escolares - Projectos promovidos pelas Bibliotecas escolares
- Museu Escolar
- Projecto Fénix
- Jornal do Agrupamento de Escolas

II.4-Parcerias e protocolos

Desde há longa data que a escola e as instituições da comunidade mantêm entre si uma relação estreita, de cooperação, quer a nível formal quer informal.

- Câmara Municipal de Arraiolos
- Associação - Monte
- Casa das Artes

- GNR
- Bombeiros voluntários
- Centro de Saúde de Arraiolos
- Santa Casa da Misericórdia de Arraiolos e de Vimieiro
- Associações Recreativas /Culturais/Desportivas do Concelho
- Centro Paroquial
- Dadores Benévolos de Sangue
- Universidade de Évora
- Associação Imagem Impressa
 - Galeria Lobo Mau
 - Universidade Sénior
- Oficina da Criança
 - Juntas de Freguesia
 - Governo Civil de Évora
 - Parque Escolar
- CRI (Centro de Recursos Inclusão) - APPACDM

III- Oferta Educativa e Formativa do Agrupamento

Apesar de este ser um Agrupamento com uma população escolar relativamente pouco numerosa, aprez-nos referir que oferece um vasto leque de áreas de formação, que passamos a referir:

Regime diurno:

- Educação pré-escolar;
- Ensino Básico: 1º ciclo;
- Ensino Básico: 2º e 3º ciclos;
- Cursos de Educação e Formação
- Ensino Secundário: 10º ao 12º Ano de Escolaridade;
 - Científico - Humanísticos (Ciências e Tecnologias e Línguas e Humanidades);
- Cursos Profissionais

- Educação Especial / Apoio Educativo (1º Ciclo) / Intervenção Precoce

Regime Nocturno:

Centro Novas Oportunidades

Acolhimento, Diagnóstico e Encaminhamento.

Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.

Formação Complementar.

Cursos de Educação e Formação de Adultos

Cursos Técnicos: Higiene e Segurança no Trabalho, Acção Educativa, Informática, Vendas e

Instalações Eléctricas (Nível Secundário de dupla Certificação).

Escolares (Nível Básico - B1,B3 e Nível Secundário).

Rede de escolas competentes para a implementação do processo subjacente ao Dec-lei n.º 357/2007 de 29 de Outubro

O Agrupamento disponibiliza também aulas de Recuperação, no caso das disciplinas com maior insucesso educativo.

O Agrupamento oferece, ainda, Actividades de Enriquecimento Curricular, no 1º ciclo: Apoio ao Estudo; Projecto do Ensino de Inglês; Clube das Ciências; Ensino da Música; Clube da Informática; Actividades Físicas e Desportivas e Expressões e Dança, tendo como parceiros a Câmara Municipal de Arraiolos e a Associação Monte.

IV – Levantamento de Problemas/Resultados – Últimos 3 anos

Foi efectuada a análise dos seguintes documentos:

- relatório da auto-avaliação;
- relatório da avaliação externa;

- relatório de sucesso e insucesso;
- relatórios dos coordenadores das estruturas de orientação educativa;
- relatórios dos professores coordenadores das bibliotecas escolares (Doc da auto-avaliação;**
- relatórios de avaliação das actividades do Plano Anual;
- relatórios anuais do Pré-Escolar.

O diagnóstico efectuado indica que necessitamos de intervir no sentido de colmatar os aspectos negativos já identificados e outros que, eventualmente, possam vir a surgir, sem descurar, no entanto, o reforço dos aspectos positivos já alcançados.

Nos quadros abaixo apresentam-se os resultados do Sucesso/Insucesso dos últimos três anos:

Folha em branco

Ensino Básico

Folha em branco

Ciclo de Ensino	Ano Lectivo	Ano de Escolaridade	% de Retenção			Classificações Negativas				Insucesso Global (%)	
			Por Ano	Disciplinas Seleccionadas			Provas de Aferição		Exame Nacional		
				LPO	MAT	ING	LPO	MAT	LPO		MAT
1.º	2006/2007	2.º	9	7	5,8		7	31			7,2
		3.º	0								
		4.º	6								
	2007/2008	2.º	-	20	16		5	10			-
		3.º	-								
		4.º	-								
	2008/2009	2.º	2,4	9	7		18	18			3,4
		3.º	4,4								
		4.º	0								
2.º	2006/2007	5.º	4,5	9,5	13,8	19,7	-	-			7,5
		6.º	3,5								
	2007/2008	5.º	10	13,5	15,6	19,1	13	17			2,5
		6.º	1,4								
	2008/2009	5.º	12,5	6,5	6,2	24,2	12,4	24,7			8,9
		6.º	5,4								
3.º	2006/2007	7.º	20	7,5	39	39,7			5	80	12,7
		8.º	4								
		9.º	14								
	2007/2009	7.º	5	5,2	17	25			21,0	47,5	5
		8.º	6								
		9.º	4								
	2008/2009	7.º	10,8	10,6	32	22			8,75	8,75	9,7
		8.º	10,4								
		9.º	7,2								

Fonte: Relatório da Equipa da Análise do Sucesso/Insucesso

1.1. Ensino Secundário

Ano Lectivo	Ano Escolar	Retenções (%)	Não Progressões, com transição de ano (em percentagem)						
			Disciplinas Seleccionadas						
			Uma		Duas		Três		
			Matemática	Biologia e Geologia	Matemática	Biologia e Geologia	Matemática	Física e Química	Educação Física
2006/2007	10.º	14,7 *	7,4						
	11.º	25,0*	3,1						
	12.º	0,0							
2007/2008	10.º	18,1*	18,1						
	11.º	16,6*		20,8	16,6	2,2			
	12.º	4,0*		4,0					
2008/2009	10.º	15,6*					15,6	3,1	3,1
	11.º	0,0	14,2						
	12.º	0,0	3,7						

* Retenções apenas no ano lectivo

1.2. Exames Nacionais do Ensino Secundário

Ano Lectivo	Disciplina		CIF (Classificação Interna Final)	CE (Classificação de Exame)	CFD Classificação Final da Disciplina	Desvio da média CIF da média CE (Apenas alunos internos)	
			<10	<10	<10	CIF>CE	CE>CIF
	Código	Designação	(%)			(%)	
2006/2007	635	Matemática A	0	16,6	5,5		4
	702	Biologia e Geologia	8,5	71,4	21,4	5,8	
	715	Física e Química	9,0	71,5	14,3	5,5	
	639	Português	0,0	10,0	0,0		0,6
2007/2008	635	Matemática A	0,0	0,0	0,0		4,3
	702	Biologia e Geologia	0,0	15,8	10,6	0,6	
	715	Física e Química	11,5	75,8	13,8	4,5	
	639	Português	0,0	44,5	11,2	1,4	
	719	Geografia A	0,0	15,4	0,0	0,2	
2008/2009	639	Matemática A	0,0	24,2	18,1	0,4	
	702	Biologia e Geologia	0,0	75	8,4	5,3	
	715	Física e Química	0,0	72,8	36,4	5,1	
	639	Português	0,0	12,5	0,0	1,4	
	719	Geografia A	0,0	21,0	10,5	0,5	
	623	História A	0,0	7,1	0,0	1,0	
	835	MACS	0,0	16,6	11,1		0,2

1.3. Correlação CIF/CE

Ano Lectivo	Disciplinas		Desvio CIF/CE do Agrupamento (%)	Desvio CIF/ CE Nacional (%%)
	Código	Designação		
2006/2007	635	Matemática	0,4	0,73
	639	Português	0,6	0,59
	702	Biologia e Geologia	5,8	0,71
	715	Física e Química	5,5	0,76
2007/2008	635	Matemática	4,3	7,10
	639	Português	1,4	0,65
	702	Biologia e Geologia	0,6	0,75
	715	Física e Química	4,5	0,76
	719	Geografia A	0,2	0,61
	623	História A		
	835	MACS		0,60
2008/2009	635	Matemática	0,4	0,77
	639	Português	1,4	0,64
	702	Biologia e Geologia	5,3	0,76
	715	Física e Química	5,1	0,81
	719	Geografia A	0,5	0,60
	623	História A	1,0	0,56
	835	MACS	0,2	0,62

V - Propostas de Intervenção

Para que os objectivos que nos propomos alcançar sejam uma linha orientadora de todos os intervenientes no acto educativo, estabelecemos dentro de cada área de intervenção os aspectos: Diagnóstico, estratégias para melhoria e metas.

Algumas destas estratégias foram estabelecidas para colmatar aspectos diagnosticados como negativos. Outras há, que é necessário implementar para consubstanciar a realidade educativa do Agrupamento não derivando necessariamente de aspectos negativos diagnosticados. Estas medidas de acção, e outras que eventualmente venham a ser consideradas pertinentes, deverão ser operacionalizadas nos Planos Anuais de Actividades, no Projecto Curricular de Escola e nos Projectos Curriculares de Turma.

Áreas de Intervenção

A. Organização Pedagógica

1-Articulação pedagógica entre os diferentes níveis de escolaridade		
Diagnóstico	Medidas de acção	Metas
Existe articulação informal	<p>1.1. Reformular o Projecto Curricular do Agrupamento no sentido de promover a articulação vertical definindo as competências a atingir:</p> <ul style="list-style-type: none"> - No final do pré-escolar; - Em cada disciplina no final de cada ciclo. <p>1.2. Criar comissões de articulação curricular entre níveis de ensino, procedendo da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none"> • fazer o diagnóstico aos alunos dos diferentes graus de ensino, relativamente à consecução das aprendizagens essenciais e competências em cada disciplina, no início do ano lectivo; • elaborar um plano de trabalho para superação das necessidades diagnosticadas com a definição das linhas de acção para cada uma das escolas do Agrupamento. <p>1.3. Promover reuniões de articulação dos três ciclos entre professores que leccionam Língua Portuguesa e Matemática no início de cada ano lectivo.</p> <p>1.4. Descompartmentar o saber das várias áreas disciplinares, através do Plano de Actividades</p> <p>1.5. Criar um tema anual unificador à volta do qual se desenvolva o Plano Anual de Actividades.</p> <p>1.6. Planificar conjuntamente, em conselho de turma, tendo sempre em conta as várias áreas curriculares disciplinares e não disciplinares.</p> <p>1.7 - Auscultar a comunidade e o município acerca dos cursos profissionais a abrir.</p> <p>1.8- Promover actividades, na Biblioteca escolar, que permitam a aproximação entre os ciclos.</p>	<p>A1-Uma articulação pedagógica formal entre os diferentes níveis de ensino</p> <p>A2- Conhecer o perfil de cada aluno, no início de cada ciclo de forma a poder actuar precocemente no desenvolvimento de estratégias conducentes à superação das suas dificuldades.</p> <p>A3 - Trabalhar de forma mais articulada com a comunidade tendo em vista os interesses dos alunos.</p>

2. Absentismo:		
Diagnóstico	Medidas de acção	Metas
Pouco significativo em termos estatísticos	<p>2.1. Responsabilizar dos alunos pelo exercício do seu direito/dever de participar nas actividades escolares, através da acção dos Professores Titulares de Turma, dos Directores de Turma e da Equipa de Apoio à Família e do Programa Escola Segura em:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reuniões do Director de Turma com os alunos que revelem maior número de faltas e seus Encarregados de Educação; • Informações regulares, sobre as faltas dos alunos, aos Encarregados de Educação; ▪ Reuniões entre a Equipa de Apoio à Família, o Programa Escola Segura e os Encarregados de Educação, sempre que se verifiquem indícios de absentismo passível que impedir a progressão do aluno. <p>2.2. Co-responsabilizar os Encarregados de Educação.</p>	A.2- Diminuir o absentismo em 2%, face aos dados referentes ao ano lectivo 2008/2009. (Só faltas injustificadas)
3. Abandono escolar		
Diagnóstico	Medidas de acção	Metas
Pouco significativo em termos estatísticos	<p>3.1. Manter estruturas curriculares diversificadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> -percursos curriculares alternativos; -cursos de educação e formação; -cursos profissionais. <p>3.2. Garantir as condições para acompanhamento adequado e atempado dos alunos com Necessidades Educativas Especiais.</p> <p>3.3. Proporcionar informação adequada sobre diferentes opções educativas disponíveis, para os alunos dos vários níveis de ensino.</p> <p>3.4. Promover reuniões, sempre que necessário entre alunos em risco de abandono, a Escola Segura e o Director de Turma.</p>	<p>A.3- Aproximar o abandono de 0%</p> <p>Fixar o maior número de alunos no Agrupamento, através da diversificação da oferta formativa</p>
4. Educação para a igualdade		
Diagnóstico	Medidas de acção	Metas

<p>Existência de ... alunos com NEE no Agrupamento de Escolas de Arraiolos</p> <p>Temos (sugiro que se altere para Existência de alguns alunos estrangeiros</p>	<p>4.1. Colaborar com os docentes na diversificação de estratégias e métodos educativos, de forma a promover a gestão de grupos, o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos.</p> <p>4.2. Promover a articulação entre todos os serviços, órgão de gestão e estruturas de orientação educativa.</p> <p>4.3. Aplicar estratégias e orientações consignadas no Decreto-Lei 3/2008 de 7 de Janeiro.</p> <p>4.4. Avaliar os alunos com NEE.</p> <p>4.5. Desenvolver planos individuais de transição e de apoio individual, através da implementação de parcerias.</p> <p>4.6. Valorizar na sala de aula e na escola, contributos e perspectivas das diversas culturas representadas na turma, na escola e na sociedade.</p> <p>4.7. Utilizar modalidades e técnicas formativas e de avaliação como modo de valorizar especificidades e percursos individuais de cada aluno.</p> <p>4.8. Incrementar o reforço curricular de 90 minutos a língua portuguesa para alunos cuja língua materna não é o português.</p> <p>4.9. Implementar normas do Português Língua não Materna de forma a responder às necessidades concretas dos alunos.</p>	<p>A.4.1 - Melhorar a inclusão de todos os alunos com NEE - Educativa e Socialmente, articulando com instituições especializadas.</p> <p>A.4.3 - Melhorar a integração de todos os alunos estrangeiros</p>
---	--	--

5. Ocupação educativa dos alunos durante todo o tempo lectivo		
Diagnóstico	Medidas de acção	Metas
<p>Pouca oferta extra curricular</p>	<p>5.1. Mobilizar os recursos humanos e materiais necessários para o acompanhamento dos alunos em caso de ausência de professor titular da turma/ disciplina.</p> <p>5.2. Criar actividades artísticas no âmbito do enriquecimento do currículo, como por exemplo, cerâmica, artes decorativas, clube de música, etc.</p> <p>5.3. Criar actividades culturais no âmbito da Língua Portuguesa.</p> <p>5.4. Manter a Biblioteca aberta das 8.20 às 18.00h, na Escola Sede, e das 9.00h às 17.30h, na Escola do 1º Ciclo.</p> <p>5.5. Mobilizar as estruturas de orientação educativa no sentido de dar uma resposta às necessidades concretas dos alunos.</p>	<p>A.5.1 - Garantir a ocupação dos alunos com actividades diversificadas</p> <p>A.5.2- Reduzir a saída de alunos do Ensino Básico das instalações durante o horário lectivo</p> <p>A.5.3. Envolver a Associação de Estudantes na elaboração dos documentos-chave do Agrupamento</p>

6. Política disciplinar comum ao agrupamento e de natureza preventiva.		
Diagnóstico	Medidas de acção	Metas
Existência de algumas situações de indisciplina	<p>6.1. Definir muito claramente o que se considera "disciplina".</p> <p>6.2. Criar um grupo (professores, funcionários e encarregados de educação) responsável pelo estabelecimento de regras de conduta que orientem as estratégias e procedimentos a ser observados pela comunidade escolar.</p> <p>6.3. Divulgar esse documento a todos os elementos da comunidade educativa.</p> <p>6.4. Realizar reuniões, no início do ano lectivo, do Conselho Executivo, sugiro que se altere para com a Direcção Executiva com alunos, Encarregados de Educação e assistentes operacionais para reflexão e esclarecimento de orientações disciplinares claras.</p> <p>6.5. Dar formação de apoio aos auxiliares de acção educativa sobre procedimentos/ relação pedagógica com os alunos.</p> <p>6.6. Assegurar procedimentos comuns entre os profissionais da escola com base num compromisso de estabelecer e manter a disciplina.</p> <p>6.7. Realizar assembleias de turma uma vez por mês e assembleias de delegados de turma uma vez por período, em que se pretende:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criar oportunidades de estimular a participação activa e construtiva dos alunos; - Mobilizar os alunos para a discussão dos seus problemas; - Preparar os alunos para pensar e resolver conflitos; - Permitir aos alunos a tomada de decisão e o exercício de algum grau de poder, bases para a criação de um sentido de responsabilidade e motivação. <p>6.8 - Implementar outras acções de prevenção / resolução de problemas de carácter disciplinar.</p>	<p>A.6.1 - Diminuir em 2% o número de processos de natureza disciplinar</p> <p>A.6.2 - Criar registos que permitam aferir do impacto das acções de carácter disciplinar.</p> <p>A.6.3. - Prevenir eventuais e potenciais situações de bullying através de uma actuação precoce e concertada entre pessoal não docente, professores, SPO e Escola Segura.</p>
7. Educação para a segurança e saúde		
Diagnóstico	Medidas de acção	Metas
Alguns alunos não manifestam hábitos de	<p>7.1. Dotar o Gabinete de Saúde Segurança e Bem-Estar de todos os meios necessários ao desenvolvimento do seu projecto, no sentido de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Intervir ao nível do Bar através de aconselhamento e promoção de escolhas saudáveis 	<p>A.7.1 - Aumentar em 5% o consumo de sopas</p> <p>A.7.2 - Aumentar em 5% a assiduidade /realização de actividade física</p> <p>A.7.3 - Integrar 5% dos alunos com excesso de</p>

<p>vida saudáveis</p> <p>Não existe por parte do Agrupamento um processo de avaliação dos serviços de refeições e transportes, envolvendo os principais intervenientes</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Intervir ao nível do Refeitório na selecção de ementas mais equilibradas e apelativas. - Divulgar informação e desenvolver competências através de acções de formação. - Desenvolver um projecto, de acordo com o Despacho 15987/2006, com um plano de actividades aprovado anualmente - Apoiar projectos de turmas no âmbito da Educação para a Saúde. <p>7.2. Intervir ao nível das empresas de fornecimento de refeições no sentido da confecção de refeições mais equilibradas.</p> <p>7.3. Desenvolver na Área de Projecto trabalhos no âmbito da alimentação saudável.</p> <p>7.4. Co-responsabilizar todos os utilizadores dos vários espaços escolares pelo seu estado de higiene, limpeza e segurança.</p> <p>7.5. Fomentar práticas de alimentação saudável.</p> <p>7.6. Intervir precocemente, a partir do Jardim-de-infância, no sentido da interiorização das práticas de higiene e segurança pessoal e hábitos de alimentação saudável e equilibrada.</p> <p>7.7. Impedir a saída dos alunos do Ensino Básico, da Escola, durante o período lectivo</p> <p>7.8. Verificar as condições e sinalização de segurança nas imediações da Escola.</p> <p>7.9. Aumentar a frequência de consultas de planeamento familiar.</p> <p>7.10. Criar um processo de avaliação dos serviços de refeições e transportes</p> <p>7.11. Dinamizar, em área de projecto, actividades de combate à agressividade/violência em turmas onde o problema seja mais premente.</p>	<p>peso/obesidade em programas adequados</p> <p>A.7.4 - Reduzir o consumo de substâncias psicoactivas.</p> <p>A.7.5 - Diminuir em 5% o número de ocorrências disciplinares.</p> <p>A.7.6 - Diminuir o número de utilizações da contracepção de emergência na população escolar.</p>
--	--	--

8. Competências ao nível das Tecnologias de Informação e Comunicação.		
Diagnóstico	Medidas de acção	Metas
<p>Equipamento insuficiente ou inadequado</p> <p>As crianças</p>	<p>8.1. Continuar a promover a progressiva utilização das TIC nos processos de ensino-aprendizagem a nível de turma.</p> <p>8.2. Sempre que possível, organizar os tempos lectivos da Área de Projecto nos espaços equipados com computadores.</p> <p>8.3. Adquirir novo equipamento informático e implementar a sua manutenção periódica</p>	<p>A.8 - Todos os alunos, ao terminarem o ensino básico dominam competências nesta área.</p> <p>A.9 - Todas as crianças da Educação Pré-Escolar</p>

do pré-escolar não estão envolvidas nas actividades das TIC promovidas pelo Agrupamento	<p>8.4. Fazer cumprir regras para a utilização do equipamento existente.</p> <p>8.5. Rentabilizar o Plano Tecnológico para a Educação.</p> <p>8.6. Envolver as crianças do pré-escolar nas actividades das TIC promovidas pelo Agrupamento.</p> <p>8.7- Aumentar o espaço da biblioteca da EB1/ JI de Arraiolos, por forma a permitir a introdução de mais computadores, dando assim lugar à possibilidade de utilização destes recursos por uma turma.</p> <p>8.8- Promover, na Biblioteca Escolar, actividades que permitam melhorar as competências de todos os alunos em termos de capacidade de utilização e gestão da informação, permitindo-lhes desta forma, melhorar a sua literacia.</p>	utilizam, à entrada do 1º Ciclo, o PC.
---	---	--

9. Comportamentos no âmbito da Educação Ambiental		
Diagnóstico	Medidas de acção	Metas
<p>Fragilidades a nível da educação ambiental</p> <p>Existência de deficiências e carências ao nível do espaço/equipamentos dos jardins-de-infância</p> <p>Espaços destinados à área das ciências nos</p>	<p>9.1. Desenvolver o programa Eco - Escolas, mobilizando todos os esforços para a aplicação do seu Plano de acção no âmbito dos temas: -biodiversidade, gestão da água, gestão da energia, resíduos, espaço interior e exterior da escola, aquisições e política ambiental.</p> <p>9.2. Apoiar projectos de turmas no âmbito do Projecto Eco - Escolas.</p> <p>9.3. Envidar esforços no sentido de melhorar o acondicionamento de substâncias reagentes e encaminhamento adequado de resíduos.</p> <p>9.4. Adquirir equipamento utilizando as energias alternativas para climatização das salas de aula e os jardins-de-infância de Arraiolos e Sabugueiro.</p> <p>9.5 . Promover o isolamento de salas e outros espaços de forma a minimizar as perdas de energia.</p> <p>9.6. Aplicar medidas de boas práticas de consumo de energia.</p> <p>9.5. Apresentar um projecto de embelezamento dos espaços exteriores.</p> <p>9.6. Sensibilizar a autarquia para melhorar e vedar o espaço exterior do JI de S. Pedro da Gafanhoeira e Igrejinha.</p> <p>9.7. Pressionar a autarquia para solucionar a infiltração de água da chuva no telhado do JI de S. Pedro da Gafanhoeira e nas clarabóias do jardim-de-infância de Arraiolos.</p> <p>9.8. Melhorar o espaço exterior do JI de Sabugueiro para evitar as inundações</p>	<p>A.9.1 - todas as salas terão papelões</p> <p>A.9.2 - a recolha de óleos é efectuada</p> <p>A.9.3 - espaços exteriores melhorados</p> <p>A.9.4 - é feita compostagem</p> <p>A.9.5 - gestão mais eficiente dos resíduos</p> <p>A.9.6 - diminuição de 3% no consumo energético</p> <p>A.9.7 - diminuição de 3% no consumo de papel</p>

JI deficientemente apetrechados	<p>provocadas pelo deficiente escoamento das águas pluviais.</p> <p>9.9. Colocar dispositivos de papel para limpar as mãos nas casas de banho dos adultos e nas salas de actividades de todos os jardins-de-infância e suportes para papel higiénico nas casas de banho das crianças do jardim-de-infância de Arraiolos.</p> <p>9.10. Apetrechar nos jardins-de-infância os espaços destinados à área das ciências.</p> <p>9.11- Colocar mais dispositivos em todas as escolas que permitam a selecção de lixos e sensibilizar toda a comunidade educativa para o fazer, dando especial atenção ao papel dos assistentes operacionais, no final deste processo.</p>	
10. Alunos com resultados escolares de excelência.		
Diagnóstico	Medidas de acção	Metas
Aumento do número de alunos que reúnem os requisitos	<p>10.1. Divulgar no Boletim Municipal, anualmente, os Quadros de Excelência.</p> <p>10.2. Promover cerimónia pública para entrega dos prémios/diplomas.</p>	A.10 - Aumentar o número de alunos que reúnem condições para integrar o referido quadro

11. Alunos com excelentes resultados de mérito desportivo em representação da escola.		
Diagnóstico	Medidas de acção	Metas
Inexistência de quadro de mérito desportivo	<p>11.1. Criar quadros de mérito desportivo.</p> <p>11.2. Elaborar um regulamento específico para o Quadro de Mérito Desportivo.</p> <p>11.3. Incluir o Quadro de Mérito Desportivo no Regulamento Interno do Agrupamento.</p>	<p>A.11 - Aumentar a frequência do desporto escolar em 5%</p> <p>A.12 - Diversificar a oferta de modalidades do Desporto Escolar</p>

B. Aprendizagem dos Alunos

1. Insucesso nas disciplinas de Inglês e Matemática		
Diagnóstico	Medidas de acção	Metas
Evidência de algum insucesso	1.1. Responsabilizar o Conselho de Docentes, e os respectivos grupos disciplinares pela definição de estratégias adequadas ao favorecimento de mais e de melhores aprendizagens em Inglês e Matemática.	B.1- Reduzir o insucesso na disciplina de Matemática.

<p>Insucesso elevado a Inglês</p>	<p>1.2. Manter espaços para actividades educativas no âmbito da Matemática, nomeadamente a "Oficina da Matemática".</p> <p>1.3. Continuar a desenvolver os concursos "Problematizando", "Problema do Mês", etc.</p> <p>1.4. Garantir para o desenvolvimento das actividades de Estudo Acompanhado do 2º ciclo, um docente da área das línguas e outro da área científica.</p> <p>1.5. Garantir para o desenvolvimento das actividades de Estudo Acompanhado do 3º ciclo, um docente de Matemática e outro de Língua Portuguesa.</p> <p>1.6. Dar continuidade ao projecto Inglês a Brincar no Pré-Escolar e à aprendizagem do Inglês nas AEC do 1º Ciclo.</p> <p>1.7- Enfatizar, junto dos encarregados e educação, a importância da frequência das aulas de inglês no primeiro ciclo, em virtude de estas ainda não serem de frequência obrigatória.</p> <p>1.6. Identificar os alunos com graves dificuldades a Inglês, de forma a desenvolver estratégias de actuação com os mesmos alunos.</p> <p>1.7. Elaborar um plano de acção para suprir as dificuldades dos alunos nesta disciplina.</p> <p>1.8. Divulgar e avaliar o plano de acção.</p>	<p>B.2 - Alargar a aprendizagem do Inglês a todas as crianças do Agrupamento antes do 2º Ciclo</p> <p>B.6 - Reduzir o insucesso na disciplina de Inglês.</p>
-----------------------------------	--	--

2. Sucesso/Insucesso nos 1º, 2º e 3º ciclos		
Diagnóstico	Medidas de acção	Metas
Taxas de sucesso entre 90 e 100%	2.1. Nas disciplinas em que tal se verifica é de manter as estratégias adoptadas.	B.2.1 - Manter a taxa de sucesso entre 90 e 100%
Taxas de sucesso entre 70 e 89%	2.2. Devem ser implementadas medidas de apoio a definir pelos conselhos de docentes/de turma /grupos disciplinares.	B.2.2 - Aumentar a taxa de sucesso (3%)
Taxas de sucesso abaixo de 70%	2.3. Devem ser implementadas medidas de apoio a definir pelos conselhos de docentes/de turma /grupos disciplinares. 2.4. Equacionar a adopção de medidas de reforço curricular. 2.5. Implementar a constituição de "ninhos", a nível do 3º ano de escolaridade,	B.2.3 - Aumentar a taxa de sucesso para 96%, no 3º ano de escolaridade, e em 5% nos restantes anos de escolaridade do 1º ciclo

	no âmbito do Projecto Fénix.	
3. Sucesso/Insucesso no Ensino Secundário		
Diagnóstico	Medidas de acção	Metas
Taxas de sucesso entre 90 e 100%	3.1. Nas disciplinas em que tal se verifica é de manter as estratégias adoptadas e implementar medidas para potenciar o sucesso.	B.3.1 - Manter ou melhorar a taxa de sucesso
Taxas de sucesso entre 70 e 89%	3.2. Devem ser implementadas medidas de apoio a definir pelos conselhos de turma /grupos disciplinares.	B.3.2 - Aproximação à média da taxa de sucesso a nível nacional B.3.3 - aumentar a taxa de conclusão do ensino secundário (3%)
Taxas de sucesso abaixo de 70%	3.3. Devem ser implementadas medidas de apoio a definir pelos conselhos de turma /grupos disciplinares.	B.3.5 - Aproximação à média da taxa de sucesso a nível nacional B.3.6 - Aumentar a taxa de conclusão do ensino secundário (3%)

4. Sucesso/Insucesso nas Provas de Aferição/Exames Nacionais		
Diagnóstico	Medidas de acção	Metas
1º e 2º ciclos - Melhoria de resultados	4.1. Continuar com a realização de Provas de Aferição Experimentais, no 1º ciclo. 4.2. Dar continuidade às estratégias adoptadas e aumentar a qualidade do sucesso.	B.4.1 - Aproximação à média da taxa de sucesso a nível nacional B.4.2 - Aumentar a taxa de conclusão do 1º e 2º ciclos (5%)
3º ciclo - Melhoria de resultados	4.3. Dar continuidade às estratégias adoptadas e aumentar a qualidade do sucesso.	B.4.3 - Aproximação à média da taxa de sucesso a nível nacional B.4.4 - Aumentar a taxa de conclusão do Ensino Básico (5%)
Ens. Sec.- Melhoria de Resultados	4.4. Devem ser implementadas medidas de apoio a definir pelos conselhos de turma /grupos disciplinares. 4.5. Considerar a utilização de um bloco semanal de 90 minutos para reforço de aprendizagens.	B.4.5 - Aproximação à média da taxa de sucesso a nível nacional B.4.6 - Aumentar a taxa de conclusão do Ensino Secundário (3%)

C. Funcionamento do Agrupamento

1. Inter-ligação entre as escolas do agrupamento		
Diagnóstico	Medidas de acção	Metas
Interligação dificultada devido à dispersão geográfica das escolas	<p>1.1. Melhorar a circulação de informação pelas várias Estruturas de Orientação Educativa do Agrupamento.</p> <p>1.2. Planificar projectos comuns às Escolas do Agrupamento.</p> <p>1.3. Planear algumas visitas de estudo com alunos de diferentes níveis de ensino.</p> <p>1.4. Priorizar as visitas de estudo que resultam de projectos interdisciplinares.</p> <p>1.5. Implementar um trabalho em rede com outros Agrupamentos.</p>	<p>C.1.1 - 5% das visitas de estudo são partilhadas</p> <p>C.1.2 - Existe pelo menos um projecto comum</p>

2. Utilização dos recursos existentes nas escolas.		
Diagnóstico	Medidas de acção	Metas
Existência de Bibliotecas Escolares	<p>2.1. Aumentar o número de requisições de material impresso.</p> <p>2.2. Garantir a qualidade de serviço.</p> <p>2.3. Desenvolver acções de promoção da leitura.</p> <p>2.4. Implementar acções de formação no âmbito da literacia da informação.</p> <p>2.5. Criar actividades e produtos de divulgação.</p>	<p>C.2.1- Manter as percentagens alcançadas em 2009/10</p> <p>C.2.2- Obtenção de "Bom" nos itens chave do inquérito final</p> <p>C.2.3- Obtenção de "Bom" nos itens chave do inquérito final</p>
Existência do projecto CRIE	<p>2.7- Promover actividades que levem toda a comunidade educativa a frequentar a biblioteca e a melhorar os seus hábitos de utilização deste espaço, melhorando as suas competências como leitores, utilizadores e gestores de informação;</p> <p>2.6. Manter um Coordenador das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) com a responsabilidade de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaborar um plano de acção anual para as TIC de forma a promover a utilização das TIC nas actividades lectivas e não lectivas, abrangendo todos os elementos da comunidade educativa e todos os ciclos; 	<p>C.2.4 -5% da comunidade educativa inscrita</p> <p>C.2.5- Melhorar as competências dos leitores</p> <p>C.2.5 - Obtenção de "Bom" nos itens chave do inquérito final</p> <p>C.2.6 - Aumentar a taxa de requisições de material informático</p>

	<ul style="list-style-type: none"> • Zelar pelo funcionamento dos computadores e das redes nas Escolas do Agrupamento. <p>2.7. Contratar um técnico de informática (no âmbito de um contrato de autonomia).</p>	
--	--	--

D. Relação Escola / Comunidade

1. Parcerias na resolução de problemas.		
Diagnóstico	Medidas de acção	Metas
Existência de importantes parcerias	<p>1.1. Articular o trabalho do professor Titular de Turma e do Director de turma com os diferentes parceiros.</p> <p>1.2. Manter os protocolos existentes.</p> <p>1.3. Garantir as condições de funcionamento para os estágios dos cursos profissionais</p> <p>1.4. Promover candidaturas do Agrupamento a Projectos de entidades parceiras.</p> <p>1.5 - Utilizar as parcerias estabelecidas para afectar recursos humanos inexistentes (SPO).</p>	D.1 - Parcerias com dinamismo cada vez mais acentuado
Inadequação dos horários das aulas de nataçao dos jardins de infância de Igreja, Sabugueiro e S. Pedro da Gafanhoeira	<p>1.5. Planificar os horários do Projecto de Nataçao em parceria com a CMA tendo em conta a distância a ser percorrida até à piscina e vice-versa pelas crianças dos jardins-de-infância de Igreja, Sabugueiro e São Pedro, de maneira a que estes JI ocupem o primeiro horário da manhã.</p>	
2. Participação dos Encarregados de Educação na vida do Agrupamento.		
Diagnóstico	Medidas de acção	Metas
Pouca participação dos encarregados de educação;	<p>2.1. Quantificar e tipificar as presenças dos Encarregados de Educação por turma.</p> <p>2.2. Definir estratégias de acção para melhorar a participação dos Encarregados de Educação por turma.</p> <p>2.3. Criar actividades e mecanismos diversificados que impliquem a aproximação das</p>	D.2.1 - Aumentar, em 5%, os níveis de participação nas reuniões

Desconhecimento da identidade da Escola	<p>famílias à escola.</p> <p>2.4. Assegurar a estabilidade da representação da Associação de Pais nos órgãos em que têm assento.</p> <p>2.5. Promover a participação de todos os agentes educativos nas diversas estruturas de gestão e administração da escola, nos conselhos de turma e nas actividades da escola.</p> <p>2.6. Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma/grupo e outros projectos.</p> <p>2.7. Promover encontros/seminários/colóquios em torno de temáticas educativas</p> <p>2.8. Implementar sessões de formação sobre o funcionamento geral da Escola.</p>	
---	---	--

3. Componente de apoio à família		
Diagnóstico	Medidas de acção	Metas
Espaços para a prática das actividades de apoio à família necessitam de ser adaptados	3.1. Analisar cada JI em particular para que, no que for necessário e possível, sejam criados espaços próprios com materiais polivalentes, sem as características estruturadas das salas de actividades.	D3 - Conseguir, de forma faseada, e todos os pólos do Agrupamento, espaços adequados às actividades de apoio à família

E. A Formação dos Membros da Comunidade Educativa

1. Formação centrada no processo de desenvolvimento do Projecto Educativo e do Projecto Curricular do Agrupamento.		
Diagnóstico	Medidas de acção	Metas
Diagnóstico desactualizado	<p>1.1. Identificar as necessidades formativas em matéria de construção, desenvolvimento e avaliação do Projecto Curricular do Agrupamento e dos Projectos Curriculares de Turma e organizar acções de formação nessas áreas.</p> <p>1.2. Realizar acções de formação centradas nas temáticas da construção de sistemas de informação do Agrupamento e da avaliação do PEA.</p>	E.1 - Considerar, para efeitos de avaliação do desempenho, a formação efectuada nas áreas ambiental, da saúde, áreas científicas, ciências da educação e áreas curriculares não disciplinares.

	<p>1.3. Considerar prioritária a participação em acções de formação no âmbito da Educação para a Saúde e do Ambiente.</p> <p>1.4. Criar uma base de dados de monitorização.</p> <p>1.5. Dar continuidade ao Programa de Avaliação da Escola:</p> <p style="padding-left: 20px;">A. Avaliação Interna - auto-avaliação (CAF);</p> <p style="padding-left: 20px;">B. Avaliação Externa - Benchmarking</p>	
--	---	--

2. Formação para todos os elementos da comunidade educativa tomando em consideração as necessidades diagnosticadas.		
Diagnóstico	Medidas de acção	Metas
<p>Incertezas quanto a acções de formação creditadas</p> <p>Falta de formação do pessoal auxiliar</p> <p>Animadoras com pouca formação</p>	<p>2.1. Garantir aos educadores de infância e professores dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário adquiram anualmente formação ao nível da sua área disciplinar.</p> <p>2.2. Assegurar, anualmente, respostas formativas nos domínios da qualidade e da modernização administrativa, especialmente vocacionadas para o pessoal dos serviços de administração escolar.</p> <p>2.3. Promover formação para os assistentes operacionais, com especial incidência na função de cada interveniente no processo educativo e nas temáticas da relação pedagógica.</p> <p>2.4. Sensibilizar a autarquia para a necessidade da contratação de animadores e assistentes operacionais com formação adequada.</p> <p>2.5. Organizar jornadas de formação, especialmente vocacionadas para pais e encarregados de educação, em que sejam abordadas temáticas relacionadas com o processo educativo / formativo dos alunos.</p> <p>2.6. Desenvolver acções no âmbito de estilos de vida saudáveis, promovidas pelo Gabinete de Saúde e Bem-Estar.</p> <p>2.7. Definir um plano estratégico de formação.</p> <p>2.8. Dar continuidade ao aproveitamento dos recursos existentes para a realização de formação ao pessoal docente e não docente.</p>	<p>E.2.1 - O GSSBE oferece pelo menos 50 horas de formação</p> <p>E.2.2- Existência de uma equipa responsável pelo levantamento das necessidades de formação</p> <p>E. 2.3. Garantir que todos os membros do pessoal docente e não docente têm a formação anual mínima exigida para a progressão.</p>

AGRUPAMENTO ESCOLAS ARRAIOLOS

AGRUPAMENTO ESCOLAS ARRAIOLOS

AGRUPAMENTO ESCOLAS ARRAIOLOS

AGRUPAMENTO ESCOLAS ARRAIOLOS

AGRUPAMENTO ESCOLAS ARRAIOLOS

AGRUPAMENTO ESCOLAS ARRAIOLOS

AGRUPAMENTO ESCOLAS ARRAIOLOS

AGRUPAMENTO ESCOLAS ARRAIOLOS

AGRUPAMENTO ESCOLAS ARRAIOLOS

AGRUPAMENTO ESCOLAS ARRAIOLOS

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ARRAIOLOS

REGULAMENTO INTERNO 2009/2013

Introdução

A Escola como centro da acção educativa pressupõe a criação de condições que possam reforçar e desenvolver o exercício da respectiva autonomia pedagógica e administrativa.

Assim, o presente documento elaborado nos termos do regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, aprovado pelo Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de Abril, visa, não só o desenvolvimento da legislação aplicável, mas também a adequação à realidade do agrupamento das regras de convivência e de resolução de conflitos na respectiva comunidade educativa.

O Agrupamento de Escolas de Arraiolos, à semelhança de outras Escolas e Agrupamentos, assenta a sua autonomia pedagógica em três documentos fundamentais: o Projecto Educativo, o Projecto Curricular de Agrupamento e o presente documento, o Regulamento Interno. No presente ano lectivo será elaborado um outro documento, o Contrato de Autonomia, que uma vez aprovado permitirá colmatar algumas falhas nomeadamente pela contratação de um psicólogo, um operador informático e ainda estabelecer uma avença com um jurista.

Assim, este Regulamento Interno pretende garantir e promover a aquisição e manutenção de atitudes e valores fundamentais ao exercício de uma cidadania responsável, por parte de toda a comunidade educativa, bem como, valorizar a escola enquanto espaço de educação.

A autodisciplina é necessária no desenvolvimento da personalidade dos educandos. A Escola deve criar e fomentar regras que levem toda a comunidade educativa a fazer uso dos seus direitos e a responsabilizar-se pelo cumprimento dos seus deveres, imprimindo à sua prática educativa o sentido do respeito para com o outro e pela diferença.

Toda a comunidade educativa deve cumprir e fazer cumprir este Regulamento, visando a melhoria da qualidade de ensino e a humanização da escola.

Capítulo I

Princípios Orientadores da Administração das Escolas

A administração das escolas subordina-se aos seguintes princípios orientadores:

1. Respeito pelo pluralismo e liberdade de expressão, orientação e opinião;
2. Democraticidade e participação de todos os intervenientes no processo educativo, de acordo com o disposto na lei e no presente regulamento;
3. Primado de critérios de natureza pedagógica e científica sobre critérios de natureza administrativa e financeira;
4. Representatividade dos órgãos de administração e gestão, garantida pela eleição democrática dos representantes da comunidade educativa;
5. Responsabilização do estado e dos diversos intervenientes no processo educativo;
6. Estabilidade e eficiência da gestão da escola, garantindo a existência de mecanismos de comunicação e informação;
7. Transparência dos actos de administração e gestão.

Secção I

O Agrupamento

Artigo 1º

Definição

1. O Agrupamento de Escolas de Arraiolos foi homologado em 14/05/04, por despacho da Direcção Regional de Educação do Alentejo.
2. É uma unidade organizacional, dotada de órgãos próprios de administração e gestão.
3. Dele fazem parte estabelecimentos de educação Pré-Escolar, escolas do 1º ciclo do ensino básico, uma escola básica dos 2º/3º ciclos e secundário e um Centro Novas Oportunidades.

Artigo 2º

Composição

O Agrupamento é composto pelos seguintes estabelecimentos de educação/ensino:

1. Jardins-de-infância de:
 - a) Sabugueiro;
 - b) S. Pedro da Gafanhoeira;
 - c) Igrejinha;
2. Escola EB1/JI de Arraiolos;
3. Escolas Básicas do 1º ciclo:
 - a. Ilhas;

- b. Igrejinha;
 - c. S. Pedro da Gafanhoeira;
 - d. Sabugueiro
 - e. Vimieiro
4. Escola Básica 2,3 com Secundário Cunha Rivara – Arraiolos – sede do agrupamento.

Artigo 3º

Finalidades

1. Favorecer o percurso sequencial e articulado dos alunos na sua área geográfica;
2. Reforçar a capacidade pedagógica dos estabelecimentos de educação e ensino que o integram e o aproveitamento racional dos recursos;
3. Garantir a aplicação de um regime de autonomia, administração e gestão comum aos estabelecimentos de educação e ensino que o integram;
4. Valorizar e enquadrar experiências em curso.

Capítulo II

Aplicação do Regulamento Interno

Secção I

Objecto e Âmbito

Artigo 4º

Enquadramento

De acordo com a definição dada no regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, publicado no Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de Abril, o Regulamento Interno é “ o documento que define o regime de funcionamento do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada, de cada um dos seus órgãos de administração e gestão, das estruturas de orientação e dos serviços administrativos, técnicos e técnico - pedagógicos, bem como os direitos e os deveres dos membros da comunidade escolar”.

1. O Regulamento Interno tem como principal objecto regulamentar o funcionamento do agrupamento, bem como, o de todos os órgãos intervenientes na comunidade Escolar.
2. De acordo com o disposto no artigo 65º do decreto de lei número 75/2008 de 22 de Abril, o presente regulamento deve ser revisto ordinariamente de quatro em quatro anos após a sua aprovação e extraordinariamente a todo tempo por deliberação do conselho geral, aprovada por maioria absoluta dos membros em efectividade de funções.
3. O presente Regulamento Interno entra em vigor após aprovação pelo Conselho Geral Transitório e homologação pela Direcção Regional de Educação.

Capítulo III

Regime de Funcionamento e Gestão

Secção I

Oferta Educativa

Artigo 5º

Regimes de Funcionamento

1. Educação Pré-Escolar
2. Ensino Básico
 - 2.1. 1º Ciclo
 - 2.2. 2º Ciclo
 - 2.3. 3º Ciclo
 - 2.4. Cursos de Educação e Formação – T1, T2 e T3
 - 2.5. Educação e Formação de Adultos – B1, B2, B3
 3. Ensino Secundário
 - 3.1. Cursos Científico – Humanísticos
 - 3.2. Cursos Profissionais:
 - 3.3. Cursos de Educação e Formação – T5
 - 3.4. Educação e Formação de Adultos de nível Secundário

Artigo 6º

Componente de apoio à família - Pré-escolar

Estas actividades devem ser objecto de planificação pelos órgãos do agrupamento, tendo em conta as necessidades das crianças e da família, em articulação com a Autarquia.

É a competência dos educadores titulares de grupo assegurar a supervisão pedagógica e a coordenação das referidas actividades.

A planificação destas actividades deve ser comunicada aos encarregados de educação no momento da inscrição e confirmada no início do ano lectivo.

Artigo 7º

Actividades de Enriquecimento Curricular -1º ciclo do ensino básico

Estas actividades são seleccionadas de acordo com os objectivos definidos nos documentos orientadores do agrupamento.

O Plano Anual de Actividades do agrupamento inclui obrigatoriamente como actividades de enriquecimento curricular:

- a) Apoio ao estudo - com pelo menos 90 minutos de duração semanal;

- b) Ensino do Inglês - com 90 minutos semanais no 1º e 2º anos e 135 minutos semanais no 3º e 4º anos.

Podem ainda funcionar actividades de enriquecimento curricular noutros domínios.

A oferta destas actividades deve ser comunicada aos encarregados de educação no momento da inscrição e confirmada no início do ano lectivo.

A frequência destas actividades depende da inscrição, por parte dos encarregados de educação, assumindo assim o compromisso da frequência pelos seus educandos, até final do ano lectivo.

De acordo com o disposto na Lei nº3/2008, de 18 de Janeiro, fica estabelecido que:

- a) As faltas às actividades de enriquecimento curricular devem ser devidamente justificadas, por escrito, pelo encarregado de educação no prazo de 3 dias úteis;
- b) No caso dos alunos não estarem inscritos em todas as actividades devem os encarregados de educação responsabilizar-se pela sua guarda durante as horas não ocupadas.
- c) - A supervisão destas actividades deve ser feita de acordo com o estabelecido na alínea f) do Despacho 16049/2008, de 26 de Maio.
- d) - Da Observação das Actividades de Enriquecimento Curricular , pelo professor titular de turma do 1º ciclo, será, mensalmente, preenchida uma ficha de observação, cujo conteúdo pode referir, entre outros, os seguintes aspectos: Motivação dos alunos, participação nas actividades, comportamento, cumprimento da planificação, relação professor/aluno e recursos utilizados. - A supervisão destas actividades deve ser feita de acordo com o estabelecido na alínea f) do Despacho 16049/2008, de 26 de Maio.
- e) - Da Observação das Actividades de Enriquecimento Curricular , pelo professor titular de turma do 1º ciclo, será, mensalmente, preenchida uma ficha de observação, cujo conteúdo pode referir, entre outros, os seguintes aspectos: Motivação dos alunos, participação nas actividades, comportamento, cumprimento da planificação, relação professor/aluno e recursos utilizados.

Artigo 8º

Actividades de Enriquecimento Curricular - 2º e 3º ciclos e Ensino Secundário

São consideradas actividades extra curriculares todas as actividades de valorização cultural, cívica, artística, física ou desportiva, bem como de inserção dos educandos na comunidade. Estas actividades, de carácter facultativo, são:

1. Clubes e ateliers, que funcionam em horário a definir no início do ano lectivo de acordo com a disponibilidade dos professores e dos alunos inscritos;
2. Desporto Escolar, de acordo com o Regulamento próprio;
3. Programas de sensibilização e intercâmbio com a comunidade local, nacional ou internacional;
4. Estágios observacionais.

Artigo 9º **Visitas de estudo**

Relativamente às visitas de estudo deve considerar-se o seguinte:

1. As visitas de estudo deverão constar do Plano Anual de Actividades do Agrupamento, a elaborar até ao dia trinta do mês de Setembro de cada ano lectivo;
2. Qualquer actividade/visita de estudo que não esteja incluída no Plano Anual de Actividades, mas que seja considerada de manifesto interesse por um ou mais docentes, deverá ser submetida à apreciação do Director, ouvido o Conselho Pedagógico;
3. As visitas de estudo para os alunos do agrupamento devem realizar-se preferencialmente no primeiro e segundo períodos lectivos;
4. Para qualquer visita de estudo, o professor responsável deve entregar, atempadamente, no Director, o pedido de transporte e o respectivo plano da visita, onde deve constar:
 - a) Definição dos objectivos específicos da visita;
 - b) Identificação do trajecto e localidades a visitar/paragens;
 - c) Relação dos nomes dos professores acompanhantes;
 - d) Indicação da(s) data(s) da realização da visita;
 - e) Os alunos e as turmas participantes;
 - f) Tipo de transporte utilizado;
 - g) A hora de partida e a hora previsível de chegada;
 - h) Em caso de pernoita, deve ainda indicar-se o local de hospedagem;
5. Ao professor responsável pela visita compete a obtenção da autorização escrita dos encarregados de educação;
6. Na escola sede, o professor responsável pela visita deve deixar no(s) livro(s) de ponto da(s) turma(s), com antecedência mínima de três dias, a relação dos alunos participantes;
7. No Pré-Escolar e no 1º ciclo cada grupo/turma deve ser acompanhado pelo professor titular;

8. Nos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e no Ensino Secundário o número de alunos acompanhados por um professor será, no máximo, de quinze;
9. Nas visitas de estudo ao estrangeiro cada grupo de dez alunos deve ser acompanhado por um professor;
10. As visitas de estudo em território nacional, com duração superior a três dias, assim como as visitas de estudo ao estrangeiro, carecem de autorização da Direcção Regional de Educação;
11. As visitas de estudo, logo que devidamente calendarizadas, devem ser comunicadas ao representante do Pré-Escolar/ 1º ciclo ou Director de Turma, por parte do professor responsável das mesmas, a fim de proceder à sua divulgação;
12. Na escola sede, os professores acompanhantes deverão deixar Plano de Aula para ser cumprido, pelos alunos não participantes nos espaços disponíveis para o efeito, durante o tempo correspondente à componente lectiva;
13. No 1º ciclo, em escolas com mais de um lugar, o professor titular deve deixar Plano de Aula a realizar pelos alunos que não estiverem autorizados a participar na visita, o qual deverá ser desenvolvido numa outra turma;
14. Caso um aluno autorizado pelo Encarregado de Educação não compareça à visita, há lugar à marcação de falta no horário lectivo correspondente;
15. Em caso de atraso no horário da chegada, o professor responsável pela visita deve avisar a escola sede, assim que for possível, para que os encarregados de educação possam ser avisados.

Artigo nº 10

Ocupação dos alunos em actividades extra-curricular

1- A ocupação dos alunos em período de interrupção lectiva, no 1º ciclo, é efectuada pelos Tempos Livres no caso das escolas o possuírem. Na escola sede é feita mediante a realização de ateliers temporários colocados à disposição dos interessados. Podem ainda organizar-se campos de férias, destinados preferencialmente a alunos carenciados.

Artigo 11º

Ocupação Plena dos alunos por ausência temporária do docente titular de turma

1. O Agrupamento é responsável pela organização e execução das actividades educativas a proporcionar aos alunos durante todo o período de tempo em que estes permanecem no espaço escolar.
2. É da responsabilidade do Director, no âmbito da organização de cada ano escolar, a programação e o planeamento das actividades educativas que proporcionem o

aproveitamento dos tempos escolares e a aprovação de um plano anual de distribuição de serviço docente.

3. A ocupação plena dos alunos deve ter como prioridade o cumprimento do currículo e dos programas de cada disciplina e nível de ensino.
4. É permitida a permuta da actividade lectiva programada entre os docentes da mesma turma com informação prévia ao Director, aos alunos e Director de Turma e entre os docentes do departamento;
5. A leccionação da aula por outro docente deve ser feita de acordo com o planeamento diário elaborado pelo docente titular de turma ou disciplina:
 - a) Na educação pré-escolar e no 1º Ciclo por docentes sem componente lectiva, em afectação administrativa;
 - b) No 1º Ciclo, por docentes colocados em Apoio Educativo ou no Ensino Especial;
 - c) Por outros docentes titulares de turma, desde que sejam distribuídos por outras turmas;
 - d) No 2º, 3º Ciclos e secundário pelos docentes que possuem no seu horário semanal as horas de trabalho de estabelecimento para assegurarem a ocupação plena dos alunos;
6. Para a concretização do número 5, e sempre que possível, o docente deve comunicar com antecedência útil a sua ausência ao Director e entregar o Plano de Aula/Actividades a desenvolver pelo docente que o irá substituir;
7. Na impossibilidade da realização das actividades curriculares, nos termos dos números anteriores, são desenvolvidas as seguintes actividades:
 - a) Na educação pré-escolar, o educador de infância deve deixar orientações de actividades educativas a desenvolver pelo assistente operacional;
 - b) No 1º Ciclo, em escolas com assistente operacional, deve o docente deixar orientações de actividades educativas a desenvolver pelo assistente;
 - c) No 2º, 3º Ciclos e secundário os alunos devem ser encaminhados para espaços disponíveis para realização do seu plano de aula e, ainda, caso necessário, para a sala de convívio onde podem desenvolver actividades e jogos educativos;
8. Para as crianças do pré – escolar devem ser asseguradas as actividades de prolongamento de horário e para os alunos do 1º ciclo deverão também ser asseguradas as actividades de enriquecimento curricular;
9. O docente ou o assistente operacional que assegura a ocupação dos períodos de ausência lectiva regista no livro de ponto da turma e, posteriormente, no livro de substituições (caso dos docentes), o sumário das actividades realizadas e as faltas dos alunos.

Artigo 12º

Actividades de Recuperação/Apoio

O despacho normativo nº50/2005, de 09/11, define, no âmbito da avaliação sumativa interna, princípios de actuação e normas orientadoras para a implementação, acompanhamento e avaliação os planos de recuperação, de acompanhamento e de desenvolvimento, como estratégia de intervenção com vista ao sucesso educativo dos alunos.

1. Por forma a assegurar condições adequadas à obtenção do sucesso educativo os alunos podem usufruir, sob proposta do professor da disciplina, ouvido o respectivo conselho de turma de aulas de:

- a) Recuperação – actividades, de frequência obrigatória, que integrem os planos de recuperação e de acompanhamento.
- b) Apoio Educativo – actividades destinadas a alunos que revelam dificuldades de aprendizagem em qualquer disciplina que não possam ser colmatadas em sala de aula.

2. Os alunos propostos devem apresentar o seguinte perfil:

2.1 Aluno interessado, empenhado, aplicado, com hábitos individuais de trabalho,

2.2 Aluno que revela dificuldades, nomeadamente ao nível da:

- a) Compreensão escrita (textos, enunciados curtos);
- b) Compreensão oral (textos lidos, informações, recados);
- c) Compreensão de conteúdos programáticos;
- d) Expressão escrita;
- e) Leitura.

3. O plano de recuperação pode integrar, entre outras as seguintes modalidades:

- a) pedagogia diferenciada na sala de aula;
- b) actividades de compensação em qualquer momento do ano lectivo;
- c) aulas de recuperação;
- d) actividades de ensino específico das diversas disciplinas;
- e) programas de tutoria;

4. Excedido o limite de 3 de faltas injustificadas o aluno será excluído das actividades de recuperação.

Artigo 13º

Programas de tutoria para apoio a estratégias de acompanhamento do aluno

1. Por forma a assegurar condições adequadas à inclusão escolar do aluno e à obtenção do sucesso educativo os alunos podem usufruir, sob proposta do director de turma:

- a) Recuperação/ apoio ao estudo.
- b) Apoio individualizado aos alunos que revelem grandes dificuldades de aprendizagem que não possam ser colmatadas em sala de aula.

2. Os alunos abrangidos por este programa devem apresentar o seguinte perfil:

- 1) Falta de hábitos de trabalho;
- 2) Falta de organização e estudo
- 3) Desinteresse pelas actividades escolares;
- 4) Dificuldades de aprendizagem;
- 5) Falta de concentração e memorização;
- 6) Desmotivação;
- 7) Instabilidade emocional;
- 8) Baixa auto-estima;
- 9) Agressividade;
- 10) Dificuldades de integração a nível da escola;
- 11) Dificuldades de integração a nível do grupo turma;
- 12) Dificuldades de relacionamento com o grupo de pares;
- 13) Problemas familiares;
- 14) Lacunas de formação a nível de valores;
- 15) Comportamentos de indisciplina;
- 16) Risco de abandono;
- 17) Outras.

Secção II
Instalações
Artigo 14º

Horário e Funcionamento dos Serviços

- 1. Os Jardins-de-infância funcionam em horário flexível, de acordo com as necessidades dos pais/encarregados de educação e a fixar em reunião a realizar para o efeito no início do ano lectivo.
- 2. As Escolas Básicas do 1º ciclo funcionam, de acordo com o horário a estabelecer no início de cada ano lectivo
- 3. A Escola Básica dos 2ºe 3º ciclos com Secundário Cunha Rivara funciona no período das 7h30m às 22h20.
- 4. Os serviços administrativos estão abertos de segunda a sexta-feira, sendo o horário das 9h00m às 17h30m.

5. O horário de funcionamento no período da noite é estipulado no início de cada ano lectivo de acordo com critérios definidos pelo Director, sobre proposta do Chefe de Serviços Administrativos.

6. Na escola sede, a papelaria/ reprografia, o bufete, o refeitório, as salas de informática e a biblioteca têm regulamentos específicos, e horário definido pelo Director no início de cada ano lectivo.

Artigo 15º

Gestão dos Espaços Escolares

1. A gestão das instalações e equipamentos visa assegurar a qualidade educativa, mediante uma valorização e rentabilização dos recursos existentes no Agrupamento.

2. O Director tem autonomia para autorizar a utilização de espaços e instalações escolares, pela comunidade local.

2.1. Nos Jardins de Infância e Escolas Básicas do 1º ciclo com coordenador de estabelecimento, cabe a este a gestão dos espaços escolares mediante orientações do Director.

2.2. Nos estabelecimentos com menos de três docentes, em exercício efectivo de funções, a gestão dos espaços escolares cabe a um dos docentes designado pelo Director.

3. São responsáveis pelas instalações e equipamentos deste Agrupamento todos aqueles que, no exercício das suas funções, assegurem o funcionamento de determinada instalação e a utilização dos respectivos equipamentos.

Artigo 16º

Espaços Escolares

1. Os estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e as Escolas Básicas do 1º ciclo são dotadas de salas de aula/actividades, casas de banho, arrecadações e algumas, de salas de professores e cantinas; existindo ainda uma Biblioteca/ Centro de Recursos a funcionar no JI/Eb1 de Arraiolos.

2. Na escola sede, além das salas de aula e de actividades, existem ainda a Biblioteca/Centro de Recursos, as Salas de Informática, o Pavilhão Gimnodesportivo, os Laboratórios, o Bufete, a Cozinha, o Refeitório e a Papelaria/Reprografia.

Artigo 17º

Definição e Normas

1. Nas diferentes instalações os serviços são assegurados por Assistentes operacionais, designados pelo Director.

2. O horário de cada instalação é definido pelo Director no início de cada ano lectivo.

3. Cada instalação tem um regulamento específico de funcionamento o qual deve estar afixado em local acessível a toda a comunidade educativa.

Artigo 18º
Director de Instalações

O Director de Instalações é um docente designado pelo Director.

1. Compete ao Director de Instalações assegurar o bom funcionamento das instalações e equipamentos didácticos ou outros.

Artigo 19º
Mandato

O cargo de Director de Instalações tem um mandato com duração de 4 anos.

Artigo 20º
Competências

São competências do Director de Instalações:

1. Planificar o modo de utilização das instalações e propor a aquisição de novo material e equipamento por ordem de prioridades, depois de ouvidos os professores do grupo;
2. Zelar pela conservação das instalações e equipamentos e detectar anomalias que comunicará ao Director;
3. Actualizar o inventário de material didáctico e entregar na secretaria até ao dia 31 de Julho.

Secção III
Equipamentos

Artigo 21º
Inventariação

Todos os equipamentos e demais material pedagógico, considerados bens duradouros devem ser inventariados pelos respectivos responsáveis, sendo que, tal inventário deve ser objecto de actualização anual, dando baixa do material, depois de ouvidos os professores do grupo.

Secção IV
Normas do Agrupamento

Artigo 22º
Normas Gerais

1. O acesso às escolas e estabelecimentos de ensino é feito pelas entradas principais.
2. Não é permitida a entrada de elementos estranhos, exceptuando os casos devidamente justificados, mediante prévia identificação, através do Bilhete de Identidade ou outro

documento de identificação e preenchimento de impresso com o assunto e o local a tratar do mesmo.

3. As vendas e mostras devidamente credenciadas são sujeitas a autorização do Director ou do coordenador de estabelecimento, efectuando-se as mesmas no átrio da escola ou em sala disponível para esse fim.

4. Todos os órgãos da escola devem elaborar um regimento próprio que respeita as disposições do presente regulamento e que, no caso dos serviços de atendimento, é afixado em local visível para os utentes.

5. Não é permitido interromper as aulas, excepto em caso de força maior ou para leitura de ordens de serviço, comunicações ou informações autorizadas pelo Director.

6. As reuniões ordinárias de conselhos de turma não necessitam de convocatória.

7. As reuniões têm início à hora marcada nas respectivas convocatórias, havendo lugar a uma tolerância de quinze minutos.

8. As reuniões devem ter a duração de duas horas, podendo prolongar-se de acordo com o previsto nos regimentos de cada órgão.

9. Na eventualidade de se verificar falta de quórum e no caso das deliberações não se revestirem de carácter urgente, a reunião fica adiada por um período de quarenta e oito horas.

10. No caso das deliberações assumirem carácter urgente, a reunião é adiada por um período de vinte e quatro horas, realizando-se a nova reunião com os elementos presentes.

11. Os documentos a analisar nas reuniões devem ser entregues, sempre que possível, com 48 horas de antecedência.

12. Os meios privilegiados de circulação de informação, são a afixação na sala de professores, a disponibilização na página electrónica do Agrupamento e o envio através do e-mail institucional individual criado especificamente para esse efeito, para docentes e não docentes.

Artigo 23º

Normas Específicas para os Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e Escolas de 1ºCiclo

1. Todos os docentes e assistentes operacionais devem assinar diariamente o livro de ponto.

2. A abertura e fecho das instalações são da responsabilidade dos assistentes operacionais, os quais possuem as chaves de todos os espaços.

2.1.No caso de impedimento desta função por parte dos mesmos, esta ficará a cargo da pessoa nomeada para o efeito.

Artigo 24º

Normas Específicas da Escola Sede

1. Os contactos dos Encarregados de Educação com os Directores de Turma, fora da hora de atendimento, ou com outros professores, são precedidos de contacto telefónico entre a portaria e os visados, a fim verificar a sua disponibilidade para a visita.
2. A cedência de instalações da escola fica sujeita à anuência do Director, no âmbito da legislação em vigor e aprovada pelo Conselho Geral.
3. O custo da cedência é aprovado anualmente em Conselho Geral, variando este de acordo com a especificidade da solicitação.
4. Os assistentes operacionais e assistentes administrativos da escola estão obrigados à assinatura diária do respectivo livro de ponto.
5. As horas referentes às actividades da componente lectiva e não lectiva são assinadas em livros próprios.

Artigo 25º

Cartões Identificativos

Para utilizar na escola sede:

1. A cada elemento da comunidade escolar é atribuído, gratuitamente, um cartão electrónico, pessoal e intransmissível;
2. O cartão é válido em todas as transacções monetárias efectuadas dentro do espaço escolar, funcionando para os devidos efeitos como cartão de identificação;
3. O cartão tem validade de três anos;
4. Em caso de extravio do cartão, deve informar os Serviços Administrativos, a fim de que o mesmo seja bloqueado e substituído;
5. Os cartões de substituição têm a validade máxima de uma semana;
6. Terminado o período de validade ou recuperado o cartão original, deve contactar-se a Secretaria para atribuição de novo cartão ou activação do cartão recuperado;
7. Os cartões de substituição têm um custo a definir anualmente;
8. O extravio por período superior a uma semana ou a danificação de qualquer um dos cartões, implica o pagamento de um novo cartão no valor de dois euros e cinquenta cêntimos;
9. Os alunos, sempre que solicitados, são obrigados a apresentar o cartão;
10. Os utilizadores podem solicitar, na Secretaria, o extracto de movimento do cartão, ou consultá-lo no quiosque mediante inserção do código Pin.
11. O carregamento do cartão é efectuado na Papelaria, com excepção dos que pertencem aos alunos dos Cursos EFAs, que é efectuado na Secretaria;

12. Aos alunos que o solicitem é passada uma declaração onde constem todos os gastos, não subsidiados, em material escolar e em refeitório, para efeitos de I. R. S.

13. Os alunos podem ainda consultar no quiosque as faltas dadas às disciplinas

Capítulo IV **Estruturas de Organização Pedagógica e Administrativa**

Secção I

Órgãos de Administração e Gestão

Artigo 26º

Definição

A administração e gestão do agrupamento de escola é assegurada por órgãos próprios aos quais cabe fazer cumprir os princípios e objectivos referidos nos artigos 3º e 4º do decreto-lei 75/2008.

Artigo 27º

Composição

A administração e gestão dos agrupamentos de escolas é composta por:

Conselho Geral;

Director;

Conselho Pedagógico;

Conselho Administrativo.

Secção II

Conselho Geral

Artigo 28º

Definição

O Conselho Geral é o órgão de direcção estratégica responsável pela definição das linhas orientadoras da actividade da escola, assegurando a participação e representação da comunidade educativa, nos termos e para os efeitos do n.º 4 do artigo 48.º da Lei de Bases do Sistema Educativo.

Artigo 29º

Composição

1. O Conselho Geral é constituído por 21 membros, de acordo com o artigo 12º do decreto-lei 75/2008, sendo:

7 representantes do corpo docente;

2 representantes do pessoal não docente; (sugere-se que haja a representação de todos os sectores, assistentes operacionais e assistentes administrativos)

2 representantes dos alunos (um dos alunos representante do secundário e o outro de Educação e Formação de Adultos, em regime nocturno);

4 representantes de Pais e Encarregados de Educação;

3 representantes da autarquia;

3 representantes da comunidade local.

O Director participa nas reuniões do Conselho Geral sem direito a voto.

Artigo 30.º **Competências**

1- Sem prejuízo das competências que lhe sejam cometidas por lei ou regulamento interno, ao conselho geral compete:

- a) Eleger o respectivo presidente, de entre os seus membros, à excepção dos representantes dos alunos;
- b) Eleger o director, nos termos dos artigos 21.º a 23.º do decreto –lei acima referido;
- c) Aprovar o Projecto Educativo e acompanhar e avaliar a sua execução;
- d) Aprovar o Regulamento Interno do agrupamento de escolas ou escola não agrupada;
- e) Aprovar o Plano Anual de Actividades;
- f) Apreciar os relatórios periódicos e aprovar o relatório final de execução do plano anual de actividades;
- g) Aprovar as propostas de Contratos de Autonomia;
- h) Definir as linhas orientadoras para a elaboração do orçamento;
- i) Definir as linhas orientadoras do planeamento e execução, pelo director, das actividades no domínio da acção social escolar;
- j) Aprovar o relatório de contas de gerência;
- k) Apreciar os resultados do processo de auto-avaliação;
- l) Pronunciar-se sobre os critérios de organização dos horários;
- m) Acompanhar a acção dos demais órgãos de administração e gestão;
- n) Promover o relacionamento com a comunidade educativa;
- o) Definir os critérios para a participação da escola em actividades pedagógicas, científicas, culturais e desportivas.

2— O presidente é eleito por maioria absoluta dos votos dos membros do Conselho Geral em efectividade de funções.

3— No desempenho das suas competências, o Conselho Geral tem a faculdade de requerer aos restantes órgãos as informações necessárias para realizar eficazmente o acompanhamento

e a avaliação do funcionamento do agrupamento de escolas ou escola não agrupada e de lhes dirigir recomendações, com vista ao desenvolvimento do projecto educativo e ao cumprimento do plano anual de actividades.

4— O Conselho Geral pode constituir no seu seio uma comissão permanente, na qual pode delegar as competências de acompanhamento da actividade do agrupamento de escolas ou escola não agrupada entre as suas reuniões ordinárias.

5— A comissão permanente constitui-se como uma fracção do conselho geral, respeitada a proporcionalidade dos corpos que nele têm representação.

Artigo 31.º

Designação de representantes

1— Os representantes dos alunos, do pessoal docente e do pessoal não docente no Conselho Geral são eleitos separadamente pelos respectivos corpos, em sistema de lista.

2— Os representantes dos pais e encarregados de educação são eleitos em assembleia-geral de pais e encarregados de educação do agrupamento de escolas, sob proposta das respectivas organizações representativas, e, na falta das mesmas, serão eleitos de entre os representantes dos pais ou encarregados de educação de cada grupo/turma.

3— Os representantes da autarquia são designados pela câmara municipal, podendo esta delegar tal competência nas juntas de freguesia.

4— Os representantes da comunidade local, quando se trate de individualidades ou representantes de actividades de carácter económico, social, cultural e científico, são cooptados pelos demais membros nos termos do Regulamento Interno, em sede de Conselho Geral.

5 — Os representantes da comunidade local, quando se trate de representantes de instituições ou organizações são indicados pelas mesmas nos termos do Regulamento Interno.

6 -Os representantes da comunidade local são cooptados em Conselho Geral e entre as individualidades/instituições/organizações que cooperem com o agrupamento e/ou tenham protocolo de parcerias com o mesmo.

Artigo 32.º

Eleições

1 — Os representantes referidos no n.º 1 do artigo anterior candidatam-se à eleição, apresentando -se em listas separadas e são eleitos pelos seus pares.

2 — As listas devem conter a indicação dos candidatos a membros efectivos, em número igual ao dos respectivos representantes no conselho geral, bem como dos candidatos a membros suplentes.

3 — As listas do pessoal docente devem assegurar, em termos a definir no Regulamento Interno, a representação adequada dos diferentes níveis e ciclos de ensino assim como da categoria dos professores titulares.

4 — A conversão dos votos do pessoal docente em mandatos faz -se de acordo com o método de representação proporcional da média mais alta de Hondt.

5 — O processo eleitoral rege-se por um regulamento próprio de acordo com a lei.

Artigo 33.º

Mandato

1 — O mandato dos membros do Conselho Geral tem a duração de quatro anos, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

2 — O mandato dos representantes dos pais e encarregados de educação e dos alunos tem a duração de dois anos escolares.

3 — Os membros do Conselho Geral são substituídos no exercício do cargo se entretanto perderem a qualidade que determinou a respectiva eleição ou designação.

4 — As vagas resultantes da cessação do mandato dos membros eleitos são preenchidas pelo primeiro candidato não eleito, segundo a respectiva ordem de precedência, na lista a que pertencia o titular do mandato, com respeito pelo disposto no n.º 4 do artigo anterior.

Artigo 34.º

Reunião do Conselho Geral

1 — O Conselho Geral reúne ordinariamente uma vez por trimestre e extraordinariamente sempre que convocado pelo respectivo presidente, por sua iniciativa, a requerimento de um terço dos seus membros em efectividade de funções ou por solicitação do director.

2 — As reuniões do Conselho Geral devem ser marcadas em horário que permita a participação de todos os seus membros.

Secção III

Director

Artigo 35º

Definição

O director é o órgão de administração e gestão do agrupamento de escolas nas áreas pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial.

Artigo 36º
Subdirector e adjuntos do director

1 — O director é coadjuvado no exercício das suas funções por um subdirector e por um adjunto, nos termos do Despacho n.º 18064/2010.

Artigo 37.º
Competências

1 — Compete ao director submeter à aprovação do Conselho Geral o Projecto Educativo elaborado pelo Conselho Pedagógico.

2 — Ouvido o Conselho Pedagógico, compete também ao Director:

a) Elaborar e submeter à aprovação do Conselho Geral:

i) As alterações ao Regulamento Interno;

ii) Os Planos Anual e Plurianual de Actividades;

iii) O Relatório Anual de Actividades;

iv) As propostas de celebração de contratos de autonomia;

b) Aprovar o plano de formação e de actualização do pessoal docente e não docente, ouvido também, no último caso, o município.

3 — No acto de apresentação ao Conselho Geral, o director faz acompanhar os documentos referidos na alínea a) do número anterior dos pareceres do Conselho Pedagógico.

4 — Sem prejuízo das competências que lhe sejam cometidas por lei ou Regulamento Interno, no plano da gestão pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial, compete ao Director, em especial:

a) Definir o regime de funcionamento do agrupamento de escolas ou escola não agrupada;

b) Elaborar o projecto de orçamento, em conformidade com as linhas orientadoras definidas pelo Conselho Geral;

c) Superintender na constituição de turmas e na elaboração de horários;

d) Distribuir o serviço docente e não docente;

e) Designar os coordenadores de escola ou estabelecimento de educação pré-escolar;

f) Designar os coordenadores dos departamentos curriculares, os coordenadores de Directores de Turma e os Directores de turma;

g) Planear e assegurar a execução das actividades no domínio da acção social escolar, em conformidade com as linhas orientadoras definidas pelo Conselho Geral;

h) Gerir as instalações, espaços e equipamentos, bem como os outros recursos educativos;

i) Viabilizar as reuniões dos órgãos da Associação de Pais e Encarregados de Educação;

- j) Facultar local próprio, de dimensão adequada, para a distribuição ou afixação de documentação de interesse da Associação de Pais e Encarregados de Educação;
- k) Estabelecer protocolos e celebrar acordos de cooperação ou de associação com outras escolas e instituições de formação, autarquias e colectividades, em conformidade com os critérios definidos pelo conselho geral nos termos da alínea p) do n.º 1 do artigo 13.º;
- l) Proceder à selecção e recrutamento do pessoal docente, nos termos dos regimes legais aplicáveis;
- m) Dirigir superiormente os serviços administrativos, técnicos e técnico -pedagógicos.

5 — Compete ainda ao Director:

- a) Representar a escola;
- c) Exercer o poder hierárquico em relação ao pessoal docente e não docente;
- d) Exercer o poder disciplinar em relação aos alunos;
- e) Intervir nos termos da lei no processo de avaliação de desempenho do pessoal docente;
- f) Proceder à avaliação de desempenho do pessoal não docente.

6 — O Director exerce ainda as competências que lhe forem delegadas pela administração educativa e pela câmara municipal.

7 — O Director pode delegar e subdelegar no subdirector e nos adjuntos as competências referidas nos números anteriores.

8 — Nas suas faltas e impedimentos, o director é substituído pelo subdirector.

Artigo 38º **Recrutamento**

1 — O Director é eleito pelo Conselho Geral.

2 — Para recrutamento do director, desenvolve-se um procedimento concursal, prévio à eleição.

3 — Podem ser opositores ao procedimento concursal referido no número anterior docentes dos quadros de nomeação definitiva do ensino público ou professores profissionalizados com contrato por tempo indeterminado do ensino particular e cooperativo, em ambos os casos com, pelo menos, cinco anos de serviço e qualificação para o exercício de funções de administração e gestão escolar, nos termos do número seguinte.

4 — Consideram-se qualificados para o exercício de funções de administração e gestão escolar os docentes que preencham uma das seguintes condições:

a) Sejam detentores de habilitação específica para o efeito, nos termos das alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 56.º do Estatuto da Carreira Docente dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário;

b) Possuam experiência correspondente a, pelo menos, um mandato completo no exercício dos cargos de director ou adjunto do director, presidente ou vice-presidente do conselho executivo; director executivo ou adjunto do director executivo; ou membro do conselho directivo, nos termos dos regimes previstos respectivamente no presente decreto -lei ou no Decreto -Lei n.º 115 -A/98, de 4 de Maio, alterado, por apreciação parlamentar, pela Lei n.º 24/99, de 22 de Abril, no Decreto -Lei n.º 172/91, de 10 de Maio, e no Decreto -Lei n.º 769 -A/76, de 23 de Outubro;

c) Possuam experiência de, pelo menos, três anos como Director ou Director pedagógico de estabelecimento do ensino particular e cooperativo.

5 — O subdirector e os adjuntos são nomeados pelo director de entre docentes dos quadros de nomeação definitiva que contem pelo menos cinco anos de serviço e se encontrem em exercício de funções no agrupamento de escolas ou escola não agrupada.

Artigo 39.º

Procedimento concursal

1 — O procedimento concursal referido no artigo anterior observa regras próprias a aprovar por portaria do membro do Governo responsável pela área da educação, no respeito pelas disposições constantes dos números seguintes.

2 — O procedimento concursal é aberto em cada agrupamento de escolas ou escola não agrupada, por aviso publicitado do seguinte modo:

a) Em local apropriado das instalações de cada agrupamento de escolas ou escola não agrupada;

b) Na página electrónica do agrupamento de escolas ou escola não agrupada e na da direcção regional de educação respectiva;

c) Por aviso publicado na 2.ª série do Diário da República e divulgado em órgão de imprensa de expansão nacional através de anúncio que contenha referência ao Diário da República em que o referido aviso se encontra publicado.

3 — No acto de apresentação da sua candidatura os candidatos fazem entrega do seu curriculum vitae, e de um projecto de intervenção na escola.

4 — Com o objectivo de proceder à apreciação das candidaturas, o Conselho Geral incumbe a sua comissão permanente ou uma comissão especialmente designada para o efeito de elaborar um relatório de avaliação.

5 — Para efeitos da avaliação das candidaturas, a comissão referida no número anterior considera obrigatoriamente:

- a) A análise do curriculum vitae de cada candidato, designadamente para efeitos de apreciação da sua relevância para o exercício das funções de Director e do seu mérito;
- b) A análise do projecto de intervenção na escola;
- c) O resultado de entrevista individual realizada com o candidato.

Artigo 40.º

Eleição

1 — O conselho Geral procede à discussão e apreciação do relatório referido no artigo anterior, podendo na sequência dessa apreciação decidir proceder à audição dos candidatos.

2 — Após a discussão e apreciação do relatório e a eventual audição dos candidatos, o conselho geral procede à eleição do director, considerando-se eleito o candidato que obtenha maioria absoluta dos votos dos membros do conselho geral em efectividade de funções.

3 — No caso de nenhum candidato sair vencedor, nos termos do número anterior, o conselho geral reúne novamente, no prazo máximo de cinco dias úteis, para proceder a novo escrutínio, ao qual são apenas admitidos os dois candidatos mais votados na primeira eleição e sendo considerado eleito aquele que obtiver maior número de votos, desde que respeitado o quórum legal e regulamentarmente exigido para que o conselho geral possa deliberar.

4 — O resultado da eleição do Director é homologado pelo Director Regional de Educação respectivo nos 10 dias úteis posteriores à sua comunicação pelo presidente do Conselho Geral, considerando -se após esse prazo tacitamente homologado.

5 — A recusa de homologação apenas pode fundamentar-se na violação da lei ou dos regulamentos, designadamente do procedimento eleitoral.

Artigo 41.º

Posse

1 — O Director toma posse perante o Conselho Geral nos 30 dias subsequentes à homologação dos resultados eleitorais pelo Director regional de Educação.

2 — O Director designa o subdirector e os seus adjuntos no prazo máximo de 30 dias após a sua tomada de posse. O número de adjuntos do Director está dependente da legislação em vigor, nomeadamente o Despacho nº18064/2010.

3 — O subdirector e os adjuntos do director tomam posse nos 30 dias subsequentes à sua designação pelo Director.

Artigo 42.º

Mandato

1 — O mandato do director tem a duração de quatro anos.

2 — Até 60 dias antes do termo do mandato do director, o conselho geral delibera sobre a recondução do director ou a abertura do procedimento concursal tendo em vista a realização de nova eleição.

3 — A decisão de recondução do Director é tomada por maioria absoluta dos membros do conselho geral em efectividade de funções, não sendo permitida a sua recondução para um terceiro mandato consecutivo.

4 — Não é permitida a eleição para um quinto mandato consecutivo ou durante o quadriénio imediatamente subsequente ao termo do quarto mandato consecutivo.

5 — Não sendo ou não podendo ser aprovada a recondução do Director de acordo com o disposto nos números anteriores, abre -se o procedimento concursal tendo em vista a eleição do director, nos termos do artigo 22.º

6 — O mandato do Director pode cessar:

a) A requerimento do interessado, dirigido ao Director Regional de Educação, com a antecedência mínima de 45 dias, fundamentado em motivos devidamente justificados;

b) No final do ano escolar, por deliberação do Conselho Geral aprovada por maioria de dois terços dos membros em efectividade de funções, em caso de manifesta desadequação da respectiva gestão, fundada em factos comprovados e informações, devidamente fundamentadas, apresentados por qualquer membro do Conselho Geral;

c) Na sequência de processo disciplinar que tenha concluído pela aplicação de sanção disciplinar de cessação da comissão de serviço, nos termos da lei.

7 — A cessação do mandato do Director determina a abertura de um novo procedimento concursal.

8 — Os mandatos do subdirector e dos adjuntos têm a duração de quatro anos e cessam com o mandato do Director.

9 — O subdirector e os adjuntos podem ser exonerados a todo o tempo por decisão fundamentada do Director.

Artigo 43.º

Regime de exercício de funções

1 — O Director exerce as funções em regime de comissão de serviço.

2 — O exercício das funções de director faz -se em regime de dedicação exclusiva.

3 — O regime de dedicação exclusiva implica a incompatibilidade do cargo dirigente com quaisquer outras funções, públicas ou privadas, remuneradas ou não.

4 — Exceptuam -se do disposto no número anterior:

- a) A participação em órgãos ou entidades de representação das escolas ou do pessoal docente;
- b) Comissões ou grupos de trabalho, quando criados por resolução ou deliberação do Conselho de Ministros ou por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação;
- c) A actividade de criação artística e literária, bem como quaisquer outras de que resulte a percepção de remunerações provenientes de direitos de autor;
- d) A realização de conferências, palestras, acções de formação de curta duração e outras actividades de idêntica natureza;
- e) O voluntariado, bem como a actividade desenvolvida no quadro de associações ou organizações não governamentais.

5 — O Director está isento de horário de trabalho, não lhe sendo, por isso, devida qualquer remuneração por trabalho prestado fora do período normal de trabalho.

6 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Director está obrigado ao cumprimento do período normal de trabalho, assim como do dever geral de assiduidade.

7 — O Director está dispensado da prestação de serviço lectivo, sem prejuízo de, por sua iniciativa, o poder prestar na disciplina ou área curricular para a qual possua qualificação profissional.

Artigo 44.º **Direitos do Director**

1 — O Director goza, independentemente do seu vínculo de origem, dos direitos gerais reconhecidos aos docentes do agrupamento de escolas ou escola não agrupada em que exerça funções.

2 — O Director conserva o direito ao lugar de origem e ao regime de segurança social por que está abrangido, não podendo ser prejudicado na sua carreira profissional por causa do exercício das suas funções, relevando para todos os efeitos no lugar de origem o tempo de serviço prestado naquele cargo.

Artigo 45.º **Direitos específicos**

1 — O Director, o subdirector e os adjuntos gozam do direito à formação específica para as suas funções em termos a regulamentar por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação.

2 — O director, o subdirector e os adjuntos mantêm o direito à remuneração base correspondente à categoria de origem, sendo-lhes abonado um suplemento remuneratório pelo exercício de função, a estabelecer pela legislação vigente.

Artigo 46.º

Deveres específicos

Para além dos deveres gerais dos funcionários e agentes da Administração Pública aplicáveis ao pessoal docente, o Director e os adjuntos estão sujeitos aos seguintes deveres específicos:

- a) Cumprir e fazer cumprir as orientações da administração educativa;
- b) Manter permanentemente informada a administração educativa, através da via hierárquica competente, sobre todas as questões relevantes referentes aos serviços;
- c) Assegurar a conformidade dos actos praticados pelo pessoal com o estatuído na lei e com os legítimos interesses da comunidade educativa.

Artigo 47º

Componente Lectiva do Director, Subdirector e adjuntos

Nos termos do despacho nº 9744/2009:

1 — O Director e o subdirector exercem as suas funções em regime de exclusividade, estando dispensados da prestação de serviço lectivo, sem prejuízo de, por sua iniciativa, o poderem prestar na disciplina ou área curricular para a qual possuam qualificação profissional.

2 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, aos adjuntos incumbe, obrigatoriamente, leccionar, pelo menos, uma turma.

3 — Caso, porém, os adjuntos sejam docentes da educação pré -escolar ou do 1.º ciclo do ensino básico, devem ficar adstritos a uma componente lectiva de cinco horas, a prestar em regime de apoio educativo.

Artigo 48º

Assessoria da direcção

1 — Para apoio à actividade do director e mediante proposta deste, o Conselho Geral pode autorizar a constituição de assessorias técnico-pedagógicas, para as quais são designados docentes em exercício de funções no agrupamento de escolas ou escola não agrupada.

2 — Os critérios para a constituição e dotação das assessorias referidas no número anterior são definidos pelo **Despacho n.º 16551/2009** de 21 de Julho, do Gabinete do Secretário de Estado da Educação.

Secção IV **Conselho Pedagógico**

Artigo 49.º

Definição

O Conselho Pedagógico é o órgão de coordenação e supervisão pedagógica e orientação educativa do agrupamento de escolas ou escola não agrupada, nomeadamente nos domínios pedagógico-didáctico, da orientação e acompanhamento dos alunos e da formação inicial e contínua do pessoal docente e não docente.

Artigo 50.º

Composição

A composição do Conselho Pedagógico é a seguinte:

1- O Conselho Pedagógico é composto por 15 elementos, assim distribuídos:

- a. Director do Agrupamento;
- b. Coordenador do Departamento do Ensino Pré-escolar;
- c. Coordenador do Departamento Curricular do 1º Ciclo do Ensino Básico;
- d. Coordenador do Departamento Curricular de Línguas;
- e. Coordenador do Departamento Curricular de Ciências Sociais e Humanas;
- f. Coordenador do Departamento Curricular de Matemática e Ciências Experimentais;
- g. Coordenador do Departamento Curricular de Expressões;
- h. Representante do Núcleo das Novas Oportunidades;
- i. Representante do Núcleo de Educação Especial;
- j. Coordenador dos Directores de Turma do Ensino Básico;
- k. Coordenador dos Directores de Turma do Ensino Secundário;
- l. Professor Bibliotecário.
- m. Representante da Associação de Pais e Encarregados de Educação;
- n. Representante do Pessoal Não Docente;

Nas reuniões em que sejam tratados assuntos que envolvam sigilo, designadamente sobre matéria de provas de exame ou avaliação global, apenas participam os membros docentes.

Artigo 51.º

Competências

Sem prejuízo das competências que lhe sejam cometidas por lei ou Regulamento Interno, ao Conselho Pedagógico compete:

- a) Elaborar a proposta de projecto educativo a submeter pelo Director ao Conselho geral;
- b) Apresentar propostas para a elaboração do Regulamento Interno e do Plano Anual de Actividades e emitir parecer sobre os respectivos projectos;
- c) Emitir parecer sobre as propostas de celebração de contratos de autonomia;
- d) Apresentar propostas e emitir parecer sobre a elaboração do plano de formação e de actualização do pessoal docente e não docente;
- e) Definir critérios gerais nos domínios da informação e da orientação escolar e vocacional, do acompanhamento pedagógico e da avaliação dos alunos;
- f) Propor aos órgãos competentes a criação de áreas disciplinares ou disciplinas de conteúdo regional e local, bem como as respectivas estruturas programáticas;
- g) Definir princípios gerais nos domínios da articulação e diversificação curricular, dos apoios e complementos educativos e das modalidades especiais de educação escolar;
- h) Adoptar os manuais escolares, ouvidos os departamentos curriculares;
- i) Propor o desenvolvimento de experiências de inovação pedagógica e de formação, no âmbito do agrupamento de escolas ou escola não agrupada e em articulação com instituições ou estabelecimentos do ensino superior vocacionados para a formação e a investigação;
- j) Promover e apoiar iniciativas de natureza formativa e cultural;
- l) Definir os critérios gerais a que deve obedecer a elaboração dos horários;
- m) Definir os requisitos para a contratação de pessoal docente e não docente, de acordo com o disposto na legislação aplicável;
- n) Proceder ao acompanhamento e avaliação da execução das suas deliberações e recomendações.

Artigo 52.º

Funcionamento

1 — O Conselho Pedagógico reúne ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que seja convocado pelo respectivo presidente, por sua iniciativa, a requerimento de um terço dos seus membros em efectividade de funções ou sempre que um pedido de parecer do Conselho Geral ou do Director o justifique.

2 — A representação dos pais e encarregados de educação e dos alunos no Conselho Pedagógico faz -se no âmbito de uma comissão especializada que participa no exercício das competências previstas nas alíneas a), b), e), f), j) e l) do artigo anterior.

Secção V
Conselho Administrativo

Artigo 53º
Definição

O Conselho Administrativo é o órgão deliberativo em matéria administrativo-financeira do agrupamento de escolas ou escola não agrupada, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 54.º
Composição

O Conselho Administrativo tem a seguinte composição:

- a) O Director, que preside;
- b) O subdirector ou um dos adjuntos do Director, por ele designado para o efeito;
- c) O chefe dos serviços de administração escolar, ou quem o substitua.

Artigo 55.º
Competências

Sem prejuízo das competências que lhe sejam cometidas por lei ou Regulamento Interno, compete ao Conselho Administrativo:

- a) Aprovar o projecto de orçamento anual, em conformidade com as linhas orientadoras definidas pelo Conselho Geral;
- b) Elaborar o relatório de contas de gerência;
- c) Autorizar a realização de despesas e o respectivo pagamento, fiscalizar a cobrança de receitas e verificar a legalidade da gestão financeira;
- d) Zelar pela actualização do cadastro patrimonial.

Artigo 56.º
Funcionamento

O Conselho Administrativo reúne ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que o presidente o convoque, por sua iniciativa ou a requerimento de qualquer dos restantes membros.

Secção VI
Coordenação de Escola ou de estabelecimento de Educação Pré-Escolar

Artigo 57º
Coordenação

A coordenação de cada estabelecimento de educação pré -escolar ou de escola integrada num agrupamento é assegurada por um coordenador.

Nas escolas em que funcione a sede do agrupamento, bem como nos que tenham menos de três docentes em exercício efectivo de funções, não há lugar à designação de coordenador.

O coordenador é designado pelo director, de entre os professores em exercício efectivo de funções na escola ou no estabelecimento de educação pré-escolar.

O mandato do coordenador de estabelecimento tem a duração de quatro anos e cessa com o mandato do director.

O coordenador de estabelecimento pode ser exonerado a todo o tempo por despacho fundamentado do Director.

Artigo 58º **Competências**

Compete ao coordenador de escola ou estabelecimento de educação pré-escolar:

- 1-Coordenar as actividades educativas, em articulação com o director;
- 2-Cumprir e fazer cumprir as decisões do director e exercer as competências que por esta lhe forem delegadas;
- 3-Transmitir as informações relativas a pessoal docente e não docente e aos alunos;
- 4-Promover e incentivar a participação dos pais e encarregados de educação, dos interesses locais e da autarquia nas actividades educativas.

Capítulo V **Estruturas de Orientação Educativa**

Artigo 59.º **Definição**

As Estruturas de Orientação Educativa visam o desenvolvimento do Projecto Educativo e asseguram o acompanhamento eficaz do percurso escolar dos alunos na perspectiva da promoção da qualidade educativa.

A constituição de Estruturas de Orientação Educativa pretende essencialmente:

O reforço da articulação curricular na aplicação dos planos de estudo definidos a nível nacional, bem como, o desenvolvimento de componentes curriculares por iniciativa do Agrupamento;

A organização, o acompanhamento e a avaliação das actividades de turma ou grupo de crianças/alunos.

São estruturas de orientação educativa:

- Estruturas de articulação curricular;
- As estruturas de coordenação de turma;

- Estruturas de coordenação de ano, de ciclo ou de curso.

Secção I
Estruturas de Articulação Curricular

Artigo 60º
Articulação Curricular

A articulação curricular é assegurada por:

Conselho de Docentes da Educação Pré-Escolar;

Conselho de Docentes do 1º Ciclo;

Conselho de Docentes da Educação Pré-Escolar e 1º ciclo;

Conselho de Docentes do 1º e 2º Ciclos;

Conselho de Docentes do 2º e 3º Ciclos

Departamentos Curriculares.

Grupos disciplinares.

Artigo 61º
Conselhos de Docentes

Os Conselhos de Docentes são estruturas de orientação educativa que pretendem promover a cooperação entre os docentes através de atividades de planificação, coordenação, articulação e avaliação.

Artigo 62º
Composição do Conselho de Docentes da Educação Pré-Escolar

O Conselho de Docentes da Educação Pré-Escolar é constituído pela totalidade dos educadores de infância em exercício de funções lectivas no agrupamento, podendo incluir também os educadores de infância colocados em apoio educativo. Nele pode participar qualquer membro da Direcção ou outros membros ligados à área educacional, sem direito a voto.

Artigo 63º
Coordenador da Educação Pré-escolar

1 — A coordenação de cada estabelecimento de educação pré-escolar ou de escola integrada num agrupamento é assegurada por um coordenador.

2 — Nas escolas em que funcione a sede do agrupamento, bem como nos que tenham menos de três docentes em exercício efectivo de funções, não há lugar à designação de coordenador.

3 — O coordenador é designado pelo director, de entre os professores em exercício efectivo de funções na escola ou no estabelecimento de educação pré-escolar e, sempre que possível, entre professores titulares.

4 — O mandato do coordenador de estabelecimento tem a duração de quatro anos e cessa com o mandato do director.

5 — O coordenador de estabelecimento pode ser exonerado a todo o tempo por despacho fundamentado do director.

Artigo 64.º

Competências do Coordenador do Conselho de Docentes da Educação Pré-Escolar

São competências do coordenador da Educação Pré-Escolar:

- a) Coordenar as actividades educativas, em articulação com o director;
- b) Cumprir e fazer cumprir as decisões do director e exercer as competências que por esta lhe forem delegadas;
- c) Transmitir as informações relativas a pessoal docente e não docente e aos alunos;
- d) Promover e incentivar a participação dos pais e encarregados de educação, dos interesses locais e da autarquia nas actividades educativas.

Artigo 65º

Funcionamento do Conselho de Docentes da Educação Pré-Escolar

O Conselho de Docentes da Educação Pré-Escolar reúne ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que seja convocado pelos seus coordenadores, ou pelo Director.

Artigo 66º

Composição do Conselho de Docentes do 1º ciclo

O Conselho de Docentes do 1º ciclo é constituído pela totalidade dos docentes do 1º ciclo, titulares de turma e professores de apoio educativo, em exercício de funções no agrupamento. Nele pode participar o Director e outros membros ligados à área educacional, sem direito a voto.

Artigo 67º

Competências do Conselho de Docentes do 1º ciclo

São competências gerais do Conselho de Docentes:

- a) Planificar e adequar à realidade da escola ou do Agrupamento de Escolas a aplicação dos planos de estudo estabelecidos a nível nacional;
- b) Elaborar e aplicar medidas de reforço no domínio das didácticas específicas das disciplinas;
- c) Assegurar de forma articulada com outras estruturas de orientação educativa da escola ou do Agrupamento de Escolas, a adopção de metodologias específicas destinadas ao desenvolvimento, quer do plano de estudos, quer das componentes de âmbito local do currículo;

- d) Analisar a oportunidade de adopção de medidas de gestão flexível dos currículos e de outras medidas destinadas a melhorar as aprendizagens e a prevenir a exclusão;
- e) Elaborar propostas curriculares diversificadas em função da especificidade de grupos de alunos;
- f) Assegurar a coordenação de procedimentos e formas de actuação nos domínios da aplicação de estratégias de diferenciação pedagógica e da avaliação das aprendizagens;
- g) Identificar necessidades de formação dos docentes;
- h) Analisar e reflectir sobre as práticas educativas e o seu contexto
- i) Analisar assuntos específicos da vida escolar, nomeadamente recursos humanos e materiais de cada estabelecimento;
- j) Dinamizar intervenções na comunidade educativa;
- k) Apresentar sugestões de actividades a integrar no Plano Anual de Actividades do Agrupamento;
- l) Planificar e avaliar actividades conjuntas propostas no Plano Anual de Actividades;
- m) Dar contributo para a elaboração do Projecto Educativo;
- n) Promover a realização de acções conducentes à aplicação do Projecto Educativo do Agrupamento;
- o) Fazer a avaliação sumativa dos alunos em cooperação com o docente titular da turma, reunindo para o efeito no final de cada período. Este procedimento deve respeitar o estipulado no Decreto-Lei 6/2001, de 18 de Janeiro, e o Despacho Normativo nº50/2005, de 9 de Novembro de 2005;
- p) Analisar manuais escolares e fazer uma avaliação, criteriosa, de modo a propor ao Conselho Pedagógico os mais adequados para adopção;
- q) Definir e propor, após reflexão conjunta, os critérios de avaliação a adoptar para o 1º Ciclo;
- r) Envolver-se na articulação curricular com o Pré-Escolar e o 2º Ciclo;
- s) Supervisionar e monitorizar as Actividades de Enriquecimento Curricular de acordo com o Despacho nº 14460, de 15 de Maio de 2008;
- t) Elaborar o seu Regimento Interno.

Artigo 68º

Funcionamento do Conselho de Docentes do 1º Ciclo

O Conselho de Docentes do 1º Ciclo reúne, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que seja convocado pelo seu coordenador ou pelo Director.

Artigo 69º

Nomeação do Coordenador do Conselho de Docentes do 1º Ciclo

O coordenador do Conselho de Docentes do 1º Ciclo é nomeado pelo Director, de entre os docentes titulares de turma em exercício de funções no agrupamento.

Artigo 70º

Reduções da componente lectiva

Os coordenadores de estabelecimentos de educação pré – escolar e ou de escolas de 1º ciclo integradas num agrupamento que integrem um número igual ou superior a 150 crianças/alunos, têm direito, além do suplemento remuneratório que lhes é atribuído nos termos do Decreto Regulamentar n.º 1 -B/2009, de 5 de Janeiro, a uma redução de 80 % da componente lectiva do respectivo horário de trabalho semanal, prestando o serviço lectivo restante em regime de apoio educativo.

Os coordenadores de departamento curricular do 1.º ciclo do ensino básico que venham a usufruir da redução da componente lectiva prestam o serviço lectivo restante em regime de apoio educativo.

Artigo 71º

Competências do Coordenador do Conselho de Docentes do 1º Ciclo

São competências do coordenador do Conselho de Docentes do 1º ciclo:

1. Promover a troca de experiências e a cooperação entre todos os docentes que o integram;
2. Assegurar a coordenação das competências essenciais e dos programas de estudo, promovendo a adequação dos seus objectivos e conteúdos à situação concreta da escola ou do Agrupamento de Escolas;
3. Promover a articulação com outras estruturas ou serviços da escola ou do Agrupamento de Escolas, com vista ao desenvolvimento de estratégias de diferenciação pedagógica;
4. Propor ao Conselho Pedagógico o desenvolvimento de componentes curriculares locais e a adopção de medidas destinadas a melhorar as aprendizagens dos alunos;
5. Cooperar na elaboração, desenvolvimento e avaliação dos instrumentos de autonomia da escola ou do Agrupamento de Escolas;
6. Promover a realização de actividades de investigação, reflexão e de estudo, visando a melhoria da qualidade das práticas educativas;
7. Monitorizar e supervisionar as Actividades de Enriquecimento Curricular;

8. Apresentar ao Director um relatório anual do trabalho desenvolvido;
9. Ser porta-voz do Conselho de Docentes;
10. Convocar os respectivos docentes para as reuniões extraordinárias;
11. Proceder à avaliação dos professores do seu grupo disciplinar dando cumprimento ao estabelecido nos Decretos Regulamentares nº1-A/2009 e nº1-B/2009.

Artigo 72º

Articulação Curricular

Ao processo de articulação curricular assiste a criação de um sistema organizado de acções, gerador de um processo de influência entre elementos com base numa comunicação eficaz.

Este processo promove a troca de experiências e a cooperação entre docentes, a planificação de actividades conjuntas a realizar, o debate de aspectos programáticos e objectivos de ciclo de modo a permitir a adopção de medidas de gestão flexível do currículo, destinadas a uma boa articulação entre ciclos. Operacionaliza-se através de reuniões entre:

- a) Educadores de Infância e professores do 1.º ciclo que recebem alunos para o 1.º ano;
- b) Professores titulares de turma dos 4.ºs anos de escolaridade e Directores de Turma do 5.º ano de escolaridade;
- c) Directores de Turma de 6.º ano de escolaridade e Directores de Turma de 7.º ano de escolaridade;
- d) Directores de turma de 9.º ano Escolaridade e Directores de Turma de 10.º ano.

Artigo 73.º

Coordenação de Estabelecimento

A coordenação de cada estabelecimento de educação ou de ensino integrado num Agrupamento de escolas é assegurada por um coordenador. Não haverá, contudo, lugar à criação do cargo de coordenador no estabelecimento em que funcione a sede do Agrupamento, bem como nos que tenham menos de três docentes em exercício efectivo de funções. O Coordenador de estabelecimento é nomeado pelo Director.

Artigo 74º

Perfil do Coordenador de Estabelecimento

O coordenador de estabelecimento deve ser um docente do quadro, em exercício de funções no estabelecimento de educação/ensino, preferencialmente com bons conhecimentos sobre a comunidade local.

Artigo 75º

Mandato do Coordenador de Estabelecimento

O mandato do coordenador de estabelecimento tem a duração de quatro anos escolares.

Artigo 76.º

Competências do Coordenador

Coordenar as actividades educativas do estabelecimento, em articulação com o Director do Agrupamento.

Cumprir e fazer cumprir as decisões do Director e exercer as competências que por este lhe forem delegadas.

Veicular as informações relativas a pessoal docente e não docente e aos alunos.

Promover e incentivar a participação dos pais e encarregados de educação, dos interesses locais e da autarquia nas actividades educativas.

Artigo 77.º

Funcionamento

Os coordenadores de estabelecimento reúnem com os docentes dos respectivos estabelecimentos sempre que seja necessário.

Os coordenadores dos estabelecimentos com menos de três docentes em exercício efectivo de funções reúnem com o Director sempre que se justifique.

Artigo 78.º

Substituição do Coordenador

Na ausência, temporária, do coordenador, cabe ao Director indicar um substituto.

Artigo 79.º

Departamentos Curriculares

O Departamento Curricular constitui a estrutura de apoio ao Conselho Pedagógico, ao qual incumbe especialmente o desenvolvimento de medidas que reforcem a articulação interdisciplinar na aplicação dos planos de estudo definidos no plano nacional, bem como o desenvolvimento das componentes curriculares por iniciativa da Escola.

Os Departamentos Curriculares são os seguintes:

- a) Departamento Curricular do Pré-Escolar;
- b) Departamento Curricular do 1.º Ciclo;
- c) Departamento Curricular de Línguas;
- d) Departamento Curricular de Ciências Sociais e Humanas;
- e) Departamento Curricular de Expressões;

f) Departamento Curricular de Ciências Exactas e da Natureza e Tecnologias.

Artigo 80.º

Composição dos Departamentos Curriculares

De cada Departamento Curricular fazem parte todos os docentes das respectivas áreas disciplinares ou agrupamento de disciplinas.

Artigo 81.º

Constituição do Departamento Curricular de Línguas

As disciplinas do Departamento Curricular de Línguas são:

Literatura Portuguesa

Língua Portuguesa

Francês

Inglês

Português

Espanhol

Oficina do Teatro

Literaturas de Língua Portuguesa

Língua Portuguesa não Materna

Outras disciplinas específicas de cursos profissionais, CEF e cursos EFA que venham a funcionar.

Artigo 82.º

Constituição do Departamento Curricular de Ciências Humanas e Sociais

As disciplinas do Departamento Curricular de Ciências Humanas e Sociais são:

História e Geografia de Portugal

História

História A

Geografia

Geografia C

Filosofia

Psicologia B

Educação Moral Religiosa Católica ou de outras confissões

Outras disciplinas específicas de cursos profissionais, CEF e Cursos EFA que venham a funcionar.

Artigo 83.º

Constituição do Departamento Curricular de Expressões

As disciplinas do Departamento Curricular de Expressões são:

Intervenção Precoce

Educação Visual e Tecnológica

Educação Visual

Educação Musical

Expressão Plástica

Desenho e Geometria Descritiva B

Educação Tecnológica

Educação Física

Educação Especial

Outras disciplinas específicas de cursos profissionais, CEF e Cursos EFA que venham a funcionar.

Artigo 84.º

Constituição do Departamento Curricular de Ciências Exactas e da Natureza e Tecnologias

As disciplinas do Departamento Curricular de Ciências Exactas e da Natureza e Tecnologias são:

Ciências da Natureza

Ciências Naturais

Biologia e Geologia

Biologia

Geologia

Física

Física e Química A

Ciências Físico-Químicas

Química

Matemática

Matemática A

Tecnologias de Informação e Comunicação

Outras disciplinas específicas de cursos profissionais, CEF e Cursos EFA que venham a funcionar.

Artigo 85.º

Competências do Departamento Curricular

Compete ao Departamento Curricular:

- 1-Coordenar as actividades pedagógicas a desenvolver pelos professores do departamento, no domínio da implementação dos planos curriculares nas suas competências disciplinares e na Área de Projecto, bem como, de outras actividades educativas, constantes do plano aprovado pelo Conselho Geral;
- 2-Analisar e debater, em articulação com outras escolas, questões relativas à adopção de modelos pedagógicos, de métodos de ensino e de avaliação, de materiais de ensino - aprendizagem e manuais escolares;
- 3-Analisar a conveniência do agrupamento flexível de cargas horárias semanais para as diferentes disciplinas;
- 4-Desenvolver, em conjugação com os serviços de Psicologia e Orientação e os Directores de Turma, medidas nos domínios da orientação, acompanhamento e avaliação dos alunos, visando contribuir para o seu sucesso educativo;
- 5-Desenvolver e apoiar Projectos Educativos de âmbito local e regional;
- 6-Colaborar com o Conselho Pedagógico na concepção de programas e na apreciação de projectos para a concretização da Área de Projecto.
- 7-Colaborar na definição dos critérios de avaliação, no quadro do sistema de avaliação dos alunos do ensino básico e secundário;
- 8-Desenvolver medidas no domínio da formação dos docentes do departamento, quer no âmbito da formação contínua quer no apoio aos docentes que se encontram em formação inicial (sempre numa perspectiva de colaboração com os Delegados de Grupo).
- 9-Elaborar e avaliar o Plano Anual das Actividades do Departamento, tendo em vista a concretização do Projecto Educativo da Escola;
- 10-Recolher as propostas de adopção de manuais escolares elaboradas em Grupo Disciplinar e apresentá-las em Conselho Pedagógico.

Artigo 86.º

Funcionamento do Departamento Curricular

O Departamento Curricular reúne, ordinariamente, três vezes por ano lectivo e, extraordinariamente, sempre que seja convocado pelo Coordenador, por sua iniciativa, por solicitação da maioria dos membros ou por solicitação do Director.

As reuniões ordinárias são marcadas com um prazo de oito dias de antecedência, via correio electrónico e afixação da convocatória na sala de professores.

Em caso de reuniões extraordinárias estas são marcadas com um prazo mínimo de quarenta e oito horas de antecedência.

Poderão realizar-se reuniões do Coordenador do Departamento com os representantes do grupo disciplinar após as reuniões do Conselho Pedagógico.

Artigo 87.º

Perfil do Coordenador de Departamento

O Coordenador será um professor do quadro do Agrupamento designado pelo Director, tendo em conta a sua formação em avaliação e a sua capacidade de relacionamento e liderança.

O mandato do Coordenador de Departamento terá a duração do mandato do Director.

Artigo 88.º

Competências do Coordenador de Departamento

Compete ao Coordenador de Departamento:

- 1-Planear, dinamizar e avaliar as actividades do Departamento;
- 2-Coordenar a actividade pedagógico-didáctica dos docentes do Departamento e entre os Departamentos;
- 3-Promover a articulação ao nível do próprio Departamento e entre os Departamentos;
- 4-Assegurar a transmissão bidireccional de informação entre os docentes do Departamento e o Conselho Pedagógico;
- 5-Assegurar a articulação entre o Departamento e as restantes estruturas de orientação educativa;
- 6-Elaborar e apresentar ao Director, até quinze de Julho de cada ano, um relatório sucinto das actividades do Departamento, o qual terá que ser avaliado em Conselho Pedagógico.
- 7- Nomear relatores responsáveis pela avaliação de desempenho dos docentes do Departamento.
- 8- Proceder à avaliação do desempenho dos professores relatores.

Artigo 89.º

Reduções da componente lectiva

1 — Os coordenadores de departamento curricular, previstos no n.º 3 do artigo 43.º do Decreto -Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, exercem as funções de coordenação do respectivo departamento no âmbito da componente não lectiva do respectivo horário semanal e do número de horas correspondente à redução da componente lectiva a que têm direito, de acordo com o disposto no artigo 79.º do Estatuto da Carreira Básico e Secundário.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, a redução da componente lectiva atribuída aos coordenadores de departamento curricular é fixada de acordo com os critérios adiante enunciados:

- a) Departamento que integre até 15 docentes — redução de seis horas;
- b) Departamento que integre entre 16 e 30 docentes — redução de sete horas;
- c) Departamento que integre mais de 30 docentes — redução de oito horas.

3 — Sempre que, para efeitos da atribuição do número de horas de redução da componente lectiva, calculado nos termos do número anterior, se mostre insuficiente o número de horas de que o docente já usufrui ao abrigo do disposto no artigo 79.º do ECD, o mesmo tem direito a uma redução acrescida da componente lectiva, correspondente à diferença de horas entre os limites estabelecidos em cada uma das alíneas do número anterior e as horas de redução decorrentes do artigo 79.º do ECD, para cuja atribuição é concedido aos agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas um crédito de horas adicional.

4 — Sem prejuízo do previsto nos números anteriores e para efeitos do exercício da função de avaliador, o coordenador de departamento tem ainda direito à redução da componente lectiva que se encontre estabelecida para esse efeito.

Artigo 90.º

Grupo de Disciplina / Agrupamento Disciplinar

O Grupo de Disciplina / Agrupamento Disciplinar é constituído por todos os docentes do respectivo grupo / quadro de docência e funciona como estrutura de apoio ao Departamento Curricular em todas as questões específicas da respectiva disciplina.

Artigo 91.º

Competências do Grupo de Disciplina / Agrupamento Disciplinar

Compete ao Grupo de Disciplina a execução das tarefas decorrentes das competências do Departamento, nomeadamente:

Fazer a análise crítica dos programas das disciplinas do Grupo/Agrupamento;

Fazer a gestão pedagógica da aplicação dos programas curriculares numa perspectiva interdisciplinar;

Procurar permanentemente actualização científica e pedagógica;

Planificar as actividades escolares ao nível de Agrupamento Disciplinar;

Concretizar, ao nível das disciplinas do Agrupamento, os critérios de avaliação aprovados pelo Conselho Pedagógico;

Apoiar e facilitar a integração dos docentes menos experientes.

O Grupo de Disciplina reúne, ordinariamente, uma vez por período e, extraordinariamente, sempre que o Director ou o Grupo entender conveniente.

Artigo 92.º
Delegados de Disciplina

Cada Grupo Disciplinar / Agrupamento Disciplinar é coordenado por um Delegado, ao qual compete:

- 1-Planear, dinamizar e avaliar as actividades do Grupo;
- 2-Coordenar a actividade pedagógica – didáctica dos docentes do Agrupamento, tendo em conta as orientações superiores;
- 3-Assegurar a transmissão bidireccional da informação entre os docentes do Grupo/Agrupamento e o Coordenador do Departamento;
- 4-Zelar pela boa utilização das instalações e respectivo equipamento, no caso de não haver lugar a Direcção de Instalações;
- 5-Elaborar e apresentar ao Coordenador de Departamento, em data a definir pelo Director, um relatório sucinto das actividades do Grupo/Agrupamento.

No caso dos professores do quadro não permanecerem na escola, o cargo de delegado consta do horário de um dos docentes desse grupo, o qual é atribuído em reunião de grupo, se possível a um docente profissionalizado.

O mandato do Delegado de Disciplina tem a duração de quatro anos, podendo, todavia cessar a qualquer momento, por decisão do Director, ouvido o Conselho Pedagógico, ou sob proposta fundamentada de, pelo menos, dois terços dos professores do grupo de disciplina.

Secção II
Estruturas de Coordenação de Turma

Artigo 93.º
Designação

Para acompanhamento e avaliação das actividades a desenvolver com os grupos de crianças, na educação pré-escolar, e com os alunos, nos três ciclos do ensino básico e no ensino secundário, devem ser elaborados planos de trabalho que explicitem as estratégias de diferenciação pedagógica e de adequação curricular a adoptar com cada grupo de crianças ou com cada turma, visando promover mais e melhores aprendizagens, bem como, o reforço da articulação escola - família.

A organização, o acompanhamento e a avaliação das actividades a desenvolver na sala com os alunos dos ensinos básicos e secundário, é da responsabilidade:

1. Dos respectivos educadores de infância, na educação pré-escolar;
2. Dos professores titulares de turma, no 1º ciclo do ensino básico;
3. Do conselho de turma, no 2º e 3º ciclo do ensino básico e no ensino secundário.

Artigo 94.º

Competências dos Educadores de Infância

Compete aos educadores de infância:

- 1-Planificar as actividades tendo em conta o nível de desenvolvimento das crianças e promover as melhores condições de aprendizagem em articulação com a família;
- 2-Identificar os alunos que exigem recursos ou adaptações no processo de ensino/aprendizagem, dando posterior conhecimento ao órgão de administração e gestão da escola.

Artigo 95.º

Definição do Conselho de Turma

O Conselho de Turma é uma estrutura de orientação educativa cuja acção se desenvolve, principalmente, ao nível da coordenação da actividade dos professores da turma.

Artigo 96.º

Composição do Conselho de Turma

O Conselho de Turma é constituído pelos professores da turma, pelo Delegado ou Subdelegado dos alunos (só no 3º ciclo e secundário) e por um Representante dos Pais e Encarregados de Educação, sob presidência do Director de Turma.

Podem ainda, sempre que a situação se justifique, estar presentes: professores de apoio educativo, psicólogos, professores tutores ou outros.

Artigo 97.º

Competências do Conselho de Turma/ Professor Titular

Ao Conselho de Turma e aos professores titulares de turma no 1º ciclo compete:

1. Analisar a situação da turma e identificar características específicas dos alunos a ter em conta no processo de ensino e aprendizagem;
2. Planificar o desenvolvimento das actividades a realizar com os alunos em contexto de sala de aula;
3. Identificar diferentes ritmos de aprendizagem e necessidades educativas especiais dos alunos, promovendo a articulação com os respectivos serviços especializados de apoio educativo, tendo em vista o sucesso educativo dos mesmos;

4. Assegurar a adequação do currículo às características específicas dos alunos, estabelecendo prioridades, níveis de aprofundamento e sequências adequadas;
5. Adoptar estratégias de diferenciação pedagógica que favoreçam as aprendizagens dos alunos;
6. Conceber e delinear actividades em complemento do currículo proposto;
7. Preparar informação adequada a disponibilizar aos pais e encarregados de educação, relativa ao processo de aprendizagem dos alunos;
8. Identificar os alunos que exigem recursos ou adaptações no processo de ensino/aprendizagem, dando posterior conhecimento dos mesmos ao órgão de gestão da escola, solicitando sempre que necessário, a avaliação pedagógica e psicológica do aluno;
9. Elaborar e avaliar o plano de actividades da turma em articulação com o previsto no Plano Anual de Actividades da Escola;
10. Elaborar um relatório analítico que identifique as aprendizagens não realizadas pelo aluno em caso de retenção, o qual deve ser tomado em consideração aquando da elaboração do Projecto Curricular de Turma do ano lectivo subsequente;
11. Propor ao conselho de docentes, no 1º ciclo, ou nos restantes ciclos, ser o próprio conselho de turma a propor, que um aluno revelador de capacidades de aprendizagem excepcionais, um grau de maturidade adequado e que revele um desenvolvimento de competências previstas para o ciclo que frequenta, progrida mais rapidamente no ensino básico, sendo que, tal proposta carece sempre de um parecer favorável do encarregado de educação, dos Serviços Especializados de Apoio e do Conselho Pedagógico.

Artigo 98.º

Funcionamento do Conselho de Turma

Os Conselhos de Turma reúnem ordinariamente duas vezes no 1º período e uma vez nos 2º e 3º períodos e, extraordinariamente, sempre que motivo de natureza pedagógica o justifique.

As reuniões ordinárias do Conselho de Turma são marcadas com um prazo de oito dias e as extraordinárias com um mínimo de quarenta e oito horas de antecedência.

Os contactos com os pais e encarregados de educação são realizados pelo Director de Turma. Caso haja necessidade de prolongar alguma reunião, o Director de Turma deve contactar o Director do agrupamento para que seja marcada nova reunião.

No caso de algum docente faltar inesperadamente, é o Conselho de Turma adiado vinte e quatro ou quarenta e oito horas.

Se o Director de Turma faltar à respectiva reunião, compete ao Director do agrupamento nomear o professor que preside à mesma.

No caso de ausência presumivelmente longa de um ou mais docentes, pode o Conselho de Turma reunir apenas com os docentes presentes.

Artigo 99.º

Definição do Conselho de Turma / Conselho de Docentes para Avaliação

O Conselho de Turma / Conselho de Docentes para avaliação é uma estrutura que se destina exclusivamente à avaliação dos alunos.

Artigo 100.º

Composição do Conselho de Turma / Conselho de Docentes para Avaliação

O Conselho de Turma / Conselho de Docentes para avaliação é constituído por todos os professores da turma, no 2º, 3º ciclos e secundário e por todos os docentes em exercício efectivo de funções lectivas, no 1º ciclo, podendo ainda intervir, sem direito a voto, os serviços especializados de apoio educativo.

Artigo 101.º

Competências do Conselho de Turma / Conselho de Docentes para Avaliação

São competências do Conselho de Turma/ Conselho de Docentes para Avaliação:

- 1-Fazer a avaliação sumativa dos alunos, cooperando com o professor titular do 1º ciclo e com o professor de cada disciplina nos restantes ciclos, tendo em conta os critérios de avaliação definidos pelo Agrupamento;
- 2-Pronunciar-se acerca de uma segunda retenção no mesmo ciclo;
- 3-Reanalisar o Projecto Curricular de Turma, sempre que se realize uma avaliação sumativa, com vista à introdução de eventuais reajustamentos no projecto curricular de turma do ano lectivo seguinte;
- 4-Analisar pedidos de reapreciação de avaliações finais, no prazo de cinco dias úteis, após a recepção dos mesmos;
- 5-Tomar decisões que podem confirmar ou modificar a avaliação atribuída, com base em todos os documentos relevantes para o efeito.
- 6-Propor os alunos que reúnam as condições de candidatura aos Quadros de Valor e Excelência, constantes do respectivo regulamento.

7-Propor, nos casos dos conselhos de turma dos 6º, 9º e 12º anos, os alunos que reúnam as condições exigidas para os prémios Borralho dos Reis e Misericórdia igualmente constantes de regulamento próprios.

Artigo 102.º

Funcionamento do Conselho de Turma / Conselho de Docentes para Avaliação

1. O Conselho de Turma/ Conselho de Docentes para avaliação reúne nos momentos de avaliação calendarizados.
2. As reuniões são presididas pelo Director de Turma/ Coordenador do Conselho de Docentes.
3. As decisões são tomadas com base nos critérios de avaliação previamente definidos.
4. Nas reuniões de Conselho de Turma/ Conselho de Docentes para avaliação, além do aproveitamento dos alunos, devem ser debatidas as estratégias de recuperação a aplicar aos alunos com dificuldades de aprendizagem ou integração.
5. As decisões do Conselho de Turma/ Conselho de Docentes para avaliação devem ser consensuais. Na impossibilidade de obter consenso, proceder-se-á a votação.
6. A deliberação é tomada por maioria absoluta (cinquenta por cento mais um).
7. É proibida a abstenção aos membros presentes na reunião.
8. As decisões tomadas devem constar na acta do Conselho de Turma/ Conselho de Docentes para avaliação.
9. Em caso de empate o Director de Turma/ Coordenador do Conselho de Docentes têm voto de qualidade.
10. Nos casos em que a decisão do Conselho de Turma para avaliação, relativamente a uma disciplina, seja diferente da proposta apresentada pelo docente dessa disciplina, deve registar-se na acta a respectiva fundamentação; o mesmo se aplica no caso de a decisão do Conselho de Docentes para avaliação não ser a mesma do professor titular.
11. Todos os docentes do Conselho de Turma/ Conselho de Docentes para avaliação são responsáveis por todos os documentos que dizem respeito ao respectivo conselho.
12. A revisão de toda a documentação respeitante ao Conselho de Turma/ Conselho de Docentes para avaliação é da responsabilidade do mesmo.
13. Sempre que a ausência de um membro de um Conselho de Turma/ Conselho de Docentes para avaliação for imprevista, a reunião deve ser adiada por quarenta e oito horas; no caso do 1º ciclo realiza-se a reunião calendarizada avaliando-se todos os alunos, excepto a turma cujo professor está ausente, sendo que, para a avaliação da turma

do professor ausente será adiada para 48 horas depois, sendo exigida a presença de todos os docentes.

14. No caso da ausência do professor ser presumivelmente longa, reúne o Conselho de Turma/ Conselho de Docentes para avaliação com os restantes elementos, devendo o Director de Turma/ Coordenador do Conselho de Docentes dispor de todos os elementos referentes à avaliação dos alunos.
15. No caso de falta prevista para obrigações legais aplica-se o disposto no ponto 13.
16. No caso de o docente ausente não ter fornecido os elementos de avaliação, por motivos de força maior, a reunião realiza-se, no 2º, 3º ciclos e secundário, não sendo os alunos avaliados nessa disciplina; no 1º ciclo proceder-se-á de forma idêntica, sem que haja lugar à avaliação dos alunos dessa turma.
17. No prazo máximo de quarenta e oito horas após o regresso do docente ao serviço lectivo, volta a reunir o Conselho de Turma/ Conselho de Docentes para avaliar os alunos nessa disciplina ou nessa turma.

Artigo 103º

Director de Turma

O Director de Turma é o responsável máximo pela organização, acompanhamento e avaliação dos alunos da turma.

O Director de Turma deverá ser, preferencialmente, um professor profissionalizado nomeado pelo Director de entre os professores da turma, tendo em conta a sua competência pedagógica e capacidade de relacionamento.

Sem prejuízo do disposto no número anterior, e sempre que possível, deverá ser nomeado Director de Turma o professor que no ano anterior tenha exercido tais funções na turma a que pertenceram os mesmos alunos.

Artigo 104º

Competências do Director de Turma

São competências do director de turma:

1. Promover, junto do Conselho de Turma, a realização de acções conducentes à aplicação do Projecto Educativo da Escola, numa perspectiva de envolvimento dos encarregados de educação e de abertura à comunidade;
2. Assegurar a adopção de estratégias coordenadas relativamente aos alunos da turma, bem como a criação de condições para a realização de actividades interdisciplinares, nomeadamente Área de Projecto;

3. Promover um acompanhamento individualizado dos alunos, divulgando junto dos professores da turma a informação necessária à adequada orientação educativa dos alunos e fomentando a participação dos pais/encarregados de educação na concretização de acções para orientação e acompanhamento;
4. Promover a rentabilização dos recursos e serviços existentes na comunidade escolar e educativa, mantendo os alunos e encarregados de educação informados do seu funcionamento;
5. Elaborar e conservar o processo individual do aluno, facultando a sua consulta ao aluno, professores da turma e pais / encarregados de educação;
6. Apreciar ocorrências de carácter disciplinar;
7. Decidir da aplicação de medidas imediatas no quadro da legislação em vigor;
8. Assegurar a participação dos alunos, professores, pais e encarregados de educação na aplicação de medidas educativas decorrentes da apreciação da situação de insucesso escolar;
9. Coordenar o processo de avaliação formativa e sumativa dos alunos, garantindo o seu carácter globalizante e integrador, solicitando, se necessário, a participação dos outros intervenientes na avaliação;
10. Garantir o conhecimento e o acordo prévio do encarregado de educação para a elaboração do Programa Individualizado do aluno e para o itinerário de formação;
11. Presidir às reuniões de Conselho de Turma;
12. Apresentar, ao Coordenador do Conselho de Directores de Turma, em data a definir pelo Director, um relatório de avaliação das actividades desenvolvidas;
13. Acompanhar os alunos na sequência da aplicação de medidas educativas disciplinares, devendo articular a sua actuação com os pais e encarregados de educação da turma, em função das necessidades educativas identificadas e de forma a assegurar a co-responsabilização de todos os intervenientes.

Artigo 105º

Conselho de Directores de Turma

O Conselho de Directores de Turma é uma estrutura de articulação curricular que visa coordenar as actividades dos diferentes Directores de Turma, bem como das turmas por eles dirigidas.

Há lugar à criação de três Conselhos de Directores de Turma: um para o 2º ciclo, um para o 3º ciclo e um para o secundário.

Artigo 106º

Composição do Conselho de Directores de Turma

O Conselho de Directores de Turma é constituído pela totalidade dos directores de turma que o integram.

Artigo 107º

Competências do Conselho de Directores de Turma

Ao Conselho de Directores de Turma compete:

A coordenação pedagógica de cada ano e ciclo, articulando as actividades das turmas;

Dar seguimento às orientações do Conselho Pedagógico e do Director;

Analisar as propostas dos Conselhos de Turma e submetê-los, através do coordenador, à aprovação do Conselho Pedagógico.

Artigo 108º

Funcionamento do Conselho de Directores de Turma

O Conselho de Directores de Turma reúne, obrigatoriamente, no início do ano lectivo para dar seguimento as decisões do Conselho Pedagógico referentes ao ano que se inicia, ordinariamente uma vez por período para preparação dos momentos de avaliação e extraordinariamente sempre que o Director entender conveniente.

As reuniões são marcadas ordinariamente com um prazo mínimo de quarenta e oito horas de antecedência.

A convocatória é feita pelo Coordenador e dela consta a ordem de trabalhos.

O Conselho de Directores de Turma reúne com a presença de pelo menos cinquenta por cento mais um dos seus membros. Na eventualidade de falta de “quórum” e no caso, das deliberações não serem de carácter urgente, a reunião fica adiada quarenta e oito horas, ficando desde logo definida a próxima reunião.

O Coordenador de Directores de Turma é coadjuvado por um Secretário na elaboração das actas.

O cargo de Secretário é exercido rotativamente por todos os membros do Conselho de Directores de Turma, de acordo com a listagem que consta na convocatória.

Artigo 109º

Coordenador do Conselho de Directores de Turma

O Coordenador do Conselho de Directores de Turma é um professor designado pelo Director do Agrupamento de entre os directores de Turma do ciclo.

Artigo 110 °

Mandato do Coordenador do Conselho de Directores de Turma

O mandato do Coordenador do Conselho de Directores de Turma tem ordinariamente a duração de quatro anos.

O mandato do Coordenador dos Directores de Turma pode cessar, a todo o momento, por decisão fundamentada do Director, ouvido o Conselho Pedagógico, ou o pedido fundamentado do próprio, no final do ano lectivo.

Artigo 111°

Competências do Coordenador do Conselho de Directores de Turma

Compete ao Coordenador do Conselho de Directores de Turma articular com outras estruturas da Escola, nomeadamente com o Director; definir as orientações a dar aos Directores de Turma e, com o Conselho Pedagógico, preparar a apresentação, informação e análise, nomeadamente do seguinte:

1. - Área – Projecto;
2. - Modalidades de Apoio Educativo;
3. - Processos referentes a dupla retenção;
4. - Processos disciplinares;
5. - Assuntos apresentados por algum Director de Turma ou tratados em Conselho de Directores de Turma, solicitando parecer do Conselho Pedagógico.
6. Proceder à divulgação de informação necessária ao desempenho das funções do Director de Turma.
7. Elaborar um guião para as reuniões, tendo em vista uniformizar a actuação dos Conselhos de Turma.
8. Elaborar e apresentar ao Director, em data a definir, um relatório sucinto das actividades realizadas, o qual terá que ser avaliado.

Capítulo VI

Estruturas e Serviços de Apoio

Secção I

Serviços Especializados de Intervenção Educativa

Artigo 112°

Definição

Os Serviços Especializados de Intervenção Educativa destinam-se a promover a existência de condições que assegurem a plena integração escolar dos alunos, devendo conjugar a sua actividade com as estruturas de orientação educativa.

Artigo 113º
Composição

1. Compõem estes serviços:
- a) Núcleo de Necessidades Educativas Especiais;
 - b) Professores Tutores;
 - c) Gabinete de Segurança, Saúde e Bem-estar;
 - d) Centro de Recursos Educativos
 - e) SASE.

Secção II
Núcleo de Necessidades Educativas Especiais

Artigo 114º
Definição

O Núcleo de Necessidades Educativas Especiais é uma equipa multidisciplinar que assegura o apoio a alunos com necessidades educativas especiais, dificuldades de aprendizagem e/ ou de integração na escola e no meio.

Artigo 115º
Composição

1. O Núcleo de Necessidades Educativas Especiais é constituído por:
- a) Docentes de Educação Especial;
 - b) Docentes de Apoio Educativo;
 - c) Psicólogos e outros técnicos especializados ligados ao Agrupamento.

Artigo 116º
Coordenação

O Coordenador será um elemento do Núcleo de Necessidades Educativas Especiais, designado pelo Director.

Artigo 117º
Competências

As competências do Núcleo de Necessidades Educativas são:

1. Colaborar com os órgãos de gestão e de coordenação pedagógica na detecção de necessidades educativas específicas e na organização e incremento das adequações do processo educativo dos alunos.

2. Cooperar com e apoiar os professores em toda e qualquer situação referente a alunos com necessidades educativas especiais, na tentativa de resolvê-las ou minimizá-las.
3. Promover a existência de condições na Escola para a integração socioeducativa das crianças e jovens com necessidades educativas especiais.
4. Elaborar o relatório técnico-pedagógico quando solicitado pelo Director;
5. Articular modalidades de complemento curricular e de educação especial, tendo em vista tanta a individualização do ensino e a organização de grupos de alunos, como a adequação de currículos e de programas;
6. Estabelecer articulações com outros serviços da Escola e da Comunidade necessários ao desenvolvimento de Programas Educativos Individuais (PEI);
7. Acompanhar o desenvolvimento do PEI e colaborar na elaboração do relatório circunstanciado no final do ano lectivo;
8. Elaborar, com o Director, a proposta de colocação, de professores a desempenhar funções no Núcleo de Necessidades Educativas Especiais, a submeter à apreciação da Direcção Regional de Educação.
9. Melhorar a qualidade das aprendizagens, os resultados e prevenir o abandono escolar, dos alunos;
10. Promover um relacionamento afectivo e emocional, com os alunos, de modo a desenvolver um clima favorável à aprendizagem;
11. Avaliar e intervir com métodos e estratégias adequadas a cada aluno;
12. Participar e dinamizar projectos;
13. Colaborar com os docentes na diversificação de estratégias e métodos educativos de forma a promover a gestão de grupos, o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos;
14. Participar activamente nos projectos de sala ou turma, promovendo a inclusão dos alunos com NEE no contexto de sala ou turma;
15. Promover e colaborar no trabalho com pais e encarregados de educação, no sentido de lhes dar a conhecer a evolução dos seus educandos, para que haja uma articulação entre o que se faz em casa e o que se faz na escola.

Artigo 118º
Funcionamento

O Núcleo de Necessidade Educativas Especiais (NNEE) reúne-se de acordo com o que ficar estipulado no seu Regimento Interno, tendo sempre em atenção a necessidade de troca de

informações e experiências, de modo a assegurar convenientemente a articulação entre os diversos órgãos.

Artigo 119º

Psicólogos e outros Técnicos Especializados ligados ao Agrupamento

Os psicólogos e demais técnicos especializados auxiliam os alunos na resolução de problemas relacionados com as aprendizagens, percurso escolar e vocacional, integração social ou outros não especificados. São exemplo destes técnicos, os psicólogos já referidos, os terapeutas da fala, os professores de Braille, etc., contratados anualmente em função das necessidades diagnosticadas.

Artigo 120º

Competências dos Psicólogos

O psicólogo desempenha funções de apoio sócio - educativo competindo – lhe designadamente:

1. Contribuir para o desenvolvimento integral dos alunos e para a construção da sua identidade pessoal;
2. Participar na definição de estratégias e na aplicação de procedimentos de orientação educativa para o acompanhamento do aluno ao longo do seu percurso escolar;
3. Intervir a nível psicológico e psico-pedagógico na observação, orientação e apoios dos alunos promovendo a cooperação entre todos os intervenientes;
4. Participar nos processos de avaliação, tendo em vista a elaboração e concretização dos programas educativos;
5. Conceber e desenvolver programas e acções de aconselhamento pessoal e vocacional a nível individual ou de grupo;
6. Participar em experiências pedagógicas, bem como em projectos de investigação e em acções de formação de pessoal docente e pessoal não docente;
7. Acompanhar o desenvolvimento de projectos e colaborar no estudo, concepção e planeamento de medidas que visem a melhoria do sistema educativo;
8. Colaborar com os órgãos de administração e gestão.

Secção III

Professores Tutores

Artigo 121º

Professor Tutor

1. O Tutor é um professor responsável pelo acompanhamento, de forma individualizada, do processo educativo de um ou mais alunos, de preferência ao longo do seu percurso escolar.
2. O Director designa os professores tutores.
3. As funções de tutoria devem ser realizadas, sempre que possível, por docentes com experiência adequada ou com formação especializada em orientação educativa/ coordenação pedagógica.

Artigo 122°
Competências do Professor Tutor

Compete ao professor tutor:

1. Desenvolver medidas de apoio aos alunos, designadamente de integração na turma e na escola e de aconselhamento e orientação no estudo e nas tarefas escolares;
2. Promover a articulação das actividades escolares dos alunos com outras actividades formativas;
3. Desenvolver a sua actividade de forma articulada, quer com a família, quer com os serviços especializados de intervenção educativa, designadamente os serviços de psicologia e orientação e com outras estruturas de orientação educativa.

Secção IV
Gabinete de Segurança, Saúde e Bem-estar

Artigo 123°
Definição

O serviço de apoios de saúde escolar presta apoio na área da prevenção e educação para a saúde, contando com o Gabinete de Segurança, Saúde e Bem-estar.

Artigo 124°
Composição

O Gabinete é composto por um Coordenador, um elemento do Centro de Saúde e uma equipa multidisciplinar de acordo com designação do Director.

Artigo 125°
Competências

Compete ao GSSBE:

- 1) Promover a educação para a saúde;
- 2) Promover o atendimento e apoio à Comunidade escolar;
- 3) Divulgar informação sobre temáticas relativas à saúde;

- 4) Promover a saúde como estado de bem-estar físico-psicológico em equilíbrio com o meio;
- 5) Valorizar as atitudes relativas à prestação de auxílio e primeiros socorros;
- 6) Prevenção de situações de violência e de segurança;
- 7) Testar o plano de evacuação;
- 8) Desenvolver o espírito de voluntariado e dádiva benévola;
- 9) Promover o diálogo / reflexão sobre o bem-estar da comunidade escolar;
- 10) Promover o espírito de solidariedade entre a comunidade educativa;
- 11) Apresentar um projecto anual de educação para a saúde com o respectivo plano de actividades.

Artigo 126°
Coordenador do GSSBE

1- O Coordenador do GSSBE é um professor designado pelo Director de acordo com o n° 2 do Despacho n° 2506/2007.

Artigo 127°
Competências do Coordenador do GSSBE

Para além de presidir às reuniões do GSSBE, compete ao coordenador do Gabinete de Saúde Segurança e Bem-estar:

- a) – Promover a dinamização dos projectos anuais de educação para a saúde;
- b) Assegurar a parceria com instituições que auxiliem no cumprimento do plano anual de actividades;
- c) Promover a articulação com outras estruturas ou serviços do Agrupamento, com vista ao desenvolvimento e cumprimento do Plano Anual de Actividades;
- d) Propor ao Conselho Pedagógico o desenvolvimento de componentes curriculares locais e a adopção de medidas destinadas a melhorar a educação para a saúde dos alunos;
- e) Promover a realização de actividades visando a educação para a saúde de toda a comunidade escolar;
- f) Promover medidas de planificação e avaliação das actividades do GSSBE;
- g) Apresentar ao Director no final de cada ano lectivo, um relatório crítico das actividades desenvolvidas.

Artigo 128°
Competências dos elementos do GSSBE

Compete a cada elemento:

- a)– Assegurar o cumprimento do projecto anual de actividades;

- b) – Promover a cooperação, colaboração e participação dos professores do Agrupamento na realização das actividades;
- c) – Dinamizar as diferentes parcerias viabilizando a execução das actividades;
- d) – Garantir o atendimento e esclarecimento aos alunos.

Artigo 129º

Gabinete de informação e apoio à Educação Sexual

1. De acordo com a Lei 60/2009 os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário devem disponibilizar aos alunos um gabinete de informação e apoio no âmbito da educação para a saúde e educação sexual.
2. O atendimento e funcionamento do respectivo gabinete de informação e apoio são assegurados por profissionais com formação nas áreas da educação para a saúde e educação sexual.
3. O gabinete de informação e apoio articula a sua actividade com as respectivas unidades de saúde da comunidade local ou outros organismos do Estado, nomeadamente o Instituto Português da Juventude.

Artigo 130º

Competências dos elementos do Gabinete de informação e apoio à Educação Sexual

1. O gabinete de informação e apoio funciona obrigatoriamente pelo menos uma manhã e uma tarde por semana.
2. O gabinete de informação e apoio deve garantir um espaço na Internet com informação que assegure, prontamente, resposta às questões colocadas pelos alunos.
3. As escolas disponibilizam um espaço condigno para funcionamento do gabinete, organizado com a participação dos alunos, que garanta a confidencialidade aos seus utilizadores.
4. Os gabinetes de informação e apoio devem estar integrados nos projectos educativos dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, envolvendo especialmente os alunos na definição dos seus objectivos.
5. O gabinete de informação e apoio, em articulação com as unidades de saúde, assegura aos alunos o acesso aos meios contraceptivos adequados

Secção V

Bibliotecas Escolares

Artigo 131 °

Composição

O Agrupamento de Escolas de Arraiolos dispõe de duas Bibliotecas Escolares.

Estes espaços proporcionam momentos de estudo e de trabalho, com uma diversidade de material à disposição, regendo-se por normas específicas.

Artigo 132°

A Biblioteca Escolar

1.1. - Definição de Biblioteca Escolar

Segundo a Declaração Política da IASL sobre Bibliotecas Escolares, o Princípio 7 da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança afirma:

“cada criança tem direito a receber educação, obrigatória e gratuita, pelo menos ao nível do ensino básico. Ser-lhe-á administrada uma educação que desenvolverá a sua cultura geral e lhe permitirá, numa base de igualdade, desenvolver as suas habilidades, capacidade de decisão e uma consciência moral de responsabilidade social, tornando-o um membro útil da comunidade.”

A existência e utilização da Biblioteca Escolar constituem uma parte vital desta educação obrigatória e gratuita. A Biblioteca Escolar é essencial “ao desenvolvimento da personalidade humana, bem como ao progresso espiritual, moral, social, cultural e económico da comunidade”.

A Biblioteca é essencial ao cumprimento das metas e objectivos de aprendizagem da escola e promove-os através de um programa planeado de aquisição e organização de documentos utilizando tecnologias de informação e através da disseminação dos materiais de modo a aumentar e diversificar os ambientes de aprendizagem dos estudantes. Um programa planeado de ensino de competências de informação em parceria com os professores da escola e outros educadores é uma parte essencial do programa das bibliotecas escolares.

A Biblioteca Escolar proporciona um vasto leque de recursos, tanto impressos como não impressos – incluindo meios electrónicos - e acesso a dados que promovem em cada criança a consciência da sua própria herança cultural e uma base para a compreensão da diversidade de culturas.

O Agrupamento dispõe de duas Bibliotecas que funcionam, uma na escola sede e outra na EB1/JI de Arraiolos.

São centros de recursos de livre acesso, destinados à consulta, utilização e produção de documentos cujos responsáveis pelo seu funcionamento são os Coordenadores das Biblioteca/ Professor Responsável e os Assistentes Operacionais designados pelo Director para tal efeito.

1.2. - Missão da Biblioteca Escolar

a) As Bibliotecas Escolares da Escola Básica 2,3/ES Cunha Rivara e EB/JI de Arraiolos estão integradas desde 1999 e 2002, respectivamente na Rede de Bibliotecas Escolares e seguem as directrizes por ela emanadas, nomeadamente, as que são referidas no Manifesto da Biblioteca Escolar, aprovado pela UNESCO, na sua Conferência Geral em Novembro de 1999.

b) A missão das Bibliotecas Escolares do Agrupamento, será a de “disponibilizar serviços de aprendizagem, livros e recursos que permitam a todos os membros da comunidade escolar tornarem-se pensadores críticos e utilizadores efectivos da informação em todos os suportes e meios de comunicação” Segundo a declaração política de IASL sobre Bibliotecas Escolares: “um programa planeado de ensino de competências de informação em parceria com os professores da escola e outros educadores é uma parte essencial do programa das Bibliotecas Escolares”.

c) Os serviços de aprendizagem, segundo o referido manifesto, devem ser disponibilizados “de igual modo a todos os membros da comunidade escolar, independentemente da idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua e estatuto profissional ou social”, sendo que, “aos utilizadores que, por qualquer razão, não possam utilizar os serviços e materiais comuns da Biblioteca, devem ser disponibilizados serviços e materiais específicos.”

1.3. - Objectivos da Biblioteca Escolar

A Biblioteca Escolar é parte integrante do processo educativo, contribuindo para o desenvolvimento da literacia, das competências de leitura e escrita e do uso da informação, apoiando no processo de ensino e aprendizagem, na cultura. É essencial o cumprimento dos seguintes objectivos:

1. apoiar e intensificar a consecução dos objectivos educacionais definidos na missão e no currículo da escola;
2. desenvolver e manter nas crianças o hábito e o prazer da leitura e da aprendizagem, bem como, o uso dos recursos da biblioteca ao longo da vida;
3. oferecer oportunidades de vivências destinadas à produção e uso da informação voltada ao conhecimento, à compreensão, imaginação e ao entretenimento;
4. apoiar todos os estudantes na aprendizagem e prática de habilidades para avaliar e usar a informação, nas suas variadas formas, suportes ou meios, incluindo a sensibilidade para utilizar adequadamente as formas de comunicação com a comunidade onde estão inseridos;
5. prover acesso em nível local, regional, nacional e global aos recursos existentes e às oportunidades que expõem os aprendizes a diversas ideias, experiências e opiniões;
6. organizar actividades que incentivem a tomada de consciência cultural e social, bem como de sensibilidade;
7. trabalhar em conjunto com estudantes, professores, administradores e pais, para o alcance final da missão e objectivos da escola;
8. proclamar o conceito de que a liberdade intelectual e o acesso à informação são pontos fundamentais à formação de cidadania responsável e ao exercício da democracia;
9. promover leitura, recursos e serviços junto à comunidade escolar e ao seu redor.

À Biblioteca Escolar cumpre exercer todas essas funções, por meio de políticas e serviços; selecção e aquisição de recursos; provimento do acesso físico e intelectual a fontes adequadas de informação; fornecimento de instalações voltadas à instrução; contratação de pessoal adequado.

Artigo 133º

Recursos Humanos

1 - Equipa alargada das Bibliotecas

A equipa alargada deve ser constituída pelos vários docentes que desempenhem funções nas duas bibliotecas, devendo esta ser multidisciplinar. Deve ainda integrar um professor de informática e pelo menos um coordenador do PNL.

Cada uma das bibliotecas possui um coordenador e o número de professores bibliotecários será o previsto na lei, cabendo a este representar as bibliotecas no Conselho Pedagógico.

Cada equipa das Bibliotecas deve contar com o número de funcionários suficiente para assegurar um horário contínuo e um tratamento documental adequado.

1.1. - Equipa da Biblioteca da escola sede – EB2,3/ES Cunha Rivara

A Equipa da Biblioteca deve ser constituída pelo menos por 3 a 4 docentes. O/A Coordenador/a da biblioteca da escola sede, deverá beneficiar do crédito concedido nos termos da rede de bibliotecas escolares, e os restantes elementos da equipa deverão ter, do crédito da escola, pelo menos dois a três blocos de 90 minutos. Destes, um momento de 90 minutos é necessário para reunião da equipa em conjunto (momento para coordenação, organização, preparação das actividades, formação de novos elementos).

1.2- Equipa da Biblioteca da EB1/ JI de Arraiolos

A Equipa da Biblioteca da EB1/ JI de Arraiolos deverá ser constituída, pelo menos, por um professor de 1ºciclo, por um educador de infância e por um assistente operacional.

2- Professor Bibliotecário

O número de professores bibliotecários e as funções que desempenha são definidas de acordo com despacho próprio.

3–Coordenador - As funções do(a) Coordenador(a) de cada Biblioteca e dos restantes membros da equipa serão definidas no início de cada ano lectivo. Os membros da equipa deverão ser designados pelo Director em articulação com os coordenadores da Biblioteca, de acordo com a portaria 756/2009 ou com legislação que a substitua, procurando implementar o seguinte:

- integração plena da biblioteca na escola (intervenção na elaboração do Regulamento Interno, Projecto Curricular de Escola; Projecto Educativo da Escola, Plano Anual de Actividades);
- elaboração de uma política documental em consonância com a escola;
- planeamento e gestão (planificação de actividades, gestão do fundo documental, organização da informação, serviços de referência e fontes de informação, difusão da informação e marketing, gestão de recursos humanos materiais e financeiros, avaliação);
- actividades na área das literacias (da informação, da leitura, dos media, etc.);
- desenvolvimento de trabalho em rede – cooperação/ parcerias a nível interno (escola e agrupamento) e externo (comunidade, biblioteca pública);

4 – Funcionários

Os funcionários das bibliotecas poderão dar apoio nas duas Bibliotecas Escolares.

4.1-Recrutamento – como primeira prioridade deverá ser um funcionário com formação na área;

4.2-Funções - dar apoio às diferentes actividades na biblioteca: catalogação; colocação nas prateleiras; recepção aos alunos; dinamização de actividades, limpeza.

4.3-Horário – deverá ter o horário completo na biblioteca.

5- Colaboradores

Poderão ser colaboradores das Bibliotecas: docentes, alunos, outros elementos da comunidade.

A Direcção Executiva poderá designar docentes para colaborarem com a equipa das bibliotecas atribuindo-lhes funções específicas. A equipa da Biblioteca pode ainda convidar elementos da comunidade para desempenhar essas funções em regime de voluntariado.

Artigo 134º

Funcionamento

1-Regimento- o funcionamento das bibliotecas está contemplado no seu Regimento Interno, o qual deverá ter parecer do Conselho Pedagógico.

2.Articulação entre as várias Bibliotecas do Concelho

2.1- As Bibliotecas Escolares possuem Regimento, Plano Estratégico e Plano Anual de Actividades comum.

2.2.- As Bibliotecas Escolares realizam reuniões periódicas com a Biblioteca Municipal.

3. Actividades

Prevê-se a elaboração anual de um Plano de Actividades a integrar no Plano Anual de Actividades do Agrupamento e que deve respeitar o Projecto Educativo, o Projecto Curricular de Escola, os objectivos definidos para o ano e os objectivos específicos da biblioteca. No final do ano, deverá ser feito um relatório a apresentar ao Conselho Pedagógico e à RBE.

As Bibliotecas Escolares elaboram ainda um Plano Estratégico para 4 anos.

Artigo 135º

Recursos documentais

1- Política documental do Agrupamento

As bibliotecas deverão elaborar um documento, com a mesma validade do Projecto Educativo, onde se defina a Política Documental do Agrupamento, incluindo a gestão de colecções.

Este documento será elaborado pela equipa alargada das bibliotecas e deverá ter parecer do Conselho Pedagógico.

Artigo 136º

Parcerias

1.Cooperação com o exterior

As duas bibliotecas trabalham em parceria com a RBE, com o representante da concelhia da RBE na zona, com a Biblioteca Municipal e com a Câmara Municipal (com a qual existe um protocolo assinado).

Secção VI

Artigo 137º

Sala de Informática

A sala de informática de acesso livre funciona em instalações próprias da escola sede.

1. Qualquer aluno pode frequentar a sala.
2. Na utilização desta sala têm prioridade os alunos que necessitam realizarem trabalhos.

3. Os professores podem requisitar a sala de Informática para aulas, devendo esta informação ficar afixada no placar da mesma.

Secção VII

SASE – Serviços de Apoio Sócio – Educativos

Artigo 138º

Definição

O Serviço de Apoios Sócio – Educativos é uma estrutura que pretende minimizar as desigualdades socioeconómicas dos alunos a fim de lhes proporcionar uma educação escolar com mais qualidade.

Artigo 139º

Funcionamento

O Serviço de Apoios Sócio – Educativos funciona na secretaria da escola, regendo-se pelas normas de funcionamento desta.

Artigo 140º

Áreas de Intervenção

O serviço de apoios sócio – educativos presta apoio nas seguintes áreas:

- a) Alimentação;
- b) Apoios económicos;
- c) Seguro escolar;
- d) Transportes escolares.

Outros serviços:

- a) Papelaria.

Artigo 141º

Apoios à alimentação

O apoio à alimentação é feito através da distribuição diária de leite ao pré-escolar e 1º ciclo; da atribuição de refeições subsidiadas e da promoção de acções no âmbito da educação e higiene alimentar.

Para prestar o serviço de alimentação o Agrupamento dispõe dos seguintes serviços:

Bufete e refeitórios.

Artigo 142º

Bufete

É um serviço que pretende contribuir para a melhoria dos níveis alimentares e de saúde dos alunos, através da promoção de bons hábitos alimentares.

Artigo 143º

Refeitório

É um serviço que pretende contribuir para a melhoria dos níveis alimentares e de saúde dos alunos, através do fornecimento de almoços, sem fins lucrativos com vista à promoção de bons hábitos alimentares.

Artigo 144º
Apoios económicos

1. Os apoios económicos constituem uma modalidade de apoio socioeducativo destinado aos alunos inseridos em agregados familiares cuja situação económica determina a necessidade de comparticipações para fazer face aos encargos com refeições, livros e outro material escolar, actividades de complemento curricular e alojamento, relacionados com o prosseguimento da escolaridade, sendo que, para os alunos do ensino básico, deve privilegiar-se, quanto aos manuais escolares, os auxílios em espécie, através de empréstimos domiciliários de longa duração, quando estes se revelem adequados e possíveis em estrita colaboração com a autarquia.
2. O período de entrega dos boletins de candidatura aos auxílios económicos decorre normalmente durante os meses de Maio e Junho, em datas a defini, e a divulgação dos resultados ocorrerá na primeira quinzena de Setembro.
3. A comparticipação nos encargos com a aquisição de manuais escolares, nos termos do número um, não ocorre nos casos de insucesso escolar, por disciplina ou grupo disciplinar, desde que o estabelecimento de ensino, no ano lectivo imediato, adopte os mesmos manuais escolares.
4. Após a definição dos alunos abrangidos pelos escalões A e B dos auxílios económicos, deve o órgão de gestão da escola, em coordenação com o Serviço de Apoios Socioeducativos, proceder ao empréstimo dos manuais escolares, averiguando se existem alunos nas condições do número anterior.
5. No caso do ano lectivo em que os manuais são, pela primeira vez adoptados, deve proceder-se a solicitação/aquisição dos mesmos como legalmente previsto.
6. Este empréstimo efectuado aos alunos é a título devolutivo e aplica-se por um período de tempo correspondente ao ano lectivo para que o manual foi concebido, mais o número de anos restante de duração do ciclo de estudos respectivo.
7. O empréstimo abrange todos os manuais escolares que sejam passíveis de reutilização. Os que não se encontrarem nestas condições podem ser, de acordo com o referido anteriormente, objecto de auxílio económico.
8. O bom desenvolvimento do processo ensino aprendizagem a determinada disciplina pode, a este respeito, solicitar o preenchimento, no manual escolar, de espaços em

branco, fichas de trabalhos, exercícios propostos, etc., inviabilizando, assim, que, de futuro, os objectivos subjacentes a essas actividades não possam ser alcançados no caso de reutilização do livro.

9. No final do ciclo de estudos, os alunos podem optar pela aquisição dos manuais que lhes foram emprestados mediante o pagamento de trinta por cento do preço de venda no momento da aquisição, constituindo este montante receita próprio da escola.
10. A devolução ou o pagamento dos manuais escolares a que se refere o número anterior no caso dos alunos em anos terminais, é feita após a afixação das notas do terceiro período e antes do processo de matrícula no ano seguinte, no caso de prosseguimento de estudos. Este é, também, o período de devolução dos manuais para os alunos que tenham ficado retidos.
11. Os alunos são obrigados a manter os livros emprestados num adequado estado de conservação, sendo igualmente responsáveis no caso de perda dos mesmos. O desrespeito por esta norma obriga ao pagamento dos manuais em causa.
12. A recepção dos manuais entregues pelos alunos, bem como a verificação do estado de conservação dos mesmos, deve ser coordenada entre o Director, o Serviço de Acção Social Escolar e os professores e funcionários responsáveis pela biblioteca escolar, devendo estes organizar um espaço próprio para os livros em causa.
13. No início do ano lectivo, o professor que lecciona a disciplina e ano de escolaridade em causa, deve consultar os livros existentes na escola, referindo-se quanto à possibilidade de reutilização desses manuais nomeadamente no que se diz respeito ao referido no ponto cinco.

Artigo 145° **Seguro Escolar**

O seguro escolar constitui um sistema de protecção obrigatório destinado a garantir a cobertura dos danos resultantes do acidente escolar abrangendo todos alunos desde o pré-escolar até ao secundário.

Artigo 146° **Transportes escolares**

Aos alunos dos ensinos básico e secundário que residam em localidades que não disponham de estabelecimentos escolares acessíveis a pé, em termos de distância ou de tempo, nem de transportes públicos colectivos utilizáveis, é facultado um esquema adequado de transportes escolares, nos termos do Decreto-Lei n.º 299/84 de 5 de Setembro.

Para os alunos com dificuldades de locomoção será assegurado o transporte escolar dentro da sua área de residência enquadrado nos termos da lei.

A utilização do esquema de transportes é gratuita para os alunos do ensino básico (durante nove anos de Escolaridade) e comparticipada para os alunos do ensino secundário, sendo este serviço assegurado pela Câmara Municipal de Arraiolos.

Artigo 147º
Papelaria

A papelaria é um serviço destinado a fazer face às necessidades dos educandos relativamente à aquisição de materiais escolares.

Artigo 148º
Mérito Escolar

Nos termos da Lei nº 39/2010, de 2 de Setembro, nomeadamente a alínea h), do artigo 13º, este Regulamento Interno prevê a atribuição de prémios de mérito destinados a distinguir alunos que preencham uma ou mais dos seguintes requisitos:

- a) Revelem atitudes exemplares de superação de dificuldades;
- b) Alcancem excelentes resultados escolares;
- c) Produzam trabalhos académicos de excelência ou realizem actividades curriculares ou de complemento curricular de relevância;
- d) Desenvolvam iniciativas ou acções exemplares no âmbito da solidariedade social.

Nos termos do nº 2 do artigo 51º da Lei nº 39/2010 os prémios de mérito devem ter natureza simbólica ou material, podendo ter uma natureza financeira desde que, comprovadamente, auxiliem a continuação do percurso escolar do aluno.

1. São prémios de mérito do Agrupamento:

- a) Prémio Borracho dos Reis;
- b) Prémio Santa Casa da Misericórdia de Arraiolos;
- c) Quadros de Valor e Excelência.

2. Estes prémios de Mérito Escolar dispõem de regulamentos próprios.

3. Os alunos do Agrupamento são ainda opositores aos Prémios de Mérito Ministério da Educação, atribuídos ao melhor aluno de cada um dos percursos escolares do Ensino Secundário: os Cursos Científico-Humanísticos e os Cursos Profissionais e ao Prémio de Mérito Escolar atribuído pela Câmara Municipal de Arraiolos.

Capítulo VIII **Estruturas Associativas**

Secção I

Associação de Estudantes

Artigo 149 °

Definição

A Associação de Estudantes é a organização representativa dos alunos da Escola, não subordinada a qualquer partido político, organização religiosa ou quaisquer outras; cujos corpos directivos são eleitos por voto secreto e as decisões tomadas maioritariamente, respeitando a livre discussão e o seu estatuto.

A associação de estudantes tem o direito de solicitar ao Director do agrupamento a realização de reuniões para a apreciação de matérias relacionadas com o funcionamento do agrupamento.

Artigo 150°

Competências

Compete à Associação de Estudantes:

1. Representar os estudantes e defender os seus interesses e direitos;
2. Participar nas questões de interesse estudantil, nomeadamente na política educativa, participando em reuniões do Conselho Pedagógico.
3. Mobilizar os estudantes para uma participação responsável nas actividades escolares e de acção social;
4. Promover a prática cultural, desportiva e recreativa, garantindo a ligação da escola ao meio.
5. Apresentar no Conselho Pedagógico o Plano Anual de Actividades da Associação de Estudantes até 31 de Outubro de cada ano lectivo

Secção II

Associação de Pais, Encarregados de Educação e Educadores

Artigo 151 °

Definição

Esta Associação é uma estrutura representativa dos Pais e Encarregados de Educação dos alunos na Comunidade Escolar.

A Associação rege-se por estatutos próprios.

Artigo 152 °

Competências

1. Defender e a promover os interesses dos seus associados em tudo quanto respeita à educação e ensino dos seus filhos e educandos, quer sejam Alunos da Educação Pré-Escolar ou dos Ensinos Básico ou Secundário.
2. Participar na definição da política educativa;
3. Estimular os pais e encarregados de educação a uma real aproximação da escola, com o objectivo de se manterem informados acerca do desenvolvimento de todo o processo ensino -aprendizagem dos seus educandos;
4. Estabelecer uma colaboração eficiente com os Directores de Turma, contribuindo para um conhecimento mais completo dos alunos;
5. Colaborar estreitamente com a escola na implementação de actividades educativas, de difusão cultural e de animação sócio-comunitária;
6. Interessar os pais, encarregados de educação, educadores e alunos pelos problemas morais e cívicos, culturais e educacionais, procurando contribuir para a sua resolução;
7. Participar na procura de soluções relativamente ao bem-estar, segurança e ocupação dos tempos livres dos alunos;
8. Manter uma vivência de cooperação e solidariedade com todos os elementos da comunidade escolar;
9. Fazer-se representar na escola de acordo com a lei;
10. Estabelecer ligação e colaboração com associações congéneres.
11. Apresentar ao Conselho Pedagógico, no início de cada ano lectivo, o seu plano de actividades.
12. Cumprir o Regulamento Interno.

Artigo 152 °

Autonomia

A Associação de Pais e Encarregados de Educação goza de autonomia na elaboração e aprovação dos respectivos estatutos e demais normas internas, na eleição dos seus corpos sociais, na gestão e administração do seu património próprio, na elaboração de planos de actividades e na efectiva prossecução dos seus fins.

<h2>Capítulo VIII</h2> <h3>Disposições Gerais dos Elementos da Comunidade Educativa</h3>
--

Secção I

Direitos e Deveres da Comunidade Educativa

Artigo 153 °
Princípios Gerais

1. Os membros da comunidade educativa são responsáveis pela salvaguarda efectiva do direito à educação e à igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares e pela prossecução integral do projecto educativo. Aqui inclui-se, de forma enfática, a integração sócio-cultural dos seus membros, com particular relevância para a comunidade discente, e o desenvolvimento de uma cultura de cidadania que promova e fomente os valores da pessoa humana, da democracia e do exercício responsável da liberdade individual.
2. Todo o elemento da comunidade educativa tem direito a:
 - a) Ser tratado com respeito e correcção por qualquer elemento da comunidade educativa;
 - b) Ser informado de qualquer assunto que lhe diga respeito;
 - c) Participar activamente na construção do processo de autonomia, através dos seus representantes, quer no processo de elaboração do Projecto Educativo do Agrupamento de Escolas, Projecto Curricular de Escola e Regulamento Interno, acompanhando o respectivo desenvolvimento e concretização;
 - d) Apresentar críticas construtivas e sugestões relativas ao funcionamento do Agrupamento de Escolas;
 - e) Ser informado sobre as iniciativas em que possa participar e de que o Agrupamento tenha conhecimento.
 - f) Eleger e ser eleito para órgãos, cargos e demais funções de representação no âmbito do agrupamento de escolas, nos termos da legislação em vigor e do presente Regulamento;
 - g) Ver reconhecido o empenhamento em acções meritórias, em favor da comunidade em que está inserido ou da sociedade em geral, praticadas na Escola ou fora dela;
 - h) Conhecer o Regulamento Interno do Agrupamento de Escolas;
 - i) Reclamar, através dos órgãos competentes, de qualquer decisão que a ele diga respeito;
 - j) Ser atendido com rapidez e competência pelos serviços;
 - k) Ter um espaço próprio de convívio dentro da escola;
 - l) Usufruir dos serviços de apoio que a escola lhe oferece;
 - m) Encontrar a escola em perfeito estado de asseio e limpeza;
3. Todo o aluno, docente ou elemento do pessoal não docente tem ainda direito a:
 - a) Ter no Agrupamento de Escolas um bom ambiente de trabalho;
 - b) Ver salvaguardada a sua segurança e integridade física nos momentos em que frequentar e utilizar as Escolas do Agrupamento;

- c) Ser pronta e adequadamente assistido em caso de acidente ou doença súbita ocorrida no âmbito das actividades escolares de acordo com os seguintes procedimentos:
O Pai/Encarregado de Educação deverá ser avisado do ocorrido com a brevidade possível;
O/A aluno(a) visado(a) deverá ser transportado(a) em ambulância, devendo, para tal, a Escola efectuar prévio contacto com os bombeiros (112);
Caso o Encarregado de Educação não esteja contactável ou não se desloque à entidade de saúde onde se encontra o respectivo educando a ser assistido, a Escola deverá acompanhar a evolução do estado de saúde do aluno, prestando-lhe todo o apoio possível.
- d) Respeitar, no âmbito do dever de sigilo profissional, a natureza confidencial da informação relativa às crianças, alunos e respectivos familiares e encarregados de educação;
- e) Utilizar as instalações, serviços e equipamentos do agrupamento de escolas, de acordo com as normas definidas e após obter a devida autorização;
- f) Ser informado sobre normas de utilização e de segurança dos materiais e equipamentos da escola.
- g) Conhecer em tempo útil as deliberações dos órgãos de direcção, administração e gestão que lhes digam respeito;
- h) Conhecer e cumprir a legislação do seu interesse e as normas em vigor no Agrupamento de Escolas.

Artigo 154º
Deveres

1. Todo o elemento da comunidade educativa tem o dever de:
 - a) Tratar com respeito e correcção qualquer outro elemento da comunidade educativa;
 - b) Contribuir para a preservação da segurança e integridade física e moral de todos os que participam na vida do Agrupamento de Escolas;
 - c) Cumprir e fazer cumprir o Regulamento Interno.
 - d) Contribuir para a manutenção de um bom ambiente, espírito de fraternidade e solidariedade, favorecendo a criação e o desenvolvimento de relações de respeito mútuo entre todos os elementos da comunidade educativa;
 - e) Promover o desenvolvimento de um espírito de entajuda e cooperação entre a população escolar.

2. Todo o aluno, docente ou elemento do pessoal não docente tem ainda o dever de:
- a) Primar pela assiduidade e pontualidade no serviço que prestar, nas funções que desempenha em consonância com o seu estatuto próprio no contexto da comunidade educativa;
 - b) Envolver-se empenhadamente na organização, realização e concretização das actividades desenvolvidas pelo Agrupamento de Escolas, potenciando a boa imagem deste no meio local;
 - c) Zelar pela preservação, conservação e asseio das instalações, material didáctico, mobiliário e espaços verdes da escola fazendo uso correcto dos mesmos;
 - d) Respeitar a segurança pessoal e promover a não-violência nas relações com os outros.
 - e) Respeitar a propriedade dos bens privados de todos os elementos da comunidade educativa;
 - f) Conhecer as normas e horários de funcionamento de todos os serviços da escola;
 - g) Participar na eleição dos seus representantes e prestar-lhes colaboração.
 - h) Empenhar-se na resolução de problemas e questões que surjam no Agrupamento de Escolas;
 - i) Propor medidas de melhoramento e renovação dos espaços, instalações e equipamentos escolares, fazendo uso adequado dos mesmos;
 - j) Ser responsável pela danificação culposa de instalações, equipamento e material que nela se encontrem;
 - k) Participar aos órgãos competentes a ocorrência de qualquer situação irregular.

Secção II

Direitos e deveres dos alunos

Artigo 155º

Direitos

1. De acordo com o artigo 13º da Lei número 39/2010 de 2 de Setembro, o aluno tem direito a:
- a) Ser tratado com respeito e correcção por qualquer membro da comunidade educativa;
 - b) Usufruir do ensino e de uma educação de qualidade de acordo com o previsto na lei, em condições de efectiva igualdade de oportunidades no acesso, de forma a propiciar a realização de aprendizagens bem sucedidas;
 - c) Usufruir do ambiente e do Projecto Educativo que proporcionem as condições para o seu pleno desenvolvimento físico, intelectual, moral, cultural e cívico, para a formação da sua personalidade;

- d) Ver reconhecido e valorizado o mérito, a dedicação e o esforço no trabalho e no desempenho escolar e ser estimulado nesse sentido;
- e) Ver reconhecido o empenhamento em acções meritórias, em favor da comunidade em que está inserido ou da sociedade em geral, praticadas na escola ou fora dela, e ser estimulado nesse sentido;
- f) Usufruir de um horário escolar adequado ao ano frequentado, bem como de uma planificação equilibrada das actividades curriculares e extra curriculares, nomeadamente as que contribuem para o desenvolvimento cultural da comunidade;
- g) Beneficiar, no âmbito dos serviços de acção social escolar, de apoios concretos, que lhe permitam superar ou compensar as carências do tipo sócio-familiar, económico ou cultural que dificultem o acesso à escola ou o processo de aprendizagem;
- h) Poder usufruir de prémios que distingam o mérito;
- i) Beneficiar de outros apoios específicos, necessários às suas aprendizagens escolares, através dos serviços de psicologia ou orientação ou de outros serviços especializados de apoio educativo;
- j) Ver salvaguardada a sua segurança na escola e respeitada a sua integridade física e moral;
- k) Ser assistido de forma pronta e adequada, em caso de acidente ou doença súbita, ocorrido ou manifestada no decorrer das actividades escolares;
- l) Ver garantida a confidencialidade dos elementos e informações constantes do seu processo individual, de natureza pessoal ou familiar;
- m) Participar, através dos seus representantes, nos termos da lei, nos órgãos de administração e gestão da escola, na criação e execução do respectivo projecto educativo, bem como na elaboração do regulamento interno;
- n) Eleger os seus representantes, para os órgãos, cargos e demais funções de representação no âmbito da escola, bem como ser eleito, nos termos da lei e do regulamento interno da escola;
- o) Apresentar críticas e sugestões relativas ao funcionamento da escola e ser ouvido pelos professores, directores de turma e órgãos de administração e gestão da escola em todos os assuntos que justificadamente forem do seu interesse;
- p) Organizar e participar em iniciativas que promovam a formação e ocupação de tempos livres;
- q) Ser informado sobre o Regulamento Interno da escola, e, por meios a definir por esta e em termos adequados à sua idade e ao ano frequentado, sobre todos os assuntos que

justificadamente sejam do seu interesse, nomeadamente sobre o modo de organização do plano de estudos ou curso, o programa e objectivos essenciais de cada disciplina ou área disciplinar, e os processos e critérios de avaliação, bem como sobre matrícula, abono de família e apoios sócio-educativos, normas de utilização e segurança dos materiais e equipamentos e das instalações, incluindo o plano de emergência e, em geral, sobre todas as actividades e iniciativas relativas ao projecto educativo da escola;

- r) Participar nas demais actividades da escola, nos termos da lei e do respectivo Regulamento Interno;
- s) Participar no processo de avaliação, através dos mecanismos de auto e hetero-avaliação.

2. Sem prejuízo dos direitos gerais previstos no estatuto do aluno, em vigor com a Lei nº30/2002 de 20 de Dezembro, e com as alterações introduzidas pela Lei nº 3/2008 de 18 de Janeiro e pela Lei nº 39/2010, de 2 de Setembro, os alunos gozam ainda dos seguintes direitos específicos:

- 1. Ver reconhecido e valorizado o mérito, a dedicação e o esforço no trabalho e no desempenho escolar, nomeadamente com a atribuição dos prémios – Borrvalho dos Reis, Misericórdia e de Mérito Escolar (C.M.A.); e ou fora da escola através de um lugar nos Quadros de Valor e Excelência;
- 2. Ser valorizado pelo destaque do seu envolvimento e empenho em actividades de dinamização do Agrupamento de Escolas;
- 3. Ter acesso a uma educação de qualidade que permita a realização de aprendizagens bem sucedidas;
- 4. Ser ouvido, em todos os assuntos que lhe digam respeito, pelos professores, director de turma e órgãos de administração e gestão da escola;
- 5. Integrar a Associação de Estudantes, eleger e ser eleito, a partir do terceiro ciclo, inclusive, para a sua direcção;
- 6. Os alunos que tenham sido alvo de processo disciplinar, não poderão integrar as listas concorrentes à AE.
- 7. Participar em todas as actividades lectivas e não lectivas em que estiver inscrito;
- 8. Ser devidamente informado, em termos adequados à sua idade e ao ano frequentado, sobre todos os assuntos que lhe digam respeito, nomeadamente:
 - a) Modo de organização do seu plano de estudos ou curso, programa e competências essenciais de cada disciplina ou área disciplinar, processos, modalidades e critérios de avaliação, em linguagem adequada à sua idade e nível de ensino frequentado;

- b) Os resultados/classificações dos testes/trabalhos que realizou;
 - c) Legislação sobre faltas e o seu modo de justificação;
 - d) Matrícula, abono de família e regimes de candidatura a apoios sócio - educativos;
 - e) Normas de utilização e de segurança dos materiais, equipamentos, instalações e serviços do Agrupamento de Escolas incluindo o plano de emergência;
 - f) Normas de utilização de instalações específicas, designadamente biblioteca, laboratórios, refeitório, bufete, sala de convívio, sala de informática e Associação de Estudantes;
 - g) Iniciativas e ocupação de tempos livres em que possa participar e que concorram para a sua plena formação;
9. Ser ouvido na marcação da data de realização de testes/trabalhos;
 10. O delegado e/ou subdelegado de turma têm o direito de solicitar a realização de reuniões para apreciação de matérias relacionadas com o funcionamento da turma, sem prejuízo do cumprimento das actividades lectivas;
 11. Por iniciativa dos alunos ou por sua própria iniciativa, o director de turma ou o professor titular de turma pode solicitar a participação dos representantes dos pais e encarregados de educação dos alunos da turma na reunião referida no número anterior;
 12. Requerer a realização de reuniões de turma nos moldes definidos no presente regulamento;
 13. Debater, com os professores e colegas, o processo de avaliação da turma;
 14. Participar no processo de avaliação, nomeadamente através dos mecanismos de auto e hetero-avaliação.
 15. Intervir, participando nos debates e nos trabalhos orais e escritos, individuais e/ou em grupo;
 16. Ser ouvido antes de ser responsabilizado por quaisquer actos de que seja acusado;
 17. Dispor, sempre que possível, de um espaço próprio (**cacifo**) para guardar o seu material escolar e outros objectos de uso pessoal;
 18. Consultar o seu processo individual, na presença do director de turma/professor titular de turma, após apresentação de um pedido devidamente fundamentado, subscrito pelo respectivo encarregado de educação;
 19. Valorizar-se dentro e fora das aulas.

Artigo 156º
Deveres

A realização de uma escolaridade bem sucedida, numa perspectiva de formação integral do cidadão, implica a responsabilização do aluno, enquanto elemento nuclear da comunidade educativa.

É primeiro dever dos alunos dignificar o seu Agrupamento, quer através do seu trabalho e empenho nas aprendizagens, quer através de comportamentos eticamente correctos, dentro e fora da Escola, quer ainda através do respeito das regras de higiene, limpeza e apresentação em todos os locais do Agrupamento de Escolas;

1. De acordo com o artigo 15º da Lei número 39/2010 de 2 de Setembro, o aluno tem o dever de:
 - a) Estudar, empenhando-se na sua educação e formação integral;
 - b) Ser assíduo, pontual (cumprindo os toques) e empenhado no cumprimento de todos os seus deveres no âmbito das actividades escolares;
 - c) Seguir as orientações dos docentes, relativas ao seu processo de ensino e aprendizagem;
 - d) Tratar com respeito e correcção qualquer elemento da comunidade educativa;
 - e) Guardar lealdade para com todos os membros da comunidade educativa;
 - f) Respeitar as instruções do pessoal docente e não docente;
 - g) Contribuir para a harmonia de convivência escolar e para a plena integração na escola de todos os alunos;
 - h) Participar nas actividades educativas ou formativas desenvolvidas na escola, bem como nas demais actividades organizativas que requeiram a participação dos alunos;
 - i) Respeitar a integridade física e psicológica de todos os membros da comunidade educativa;
 - j) Prestar auxílio e assistência aos restantes membros da comunidade educativa, de acordo com as circunstâncias de perigo para a integridade física e psicológica dos mesmos;
 - k) Zelar pela preservação, conservação e asseio das instalações, material didáctico, mobiliário e espaços verdes da escola, fazendo uso correcto dos mesmos;
 - l) Respeitar a propriedade dos bens de todos os elementos da comunidade educativa;
 - m) Permanecer na escola durante o seu horário, salvo autorização escrita do encarregado de educação ou da direcção da escola;
 - n) Participar na eleição dos seus representantes e prestar-lhes colaboração;
 - o) Conhecer e cumprir o estatuto do aluno, as normas de funcionamento dos serviços da escola e o Regulamento Interno subscrevendo declaração anual de aceitação do mesmo e de compromisso activo quanto ao seu cumprimento integral;

- p) Não possuir e não consumir substâncias aditivas, em especial drogas, tabaco e bebidas alcoólicas, nem promover qualquer forma de tráfico, facilitação e consumo das mesmas;
 - q) Não transportar quaisquer materiais, equipamentos tecnológicos, instrumentos ou engenhos passíveis de, objectivamente, perturbarem o normal funcionamento das actividades lectivas ou poderem causar danos físicos ou psicológicos aos alunos ou a terceiros;
 - r) Cumprir com os demais deveres previstos na lei;
 - s) Respeitar a autoridade do professor.
2. Sem prejuízo dos deveres gerais previstos no estatuto dos alunos, em vigor com a Lei nº 30/2002 de 20 de Dezembro, e com as alterações introduzidas pela Lei nº 3/2008 de 18 de Janeiro, os alunos têm ainda os seguintes deveres específicos:
- 1. No desenvolvimento dos valores nacionais e de uma cultura de cidadania capaz de fomentar os valores da pessoa humana, da democracia, do exercício responsável, da liberdade individual e da identidade nacional, o aluno tem o direito e o dever de conhecer e respeitar activamente os valores e os princípios fundamentais inscritos na Constituição da República Portuguesa, a Bandeira e o Hino, enquanto símbolos nacionais, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Convenção Europeia dos Direitos do Homem e a Convenção sobre os Direitos da Criança, enquanto matriz de valores e princípios de afirmação da humanidade.
 - 2. Permanecer nas instalações da escola/agrupamento durante o seu horário lectivo, salvo autorização escrita do respectivo encarregado de educação **(no caso dos alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória)**.
 - 3. Fazer-se acompanhar do material necessário às actividades escolares;
 - 4. Aguardar disciplinadamente junto à porta da sala de aulas a chegada do professor;
 - 5. Zelar pela preservação, conservação e asseio das instalações, material didáctico, mobiliário e espaços verdes do Agrupamento, fazendo uso correcto dos mesmos, seguindo as seguintes orientações:
 - a) Usar os recipientes do lixo para lançar papéis, cascas, latas, outros detritos;
 - b) Não riscar, nem escrever nas paredes, mesas, cadeiras ou estores;
 - c) Utilizar correctamente as instalações sanitárias;
 - d) Não lançar quaisquer explosivos ou outros artefactos ditos carnavalescos;
 - e) Não afixar cartazes ou comunicações nos corredores de ligação de pavilhões, nas paredes ou vidros exteriores das salas de aula sem a autorização prévia do órgão de gestão, que para o efeito destinará os locais adequados

6. Intervir nas aulas, de forma oportuna e ordenada, exprimindo livremente e com correcção as suas opiniões.
7. Respeitar o exercício do direito à educação e ensino dos outros alunos não perturbando o funcionamento das actividades lectivas e extracurriculares.
8. Ter um comportamento adequado e respeitoso em todo o espaço escolar.
9. Ser diariamente portador do cartão de identificação de estudante, caderneta e respectivo horário escolar, apresentando-os sempre que lhe sejam solicitados;
10. Conhecer as normas e horários de funcionamento de todos os serviços da escola.
11. Ser solidário com os seus colegas, amparando e protegendo os mais novos para uma melhor integração escolar e social destes.
12. Utilizar nas relações interpessoais uma linguagem compatível com as regras da boa educação.
13. Não entrar nem sair da escola por outros locais que não sejam os portões destinados a tal efeito.
14. Circular no interior da escola de forma ordeira.
15. Evitar ruídos e gritos nos corredores e junto às salas de aula, especialmente durante os tempos lectivos;
16. Não utilizar o telemóvel nas salas de aula - desligando-o após entrada na aula - ou outros equipamentos e acessórios, electrónicos ou não, que prejudiquem o normal funcionamento das aulas.
17. Manter um estilo de vida saudável privilegiando uma alimentação correcta e equilibrada.
18. Não consumir alimentos sólidos e/ou líquidos nas salas de aulas e em outros locais, de acordo com os regulamentos específicos destes.
19. Cumprir as normas de higiene individual.
20. Recolher a loiça e deixar a mesa limpa, tanto no bufete como no refeitório.
21. Entregar, dentro do prazo estipulado por lei (**três dias úteis**), ao Director de Turma/ Professor Titular a justificação de falta (s).
22. Não praticar e denunciar quaisquer situações de indisciplina ou ilícitas;
23. Dar a conhecer ao encarregado de educação, os trabalhos avaliados bem como as actividades em que esteja envolvido;
24. Comunicar ao encarregado de educação as ocorrências que lhe digam respeito;
25. Apresentar ao encarregado de educação todos os contactos /documentos escritos que lhe sejam entregues;

26. Entregar todos os artigos perdidos ou esquecidos na escola ao funcionário responsável pelo sector onde foram encontrados;
27. Aguardar a sua vez no atendimento em qualquer serviço que pretenda utilizar, evitando distúrbios;
28. Deixar sempre limpas e arrumadas as salas de aula;
29. Responsabilizar-se pelo seu material escolar, não o abandonando;
30. Ser pontual e responsável no cumprimento das tarefas que lhe forem atribuídas;
31. Entrar e sair das salas de aula de forma ordenada;
32. Realizar sempre os trabalhos de casa.

Artigo 157º

Órgãos de participação dos alunos

Os órgãos de participação dos alunos na vida da Escola são os seguintes:

- a) Conselho Geral;
- b) Conselho Pedagógico;
- c) Assembleia de Turma;
- d) Assembleia de Delegados de Turma
- e) Associação de Estudantes.

Artigo 158º

Direito à Representação

1. Os alunos têm, ainda, direito a:
 - a) Reunir-se em assembleia de alunos ou assembleia-geral de alunos e são representados pela associação de estudantes, delegado ou subdelegado de turma e pela assembleia de delegados de turma, nos termos da lei e do regulamento interno;
 - b) Eleger os seus representantes para os órgãos, cargos e demais funções de representação no âmbito da escola, bem como ser eleito, nos termos da lei, e do presente regulamento.
2. Os alunos têm o direito de eleger delegado e subdelegado de turma como seus porta-vozes e representantes.
 - a) Esta eleição deve ter lugar no início do ano lectivo e ser efectuada de acordo com as regras democráticas;
 - b) O delegado e o subdelegado eleitos devem assumir o cargo com responsabilidade, defendendo os interesses da turma, participando activamente na resolução de problemas que possam surgir, promovendo a solidariedade e a cooperação do grupo e motivando a turma para a participação nas actividades escolares;

- c) O delegado e/ou o subdelegado têm o direito de participar nos conselhos de turma excepto nos momentos em que se trate da avaliação dos alunos da turma.
3. Nas suas faltas e impedimentos, o delegado é substituído pelo subdelegado.

Artigo 159º
Competências do Delegado

1. Representar a turma.
2. Ser o porta-voz dos alunos da turma perante os professores/director de turma/professor titular e órgão de gestão.
3. Convocar reuniões de turma para resolução de problemas.
4. Desencadear os procedimentos necessários para a realização de reuniões referidas no número anterior.
5. Moderar as reuniões.
6. Participar nas reuniões de conselho de turma, nos 2º e 3º ciclos do ensino básico e no ensino secundário, excepto nas destinadas à avaliação sumativa.

Artigo 160º
Mandato

1. A duração do mandato de delegado e subdelegado de turma é de um ano lectivo.
2. O mandato de delegado cessa logo que demonstre não cumprir com as funções/competências definidas neste regulamento.
3. Caso se verifique o estipulado no número anterior, deve proceder-se a nova eleição orientada pelo director de turma/professor titular de turma.

Artigo 161º
Reuniões de Alunos/Turma

1. Podem os alunos reunir, nos termos legais, com os colegas de turma e / ou de outras turmas, para discussão de problemas referentes à vida escolar.
2. A associação de estudantes, o delegado e o subdelegado de turma têm o direito de requerer a realização de reuniões de turma para apreciação de matérias relacionadas com o funcionamento da turma.
3. O pedido é apresentado ao director de turma/director, sendo precedido de reunião dos alunos para determinação das matérias a abordar.
4. Por iniciativa dos alunos ou por sua própria iniciativa, o director de turma ou o professor titular de turma pode solicitar a participação dos representantes dos pais e encarregados de educação dos alunos da turma na reunião referida no número anterior.

5. As reuniões devem obedecer aos seguintes critérios:
- a) Serem sujeitas a autorização escrita, por parte do director, com base em proposta de que conste os temas a abordar;
 - b) Não podem prejudicar o cumprimento das actividades lectivas;
 - c) Serem acompanhadas por um professor e/ou director de turma/professor titular de turma.

Artigo 162º

Responsabilidade dos Alunos

Os alunos são responsáveis, em termos consentâneos com o seu nível etário e capacidade de discernimento, pelos direitos e deveres que lhe são conferidos pela Lei nº 39/2010, de 2 de Setembro, pelo presente regulamento e demais legislação aplicável.

A responsabilidade disciplinar dos alunos implica o respeito integral do Lei nº 39/2010, de 12 de Setembro, do regulamento interno, do património da escola, dos demais alunos, funcionários e dos professores.

Os alunos não podem prejudicar o direito à educação dos restantes alunos.

Artigo 163º

Quadro de Honra

No 2º e 3º ciclos e ensino Secundário, de acordo com o estabelecido na alínea c) do art. 13º da Lei nº 30/2002 de 20 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 3/2008 de 18 de Janeiro – reconhecimento e valorização de comportamentos meritórios dos alunos cumpre à escola a dinamização de um Quadro de Honra que visa dignificar a formação integral dos alunos. Assim estabelece-se:

1. Em cada ano lectivo, os alunos que, comprovadamente, se distingam por comportamentos meritórios serão objecto da devida valorização:
2. A selecção do aluno será feita nos conselhos de turma do 3º período;
3. Constituem júri para a selecção do aluno:
 - a) Os alunos da turma, através de proposta apresentada pelo delegado de turma;
 - b) Os professores da turma;
 - c) Um representante dos encarregados de educação.
4. Os critérios de selecção do aluno, visam uma avaliação de atitudes observáveis na relação com os outros:
 - a) Solidariedade;
 - b) Educação;
 - c) Responsabilidade;

- d) Disponibilidade para o outro;
- e) Intervenção nas actividades da escola/comunidade.

Artigo 164º **Prémios**

No 2º e 3º ciclos e no ensino secundário, são atribuídos anualmente, ao melhor aluno de 6º, 9º e 12º ano, os prémios – Borralho dos Reis e Misericórdia. O Prémio de Mérito Escolar (C.M.A.) será atribuído ao melhor aluno de 12º ano. Estes prémios reconhecem e valorizam o mérito, a dedicação e o esforço no trabalho e no desempenho escolar. Os prémios referidos regem-se por regulamentos próprios.

Quadro de Valor e Excelência

1. O Quadro de Valor e Excelência reconhece, anualmente, os alunos que manifestem sucesso escolar e que desenvolvam acções ou iniciativas exemplares a nível cultural, pessoal, desportivo e social e que cumulativamente reúnam as condições de candidatura constantes no respectivo regulamento.
2. Ao Quadro de Valor e Excelência podem aceder todos os alunos propostos pelos respectivos Conselhos de Turma, mediante fundamentação, a constar da acta da reunião de avaliação do 3º período, de acordo com os critérios definidos no respectivo regulamento.
3. A lista dos alunos é afixada em local próprio.

Secção III **Frequência e assiduidade**

Artigo 165º **Educação Pré-Escolar**

1. A frequência da Educação Pré-escolar é de carácter facultativo. No entanto, a assiduidade e pontualidade revela-se fundamental para o crescimento global e harmonioso da criança, e um adequado desenvolvimento das actividades.
2. Sempre que a criança falte os Pais/ Encarregados de Educação devem informar o Educador.
3. Nos Jardins-de-infância onde exista lista de espera, a inscrição das crianças que não tenham uma frequência mensal regular, deve ser objecto de um acompanhamento particular de todos os intervenientes no processo educativo.

Artigo 166°
Escolaridade Obrigatória

1. De acordo com o art. 17º da Lei 3/2008 para além do dever de frequência da escolaridade obrigatória, nos termos da lei, os alunos são responsáveis pelo cumprimento do dever de assiduidade.
2. Os pais e encarregados de educação dos alunos menores de idade são responsáveis, conjuntamente com estes, pelo cumprimento dos deveres referidos no número anterior.
3. O dever de assiduidade implica para o aluno quer a presença e a pontualidade na sala de aula e demais locais onde se desenvolva o trabalho escolar, quer uma atitude de empenho intelectual e comportamental adequada, de acordo com a sua idade, ao processo de ensino e aprendizagem.
4. Nos termos do artigo 8º da Lei nº 85/2009, de 27 de Agosto, a escolaridade obrigatória de doze anos, para os alunos que se matricularam no ano lectivo de 2009/2010 em qualquer ano de escolaridade até ao 7º ano, inclusive.
5. Nos termos do nº 4 do artigo 2º da Lei acima referida, a escolaridade cessa com a obtenção do diploma de curso conferente de nível secundário da educação ou no momento do ano escolar em que o aluno perfaça 18 anos, independentemente da obtenção do diploma de qualquer ciclo ou nível de ensino.

Artigo 167°
Conceito de Falta

1. A falta é a ausência do aluno a uma aula ou a outra actividade de frequência obrigatória, ou facultativa caso tenha havido lugar a inscrição.
2. Decorrendo as aulas em tempos consecutivos, há tantas faltas, quantos os tempos de ausência do aluno.
3. As faltas são registadas pelo professor titular de turma ou pelo director de turma em suportes administrativos adequados.

Artigo 168°
Natureza das faltas

1. São previstas no presente Regulamento Interno e no Estatuto do Aluno, aprovado pela Lei nº 39/2010, de 2 de Setembro as faltas justificadas ou injustificadas, bem como os seus efeitos.
2. As faltas resultantes da aplicação da ordem de saída de aula, ou de medidas disciplinares sancionatórias, consideram-se injustificadas.

Artigo 169º
Justificação de Faltas

1. São consideradas justificadas as faltas dadas pelos seguintes motivos:
 - a) Doença do aluno, devendo esta ser declarada por médico se determinar ausência das actividades escolares por um período superior a cinco dias úteis;
 - b) Isolamento profiláctico, determinado por doença infecto-contagiosa de pessoa que coabite com o aluno, comprovada através de declaração da entidade sanitária competente;
 - c) Falecimento de familiar, durante o período legal de justificação de faltas por falecimento de familiar, previsto no regime do contrato de trabalho dos trabalhadores que exercem funções públicas;
 - d) Nascimento de irmão, durante o dia do nascimento e dia imediatamente posterior;
 - e) Realização de tratamento ambulatorio, devido a doença ou deficiência, que não possa ser realizado fora do período das actividades lectivas;
 - f) Assistência na doença a membro do agregado familiar, se, comprovadamente, essa assistência não puder ser prestada por qualquer outra pessoa;
 - g) Comparência a consultas pré-natais, período de parto e amamentação, tal como definido na Lei n.º 90/2001, de 20 de Agosto;
 - h) Acto decorrente da religião professada pelo aluno, desde que o mesmo não possa efectuar-se fora do período das actividades lectivas e seja reconhecida como uma prática comum dessa religião;
 - i) Preparação ou participação em competições desportivas de alunos integrados no subsistema do alto rendimento, nos termos da legislação em vigor, bem como daqueles que sejam designados para integrar selecções ou outras representações nacionais, nos períodos de preparação e participação competitiva, ou, ainda, a participação dos demais alunos em actividades desportivas e culturais quando esta seja considerada relevante pelas respectivas autoridades escolares;
 - j) Participação em actividades associativas, nos termos da lei;
 - k) Cumprimento de obrigações legais;
 - l) Outro acontecimento impeditivo da presença do aluno na escola, desde que, comprovadamente, não seja de sua responsabilidade, ou seja, justificadamente, considerado válido pelo director de turma ou professor titular.
2. O pedido de justificação das faltas é apresentado pelos pais e encarregados de educação ou, quando maior de idade, pelo aluno, ao director de turma ou ao professor titular.

3. A justificação é apresentada por escrito, na caderneta escolar, para alunos do ensino básico, com indicação do dia e hora da actividade lectiva em que a falta se verificou, referenciando os motivos da mesma.
4. As entidades que determinarem a falta do aluno devem, quando solicitadas para o efeito, elaborar uma declaração justificativa da mesma.
5. O director de turma ou o professor titular da turma pode solicitar aos pais ou encarregados de educação, ou ao aluno, quando maior, os comprovativos adicionais que entenda necessários à justificação da falta, devendo, igualmente, qualquer entidade que para esse efeito for contactada, contribuir para o correcto apuramento dos factos.
6. A justificação da falta deve ser apresentada previamente, sendo o motivo previsível, ou, nos restantes casos, até ao **3º dia útil** subsequente à mesma.
7. Quando não for apresentada justificação ou quando a mesma não for aceite, deve tal facto, devidamente justificado, ser comunicado, no prazo **de três dias úteis**, pelo meio mais expedito, aos pais e encarregados de educação ou, quando maior de idade, ao aluno, pelo director de turma ou pelo professor titular de turma, solicitando comentários nos três dias úteis seguintes.
8. O não cumprimento dos deveres de assiduidade e de pontualidade implica a comunicação escrita ao encarregado de educação.

Artigo 170º
Faltas de Material

1. No caso do 1º, 2º e 3º ciclo, e ensino Secundário há lugar a registo de falta de material, nos documentos do professor, quando um aluno não traga o material considerado indispensável para o desenvolvimento integral da aula.
2. A situação acima descrita dá origem à aplicação das medidas disciplinares previstas neste regulamento, assim:
 - a) Sempre que o aluno não se fizer acompanhar do material necessário o professor deverá adverti-lo pela irresponsabilidade do seu comportamento, relembrar-lhe a importância de trazer o material necessário para as aulas;
 - b) Em caso de atitude reincidente (conjuntos de três faltas, seguidas ou interpoladas, por período) o professor aplicará a medida correctiva prevista no artigo 184, ponto 1, alínea b) e no artigo 187, ponto 3, dando a conhecer a situação ao encarregado de educação e director de turma.
 - c) Após a aplicação da medida correctiva consideram-se justificadas as faltas.

- d) Sempre que o aluno registar mais de três ocorrências o professor deverá adverti-lo pela irresponsabilidade do seu comportamento, lembrar-lhe a importância de trazer o material necessário para as aulas.

Artigo 171º
Faltas injustificadas

1. As faltas são injustificadas quando:
- a) Não tenha sido apresentada justificação, nos termos do nº 1 do artigo 177;
 - b) A justificação tenha sido feita fora do prazo;
 - c) A justificação não tenha sido aceite;
 - d) A marcação da falta resulte da aplicação da ordem de saída da sala de aula ou de medida disciplinar sancionatória;
 - e) As faltas injustificadas são comunicadas aos pais ou encarregados de educação ou, quando maior de idade, ao aluno, pelo director de turma ou pelo professor titular de turma, no prazo máximo de três dias úteis, pelo meio mais expedito.

Artigo 172º
Excesso Grave de Faltas

1. No 1º ciclo do ensino básico o aluno não pode dar mais de 10 faltas injustificadas.
2. No 2º e 3º ciclos e no ensino secundário, as faltas injustificadas não podem exceder o dobro do número de tempos lectivos semanais, por disciplina.
3. Quando for atingido metade do limite de faltas injustificadas, os pais ou o encarregado de educação ou, quando maior de idade, o aluno, são convocados pelo meio mais expedito, pelo director de turma ou pelo professor titular de turma, com o objectivo de os alertar para as consequências do excesso grave de faltas e de se encontrar uma solução que permita garantir o cumprimento efectivo do dever de frequência, bem como o necessário aproveitamento escolar.
4. Para efeitos da aplicação do disposto nos n.ºs 1 e 2, são também contabilizadas como faltas injustificadas as decorrentes da aplicação da medida correctiva de ordem de saída da sala de aula, bem como as ausências decorrentes da aplicação da medida disciplinar sancionatória prevista na alínea c) do artigo 27.º.

Artigo 173º
Efeitos da ultrapassagem do limite de faltas injustificadas

1. Para os alunos que frequentam o 1º ciclo de ensino básico, a violação do limite de faltas injustificadas previsto no nº 1 do artigo anterior obriga ao cumprimento de um plano de

individual de trabalho que incidirá sobre todo o programa curricular do nível que frequenta e que permita recuperar o atraso das aprendizagens.

2. Para os alunos que frequentam os 2º e 3º ciclos de ensino básico e o ensino secundário, a violação do limite de faltas injustificadas previsto no nº 2 do artigo anterior obriga ao cumprimento de um plano de individual de trabalho que incidirá a disciplina ou disciplinas em que ultrapassou o referido limite de faltas e que permita recuperar o atraso das aprendizagens.
3. O recurso ao plano individual de trabalho previsto nos números anteriores apenas pode ocorrer uma única vez no decurso de cada ano lectivo.
4. O cumprimento do plano individual de trabalho por parte do aluno realiza-se em período suplementar ao horário lectivo, competindo ao conselho pedagógico definir os termos da sua utilização.
5. O previsto no número anterior não isenta o aluno da obrigação de cumprir o horário lectivo da turma em que se encontra inserido.
6. O Plano Individual de Trabalho deve ser objecto de avaliação, nos termos a definir pelo conselho pedagógico do agrupamento.
7. Sempre que cesse o incumprimento do dever de assiduidade por parte do aluno, o conselho de turma de avaliação de final do ano lectivo pronunciar-se-á, em definitivo, sobre o efeito da ultrapassagem do limite de faltas injustificadas verificado.
8. Após o estabelecimento do plano individual de trabalho, a manutenção da situação de incumprimento do dever de assiduidade, por parte do aluno, determina que o director do agrupamento, na iminência de abandono escolar, possa propor a frequência de um percurso escolar alternativo no interior do mesmo agrupamento.
9. O incumprimento reiterado do dever de assiduidade determina a retenção no ano de escolaridade que o aluno frequenta.

Secção IV

Normas de Conduta

Artigo 174º

Normas de condutas dos Alunos

O aluno tem o dever de:

1. Respeitar os toques de entrada;
2. Dirigir-se para a sala de aula, mesmo que chegue atrasado, justificando o seu atraso ao professor da disciplina/ professor titular e posteriormente perante o Director de Turma.

3. Na escola sede, caso o professor não compareça, dirigir-se para espaços devidamente indicados por um responsável.
4. Deslocar-se, logo que o professor dê ordem de entrada na sala, para o lugar que lhe está destinado e preparar todo o material indispensável à aula.
5. Comparecer às aulas e demais actividades munido do material escolar indicado pelos professores como indispensável e responsabilizar-se pelo mesmo;
6. Informar do estado de conservação do equipamento escolar, ou de qualquer deterioração que detecte no estado do equipamento escolar.
7. Não permanecer nas salas de aula durante os intervalos, salvo se acompanhado pelo professor.
8. Sair, após o final da aula, sem atropelos, com ordem e apurmo.
9. Os alunos são responsáveis, em termos adequados à sua idade e capacidade de discernimento, pelos direitos e deveres que lhe são conferidos pelo Estatuto do Aluno, alterado, pelo Regulamento Interno da escola e demais legislação aplicável.
10. A responsabilidade disciplinar dos alunos implica o respeito integral do presente Estatuto, do Regulamento Interno da escola, do património da mesma, dos demais alunos, funcionários e em especial dos professores;
11. Os alunos não podem prejudicar o direito à educação dos restantes alunos;

Direitos

De acordo com o estatuto do aluno, este tem os direitos já referidos secção II dos Direitos e Deveres dos alunos artigo nº 155 deste regulamento.

Secção V

Regime Disciplinar dos Alunos

Artigo 175º

Medidas Educativas Disciplinares

1. Na Escola, a falta ou a indefinição de valores, está na origem das situações que levam à indisciplina e por isso pretende este Regulamento assegurar uma educação que ajude a clarificar os valores, facilitando simultaneamente o acesso do educando à autonomia, à disciplina, criando estratégias pedagógicas capazes de permitir ao aluno, uma tomada de consciência dos seus valores pessoais.
2. Deste modo, a regulação da convivência e da disciplina deve ser devidamente enquadrada numa dimensão relacional e temporal concretas, de forma a assegurar a plena consciencialização das regras de conduta da comunidade educativa.

3. O comportamento do aluno que contrarie as normas de conduta e de convivência e se traduza no incumprimento do dever geral ou especial, em termos que se revelem perturbadores do funcionamento normal das actividades da escola ou das relações no âmbito da comunidade educativa, constitui infracção disciplinar, a qual pode levar, mediante processo disciplinar, à aplicação de medida disciplinar.

Artigo 176º

Qualificação de infracção

1. A violação pelo aluno de algum dos deveres previstos no artigo 15º da Lei nº 39/2010, de 2 de Setembro ou no regulamento interno do agrupamento, em termos que se revelem perturbadores do funcionamento normal das actividades do agrupamento ou das relações no âmbito da comunidade educativa, constitui infracção, passível da aplicação da medida correctiva ou medida disciplinar sancionatória, nos termos dos artigos seguintes.
2. Constitui infracção disciplinar a violação, pelo aluno, de algum dos deveres previstos no artigo 15, da lei 3/2008 e no presente regulamento.
3. Qualquer infracção prevista no número anterior é passível de aplicação de medidas correctivas ou de medidas disciplinares sancionatórias.

Artigo 176º- A

Participação de ocorrência

1. O professor ou membro do pessoal não docente que presencie ou tenha conhecimento de comportamentos susceptíveis de constituir infracção disciplinar nos termos do artigo anterior deve participá-los imediatamente ao director do agrupamento.
2. O aluno que presencie comportamentos referidos no número anterior deve comunicá-los imediatamente ao professor titular de turma ou ao director de turma, o qual, no caso de os considerar graves ou muito graves, os participa, no prazo de um dia útil, ao director do agrupamento.

Artigo 177º

Finalidades das Medidas Correctivas e das Disciplinares Sancionatórias

1. Todas as medidas correctivas e medidas disciplinares sancionatórias prosseguem finalidades pedagógicas, preventivas, dissuasoras e de integração, visando, de forma sustentada, o cumprimento dos deveres do aluno, o respeito pela autoridade dos professores, no exercício da sua actividade profissional e dos demais funcionários, bem como a segurança de toda a comunidade educativa.

2. As medidas correctivas e as disciplinares sancionatórias, visam ainda garantir o normal prosseguimento das actividades da escola, a correcção do comportamento perturbador e o reforço da formação cívica do aluno, com vista ao desenvolvimento equilibrado da sua personalidade, da sua capacidade de se relacionar com os outros, da sua plena integração na comunidade educativa, do seu sentido de responsabilidade e das suas aprendizagens.
3. As medidas disciplinares sancionatórias, tendo em conta a especial relevância do dever violado e a gravidade da infracção praticada, prosseguem, igualmente, para além das identificadas no número anterior, finalmente punitivas.
4. As medidas correctivas e medidas disciplinares sancionatórias, devem ser aplicadas em coerência com as necessidades educativas do aluno e com os objectivos da sua educação e formação, no âmbito do desenvolvimento do plano de trabalho da turma e do projecto educativo da escola, e nos termos do respectivo regulamento interno.

Artigo 178º

Determinação da Medida Disciplinar

1. Na determinação da medida correctiva ou sancionatória a aplicar deve ter-se em consideração os seguintes aspectos:
 - a) Gravidade do incumprimento do dever;
 - b) Circunstâncias atenuantes e agravantes apuradas em que o incumprimento se verificou;
 - c) Grau de culpa do aluno;
 - d) Maturidade do aluno;
 - e) Demais condições pessoais, familiares e sociais.
2. Constituem atenuantes da responsabilidade do aluno: o bom comportamento anterior, o seu aproveitamento escolar e o reconhecimento, com arrependimento, da natureza ilícita da conduta.
3. Constituem agravantes da responsabilidade do aluno: a premeditação, o conluio, a acumulação de infracções disciplinares e a reincidência, em especial se no decurso do mesmo ano lectivo.

Artigo 179º

Medidas Correctivas

1. As medidas correctivas têm finalidades pedagógicas, dissuasoras e de integração, nos termos do nº 1 do artigo 24.º da Lei 39/2010, de 2 de Setembro, assumindo uma natureza eminentemente preventiva.
2. São medidas correctivas:

- a. A advertência;
 - b. A ordem de saída da sala de aula e demais locais onde se desenvolva o trabalho lectivo;
 - c. A realização de tarefas e actividades de integração escolar;
 - d. A apreensão de materiais e equipamentos;
 - e. O condicionamento no acesso a espaços ou utilização de materiais e equipamentos;
 - f. A não participação em actividades extracurriculares;
 - g. A mudança de turma.
3. A advertência consiste numa chamada verbal de atenção ao aluno perante um comportamento perturbador do funcionamento normal das actividades escolares ou das relações entre os presentes no local onde elas decorrem, com vista a alertá-lo para que deve evitar tal tipo de conduta e a responsabilizá-lo pelo cumprimento dos deveres como aluno.
 4. Na sala de aula, a repreensão é da exclusiva competência do professor, enquanto que fora da sala de aula, qualquer professor ou membro do pessoal não docente, tem competência para advertir o aluno, confrontando-o verbalmente com o comportamento perturbador do normal funcionamento das actividades da escola ou das relações no âmbito da comunidade educativa, alertando-o de que deve evitar tal tipo de conduta.
 5. A ordem de saída da sala de aula e demais locais onde se desenvolva o trabalho escolar, é da exclusiva competência do professor respectivo e implica a permanência do aluno na escola, competindo àquele determinar o período de tempo durante o qual o aluno deve permanecer fora da sala de aula, se a aplicação de tal medida correctiva acarreta ou não a marcação de falta e, se for caso disso, quais as actividades que o aluno deve desenvolver no decurso desse período de tempo.
 6. A aplicação das medidas correctivas previstas na alínea c), d) e e) do n.º 2, é da competência do director do agrupamento que, para o efeito, pode ouvir o director de turma ou o professor titular da turma a que o aluno pertença.
 7. A aplicação, e posterior execução da medida correctiva prevista na alínea e) do n.º 2, não pode ultrapassar o período de tempo correspondente a um ano lectivo.
 8. São consideradas actividades de integração escolar:
 - a. Apoio à Jardinagem;
 - b. Apoio às actividades da Biblioteca;

- c. Inventariação dos Serviços Escolares;
 - d. Apoio aos Serviços da Escola;
 - e. Manutenção/reparação de equipamentos danificados;
 - f. Limpeza, conservação e decoração dos espaços escolares;
9. Compete ao Conselho de turma propor as actividades, o local e o período de tempo em que as mesmas deverão ocorrer bem assim, definir as competências e procedimentos a observar, tendo em vista a aplicação e posterior execução, da medida correctiva prevista na alínea b) do n.º 2.
10. Obedece igualmente ao disposto no número anterior, com as devidas adaptações, a aplicação e posterior execução das medidas correctivas, previstas nas alíneas d), e) e f) do n.º 2.
11. A aplicação das medidas correctivas previstas nas alíneas b), d), e) e f) do n.º 2 é comunicada aos pais ou ao encarregado de educação, tratando -se de aluno menor de idade.

Artigo 180º

Medidas Disciplinares Sancionatórias

1. As medidas disciplinares sancionatórias, traduzem uma sanção disciplinar imputada ao comportamento do aluno, devendo a ocorrência dos factos susceptíveis de a configurarem ser participada de imediato, pelo professor ou funcionário que a presenciou, ou dela teve conhecimento, à direcção do agrupamento com conhecimento ao director de turma.
2. Tendo em conta a gravidade da infracção praticada, prosseguem, para além dos objectivos referidos no nº 1 do artigo 182º, finalidades punitivas.
3. São medidas disciplinares sancionatórias:
 - a) A repreensão registada;
 - b) A suspensão por um dia;
 - c) A suspensão da escola até 10 dias úteis;
 - d) A transferência de escola.

Artigo 181º

Cumulação de Medidas Disciplinares

1. As medidas correctivas previstas nas alíneas b) e e), do nº 1, do artigo 184º (artigo 26.º da Lei 39/2010), são cumuláveis entre si.

2. A aplicação de uma ou mais das medidas correctivas é cumulável apenas com a aplicação de uma medida disciplinar sancionatória.
3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, para cada infracção apenas pode ser aplicada uma medida disciplinar sancionatória.

Artigo 182º

Ordem de Saída da Sala de Aula

1. A ordem de saída da sala de aula e demais locais onde se desenvolva o trabalho escolar é uma medida correctiva aplicável ao aluno que aí se comporte de modo a que impeça o prosseguimento do processo de ensino e aprendizagem dos restantes alunos, destinada a prevenir esta situação. Compete ao professor determinar o período de tempo durante o qual o aluno deve permanecer fora da sala de aula, se a aplicação da medida correctiva acarreta ou não marcação de falta e, se for caso disso, quais as actividades que o aluno deve desenvolver no decurso desse período de tempo.
2. A actividade ou actividades atribuídas ao aluno expulso da sala de aula devem ser realizadas até ao final da aula, na Biblioteca da escola ou outro espaço escolar com recursos apropriados para gestão e resolução deste tipo de situações.
 - a) Caso o professor assim o entenda, o aluno deve ser acompanhado por um auxiliar de acção educativa.
 - b) No caso do 2º e 3º ciclos e ensino Secundário, o professor, ao expulsar o aluno, deve obrigatoriamente, participar por escrito ao director de turma, num prazo máximo de 24 horas lectivas, que informará e encarregado de educação.
 - c) O não cumprimento do estabelecido na alínea b) implica a anulação da falta pelo director de turma.

Artigo 183º

Actividades de Integração na Escola

1. A execução de actividades de integração na escola deverá contemplar a realização de actividades e tarefas de carácter pedagógico, que contribuam para o reforço da formação cívica e cumprimento dos deveres do aluno, com vista ao desenvolvimento equilibrado da sua personalidade e da relação com os outros.
2. As tarefas, a que se refere o número anterior, deverão ser executadas fora do horário normal do aluno, nunca excedendo o prazo limite de quatro semanas.
3. As tarefas supra mencionadas incluem: Apoio à Jardinagem; Apoio às actividades da Biblioteca; Inventariação dos Serviços Escolares; Apoio aos Serviços da Escola;

Manutenção/reparação de equipamentos danificados: Limpeza, conservação e decoração dos espaços escolares;

4. Em caso de danos provocados pelo aluno a tarefa deve compreender a reparação dos mesmos.
5. O director de turma/ o director, ao tomar conhecimento da infracção, por participação do professor/ director de turma decide da medida a aplicar ao aluno, atendendo ao estipulado no artigo 183º e comunica ao respectivo encarregado de educação.
6. O incumprimento das actividades previstas determina a aplicação de uma medida disciplinar sancionatória.

Artigo 184º

Apreensão de Material e Equipamentos

1. A utilização, em sala de aula, de materiais/equipamentos electrónicos, é um elemento perturbador do processo de ensino aprendizagem incorrendo em incumprimento do presente regulamento pelo que constitui uma infracção disciplinar.
2. A utilização/manuseamento dos equipamentos consignados no ponto anterior, no decorrer de qualquer actividade lectiva resultará na apreensão dos mesmos por parte do respectivo professor.
3. O professor deverá comunicar, num período máximo de 24 horas, a ocorrência ao director de turma.
4. O director de turma informa o encarregado de educação da infracção disciplinar e do período de vigência da correspondente medida correctiva.
5. A aplicação da medida correctiva não pode ultrapassar o período de tempo correspondente a um ano lectivo.
6. Os materiais confiscados ficam guardados no cofre da escola, sendo apenas entregues ao respectivo encarregado de educação.

Artigo 185º

Condicionamento no Acesso a Espaços, Equipamentos ou Actividades Extracurriculares

1. O condicionamento no acesso a certos espaços escolares ou na utilização de certos materiais e equipamentos, sem prejuízo dos que se encontram afectos a actividades lectivas, é uma medida correctiva que visa o cumprimento dos deveres do aluno e a sua responsabilização perante atitudes desajustadas.
2. Os espaços/equipamentos supra mencionadas incluem:
 - a) Campos de jogos;

- b) Material desportivo;
 - c) Material audiovisual e informático.
 - d) Espaços afectos a actividades extracurriculares;
3. A aplicação e posterior execução da medida, a que se refere o presente artigo, não pode ultrapassar o período de tempo correspondente a um ano lectivo.
 4. O director de turma/ o director, ao tomar conhecimento da infracção, por participação do professor/director de turma, decide da medida a aplicar ao aluno, atendendo ao estipulado no artigo 183º e comunica ao respectivo encarregado de educação.

Artigo 186º

Não participação em actividades extra-curriculares

- 1 - A não participação em actividades extra-curriculares acontece se o aluno demonstrar problemas de comportamento sob proposta do conselho de turma e/ou do Director.

Artigo 187º

Mudança de Turma

1. A medida correctiva - mudança de turma - visa a dissuasão de comportamentos perturbadores e conflitos interpessoais no seio da turma.
2. Esta medida aplica-se quando se verifica uma das seguintes situações:
 - a) Conflitos graves entre aluno e professor(es) da turma;
 - b) Problemas graves e persistentes de integração do aluno na turma;
 - c) Outras situações excepcionais, a avaliar pelo conselho de turma.
3. A aplicação desta medida é da responsabilidade do director depois de ouvido o director de turma.
4. A mudança de turma, após comunicação ao encarregado de educação, tem como período de aplicação o tempo correspondente até ao final do ano lectivo.

Artigo 188º

Repreensão Registada

1. A repreensão registada configura uma censura escrita ao aluno, por comportamentos e atitude inadequados ocorridos dentro ou fora da sala de aula, visando responsabilizá-lo pelo cumprimento dos seus deveres.
2. A aplicação desta medida é precedida de participação, do professor ou funcionário, ao respectivo director de turma, para efeitos de posterior comunicação ao Director.
3. A aplicação desta medida é da competência:
 - a) Do professor, quando a infracção ocorrer na sala de aula;

- b) Do director nas restantes situações.
4. A repreensão, elaborada nos termos do ponto três, do artigo 27, da lei 39/2010, deverá ser averbada no processo individual do aluno, com a identificação do autor do acto decisório, a data em que o mesmo foi proferido e a fundamentação, de facto e de direito, que norteou tal decisão, devendo do facto ser dado conhecimento aos pais e encarregados de educação.

Artigo 189º
Suspensão por um dia

Em casos excepcionais e enquanto medida dissuasora, a suspensão por um dia pode ser aplicada pelo director do agrupamento, garantidos que estejam os direitos de audiência e defesa do visado e sempre fundamentada nos factos que a suportam.

Artigo 190º
Suspensão da Escola até 10 dias úteis

1. A suspensão da escola consiste em impedir o aluno, com idade não inferior a 10 anos, de entrar no estabelecimento de ensino, em virtude de ter desenvolvido comportamentos considerados graves e ser a única medida apta a responsabilizá-lo, no sentido do cumprimento dos seus deveres como aluno.
2. A medida disciplinar de suspensão da escola pode, de acordo com a gravidade e as circunstâncias da infracção disciplinar, ter a duração de um a dez dias.
3. A decisão sobre a aplicação desta medida é precedida da audição em processo disciplinar do aluno visado, do qual constam, em termos concretos e precisos, os factos que lhe são imputados, os deveres por ele violados e a referência expressa, não só da possibilidade de se pronunciar relativamente àqueles factos, como da defesa elaborada.
4. A aplicação da medida de suspensão é da competência do director, que pode, previamente, ouvir o conselho de turma.
5. Compete ao director, ouvidos os pais ou encarregados de educação, quando menor de idade fixar os termos e condições em que a aplicação desta medida disciplinar sancionatória será executada, garantindo ao aluno um plano de actividades pedagógicas, corresponsabilizando-os pela sua execução e acompanhamento, podendo, se assim o entender, e para aquele efeito, estabelecer eventuais parcerias ou celebrar protocolos ou acordos com entidades públicas ou privadas.
6. No caso de o respectivo encarregado de educação não comparecer, o aluno menor de idade pode ser ouvido na presença de um docente que integre a comissão de protecção de

crianças e jovens com competência na área de residência do aluno ou, no caso de esta não se encontrar instalada, na presença do director de turma.

7. Complementarmente às medidas previstas no nº 3 do artigo 186º, compete ao director do agrupamento decidir sobre a reparação dos danos provocados pelo aluno no património escolar.

Artigo 191º

Transferência de Escola

1. A aplicação da medida disciplinar sancionatória de transferência de escola reporta-se à prática de factos notoriamente impeditivos do prosseguimento do processo ensino aprendizagem, por parte dos restantes alunos, ou do normal relacionamento com algum dos membros da comunidade educativa.
2. A medida supra citada só pode ser aplicada caso esteja assegurada a frequência de um outro estabelecimento de ensino e, no caso de alunos dentro da escolaridade obrigatória, se esse outro estabelecimento de ensino se situar na mesma localidade ou na mais próxima, servida por transporte público ou escolar.
3. Esta medida sancionatória aplica-se a alunos com idade não inferior a dez anos.

Artigo 192º

Competências Disciplinares e Tramitação Processual Procedimento Disciplinar

1. A competência para a instauração de procedimento disciplinar por comportamentos susceptíveis de configurarem a aplicação de alguma das medidas previstas nas alíneas d) e e) do artigo 186º é da competência do director do agrupamento, devendo o despacho instaurador ser proferido no prazo de um dia útil, a contar do conhecimento da situação.
2. No mesmo prazo, o director notifica os pais ou encarregados de educação do aluno, quando este for menor, pelo meio mais expedito, designadamente electrónico, telefónico ou via postal simples para a morada constante do seu processo.
3. Tratando-se do aluno maior de idade, a notificação é feita ao próprio pessoalmente.
4. O director do agrupamento deve notificar o instrutor da sua nomeação no mesmo dia em que profere o despacho de instauração do procedimento disciplinar.
5. Os interessados são convocados com a antecedência de um dia útil para a audiência oral, não constituindo a falta de comparência motivo do seu adiamento, embora, se for apresentada justificação da falta até ao momento fixado para a audiência, esta possa ser adiada.

6. As funções de instrutor, do professor que para o efeito é nomeado, prevalecem relativamente às demais, devendo o processo ser remetido para decisão do director regional de educação, no prazo de oito dias úteis, após a nomeação do instrutor.
7. Finda a instrução, no decurso da qual a prova é reduzida a escrito, o instrutor elabora, no prazo de um dia útil e remete ao director do agrupamento, um documento do qual constam, obrigatoriamente, em de forma articulada e em termos concretos e precisos, os factos cuja prática é imputada ao aluno, devidamente circunstanciados em termos de tempo, modo e lugar e deveres por ele violados, com referência expressa aos respectivos normativos legais ou regulamentares, seus antecedentes que se constituem como circunstâncias atenuantes ou agravantes nos termos do artigo 25º da Lei nº 39/2010 e a proposta de medida disciplinar sancionatória aplicável.
8. Do documento atrás referido, é extraída cópia que, no prazo de um dia útil, é entregue ao aluno no momento da sua notificação, sendo, de tal facto, e durante o mesmo período de tempo informados os pais ou o respectivo encarregado de educação, quando o aluno for menor de idade.
9. No caso da medida disciplinar sancionatória ser a de transferência de escola, a mesma é comunicada para decisão do director regional de educação, no prazo de um dia útil.
10. A decisão referida no número anterior é passível de recurso hierárquico, de acordo com o estipulado no artº 50º da Lei nº 39/2010.
11. Finda a fase da defesa, é elaborado um relatório final, do qual consta, a correcta identificação dos factos que haviam sido imputados ao aluno que se consideram provados e a proposta da medida disciplinar sancionatória a aplicar, ou do arquivamento do processo, devendo a análise e valoração de toda a prova recolhida ser efectuada ao abrigo do disposto no artigo 25.º da Lei 3/2008.
12. Depois de concluído, o processo é entregue ao director que convoca o conselho de turma para se pronunciar, quando a medida disciplinar sancionatória proposta pelo instrutor for a transferência de escola.

Artigo 193º **Participação**

1. O professor ou funcionário da escola que, fora da sala de aula, entenda que o comportamento presenciado é passível de ser qualificado de grave ou muito grave participa-o ao director de turma/professor titular de turma, para efeitos de procedimento disciplinar.

2. A participação ao director de turma/ professor titular de turma deve ser realizada num prazo máximo de 24 horas lectivas, por escrito, em documento próprio.

Artigo 194º

Instauração e tramitação do Procedimento Disciplinar

1. Presenciados que sejam ou participados os factos passíveis de constituírem infracção disciplinar, o director tem competência para instaurar o procedimento disciplinar, devendo fazê-lo no prazo de um dia útil, nomeando logo o instrutor, que deve ser um professor da escola, salvo qualquer impedimento.
2. A instrução do procedimento disciplinar é reduzida a escrito e concluída no prazo máximo de cinco dias úteis contados da data de nomeação do instrutor, sendo obrigatoriamente realizada, para além das demais diligências consideradas necessárias, a audiência oral dos interessados, em particular do aluno e, sendo menor, do respectivo encarregado de educação.
3. Para a audiência oral, os interessados são convocados com a antecedência mínima de dois dias úteis, não constituindo motivo de adiamento a falta de comparência, a não ser que seja apresentada justificação da falta até ao momento fixado para a audiência. Na audiência podem ser apreciadas todas as questões com interesse para a decisão, nas matérias de facto e de direito, dela sendo lavrada acta, da qual consta o extracto das alegações feitas pelos interessados, podendo estes juntar quaisquer alegações escritas, durante a diligência ou posteriormente. Aplica -se à audiência o disposto no artigo 102.º do Código do Procedimento Administrativo, sendo os interessados convocados com a antecedência mínima de dois dias úteis (Artigo 46.º, nº2 Lei 3/2008).
4. Finda a instrução, o instrutor elabora relatório fundamentado, de que conste a qualificação do comportamento, a ponderação das circunstâncias atenuantes e agravantes da responsabilidade disciplinar, bem como a proposta de aplicação da medida disciplinar considerada adequada ou, em alternativa, a proposta de arquivamento do processo.
5. O relatório do instrutor é remetido ao director, que, de acordo com a medida disciplinar a aplicar e as competências para tal, exerce por si o poder disciplinar ou convoca, para esse efeito, o conselho de turma disciplinar, que deve reunir no prazo máximo de dois dias úteis.
6. Se o procedimento disciplinar envolver um professor como parte interessada, este não pode fazer parte do Conselho Disciplinar.

7. O procedimento disciplinar inicia-se e desenvolve-se com carácter de urgência, tendo prioridade sobre os demais procedimentos correntes da escola.

Artigo 195º

Suspensão Preventiva do Aluno

1. No momento da instauração do procedimento disciplinar, mediante decisão da entidade que o instaurou, ou no decurso da sua instrução, por proposta do instrutor, o aluno pode ser suspenso preventivamente da frequência da escola, mediante despacho fundamentado a proferir pelo director, sempre que:
 - e) a sua presença na escola se revelar gravemente perturbadora do funcionamento normal das actividades da escola;
 - f) Tal seja necessário e adequado à garantia da paz pública e da tranquilidade da escola; ou
 - g) A sua presença na escola prejudique a instrução do procedimento disciplinar.
2. A suspensão preventiva tem a duração que o director considerar adequada na situação em concreto, sem prejuízo de, por razões devidamente fundamentadas, poder ser prorrogada até à data da decisão do procedimento disciplinar, não podendo em qualquer caso, exceder dez dias úteis.
3. Os efeitos decorrentes da ausência do aluno no decurso do período de suspensão preventiva, no que respeita à avaliação das aprendizagens, são determinados em função da decisão que vier a ser proferida no procedimento disciplinar, **nos termos estabelecidos no Regulamento Interno da escola.**
4. Os dias de suspensão preventiva cumpridos pelo aluno são descontados no cumprimento da medida disciplinar sancionatória prevista na alínea da alínea c) do artigo 186º a que o aluno venha a ser condenado na sequência do procedimento disciplinar previsto no artigo não sendo consideradas no respectivo processo de avaliação ou registo de faltas.
5. O encarregado de educação é imediatamente informado da suspensão preventiva aplicada ao seu educando e, sempre que a avaliação das circunstâncias o aconselhe, o director deve participar a ocorrência à respectiva comissão de protecção de crianças e jovens.
6. Ao aluno suspenso preventivamente é também fixado, durante o período de ausência da escola, um plano de actividades, elaborado pelos professores da turma, de acordo com as planificações para as actividades lectivas a decorrer durante o período de suspensão.
7. A suspensão preventiva do aluno é comunicada, por via electrónica, pelo director do agrupamento ao Gabinete Coordenador de Segurança Escolar do Ministério da Educação e à

Direcção Regional de Educação do Alentejo, sendo identificados sumariamente os intervenientes, os factos e as circunstâncias que motivaram a decisão da suspensão.

Artigo 196º

Decisão Final do Procedimento disciplinar

1. A decisão final do procedimento disciplinar, devidamente fundamentada, é proferida no prazo máximo de um dia útil, a contar do momento em que a entidade competente para o decidir receber o relatório do instrutor, salvo na situação prevista no n.º 3, em que esse prazo é de cinco dias úteis, devendo constar dessa decisão a indicação do momento a partir do qual a execução da medida disciplinar sancionatória começa a produzir efeitos ou se, ao invés, essa execução fica suspensa, nos termos do número seguinte.
2. A execução da medida disciplinar sancionatória, com excepção da referida na alínea e) do n.º 2 do artigo 27º da Lei 39/2010, pode ficar suspensa pelo período de tempo e nos termos e condições em que a entidade decisora considerar justo, adequado e razoável, cessando logo que ao aluno seja aplicada outra medida disciplinar sancionatória no decurso dessa suspensão.
3. Da decisão proferida pelo director regional de educação respectivo que aplique a medida disciplinar sancionatória de transferência de escola, deve igualmente constar a identificação do estabelecimento de ensino para onde o aluno vai ser transferido, para cuja escolha se procede previamente à audição do respectivo encarregado de educação, quando o aluno for menor de idade.
4. A decisão final do procedimento é notificada pessoalmente ao aluno no dia útil seguinte àquele em que foi proferida ou, quando menor de idade, aos pais ou respectivo encarregado de educação, nos dois dias úteis seguintes. Sempre que a notificação pessoal não seja possível, é realizada através de carta registada com aviso de recepção, considerando-se, neste caso, a notificação efectuada na data da assinatura do aviso de recepção. A referida notificação deve mencionar o momento da execução da medida disciplinar, o qual não pode ser diferido para o ano lectivo subsequente, excepto se, por razões de calendário escolar, for essa a única possibilidade de assegurar a referida execução.
5. Nos casos em que a decisão recaia sobre a transferência ou expulsão da escola, a mesma deve prever medidas cautelares destinadas a assegurar o funcionamento normal das actividades até à sua efectiva execução.

Artigo 197º

Execução das Medidas Correctivas ou Disciplinares Sancionatórias

1. Compete ao director de turma ou ao professor titular da turma, o acompanhamento do aluno na execução da medida correctiva ou disciplinar sancionatória a que foi sujeito, devendo aquele articular a sua actuação com os pais e encarregados de educação e com os professores da turma, em função das necessidades educativas identificadas e de forma a assegurar a co-responsabilização de todos os intervenientes nos efeitos educativos da medida.
2. A competência referida no número anterior é especialmente relevante aquando da execução da medida correctiva de actividades de integração na escola ou no momento do regresso à escola do aluno, a quem foi aplicada a medida disciplinar sancionatória de suspensão da escola.
3. O disposto no número anterior, aplica-se, também, aquando da integração do aluno na nova escola para que foi transferido, na sequência da aplicação dessa medida disciplinar sancionatória.
4. Na prossecução das finalidades referidas no n.º 1, a escola conta com a colaboração dos serviços especializados de apoio educativo e ou de equipas de integração.

Artigo 198º

Recurso Hierárquico

1. Da decisão final do procedimento disciplinar cabe recurso hierárquico nos termos gerais de direito, a interpor no prazo de cinco dias úteis.
2. O recurso hierárquico só tem efeitos suspensivos quando interposto de decisão de aplicação da medida disciplinar sancionatórias de suspensão da escola e de transferência de escola.
3. O despacho que apreciar o recurso hierárquico é remetido à escola, no prazo de cinco dias úteis, cumprindo ao respectivo director a adequada notificação, nos termos dos n.ºs 6 e 7 do artigo 48º da Lei 39/2010.

Artigo 199º

Intervenção dos Pais e Encarregados de Educação

Entre o momento da instauração do procedimento disciplinar ao seu educando e a sua conclusão, os pais e encarregados de educação devem contribuir para o correcto apuramento dos factos e, sendo aplicada medida disciplinar sancionatória, diligenciar para que a execução da mesma prossiga os objectivos de reforço da formação cívica do educando, com vista ao desenvolvimento equilibrado da sua personalidade, da sua capacidade de se relacionar com os

outros, da sua plena integração na comunidade educativa, do seu sentido de responsabilidade e das suas aprendizagens.

Artigo 200º

Responsabilidade Civil e Criminal

1. A aplicação de medida correctiva ou medida disciplinar sancionatória, prevista na presente lei, não isenta o aluno e o respectivo representante legal da responsabilidade civil a que, nos termos gerais de direito, haja lugar, sem prejuízo do apuramento da eventual responsabilidade criminal daí decorrente.
2. Sempre que os comportamentos especialmente graves sejam passíveis de constituir crime deve o director do agrupamento comunicá-las ao Ministério Público junto do tribunal competente em matéria de família e menores ou às entidades policiais
3. Quando o comportamento do aluno menor de 16 anos, que for susceptível de desencadear a aplicação de medida disciplinar sancionatória, se puder constituir, simultaneamente, como facto qualificável de crime, deve a direcção da escola comunicar tal facto à comissão de protecção de crianças e jovens ou ao representante do Ministério Público junto do tribunal competente em matéria de menores, conforme o aluno tenha, à data da prática do facto, menos de 12 ou entre 12 e 16 anos, sem prejuízo do recurso, por razões de urgência, às autoridades policiais (Escola Segura).
4. Quando o procedimento criminal pelos factos a que alude o número anterior depender de queixa ou de acusação particular, competindo este direito à própria direcção da escola, deve o seu exercício fundamentar -se em razões que ponderem, em concreto, o interesse da comunidade educativa no desenvolvimento do procedimento criminal perante os interesses relativos à formação do aluno em questão.

Secção VI

Direitos e Deveres Específicos do Pessoal Docente

Artigo 201º

Direitos

Aos docentes são garantidos os direitos estabelecidos para os funcionários e agentes do Estado em geral e ainda os previstos no Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores do Ensino Básico e Secundário e os definidos a nível do Agrupamento.

São direitos dos docentes:

1. Conhecer os instrumentos de autonomia do agrupamento.
2. Ser nomeado para órgãos de orientação pedagógica e de gestão escolar

3. Ser eleito para o Conselho Geral;
4. Ter acesso a todos os documentos administrativos que lhe digam directamente respeito.
5. Ter conhecimento de todos os elementos relativos à sua situação profissional e progressão na carreira.
6. Receber documento com discriminação de todos os elementos respeitantes ao seu vencimento.
7. Ser informado de cursos, acções de formação e outras actividades que, possam contribuir para a sua formação profissional.
8. Participar em experiências pedagógicas, desde que devidamente aprovadas pelos órgãos competentes.
9. Apresentar propostas ou sugestões aos órgãos de gestão.
10. Ser respeitado por todos os elementos da comunidade educativa.
11. Ter conhecimento do seu horário com a devida antecedência.
12. Conhecer, em tempo útil, alterações no seu horário habitual.
13. Utilizar todo o material, serviços e instalações da escola necessários ao desenvolvimento do seu trabalho na prática pedagógica.
14. Dispor de um cacifo para guardar o seu material;
15. Requisitar material didáctico de outros departamentos, desde que o faça de acordo com os regulamentos específicos desses sectores;
16. Empenhar-se na melhoria das suas condições de trabalho;
17. Ser apoiado no exercício da sua actividade pelo órgão de gestão, Coordenadores de Departamentos Curriculares, Núcleo de Apoio Educativo, Coordenadores de Directores de Turma e Directores de Turma;
18. Manifestar opiniões no exercício da sua actividade profissional, sem prejuízo de terceiros, da legislação em vigor e dos superiores interesses da escola;
19. Ser ouvido antes de ser responsabilizado por quaisquer actos de omissão;
20. Emitir parecer sobre opções fundamentais para o sector educativo quando solicitados sobre políticas educativas;
21. Emitir recomendações no âmbito da análise crítica do sistema educativo;
22. Intervir na metodologia pedagógica através da liberdade de iniciativa, a exercer no quadro dos planos de estudo aprovados e do projecto educativo da escola, na escolha de métodos de ensino, tecnologias e meios auxiliares que considere mais adequados;
23. Participar em experiências pedagógicas e nos respectivos processos de avaliação;

24. Apresentar propostas tendo em vista a melhoria quer do ensino, quer da organização da escola;
25. Ter na escola um ambiente de segurança física e psicológica;
26. Prevenção e tratamento de doenças que venham a ser definidas por portaria conjunta dos Ministros da Educação e da Saúde, como resultando necessária e directamente do exercício continuado da função docente;
27. Participar na actividade sindical;
28. Apoio à sua auto-formação, de acordo com o seu plano individual de formação;
29. Apoio técnico, material e documental necessários à sua formação e informação, bem como ao exercício da actividade educativa;
30. Participar na gestão da escola, quer directamente, se para tal for eleito, quer indirectamente.
31. Estar representado no Conselho Geral, na Direcção, no Conselho Pedagógico e em todos os órgãos previstos na lei;
32. Recorrer de classificação da sua avaliação de desempenho nos termos da lei vigente;
33. Ter direito a defesa, em caso de acusação;
34. Ter direito a uma opinião crítica;
35. Ver a sua autoridade protegida nos domínios pedagógico, científico, organizacional, disciplinar e de formação cívica, ao abrigo do artigo 4º-A da Lei nº 39/2010, de 2 de Setembro;
36. Ver agravadas as penas aplicadas por causa das agressões que eventualmente venham a ser praticadas contra si, no exercício das suas funções ou por causa delas
37. Ser avaliado nos termos do Decreto-Regulamentar nº 2/2010.

Artigo 202º

Deveres

Nos termos do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores do Ensino Básico e Secundário, os docentes estão obrigados ao cumprimento de deveres gerais dos funcionários e agentes do Estado, nomeadamente:

- a) O dever de isenção;
- b) O dever de zelo;
- c) O dever de obediência;
- d) O dever de lealdade;
- e) O dever de sigilo;

- f) O dever de correcção;
- g) O dever de assiduidade;
- h) O dever de pontualidade.

Ao Pessoal Docente cabem ainda os seguintes deveres:

1. Os docentes devem promover medidas de carácter pedagógico que estimulem o harmonioso desenvolvimento da educação das crianças, quer nas actividades da sala de aula, quer nas demais actividades do Estabelecimento de Educação/Ensino e do Agrupamento.
2. Contribuir para a formação e realização integral dos alunos, promovendo o desenvolvimento das suas capacidades, estimulando a sua autonomia e criatividade, incentivando a formação de cidadãos civicamente responsáveis e democraticamente intervenientes na vida da comunidade;
3. Cumprir o regulamento interno;
4. Promover medidas de carácter pedagógico que estimulem o harmonioso desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, em ambiente de ordem e disciplina, quer nas actividades na sala de aula, quer nas demais actividades da Escola;
5. Incentivar nos alunos o gosto pela escola, colaborando na preservação do material e espaço físico da escola;
6. Empenhar-se na melhoria das suas condições de trabalho;
7. Participar, por escrito em impresso próprio, ao Director de Turma, os incidentes ocorridos com os alunos;
8. Empenhar-se na sua própria formação científica e cívica;
9. Respeitar todos os elementos da comunidade escolar;
10. Utilizar uma postura correcta adequada às diversas situações;
11. Intervir activamente na vida do Agrupamento e do seu Estabelecimento de Educação/Ensino;
12. Zelar pela manutenção de todo o material e equipamento ao seu serviço;
13. Respeitar a natureza confidencial da informação relativa aos alunos e respectivas famílias;
14. Registar todos os dias as presenças e faltas dos alunos;
15. Fazer a avaliação de acordo com a legislação em vigor;

16. Cooperar com os órgãos e estruturas do agrupamento na planificação e concretização de todas as actividades, nomeadamente nas relacionadas com o Projecto Educativo e Projecto Curricular de Escola;
17. Empenhar-se na melhoria das suas condições de trabalho;
18. Reconhecer e respeitar as diferenças culturais e pessoais dos alunos e demais membros da comunidade educativa, valorizando os diferentes saberes e culturas e combatendo processos de exclusão e discriminação;
19. Gerir o processo de ensino - aprendizagem no âmbito dos programas definidos, procurando adoptar mecanismos de diferenciação susceptíveis de responder às necessidades individuais dos alunos;
20. Planificar as suas aulas e demais actividades que envolvam a participação dos alunos e de outros elementos da comunidade educativa;
21. Identificar o aluno que apresente necessidades educativas especiais e dele dar conhecimento ao Núcleo de Apoio Educativo, cooperando posteriormente com os restantes intervenientes no processo educativo na aplicação das medidas de apoio que vierem a ser decididas para cada caso particular;
22. Manifestar abertura à inovação e ao reforço da qualidade da educação e ensino;
23. Aceitar os cargos pedagógicos para que for eleito ou nomeado, apresentando justificação escrita ao Director sempre que se verificar a impossibilidade de os assumir;
24. Integrar-se, sempre que possível, nas actividades promovidas pelo Grupo, Departamento, Conselho de Docente, Conselho Pedagógico ou outras iniciativas promovidas pelos elementos da comunidade escolar;
25. Procurar seguir uma linha de conduta exemplar, através do seu empenhamento profissional, cumprimento das suas obrigações e diálogo correcto com todos os alunos, encarregados de educação e funcionários;
26. Incentivar nos alunos hábitos de trabalho e disciplina e de comportamento cívico e social;
27. Exercer a sua autoridade dentro e fora da sala de aula, no âmbito das instalações escolares ou fora delas.
28. Conhecer a legislação para o desempenho das suas funções;
29. Dar informações aos alunos, encarregados de educação e Directores de Turma quando para isso for solicitado;

30. Colaborar com os pais/encarregados de educação no sentido de prevenir e resolver problemas comportamentais ou de aprendizagem;
31. Não levar para o exterior da escola documentos oficiais, tais como livros de ponto ou de actas, dossiers de direcção de turma, dossier do aluno ou todo o tipo de documentos difíceis de substituir em caso de extravio;
32. Durante o período de aulas nunca autorizar a saída dos alunos da sala a não ser em casos manifestamente excepcionais ou de força maior;
33. Justificar as faltas dentro dos prazos legais;
34. Avisar o órgão de gestão sempre que, previsivelmente, vá faltar ao serviço, mesmo com motivo justificado nos termos da legislação em vigor;
35. Aceitar, obrigatoriamente, o serviço de exames e seguir as normas legalmente estabelecidas;
36. Elaborar relatório crítico de actividades, de acordo com lei vigente, no âmbito da avaliação de desempenho.

Artigo 203º

Avaliação do Desempenho

1. O Processo de avaliação dos docentes rege-se pelo Decreto Regulamentar 2/2010, de 23 de Junho.
2. A avaliação do desempenho dos docentes integrados na carreira realiza-se no final de cada período de dois anos escolares e reporta-se ao tempo de serviço prestado nesse período.
3. A avaliação de desempenho realiza-se até ao termo do ano civil em que se completar o módulo de tempo de serviço a que se refere o artigo 202º.
4. O calendário anual do desenvolvimento do processo de avaliação será dado a conhecer no início de cada ciclo de avaliação.
5. A Comissão de Coordenação da Avaliação de Desempenho do Pessoal Docente é composta por quatro elementos: o Presidente do Conselho Pedagógico, que coordena, e outros três elementos do mesmo Conselho, designados por este, de acordo com o artigo 12º do Decreto regulamentar nº 2 / 2010, de 23 de Junho.
6. Sempre que um dos membros exerça também funções de avaliador, não pode intervir na emissão do parecer daquele órgão sobre a proposta de avaliação ou a apreciação da reclamação relativa ao docente que avaliou.
7. As competências da Comissão de Coordenação da Avaliação de Desempenho do Pessoal Docente (CCAD), que elabora um regimento próprio, são as definidas nos normativos legais

inerentes ao processo de avaliação do pessoal docente, competindo-lhe nomeadamente a coordenação e o acompanhamento da avaliação de desempenho do pessoal docente.

Artigo 204º

Componente não Lectiva - Trabalho a nível de agrupamento

1-O trabalho a nível do agrupamento de escolas deve integrar-se nas respectivas estruturas pedagógicas com o objectivo de contribuir para a realização do projecto educativo da escola, podendo compreender:

- a) A colaboração em actividades de complemento curricular que visem promover o enriquecimento cultural e a inserção dos educandos na comunidade;
- b) A informação e orientação educacional dos alunos em colaboração com as famílias e com as estruturas escolares locais e regionais;
- c) A participação em reuniões de natureza pedagógica legalmente convocadas;
- d) A participação, promovida nos termos legais ou devidamente autorizada, em acções de formação contínua ou em congressos, conferências, seminários e reuniões para estudo e debate de questões e problemas relacionados com a actividade docente;
- e) A substituição de outros docentes do mesmo estabelecimento de educação ou de ensino, nos termos da alínea m) do nº 2 e do nº 3 do artigo 11º do presente Estatuto;

2- O serviço lectivo distribuído ao docente deve obedecer sempre que possível ao critério da continuidade pedagógica, bem como a outros definidos em Conselho Pedagógico;

3- A componente não lectiva individual compreende a realização do trabalho de preparação e avaliação das actividades educativas realizadas pelo docente, bem como a elaboração de estudos e de trabalhos de investigação de natureza pedagógica ou científico-pedagógica;

4- Na determinação do número de horas destinado a trabalho individual e à participação nas reuniões a que se refere o nº 2 do artigo 2 do Despacho 19117 DR nº137 de 17 de Julho de 2008 deve ser tido em conta o número de alunos, turmas e níveis atribuídos ao docente, não podendo ser inferior a 8 horas para os docentes da educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico e para os outros ciclos do ensino básico e ensino secundário, 10 horas para os docentes com menos de 100 alunos e 11 horas para os docentes com 100 ou mais alunos.

5- Inclui-se na componente não lectiva a nível de estabelecimento todo o trabalho que não seja lectivo nem integre a componente não lectiva individual e está referido no artigo 6º da legislação supracitada.

6- Na determinação do número de horas da componente não lectiva de estabelecimento, o director deverá ter em conta o serviço docente efectivamente atribuído, nomeadamente:

- a) O número de níveis e de programas leccionados;
- b) As cargas horárias das disciplinas atribuídas;
- c) O número de alunos por turma;
- d) O carácter teórico/prático da disciplina;
- e) A diversidade de problemas de aprendizagem.

7- O Docente que integre o Conselho Geral terá direito a um bloco de 90 minutos para reuniões e trabalhos decorrentes desta função. O presidente deste Conselho beneficiará de dois blocos de 90 minutos para o exercício das suas funções.

Secção VI

Direitos e Deveres específicos do Pessoal não docente

Artigo 205º

O pessoal não docente é constituído pelo pessoal técnico-profissional, administrativo e de assistentes operacionais dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

Ao pessoal não docente são garantidos os direitos e deveres gerais estabelecidos para os funcionários e agentes do Estado, bem como os direitos e deveres específicos definidos no Decreto-Lei nº 184 de 2004.

Artigo 206º

Direitos

São direitos do pessoal não docente:

1. Consultar o seu processo sempre que necessite;
2. Participar nas tomadas de decisão, quer directamente, se para tal for eleito, quer indirectamente, através dos seus representantes;
3. Ser ouvido pelos órgãos de gestão e administração, sobre qualquer problema alusivo à sua vida profissional;
4. Assinar o Registo Biográfico e as Notações;
5. Ter acesso a acções de formação profissional;
6. Participar na vida escolar nas áreas directamente relacionadas com as suas funções;
7. Propor alunos que julguem meritórios dos Quadros de Valor e Excelência;
8. Apresentar propostas tendo em vista a melhoria do ensino e da organização escolar;
9. Ser colocado no sector adequado às suas características profissionais;
10. Ter na escola um ambiente de segurança física e psíquica;
11. Participar na vida sindical;

12. Receber mensalmente o recibo do vencimento;
13. Tomar conhecimento do mapa mensal de faltas;
14. Ser informado, individualmente, da sua classificação de serviço anual, de acordo com os prazos estabelecidos por lei.

Artigo 207º
Deveres

São deveres do pessoal não docente:

1. Reconhecer e respeitar as diferenças culturais e pessoais dos alunos e demais membros da comunidade educativa, valorizando os diferentes saberes e culturas e combatendo processos de exclusão e discriminação;
2. Respeitar a natureza confidencial da informação relativa aos alunos e às suas famílias;
3. Estimular o desenvolvimento de atitudes de respeito pelo trabalho dos outros;
4. Contribuir para a reflexão sobre o trabalho realizado individual e colectivamente;
5. Actualizar e aperfeiçoar os seus conhecimentos, capacidades e competências, numa perspectiva de desenvolvimento pessoal e profissional;
6. Empenhar-se e concluir as acções de formação em que participar;
7. Colaborar activamente com todos os intervenientes no domínio do processo educativo dos discentes;
8. Colaborar com os docentes no acompanhamento dos alunos durante e entre as actividades lectivas;
9. Zelar pela preservação das instalações e equipamentos escolares e propor medidas de melhoramento dos mesmos, cooperando activamente com o órgão executivo do agrupamento;
10. Comunicar ao Órgão de Gestão qualquer anomalia verificada no seu sector;
11. Garantir a vigilância das crianças/alunos que se encontram fora das salas de aula;
12. Não abandonar o seu posto de trabalho, sem motivo justificado e sem conhecimento dos seus superiores;
13. Prestar assistência em situações de primeiros socorros e, em caso de necessidade acompanhar o aluno a unidades hospitalares;
14. Fazer o acompanhamento dos alunos que almoçam nas cantinas, durante o período de almoço;
15. Prestar informações, encaminhar pessoas, controlar entradas e saídas de pessoal estranho e proceder à abertura e encerramento das portas de acesso às instalações;

16. Colaborar com os Serviços Especializados de Apoio Educativo, os Serviços de Acção Social Escolar, a Biblioteca, Centro de Recurso, desempenhando assim um papel importante na formação dos alunos.

Secção VII **Serviços Administrativos**

Artigo 208º

Os Serviços Administrativos desenvolvem a sua actividade na dependência hierárquica dos órgãos de gestão, no âmbito dos recursos humanos, financeiro, patrimonial e da aquisição e gestão do expediente e arquivo.

Deverá organizar-se para que o serviço não possa ser prejudicado, no seu funcionamento normal, por faltas ou impedimentos de qualquer um dos seus funcionários.

Os Serviços Administrativos recebem orientações da D.R.E.A. e dos restantes órgãos e serviços do Ministério da Educação para o desenvolvimento das suas actividades.

Artigo 209º

Direitos e Deveres específicos do Pessoal Administrativo

Os direitos do Pessoal Administrativo são idênticos aos do restante pessoal não docente. Quanto aos seus deveres específicos das diferentes carreiras, estes são os definidos no Decreto-Lei n.º 184/2004.

Secção VIII **Assistentes Operacionais**

Artigo 210º **Direitos Específicos**

1 – Ser tratado com correcção e respeito por todos os elementos da Comunidade Educativa.

2 – Ser informado sobre toda a legislação que directa ou indirectamente diga respeito à sua actividade profissional.

3 – Ter acesso a acções de formação periódicas para melhorar o seu desempenho profissional, ou acesso em carreira profissional.

4 – Colaborar na elaboração do Projecto Educativo, do Regulamento Interno e em todas as actividades de interesse para a vida no Agrupamento.

5 – Manifestar a sua opinião sobre assuntos que lhe digam directamente respeito, ou sejam de interesse para a vida no Agrupamento;

6 – Encontrar no Agrupamento condições adequadas à realização da sua actividade profissional.

7 – Conhecer o Projecto Educativo, o Regulamento Interno e o Projecto Curricular do Agrupamento.

8 – Beneficiar de uma interrupção de 15 minutos (no turno da manhã e no turno da tarde) para se ausentar do posto de trabalho, dando conhecimento ao superior hierárquico.

9 – Participar no processo educativo.

10 – Participar na elaboração do Projecto Educativo.

11 – Ter acesso ao Projecto Educativo.

12 – Participar na elaboração e reformulação do Regulamento Interno.

13 – Eleger e ser eleito.

14 – Usufruir das instalações disponíveis com as condições existentes ao bom exercício das suas funções.

15 – Utilizar equipamentos e serviços nas condições regulamentadas.

Artigo 211º **Deveres Específicos**

1. Usar placa identificativa;
2. Prestar informações, encaminhar pessoas, controlar entradas e saídas de visitantes e alunos;
3. Proceder, quando solicitados, à abertura e encerramento das portas de acesso às instalações;
4. Vigiar as instalações escolares;
5. Contribuir para uma maior segurança na escola;
6. Prestar apoio e assistência em situações de primeiros socorros.
7. Na situação descrita no ponto anterior, sempre que ocorra algum acidente com os alunos que torne indispensável a sua saída da Escola para ser socorrido – Centro de Saúde de Arraiolos e/ou Hospital de Évora – informar o Conselho Executivo e o(s) Encarregados(s) de Educação da situação;
8. Providenciar, em caso de lesão grave ou queda, tudo para que o aluno não seja removido do local sem a presença de pessoal especializado (médico, bombeiro...);
9. Certificar-se de que o aluno tem consigo o cartão de estudante (na escola sede).
10. Colaborar com os docentes no acompanhamento dos alunos entre e durante as actividades lectivas, zelando para que nas instalações escolares sejam mantidas as

- normas de compostura, limpeza e silêncio, em respeito permanente pelo trabalho educativo em curso, procurando manter um bom ambiente educativo;
11. Prevenir ou evitar comportamentos/atitudes menos correctos por parte dos alunos;
 12. Averiguar, em casos de conflito ou agressões, as causas, ouvindo atenta e serenamente as partes envolvidas, de forma a tentar solucionar o problema e informar o Director de Turma/ Professor Titular;
 13. Comunicar por escrito ao Director de Turma/ Professor Titular e/ou ao Conselho Executivo qualquer incidente, utilizando o impresso “registo de incidentes”;
 14. Na escola sede, permanecer no local de vigilância que lhe foi destinado;
 15. Dar uma atenção redobrada à vigilância exterior;
 16. Limpar e arrumar as instalações da escola, bem como o material e equipamento didáctico e informático necessário ao desenvolvimento do processo educativo à sua responsabilidade, zelando pela sua conservação, de acordo com a distribuição de serviços estabelecida pelo Conselho Executivo;
 17. Na escola sede, verificar e registar as faltas dos professores, de acordo com a ocupação da sala;
 18. Exercer tarefas de apoio aos serviços de Acção Social Escolar;
 19. Estabelecer ligações telefónicas e prestar informações;
 20. Receber e transmitir mensagens;
 21. Reproduzir documentos com utilização de equipamentos próprios;
 22. Efectuar, no interior e exterior, tarefas indispensáveis ao funcionamento dos serviços;
 23. Exercer, quando necessário, tarefas de apoio de modo a permitir o normal funcionamento de laboratórios e bibliotecas escolares.

Secção IX

Pais e Encarregados de Educação

Artigo 212º

Aos pais e encarregados de educação: é reconhecido o direito de participação na vida da escola. Esse direito concretiza-se através da organização e da colaboração em iniciativas que visam a promoção da melhoria da qualidade e da humanização da escola, em acções motivadoras de aprendizagens e da assiduidade dos alunos e em projectos de desenvolvimento sócio educativo da escola, bem como, para além das suas obrigações legais, a especial responsabilidade de dirigirem a educação dos seus filhos e educandos, no interesse

destes, e de promoverem activamente o desenvolvimento físico, intelectual e cívico dos mesmos, de acordo com o artigo 6.º da Lei n.º 39/2010 de 02 de Setembro.

Artigo 213º

Direitos

São direitos dos pais e encarregados de Educação:

1. Estabelecer relações com o Estabelecimento de Educação/Ensino e órgãos de gestão;
2. Colaborar na elaboração do Projecto Educativo, do Regulamento Interno e no Projecto Curricular do Agrupamento.
3. Ser informado sobre o Projecto Educativo e sobre o Projecto Curricular do Agrupamento contribuindo para a sua elaboração e desenvolvimento.
4. Ser informado sobre os projectos de ocupação dos tempos livres dos Alunos, de forma a poder motivá-los para uma participação activa nesses espaços.
5. Receber informação sobre todas as matérias relevantes no processo educativo do seu educando;
6. Eleger e ser eleito, de acordo com a legislação em vigor, para os cargos em que possam ter assento;
7. Eleger os seus representantes na Associação de Pais e Encarregados de Educação.
8. Ser eleito como representante da Associação de Pais e Encarregados de Educação.
9. Ser informado, quando solicitado, sobre a legislação que diga respeito à vida escolar dos seus educandos.
10. Participar no processo de avaliação do seu educando;
11. Ser recebido pelo professor/educador/ director de turma;
12. Comparecer na sede do Agrupamento e ou no respectivo estabelecimento de educação e ensino, sempre que tal se justifique ou quando solicitada a sua presença;
13. Ser convocado para reuniões.

Artigo 214º

Deveres

São deveres dos pais e encarregados de educação:

1. Colaborar estreitamente com todos os intervenientes no processo educativo, ajudando a criar condições de sucesso aos seus educandos;
2. Contactar com a escola para tratar de todos os assuntos relacionados com a vida escolar do seu educando;

3. Diligenciar no sentido de que o seu educando seja assíduo, pontual, tenha um correcto comportamento escolar e se empenhe no processo de aprendizagem;
4. Diligenciar para que o seu educando beneficie, efectivamente, dos seus direitos;
5. Acompanhar activamente o seu educando em todo o percurso escolar, assim como assegurar que este se faça acompanhar diariamente de todo o material necessário à realização das actividades;
6. Promover a articulação entre a educação na família e o ensino na escola;
7. Justificar as faltas dadas pelo seu educando, de acordo com a legislação em vigor e com o Regulamento Interno (a justificação deverá ser entregue ao Director de Turma/Professor de Turma, no prazo de 3 (três) dias úteis. Terá de ser entregue uma declaração médica, sempre que o número de faltas ultrapasse mais de cinco dias seguidos.
8. Preencher e devolver prontamente os documentos enviados pelo Director de Turma/Professor de Turma, ou pelo Órgão de Gestão, através do educando, bem como tomar conhecimento e assinar as fichas de avaliação.
9. Contribuir para a preservação da disciplina da escola e para a harmonia da comunidade educativa, em especial quando tal lhe for solicitados
10. Contribuir para o correcto apuramento dos factos em processo disciplinar que incida sobre o seu educando; no caso de ser aplicada a este medida disciplinar, diligenciar para que a mesma prossiga os objectivos de reforço da sua formação cívica, do desenvolvimento equilibrado da sua personalidade, da sua capacidade de se relacionar com os outros, da sua plena integração na comunidade educativa e do seu sentido de responsabilidade;
11. Integrar activamente a comunidade educativa no desempenho das demais responsabilidades desta, em especial informando-se e informando sobre todas as matérias relevantes no processo educativo do seu educando;
12. Identificar-se à entrada das instalações escolares e aguardar a autorização de entrada;
13. Contribuir para a criação e implementação dos instrumentos de autonomia;
14. Contribuir para a preservação da segurança e integridade física e moral de todos os que participam na vida escolar;
15. Comparecer na sede do agrupamento e ou no respectivo estabelecimento de educação e ensino, sempre que julgue necessário e quando para tal for solicitado;
16. Informar sobre situações específicas de saúde do seu educando;
17. Participar nas reuniões convocadas.

18. Participar na elaboração e aprovação do Regulamento Interno.
19. Conhecer o estatuto do aluno, bem como o regulamento interno da escola e subscrever declaração anual de aceitação do mesmo e de compromisso activo quanto ao seu cumprimento legal.

Secção X
Entidades externas

Artigo 215º
Autarquia

O município participa no conselho Geral e exerce as competências de acordo com a legislação em vigor.

Artigo 216º
Outras entidades

1. Perante situação de perigo para a segurança, saúde ou educação do aluno, designadamente por ameaça à sua integridade física ou psicológica, deve o director do agrupamento diligenciar para lhe pôr termo, pelos meios estritamente adequados e necessários e sempre com preservação da vida privada do aluno e da sua família, actuando de modo articulado com os pais, representante legal ou quem tenha a guarda de facto do aluno.
2. Para efeitos do número anterior, deve o director do agrupamento, quando necessário, solicitar a cooperação das entidades competentes do sector público, privado ou social
3. Quando se verifique a oposição dos pais, representante legal ou quem tenha a guarda de facto do aluno, à intervenção da escola no âmbito da competência referida nos números anteriores, o director do agrupamento deve comunicar imediatamente a situação à comissão de protecção de crianças e jovens com competência na área de residência do aluno ou, no caso de esta não se encontrar instalada, ao magistrado do Ministério Público junto do tribunal competente.
4. Se a escola, no exercício da competência referida nos nºs 1 e 2, não conseguir assegurar, em tempo adequado, a protecção suficiente que as circunstâncias do caso exijam, cumpre ao director do agrupamento comunicar a situação às entidades referidas no número anterior.

Capítulo IX Regime de Faltas

Secção I

Faltas do Pessoal Docente e Não Docente

Artigo 217º
Definição

1- Falta é a ausência do funcionário durante a totalidade ou parte do período diário de presença obrigatória no estabelecimento de educação ou de ensino ou em local a que se deva deslocar em exercício de funções.

2- Acresce ainda para o pessoal docente:

a) é considerado um dia de falta para o docente, a ausência a um número de horas igual ao quociente da divisão por cinco do número de horas de serviço lectivo semanal ou equiparado distribuído.

b) é ainda considerado falta a um dia:

-a ausência do docente a serviços de exames;

-a ausência do docente a reuniões de avaliação dos alunos;

-as faltas por períodos inferiores a um dia são adicionadas no decurso do ano lectivo, para efeitos do disposto no número dois.

2.1 É considerada falta a dois tempos a não comparência do docente:

a) a uma reunião de Conselho Geral, do Conselho Pedagógico, de Departamento, de Conselho de Turma/ Conselho de Docentes, sem carácter de avaliação, de Conselho Disciplinar, de Núcleo de Apoio Educativo ou outra convocada e prevista nos termos legais.

b) a não comparência a uma reunião de Conselho de Turma/ Conselho de Docentes com carácter de avaliação implica justificação mediante a apresentação de atestado médico.

c) A não comparência a serviços de exames, Conselhos de Turma/ Conselhos de Docentes para avaliação só poderá ser justificada por: maternidade, nascimento, falecimento de familiar, doença, isolamento profilático e para cumprimento de obrigações legais.

Artigo 218º **Faltas justificadas**

Consideram-se justificadas as seguintes faltas:

- a) Casamento;
- b) Maternidade ou paternidade;
- c) Nascimento;
- d) Consultas pré-natais e amamentação;
- e) Adopção;
- f) Falecimento de familiar;
- g) Doença;
- h) Acidente;
- i) Reabilitação profissional;

- j) Tratamento ambulatorio;
- k) Assistencia a familiares;
- l) Isolamento profilatico;
- m) Trabalhador estudante;
- n) Bolseiro ou equiparado;
- o) Doacao de sangue e socorrismo;
- p) Cumprimento de obrigacoes;
- q) Prestacao de provas de concurso;
- r) Por conta do periodo de ferias;
- s) Com perda de vencimento;
- t) Por deslocacao para a periferia;
- u) Por motivos nao imputaveis ao funcionario ou agente.

Artigo 219°
Justificacao de Faltas

A justificacao de faltas deve ser feita em impresso normalizado a adquirir na papelaria da sede do agrupamento.

1.1.Sempre que a falta seja prevista, o funcionario deve informar o orgao de gestao antecipadamente.

1.2.No caso de a falta ser imprevista, o funcionario deve fazer chegar a informacao ao orgao de gestao no proprio dia.

Na impossibilidade do funcionario se deslocar a sede do Agrupamento deve telefonar ou enviar justificacao da falta pelo correio.

Capitulo X Disposicoes Finais
--

Artigo 220°

Omissoes

No caso de situacoes omissas o Director e o orgao competente para decidir, sem prejuizo do parecer oportuno do Conselho Pedagogico e das deliberacoes tomadas pelo Conselho Geral, de acordo com o previsto na lei.

Artigo 221°
Aplicacao

Após homologação da Direcção Regional de Educação do Alentejo, o presente regulamento entrará em vigor, pelo que, após sua divulgação, nenhum elemento da comunidade educativa poderá alegar desconhecimento do mesmo.

Artigo 222º **Divulgação**

O Regulamento Interno poderá ser consultado nas Bibliotecas do Agrupamento e nas páginas electrónicas do Agrupamento na Internet e na Intranet.

O mesmo Regulamento Interno deverá ainda, obrigatoriamente ser publicitado no Portal das Escolas

As secções respeitantes aos direitos e deveres dos alunos devem ser fornecidos aos mesmos, quando iniciam a frequência do Agrupamento e, sempre que o regulamento seja objecto de actualização.

Bibliografia

Lemos, Jorge e Silveira, Teodolindo, Autonomia e Gestão das Escolas, Porto Editora, 1999

Legislação vigente:

Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de Abril

Decreto-Lei 6/2001, de 18 de Janeiro

Despacho Normativo nº50/2005, de 9 de Novembro de 2005;

Despacho nº 14460, de 15 de Maio de 2008;

Decreto-Lei nº3/2008, de 18 de Janeiro

Decreto -Lei n.º 115 -A/98, de 4 de Maio, alterado, por apreciação parlamentar, pela Lei n.º 24/99, de 22 de Abril, no Decreto -Lei n.º 172/91, de 10 de Maio, e no Decreto -Lei n.º 769 - A/76, de 23 de Outubro;

Lei n.º 39/2010 de 2 de Setembro

Despacho nº 30265/2008 de 24 de Novembro de 2008

Decreto-Lei n.º 184/2004

Decreto regulamentar nº 2 / 2010, de 23 de Junho.

Decreto-Lei n.º 299/84 de 5 de Setembro

Despacho nº17860/2007

Estatuto da Carreira Docente Básico e Secundário

Despacho nº 9745/2009

Decreto-lei nº137 de 17 de Julho de 2008

Índice

Introdução.....	2
Capítulo I.....	3
Princípios Orientadores da Administração das Escolas.....	3
<i>Secção I</i>	3
<i>O Agrupamento</i>	3
<i>Artigo 1º</i>	3
<i>Definição</i>	3
Capítulo II.....	4
Aplicação do Regulamento Interno.....	4
<i>Secção I</i>	4
<i>Objecto e Âmbito</i>	4
Capítulo III.....	5
Regime de Funcionamento e Gestão.....	5
<i>Secção I</i>	5
<i>Oferta Educativa</i>	5
<i>Secção II</i>	11
<i>Instalações</i>	11
<i>Secção III</i>	13
<i>Equipamentos</i>	13
<i>Secção IV</i>	13
<i>Normas do Agrupamento</i>	13
Capítulo IV.....	16
Estruturas de Organização Pedagógica e Administrativa.....	16
<i>Secção I</i>	16
<i>Órgãos de Administração e Gestão</i>	16
<i>Secção II</i>	16
<i>Conselho Geral</i>	16
<i>Secção III</i>	19
<i>Director</i>	19
<i>Secção IV</i>	27
<i>Conselho Pedagógico</i>	27
<i>Secção V</i>	29
<i>Conselho Administrativo</i>	29
<i>Secção VI</i>	29
<i>Coordenação de Escola ou de estabelecimento de Educação Pré-Escolar</i>	29
Capítulo V.....	30
Estruturas de Orientação Educativa.....	30
<i>Secção I</i>	31
<i>Estruturas de Articulação Curricular</i>	31
<i>Secção II</i>	42
<i>Estruturas de Coordenação de Turma</i>	42
Capítulo VI.....	50
Estruturas e Serviços de Apoio.....	50
<i>Secção I</i>	50

<i>Serviços Especializados de Intervenção Educativa</i>	50
<i>Secção II</i>	51
<i>Núcleo de Necessidades Educativas Especiais</i>	51
<i>Secção III</i>	53
<i>Professores Tutores</i>	53
<i>Secção IV</i>	54
<i>Gabinete de Segurança, Saúde e Bem-estar</i>	54
<i>Secção V</i>	56
<i>Bibliotecas Escolares</i>	56
<i>Secção VII</i>	61
<i>SASE – Serviços de Apoio Sócio – Educativos</i>	61
Capítulo VIII	65
Estruturas Associativas	65
<i>Secção I</i>	65
<i>Associação de Estudantes</i>	65
<i>Secção II</i>	65
<i>Associação de Pais, Encarregados de Educação e Educadores</i>	65
Capítulo VIII	66
Disposições Gerais dos Elementos da Comunidade Educativa	66
<i>Secção I</i>	66
<i>Direitos e Deveres da Comunidade Educativa</i>	66
<i>Secção II</i>	69
<i>Direitos e deveres dos alunos</i>	69
<i>Secção III</i>	79
<i>Frequência e assiduidade</i>	79
<i>Secção IV</i>	84
<i>Normas de Conduta</i>	84
<i>Secção V</i>	85
<i>Regime Disciplinar dos Alunos</i>	85
<i>Secção VI</i>	100
<i>Direitos e Deveres Específicos do Pessoal Docente</i>	100
<i>Secção VI</i>	107
<i>Direitos e Deveres específicos do Pessoal não docente</i>	107
<i>Secção VII</i>	109
<i>Serviços Administrativos</i>	109
<i>Secção VIII</i>	109
<i>Assistentes Operacionais</i>	109
<i>Secção IX</i>	111
<i>Pais e Encarregados de Educação</i>	111
<i>Secção X</i>	114
<i>Entidades externas</i>	114
Capítulo IX	114
Regime de Faltas	114
<i>Secção I</i>	114
<i>Faltas do Pessoal Docente e Não Docente</i>	114
Capítulo X	116
Disposições Finais	116

Aprovado em Conselho Geral – 17 de Março de 2011

Ano Lectivo 2012/2013

Tema	Descrição	Objectivos	Promotores	Público-alvo	Local	Calendarização	Recursos	Orçamento	Avaliação
Criação de um portal da rede de bibliotecas de Arraiolos	Pretende-se disponibilizar à comunidade informações sobre as bibliotecas do concelho, as suas atividades e os seus recursos.	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes; 	Professores - Equipa das Bibliotecas;	Comunidade Educativa	Bibliotecas do Concelho de Arraiolos	2012-09-03 a 2013-06-14	Todos os elementos mencionados nos protocolos e envolvidos na RBA Todos os elementos mencionados nos protocolos e envolvidos na RBA Computador, internet e programa PORBASE Local para alojamento do PORTAL	500 €	-
Dia do caloiro	<ul style="list-style-type: none"> - Projeção de um filme de animação sobre o início das aulas "A escola vai começar". - Distribuição dos manuais oferecidos pela Junta de Freguesia local. - Visita guiada à escola . 	<ul style="list-style-type: none"> - Inclusão de todos os alunos com NEE e alunos estrangeiros, educativa e socialmente; - Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as 	Professores;	Alunos/Crianças	escola de Vimieiro	2012-09-14 a 2012-09-14	Profs., alunos, assistente operacional Junta de freguesia Projetor de vídeo, computador, livros	1 €	-

		parcerias existentes; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas;							
Projeto Comenius/ "Hortas e Jardins sustentáveis	- Plantação de uma horta na escola - Elaboração de dicionários ilustrados - Produção de um moviemaker sobre Portugal. - Powerpoint sobre crescimento de girassóis. - Jogos e trabalhos comemorativos do Dia das Línguas. - Festa de encerramento	- Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Continuar a promover a progressiva utilização das TIC; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes;	Professores - Agência Nacional do programa Sócrates/ Prof. Ana Cristina;	Alunos/Crianças	escola de Vimieiro	2012-09-14 a 2013-05-03	Profs., alunos, assistente operacional, profs de música parceiros comunitários Projetor de vídeo, computador, livros. etc. Plantas e sementes	1000 €	-
		- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Ocupação dos alunos/crianças durante todo o tempo de permanência na escola/Jardim-de-infância;							

Receção aos alunos e encarregados de educação		<ul style="list-style-type: none"> - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos; 	Professores;	Alunos/Crianças	E.B.1Sabugueiro	2012-09-14 a 2012-09-14	Professora, alunos e encarregados de educação Material de desgaste	10 €	Ver
Recepção aos Alunos	<p>Recepção aos novos alunos pelos alunos mais velhos. Visita guiada à Escola para que alunos e EE conhecessem a EB 1 de Igreja.</p> <p>Realização de jogos de conhecimento e apresentação entre alunos e professora.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos; 	Professores - Prof.ª M.ª José Plácido Grácias;	Comunidade Educativa	EB 1 de Igreja	2012-09-14 a 2012-09-14	Alunos, Professora, Assistente Operacional. Pais/Encarregados de Educação Escola; Documentos a entregar a EE; Peluche para jogos.	0 €	Ver
		<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; 							

Início do ano	- Apresentação/Diálogo com os alunos - Recepção aos encarregados de educação	- Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas;	Professores - 110;	Alunos/Crianças	EB1 de Ilhas	2012-09-14 a 2012-09-14	Professores, alunos, auxiliar Encarregados de Educação material de desgaste	0 €	Ver
Plano Nacional de Leitura	- Leitura de livros que constam na lista do PNL (na hora do conto - referida no horário da turma) - Exploração dos livros trabalhados (guiões de leitura e trabalhos de expressões) - Adoção de um autor para explorar a sua obra e conhecer melhor a sua id	- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes;	Professores;	Alunos/Crianças	EB1 de Ilhas	2012-09-14 a 2013-06-14	Professores, alunos livros livros da biblioteca e dos alunos	0 €	-

		- Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas;							
Articulação entre ciclos	Visita do infantário à EB1 das Ilhas em um ou vários momentos do ano letivo - Visita da EB1 das Ilhas à escola sede do Agrupamento de Escolas de Arraiolos, onde integrarão no 2º ciclo - Convívio	- Promover uma articulação pedagógica formal entre os ciclos de estudos; - Promover uma articulação pedagógica formal entre os ciclos de estudos; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas;	Professores;	Alunos/Crianças	EB1 de Ilhas	2012-09-14 a 2013-06-14	Professores, alunos e auxiliares alunos e professores e auxiliares da outra instituição material de desgaste transporte	0 €	-
		- Promover uma articulação pedagógica formal entre os ciclos de estudos;							

Receção aos alunos	Receção aos novos alunos do pré-escolar e 1º ano: - Visionamento de dois powerpoints alusivos ao primeiro dia de aulas; - Conversa com os alunos; - Entrega de uma pequena lembrança e atribuição de padrinhos aos alunos de 1º ano; - Canções, poemas...	- Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas;	Professores - grupo 100 e 110- todos os docentes do agrupamento;	Alunos/Crianças	Polivalente da E.B.1/J.I. de Arraiolos	2012-09-17 a 2012-09-17	docentes, assistentes operacionais técnico de som da Câmara Municipal de Arraiolos quadro eletrónico, computador, lembranças equipamento de som	0 €	Ver
Programa Eco Escolas	_ Constituição do Conselho Eco Escolas _ Auditoria Ambiental - Plano de Acompanhamento, com os seguintes temas: Água, Resíduos, Energia, Floresta, Animais, através de: * horta biológica; * jardim; * fornos solares; • reciclagem	- Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em	Professores - docentes do grupo 100 e do grupo 110;	Comunidade Educativa	Estabelecimento de ensino, vila de Arraiolos	2012-09-17 a 2013-07-05	docentes, alunos, assistentes operacionais encarregados de educação, Câmara Municipal materiais diversos	100 €	-

		consideração as necessidades diagnosticadas;							
Arraiolos ... pelos amigos com patas		- Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas;	Professores do Grupo 230;	Comunidade Educativa	Internet,	2012-09-17 a 2013-06-14	Professores, Pessao não Docente, Alunos Comunidade Educativa Serviços de Informática	200 €	-
INSTALAÇÃO ARTÍSTICA	Dar a conhecer a Arte Contemporânea	- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Promover uma articulação pedagógica formal entre os ciclos de estudos; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar	Professores do Grupo 600 - Prof/Alunos Expressão Pástica;	Comunidade Educativa	escola	2012-09-17 a 2012-12-22	os intervenientes encarregados de educação estruturas a defenir	1 €	Ver

		a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes;							
Reciclando	Elaborar cartazes Separar lixo Utilizar os eco pontos	- Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes;	Professores;	Alunos/Crianças	E.B.1 Sabugueiro	2012-09-17 a 2013-06-14	Comunidade escolar eco pontos	10 €	-
Biblioteca Escolar/Centro de Recursos da EB1 de Arraiolos	Várias idas à Biblioteca Escolar para participar em actividades a desenvolver ao longo do ano letivo - que promovam e desenvolvam o gosto pela leitura, promovendo hábitos de leitura e de escrita.	- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes;	Professores - Prof.ª M.ª José Plácido Grácias em parceria com a Prof.ª responsável pela BE/CR;	Alunos/Crianças	Biblioteca Escolar/Centro de Recursos da EB1 de Arraiolos	2012-09-17 a 2013-06-13	Alunos, Professora, Assistente Operacional. Recursos Humanos da BE/CR Livros	0 €	-

Conhecer os Diferentes Serviços da Igreja	Visita aos diversos serviços da Comunidade; Realizar atividades de interligação com os possíveis agentes de cada um dos serviços da Comunidade; Criar um Painel com todos os Serviços da Comunidade e quais as suas funções.	- Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes;	Professores - Prof.ª M.ª José Plácido Grácias em parceria com os diferentes Serviços da Igreja;	Alunos/Crianças	EB 1 de Igreja e Comunidade Local	2012-09-17 a 2013-06-13	Alunos, Professora, Assistente Operacional. Responsáveis pelos diferentes Serviços da Igreja Materiais de escrita, pintura, recorte e colagem. Máquina Fotográfica.	0 €	-
Receção aos alunos e encarregados de educação	Apresentação de histórias em power points alusivas à entrada na escola/ JI.	- Diminuir o absentismo; - Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos;	Professores do Grupo 100 - Educadoras Florbela Carço e Graça Palma;	Alunos/Crianças	E.B. 1 / J.I.de Arraiolos	2012-09-17 a 2012-09-17	Aparelhagem de som, Quadro eletrónico	0 €	Ver
" Cidadania em movimento com conhecimento"	Conhecimento de: . Quem somos; . Como somos; . Normas de conduta social; . O que devemos comer; . Cuidados a ter com o ambiente; . Transformações na natureza ao longo das 4	- Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva;	Professores - Educadora Adelaide Oliveira;	Alunos/Crianças	Jardim de Infância de Igreja - sala dos 3 anos	2012-09-17 a 2013-07-05	Educadora, Auxiliar, Animadora, Crianças. Famílias/Comunidade. A definir. A definir	100 €	-

	estações do ano; . Regras de segurança em casa, na rua e noutros espaços pú	- Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos;							
"Pequenos cientistas"	. Realizar experiências . Realizar pesquisas bibliográficas e na net . Observar e tentar interpretar . Registrar e analisar as observações Conteúdos a abordar: . estações do ano; . água; . luz; . Forças e movimento; . Objetos e materiais;	- Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento;	Professores - Educadora Florbela Carço;	Alunos/Crianças	EB1/JI de Arraiolos	2012-09-17 a 2013-07-05	Educadora, Auxiliar, Crianças. A definir.	100 €	-
"Descobrir e divulgar a nossa aldeia"	Confeção de folares. Visita a artesãos. Descoberta do património arquitetónico. Descoberta do património natural. Divulgação das "descobertas"	- Promover uma articulação pedagógica formal entre os ciclos de estudos; - Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes;	Professores - Educadora Fátima Carapinha;	Alunos/Crianças	EB1/JI de Sabugueiro	2012-09-17 a 2013-07-05	Educadora, Auxiliar, Animadora, Crianças. A definir.	100 €	-
		- Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança,							

<p>"Timóteo o duende, um amigo diferente" - " Timóteo quer teu amigo ser"</p>	<p>Conhecer: - nome completo - altura - peso - idade / data de nascimento - género - esquema corporal - o que gosto / não gosto - o que preciso para crescer (alimentação, segurança e higiene)</p>	<p>saúde e educação ambiental; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos;</p>	<p>Professores do Grupo 100 - Educadora Manuela Barrão Iglésias;</p>	<p>Alunos/Crianças</p>	<p>Jardim de infância de Igreja - sala 4/5 anos</p>	<p>2012-09-17 a 2013-07-05</p>	<p>Educadora, Auxiliar, Animadora, Encarregados de Educação Higienista oral, Agentes da Escola Segura, UCC A definir para cada uma das situações abordadas</p>	<p>30 €</p>	<p>-</p>
<p>"Timóteo o duende, um amigo diferente" - " Timóteo quer descobrir os que te fazem sorrir"</p>	<p>Conhecer as famílias: - quem as integra - as características físicas dos seus elementos - as características profissionais Conhecer meninos doutros países Comemorar: - Dia do Pai - Dia da Mãe Participar nos projectos "Natal Solidário".</p>	<p>- Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos;</p>	<p>Professores do Grupo 100 - Educadora Manuela Barrão Iglésias;</p>	<p>Alunos/Crianças</p>	<p>Jardim de infância de Igreja - sala 4/5 anos</p>	<p>2012-09-17 a 2013-07-05</p>	<p>Educadora, Auxiliar, Animadora, Encarregados de Educação. Comunidade. A definir para cada uma das situações abordadas.</p>	<p>40 €</p>	<p>-</p>
		<p>- Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania,</p>							

"Timóteo o duende, um amigo diferente" - " Timóteo teve uma ideia: descobrir a tua aldeia"	Descobrir: - a morada - características da habitação - comércio/agricultura/indústrias - fauna/flora Sensibilizar para: - a preservação da natureza - importância de reduzir, reutilizar e reciclar.	segurança, saúde e educação ambiental; - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes;	Professores do Grupo 100 - Educadora Manuela Barrão Iglésias;	Alunos/Crianças	Jardim de infância de Igreja - sala 4/5 anos	2012-09-17 a 2013-07-05	Educadora, Auxiliar, Animadora, Encarregados de Educação. Comunidade A definir para cada uma das situações abordadas	30 €	-
"Biblioteca de Turma"	"Biblioteca de Turma" - Leitura recreativa	- Ocupação dos alunos/crianças durante todo o tempo de permanência na escola/Jardim-de-infância; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos;	Alunos/Crianças - Diretora de Turma (Profª Clarisse Dias Fialho) e Encarregados de Educação;	Alunos/Crianças	EB 2,3/S Cunha Rivara	2012-09-24 a 2013-05-31	Professores/alunos da turma do 5ºC Encarregados de Educação Títulos de literatura juvenil	1 €	-
		- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Continuar a							

Dia Europeu das Línguas	Elaboração de cartazes sobre o tema.	<p>promover a progressiva utilização das TIC;</p> <p>- Promover a obtenção de melhores resultados nas disciplinas de Inglês e Matemática;</p> <p>- Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento;</p>	Professores do Grupo 330 - Alunos do 9º ano, no âmbito do Projeto Comenius;	Comunidade Educativa	Sala de aula e exposição no hall de entrada	2012-09-24 a 2012-09-28	Alunos e Professores Computadores, dicionários, cartolinas e material de pintura e / ou colagem Computadores Portateis	10 €	Ver
Participação no jornal da escola	Participação com notícias no jornal da escola de algumas atividades promovidas pelo núcleo de educação especial e os alunos a quem presta apoio.	<p>- Inclusão de todos os alunos com NEE e alunos estrangeiros, educativa e socialmente;</p> <p>- Melhoria dos resultados escolares dos alunos;</p> <p>- Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento;</p> <p>- Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes;</p> <p>- Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas;</p>	Professores do Grupo 910;	Comunidade Educativa	escola sede do agrupamento de escolas de arraiolos	2012-09-24 a 2013-06-08	Professores e alunos	20 €	-
		- Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança,							

<p>Dia Europeu das Línguas</p>	<p>• Promover o conhecimento da cultura Inglesa. • Estimular os alunos para a aprendizagem da língua inglesa. • Reconhecer semelhanças e diferenças entre o seu universo sociocultural e o dos outros.</p>	<p>saúde e educação ambiental; - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas;</p>	<p>Professores do Grupo 220 - 220 e 330;</p>	<p>Alunos/Crianças</p>	<p>Agrupamento de Escolas de Arraiolos- Entrada sede da Escola</p>	<p>2012-09-26 a 2012-09-26</p>	<p>Professores Placards, Folhas A4, cola, marcadores, tesoura</p>	<p>10 €</p>	<p>Ver</p>
	<p>- Articular currículos e metodologias de ensino-aprendizagem entre os 1º, 2º, 3ºs ciclos e ensino Secundário do Agrupamento de Escolas</p>	<p>- Promover uma articulação pedagógica formal entre os ciclos de estudos; - Ocupação dos alunos/crianças durante todo o tempo de permanência na escola/Jardim-de-infância; - Melhoria dos resultados</p>	<p>Professores - Ana</p>		<p>Laboratórios do</p>	<p>2012-10-01 a</p>	<p>Professores responsáveis do clube, professores de</p>		

Clube das Ciências	de Arraiolos, nas áreas das Ciências; - Incentivar os alunos para o empreendedorismo; - Realizar parcerias com várias	escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos;	Isabel Carvalho;	Alunos/Crianças	Agrupamento	2013-06-14	Ciências Laboratórios e respetivo material	1000 €	-
A JANELA E O TEMPO	Distinguir a diversidade de manifestações culturais- períodos artísticos- existentes em diferentes épocas.	- Continuar a promover a progressiva utilização das TIC; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes;	Professores - Professores e alunos de EV 7ºA/C,8ºA/C/D, 9º A/B/C;	Comunidade Educativa	Arraiolos	2012-10-01 a 2013-06-07	os intervenientes	1 €	-
Dia internacional do idoso	Escrita de quadras Elaborar painel alusivo Visita à festa sénior	- Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados	Professores - CMA;	Comunidade Educativa	Sabugueiro e Arraiolos	2012-10-01 a 2012-10-04	Counidade educativa CMA Material de desgaste Autocarro	10 €	Ver

		<p>escolares dos alunos;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes; 							
eTwinning Project	Troca de apresentações em Power Point, desenhos, postais, fotografias, músicas, mapas, etc. e publicação dos trabalhos no Twinspace ou no Blog "Schoolovision2013"	<ul style="list-style-type: none"> - Continuar a promover a progressiva utilização das TIC; - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Promover a obtenção de melhores resultados nas disciplinas de Inglês e Matemática; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos; 	Professores do Grupo 330 - 220;	Alunos/Crianças	Sala de aula	2012-10-01 a 2013-06-14	Professora e alunos Computadores e Internet	60 €	-
		<ul style="list-style-type: none"> - Inclusão de todos os alunos com NEE e alunos estrangeiros, educativa e socialmente; - Melhoria dos resultados escolares dos 							

Participação em todas as atividades efetuadas no agrupamento	Participação efetiva em todas as atividades promovidas pelo agrupamento de escolas (biblioteca, viagens de estudos, exposições etc.)	alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas;	Alunos/Crianças;	Comunidade Educativa	Locais onde ocorrerão as atividades	2012-10-01 a 2013-06-08	Professores e alunos	20 €	-
Jornal Escolar	Pretende-se divulgar a toda a comunidade, trabalhos, projetos e outras atividades realizadas no Agrupamento.	- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Continuar a promover a progressiva utilização das TIC; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes;	Professores - Professoras Ângela Rodrigues e Paula Gaspar;	Comunidade Educativa	Bibliotecas Escolares	2012-10-01 a 2013-06-14	Professores da Equipa da Biblioteca responsáveis pela atividade	0 €	-
		- Promover uma articulação pedagógica formal entre os ciclos de estudos; - Promover uma articulação pedagógica formal entre os							

GALERIA DE EXPOSIÇÕES	Dar a conhecer a importância e o papel de uma galeria de exposições.	<ul style="list-style-type: none"> ciclos de estudos; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos; 	Professores do Grupo 600 - alunos de EV/EP;	Comunidade Educativa	Arraiolos	2012-10-04 a 2013-06-07	os intervenientes a defenir a defenir	1 €	-
Assinalar datas e factos importantes da nossa História	Assinalar datas como: 5 de outubro, 25 de abril, 10 de junho... - Pesquisas - Trabalhos em grupo - Sessões em sala de aula/outras	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos; - Assegurar a todos os membros da comunidade 	Professores - docentes do grupo 100 e do grupo 110;	Alunos/Crianças	estabelecimento de ensino	2012-10-05 a 2013-06-10	alunos, docentes, assistentes operacionais Câmara Municipal computador, quadro eletrónico, livros... ingredientes para os folares	0 €	-

		formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas;							
Comemorar datas importantes da História de Portugal	Ao longo do ano letivo, dar-se-ão a conhecer o significado de datas importantes da História de Portugal, desenvolvendo o sentido de identidade nacional e patriotismo (dias: 5/10; 01/12; 25/04; 10/06).	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Continuar a promover a progressiva utilização das TIC; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes; 	Professores - Prof.ª M.ª José Plácido Grácias;	Alunos/Crianças	EB 1 de Igreja	2012-10-05 a 2013-06-10	Alunos, Professora, Assistente Operacional. Datashow; Livros; Materiais de escrita, pintura, recorte e colagem. Portátil; PowerPoint's.	0 €	-
	- Desenvolver competências de leitura - Promover o gosto	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar 							

O prazer da leitura	pela descoberta de novos sentidos para as palavras Leitura integral da obra: “Pedro Alecrim”, António Torrado Leitura integral da obra: “ A Noite de Natal”, Sophia de Mello Breyner Andersen Lei	a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas;	Professores - Grupo Português 2º Ciclo;	Alunos/Crianças	Salas de Aula	2012-10-08 a 2013-03-14	Professores de Português Bibliotecária Livros da Biblioteca Livros dos Alunos	5 €	-
Leitura em movimento	Os alunos escolherão pequenos textos ou excertos de obras, que depois irão ler em diferentes turmas de outros anos ou em sala de aula Dar a conhecer textos de autores diversos Fomentar o gosto pela pesquisa Desenvolver a capacidade crítica Desenvolv	- Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação	Professores do Grupo 210 - de Português 2º Ciclo;	Alunos/Crianças	em sala de aula	2012-10-08 a 2013-03-14	Professores Pais/E.E. Livros da BE Livros dos Alunos	5 €	-

		<p>nos projectos curriculares de turma e de outros projectos;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas; 							
<p>...realizar atividades com exploração dos recursos BE...</p>	<p>Atividades com exploração de recursos da BE Apoiar os docentes, os alunos e a restante comunidade educativa através da divulgação e exploração de recursos da BE Desenvolver a capacidade de análise Desenvolver competências de questionar/confrontar o te</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em 	<p>Professores do Grupo 210 - Português 2º Ciclo;</p>	<p>Alunos/Crianças</p>	<p>Salas de aula ou BE</p>	<p>2012-10-08 a 2013-05-31</p>	<p>Professores Equipa da BE Livros, Computador Livros, computador</p>	<p>5 €</p>	<p>-</p>

		consideração as necessidades diagnosticadas;							
Dia do idoso	- Visita a uma exposição no pavilhão multiusos de Arraiolos. - Convívio com população idosa e confeção de trabalhos manuais.	- Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas;	Professores - Câmara de Arraiolos;	Alunos/Crianças	Arraiolos	2012-10-09 a 2012-10-09	Profs., alunos, assistente operacional Funcionários da Câmara e idosos Material de desgaste	1 €	-
	- Visita a uma exposição no	- Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Promoção de actividades de	Professores -				Profs./Educadores, alunos/crianças,		

Dia do Idoso	pavilhão multiusos de Arraiolos. - Convívio com população idosa e confeção de trabalhos manuais.	carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes;	Professores/Educadores - Câmara de Arraiolos;;	Alunos/Crianças	Arraiolos	2012-10-09 a 2012-10-09	assistentes operacionais. Funcionários da Câmara e idosos. Material de desgaste.	0 €	Ver
Día de la Hispanidad - 12 octubre	Exposição de trabalhos alusivos ao dia do Espanhol - Día de la Hispanidad.	- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva;	Professores do Grupo 350 - Maria João Conde;	Comunidade Educativa	Biblioteca da Escola	2012-10-12 a 2012-10-19	Professora e alunos de Espanhol o o o	0 €	-
Dia da alimentação	- Powerpoint sobre uma alimentação saudável. - Construção de rodas de alimentos - Jogos tradicionais, folhetos informativos , palavras cruzadas. -Pesquisa e confeção de ementas saudáveis.	- Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Continuar a promover a progressiva utilização das TIC; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento;	Professores - Manuela Gregório;	Alunos/Crianças	Escola de Vimieiro	2012-10-16 a 2012-10-16	Profs., alunos, assistente operacional Projetor de vídeo, computador, livros	1 €	-
		- Promover uma articulação pedagógica formal entre os ciclos de estudos; - Desenvolver actividades que promovam a educação							

Dia mundial da alimentação	Confeção de pão na padaria da aldeia lanche convívio com os alunos do jardim de infância	para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes;	Professores - 1º ciclo e pré escolar de Sabugueiro;	Alunos/Crianças	Sabugueiro	2012-10-16 a 2012-10-16	Comunidade escolar Padeira ingredientes oferecidos pela padaria da localidade	10 €	Ver
Desfile / Concurso de Halloween	Os alunos interessados inscrevem-se e preparam a sua máscara em casa. No dia do desfile, são eleitos os três melhores mascarados, os quais recebem um prémio.	- Promover uma articulação pedagógica formal entre os ciclos de estudos; - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Promover a obtenção de melhores resultados nas disciplinas de Inglês e Matemática; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos;	Professores - Esta atividade é voluntária e destina-se a alunos do primeiro, segundo e terceiro ciclos;	Comunidade Educativa	Pátio exterior da escola	2012-10-22 a 2012-10-31	Alunos e Professores Pais e Encarregados de Educação e Assistentes Operacionais Cartazes para divulgação da atividade, figuras decorativas recortadas em cartolina, aparelhagem de som e prémios Máscaras e acessórios, materiais decorativos alusivos ao Halloween	40 €	Ver

Tratamento documental	Proceder ao contínuo tratamento do fundo documental.	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes; 	Assistentes Operacionais - Maria João e Sónia Severino;	Comunidade Educativa	Bibliotecas Escolares	2012-10-29 a 2013-06-14	Assistentes Operacionais com formação em bibliotecas Apoio da Mind na manutenção do Pordata computador, internet, etiquetas, carimbos e livros de registo	300 €	-
Parlamento dos Jovens 2013 - Secundário	Atividade organizada pelo IPJ e pela Assembleia da República, cujo tema é: "Os jovens e o emprego: que futuro?". Na Sessão Escolar, debatido o tema são eleitos os deputados à Sessão Distrital. Aqui, após debate são eleitos os deputados à Sessão Nacional.	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em 	Professores do Grupo 400 - Professor Henrique Gonçalves;	Alunos/Crianças	Sessão Escolar - Escola-sede; Sessão Distrital - DREAL	2012-10-31 a 2013-02-28	Professores Técnicos do IPJ Computadores, Impressoras Transporte para Évora	50 €	Ver

		consideração as necessidades diagnosticadas;							
Parlamento dos Jovens 2013 - Ensino Básico	Atividade organizada pela Assembleia da República, cujo tema é: "Ultrapassar a crise". Na Sessão Escolar, debatido o tema são eleitos os deputados para Sessão Distrital. Aqui, após debate, são eleitos os deputados para a Sessão Nacional.	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas; 	Professores do Grupo 400 - 400 - Professora Ângela Rodrigues;	Alunos/Crianças	Sessão Escolar: Escola-sede; Sessão Distrital: DREA	2012-10-31 a 2013-05-07	Professores DREA Material informático (Pc's, impressoras, projetores de vídeo) Transporte para Évora	50 €	Ver
	Esta atividade destina-se a	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos 	Professores - Equipa				Equipa das bibliotecas		

Formação de Utilizadores	melhorar a competência dos alunos em termos de utilização de uma biblioteca.	recursos existentes no agrupamento; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas;	das bibliotecas escolares;	Alunos/Crianças	Bibliotecas Escolares	2012-10-31 a 2013-06-13	Computador, video-projetor, internet, youtube	20 €	-
Comemoração do Dia Internacional das Bibliotecas Escolares	Pretendeu-se assinalar a data com desafios colocados aos alunos, tendo estes como principal objetivo disputá-los para a forma como a biblioteca se encontra organizada e para os escritores e ilustradores com obras aí impressas.	- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas;	Professores - Equipa da Biblioteca;	Alunos/Crianças	Bibliotecas Escolares	2012-10-31 a 2012-10-31	Equipa das bibliotecas Desafios policopiados	5 €	Ver
		- Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Promover a obtenção de							

Halloween	Atividades lúdicas na sala de aula; decoração de espaços escolares; desfile de personagens alegóricas e exposição de trabalhos dos alunos. • Promover o conhecimento da cultura Inglesa. • Estimular os alunos para a aprendizagem da língua inglesa. • Rec	melhores resultados nas disciplinas de Inglês e Matemática; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas;	Professores do Grupo 220 - 220 e 330;	Alunos/Crianças	Edifício escolar-Pátio interior da Escola	2012-10-31 a 2012-10-31	Professores e alunos Cartolinas, Folhas A4, cola, tesoura, marcadores, Balões pretos, cinzentos, laranja e roxos	40 €	Ver
Campanha "Papel por Alimentos" - Banco Alimentar	Recolha de papel, revistas, jornais e cartão, ao longo de todo o ano letivo, na EB 1 de Igreja e pelos diferentes serviços da Comunidade Local. Para que no final do ano se efetue a entrega de todo o papel recolhido no Banco Alimentar de Évora.	- Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes;	Professores - Prof.ª M.ª José Plácido Grácias em parceria com a Junta de Freguesia de Igreja;	Alunos/Crianças	EB 1 de Igreja e Comunidade Local	2012-11-05 a 2013-06-07	Alunos, Professora, Assistente Operacional. Comunidade Local Papel, revistas, jornais, livros, cartão. Papel, revistas, jornais, livros, cartão.	0 €	-
		- Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania,							

Campanha "Papel por Alimentos" - Banco Alimentar	Recolha de papel, revistas, jornais e cartão, ao longo de todo o ano letivo, no JI e EB1 de Igreja, e pelos diferentes serviços da Comunidade Local. Para que no final do ano se efetue a entrega de todo o papel recolhido no Banco Alimentar de Évora.	segurança, saúde e educação ambiental; - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes;	Professores - Prof.ª M.ª José Plácido Grácias, Educadoras Adelaide Oliveira e Manuela Barrão Iglésias em parceria com a Junta de Freguesia de Igreja;	Alunos/Crianças	EB 1/JI de Igreja e Comunidade Local	2012-11-05 a 2013-07-05	Alunos/Crianças, Professora, Educadoras, Assistentes Operacionais. Comunidade Local. Papel, revistas, jornais, livros, cartão. Papel, revistas, jornais, livros, cartão.	0 €	-
Higiene oral	Atividade propostas pelo Centro de saúde	- Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes;	Assistentes Técnicos;	Alunos/Crianças	Sabugueiro	2012-11-08 a 2012-11-08	Alunos e professora Enfermeiras do CSA	20 €	Ver
Magusto	Convite dos colegas do Jardim de Infância para o magusto (apresentação de teatro e magusto) . Elaboração de cartuchos • Recolha de canções e provérbios alusivos	- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter,	Professores;	Alunos/Crianças	EB1 de Ilhas	2012-11-09 a 2012-11-09	Professores, alunos e auxiliares presidente da Junta de freguesia que colaborou com oferta das castanhas material de desgaste castanhas fornecidas pela junta de	0 €	Ver

	à época • Aproveitamento pedagógico da lenda de s. Martinho - Dramatização • Escrita d	aprofundar e reforçar as parcerias existentes; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas;					freguesia e alimentos fornecidos pelos Encarregados de Educação		
S. Martinho	Atividade desenvolvida no castelo: - Lenda de S. Martinho, pelo grupo de teatro; - Canção, pelos alunos; - Fogueira e animação, pelo agrupamento de escuteiros; - Lanche convívio.	- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas;	Professores - docentes ;	Alunos/Crianças	Castelo	2012-11-12 a 2012-11-12	docentes, alunos, assistentes operacionais grupo de teatro , agrupamento de escuteiros, Câmara Municipal, Junta de Freguesia canções frutos secos, sumos, adereços vários	50 €	Ver
		- Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Promoção de actividades de							

Dia de S. Martinho	- Confeção de doces compotas e bolos. - Realização de uma feira de outono.	carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos;	Professores - Manuela Gregório;	Alunos/Crianças	Escola de Vimieiro	2012-11-12 a 2012-11-12	Profs., alunos, assistente operacional Pais e encarregados de educação Fruta da época	15 €	-
S. Martinho	Realização de um magusto. Elaborar trabalhos de pesquisa. Dramatização	- Promover uma articulação pedagógica formal entre os ciclos de estudos; - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes;	Professores - E.B.1 e Jardim de Infância de Sabugueiro;	Alunos/Crianças	Sabugueiro	2012-11-12 a 2012-11-12	Comunidade escolar Junta de Freguesia Material de desgaste Alimentos	10 €	Ver
São Martinho	Jogos tradicionais com os idosos no Lar/Centro de Dia de Igreja; Apresentação de canções alusivas à data por parte dos alunos da EB1 e do	- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva;	Professores - EB1 e JI de Igreja em parceria com	Comunidade	Lar/Centro de Dia de Idosos de	2012-11-12 a	Alunos, Professora, Assistente Operacional. JI de Igreja e Lar/centro de Dia de	0 €	Ver

	JI de Igreja; Lanche/Convívio entre todos com castanhas assadas, batatas doces e frutos da época.	- Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes;	Lar/Centro de Dia de Idosos de Igreja;	Educativa	Igrejinha	2012-11-12	Idosos de Igreja Jogos Tradicionais; Castanhas e outros frutos da época		
Dia de S. Martinho	Atividade a desenvolver no castelo : * apresentação da lenda de S. Martinho, pelo grupo de teatro de Arraiolos “ Dupla Personalidade”; * fogueira e canções, pelo grupo de escutas de Arraiolos;* lanche convívio.	- Promover uma articulação pedagógica formal entre os ciclos de estudos; - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes;	Professores - Professores da EB1/JI de Arraiolos;	Alunos/Crianças	Castelo de Arraiolos	2012-11-12 a 2012-11-12	grupo de teatro de Arraiolos “ Dupla Personalidade”; grupo de escuteiros de Arraiolos Colunas Frutos secos	40 €	Ver
S: Martinho	Jogos tradicionais com os idosos no Lar/Centro de Dia de Igreja; Apresentação de canções alusivas à data por parte dos alunos da EB1 e do JI de Igreja; Lanche/Convívio entre todos com castanhas assadas, batatas doces e frutos da época.	- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes;	Professores - Professores/Educadoras - EB1 e JI de Igreja em parceria com Lar/Centro de Dia de Idosos de Igreja;;	Comunidade Educativa	Lar/Centro de Dia de Idosos de Igreja	2012-11-12 a 2012-11-12	Alunos/Crianças, Professora/Educadoras, Assistentes Operacionais. Lar/Centro de Dia de Idosos de Igreja. Jogos Tradicionais; Castanhas e outros frutos da época.	0 €	Ver
Dia do não fumador	Realização de uma experiência Elaborar panfletos	- Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos	Professores - E.B.1 Sabugueiro;	Comunidade Educativa	Sabugueiro	2012-11-15 a 2012-11-16	Comunidade escolar Material de desgaste	10 €	Ver

		recursos existentes no agrupamento; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos;							
Dia Mundial da Filosofia	Os alunos do ensino secundário elaboraram cartazes e panfletos alusivos à importância e interesse da Filosofia. Os cartazes e panfletos foram expostos nos diferentes espaços da escola.	- Continuar a promover a progressiva utilização das TIC; - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos;	Professores do Grupo 410 - Grupo 410: FILOSOFIA;	Comunidade Educativa	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA CUNHA RIVARA DE ARRAIOLOS	2012-11-15 a 2012-11-15	Professores e alunos. Computador, papel, placards.	0 €	-
Dia dos Direitos Internacionais da Criança	Atividade proposta e desenvolvida pelos Agentes da Escola Segura - Dar a conhecer os Direitos das Crianças e como e com quem se podem proteger...	- Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes;	Professores - Prof.ª M.ª José Plácido Grácias em parceria com Agentes da Escola Segura;	Alunos/Crianças	EB 1 de Igrejainha	2012-11-20 a 2012-11-20	Alunos, Professora, Assistente Operacional. Agentes da Escola Segura Instalações Escolares Materiais trazidos pelos Agentes da Escola Segura	0 €	Ver
Apanha da Azeitona	Apanha da azeitona nas oliveiras do pátio da escola; Tratamento/tempo das mesmas;Embalagem e oferta de um frasco de azeitonas aos pais/EE.	- Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Reforçar a participação dos pais e	Professores - Prof.ª M.ª José Plácido Grácias;	Alunos/Crianças	EB 1 de Igrejainha	2012-11-23 a 2012-11-27	Alunos, Professora, Assistente Operacional. Pais/Encarregados de Educação Azeitona Frascinhos	0 €	Ver

		encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos;							
Corta Mato Escolar	Corta Mato da Escola Cunha Rivara, tendo em vista o apuramento para o distrital de Corta Mato	- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva;	Professores do Grupo 620;	Alunos/Crianças	Circuito de Manutenção	2012-11-28 a 2012-11-28	Professores de Educação Física Fita Balizadora, Dorsais Água, Fruta	100 €	Ver
Sessão de Formação dos Primeiros Socorros	A Enfermeira Lurdes Baia da UCC de Arraiolos falará sobre "Primeiros Socorros"; Conhecer os materiais que devem fazer parte da Caixa dos "Primeiros Socorros" e aprender quando e como utilizá-los.	- Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes;	Professores - Prof.ª M.ª José Plácido Grácias em parceria com UCC de Arraiolos;	Alunos/Crianças	EB 1 de Igreja	2012-11-30 a 2012-11-30	Alunos, Professora, Assistente Operacional. Enfermeira da UCC de Arraiolos Instalações Escolares Todo o material considerado necessário à sessão.	0 €	Ver
Natal	Festa de Natal com as famílias Construção de enfeites com material reciclável	- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Promover uma articulação pedagógica formal entre os ciclos de estudos; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização	Professores - E.B.1 e J.I de Sabugueiro;	Comunidade Educativa	Sabugueiro	2012-12-03 a 2012-12-14	Comunidade Educativa Material de desgaste	10 €	Ver

		eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos;							
Projeto Raízes de Água	O Centro UNESCO Aldeia das Ciências - desenvolverá atividades lúdico-pedagógicas para o uso eficiente da água; Interpretação/apresentação do livro Água Quatro Contos, através de uma manta contadora de histórias; Experiências relacionadas com a água.	- Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes;	Professores - Prof.ª M.ª José Plácido Grácias em parceria com o Centro UNESCO Aldeia das Ciências;	Alunos/Crianças	EB 1 de Igrejinha	2012-12-03 a 2012-12-03	Alunos, Professora, Assistente Operacional. Responsável do Centro UNESCO Aldeia das Ciências Instalações da Escola Materiais trazidos pela responsável do Centro UNESCO Aldeia das Ciências	0 €	Ver
Projeto Raízes de Água	O Centro UNESCO Aldeia das Ciências - desenvolverá atividades lúdico-pedagógicas para o uso eficiente da água; Interpretação/apresentação do livro Água Quatro Contos, através de uma manta contadora de histórias; Experiências relacionadas com a água.	- Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes;	Professores - Prof.ª M.ª José Plácido Grácias, Educadoras Adelaide Oliveira e Manuela Barrão Iglésias em parceria com o Centro UNESCO Aldeia das Ciências;;	Alunos/Crianças	EB 1 e JI de Igrejinha	2012-12-03 a 2013-07-05	Alunos/Crianças, Professora/Educadoras, Assistentes Operacionais. Responsável do Centro UNESCO Aldeia das Ciências Instalações da Escola e do Jardim de Infância. Materiais trazidos pela responsável do Centro UNESCO Aldeia das Ciências	0 €	-
		- Inclusão de todos os alunos com NEE e alunos estrangeiros, educativa e socialmente;							

Comemoração do dia internacional da pessoa com deficiência	Elaboração de uma brochura denominada "Põe-te no lugar do outro", com o objetivo de sensibilizar a comunidade educativa para as dificuldades sentidas pelas pessoas com deficiência; atividades com alguma dificuldade sensorial (auditiva e visual) e motora.	<ul style="list-style-type: none"> - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas; 	Professores do Grupo 910;	Comunidade Educativa	Todos os estabelecimentos de educação e ensino deste agrupamento de escolas	2012-12-03 a 2013-01-07	comunidade educativa vendas, bengalas e outro material comum adaptável às atividades propostas	20 €	Ver
Christmas	Realização de crackers / Christmas cards, audição de Xmas Carols, realização de jogos de vocabulário e/ou jogos interativos online.	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Continuar a promover a progressiva utilização das TIC; - Promover a obtenção de melhores resultados nas disciplinas de Inglês e Matemática; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Reforçar a participação dos pais e 	Professores do Grupo 330 - 220 e 330;	Alunos/Crianças	Sala de aula	2012-12-10 a 2012-12-14	Professores e alunos Encarregados de Educação Computadores, Internet, fotocópias, papel crepe, cartolinas, material de corte e cola Rebuçados	15 €	-

		encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos;							
Visita de Estudo	Peça de Teatro Peter Pan	<ul style="list-style-type: none"> - Promover uma articulação pedagógica formal entre os ciclos de estudos; - Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes; 	Professores - 1º ciclo e pré escolar de Sabugueiro;	Alunos/Crianças	Lisboa - Teatro Politiema	2012-12-10 a 2012-12-10	Comunidade Educativa Motorista Câmara Materiais de desgaste Autocarro	188 €	Ver
	Mostra e venda de rochas,	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Ocupação dos alunos/crianças durante todo o tempo de permanência na escola/Jardim-de-infância; - Melhoria dos resultados escolares dos 	Professores do Grupo	Comunidade	Biblioteca da	2012-12-10 a	professores do grupo		

Feira de Minerais	minerais e fósseis	alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos;	520;	Educativa	Escola	2012-12-11	Minermós	20 €	Ver
Christmas	Realização de crackers/ christmas cards e audição de Xmas Carols. • Promover o conhecimento da cultura Inglesa. • Estimular os alunos para a aprendizagem da língua inglesa. • Reconhecer semelhanças e diferenças entre o seu universo sociocultural e o d	- Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Promover a obtenção de melhores resultados nas disciplinas de Inglês e Matemática; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos;	Professores do Grupo 220 - 220 e 330;	Alunos/Crianças	Agrupamento de Escolas de Arraiolos- salas de Aula	2012-12-10 a 2012-12-14	Professores e Alunos Cartolinas e Papel crepe várias cores, Tesouras, Fitas de embrulho, rebuçados	15 €	Ver

		- Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas;							
apresentação de canções no lar de idosos	apresentação de canções no lar de idosos por um grupo de alunos	- Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas;	Professores do Grupo 250;	Comunidade Educativa	lar de idosos	2012-12-11 a 2012-12-11	professores e alunos idosos do lar instrumentos musicais carrinha da câmara municipal	15 €	Ver
	Exposição de trabalhos	- Promover uma articulação pedagógica formal entre os ciclos de estudos; - Continuar a promover a progressiva utilização das	Professores do Grupo 510 - Prof. Margarida	Comunidade	Sala de trabalho dos alunos da	2012-12-11 a	Prof. Estagiárias de		

O Universo	realizados pelos alunos na sala dos alunos sobre o Universo	TIC; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento;	Índias e as Estagiárias de Física e Química;	Educativa	Escola Cunha Rivara	2013-01-11	Física e Química Projektor, Computador	1 €	-
festa de natal	participação na festa de natal com grupos de alunos das turmas do 2º e 3º ciclo	- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades	Professores - e alunos;	Comunidade Educativa	Pavilhão multiusos escola	2012-12-13 a 2012-12-13	professores, alunos, auxiliares educativos encarregados de educação pavilhão multiusos, aparelhagem sonora, instrumentos musicais	10 €	-

		diagnosticadas;							
Torneio Inter Turmas de Futsal e Ténis de Mesa		- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Diminuir o absentismo; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas;	Professores do Grupo 620 - Colaboração dos alunos finalistas da Escola;	Alunos/Crianças	Pavilhão Gminodesportivo	2012-12-13 a 2012-12-14	Professores de Educação Física Bolas, Raquetes, Mesas de Ténis de Mesa etc	100 €	Ver
Festa de Natal	Reconhecer no Natal a festa da fraternidade	- Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes;	Professores - Luis Grilo;	Comunidade Educativa	EB 1 S. Pedro da Gafanhoeira	2012-12-13 a 2012-12-13	Professores/alunos Comunidade	1 €	Ver
Natal	"Presépio Vivo" O presépio tomará vida a partir de uma história dramatizada por todas as crianças/alunos do estabelecimento.	- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e	Professores - docentes do grupo 100 e do grupo 110;	Alunos/Crianças	Pavilhão Multiusos de Arraiolos	2012-12-14 a 2012-12-14	alunos, docentes, assistentes operacionais Técnicos da Câmara Municipal computadores, aparelhos audio, instrumentos	50 €	Ver

		<p>reforçar as parcerias existentes;</p> <p>- Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas;</p>					musicais roupas e adereços		
Natal	- Realização de um musical apresentado pelos alunos. - Lanche comunitário	<p>- Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental;</p> <p>- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva;</p> <p>- Melhoria dos resultados escolares dos alunos;</p> <p>- Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento;</p> <p>- Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos;</p>	Professores - Manuela Gregório;	Alunos/Crianças	Instalações da Casa do Povo de Vimieiro	2012-12-14 a 2012-12-14	Profs., alunos, assistente operacional, profs de música Pais e encarregados de educação	1 €	-
Festa de Natal	Apresentação de pequenas peças de teatro pelos alunos da EB1 e do JI de Igrejinha; Apresentação de Canções e poemas de Natal; Lanche convívio e entrega de Prendas pelo Presidente da Junta/Pai	<p>- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva;</p> <p>- Manter, aprofundar e reforçar as</p>	Professores - Prof.ª M.ª José Plácido Grácias em parceria com as Educadoras do JI de Igrejinha;	Alunos/Crianças	Centro Social Recreativo de Cultura e Desporto de Igrejinha	2012-12-14 a 2012-12-14	Alunos, Professora, Assistente Operacional. Alunos, Educadoras, Assistentes Operacionais do JI e JF de Igrejinha Acessórios para peças de teatro	0 €	Ver

	Natal.	parcerias existentes;					Materiais trazidos pelo JI, lanche e prendas		
- Festa de Natal -	“Presépio vivo”, a partir de uma história	- Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos;	Professores - Professores/ Educadores da EB1/JI de Arraiolos;	Pais/EE	Pavilhão Multiusos de Arraiolos	2012-12-14 a 2012-12-14	Aparelhagem de som, roupas e adereços	40 €	Ver
Festa de Natal	Apresentação de pequenas peças de teatro pelos alunos da EB1 e do JI de Igreja; Apresentação de Canções e poemas de Natal; Lanche convívio e entrega de Prendas pelo Presidente da Junta/Pai Natal.	- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes;	Professores - Professores - Prof.ª M.ª José Plácido Grácias em parceria com as Educadoras do JI de Igreja;	Alunos/Crianças	Centro Social Recreativo de Cultura e Desporto de Igreja	2012-12-14 a 2012-12-14	Alunos/Crianças, Professora/Educadoras, Assistentes Operacionais. JF de Igreja e Comissão de Festas Acessórios para peças de teatro e outros. Lanche e prendas	20 €	Ver
		- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos							

Natal	- Exploração de textos – “Carta ao Pai Natal” – de Luísa Ducla Soares - Realização de trabalhos alusivos à quadra natalícia - Dramatizações: -Teatro “Os três Reis Magos” - Canções – Musical em cooperação com o docente das AECs de Música - Festa de Nat	recursos existentes no agrupamento; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas;	Professores;	Alunos/Crianças	EB1 de Ilhas	2012-12-14 a 2012-12-14	Professores, alunos e auxiliares Encarregados de Educação material de desgaste barro (fornecido por Aldeia da Terra)	0 €	Ver
Sessões de leitura a partir de livros com histórias de Natal	Serão lidos e explorados vários livros e vídeos relacionados com a temática.	- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas;	Professores - Equipa das bibliotecas escolares;	Alunos/Crianças	Bibliotecas Escolares	2012-12-17 a 2013-01-08	Equipa das bibliotecas Livros de Natal existentes nas Bibliotecas Escolares	100 €	Ver
		- Promover uma articulação pedagógica formal entre os ciclos de estudos; - Promover							

O ELOGIO DA SOMBRA	Percepcionar e visualizar o espaço. Cooperar em trabalhos coletivos. Conceber soluções criativas para um espaço expositivo e vivencial.	<p>uma articulação pedagógica formal entre os ciclos de estudos;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas; 	Professores do Grupo 600 - Professor e alunos de EV 8ºAno;	Comunidade Educativa	Arraiolos	2013-01-03 a 2013-06-08	os intervenientes	1 €	-
VISITA DE ESTUDO COLEÇÃO BERARDO	Proporcionar ao aluno reconhecer e analisar a arte contemporânea, distinguindo as obras. Tipologias de museus e de coleções.	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes; 	Professores do Grupo 600 - prof./alunos EV 9ºano;	Alunos/Crianças	Centro Cultural de Belém/Lisboa	2013-01-03 a 2013-06-08	os intervenientes CMA/autocarro CMA/autocarro	1 €	-

CILCO DE CINEMA	Comunicação visual A Fotografia e o Vídeo digital o cinema como meio de expressão.	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes; 	Professores do Grupo 600 - prof. EV/alunos 9ºAno;	Alunos/Crianças	Arraiolos	2013-01-03 a 2013-06-08	os intervenientes	1 €	-
A Cor em Arraiolos	Dar a conhecer a importancia da cor na pintura de Dordio Gomes	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes; 	Professores do Grupo 600 - pro./alunos EV 7ºB;	Alunos/Crianças	Câmara Municipal de Arraiolos	2013-01-03 a 2013-06-08	os intervenientes	1 €	-
		<ul style="list-style-type: none"> - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; 							

O Tapete Recriado	Dar a conhecer a importância do desenho do tapete de arraiolos	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes; 	Professores do Grupo 600 - prof./alunos EV e EP ;	Comunidade Educativa	Arraiolos (ruas e centro do tapete)	2013-01-03 a 2013-06-08	os intervenientes CMA (a definir) CMA (a definir)	100 €	-
Problematizando	Concurso de resolução de problemas, a nível regional, desenvolvido por três fases de apuramento: as duas primeiras na escola e a terceira numa escola do distrito onde se realizará a final.	<ul style="list-style-type: none"> - Reduzir o abandono escolar; - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Promover a obtenção de melhores resultados nas disciplinas de Inglês e Matemática; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes; 	Professores do Grupo 500 - Professor responsável: José Vieira;	Alunos/Crianças	Escola Sede do Agrupamento	2013-01-03 a 2013-05-31	Professores do grupo 500 Sala, fotocópias e papel branco	50 €	-
		<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; 							

Dia de Reis	- Concurso de doçaria típica da época.	- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos;	Professores - Manuela Gregório;	Alunos/Crianças	escola de Vimieiro	2013-01-07 a 2013-01-07	Profs., alunos, assistente operacional Pais e encarregados de educação Produtos para confeção de doces	10 €	-
Dia de Reis	Fazer um pequeno presente para dar a um colega; Fabricar bolinhos, prová-los e conhecer o significado deste dia.	- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes;	Professores - Prof.ª M.ª José Plácido Grácias em parceria com o Lar de Idosos de Igreja;inha;	Alunos/Crianças	EB 1 de Igreja;inha/Lar de Idosos de Igreja;inha	2013-01-07 a 2013-01-07	Alunos, Professora, Assistente Operacional. Lar de Idosos de Igreja;inha Materiais necessários para a realização das prendas e dos bolinhos Utensílios de cozinha e Forno	0 €	Ver
Elaboração de um panfleto relacionado com dislexia	Elaboração de um panfleto com sugestões para os professores trabalharem com os alunos com dislexia	- Inclusão de todos os alunos com NEE e alunos estrangeiros, educativa e socialmente; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as	Professores do Grupo 910;	Comunidade Educativa	Todos os estabelecimentos de educação e ensino deste agrupamento de escolas	2013-01-07 a 2013-06-08	comunidade educativa panfleto	20 €	-

		parcerias existentes; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas;							
Dia de Reis	Conhecer costumes e tradições.	- Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos;	Professores - Luis Grilo;	Alunos/Crianças	EB 1 de S. Pedro da Gafanhoeira	2013-01-07 a 2013-01-07	Professores e alunos Comunidade	10 €	Ver
Atualização do blog da biblioteca	Pretende-se divulgar as atividades realizadas nas bibliotecas escolares.	- Continuar a promover a progressiva utilização das TIC; - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento;	Professores - Equipa das Bibliotecas;	Comunidade Educativa	Bibliotecas Escolares	2013-01-07 a 2013-06-14	Equipa das Bibliotecas Computador e internet	0 €	-
		- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Continuar a promover a progressiva utilização das TIC; - Promover a obtenção de melhores							

eTwinning Project: "Schoolovision2013"	Troca de apresentações Powerpoint, desenhos, postais, fotografias, músicas, mapas, etc... - Publicação dos trabalhos no Twinspace ou no Blog "Schoolovision2013" • Criar laços de amizade com colegas Europeus. • Aprender vocabulário essencial em Inglês.	resultados nas disciplinas de Inglês e Matemática; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas;	Professores do Grupo 220 - 220- Professora Carla Vieira e Prof. de Música Inácio Freire;	Alunos/Crianças	Sala de Aula	2013-01-07 a 2013-05-31	Professores e Alunos Rádio/Leitor de Cd's, Computador, Videoprojetor, internet	60 €	-
Arquitetura barroca e nobreza no séc. XVIII	Visita ao Palácio de Queluz com atividade alusiva à época	- Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos;	Professores do Conselho de Turma - grupos 200 e 230;	Alunos/Crianças	Palácio de Queluz e Estufa Fria	2013-01-08 a 2013-01-08	Professores dos grupos 200 e 230 Motorista, Guia da visita, atores das atividades no palácio papel A4 Camioneta da CMA	200 €	-
Boletins Biográficos- Produção e Divulgação de Boletins biográficos referentes aos autores convidados.	Pretende-se preparar previamente os alunos e os docentes com informações sobre a biografia de autores convidados.	- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos	Professores - Equipa das Bibliotecas;	Alunos/Crianças	Bibliotecas Escolares	2013-01-08 a 2013-01-22	Equipa das Bibliotecas Computadores e Internet	0 €	Ver

		recursos existentes no agrupamento;							
Encontro com o músico Daniel Completo após exploração do livro “ Lendas e Romances” de Luísa Ducla Soares	Serão realizadas várias sessões de leitura e exploração de livros da autoria de Luísa Ducla Soares musicados por Daniel Completo. A atividade culminará com um encontro com o músico que cantará com os alunos poemas de alguns livros.	- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Promover uma articulação pedagógica formal entre os ciclos de estudos; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas;	Professores - Equipa das bibliotecas;	Alunos/Crianças	Bibliotecas Escolares e Sala Polivalente da Escola Sede	2013-01-09 a 2013-01-29	Equipa das Bibliotecas, professores e educadores Músico Daniel Completo Livros da autoria de Luísa Ducla Soares musicados por Daniel Completo; computador, video-projetor, colunas, aparelhagem sonora trazida pelo músico	0 €	Ver
Visita ao Museu de Évora	Conhecer e interpretar a Arte	- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes;	Professores do Grupo 600 - Pro./Alunos EV 8ºB;	Alunos/Crianças	Évora	2013-01-14 a 2013-04-12	os intervenientes Transporte CMA	1 €	-

Horta Biológica de Ervas Aromáticas Alentejanas	Num canteiro Escolar preparar a terra e plantar espécies hortícolas/ervas aromáticas alentejanas; Regar e limpar regularmente as plantações; Quando for oportuno efetuar a sua colheita.	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos; 	Professores - Prof.ª M.ª José Plácido Grácias;	Alunos/Crianças	EB 1 de Igreja	2013-01-14 a 2013-06-14	Alunos, Professora, Assistente Operacional. Pais/EE Canteiro Escolar Sementes, raízes de Ervas Aromáticas e utensílios agrícolas.	0 €	-
Encontro com... Escritor conhecido ou Contador de Histórias	Entrevista a escritor/a Contato/partilha de experiências entre o convidado e a comunidade educativa Reconhecer a importância da leitura para o desenvolvimento do imaginário e de competências sociais Desenvolver a capacidade de interagir Desenvolver	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de 	Professores do Grupo 210 - Português 2º Ciclo;	Alunos/Crianças	Salas de aula ou BE	2013-01-21 a 2013-03-07	Professores Pais/E.E. Livros Livros	200 €	-

		<p>turma e de outros projectos;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas; 							
Visita de estudo	<p>Visita orientada ao Museu da Marioneta que utiliza diversas ferramentas de apoio (imagens e diversos tipos de marionetas), permitindo aos alunos uma maior compreensão de diferentes técnicas de manipulação expostas no museu.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes; 	<p>Professores - Educação Tecnológica e Físico Química;</p>	Alunos/Crianças	Lisboa	2013-01-22 a 2013-01-22	<p>Professores e alunos Autocarro da Câmara Municipal</p>	100 €	-
Megalitismo e romanização no distrito de Évora	<p>Roteiro megalítico e presença romana na cidade de Évora</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Promoção de actividades de carácter sócio- 	<p>Professores do Conselho de Turma - 200/230;</p>	Alunos/Crianças	Évora	2013-01-28 a 2013-01-28	<p>Professores Motorista da CMA Papel A4 Camioneta da CMA</p>	5 €	-

		cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos;							
Carnaval	- Fazer fatos de Carnaval - Desfile na aldeia	- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos;	Professores;	Comunidade Educativa	Sabugueiro	2013-02-01 a 2013-02-09	Comunidade Educativa Material de desgaste	20 €	Ver
Sessões de leitura e exploração do livro " Os livros que devoraram o meu pai"	Serão realizadas sessões de leitura com exploração da obra " Os livros que devoraram o meu pai". Os alunos serão ainda estimulados a ler outras obras do autor e conhecer a sua biografia para poderem com ele dialogar de forma profícua.	- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes; - Assegurar a todos os membros da comunidade	Professores - Equipa das bibliotecas escolares;	Alunos/Crianças	Biblioteca da EB23/S Cunha Rivara	2013-02-04 a 2013-02-19	Professores e equipa das bibliotecas Escritor Livros do autor	300 €	Ver

		formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas;							
Saint Valentine's Day	Elaboração de cartões de S. Valentim; pesquisa de pares românticos da História / Literatura; exposição de trabalhos e registo de mensagens num mural. • Promover o conhecimento da cultura Inglesa. • Estimular os alunos para a aprendizagem da língua inglesa	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Promover a obtenção de melhores resultados nas disciplinas de Inglês e Matemática; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas; 	Professores do Grupo 220 - 220/330;	Alunos/Crianças	Agrupamento de Escolas de Arraiolos	2013-02-04 a 2013-02-15	Professores e Alunos Cartolinas, Marcadores, Impressão de trabalhos a cores	15 €	-
		- Promoção de actividades de							

intercâmbio musical com a EB 2,3 de Estremoz	a turma do 8ºD e alguns alunos do clube de música irão à B2,3 de Estremoz apresentar uma atividade musical, no 3º período, em data a definir posteriormente um grupo de alunos da EB 2,3 de Estremoz virá a Arraiolos apresentar tb uma atividade musical	carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas;	Professores - turma do 8ºD, alunos do clube de música, prof Inácio Freire;	Comunidade Educativa	EB 2,3 Estremoz	2013-02-05 a 2013-02-05	alunos, professores instrumentos musicais	15 €	Ver
Carnaval	Criar máscaras e desfilar mascarados - Proporcionando momentos de criatividade, imaginação, convívio e divertimento.	- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos;	Professores - Prof.ª M.ª José Plácido Grácias;	Alunos/Crianças	EB 1 de Igreja e localidade	2013-02-06 a 2013-02-08	Alunos, Professora, Assistente Operacional. Pais/EE e Comunidade Local Diversos tipos de papéis e tintas, plásticos, tesoura, cola, elásticos,.... Fatos de Carnaval	0 €	Ver
		- Promoção de actividades de							

Carnaval	Desfile Carnavalesco	<p>carácter sócio-cultural e/ou desportiva;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas; 	Professores - docentes do grupo 100 e 110/ Câmara Municipal;	Comunidade Educativa	Vila de Arraiolos/ EB1/JI de Arraiolos	2013-02-08 a 2013-02-08	alunos, docentes, assistentes operacionais encarregados de educação, Câmara Municipal materiais diversos som	600 €	Ver
Carnaval	- Confeção de máscaras. - Desfile de Carnaval	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as 	Professores - Câmara de Arraiolos;	Alunos/Crianças	Arraiolos	2013-02-08 a 2013-02-08	Profs., alunos, assistente operacional Funcionários da Câmara material de desgaste autocarro da Câmara	5 €	-

		parcerias existentes;							
Carnaval :	- Desfile Carnavalesco	- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Promover uma articulação pedagógica formal entre os ciclos de estudos; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos;	Professores - Câmara Municipal de Arraiolos;	Comunidade Educativa	Arraiolos	2013-02-08 a 2013-02-08	A definir	40 €	Ver
Carnaval	- Elaboração de máscaras carnavalescas - Desfile no interior e exterior da escola - Baile de máscaras - a atividade será realizada no horário de desdobramento da manhã	- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas;	Professores;	Alunos/Crianças	EB1 de Ilhas	2013-02-08 a 2013-02-08	Professores, alunos e auxiliares material de desgaste fantasias de carnaval dos alunos	0 €	Ver
		- Desenvolver							

St. Valentine's Day	Elaboração de cartões de S. Valentim. Pesquisa de pares românticos da História / Literatura. Exposição de trabalhos e registo de mensagens num moral.	atividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Promover a obtenção de melhores resultados nas disciplinas de Inglês e Matemática; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento;	Professores do Grupo 330 - 220 e 330;	Alunos/Crianças	Sala de aula, hall de entrada e bar da escola	2013-02-11 a 2013-02-15	Professores e alunos Cartazes para divulgação da atividade, cartolinas, papel de cenário, enciclopédias, computadores e internet	15 €	-
Construção de uma história	• Elaborar uma história coletiva, em que cada escola dará o seu contributo, continuando a história do ponto de onde a recebeu, dando-lhe o rumo que entender. Posteriormente envia a história, via correio eletrónico, para outra escola do agrupamento, que, p	- Continuar a promover a progressiva utilização das TIC; - Continuar a promover a progressiva utilização das TIC; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes; - Assegurar a todos os membros da comunidade	Professores;	Alunos/Crianças	Início: EB1 de Ilhas - passa por todas as escolas do 1º ciclo do agrupamento que queiram participar.	2013-02-14 a 2013-03-11	Professores, alunos TIC Internet	0 €	-

		formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas;							
Passeio de BTT		<ul style="list-style-type: none"> - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas; 	Professores do Grupo 620;	Alunos/Crianças	Zona Circundante à Vila de Arraiolos	2013-02-16 a 2013-02-16	Professores de Educação Física Bicicletas, Capacetes etc	100 €	-
		<ul style="list-style-type: none"> - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; 							

Sessões de leitura e exploração do livro "Do Japão para o Alentejo"	A equipa da biblioteca realizará sessões para exploração da obra previamente referida. Serão ainda facultadas aos alunos informações sobre a biografia do autor preparando-os para o encontro com o mesmo.	<ul style="list-style-type: none"> - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas; 	Professores - Equipa das Bibliotecas Escolares;	Alunos/Crianças	Biblioteca Escolar da EB23/ S Cunha Rivara	2013-02-20 a 2013-02-26	Professores de História e Equipa das Bibliotecas Escritor Tiago Salgueiro Livro mencionado	50 €	Ver
Workshop de Audiovisuais	Realização de um documentário audiovisual sobre os serviços existentes na Igreja. Este projeto está interligado aum outro projeto deste Plano de Atividades denominado: "Conhecer os Serviços da Igreja".	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Continuar a promover a progressiva utilização das TIC; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes; 	Professores - Prof.ª M.ª José Plácido Grácias e Rogério Berrucho (Centro Social Recreativo de Cultura e Desporto de Igreja);	Alunos/Crianças	Os diversos serviços existentes na localidade de Igreja	2013-02-20 a 2013-06-07	Alunos, assistente operacional e professora Rogério Berrucho (Centro Social Recreativo de Cultura e Desporto de Igreja) Folhas, lápis, borrachas, esferográficas, máquina fotográfica,... Computadores portáteis, câmara de filmar, tripé,...	0 €	-
		<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Promoção de 							

“ Escrita Lúdica”	Propostas de Escrita Lúdica: “Letras e Traços”, “Palavras e Encadeamentos”, “Textos Multiplicados”, “Modelos e Subversões”, “Pré-Histórias”, “Escrita Projetiva” e “Escrita do nonsense” Autenticidade da produção bruta da escrita dos alunos, sem retoques (atividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas;	Professores do Grupo 210 - Português 2º Ciclo;	Alunos/Crianças	BE	2013-02-25 a 2013-03-08	Professores Equipa da BE Livros, resma folhas A4, marcadores, lápis, borracha, caneta, régua, lápis de cor, tesoura Livros	60 €	-
Exploro o PORDATA	Pretende-se melhorar as competências dos alunos em termos de literacia da informação, conhecendo e sabendo utilizar o modelo o PORDATA, guiões de pesquisa, listas seleccionadas de sites e catálogos da BE.	- Continuar a promover a progressiva utilização das TIC; - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Assegurar a todos os	Professores - Equipa das Bibliotecas;	Alunos/Crianças	Bibliotecas Escolares	2013-03-01 a 2013-03-29	Equipa da Biblioteca Computador e internet	0 €	-

		membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas;							
Semana Cultural	Dia do Inglês: Tea and Scones; exposição de trabalhos realizados ao longo do ano e realização de jogos e concursos a designar.	- Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Promover a obtenção de melhores resultados nas disciplinas de Inglês e Matemática; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas;	Professores do Grupo 220 - 220 e 330;	Alunos/Crianças	Agrupamento de Escolas de Arraiolos	2013-03-04 a 2013-03-15	Professores e Alunos Material de pintura e de corte Ingredientes para o chá e os scones	40 €	-

Exposição "O Holocausto visto pelas crianças"	Exposição temática baseada em testemunhos de crianças que vivenciaram o Holocausto nazi. Esta exposição é propriedade de Yad Vashem, representada em Portugal pela associação Memoshoá	<ul style="list-style-type: none"> - Inclusão de todos os alunos com NEE e alunos estrangeiros, educativa e socialmente; - Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas; 	Professores do Grupo 400 - 400;	Comunidade Educativa	Biblioteca Municipal de Arraiolos	2013-03-11 a 2013-03-15	Professores e Assistentes Operacionais Representantes da associação Memoshoá Computadores Exposição composta de 16 painéis	100 €	-
		<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou 							

Páscoa	- Confeção de folares e jogos tradicionais.	desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos;	Professores - Manuela Gregório;	Alunos/Crianças	escola de Vimieiro	2013-03-11 a 2013-03-15	Profs., alunos, assistente operacional Pais e encarregados de educação Produtos para a confeção de folares Produtos para confeção de folares	10 €	-
Páscoa	Pesquisar sobre os símbolos da páscoa Confeção de folares	- Promover uma articulação pedagógica formal entre os ciclos de estudos; - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos;	Professores;	Alunos/Crianças	Sabugueiro	2013-03-11 a 2013-03-15	Comunidade educativa Ingredientes	20 €	-
		- Desenvolver actividades que promovam							

Exposição "BI dos Justos entre Nações"	Os alunos do 9º ano, a partir de um levantamento dos indivíduos que puseram em risco a sua vida para salvar os judeus do Holocausto, montarão uma exposição com os dados pessoais de alguns deles.	a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas;	Professores do Grupo 400 - grupo 400 - professora Ângela Rodrigues;	Comunidade Educativa	Polivalente	2013-03-11 a 2013-03-15	Alunos do 9º ano, professora de história /grupo 400 e professor de TIC Associação Memoshoá Pc's, Impressoras, papel Sítios online sobre o Holocausto	50 €	Ver
	A partir de pesquisas efetuadas em sítios online sobre o Holocausto, os alunos do 9º ano farão uma recolha	- Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos;					Alunos do 9º ano, professora de história /grupo 400 e professor		

Exposição "Frasas de vítimas anónimas do Holocausto"	de frases de vítimas anónimas do holocausto, com base na qual organizarão uma exposição a conjugar com a exposição dos BI dos justos entre Nações.	- Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas;	Professores do Grupo 400 - 400, professora Ângela Rodrigues;	Comunidade Educativa	Polivalente	2013-03-11 a 2013-03-15	de TIC, Associação Memoshóá Pc's, Impressoras, papel Sítios online sobre o Holocausto	50 €	Ver
Dia do Pai	Criação de uma prenda e um postal para o pai - Proporcionando momentos de criatividade e imaginação, usando diferentes técnicas de expressão plástica. Desejando também promover o desenvolvimento de afectos.	- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos;	Professores - Prof.ª M.ª José Plácido Grácias;	Pais/EE	EB 1 de Igreja	2013-03-11 a 2013-03-14	Alunos, Professora, Assistente Operacional. Pais/Encarregados de Educação Cartolinas, plásticos, material de pintura, recorte e colagem.	0 €	Ver
Ovos de Páscoa	Decoração dos espaços da escola com materiais alusivos à quadra; Jogo de orientação para encontrar ovos de chocolate; Conhecendo as diferentes razões para a comemoração da Páscoa e proporcionar momentos de criatividade, imaginação e sentido de orientação	- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes;	Professores - Prof.ª M.ª José Plácido Grácias;	Alunos/Crianças	EB 1 de Igreja	2013-03-11 a 2013-03-14	Alunos, Professora, Assistente Operacional. Materiais de escrita, pintura, recorte e colagem. Ovos de Chocolate	0 €	Ver
		- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Continuar a promover a progressiva utilização das							

Semana Cultural	Dia do Inglês: Tea and Scones, exposição de trabalhos realizados ao longo do ano e realização de jogos interativos de vocabulário.	TIC; - Promover a obtenção de melhores resultados nas disciplinas de Inglês e Matemática; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos;	Professores do Grupo 330 - 220 e 330;	Comunidade Educativa	Vários espaços escolares	2013-03-11 a 2013-03-15	Professores e alunos Encarregados de Educação Cartolinas, material de pintura e de corte, cartazes, computadores e internet Ingredientes para o chá e os scones	40 €	-
Torneio do Quarto	Torneio do jogo do quarto, desenvolvido por ciclos - 3º Ciclo e Secundário.	- Reduzir o abandono escolar; - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Promover a obtenção de melhores resultados nas disciplinas de Inglês e Matemática; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento;	Professores do Grupo 500;	Alunos/Crianças	Escola Sede do Agrupamento	2013-03-11 a 2013-03-15	Professores do grupo 500 Jogos e prémios	170 €	-
Comemoração da Semana da Leitura	Pretende-se dar a conhecer e explorar livros e outros recursos da biblioteca relacionados com o mar.	- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização	Professores - Equipa das Bibliotecas;	Alunos/Crianças	Bibliotecas Escolares	2013-03-11 a 2013-03-15	Equipa das Bibliotecas Livros das Bibliotecas	20 €	Ver

		eficaz dos recursos existentes no agrupamento;							
Sarau de contos e poesia	Pretende-se levar a cabo um "Sarau de Contos e Poesia" tendo como principal objetivo desenvolver a capacidade comunicativa dos alunos proporcionando-lhes atividades nas quais se exponham de forma lúdica.	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Promover uma articulação pedagógica formal entre os ciclos de estudos; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos; 	Professores - Equipa das Bibliotecas;	Comunidade Educativa	Biblioteca da EB23/ ES Cunha Rivara	2013-03-11 a 2013-03-15	Equipa das Bibliotecas Recursos da biblioteca	100 €	-
LanParty	Jogos/actividades em rede para os alunos do Agrupamento. Organização de torneio.	<ul style="list-style-type: none"> - Continuar a promover a progressiva utilização das TIC; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; 	Professores do Grupo 550 - 550 - Informática;	Alunos/Crianças	Sala TIC	2013-03-12 a 2013-03-16	Professores do Grupo 550 Sala Tic	1 €	-
		<ul style="list-style-type: none"> - Continuar a promover a progressiva utilização das TIC; - Incrementar a utilização eficaz dos 							

Divulgação de software livre	Divulgação e demonstração de vários tipos de software livre.	recursos existentes no agrupamento; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas;	Professores do Grupo 550 - 550 - Informática;	Comunidade Educativa	Página Web da Escola	2013-03-12 a 2013-03-16	Professores do Grupo 550	1 €	-
Triball	Basquetebol 3X3 Tag Rugby Voleibol 4X4	- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas;	Professores do Grupo 620;	Alunos/Crianças	Campo Municipal de Arraiolos e Pavilhão Gminodesportivo	2013-03-12 a 2012-12-13	Professores de Educação Física Bolas de Rugby, Voleibol, Basquetebol etc.	100 €	-
Comemoração da Páscoa	Elaboração de folares da Páscoa, no forno comunitário da aldeia de Santana do Campo Visita à aldeia Lanche convívio	- Promover uma articulação pedagógica formal entre os ciclos de estudos; - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva;	Professores - Professores/ Educadores da EB1/JI de Arraiolos;	Alunos/Crianças	Santana do campo	2013-03-14 a 2013-03-15	Vários ingredientes Transporte	40 €	Ver

Comemoração da Páscoa	- Elaboração de folares da Páscoa, no forno comunitário da aldeia de Santana do Campo - Visita à aldeia - Lanche convívio	- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas;	Professores - docentes do grupo 100 e do grupo 110;	Comunidade Educativa	Santana do Campo	2013-03-15 a 2013-03-15	alunos, docentes, assistentes operacionais encarregados de educação, Câmara Municipal receitas ingredientes para os folares	50 €	Ver
Festa Final de 2.º Período - Passeio até à Barragem do Divor	Passeio pedestre até à Barragem;Lanche convívio; Atividades de lazer na Barragem...Proporcionando momentos de convívio e divertimento.	- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos;	Professores - Prof.ª M.ª José Plácido Grácias em parceria com os Pais/EE;	Alunos/Crianças	EB1 de Igrejinha e Barragem do Divor	2013-03-15 a 2013-03-15	Alunos, Professora, Assistente Operacional. Pais/Encarregados de Educação Diferentes jogos e material desportivo. Lanche	0 €	Ver
		- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Desenvolver							

Festa fim do 2º Período: Dia da Árvore e Páscoa	Festa final do 2º Período:- Comemoração do dia da árvore:Saídas de campo; - Pesquisa -Plantação de árvores no ambiente exterior à escola, com o apoio da autarquia• Elaboração de trabalhos alusivos ao tema-- Comemoração da Páscoa: jogo da "caça ao tesouro	actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas;	Professores - as actividades serão desenvolvidas em horário de desdobramento da manhã;	Alunos/Crianças	EB1 de Ilhas	2013-03-15 a 2013-03-15	Professores, alunos e auxiliares Junta de Freguesia material de desgaste árvore para plantar; ovos da páscoa	35 €	Ver
Conhecer melhor a Escócia	Visita de estudo à capital da Escócia (Edimburgo) e a Inverness.	- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Promover a obtenção de melhores resultados nas disciplinas de Inglês e Matemática;	Professores do Grupo 330 - 330;	Alunos/Crianças	Edimburgo e Inverness	2013-03-17 a 2013-03-21	Alunos e Professores Encarregados de Educação Fotocópias para divulgação de informação	15 €	-

		- Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos;							
Dia Internacional da Mulher	Seminário com convidada a delinear.	- Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas;	Professores do Grupo 420 - Grupo 420 - Geografia;	Alunos/Crianças	EB2,3/S Cunha Rivara de Arraiolos	2013-03-18 a 2013-03-18	Professores do grupo, alunos Convidado a receber	10 €	Ver
Dia do Pai	Promover o valor da família. Fortalecer os laços familiares.	- Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos	Professores - Luis Grilo;	Alunos/Crianças	EB 1 de S. Pedro da Gafanhoeira	2013-03-19 a 2013-03-19	Professores / alunos Pais	10 €	-

		curriculares de turma e de outros projectos;							
Dia mundial da poesia/árvore e floresta	Leitura de poesias Plantar flores no canteiro	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Continuar a promover a progressiva utilização das TIC; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos; 	Professores;	Alunos/Crianças	Sabugueiro	2013-03-21 a 2013-03-21	Professora e alunos Material de desgaste Sementes	20 €	-
Festa da Pascoa	Divulgar o verdadeiro motivo da Páscoa	<ul style="list-style-type: none"> - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes; 	Professores - Luis Grilo;	Alunos/Crianças	EB 1 de S. Pedro da Gafanhoeira	2013-03-21 a 2013-03-21	Professores/alunos Comunidade	10 €	-
		<ul style="list-style-type: none"> - Promover uma articulação pedagógica formal entre os ciclos de estudos; - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou 					Professores de Inglês e		

Visionamento de uma peça de teatro em Inglês	Os alunos assistem à dramatização interativa da peça "Roundheads and Cavaliers", no Cineteatro de Arraiolos, pela "Avalon Theatre Company".	desportiva; - Promover a obtenção de melhores resultados nas disciplinas de Inglês e Matemática; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes;	Professores do Grupo 330;	Alunos/Crianças	Cineteatro de Arraiolos	2013-04-01 a 2013-04-05	alunos interessados do 2º, 3º ciclos e Secundário Encarregados de Educação Cartazes para divulgação da atividade, fotocópias, computadores e internet	675 €	-
Passeio com idosos do Lar de Igreja	Passeio em conjunto com os idosos do Lar de Igreja à "Aldeia da Terra" onde todos usufruirão de atividades de expressão plástica, com conhecimento de técnicas de trabalho no barro.	- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes;	Professores - Prof.ª M.ª José Plácido Grácias em parceria com o Lar de Idosos de Igreja;	Alunos/Crianças	Aldeia da Terra - Arraiolos	2013-04-10 a 2013-04-10	Alunos, Professora, Assistente Operacional. Lar de Idosos de Igreja Materiais proporcionados pela	0 €	-
intercâmbio musical com a EB 2,3 de Estremoz	um grupo de alunos da EB 2,3 Sebastião da Gama de Estremoz virão à EB 2,3 Cunha Rivara apresentar uma atividade musical na sequência do intercâmbio já iniciado.	- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes; - Assegurar a todos os membros da	Professores - Inácio Freire grupo 250;	Comunidade Educativa	Pavilhão multiusos escola	2013-04-18 a 2013-04-18	alunos, professores alunos professores aparelhagem de som	10 €	Ver

		comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas;							
25 de Abril	- Elaboração de trabalhos alusivos ao tema. - Pesquisa histórica.	- Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Continuar a promover a progressiva utilização das TIC; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes;	Professores - Manuela Gregório;	Alunos/Crianças	escola de Vimieiro	2013-04-22 a 2013-04-24	Profs., alunos, assistente operacional Pais e encarregados de educação Projetor de vídeo, computador, livros	1 €	-
Dia Mundial do Livro	Conhecer o significado deste dia; Convidar um Escritor popular a falar da sua obra; Cada um vai ser convidado a ler e explorar os livros que queira...	- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes;	Professores - Prof.ª M.ª José Plácido Grácias;	Alunos/Crianças	EB 1 de Igrejinha	2013-04-23 a 2013-04-23	Alunos, Professora, Assistente Operacional. Escritor Popular Instalações Escolares Livros	0 €	-
		- Promover uma articulação pedagógica							

Dia Europeu da segurança Rodoviária	Atividades de sensibilização da prevenção rodoviária com demonstração prática	formal entre os ciclos de estudos; - Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes;	Professores - Em colaboração com os agentes da Escola Segura;	Comunidade Educativa	Sabugueiro	2013-04-26 a 2013-04-26	Comunidade Educativa GNR Material de desgaste Bicicletas	20 €	-
Dia Mundial da Dança	Conhecer o significado do dia; Convidar uma bailarina para se deslocar à Escola, falar da sua atividade; Dinamizar uma aula de dança.	- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes;	Professores - Prof.ª M.ª José Plácido Grácias;	Alunos/Crianças	EB 1 de Igreja	2013-04-29 a 2013-04-29	Alunos, Professora, Assistente Operacional. Bailarina Instalações Escolares	0 €	-
Dia da Mãe	Criação de uma prenda e postal para a mãe. Proporcionando momentos de criatividade e imaginação usando diferentes técnicas de expressão plástica; Promovendo o desenvolvimento de afectos.	- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos;	Professores - Prof.ª M.ª José Plácido Grácias;	Pais/EE	EB 1 de Igreja	2013-04-30 a 2013-05-03	Alunos, Professora, Assistente Operacional. Pais/Encarregados de Educação Cartolinas, plásticos, material de pintura, recorte e colagem.	0 €	-
		- Reforçar a participação							

Dia da Mãe	Promover o valor da família.	dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos;	Professores - Luis Grilo;	Alunos/Crianças	EB 1 de S. Pedro da Gafanhoeira	2013-05-02 a 2013-05-02	Professores/alunos Mães	10 €	-
Dia da Mãe	- Elaboração de trabalhos alusivos ao tema.	- Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Continuar a promover a progressiva utilização das TIC; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos;	Professores - Manuela Gregório;	Pais/EE	Escola de Vimieiro	2013-05-03 a 2013-05-03	Profs., alunos, assistente operacional material de desgaste	5 €	-
		- Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Promoção de actividades de carácter sócio-							

Dia da mãe	Pesquisar sobre a origem da comemoração deste dia Prenda para a mãe	cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos;	Professores;	Alunos/Crianças	Sabugueiro	2013-05-03 a 2013-05-03	Comunidade Educativa Material de desgaste	20 €	-
Dia da Europa	Exposição de trabalhos na biblioteca escolar relativos ao tema.	- Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Continuar a promover a progressiva utilização das TIC; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes; - Assegurar a todos os membros da comunidade	Professores do Grupo 420 - Grupo 420 - Geografia;	Comunidade Educativa	EB2,3/S Cunha Rivara de Arraiolos	2013-05-09 a 2013-05-17	Professores do grupo, alunos Cartolinas, Cola, Folhas brancas, computador	100 €	Ver

		formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas;							
Semana da Família	A família dos alunos (qualquer familiar que demonstre interesse) é convidada a vir à escola, em dia e hora a combinar com a docente (dentro do âmbito da comemoração da semana da família), para trazer o seu contributo para a turma numa breve intervenção ju	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas; 	Pais/EE - Sandra Ribeiro;	Alunos/Crianças	EB1 de Ilhas	2013-05-13 a 2013-05-17	Professores, alunos e auxiliares Encarregados de Educação material de desgaste Os necessários às atividades que os Encarregados de Educação queiram desenvolver (ficarão a seu cargo).	0 €	-
		- Desenvolver actividades que promovam a educação para a							

Som e Luz	Construção de instrumentos ópticos e de som pelos alunos do 8ºAno. Apresentação destes instrumentos no Clube das Ciências.	<p>cidadania, segurança, saúde e educação ambiental;</p> <p>- Melhoria dos resultados escolares dos alunos;</p> <p>- Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento;</p>	Professores do Grupo 510 - Prof. Ana Paula Ribeiro e Marta Silva;	Alunos/Crianças	Clube das Ciências	2013-05-20 a 2013-05-31	Prof. de Física e Química e alunos do 8ºano Materiais recicláveis	20 €	-
Dia da Criança	- Elaboração de um painel da turma -Distribuição e pintura dos Direitos da criança - Danças e canções - Construção de lembranças para as crianças - Lanche convívio	<p>- Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental;</p> <p>- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva;</p> <p>- Melhoria dos resultados escolares dos alunos;</p> <p>- Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento;</p> <p>- Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes;</p> <p>- Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas;</p>	Professores;	Alunos/Crianças	EB1 de Ilhas	2013-05-31 a 2013-05-31	Professores, alunos e auxiliares material de desgaste	0 €	-

Dia da criança	Pesquisa sobre os direitos das crianças Participar nas atividades propostas pela CMA	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Continuar a promover a progressiva utilização das TIC; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes; 	Professores;	Alunos/Crianças	Sabugueiro	2013-06-03 a 2013-06-03	Comunidade educativa Material de desgaste	20 €	-
Dia Mundial da Criança - 1 de junho	Debate sobre os direitos e deveres das crianças - Proporcionar aos alunos momentos de convívio e divertimento, desenvolvendo valores de partilha e respeito pelos outros.	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes; 	Professores - Prof.ª M.ª José Plácido Grácias;	Alunos/Crianças	EB 1 de Igrejinha	2013-06-03 a 2013-06-03	Alunos, Professora, Assistente Operacional. Carta dos Direitos das Crianças e diversos materiais para jogos...	0 €	-
		<ul style="list-style-type: none"> - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos 							

Encerramento do ano letivo	Festa de encerramento com a presença do contador de histórias Serafim. - Histórias divertidas representadas pelas várias turmas.	recursos existentes no agrupamento; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas;	Professores - professores e professora bibliotecária;	Comunidade Educativa	Anfiteatro de Arraiolos	2013-06-04 a 2013-06-04	docentes, alunos, assistentes operacionais encarregados de educação, Câmara Municipal livros som e luzes	400 €	-
Dia do Ambiente	A produção de autocolantes de sensibilização à proteção do ambiente.	- Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Continuar a promover a progressiva utilização das TIC; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes; - Assegurar a todos os membros da	Professores do Grupo 420 - Grupo 420 - Geografia;	Comunidade Educativa	EB2,3/S Cunha Rivara de Arraiolos	2013-06-05 a 2013-06-05	Professores do grupo, alunos Folhas brancas, papel autocolante	100 €	Ver

		comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas;							
Dia do ambiente	Os alunos procederão à pesquisa de receitas tradicionais, para que no Dia do ambiente confeccionem alguns pratos com produtos da horta.	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Melhorar dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas; 	Professores - 110;	Alunos/Crianças	EB1/JI de Arraiolos	2013-06-05 a 2013-06-05	alunos, docentes, assistentes operacionais... enc. de educação, cozinheiras... livros, internet, produtos da horta cozinha da cantina, produtos alimentícios	40 €	-
		<ul style="list-style-type: none"> - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação 							

III Rivara Aventura	Experiencias radicais e de Aventura	ambiental; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas;	Professores do Grupo 620;	Alunos/Crianças	Barragem Da Oleirita	2013-06-05 a 2013-06-05	Professores de Educação Física Inerentes às actividades desenvolvidas	1000 €	-
Festa de final de ano	Canções Coreografias Exposição de trabalhos Lanche	- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos;	Professores;	Pais/EE	Sabugueiro	2013-06-14 a 2013-06-14	Comunidade Material de desgaste	20 €	-
		- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou							

Festa Final de Ano Letivo	Atividade conjunta com o JI de Igreja; Entrega de Diplomas Finais; Lanche convívio.	desportiva; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos;	Professores - Prof.ª M.ª José Plácido Grácias em parceria com as Educadoras do JI de Igreja;	Alunos/Crianças	Centro Social Recreativo de Cultura e Desporto de Igreja	2013-06-14 a 2013-06-14	Alunos, Professora, Assistente Operacional. JI de Igreja Acessórios necessários às atividades Lanche	0 €	-
Convívio do final do ano	Anfiteatro de Arraiolos: * Exploração de histórias no âmbito do projeto da BE * Atuação de um contador de histórias	- Promover uma articulação pedagógica formal entre os ciclos de estudos; - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes;	Professores - Professores/ Educadores da EB1/JI de Arraiolos;	Alunos/Crianças	Anfiteatro de Arraiolos	2013-06-14 a 2013-06-14	Contador de histórias Aparelhagem de som, adereços	30 €	-
Festa Final de Ano Letivo	Atividade conjunta com a EB1 de Igreja; Entrega de Diplomas Finais; Lanche convívio.	- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos;	Professores - Educadoras do JI de Igreja em parceria com a Prof.ª M.ª José Plácido Grácias.;	Alunos/Crianças	Centro Social Recreativo de Cultura e Desporto de Igreja	2013-06-14 a 2013-06-14	Alunos/Crianças, Professora/Educadoras, Assistentes Operacionais. Acessórios necessários às atividades Lanche.	30 €	-
		- Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Promoção de actividades de							

<p>festa de final de ano letivo</p>	<p>apresentação de canções pelas turmas do 2º e 3º ciclo</p>	<p>carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Melhorar dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Reforçar a participação dos pais e encarregados de educação nos projectos curriculares de turma e de outros projectos; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas;</p>	<p>Professores;</p>	<p>Comunidade Educativa</p>	<p>Pavilhão multiusos escola ou espaço exterior</p>	<p>2013-06-14 a 2013-06-14</p>	<p>professores, alunos, auxiliares educativos encarregados de educação pavilhão multiusos, aparelhagem sonora, instrumentos musicais</p>	<p>10 €</p>	<p>-</p>
<p>Festa de Final de Ano</p>	<p>Preparação de uma peça de teatro de fantoches para apresentar aos amigos do JI e aos familiares que estiverem presentes no lanchinho, aberto a toda a comunidade educativa, a qual participará com um contributo para o</p>	<p>- Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Melhorar dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos</p>	<p>Professores - - a atividade será realizada no horário de desdobramento da manhã;</p>	<p>Alunos/Crianças</p>	<p>EB 1 de Ilhas</p>	<p>2013-06-14 a 2013-06-14</p>	<p>Professores, alunos e auxiliares Encarregados de Educação material de desgaste alimentos</p>	<p>0 €</p>	<p>-</p>

	mesmo.- Exposição dos trabalhos	existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas;							
História dos XVIII/XIX a partir de fontes históricas locais	Os alunos do 11º ano da turma de Humanidades irão explorar as potencialidades da História Local através da análise de fontes históricas do Arquivo Municipal de Arraiolos	- Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Valorizar e publicitar a obtenção de resultados escolares de excelência e/ou resultados de mérito desportivo; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação	Professores - Professor Henrique Gonçalves;	Alunos/Crianças	Biblioteca Municipal	2013-11-11 a 2013-03-16	Professor Técnicos da Biblioteca Municipal de Arraiolos papel, esferográfica acervo do Arquivo Municipal de Arraiolos	20 €	-

		tomando em consideração as necessidades diagnosticadas;							
Debate com sobrevivente do Holocausto nazi	Debate com um sobrevivente judeu do Holocausto nazi. Caso não seja possível um debate presencial, será realizado um debate por videoconferência.	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver actividades que promovam a educação para a cidadania, segurança, saúde e educação ambiental; - Promoção de actividades de carácter sócio-cultural e/ou desportiva; - Melhoria dos resultados escolares dos alunos; - Incrementar a utilização eficaz dos recursos existentes no agrupamento; - Manter, aprofundar e reforçar as parcerias existentes; - Assegurar a todos os membros da comunidade formação tomando em consideração as necessidades diagnosticadas; 	Professores do Grupo 400 - 400;	Comunidade Educativa	Polivalente	2014-03-03 a 2013-03-15	Professores de História - 400 Sobrevivente do Holocausto e respetivo acompanhante Mesa, cadeiras, microfone Transporte	50 €	-



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ARRAIÓLOS

PROJECTO CURRICULAR DE ESCOLA

2007/2008

2008/2009

1 - INTRODUÇÃO

Cabe à Educação o papel fulcral, e indispensável, de possibilitar uma contínua aquisição/desenvolvimento de conhecimentos e competências, fomentando, em simultâneo, a inclusão de todos os indivíduos na sua sociedade de pertença. Esta ideia baseia-se na convicção de que só é possível cada indivíduo participar activa e criticamente no seu próprio desenvolvimento, e no da sociedade em que se insere, se o seu processo formativo/educativo for contextualizado e, como tal significativo.

Pelas palavras de Lengrand (1981) a Educação deve:

-Favorecer o estabelecimento de estruturas e métodos que ajudem o ser humano, ao longo de toda a sua existência, a fazer aprendizagens.

-Equipar o indivíduo para que ele se torne, o mais possível, o agente e o instrumento do seu próprio desenvolvimento.

O Currículo Nacional aponta claramente para a implementação de contextos educativos que fomentem aprendizagens significativas e culturalmente referenciadas, privilegiando-se a aquisição de competências ao nível do saber, saber fazer, saber ser/saber estar. Por estas razões os profissionais de educação vêem-se confrontados com uma realidade profissional que lhes exige conhecimentos, saber fazer, atitudes e rigor. Uma realidade que se insere num quadro de mudança conceptual da escola em que, partindo-se do conhecimento dos alunos, se pretendem criar condições para a construção de conhecimentos nas várias áreas do saber. Uma mudança que privilegia os processos de aprendizagem ao invés de considerar quase exclusivamente os produtos; uma mudança que parte duma perspectiva holística do ser humano e assume o processo de aquisição de competências de cada um, como uma construção social e culturalmente mediada.

Concretizar esta mudança depende de muitos e variados factores, entre os quais os individuais, que implicam sentir a necessidade de mudar, acreditar que se é capaz de mudar,

definir e procurar formas de o fazer; definir ainda factores organizacionais, quer ao nível interno da Escola, quer ao nível das estruturas que com ela se articulam.

Nesta perspectiva este documento pretende constituir-se como uma reflexão profunda sobre o acto de educar, tendo por objectivo primordial facultar a construção de um verdadeiro sucesso educativo, com qualidade, para que todos os alunos possam "crescer" na posse plena de todas as faculdades que a sua humanidade lhes confere.

Pelo sonho é que vamos, comovidos e mudos.

Chegamos?

Não chegamos?

Haja ou não frutos, pelo sonho é que vamos.

Basta a fé que temos.

Basta a esperança naquilo que talvez não teremos.

*Basta que a alma demos, com a mesma alegria, ao
que*

Desconhecemos e ao que é dia-a-dia.

Chegamos?

Não chegamos?

Partimos. Vamos. Somos.

Pelo sonho é que vamos.

Sebastião da Gama (1953)

1.1 - EDUCAÇÃO

«A educação não cria o homem, ajuda-o a criar-se»

Maurice Debesse

A Educação deverá ser encarada como um meio privilegiado para fomentar/ possibilitar um desenvolvimento mais harmonioso do Homem. Um desenvolvimento que torne viável a construção de uma sociedade em que o preconceito, a fome, a exclusão não detenham um papel de tanta predominância.

No relatório elaborado para a U.N.E.S.C.O. a Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI (1996) considera «as políticas educativas um processo permanente de enriquecimento dos conhecimentos, do saber fazer, mas também e talvez em primeiro lugar, como uma via privilegiada de construção da própria pessoa, das relações entre indivíduos e nações». (p. 11)

Assim, a Educação deve ser encarada como um factor de união entre todos os indivíduos, sendo necessário levar-se em consideração toda uma multiplicidade de características que os distinguem, de modo a favorecer a sua inclusão numa sociedade que se pretende diversificada, mais rica culturalmente e menos segregadora. Logo, compreende-se que a Educação se revista de um papel fulcral ao dotar os indivíduos da capacidade de tomarem em mãos o seu próprio desenvolvimento e o da sociedade em que se inserem. O mesmo será dizer, como é referenciado no relatório supracitado, a Educação «deve, de facto, fazer com que cada um tome o seu destino em mãos e contribua para o progresso da sociedade em que vive, baseando-se o desenvolvimento na participação responsável de indivíduos e comunidades.» (p. 73).

Actualmente, o conceito de Educação pode ser entendido a partir de duas etimologias que, apesar de aparentemente contrárias nos seus preceitos, se complementam. Por um lado, pode pressupor a indicação do caminho que possa conduzir um sujeito de um estado de perfeição para outro de maior perfeição, ou seja, pressupõe um processo que sendo exterior

ao indivíduo o ajuda na sua evolução enquanto pessoa. Por outro lado, implica um processo interior, em que cada indivíduo se implica na construção da sua própria individualidade, extraindo de si a matéria necessária a essa mesma construção (Patrício, 1983).

De acordo com o referido podemos considerar que uma das principais funções da Educação consiste exactamente na modificação do homem existente, levando-o a transformar-se num ser que, apesar de ainda não existir, se pretende mais perfeito, mais adaptado ao mundo (idem). Atendendo-se ao referido, facilmente se compreende que associada a este conceito esteja, por inerência, a noção de valor - noção que, por sua vez, determina ou condiciona o próprio acto de educar (Patrício, 1993).

Pode considerar-se a Educação como um conceito de difícil definição dada a sua complexidade intrínseca. O mesmo não acontece quanto ao acto através do qual se processa a educação, o acto educativo. É consensual que este é eminentemente social, como podemos inferir das palavras de Patrício (1983) quando nos diz que «O processo educativo é um processo eminentemente relacional e dinâmico. Ele consiste de facto numa relação entre um sujeito educativo e um agente educativo» (p. 61).

1.2 - CURRÍCULO / COMPETÊNCIAS

*«Uma escola mais **democrática**, onde todos aprendam, mais **flexível**, em que a uniformidade dê lugar à diversidade, uma escola com mais **qualidade**, em que as aprendizagens formais sejam aprendizagens reais, uma escola com **identidade** em que todos gostem de trabalhar é, certamente, um objectivo nobre, urgente mas difícil de alcançar. Possível, no entanto.»*

Ana Benavente

Se Educação pressupõe a aquisição/desenvolvimento de competências¹ várias, que permitam aos indivíduos adaptarem-se e/ou transformarem as suas realidades (pessoais e sociais), então a escola, enquanto instituição formal de educação, deve criar condições que potenciem a aquisição dessas mesmas competências a três níveis: saber, saber fazer, saber ser/estar.

Para que a instituição escola possa levar a bom termo a função de que está investida, parece óbvio que, ao invés de ministrar programas escolares que pouco mais são que "receitas padronizadas" do que ensinar, em que momentos e de que forma², deverá organizar-se enquanto contexto educativo, tendo por base o actual conceito de currículo, ou seja, «o conjunto de aprendizagens consideradas socialmente desejáveis e necessárias num dado tempo e sociedade, que a instituição escola tem a responsabilidade de assegurar...» (Roldão, 1999, p.44).

Mas falar de currículo pode conduzir a entendimentos diversos, dada a complexidade que envolve o próprio conceito, uma vez que não é consensual o seu significado. Como nos diz Pacheco (1996) «é um conceito polissémico, que não um sentido unívoco» (p.15).

Para alguns autores, nomeadamente Taylor, Good, Taba e Johnson (1992, in Pacheco, 1996), currículo pode definir-se como programa, representando um conjunto de conteúdos a ministrar, previamente planificados e que deve ser implementado em função de resultados de aprendizagem. É, por tais motivos, bastante estruturado e é organizado com base em objectivos predefinidos a atingir.

¹ A noção de competência «integra conhecimentos, capacidades e atitudes e que pode ser entendida como saber em acção ou em uso» (Abrantes, 2001, p.9), ou seja, pretende «promover o desenvolvimento integrado de capacidades e atitudes que viabilizam a utilização de conhecimentos em situações diversas, mais familiares ou menos familiares do aluno.» (*idem*).

² Esta noção estática do acto de ensinar suportava-se, ou suporta-se, numa noção de currículo em que este é entendido «como um produto ou plano mais ou menos rígido. Esta concepção curricular pressupõe uma visão dualista: por um lado, um plano previamente determinado que orientará a acção, por outro, uma fase de implementação das decisões tomadas *a priori*.» (Flores, 2000, p.28).

Com o contributo da Sociologia da Educação surge uma nova visão de currículo, mais abrangente, flexível e centrada essencialmente nas aprendizagens. Pode, então, definir-se currículo como «tudo o que é aprendido pelos alunos, seja ou não objecto de transmissão deliberada» (Formosinho cit. Machado e Gonçalves, 1991, p. 44).

Actualmente considera-se que a "personalidade" educativa de uma escola pode ser definida pela forma como a mesma se apropria do currículo, visto que ele «corporiza a opção organizativa e metodológica que se faz, num dado contexto, tempo e circunstância, para conseguir as aprendizagens pretendidas» (Roldão, 1999, p.59). Nesta perspectiva o currículo pode ser encarado enquanto processo ou projecto, constituindo-se como um modelo suficientemente flexível, permitindo e induzindo, ao professor, uma postura reflexiva sobre a sua própria prática educativa. Assim sendo, assume-se como «um processo dinâmico que pressupõe a tomada de decisões desde o nível político-administrativo até ao nível máximo de concretização - a sala de aula - da responsabilidade do professor.» (Flores, 2000, p.28).

Em suma, pode dizer-se que currículo é «o cerne de qualquer sistema educativo, de ensino e aprendizagem para a geração que percorre esse sistema» (Ribeiro, 1995, p.3) e deve proporcionar a cada aluno e/ou grupo de alunos, experiências de descoberta, formação integral e realização pessoal e social, tendo por base as vivências pessoais e a cultura da sociedade em que cada um se insere.

1.3 - PROJECTO EDUCATIVO/CURRICULAR

É consensual que o currículo deverá estar adequado às dimensões pessoais e sociais daqueles a que se destina. Logo, é indispensável que se promova uma verdadeira articulação entre a escola e o meio. Só assim é possível definir-se a política educativa que corresponda às reais necessidades/interesses da comunidade educativa.

Esta intenção de modernizar e criar ambientes educativos vivos, capazes de envolver cada vez mais os membros da comunidade educativa, só é possível através do Projecto Educativo de Escola (P.E.E.). É por seu intermédio que é facultada a oportunidade de cada

indivíduo participar activamente na construção de uma escola melhor, atenta e receptiva às mudanças rápidas da sociedade actual.

É "Vox Populis" que a escola não pode ser encarada como uma realidade simples e unidireccional. É antes caracterizada por um "ethos" complexo, onde se movem e coabitam diferentes interesses, atitudes e valores, marcada por uma heterogeneidade cada vez mais profunda e que deve, apesar de tudo, manter a sua especificidade, singularidade e identidade próprias, onde toda a comunidade se sinta motivada para o sucesso.

P.E.E. será, por isso, a procura de um rumo que corresponda a necessidades, problemas ou intenções da comunidade a que se destina. Não pode nem deve ser um documento acabado a ser encarado de forma estática. Deverá sim ser um documento em construção/reconstrução contínua, flexível, dinâmico, aberto e acessível, de modo a ser facilmente apropriável por todos os indivíduos pertencentes a essa comunidade.

O P.E.E. existe porque:

«Nenhum vento é favorável a um barco que navegue à deriva. Continuará à deriva se não tiver um projecto de viagem, se não houver forma de o controlar ou não souber se navega na rota correcta.» (Guerra in P.E.E. de Arraiolos, 2001).

A organização e gestão curricular, no intuito de adequar/contextualizar o currículo nacional à realidade humana, social e cultural de determinado contexto deve, de acordo com o Decreto Lei n.º 6/2001, suportar-se, entre outros princípios orientadores, no «Reconhecimento da autonomia da escola no sentido da definição de um projecto de desenvolvimento adequado ao seu contexto e integrado no respectivo projecto educativo».

Nesta perspectiva pode dizer-se que o Projecto Curricular de Escola (P.C.E.) é o «Conjunto de decisões articuladas, partilhadas pela equipa docente de um centro educativo, tendentes a dotar de maior coerência a sua actuação, concretizando as orientações curriculares de âmbito nacional em propostas globais de intervenção pedagógico-didácticas a um contexto específico.» (Carmen e Zabalza cit. Alonso, Ferreira, Santos, Rodrigues e Mendes, 1994, p. 17).

Numa visão sistémica, sendo o P.C.E. definido a partir das orientações constantes no currículo nacional (macrodesenho) e das intenções/metas do P.E.E. unificador, não é, ainda,

suficientemente concreto e específico de modo a poder contemplar as realidades intrínsecas a determinadas sala de aula.

Esta operacionalização concretiza-se através do Projecto Curricular de Turma (P.C.T.) (microdesenho). Ou seja, é através deste que as competências essenciais e transversais deverão ser trabalhadas, de acordo com as metas e conteúdos constantes no P.C.E, de modo a corresponder às especificidades de cada turma e permitindo um nível de articulação (horizontal e vertical) que só as situações concretas e reais tornam possível.

2 - ASPECTOS ORGANIZACIONAIS/FUNCIONAIS

2.1- OFERTA EDUCATIVA/PLANOS CURRICULARES

2.1.1- Pré-Escolar

A rede pública de Educação Pré-Escolar na Área do Agrupamento de Estabelecimentos de Educação e Ensino do Concelho de Arraiolos é constituída pelos seguintes Estabelecimentos de Educação:

Jardins-de-infância	Nº de Salas
Igrejinha	1
Sabugueiro	1
S. Pedro da Gafanhoeira	1

Pólos de Educação Pré-Escolar Itinerante
Santana do Campo
Vale do Pereiro

2.1.2- Ensino Básico-1º Ciclo

Para o 1ºCiclo do Ensino Básico a oferta educativa deste Agrupamento de Escolas é, de acordo com os Despachos nº 13 765 / 2004, de 13 de Junho e nº 16 068 / 2005, de 22 de Julho, de 18 turmas, a saber:

Escolas do 1ºCiclo	Nº de turmas
Arraiolos	7
Vimieiro	4
Igrejinha	2
Ilhas	1
Santana do Campo	1
S. Pedro da Gafanhoeira	1
Sabugueiro	1

Para além desta oferta formal/académica e baseando-se na filosofia de "Escola a Tempo Inteiro", o Agrupamento tem um Projecto de Enriquecimento Curricular, regulamentado pelo Despacho nº12 591/2006 de 16 de Junho.

Existe ainda o Projecto do Centro de Recursos/Biblioteca, que constitui um recurso para os Estabelecimentos de Ensino do Agrupamento.

2.1.3- Ensino Básico-2º Ciclo

Ensino regular

Componentes do currículo	5º ano	6º ano
Línguas e Estudos Sociais		
Língua Portuguesa	90+90+45 m	90+90+45 m
Língua Estrangeira	90+45m	90+45m
História e Geografia de Portugal	90+45	90+45
Matemática e Ciências		
Matemática	90+90 m	90+90+45 m
Ciências da Natureza	90+45 m	90+45 m
Educação Artística e Tecnológica		
Educação Visual e Tecnológica	90 + 90 m	90+90 m
Educação Musical	90 m	90 m
Educação Física	90+45 m	90+45 m
Áreas curriculares não disciplinares		
Área de Projecto	90 m	90 m
Estudo Acompanhado	90+45 m	45+45 m
Formação Cívica	45 m	45 m
Total	16,5 tempos	16,5 tempos
EMRC	0,5 tempo	0,5 tempo
Máximo Global	17 tempos	17 tempos

O bloco de 45 minutos a decidir pela escola, preconizados no despacho normativo nº 209/2002, de 17 Outubro, foram atribuídos no 5º ano à disciplina de Língua Portuguesa e no 6º ano à disciplina de Matemática.

Percursos Curriculares Alternativos, a funcionar a partir do ano lectivo 2007/2008

Componentes do currículo	6º ano
Escolar	
Língua Portuguesa	
Inglês	90+90
Matemática	45+45
Ciências Naturais e Humanas	90+90
Formação Cívica	90+90+45
Educação Física	45+45
Educação Musical	90
	90
Artística/Vocacional	
Área Artística de Expressão Dramática	90+90
Área Artística de Expressão Plástica	90+90
Área Vocacional de Tecnologias da Informação e Comunicação	90+90
Área de Integração Escolar	
Reciclagem	90+90

2.1.4- Ensino Básico-3º ciclo

Ensino Regular

Desenho Curricular

Componentes do currículo	7º ano	8º ano	9º ano
Língua Portuguesa	90+90+45	90+90	90 + 90
Línguas Estrangeiras			
LE1	90+45	45+45	90+45
LE2	90+45	90+45	45+45
Ciências Humanas e Sociais			
História	90	90+45	90
Geografia	90	90	90+45
Matemática	90+90	90+90+45	90+90
Ciências Físicas e Naturais			
Ciências Naturais	90	90	90
Físico-Química	90	90	90 45*
Educação Artística	90	90	90+45
Educação Visual			
Outra (Ed. Musical ou Oficina de Teatro)	90	90	90+45
Educação Tecnológica	90	90	90+45
Educação Física	90+45	90+45	90+45
ITIC	-----	-----	90
Áreas curriculares não disciplinares			
Área de Projecto	90	90	45
Estudo Acompanhado	90	90	90
Formação Cívica	45	45	45
Total	17,5 tempos	17,5 tempos	17,5 tempos
EMRC	0,5 tempo	0,5 tempo	0,5 tempos
Máximo Global	18 tempos	18 tempos	18 tempos

*A atribuir semestralmente a cada uma das disciplinas

O bloco de 45 minutos a decidir pela escola, preconizados no despacho normativo nº 209/2002 de 17 Outubro, foram atribuídos, no 7º ano, à disciplina de Língua Portuguesa e no 8º ano à disciplina de Matemática.

Cursos de Educação e Formação

Os Cursos de Educação e Formação (CEF), são uma oportunidade para frequência ou conclusão da escolaridade de 6, 9 ou 12 anos e, simultaneamente, para preparação da entrada no mercado de trabalho com qualificação escolar e profissional. Os CEF integram quatro componentes de formação: sociocultural, científica, tecnológica e prática.

Os CEF destinam-se a indivíduos que se encontrem nas seguintes condições:

- idade igual ou superior a 15 anos;
- habilitações escolares inferiores aos 4.º, 6.º, 9.º ou 12.º anos ou que já concluíram o 12.º ano de escolaridade;
- não têm qualificação profissional ou pretendem adquirir uma qualificação superior.

Estes cursos permitem o prosseguimento de estudos e a aquisição de competências profissionais.

A conclusão de um CEF, com total aproveitamento, confere certificação escolar equivalente ao 6.º, 9.º ou 12.º anos de escolaridade e certificação profissional de nível 1, 2 ou 3.

No presente ano lectivo estão em funcionamento dois cursos:

CEF T2-Auxiliar de Acção Educativa (2 turmas)

CEF T3-Operador de Informática (1 turma)

Desenho Curricular

Componentes de Formação	Áreas de Competência	Domínios de Formação
Sociocultural	Línguas, Cultura e Comunicação	Língua Portuguesa Inglês Tecnologias de Informação e Comunicação
	Cidadania e Sociedade	Cidadania e Mundo Actual Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho Educação Física
Científica	Ciências Aplicadas	Matemática Aplicada Disciplina específica (a)
Tecnológica	Tecnologias Específicas	Unidade (s) do Itinerário de Qualificação Associado (b)
Prática	Estágio em Contexto de Trabalho	

(a) CEF T2 - Psicologia do Desenvolvimento

CEF T3 - Física e Química

(b) CEF T2 - Apoio a actividades de Tempos Livres

- Acompanhamento de crianças
- Acompanhamento de crianças ao domicílio

CEF T3 - Operador de Informática teórica

- Operador de Informática prática

2.1.5- Ensino Secundário

Em função da disponibilidade dos recursos humanos e físicos, respeitando as decisões da Rede Escolar e da avaliação dos fundamentos pedagógicos e sociais, o currículo na nossa escola compreende:

2.1.5.1-Ensino Secundário - Diurno

Cursos Científico - Humanísticos

Curso de Ciências e Tecnologias

Componente de Formação	Disciplinas		Carga Horária Semanal (x90min)		
			10º ano	11º ano	12º ano
<i>Geral</i>	Português		2	2	2
	Língua Estrangeira I ou II ou III		2	2	
	<i>Filosofia</i>		2	2	
	Educação Física		2	2	2
<i>Específica</i>	Matemática A		3	3	3
	Opção	Física e Química A	3,5	3,5	
		Biologia e Geologia	+	+	
		Geometria Descritiva A *	3,5	3,5	
	Opção	Biologia Geologia Física Química Psicologia B (f)*			3,5
		Área de Projecto			
Ed. Moral e Religiosa (facultativo)		(1)	(1)	(1)	
<i>Total</i>			17,5	17,5	12
			a	a	a
			19	19	13,5

Curso de Línguas e Humanidades

Componente de Formação	Disciplinas	Carga Horária Semanal (x90min)		
		10º ano	11º ano	12º ano
<i>Geral</i>	Português	2	2	2
		2	2	
	<i>Língua Estrangeira I ou II ou III</i>	2	2	
	Filosofia	2	2	2
	Educação Física	2		
	Tecnologias da Informação e da Comunicação			
<i>Específica</i>	História A	3	3	3
	OPÇÃO Geografia A	3	3	
	Matemática aplic. C. Sociais			
	Matemática aplic. C. Sociais			
	Geografia A			
OPÇÃO Economia A		3	3	
	<i>Aplicações Informáticas (f)</i>			
	<i>Língua Estrangeira II ou III</i>			
	Geografia C			
	OPÇÃO Sociologia			
	Filosofia A			
	Psicologia B			3
	<i>Antropologia (f)</i>			
	<i>Ciência Política (f)</i>			
	<i>Direito (f)</i>			
	Área de Projecto			2
	Ed. Moral e Religiosa (facultativo)	(1)	(1)	(1)
<i>Total</i>		16 a 20	17 a 18	12 a 16

f) Oferta dependente do projecto educativo da escola

Cursos Tecnológicos

Curso Tecnológico de Acção Social

Componente de Formação		Disciplinas	Carga Horária Semanal(x90min)		
			10ºano	11º ano	12º ano
<i>Geral</i>		Português	2	2	2
		Língua Estrangeira I ou II ou III	2	2	-
		Filosofia	2	2	-
		Educação Física	2	2	2
		Tecnologias da Informação e da Comunicação	2	-	-
<i>Científica</i>		<i>Psicologia A</i>	2	2	2
			2	2	-
		História C			
Tecnológica		Saúde e Socorrismo	2	2	2
		Técnicas de Expressão e Comunicação	2	2	2
		Prática de Acção Social	2	4	-
	Área Tecnológica Integrada	Disciplina de - Práticas de Animação Sociocultural			120
		Especificação			
		Ou - Práticas de Apoio Social			e)
		Projecto Tecnológico			27
		Estágio			160
		Ed. Moral e Religiosa (facultativo)	(1)	(1)	(1)
Total			20 a 21	20 a 21	17 a 18
Máximo Global (período de Estágio - horas)					35 a 36,5

e) Gestão de carga horária anual

Cursos Profissionais

Técnico de Animação Sociocultural

Componentes de formação	1º ano		2º ano		3º ano		Total
	Horas	Blocos(90)	Horas	Blocos(90)	Horas	Blocos(90)	
Componente de formação sociocultural							
Português	100	2	110	2,5	110	2,5	320
Língua Estrangeira	100	2	120	2,5	-	-	220
Área de Integração	100	2	120	2,5	-	-	220
TIC	50	1	50	1	-	-	100
Ed.Física	47	1	47	1	46	1	140
Componente de formação científica							
Psicologia	100	2	100	2	-	-	200
Sociologia	100	2	100	2	-	-	200
Matemática	100	2	-	-	-	-	100
Componente de formação técnica							
Área de Expressões	173	3,5	173	3,5	134	3	480
Área de Estudo da Comunidade	100	2	100	2	150	3	350
Animação Sociocultural	100	2	100	2	150	3	350
Formação em Contexto de Trabalho	-	-	-	-	420	-	420
		21,5		21		12,5	3100
	1070		1020		1010		3100

Técnico de Informática de Gestão

Componentes de formação	1º Ano		2º Ano		3º Ano		Total
	Horas	Blocos(90)	Horas	Blocos(90)	Horas	Blocos(90)	
Componente de Formação Sócio-cultural							
Português	100	2	110	2,5	110	2,5	320
Língua Estrangeira	100	2	120	2,5	-	-	220
Área de Integração	100	2	120	2,5	-	-	220
TIC	50	1	50	1	-	-	100
Ed.Física	47	1	47	1	46	1	140
Componente de Formação Científica							
Matemática	100	2	100	2	100	2	300
Economia	71	1,5	49	1	80	2	200
Componente de Formação Técnica							
Linguagens Programação	173	3,5	137	3	148	3	458
Org. Emp. Aplica. de Gestão.	99	2	94	2	94	2	287
Sistemas de Informação	126	2,5	126	2,5	-	-	252
Aplica. Infor. Sist. Explo.	93	2	90	2	-	-	183
Formação em Contexto de Trabalho	-	-	-	-	420		420
		21,5		22		12,5	3100
	1059		1043		998		3100

CEF T5

Operador de Redes Informáticas

Componentes de Formação	Áreas de Competência	Domínios de Formação
Sociocultural	Línguas, Cultura e Comunicação	Língua Portuguesa Inglês Tecnologias de Informação e Comunicação
	Cidadania e Sociedade	Cidadania e Sociedade Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho Educação Física
Científica	Ciências Aplicadas	Matemática Aplicada Física e Química
Tecnológica	Tecnologias Específicas	Instalação e gestão de redes informáticas
Prática	Estágio em Contexto de Trabalho	

2.1.5.2- Cursos Nocturnos

O Recorrente Básico e Secundário, por Unidades Capitalizáveis, funcionará em regime de tutoria, com propostas a exames em vez de frequência.

Ensino Recorrente por módulos

Cursos Científicos-Humanísticos

(blocos de 90 minutos) - em funcionamento o 11º ano

Curso	Componente	Disciplinas	10º Ano	11º Ano	12º Ano
Ciências Sociais e Humanas	Formação Geral	Português	2	2	2
		Língua Estrangeira: Inglês VI Francês IV	1	1	-
		Filosofia	2	2	
		Tec. da Informação e Comunicação	1	-	-
	Sub-total		6	5	2
	Formação Específica	História A	3	3	3
		Geografia A	3	3	-
		Mat. Apl. às Ciências Sociais ou Língua estrangeira II	3	3	-
		Opção	-	-	3
	Sub-total		9	9	6
Total		15	14	8	

2.1.6- RVCC - Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

Neste momento, a oferta é de RVCC de nível B1 (4º ano), B2 (6ºano), B3 (9º ano) e Secundário (12º ano).

2.2- CRITÉRIOS DE FORMAÇÃO DAS TURMAS/GRUPOS

2.2.1- Pré - Escolar

As inscrições realizam-se de 1 de Janeiro a 20 de Junho, no respectivo Jardim-de-Infância, e em boletim próprio fornecido pelo Ministério da Educação.

No acto de inscrição os pais ou encarregados de educação deverão apresentar os seguintes documentos:

- Cédula Pessoal /Bilhete de Identidade
- Boletim de Vacinas
- 2 Fotografias tipo passe
- Atestado de robustez física
- Fotocópia do cartão de beneficiário

CrITÉrios de admissão e frequênc

Têm prioridade:

-As crianças mais velhas, contando a idade para o efeito sucessivamente em anos, meses e dias;

-Crianças que frequentaram, no ano anterior, o estabelecimento de educao em que se pretendem matricular;

-Crianças que se encontrem no ano anterior ao primeiro ano de escolaridade obrigatória;

- Crianças com necessidades educativas especiais;

- Crianças filhas de pais estudantes menores;

-Crianças com irmãos já matriculados no estabelecimento de educao pretendido;

- Crianças cuja residênc

ia dos pais e encarregados de educao se situe na freguesia em que se localiza o estabelecimento de educao pretendido;

- Crianças cuja actividade dos pais e encarregados de educao se desenvolva na freguesia em que se situa o estabelecimento de educao pretendido;

- As crianças inscritas fora de prazo, caso tenham vaga, serão admitidas segundo data de nascimento;

- Será constituída uma lista de espera, ordenada segundo a idade, sempre que as inscrio

es sejam superiores ao número de vagas existentes;

- Sempre que se verifique uma desistência será admitida a criança que encabeça a lista de espera;
- Sempre que uma criança falte, o respectivo encarregado de educação deverá comunicar o facto com a maior brevidade possível, oralmente ou por escrito à educadora;
- A inscrição de crianças que completem três anos de idade entre 15 de Setembro e 31 de Dezembro é aceite, a título condicional, e ordenada de acordo com as prioridades acima definidas, sendo a respectiva frequência garantida caso exista vaga no estabelecimento de educação pretendido à data do início das actividades deste;
- Em caso de doença infecto-contagiosa comprovada, a criança deverá trazer declaração médica em como está restabelecida;
- Em caso de pediculose, a criança deverá permanecer em casa até ao seu completo desaparecimento.

Constituição dos grupos

O número de crianças confiado a cada educador não pode ultrapassar as 25. No caso de se tratar de um grupo que integre crianças com necessidades de apoios educativos, este não será superior a 20 crianças, conforme o Dec. /Lei nº 318/91 de 23 de Agosto e Portaria nº611/91, artº 9.

2.2.2- Ensino Básico -1º ciclo

Para a formação das turmas no 1º Ciclo do Ensino Básico, e tal como referido no Projecto Educativo deste Agrupamento, devem prevalecer, prioritariamente, critérios de natureza pedagógica, tendo atenção a rentabilização de recursos humanos e materiais existentes.

Tendo por base a legislação em vigor, procura-se que o número de alunos por turma não ultrapasse os 24.

Nas escolas de lugar único, que incluam alunos de mais de dois anos de escolaridade, as turmas devem ser constituídas por 18 alunos.

As turmas do 1º ciclo, nas escolas com mais de um lugar, que incluam alunos de mais de dois anos de escolaridade, devem ser constituídas por 22 alunos.

O período de funcionamento das Escolas do 1ºCiclo do Ensino Básico, incluindo as actividades lectivas e não lectivas, é de regime normal, de acordo com as indicações constantes nos pontos 5 e 6 do Despacho nº 12 591/2006, de 16 de Junho.

2.2.3- Ensino Básico-2º e 3º ciclos e Ensino Secundário

A formação das turmas (tal como a organização dos horários) tem como pressuposto a criação de condições de igualdade a todos os alunos, ao longo do seu percurso escolar, procurando viabilizar as opções individuais em termos curriculares.

As turmas do 5ºano devem ser constituídas de forma a que os alunos de Arraiolos, Igrejinha, Ilhas e ainda aqueles que são transportados por táxi do Sabugueiro e S. Pedro, fiquem agrupados, uma vez que o horário de transporte lhes permite iniciar as aulas às 8.20h. Os alunos oriundos das restantes localidades apenas podem iniciar as aulas às 9.05h, pelo que ficarão agrupados noutras turmas.

Outro aspecto a ter em conta é que cada turma apresente características heterogéneas em termos académicos e seja equilibrada no que respeita ao género.

Desde que não haja indicações em contrário, cada grupo turma assim formado deverá manter-se nos anos seguintes.

A legislação em vigor estipula que o número de alunos por turma não deve ser superior a 28.

As turmas dos anos sequenciais do ensino básico e dos cursos de nível secundário de educação, incluindo os de ensino recorrente, bem como das disciplinas de continuidade obrigatória, podem funcionar com número de alunos inferior ao previsto desde que se trate de assegurar o prosseguimento de estudos aos alunos que, no ano lectivo anterior, frequentaram a escola com aproveitamento e tendo sempre em consideração que cada turma ou disciplina só pode funcionar, com qualquer número de alunos, quando for única.

As turmas com alunos com necessidades educativas especiais resultantes de deficiências ou incapacidade comprovadamente inibidora da sua formação, em qualquer nível de ensino, poderão comportar até vinte alunos, não podendo incluir mais de dois alunos nestas condições.

2.3- GESTÃO DO TEMPO ESCOLAR E ORGANIZAÇÃO DOS HORÁRIOS DAS TURMAS

2.3.1-Pré-Escolar

Após ouvidas as famílias, a autarquia e o órgão de gestão, o calendário escolar e o horário são fixados de forma a assegurar um regime de funcionamento e um horário flexíveis.

A data de início e de encerramento é marcada por despacho anual emitido pelo Ministério da Educação.

2.3.2- Ensino Básico-1º Ciclo

Relativamente ao 1ºCiclo do Ensino Básico, este assunto já foi mencionado no ponto anterior. Eventuais turmas que não estejam de acordo com os normativos já referenciados ou que futuramente possam surgir, são da responsabilidade do Conselho Executivo, carecendo as mesmas de parecer da Direcção Regional de Educação do Alentejo (DREA).

2.3.3- Ensino Básico-2º e 3º ciclos e Ensino Secundário

A escola EB 2,3/S Cunha Rivara funciona em três turnos:

- das 8h20 às 13h15
- das 13h30 às 17h40
- das 19h.30 às 23h40

Os horários das turmas são construídos para que a sua organização seja a mais vantajosa para o aluno.

Para assegurar que as reuniões de docentes se fazem sem prejuízo de aulas, os departamentos e agrupamentos disciplinares reúnem entre as 17:40 e as 19:00, de 2ª a 6ª feira, em dia a designar. Esta distribuição ao longo da semana permite a organização, nos fins de tarde, de um conjunto diversificado de actividades de coordenação e planificação.

As actividades lectivas organizam-se:

- no Ensino Secundário, diurno e nocturno, em blocos de 90 minutos;
- no Ensino Básico em blocos de 90 minutos e em blocos de 45 minutos.

2.4 DISTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO DOCENTE

2.4.1- Pré-Escolar

O serviço docente compreende a função lectiva e não lectiva.

A componente lectiva destina-se ao trabalho directo com as crianças e tem uma carga horária semanal de 25 horas. Distribui-se diariamente por dois períodos com intervalo de 1 hora para almoço. A componente não lectiva tem uma carga horária semanal de 10 horas e está dividida da seguinte forma:

- 2h30 para acompanhamento e supervisão das actividades de prolongamento de horário;
- 30 min. para atendimento aos encarregados de educação;
- 2h para reuniões ordinárias e extraordinárias;
- 5h de trabalho individual para planificar, preparar material, registar, avaliar.

2.4.2- Ensino Básico e Secundário

A distribuição do serviço docente é da responsabilidade do Conselho Executivo, baseando-se o mesmo no estipulado na legislação em vigor.

A distribuição do serviço lectivo está subordinada aos seguintes **princípios orientadores**:

1. Possibilitar a cada professor o acompanhamento dos seus alunos ao longo dos diferentes anos de escolaridade do mesmo ciclo, desde que não haja motivos que aconselhem o contrário.
2. Assegurar obrigatoriamente a leccionação de turmas e disciplinas com exame nacional, por docentes pertencentes ao quadro.
3. Não acumular cargos no mesmo docente, salvo em casos excepcionais.
4. Manter a Direcção de Turma ao longo da cada ciclo de estudos, desde que não existam motivos de ordem legal ou outros que o impeçam ou desaconselhem.
5. Evitar que em cada horário haja mais do que 3 programas distintos.
6. Evitar que no ensino secundário o mesmo professor leccione, mais do que uma disciplina à mesma turma.

A distribuição de serviço, a efectuar pelo Conselho Executivo terá como primeira prioridade o equilíbrio dos horários dos alunos e o interesse colectivo em geral, subordinando-se aos princípios orientadores enunciados, tendo em conta as preferências manifestadas e respeitando a posição relativa de cada docente no seu grupo no que se refere à graduação profissional.

Cada Representante de Grupo de Docência (RGD) deverá divulgar estas orientações em reunião de grupo, após conhecimento do serviço a distribuir. Cada professor, nessa reunião, indicar as suas preferências, em termos curriculares e pessoais.

2.5. ORGANIZAÇÃO DOS CONSELHOS DE DOCENTES/CONSELHOS DE TURMA

2.5.1-Conselhos de Docentes do Pré-Escolar

O Conselho de Docentes da Educação Pré-Escolar é constituído pela totalidade dos docentes titulares de turma em exercício de funções. Neste pode participar qualquer membro do Conselho Executivo ou outros membros ligados à área educacional, sem direito a voto, com excepção das educadoras em exercício de funções na intervenção precoce, que participam em reuniões do núcleo dos apoios educativos.

O Conselho de Docentes da Educação Pré - Escolar reúne ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que seja convocado pelo seu coordenador ou por qualquer elemento do Conselho Executivo.

2.5.2-Conselhos de Docentes de 1º Ciclo

As reuniões de Conselho de Docentes têm a periodicidade mensal, salvaguardando-se, sempre que necessário, a existência de reuniões extraordinárias, devendo cumprir-se o estipulado no Código de Procedimento Administrativo.

2.5.3-Conselhos de Turma do Ensino Básico- 2º,3º ciclos e Ensino Secundário

No início do ano lectivo todos os Conselhos de Turma reúnem para fazer uma primeira análise da turma e estabelecer estratégias de intervenção ajustadas às características dos alunos.

No final de cada período lectivo decorrerão reuniões ordinárias para avaliação. Nos anos em que funcionem disciplinas semestrais decorrerão ainda reuniões de avaliação de final de semestre. Sempre que necessário serão realizadas reuniões de carácter extraordinário.

2.6- OCUPAÇÃO DOS TEMPOS LECTIVOS E NÃO LECTIVOS DOS ALUNOS

2.6.1- Pré-Escolar

Tempos lectivos

O tempo é ocupado de forma diversificada e flexível, procurando o equilíbrio entre o tempo de trabalho dirigido e o autónomo, o equilíbrio entre o tempo do colectivo, do pequeno grupo e do individual. Centrar-se-á na criação de condições que permitam à criança, individualmente e em grupo, realizar experiências adaptadas à expressão das suas necessidades biológicas, emocionais, intelectuais e sociais.

Em cada jardim-de-infância a ocupação do tempo será objecto de planificação anual.

As actividades serão sempre realizadas de uma forma integrada.

Toda a ocupação do tempo lectivo é da responsabilidade da educadora.

Tempos não lectivos

O prolongamento de horário nos Jardins-de-infância está dependente da assinatura de um acordo de colaboração celebrado entre a Direcção Regional de Educação do Alentejo, o Instituto de Segurança Social e a Câmara Municipal de Arraiolos.

As actividades devem ser planeadas e avaliadas em função do bem - estar e do prazer das crianças e também em resposta às necessidades dos pais.

Este projecto é desenvolvido em parceria com a Câmara Municipal de Arraiolos, com o Agrupamento e com outras instituições da localidade.

Todos os anos os jardins - de -infância, em parceria com a Câmara Municipal de Arraiolos, desenvolvem as seguintes actividades:

Inglês - 45m semanais (iniciativa do Agrupamento)

Educação Musical - 30m semanais

Natação - 45m semanais

2.6.2- Ensino Básico-1º Ciclo

Os tempos não lectivos são de carácter facultativo, sendo as actividades orientadas para o enriquecimento cultural e cívico, revestindo-se de uma natureza eminentemente lúdica e cultural, incidindo particularmente no domínio desportivo, artístico, científico, da promoção de normas, atitudes e valores.

As actividades de enriquecimento curricular neste ciclo de estudos são as que constam do projecto apresentado à DREA, uma vez que é o Agrupamento a entidade promotora das referidas actividades. Estas são concretizadas recorrendo a entidades parceiras, nomeadamente, Associação " Monte", Associação Casa das Artes, Câmara Municipal de Arraiolos, Associação Unidos de Santana e Santa Casa da Misericórdia de Arraiolos.

A planificação das actividades está de acordo com o estipulado no Despacho nº12591/2006 e teve em conta as observações feitas pelas crianças, a opinião dos pais, dos professores titulares de turma, dos auxiliares de acção educativa, dos professores das actividades, dos parceiros e dos órgãos de gestão.

A tabela que se apresenta na página seguinte apresenta a distribuição das actividades para cada turma, no presente ano lectivo.

Escola		Apoio ao Estudo	Ensino do Inglês	Ensino da Música	Actividade Física e	Clube das Ciências	Expressão Dramática	Expressão Plástica	Informática
EB1 Arraiolos	1º Ano	x	x	x	x	x	x	x	x
	2º Ano	x	x	x	x	x	x	x	x
	3º Ano	x	x	x	x	x	-----	-----	X
	4º Ano	x	x	x	x	x	-----	-----	x
EB1 Ilhas	Turma única	x	x	x	x	x	-----	-----	x
EB1 Vimieiro	1º Ano	x	x	x	x	x	x	x	X
	2º Ano	x	x	x	x	x	x	x	X
	3º Ano	x	x	x	x	x	-----	-----	x
	4º Ano	x	x	x	x	x	-----	-----	x
EB Sabugueiro	Turma única	x	x	x	x	x	x	-----	x
EB1 S. Pedro	Turma única	x	x	x	x	x	x	x	-----
EB1 Santana	Turma única	x	x	x	x	x	x	-----	-----
EB1 Igrejinha	Turma única	x	x	x	x	x	x	-----	-----

2.6.3- Ensino Básico-2º e 3º ciclos e Ensino Secundário

Nestes ciclos de estudos existe uma bolsa de professores com serviço de ocupação de tempos escolares, os quais estão distribuídos, na medida do possível, por todos os tempos lectivos de que se compõe o horário normal de funcionamento diurno. Estes docentes são chamados a executar este serviço sempre que outro docente falte e são designados de acordo com regras objectivas elaboradas pelos Conselho Pedagógico.

Cada docente que prevê faltar deve deixar as suas próprias fichas de trabalho para os alunos as realizarem na sua ausência, sob a orientação dos professores com serviço de ocupação de tempos escolares.

No caso de os alunos presentes manifestarem necessidade de estudar alguma disciplina, essa possibilidade é-lhes facultada.

Acreditamos que a existência desta bolsa de professores concorre para a melhoria dos resultados dos alunos. Todavia, a escola aposta preferencialmente na permuta de aulas entre professores da mesma turma. A troca tem de ser efectuada em impresso próprio, com a antecedência mínima de 8 dias e comunicada, ao Conselho Executivo, aos alunos da turma e à funcionária responsável.

A disciplina de Matemática terá um tratamento "especial" integrado no Plano de Acção para a Matemática. Cada professor de Matemática tem tempos comuns com os professores das outras turmas e o Estudo Acompanhado é partilhado em par pedagógico.

3- ASPECTOS DO ENSINO/APRENDIZAGEM

3.1- CURRÍCULO NACIONAL- adequação curricular

A escola encontra-se hoje perante uma situação complexa e premente de melhoria do nível educativo real das populações. O grande problema da escola é o de responder satisfatoriamente a todos, garantindo-lhes um bom apetrechamento educativo - sendo que esses todos são cada vez mais diferentes (Roldão, 1998). É pois importante, a adequação que cada escola faz do currículo nacional, pensando-o para o seu contexto e para a aprendizagem dos seus alunos concretos.

No currículo nacional do Ensino Básico são definidas as competências de carácter geral a desenvolver ao longo do mesmo, assim como as competências específicas que dizem respeito a cada uma das disciplinas e áreas disciplinares, no conjunto dos nove anos. A noção de competência integra conhecimentos, capacidades e atitudes e pode ser entendida como saber em acção.

Os temas a tratar no âmbito do currículo local devem fazer parte do currículo escolar de forma a responder às necessidades diagnosticadas e indicadas no Projecto

Educativo. Pretende-se, com o desenvolvimento de actividades neste âmbito, ajudar os alunos a construir o seu próprio eu. Desta forma, é importante trabalhar temas como a responsabilidade e o sentido crítico, a tomada de decisão, o sentido de solidariedade e cooperação e a qualidade das relações interpessoais. É também pertinente mobilizar os alunos para a discussão dos seus problemas, o modo como as suas atitudes e comportamentos afectam os outros e vice-versa.

São dois os temas propostos:

Tema A - O respeito por si próprio, pelo outro e pelo que nos rodeia

Tema B - Educação para a saúde

Um destes temas deverá constar explicitamente no Projecto Curricular de Turma. Após a escolha do tema deve considerar-se simultaneamente:

- O contexto (meio envolvente);
- O nível de conhecimentos (nível cognitivo);
- Os comportamentos (nível sociocultural);
- Os afectos (nível afectivo).

3.2-COMPETÊNCIAS GERAIS

3.2.1- Pré-escolar

As competências gerais para a educação pré-escolar deverão constituir um conjunto de princípios para apoiar o educador na sua prática, ajudando-o a avaliar, conduzir e reflectir o processo educativo a desenvolver com as crianças. Assim, a sua definição irá permitir a realização de um trabalho com finalidades comuns para todos os educadores de infância a trabalhar no concelho, neste e nos próximos anos lectivos.

As competências aqui referidas foram organizadas com base nas Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar. É de salientar que as diferentes áreas de conteúdo deverão ser consideradas de uma forma transversal e não como compartimentos estanques a serem abordados separadamente.

A-Área de Conteúdo-Expressão e Comunicação

Língua Materna

- **Domínio da Linguagem Oral**

Compreender o funcionamento da Língua:

Ser capaz de:

- Comunicar
- Esperar pela sua vez
- Escutar quando alguém se lhe dirige
- Responder quando alguém o questiona
- Ouvir o outro
- Questionar
- Compreender a linguagem usada pelos adultos
- Compreender a linguagem dos colegas
- Fazer-se compreender através da palavra
- Empregar as palavras de forma correcta e precisa
- Utilizar novos vocábulos
- Estruturar frases correctamente
- Expressar a sua opinião
- Comentar e expressar-se espontaneamente
- Expressar-se quando solicitado
- Partilhar o que sabe
- Comentar um livro ou imagem
- Contar ou recontar uma história
- Imitar a leitura

- Utilizar advérbios e conjunções (embora, como, porquê, quando...)
- Transmitir mensagens e recados
- Narrar acontecimentos
- Dialogar, debater, negociar e distribuir (tarefas, regras)
- Planear oralmente o que pretende fazer
- Contar o que faz, o que viu e o que ouviu
- Descodificar diferentes códigos simbólicos (sinais de trânsito, pauta musical, logótipos...)
- "Ler" e interpretar gravuras e imagens
- Sentir prazer de lidar com as palavras
- Saber criar e memorizar:

Rimas

Lengalengas

Travalínguas

Adivinhas

Histórias

Poesias

Canções

- **Domínio da Linguagem escrita**

- Compreender a importância da escrita
- Compreender que aquilo que se diz se pode escrever
- Compreender as funções da escrita
- Familiarizar-se com o código escrito
- Adquirir prazer na "leitura"
- Adquirir prazer e vontade de procurar nos livros coisas novas, pesquisar
- Saber para que serve:

O jornal

Um livro de receitas

Uma lista telefónica

Um livro

Um dicionário

Uma lista de compras

Um cartaz...

Ser capaz de:

- Identificar e utilizar a direccionalidade do código escrito (esquerda para a direita)
- Reconhecer o seu nome
- Reconhecer o nome dos colegas
- Identificar letras
- Fazer comparações entre letras (impresso, manuscrito, minúsculas...), e palavras
- Associar sons a letras
- Copiar e fazer tentativas de escrita
- Escrever o seu nome
- Identificar palavras
- Identificar pequenas frases
- Imitar a escrita
- Utilizar minimamente o código informático
- Conhecer alguns vocábulos de uma ou mais línguas estrangeiras

Domínio das Expressões

- **Expressão Físico - Motora**

-Ser capaz de identificar os diferentes segmentos do corpo;

-Ser capaz de utilizar e de sentir o corpo, explorando diferentes formas de movimento:

trepar, correr, saltar, deslizar, parar...

- Saber posicionar-se no espaço (tomar consciência do seu próprio corpo em relação ao exterior)
- Ser capaz de coordenar e controlar a motricidade fina;
- Conseguir manipular diversos objectos do seu quotidiano;
- Ter noção de esquema corporal;
- Ser capaz de aceitar regras nos jogos;
- Ser capaz de adequar a lateralidade progressivamente, em situações da vida lúdica quotidiana.

- **Expressão Plástica**

- Representar espontaneamente imagens que construiu interiormente (desenho, pintura, digitinta, rasgagem, colagem...)
- Ser capaz de utilizar os materiais respeitando as regras de utilização e conservação, assim como conhecer as características e as possibilidades destes
- Ser capaz de se expressar de forma figurativa
- Representar graficamente situações observadas na natureza ou vividas
- Ser capaz de se expressar com criatividade
- Ser capaz de interagir com os outros num trabalho de grupo
- Adquirir as destrezas manipulativas necessárias para o manejo dos diferentes utensílios/materiais/técnicas
- Escolher e utilizar diferentes formas de combinação (cores) e materiais de diferentes texturas
- Explorar e utilizar materiais que permitam a expressão tridimensional
- Ter acesso à arte e à cultura
 - Sentir prazer em visitar um museu...
 - Apreciar obras famosas...

- **Expressão Corporal**

- Ser capaz de compreender as intenções e mensagens que os outros lhes comunicam através dos gestos;
- Ser capaz de reproduzir gestos codificados para transmitir mensagens diversas;
- Ser capaz de utilizar expressivamente o corpo para evocar situações, acções, desejos e sentimentos;
- Ser capaz de utilizar a expressão corporal como meio de comunicação verbal.

- **Expressão Dramático**

- Ser capaz de usar os recursos expressivos do corpo para participar em jogos cénicos;
- Ter iniciativa para participar nas representações;
- Ser capaz de improvisar jogos dramáticos a partir de diversos elementos e com a ajuda de apoios dramáticos;
- Ter adquirido capacidade de atenção ao assistir a representações dramáticas;
- Ser capaz de se expressar com criatividade.

- **Expressão Musical**

- Reconhecer e identificar sons do meio ambiente
- Reconhecer e identificar sons iguais e diferentes
- Reconhecer a altura do som (subida/descida; grave/agudo)
- Reconhecer a duração do som (curto/longo)
- Reconhecer a direcção do som (perto/longe...)
- Reconhecer a intensidade do som (forte/fraco)
- Ser capaz de discriminar sons
- Adquirir sentido rítmico e coordenação motora

- Ser capaz de criar os seus próprios ritmos
- Ser capaz de identificar rimas
- Ser capaz de criar rimas
- Ser capaz de utilizar a voz como instrumento musical
- Adquirir boa dicção e articulação das palavras
- Ser capaz de memorizar e reproduzir uma canção ou lengalenga
- Ser capaz de associar músicas às épocas festivas
- Ser capaz de inventar as suas próprias canções e lengalengas
- Ser capaz de reproduzir graficamente um ditado rítmico simples
- Saber identificar alguns instrumentos musicais
- Explorar e utilizar instrumentos musicais
- Criar instrumentos musicais
- Conhecer e utilizar suportes para explorar a música
- Ser capaz de fazer silêncio para escutar
- Ser capaz de estar calmo e atento para ouvir
- Saber dançar ao som de ritmos

Domínio da Matemática

- Ser capaz de identificar: igual, diferente, maior, menor, simetria, pertença, não pertença;
- Ter noção de conjunto;
- Ser capaz de distinguir diferentes espaços e seus limites (interior, exterior e fronteira; linha aberta e linha fechada);
- Ter adquirido noções topológicas: aberto/fechado; em cima/em baixo; à frente/atrás; grande/pequeno/médio; alto/baixo; pesado/leve; dentro/fora/entre;
- Conseguir classificar, ordenar e seriar objectos;
- Ser capaz de fazer correspondência termo a termo;
- Ter noção de número (ordinal, cardinal, série)
- Ser capaz de continuar sequências;

- Ter noção do tempo: diário, semanal, mensal, anual, do relógio, ontem, hoje, amanhã;
- Ter noção de forma e de cor;
- Ter a lateralidade definida e interiorizada;
- Ter a noção de medida (convencional e não convencional);
- Ter a noção de todo e da parte;
- Ter a noção de peso;
- Ser capaz de resolver problemas;
- Distinguir e nomear algumas figuras e sólidos geométricos;
- Ter noção de soma e de subtração;
- Conseguir fazer a correspondência entre número e quantidade.

B-Área de Conteúdo - Conhecimento do Mundo

- **Descoberta de si mesmo**

- Saber identificar-se: nome, morada, idade, sexo...
- Saber situar-se na família
- Revelar conhecimento acerca do seu corpo (características físicas, nomear correctamente partes do corpo, órgãos e suas funções)
- Interiorizar noções básicas de higiene, saúde, alimentação e segurança
- Manifestar gostos e preferências

- **Descoberta dos outros**

- Diferenciar papéis sociais
- Conhecer as profissões dos elementos que lhe são mais próximos e outras
- Conhecer e identificar tarefas
- Saber relacionar-se com as pessoas que lhe estão próximas

-Conhecer e compreender as diferenças físicas, étnicas, e culturais

- **Descoberta do Meio**

-Saber localizar geograficamente a sua terra

-Ter conhecimento acerca do meio envolvente

-Interiorizar e compreender o funcionamento do jardim -de -infância

-Conhecer os diferentes serviços do seu meio

-Distinguir meio rural de meio urbano e saber em qual deles é que se insere

-Saber comparar a sua habitação com outras

-Conhecer as características e materiais usados nas diferentes habitações

-Conhecer monumentos e edifícios públicos

-Conhecer as formas sociais do tempo - dias da semana, dias festivos, datas relevantes...

-Conhecer a influência do tempo atmosférico - nas estações do ano, nas habitações, no vestuário, na vida das plantas e dos animais

-Conhecer características gerais dos seres vivos - nascimento, desenvolvimento, alimentação, habitat, reprodução, funções, utilidade e morte

-Adquirir noções de protecção do Meio Ambiente

- **Descoberta e experimentação**

-Observar e registar o tempo que faz diariamente

-Conhecer diferentes tipos de solos

-Conhecer algumas rochas e minerais

-Distinguir alguns acidentes geográficos

-Saber a diferença entre água doce e água salgada

-Conhecer os diversos estados da água

-Conhecer o ciclo da água

-Ter noção da importância da água na vida de todos os seres vivos

-Desenvolver a capacidade de observação, a curiosidade e o desejo de saber

C-Área de Conteúdo - Formação Pessoal e Social

- Fazer uso das normas de convivência e conduta social;
- Conhecer e aceitar as diferenças físicas, sexuais, sociais, raciais e étnicas;
- Responder apropriadamente aos sentimentos e emoções dos outros;
- Ser capaz de revelar atitudes de respeito, colaboração, partilha, ajuda, tolerância e solidariedade;
- Ter atitudes e hábitos de vida saudável;
- Respeitar as regras de segurança pessoal e do outro em relação ao local em que nos encontramos;
- Ser capaz de cumprir regras estabelecidas;
- Ser capaz de participar em actividades de grupo, adoptando um comportamento construtivo e responsável, valorizando os contributos de cada um, em função de objectivos comuns e respeitar os princípios básicos do funcionamento democrático;
 - Ser capaz de comportamentos de independência (despir-se, vestir-se, lavar-se, utilizar sozinho a casa de banho, comer sozinho, utilizar correctamente os talheres, utilizar adequadamente materiais e instrumentos, atar os sapatos...)
- Ser capaz de reconhecer os seus laços de pertença à sua comunidade, percebendo as suas normas e valores,
 - Conhecer formas de preservar o ambiente;
- Ser capaz de ter uma atitude crítica em relação às imagens televisivas e à publicidade;
- Desenvolver a sensibilidade e a curiosidade no domínio da Educação Estética (observar exposições, ouvir música, assistir a espectáculos de teatro, ópera, ir ao cinema, visitar museus e contactar a Natureza).

3.2.2 - Ensino Básico-1º ciclo

No fim do 1º Ciclo do Ensino Básico, os alunos terão de ser capazes de :

Língua Portuguesa

- **Compreensão do oral**

- Alargamento da compreensão a discursos em diferentes variedades do Português, incluindo o Português padrão;

- **Expressão oral**

- Alargamento da expressão oral em Português padrão;

- **Leitura**

- Aprendizagem dos mecanismos básicos de extracção do significado do material escrito;

- **Expressão escrita**

- Domínio das técnicas instrumentais da escrita;

- **Conhecimento explícito**

- Desenvolvimento da consciência linguística com objectivos instrumentais;

Matemática

- **Números e cálculo**

- A compreensão do sistema de numeração de posição e do modo como este se relaciona com os algoritmos das quatro operações;

- O reconhecimento dos números inteiros e decimais e de formas diferentes de os representar e relacionar, bem como a aptidão para usar as propriedades das operações em situações concretas, em especial quando aquelas facilitam a realização de cálculos;

- **Geometria**

-O reconhecimento de formas geométricas simples, bem como a aptidão para descrever figuras geométricas e para completar e inventar padrões;

-A aptidão para realizar construções geométricas simples, assim como para identificar propriedades de figuras geométricas;

-A compreensão do processo de medição e a aptidão para fazer medições e estimativas em situações diversas do quotidiano utilizando instrumentos apropriados.

Estudo do Meio

«Estudar o Meio pressupõe, então, a emergência de componentes emocionais, afectivas e práticas de relação com ele, proporcionadas pela vivência de **experiências de aprendizagem** que promovam o desenvolvimento de **competências específicas** no âmbito da área disciplinar de Estudo do Meio que a escola, enquanto espaço para a formalização do conhecimento deve promover” (in Paulo Abrantes, Currículo Nacional do Ensino Básico).

Sendo esta uma área curricular globalizante deverá assumir um carácter de transversalidade, de forma a proporcionar aprendizagens contextualizadas e logo significativas.

Expressões

Áreas Curriculares não disciplinares

Estas áreas, nomeadamente Área de Projecto, Estudo Acompanhado e Educação Cívica, deverão constituir-se como consolidação de vivências, mobilização e utilização de saberes, de forma a conduzir a uma consolidação de saberes em todas as áreas do conhecimento.

3.2.3- Ensino Básico-2º e 3º ciclos

Perfil de Competências Gerais no final do Ensino Básico:

- Participar na vida cívica de forma crítica e responsável, respeitando a diversidade cultural, religiosa, sexual ou outra.
- Interpretar acontecimentos, situações e culturas, de acordo com os respectivos quadros de referência históricos, sociais e geográficos.
- Utilizar os saberes científicos e tecnológicos para compreender e respeitar a realidade natural e sócio-cultural e abordar situações e problemas do quotidiano.
- Contribuir para a protecção do património natural, cultural e arquitectónico.
- Desenvolver o sentido de apreciação estética do Mundo, recorrendo a referências e conhecimentos básicos, dominando técnicas específicas em função dos materiais.
- Adotar metodologias personalizadas de trabalho e de aprendizagem adequadas a objectivos visados.
- Cooperar com outros em tarefas e projectos comuns.
- Realizar actividades de forma autónoma, responsável e criativa.
- Relacionar harmoniosamente o corpo com o espaço, numa perspectiva pessoal e interpessoal promotora da saúde e da qualidade de vida.
- Usar correctamente a Língua Portuguesa para comunicar de forma adequada e para estruturar pensamento próprio.
- Usar adequadamente linguagens de diferentes áreas do saber cultural, científico e tecnológico para se expressar.
- Seleccionar, recolher e organizar informação para esclarecimento de situações e resolução de problemas, segundo a sua natureza e tipo de suporte, nomeadamente o informático, tendo em vista uma tomada de decisões.
- Adotar estratégias adequadas à resolução de problemas e à tomada de decisões.
- Usar línguas estrangeiras para comunicar adequadamente em situações do quotidiano e para apropriação de informação.
- Reconhecer que todo o conhecimento resulta de processos dinâmicos, condicionantes e transformantes da sociedade.

- Procurar uma actualização permanente face às constantes mudanças tecnológicas e culturais, na perspectiva da construção de um projecto de vida pessoal, social e profissional.

3.3 - AVALIAÇÃO

3.3.1 - Pré-escolar

A avaliação será contínua e sistemática tendo em conta os objectivos traçados. A mesma terá, como consequência, reajustamentos no plano de trabalho definido.

A avaliação das crianças será feita em ficha própria, elaborada neste Agrupamento para o efeito, e nela constará informação global das aprendizagens mais significativas, realçando o seu percurso, evolução e progresso.

3.3.2- Ensino Básico e Secundário

3.3.2.1 - Enquadramento

A avaliação é um elemento integrante e regulador da prática educativa, permitindo uma recolha sistemática de informações que, uma vez analisadas, apoiam a tomada de decisões adequadas à promoção da qualidade das aprendizagens.

Sendo assim, a avaliação visa:

- Apoiar o processo educativo de modo a sustentar o sucesso de todos os alunos, permitindo o reajustamento dos projectos curriculares de escola e de turma, nomeadamente, quanto à selecção de metodologias e recursos em função das necessidades educativas dos alunos;

- Certificar as diversas competências adquiridas /conhecimentos no final de cada ciclo de estudos;
- Contribuir para melhorar a qualidade do sistema educativo, possibilitando a tomada de decisões para o seu aperfeiçoamento e promovendo uma maior confiança social no seu funcionamento.

Importa referir também que a avaliação incide sobre as aprendizagens e competências definidas no currículo nacional para as diversas áreas e disciplinas de cada ciclo, considerando a concretização das mesmas no projecto curricular de escola e no projecto curricular de turma, por ano de escolaridade.

As aprendizagens ligadas a componentes do currículo de carácter transversal ou de natureza instrumental constituem objecto de avaliação em todas as áreas curriculares.

3.3.2.2 - Processo de Avaliação:

O processo de avaliação de um aluno compreende duas formas de avaliação:

Avaliação Formativa

Podemos dizer que esta:

1. Assume carácter contínuo e sistemático; visa a regulação do ensino e da aprendizagem, recorrendo a uma variedade de instrumentos de recolha de informação de acordo com a natureza das aprendizagens e dos contextos em que ocorrem;
2. Inclui uma vertente de diagnóstico, tendo em vista a elaboração e adequação do Projecto Curricular de Turma, e conduzindo à adopção de estratégias de diferenciação pedagógica;

3. Fornece a todos os elementos envolvidos no processo de aprendizagem (aluno encarregados de educação, pais e restantes intervenientes) informação sobre o desenvolvimento do mesmo, de forma a rever e melhorar os processos de trabalho;
4. É da responsabilidade de cada professor em diálogo com os alunos e em colaboração com os outros professores, serviços especializados de apoio educativo e encarregados de educação

Avaliação Sumativa

Consiste na formulação de um juízo globalizante sobre as aprendizagens realizadas pelos alunos, tendo como funções principais o apoio ao processo educativo e sua certificação e inclui:

- A Avaliação Sumativa Interna, da responsabilidade dos professores e da Escola, que se realiza no final de cada período lectivo, utilizando a informação recolhida no âmbito da avaliação formativa.
- A Avaliação Sumativa Externa, da responsabilidade dos serviços centrais do Ministério da Educação.

3.3.2.3 - Critérios de Avaliação

- No início de cada ano lectivo, o Conselho Pedagógico aprovará os critérios de Avaliação para cada ciclo e ano curricular sob proposta dos departamentos curriculares e grupos disciplinares.
- Estes critérios constituem referências comuns no interior da escola, sendo operacionalizados pelo Conselho de Turma/Conselho de Docentes no âmbito do Projecto Curricular de Turma.

- No final de cada período lectivo o Conselho de Turma/Conselho de Docentes reunirá para proceder à avaliação sumativa interna de cada aluno da turma.

No Conselho de Turma cada professor proporá um nível que reflecta um juízo globalizante sobre o desenvolvimento dos conhecimentos, competências, capacidades e atitudes de cada aluno.

- O Conselho de Turma deve adoptar um critério uniforme no caso dos alunos que possam não ser avaliados por falta de elementos. Nestes casos, será atribuída uma alínea correspondente à situação observada.
- O Conselho de Turma/Conselho de Docentes de final de ano lectivo terá de se pronunciar sobre a transição ou retenção do aluno. Para levar a cabo esta tarefa, deverá ter em conta os critérios de transição explicitados neste documento. No entanto, o Conselho de Turma para se pronunciar sobre a transição ou não do aluno poderá ter em consideração os seguintes factores:

Idade - desfasamento entre a idade cronológica e a idade de frequência;

Interesse- demonstrado pelas actividades realizadas nas aulas;

Assiduidade- ser assíduo às aulas e às actividades propostas;

Outros interesses considerados válidos mas divergentes dos escolares.

- Em qualquer situação, o Conselho de Turma deverá explicitar em acta os fundamentos da deliberação.
- A avaliação deve ser global e ter em conta:

Conhecimentos (Saber), Capacidades/Aptidões (Saber Fazer) e Atitudes/Valores (Saber Ser/Estar).

- A avaliação deve ser orientada por um conjunto de princípios básicos:

- Atribuição do mesmo "peso" para cada período lectivo;
- Diversificação de instrumentos de avaliação: teste de avaliação, relatórios, trabalhos de grupo, pesquisa, trabalhos individuais, grelhas de observação directa, portfólios, etc.
- Adequação dos instrumentos de avaliação às necessidades educativas dos alunos de acordo com o ciclo de ensino frequentado;
- Envolvimento dos encarregados de educação no processo de avaliação da aprendizagem dos seus educandos, participando activamente quer na análise da avaliação dos mesmos, quer nas reuniões de encarregados de educação destinadas ao mesmo fim.
- Apreciação global do trabalho desenvolvido e do aproveitamento dos alunos ao longo do ano, pelo Conselho de Turma, sendo a classificação atribuída no final de cada período lectivo a tradução desse trabalho.
- O professor deve, no início de cada ano lectivo, informar os alunos dos critérios e instrumentos de avaliação a utilizar ao longo do ano.
- O Director de Turma deve, no início do ano lectivo, informar o Encarregado de Educação destes critérios gerais.

3.3.2.4 - Critérios Específicos de Avaliação

3.3.2.4.1 - Ensino Básico-1º Ciclo

No fim deste ciclo é desejável que os alunos sejam capazes, nas diferentes áreas, de:

Comportamentos e atitudes:

- Superar dificuldades pelo esforço pessoal
- Adquirir sentido de responsabilidade
- Desenvolver autonomia
- Desenvolver relacionamento saudável com os outros
- Respeitar regras de convivência na sala de aula/escola
- Comunicar, discutir e defender ideias

- Resolver problemas do quotidiano
- Respeitar o trabalho dos outros
- Descobrir e aprofundar curiosidade e interesse pelo meio circundante.

Estudo Acompanhado

- Capacidade de concentração e de atenção;
- Capacidade de planear e organizar as suas actividades de aprendizagem;
- Capacidade de identificar, seleccionar e aplicar métodos de estudo e de trabalho;
- Capacidade de compreensão da informação transmitida;
- Capacidade de pesquisa e selecção de informação, utilizando vários recursos.

Utilização das TIC

- Capacidade de utilizar as TIC em tarefas diversas (jogos educativos, escrita de textos, pesquisas, etc.);
- Capacidade de pesquisa, selecção e organização da informação recolhida através das TIC.

Cidadania

- Respeitar a diversidade cultural, religiosa, sexual, social, etc;
- Respeitar regras de convivência e de actuação na sociedade;
- Manifestar curiosidade e interesse pelo meio circundante;
- Ter espírito crítico;
- Ter espírito interactivo e consciência dos seus direitos e deveres como cidadão.

Expressões (Física, Dramática, Musical e Plástica)

- Utilização de diferentes meios de expressão e representação da realidade;
- Desenvolvimento e expressão da criatividade e imaginação;

- Exteriorização de sentimentos através de movimentos corporais;
- Coordenação motora;
- Participação em jogos colectivos;
- Resistência;
- Equilíbrio;
- Precisão;
- Seguir ritmos;
- Explorar diferentes objectos em termos musicais;
- Aptidão para entoar melodias;
- Tocar instrumentos musicais simples;
- Explorar diversos materiais com vista à criação artística;
- Explorar diferentes cores, formas e texturas:

Língua Portuguesa

Os alunos devem ser capazes de:

- Conhecer e aplicar regras de comunicação oral;
- Extrair e reter informações de discursos orais em diferentes variedades do Português;
- Expressar-se de forma confiante, clara e audível;
- Utilizar adequadamente vocábulos diversificados;
- Dominar a leitura (fazer uma leitura clara e entoada);
- Extrair e reter informações de discursos escritos;
- Interpretar;
- Produzir textos escritos com diferentes objectivos comunicativos (histórias, notícias, cartazes, etc.);
- Aplicar regras gramaticais básicas;
- Dominar técnicas básicas de organização textual;
- Redigir com correcção ortográfica;

- Redigir com correcção da caligrafia.

Matemática

Os alunos devem adquirir:

- Domínio da noção de quantidade;
- Compreensão do sistema de numeração;
- Capacidade de efectuar cálculos mentais;
- Capacidade de resolução de diferentes algoritmos;
- Reconhecimento de números inteiros e decimais e das várias formas de os representar;
- Capacidade de resolução de problemas matemáticos;
- Capacidade de utilizar estratégias pessoais de cálculo e resolução de problemas;
- Capacidade de explicitação dos métodos e dos raciocínios utilizados na resolução de problemas;
- Reconhecimento de formas geométricas simples;
- Capacidade de construção de formas geométricas simples;
- Capacidade de associar a Geometria a situações práticas do quotidiano;
- Capacidade de realizar medições e estimativas em situações do dia-a-dia;
- Capacidade de realizar medições utilizando instrumentos adequados;
- Elaboração e interpretação de gráficos e tabelas como meio de resolução de situações problemáticas;
- Capacidade de memorização.

Estudo do Meio

O aluno deve desenvolver o/a:

- Conhecimento de si próprio;
- Curiosidade e interesse pelo meio natural, físico e social circundante;
- Conhecimento do seu país;

- Conhecimento de outras culturas;
- Reconhecimento de experiências científicas, tendo em conta as suas causas e efeitos;
- Reconhecimento das etapas do método científico;
- Capacidade de utilizar o método científico;
- Atitudes ecológicas e de preservação do Ambiente.

3.3.2.4.2 -Ensino Básico-2º e 3º ciclos e Ensino Secundário

Critérios para a realização de provas de avaliação sumativa

- 1- Quando o professor informar os alunos das datas de realização de provas escritas e/ou práticas deve registar essas datas no livro de ponto da turma.
- 2- Os alunos não devem realizar mais do que uma prova escrita e/ou prática no mesmo dia, exceptuando quando as circunstâncias assim o obriguem, devidamente fundamentadas ou se os alunos assim o desejarem.
- 3- As provas escritas devem ser entregues, no máximo, três semanas após a sua realização, exceptuando os casos devidamente fundamentados, no horário normal da turma e até ao final de cada período lectivo.
- 4- A correcção das provas escritas de avaliação deve ser apresentada aos alunos, de forma oral ou escrita, pelo professor da disciplina.
- 5- As provas escritas de avaliação, depois de classificadas, devem ser rubricadas pelo encarregado de educação do aluno, sendo desejável a verificação da respectiva rubrica pelo professor da disciplina.

3.3.3 - Terminologia das provas escritas de avaliação

CLASSIFICAÇÕES PARA 1º, 2º e 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO	
QUALITATIVAS	QUANTITATIVAS (em %)
Não Satisfaz	0-49
Satisfaz	50-74
Satisfaz Bastante	75-89
Excelente	90-100

CLASSIFICAÇÕES PARA O ENSINO SECUNDÁRIO	
QUALITATIVAS	QUANTITATIVAS (em valores)
Insuficiente	0-9,4
Suficiente	9,5-13,4
Bom	13,5-17,4
Muito Bom	17,5-20

No **1º ciclo** só se refere e regista a avaliação qualitativa. Para o **2º e 3º ciclos** é obrigatório o registo das avaliações qualitativa e quantitativa e para o ensino **secundário** é obrigatório o registo da avaliação quantitativa, ficando ao critério do docente registar ou não a classificação qualitativa.

Os critérios específicos dos diferentes grupos disciplinares não podem contrariar estes critérios gerais de avaliação.

Estes critérios serão definidos anualmente em grupo disciplinar e aprovados pelo Conselho Pedagógico no início de cada ano lectivo. Cada professor dará conhecimento aos seus alunos dos critérios específicos de avaliação definidos para a sua disciplina.

3.3.4- Critérios Gerais de Transição

A decisão de progressão do aluno ao ano de escolaridade seguinte é uma decisão pedagógica e deverá ser tomada sempre que o professor titular de turma, ouvido o competente Conselho de Docentes no 1º ciclo ou o Conselho de Turma nos 2º e 3º ciclos, considerem:

- a) Nos anos terminais de ciclo, que o aluno desenvolveu as competências necessárias para prosseguir com sucesso os seus estudos no ciclo ou nível de escolaridade subsequente, salvaguardando-se o caso do 9º ano de escolaridade, que possui avaliação externa.
- b) Nos anos não terminais de ciclo, que as competências demonstradas pelo aluno permitem o desenvolvimento das competências essenciais definidas para o respectivo ciclo.

3.3.4.1- Ensino Básico-1º ciclo

No final do 1º ano de escolaridade não há lugar a retenção, excepto se o aluno tiver ultrapassado o limite de faltas injustificadas, em observância do disposto na Lei nº 30/2002, 20 de Dezembro de 2002.

3.3.4.2 - Ensino Básico-2º ciclo

5º ano:

- a) A obtenção de três níveis inferiores a três, ou seja, a não concretização das competências essenciais definidas a três disciplinas (D+D+D) ou a duas disciplinas e Área de Projecto (D+D+AP), conduz à retenção do aluno.

b)A decisão da progressão de um aluno que se encontre nas condições referidas na alínea anterior poderá ser ponderada pelo Conselho de Turma. Esta ponderação será efectuada, se a situação for colocada, pelo menos, por um dos docentes e deverá respeitar os factores vigentes no P.C.E. (3.3.2.3-Critérios de Avaliação). Neste caso, a decisão de progressão deverá ser tomada por, pelo menos, dois terços dos docentes do Conselho de Turma.

6º ano:

a)A obtenção de nível inferior a três a Língua Portuguesa e a Matemática conduz à retenção do aluno.

b)A obtenção de nível inferior a três a três disciplinas ou em duas e a menção de não satisfaz na área de Projecto (D+D+D ou D+D+AP) conduz à retenção do aluno.

c)O conselho de turma pode decidir pela progressão de um aluno que se encontre nas condições das alíneas anteriores desde que a sua decisão seja tomada por unanimidade. Caso não se verifique esta unanimidade, deverá proceder-se a nova reunião de conselho de turma, na qual a decisão de progressão, devidamente fundamentada, deve ser tomada por dois terços dos professores que integram o Conselho de Turma.

3.3.4.3 - Ensino Básico-3º ciclo

7º e 8º anos:

a)A obtenção de nível inferior a três a Língua Portuguesa e Matemática e desde que obtenha nível um, a pelo menos uma destas disciplinas, ou nível inferior a três a quaisquer três disciplinas (D+D+D), ou a duas disciplinas e Área de Projecto (D+D+AP) conduz à retenção do aluno.

b)A decisão da progressão de um aluno que se encontre nas condições referidas na alínea anterior poderá ser ponderada pelo Conselho de Turma. Esta ponderação será efectuada, se a situação for colocada, pelo menos, por um dos docentes e deverá respeitar os factores

vigentes no P.C.E. (3.3.2.3-Critérios de Avaliação). Neste caso, a decisão de progressão deverá ser tomada por, pelo menos, dois terços dos docentes do Conselho de Turma.

9º ano

Neste nível de escolaridade existe uma avaliação interna (provas globais /trabalhos finais) e avaliação externa (exames nacionais a Língua Portuguesa e Matemática).

(ver condições de admissão a exame)

Depois de realizada a avaliação interna e externa:

a)A obtenção de nível inferior a três nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática conduz à retenção do aluno e obtém a menção de não aprovado.

b)Tendo obtido nível inferior a três disciplinas (D+D+D) ou em duas e a menção de não satisfaz a Área de Projecto (D+D+AP) conduz à retenção do aluno e obtém a menção de não aprovado,

c)A disciplina de Educação Moral e Religiosa não é considerada para efeitos de progressão dos alunos.

3.3.4.4 - Ensino Secundário

A avaliação deste ciclo de estudo faz-se de acordo com a legislação aplicável.

3.3.5 - Planos de Recuperação/Desenvolvimento/ Acompanhamento

Visando dar cumprimento ao Despacho Normativo nº50/2005, os Conselhos de Turma/Conselho de Docentes do Ensino Básico elaboram, nos finais do 1ºe 2º períodos os planos de recuperação e de desenvolvimento. Estes planos são avaliados de forma contínua, participada e formativa. Cabe ao Conselho Pedagógico fazer a avaliação global no final do ano lectivo.

Para os alunos retidos/ não aprovados serão elaborados planos de acompanhamento.

3.4 - AVALIAÇÃO NAS ÁREAS CURRICULARES NÃO DISCIPLINARES

Apresentam-se em seguida alguns aspectos a ter em consideração na avaliação de cada uma destas áreas.

3.4.1- Estudo Acompanhado

- Avaliação descritiva no final dos períodos lectivos e atribuição de uma menção qualitativa;
- Processo de auto e hetero-avaliação dos alunos;
- Hetero-avaliação, de todos os professores da turma, orientada pelo par pedagógico ou o docente responsável pela área;
- Instrumentos concebidos pela escola e em diálogo com os alunos.

Terminologia utilizada: Não satisfaz; Satisfaz e Satisfaz Bem

3.4.2- Área de Projecto

- Avaliação descritiva no final dos períodos lectivos e atribuição de uma menção qualitativa;
- Processo de auto e hetero-avaliação dos alunos;
- Hetero-avaliação, de todos os professores da turma, orientada pelo par pedagógico ou o docente responsável pela área;
- Instrumentos concebidos pela escola e em diálogo com os alunos;
- Balanço da concepção, execução e apresentação do projecto.

Terminologia utilizada: Não satisfaz; Satisfaz e Satisfaz Bem

3.4.3- Formação Cívica

- Avaliação descritiva no final dos períodos lectivos e atribuição de uma menção qualitativa;

- Processo de auto-avaliação (auto-reflexão);
- Hetero-avaliação, de todos os professores da turma, orientada pela Director de Turma;
- Instrumentos concebidos pela escola e em diálogo com os alunos.

Terminologia utilizada: Não satisfaz; Satisfaz e Satisfaz Bem

3.5. APOIOS EDUCATIVOS

3.5.1- Apoios Educativos

O apoio educativo visa responder às dificuldades na aprendizagem, caracterizadas como constrangimentos ao processo de ensino e aprendizagem, de carácter temporário, que podem ser sanados através de adequadas medidas de apoio educativo, não reclamando, por isso, uma intervenção especializada de educação especial.

O apoio educativo engloba um conjunto de medidas variadas, orientadas para a promoção do sucesso educativo e escolar, para a prevenção de comportamentos de risco e para a prevenção do abandono escolar.

Este traduz-se na disponibilização de um conjunto de estratégias e actividades de apoio, de carácter pedagógico e didáctico, organizadas de forma integrada, para complemento e adequação do processo de ensino e aprendizagem. Assim em função das necessidades educativas dos alunos poderão ser implementadas como medidas de apoio educativo:

- **Estratégias de diferenciação pedagógica;** (regulação individualizada dos processos e itinerários de aprendizagem, selecção apropriada de métodos de ensino adequados às estratégias de aprendizagem de cada aluno)
- **Organização dos espaços e das actividades;**
- **Apoio individualizado ou em grupo;** (reforço e antecipação das competências gerais e conteúdos; reforço e desenvolvimento de competências específicas)

- Utilização de técnicas e instrumentos de avaliação diversificados; (tipo de prova ou instrumento de avaliação; forma ou meio de expressão do aluno; periodicidade; duração.)

3.5.2 - Plano de Acção para a Matemática

Plano de iniciativa do Ministério da Educação cuja finalidade principal é a de melhorar a aprendizagem e o desempenho dos alunos dos 2º e 3º ciclos na disciplina de Matemática e simultaneamente melhorar os resultados globais da escola.

Orientações e/ou reajustes necessários a desenvolver, apresentados pela equipa responsável pelo Plano de Acção para a Matemática:

- *Estudo Acompanhado leccionado em co-docência, por dois professores de Matemática, no 9º ano de escolaridade*
(Reformulação feita em Janeiro 2007)
- *Estudo Acompanhado leccionado em co-docência, por um professor de Matemática e outro de Línguas, no 6º ano de escolaridade*
(Reformulação feita em Janeiro 2007)
- *Distribuição horária das aulas de Matemática e APA's*
É sabido que a concentração dos alunos no final do dia não é a mesma que os alunos revelam ao início do mesmo. Assim, pretende-se que na elaboração dos horários, se evite a colocação de aulas de matemática, bem como os apoios, no final do dia.
- *Constituição das turmas com menos alunos*
Com o aparecimento de cada vez mais alunos com ritmos de aprendizagem diferentes é utópico pensar que o professor pode atender às diferentes

solicitações de 26 ou 27 alunos. Assim, propomos que as turmas de todo o ensino básico, tenham no máximo 20 alunos.

- *Análise de enunciados de Exames e respectiva resolução, nas horas de Estudo Acompanhado*

Visto ser a interpretação de textos um dos aspectos diagnosticados como um dos entraves à correcta resolução de problemas, pretende-se dar uma atenção especial à análise de textos retirados de problemas de exames ou outros, com vista ao posterior tratamento e resolução.

- *Produção de actividades para exploração de materiais manipuláveis e/ou Quadro Interactivo (com elaboração de CD)*

Dado que foi adquirido pela escola um quadro interactivo e algum material manipulável, pretende-se maximizar a sua utilização nas aulas de Matemática. Para isto é necessária a produção de materiais adequados aos diferentes níveis de ensino. Assim, pretende-se que os professores de Matemática possam nas suas horas da componente não lectiva, de preferência em equipa, em contexto por exemplo da Oficina da Matemática, desenvolver materiais para serem utilizados nas suas aulas e/ou nas dos colegas. No final do ano elaborar-se-á um CD para divulgação junto dos colegas.

- *Dinamização da Oficina da Matemática, em colaboração com os grupos 230 e 500*

Além da força motivadora, com os contributos óbvios para o desenvolvimento sócio-afectivo, os comportamentos lúdicos em geral e os jogos de regras em particular, revelam características que são também próprias das formas de raciocínio matemático.

Assim, os professores de Matemática, tendo como base de partida a Oficina da Matemática, levarão a cabo várias iniciativas no âmbito da Matemática numa perspectiva mais lúdica, como por exemplo: realização do Torneio do Quarto,

participação no Problematizando, comemoração do dia do Pi, proposta de resolução de desafios (por período e por ciclo), iniciativas no âmbito da temática "A Matemática e o Jogo" (actividades com o Clicmat, explorações com o ZomeTool, jogos, etc.).

- *Enriquecimento do equipamento da Oficina da Matemática*

Para levar a cabo o desenvolvimento de estratégias mais cativantes para os alunos, pretendemos enriquecer o conjunto de materiais adquirido até agora com mais equipamento tecnológico que possa estar a tempo inteiro na Oficina, com mais material manipulável e lúdico, com vista à criação de um verdadeiro "laboratório de Matemática".

- *Utilização regular da Caderneta Escolar do aluno*

Visando uma co-responsabilização, quer do aluno quer do seu encarregado de Educação, no processo ensino-aprendizagem, pretende-se dar um papel importante à Caderneta Escolar como modo privilegiado de comunicação entre o professor de Matemática e o Encarregado de Educação.

4 - SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIOS EDUCATIVOS

4.1. Educação Especial

"A educação especial tem por objectivos a inclusão educativa e social, o acesso e o sucesso educativo, a autonomia, a estabilidade emocional, bem como a promoção da igualdade de oportunidades, a preparação para o prosseguimento de estudos ou para uma adequada preparação para a vida profissional e para uma transição da escola para o emprego das crianças e dos jovens com necessidades educativas especiais". Concretiza-se pelo Decreto-lei 2/2008 de 7 de Janeiro.

Os apoios especializados, consistem num conjunto de respostas educativas que “visam responder às necessidades educativas especiais dos alunos com limitações significativas ao nível da actividade e participação num ou vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais, de carácter permanente, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social, dando lugar à mobilização de serviços especializados...”, aproximando as condições de frequência destes alunos às dos alunos do regime educativo comum.

Metas e Estratégias:

- Melhorar a qualidade das aprendizagens, os resultados escolares e o abandono escolar, dos alunos;
- Promover um relacionamento afectivo e emocional, com os alunos, de modo a desenvolver um clima favorável à aprendizagem;
- Avaliar e intervir com métodos e estratégias adequadas a cada aluno;
- Participar e dinamizar projectos;
- Colaborar com os docentes na diversificação de estratégias e métodos educativos de forma a promover a gestão de grupos, o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos;
- Promover a articulação entre todos os serviços que intervêm no processo de apoio aos alunos;
- Colaborar com o órgão de gestão e com os docentes na gestão flexível dos currículos. Na sua adequação às capacidades e interesses dos alunos, bem como às realidades locais;
- Colaborar com os docentes na construção e avaliação de programas individualizados;
- Participar activamente nos projectos de sala ou turma, promovendo a inclusão dos alunos com n.e.e. no contexto de sala ou turma;

- Promover e colaborar no trabalho com pais e encarregados de educação, no sentido de lhes dar a conhecer a evolução dos seus educandos, para que haja uma articulação entre o que se faz em casa e o que se faz na escola;

Alunos com n.e.e. no Agrupamento de Escolas de Arraiolos

Funções		Nível de Educação e Ensino					
		Domicílios, amas e creches	Educação Pré-escolar	1º Ciclo do Ensino Básico	2º Ciclo do Ensino Básico	3º Ciclo do Ensino Básico	Ensino Secundário
Sensoriais	Visão	0	0	0	0	1	0
	Audição	0	0	2	0	0	0
Mentais	Linguagem	0	0	6	2	3	2
	Cognitivas	2	8	8	3	1	0
	Emocionais	0	5	8	2	0	1
Neuromusculoesqueléticas e relacionadas com o Movimento		1	1	1	2	2	0
Voz e Fala		1	11	1	0	0	0
Aparelho Cardiovascular dos Sistemas Hematológicos e Imunológicos e do Aparelho Respiratório		0	0	0	0	0	0
Aparelho Digestivo e dos Sistemas Metabólico e Endócrino		0	0	0	0	0	0
Total		4	25	26	9	7	3

4.2- GABINETE DE SAÚDE, SEGURANÇA E BEM-ESTAR

É um serviço de atendimento e apoio à comunidade escolar que promove a prevenção de situações de risco, valoriza as atitudes relativas à prestação de auxílio e primeiros socorros, desenvolve o espírito de voluntariado e dádiva benévola, divulga informação sobre temáticas

relativas à saúde, compreende a saúde como um estado de bem-estar físico-psicológico em equilíbrio com o meio, promove o diálogo/ reflexão sobre o bem-estar da comunidade escolar e promove o espírito de solidariedade entre a comunidade educativa. Tem como recursos humanos uma enfermeira, uma psicóloga, bombeiros e docentes.

4.3 - SERVIÇOS DE ORIENTAÇÃO VOCACIONAL

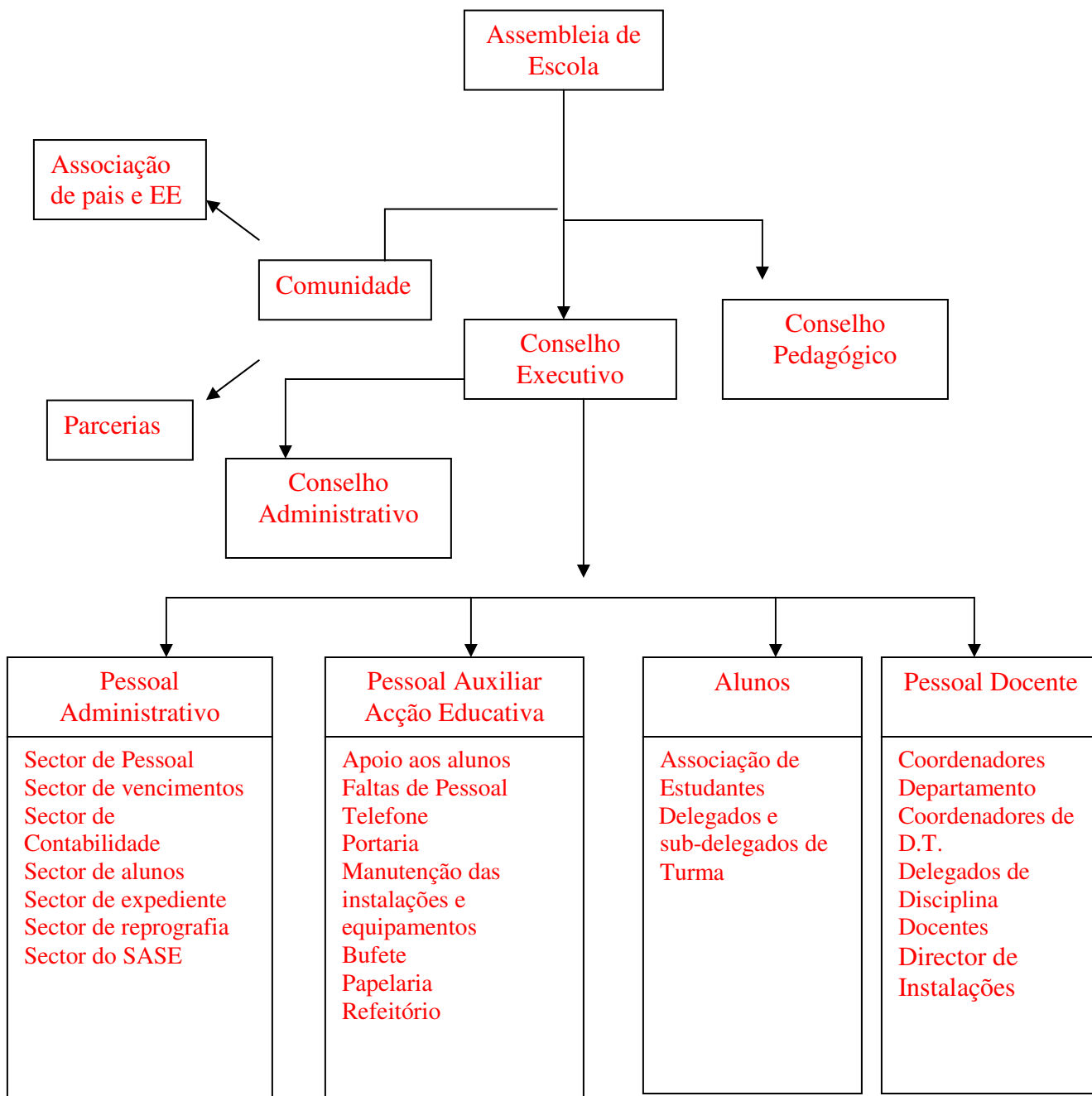
Serviço de Orientação Vocacional/atendimento directo à comunidade escolar educativa. É dada prioridade ao acompanhamento vocacional dos alunos de 9º ano e secundário. Será também feita a avaliação de casos individuais e eventual reorientação.

4.4 - SERVIÇOS DE ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR

O Serviço de Acção Social Escolar tem por objectivo dar execução às actuais medidas de combate à exclusão social escolar ao nível local. A este nível, compete-lhe ainda actuar de modo a promover a igualdade de oportunidades dos jovens no acesso ao ensino básico e secundário.

5 - ESTRUTURAS DE ORIENTAÇÃO EDUCATIVA

As diferentes estruturas de orientação educativa existentes na escola, bem como as suas competências encontram-se definidas no Regulamento Interno.



6-FORMAÇÃO CONTÍNUA

A formação contínua destina-se a assegurar a actualização, o aperfeiçoamento, a reconversão e o apoio à actividade profissional do pessoal docente, visando ainda objectivos de desenvolvimento e progressão na carreira.

As formações para que possam ser creditadas devem estar directamente relacionadas com a área científico - didáctica que o docente lecciona ou com necessidades do agrupamento definidas no projecto educativo ou no plano anual de actividades.

7 - OUTROS PROJECTOS DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR

7.1-Eco-Escolas

Este Programa pretende encorajar acções, reconhecer e premiar trabalhos desenvolvidos na melhoria do desempenho ambiental, gestão do espaço escolar e sensibilização da comunidade. Pretende estimular o hábito de participação e a adopção de comportamentos sustentáveis no quotidiano, ao nível pessoal, familiar e comunitário. Visa contribuir para a criação de parcerias locais na perspectiva de implementação da Agenda 21 Local.

7.2-Comenius

O objectivo deste projecto é educar os alunos sobre os seus direitos, dando ênfase aos problemas que afectam a infância quer nos países desenvolvidos quer nos países menos desenvolvidos, aprender a trabalhar em parceria e motivar os alunos e professores para o inglês e outras línguas parceiras, partilhando a cultura. As principais actividades a serem desenvolvidas serão aulas, visitas a instituições de âmbito social, exposições ou dramatizações, elaboração de uma brochura e de uma página da Internet.

7.3-Programa Nacional para o Ensino do Português

O P.N.E.P. (Programa Nacional de Ensino do Português) consiste num programa de formação contínua a ser levado a cabo pelos agrupamentos, tendo em vista " a melhoria das condições de ensino e aprendizagem e a valorização das competências dos professores desta área disciplinar...", tal como consta do Despacho n.º 546/2007.

Neste âmbito, este agrupamento candidatou-se ao referido programa, através da disponibilização de um docente para ser alvo de formação e, posteriormente, o mesmo ser agente formador.

São objectivos deste agrupamento que os professores do 1º Ciclo do Ensino Básico frequentem a referida formação, enquanto oferta educativa do mesmo, de modo a potenciar-se um maior e mais efectivo sucesso educativo dos alunos nesta área do conhecimento. Nesta linha de actuação, durante o ano lectivo 2007/08, estão envolvidos na formação dez docentes provenientes de várias escolas do agrupamento, sendo que o número de horas de formação por docente rondará os cento e vinte.

7.4-Desporto Escolar

Em estreita ligação com a disciplina de Educação Física, promove actividades de complemento curricular, tais como, badminton, natação, futsal e orientação.

7.5-Projecto CRIE - Computadores, Redes e Internet na Escola

Projecto do Ministério da Educação com a finalidade de conceber, promover e avaliar iniciativas mobilizadoras e integradoras do uso dos meios informáticos nas escolas, nomeadamente nos processos de ensino - aprendizagem, por forma a que aqueles se constituam como instrumentos de inovação ao serviço de mais e melhores aprendizagens.

7.6-Progride

No âmbito da medida 1 do PROGRIDE- Programa para a Inclusão e Desenvolvimento , o concelho de Arraiolos foi classificado como território prioritário em termos de intervenção social , onde é necessário combater o isolamento , a desertificação e a exclusão numa zona considerada deprimida. O projecto ParticipAR - Inovação para a inclusão em Arraiolos visa promover o acesso dos cidadãos a bens e serviços, facultar oportunidades de qualificação à população e famílias, fomentar a economia social e instituições locais.

Atendendo à multidimensionalidade do fenómeno da exclusão, as parcerias entre instituições e intervenções são essenciais, sobretudo numa lógica de intervenção integrada e na rentabilização de recursos materiais, humanos e financeiros.

7.7-Clube da Fotografia

Este projecto tem como principais objectivos estruturar o pensamento inerente à intencionalidade da educação visual como educação do olhar e do ver, experimentar a leitura de formas visuais em diferentes contextos, descrever acontecimentos aplicando metodologias da fotografia.

Este projecto pretende constituir-se como um recurso dinâmico para outras áreas do saber.

7.8-Rede de Bibliotecas Escolares

Na perspectiva da rede de Biblioteca Escolares, cada biblioteca deve constituir-se como um núcleo de organização pedagógica da escola vocacionado para as actividades culturais e para a informação, constituindo um instrumento essencial do desenvolvimento do currículo escolar. Deve ser um local atraente, acolhedor e estimulante, onde os alunos:

- se sintam num ambiente que lhes pertence e se habituem a considerar o livro e a informação como necessidades do dia-a-dia e como fontes de prazer e de desenvolvimento pessoal;

- possam descobrir e alimentar o prazer de ler e de se informarem recorrendo a fontes documentais nos mais variados tipos de suportes.

A escola é atravessada pela língua e pela linguagem, não há relação social, pedagógica... sem registo de linguagem escrita. A escrita e a leitura são processos interligados e indissociáveis.

O trabalho pedagógico assenta na interacção verbal, na concepção da língua como um todo orgânico.

Assim, consideramos importante desenvolver competências de leitura e de escrita e, em simultâneo criar o gosto por estas áreas.

Objectivos (gerais e específicos)

- Promover o intercâmbio entre escolas dentro e fora do Agrupamento;
- Promover a leitura e a escrita;
- Desenvolver a literacia;
- Gerir e dinamizar os espaços de partilha do saber;
- Colocar os meios mediáticos ao serviço das aprendizagens;
- Incrementar a participação dos alunos nas tomadas de decisão, dentro e fora da sala de aula;
- Permitir e potenciar a existência de espaços de lazer agradáveis, que estimulem o convívio social;
- Criar condições que contribuam para uma gestão eficaz da divulgação da informação no Agrupamento e respectiva comunidade educativa;
- Desenvolver competências em áreas como escrita, informática, oralidade e elaboração de jornais;
- Desenvolver capacidades de pesquisa numa Biblioteca;

- Promover concursos potenciadores do desenvolvimento da língua materna e outras;
 - Aumentar a oferta informática na Biblioteca;
 - Elevar os níveis de compreensão da leitura;
 - Contribuir para o desenvolvimento do espírito crítico e criativo;
 - Estimular a criação literária e incentivar os talentos existentes;
 - Proporcionar a autoconfiança, a autonomia e a realização pessoal;
 - Familiarização e utilização das novas tecnologias da informação e da comunicação;
 - Criar condições que contribuam para uma gestão eficaz da divulgação da informação na escola e fora dela;
- Partilhar e socializar os trabalhos da comunidade escolar com o meio exterior;
- Criar um projecto articulado e coerente de promoção da leitura através da cooperação entre a Biblioteca Municipal e as duas bibliotecas do agrupamento, mediadores da leitura por excelência, encontrados através deste cruzamento Educação/Cultura.

Pretendemos, desta forma, colaborar na formação de cidadãos com as competências necessárias para serem activos, responsáveis e conhecedores dos seus deveres e direitos.

7.9-Jornal "Arrivar"

O jornal é um subprojecto do projecto Participar, resultando de uma parceria entre o Agrupamento de Escolas de Arraiolos, a Câmara Municipal de Arraiolos e a Associação Monte. Teve o seu início no ano lectivo de 2006/07.

A equipa responsável é composta por docentes da escola sede e por um representante da Associação Monte. Esta actividade conta com a participação de todos os docentes e alunos do agrupamento.

7.10-Plano Nacional de Leitura

As duas estruturas do agrupamento, a Biblioteca do 1º ciclo e a Biblioteca da escola sede aderiram a este projecto nacional, no fundo dando em parte continuidade ao trabalho que têm feito em parceria com a biblioteca municipal. Para além da aquisição de livros, concretamente na biblioteca do 1º ciclo, foi implementada com consequências muito positivas a prática de sessões diárias de leitura integrada e a recriação histórica das sete maravilhas de Portugal e sua apresentação à comunidade, sem esquecer a produção de notícias para o jornal e página web e a presença de escritores. No que respeita à biblioteca da escola-sede, para além do plano de actividades geral, foram dinamizadas sessões de contos e exposições de trabalhos de alunos.

7.11-Etwinning

Inserido no Programa para a Aprendizagem ao Longo da Vida, da responsabilidade da Comissão Europeia, este projecto visa estabelecer parcerias entre escolas da Europa, utilizando as novas tecnologias. Através deste projecto os alunos contactarão com colegas de outro(s) país(es) e trabalharão temas de interesse comum, desenvolvendo entre outras competências, o domínio das línguas estrangeiras (francês e inglês) e aprofundarão a sua consciência da cidadania europeia. Neste momento estão aprovadas e em curso cinco parcerias.

7.12-Aneis

No que se refere a este projecto ele visa essencialmente não só a implementação de actividades na área do desenvolvimento do potencial humano como também o acompanhamento dos alunos com um desenvolvimento superior à média. Esse trabalho é feito em articulação com as famílias.

7.13-Ciência e biodiversidade

É um projecto de educação ambiental a decorrer no concelho de Arraiolos que pretende levar os alunos a explorar o meio natural desta região através de actividades práticas, realizadas na escola e na natureza, e da participação no jogo didáctico. Este projecto é desenvolvido em parceria com o Centro Ambiental de S. Matias.

7.14-Projecto Dicas

Este projecto visa colmatar lacunas ao nível da avaliação e da intervenção com crianças com dificuldades escolares, de aprendizagem e/ou comportamento, difíceis de reverter com as medidas usuais mesmo que complementadas com a Educação Especial e os apoios educativos e do Agrupamento.

7.15 - Moodle

Este projecto inscreve-se no quadro da iniciativa " Vale a Pena Estudar" da Reitoria da Universidade de Évora e visa o estreitamento das ligações entre a Universidade e a Comunidade, com particular destaque para as Escolas/Centros de Formação de Associação de Escolas e dá igualmente resposta ao quadro de cooperação estabelecido entre o Centro de Competência da Universidade de Évora e o Ministério da Educação (Unidade de Missão Computadores, Redes e Internet na Escola) no apoio às Escolas em matéria de formação de professores no domínio da utilização educativa das TIC.

8 - PROJECTOS CURRICULARES DE TURMA

De acordo com o Decreto-Lei 6/2001, de 18 de Janeiro:

"No quadro do desenvolvimento da autonomia das escolas estabelece-se que as estratégias de desenvolvimento do currículo nacional, visando adequá-lo ao contexto de cada escola, deverão ser objecto de um projecto curricular de escola, concebido, aprovado e avaliado pelos respectivos órgãos de administração e gestão, o qual deverá ser desenvolvido, em função do contexto de cada turma, num projecto curricular de turma, concebido aprovado e avaliado pelo professor titular de turma ou pelo Conselho de Turma, consoante os ciclos."

Assim, o Projecto Curricular de Escola confere o enquadramento aos Projectos Curriculares de Turma, nos quais os Directores de Turma desempenham um papel determinante de gestão e coordenação.

O projecto curricular de turma não deve ser mera peça burocrática mas sim instrumento de trabalho, facilitador do ensino/aprendizagem, gestão do trabalho da turma, construindo-se na realidade da mesma e na vontade e/ou possibilidade do Conselho de Turma o levar à prática.

E assim sendo, constitui-se como documento base, em transformação que descreve e prescreve, orienta a acção, define metas, opções programáticas face ao currículo nacional, linhas e princípios orientadores da acção pedagógica /curricular, face ao Projecto Educativo do Agrupamento.

9 - AVALIAÇÃO E REVISÃO DOS PROJECTOS CURRICULARES

O Projecto Curricular de Escola tem a duração de três anos no final dos quais é avaliado de forma a permitir a elaboração de um novo projecto para os três anos seguintes. Avaliações intermédias permitirão actualizações do mesmo.

Assim, deve ser criada uma equipa de acompanhamento do PCE que definirá os instrumentos de avaliação a serem utilizados. Após aplicação desses instrumentos a equipa deverá apontar as insuficiências e/ou lacunas detectadas e apresentar hipóteses de alteração.

O Projecto Curricular de Escola será desenvolvido e concretizado pelos Projectos Curriculares de Turma, que deverão ter em conta as características específicas de cada turma bem como dos alunos que a constituem.

O Projecto Curricular de Turma é elaborado para cada ano de estudo - ensino básico e no pré-escolar. É aprovado em conselho de turma (2º e 3º ciclo) e é da responsabilidade do professor titular de turma (1º ciclo) e do educador titular de turma no pré-escolar. Será avaliado ao longo de cada ano lectivo e reformulado sempre que necessário.

10 - BIBLIOGRAFIA

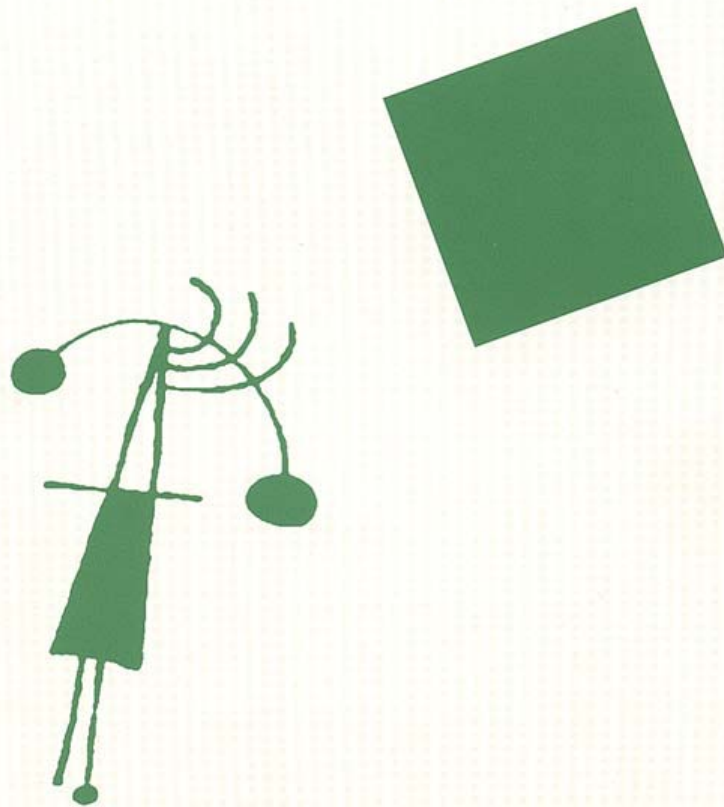
- **Abrantes**, P. (coord.).(2001). Currículo nacional do ensino básico: Competências essenciais: Departamento de Educação Básica, Ministério da Educação
- **Alonso**, L., Ferreira, F., Santos, M., Rodrigues, M. E Mendes, T. (1994). A construção do currículo na escola. Porto: Porto Editora
- **Leite**, C., Gomes, L. E Fernandes, P. (2001). Projectos curriculares de escola e de turma: Conceber, gerir e avaliar. Porto: Edições ASA
- Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI. (1996). Educação um tesouro a descobrir: Relatório para a U.N.E.S.C.O.. Edições A.S.A . (documento original em inglês publicado em 1996)
- **Flores**, M. A. (2000). A indução no ensino: Desafios e constrangimentos. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, Coleção "Turmas de Investigação" (doc. Policopiado)
- **Lengrand**, P. (1981). Introdução à educação permanente. Lisboa: Livros Horizonte
- **Machado**, F.A. e Gonçalves, M.F..(1991). Currículo: Problemas e perspectivas. Rio Tinto: Edições A.S.A.
- **Pacheco**, J.A. (1996). Currículo: Teoria e praxis. Porto: Porto Editora
- **Patrício**, M. F. (1983). Teoria da educação. Évora: Universidade de Évora
- **Patrício**, M. F. (1993). Lições de axiologia educacional. Lisboa: Universidade Aberta
- Projecto Educativo de Escola de Arraiolos (2001)
- **Roldão**, M. C. (1999). Gestão curricular: Fundamentos e práticas. Lisboa: Ministério da Educação

ÍNDICE

Introdução	2
Educação	4
Currículo/Competências	5
Projecto	7
Aspectos Organizacionais/Funcionais	9
Aspectos do Ensino/Aprendizagem	33
Serviços Especializados de Apoios Educativos	64
Estruturas de Orientação Educativa	68
Formação Contínua	69
Outros projectos de enriquecimento curricular	69
Projectos Curriculares de Turma	76
Avaliação e Revisão dos Projectos Curriculares	76
Bibliografia	78

Orientações Curriculares ■ **Ensino Básico**

3º
CICLO



Ciências Físicas e Naturais

Ministério da Educação
Departamento da Educação Básica

Ministério da Educação
Departamento da Educação Básica

CIÊNCIAS FÍSICAS E NATURAIS

Orientações Curriculares
3º Ciclo

Cecília Galvão (Coord.)
Adelaide Neves
Ana Maria Freire
Ana Maria Sousa Lopes
Maria da Conceição Santos
Maria da Conceição Vilela
Maria Teresa Oliveira
Mariana Pereira

Junho 2001

ÍNDICE

Introdução	4
Justificação	4
Organização	4
Apresentação	5
Competências Específicas para a Literacia Científica a Desenvolver Durante o 3º Ciclo	6
Avaliação	8
Temas Organizadores	9
Terra no Espaço	12
Terra em Transformação	16
Sustentabilidade na Terra	22
Viver Melhor na Terra	31
Bibliografia	39
Índice de Figuras	
Figura 1 Esquema organizador dos quatro temas	10

INTRODUÇÃO

A área disciplinar 'Ciências Físicas e Naturais', através dos conteúdos científicos que explora, incide em campos diversificados do saber. Apela para o desenvolvimento de competências várias, sugerindo ambientes de aprendizagem diversos. Pretende-se contribuir para o desenvolvimento da literacia científica dos alunos, permitindo que a aprendizagem destes decorra de acordo com os seus ritmos diferenciados. Cabe a cada escola e grupos de professores a gestão curricular atribuída a esta área disciplinar.

As 'Orientações Curriculares' que se apresentam estão na sequência do documento em que se definem as Competências Específicas para as Ciências Físicas e Naturais no Ensino Básico, tomando-o, por isso, como referência. A opção pelo termo orientações curriculares em vez de programas inscreve-se na ideia da flexibilização curricular, tentando que o currículo formal possa dar lugar a decisões curriculares que impliquem práticas de ensino e aprendizagem diferentes.

Justificação

É usual pensar-se em programas disciplinares como um conjunto de conteúdos e sugestões metodológicas, apresentados como um documento a que os professores têm de dar seguimento e, fundamentalmente, têm de cumprir. A designação 'Orientações Curriculares' aparece para dar ênfase às possibilidades de gestão de conteúdos e de implementação de experiências educativas, por parte dos professores, de acordo com alunos e contextos diferenciados.

Entende-se aqui currículo como a indicação de um processo cognitivo e social contextualizado, em que as oportunidades de aprendizagem são resultantes da interacção do professor com os seus alunos. Os currículos existem não só como documentos mas, fundamentalmente, como exemplificação de um conjunto de acontecimentos e situações em que alunos e professores partilham conteúdo e significado. O currículo é o que professores e alunos vivem, pensando e resolvendo problemas sobre objectos e acontecimentos tornados familiares. As experiências vividas no contexto da escola e da sala de aula devem levar à organização progressiva do conhecimento e à capacidade de viver democraticamente. Dá-se, assim, legitimidade ao conhecimento prático pessoal do professor, à gestão do conteúdo e ao seu papel como construtor de currículo.

A ênfase na gestão curricular, integrada no projecto educativo de cada escola, pretende também dar seguimento a recomendações do Conselho Nacional de Educação (Parecer nº 2/2000), a saber: 'A autonomia pedagógica, nomeadamente através da elaboração de projectos educativos, é também condição de flexibilização curricular, para que os professores ajam mais como produtores do que como consumidores de currículo' (ponto 19, p. 7) e ainda '... tão importante como a definição de uma matriz de aprendizagens, é o modo como essas aprendizagens são desenvolvidas. A tónica não deve ser posta apenas na extensão e nos conteúdos dos programas, mas no modo como se gere um currículo' (ponto 27, p. 9).

Organização

As 'Orientações Curriculares' surgem como um documento único para a área das Ciências Físicas e Naturais, ficando desdobradas em Ciências Naturais e Ciências Físico-Químicas, que são apresentadas em paralelo. Não se propõe com esta organização uma única disciplina leccionada por um único professor. Respeita-se a individualidade disciplinar e considera-se mais proveitoso existirem dois professores, com os respectivos saberes, como responsáveis por cada uma das componentes da área.

Pretende-se evidenciar conteúdos tradicionalmente considerados independentes e sem qualquer relação. Deste modo, facilita-se aos professores o conhecimento do que se preconiza como fundamental os alunos saberem nas duas disciplinas, bem como lhes permite, se assim o entenderem, organizarem colaborativamente as suas aulas, ou alguns conteúdos ou ainda orientarem os alunos no desenvolvimento de projectos comuns.

A leitura do documento 'Orientações Curriculares' pode ser feita sequencialmente, respeitando os temas e respectivo desenvolvimento programático, de acordo com o esquema conceptual que lhe está subjacente, explicado no documento de competências específicas já publicado. No entanto, essa sequência pode ser alterada em função da colaboração e coordenação entre os professores, tendo em conta interesses locais, de actualidade de assuntos, e de características dos alunos. Essa organização procura facilitar as opções de gestão curricular pelos professores, tanto a nível da sua disciplina como a nível da transversalidade com outras áreas. Chama-se a atenção que qualquer alteração de conteúdos tem de ser pensada com a respectiva adequação ao nível etário dos alunos.

Apresentação

As Ciências Físicas e Naturais são apresentadas em dois níveis diferentes. Estes interligam-se para dar sentido ao currículo de uma forma global.

Num primeiro nível desenvolve-se cada um dos temas organizadores, através de dois conjuntos de questões de partida: um de abordagem mais geral, que implica, por vezes, a natureza da Ciência e a do conhecimento científico; o outro, de abordagem mais específica. Os dois conjuntos de questões relacionam-se com conteúdos abordados nas duas disciplinas.

Cada tema e respectivas questões de partida dão lugar a dois conjuntos de conteúdos, por um lado de Ciências Naturais e por outro de Ciências Físico-Químicas, que podem ser lidos de uma forma interdisciplinar, em casos concretos, ou entendidos numa perspectiva distinta e, portanto, sem ligação. Pretende-se, no entanto, pôr em evidência determinados aspectos comuns, evitando a repetição de conteúdos. O objectivo é mostrar o carácter unificador de questões possíveis, chamando a atenção para os fenómenos que exigem explicações científicas provenientes de áreas do conhecimento diferentes. Em alguns casos, o recurso a áreas disciplinares não constantes destas orientações curriculares é imprescindível para a compreensão mais profunda do que se pretende estudar. É o caso, por exemplo, da Geografia, sugerindo-se explicitamente situações de exploração em comum, mas ligações a outras disciplinas são também possíveis e aconselhadas.

A abordagem geral dos conteúdos das duas disciplinas apresenta uma forma tal que torna possível os alunos compreenderem o mundo em que vivem, com as suas múltiplas interacções. Citando Laszlo (1996):

Na visão emergente da ciência de vanguarda, o mundo é uma totalidade sem costuras composta pelas suas partes. Mais do que isso, é uma totalidade em que todas as partes estão permanentemente em contacto umas com as outras. Há um contacto íntimo e constante entre as coisas que coexistem e co-evoluem no universo; uma partilha dos laços e das mensagens que transforma a realidade numa prodigiosa rede de interacção e comunicação: uma lagoa murmurante, subtil, mas omnipresente (p. 24).

Num segundo nível de abordagem, aparecem algumas indicações de desenvolvimento dos conteúdos referidos anteriormente, num conjunto de sugestões de experiências educativas que procuram integrar vários aspectos inerentes quer ao ensino, quer à aprendizagem dos alunos em ciências. Assim, referem-se exemplos de experiências educativas conducentes ao desenvolvimento de competências de natureza diversa, isto é, gerais, transversais e coordenadas com as inerentes às Ciências Físicas e Naturais. Trata-se de propostas que podem ser seguidas,

adaptadas ou substituídas por outras que os professores entendam, de acordo com as características dos alunos e contextos educativos. Em certos casos apresentam-se várias sugestões para o mesmo conteúdo; tal não significa que todas tenham de ser realizadas. É de referir ainda o facto de que a exploração de cada tema pode não ter a mesma duração nas duas disciplinas. Pretende-se, assim, dar sentido ao que foi considerado currículo e gestão curricular na justificação deste documento. Sempre que se considere oportuno há referência à ligação com outras disciplinas.

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS PARA A LITERACIA CIENTÍFICA

A DESENVOLVER DURANTE O 3º CICLO

Ciência e Sociedade desenvolvem-se, constituindo uma teia de relações múltiplas e complexas. A sociedade de informação e do conhecimento em que vivemos apela à compreensão da Ciência, não apenas enquanto corpo de saberes, mas também enquanto instituição social. Questões de natureza científica com implicações sociais vêm à praça pública para discussão e os cidadãos são chamados a dar a sua opinião. A literacia científica é assim fundamental para o exercício pleno da cidadania. O desenvolvimento de um conjunto de competências que se revelam em diferentes domínios, tais como o conhecimento (substantivo, processual ou metodológico, epistemológico), o raciocínio, a comunicação e as atitudes, é essencial para a literacia científica.

O desenvolvimento de competências nestes diferentes domínios exige o envolvimento do aluno no processo ensino aprendizagem, o que lhe é proporcionado pela vivência de experiências educativas diferenciadas. Estas vão de encontro, por um lado, aos seus interesses pessoais e, por outro, estão em conformidade com o que se passa à sua volta.

No sentido de dar expressão às ideias mencionadas nos parágrafos anteriores e para as concretizar sugere-se, a título de exemplo, um conjunto de experiências educativas que visam o desenvolvimento de competências nos diferentes domínios referidos. De salientar que nem os domínios mencionados são compartimentos estanques ou isolados, nem as sugestões apresentadas esgotam um determinado domínio e nem existe sequencialidade e hierarquização entre eles. As competências não devem ser entendidas cada uma por si, mas no seu conjunto, desenvolvendo-se transversalmente, e em simultâneo, na exploração das experiências educativas.

Conhecimento

Conhecimento substantivo - sugere-se a análise e discussão de evidências, situações problemáticas, que permitam ao aluno adquirir conhecimento científico apropriado, de modo a interpretar e compreender leis e modelos científicos, reconhecendo as limitações da Ciência e da Tecnologia na resolução de problemas, pessoais, sociais e ambientais.

Conhecimento processual - pode ser vivenciado através da realização de pesquisa bibliográfica, observação, execução de experiências, individualmente ou em equipa, avaliação dos resultados obtidos, planeamento e realização de investigações, elaboração e interpretação de representações gráficas onde os alunos utilizem dados estatísticos e matemáticos.

Conhecimento epistemológico - propõe-se a análise e debate de relatos de descobertas científicas, nos quais se evidenciem êxitos e fracassos, persistência e modos de trabalho de diferentes cientistas, influências da sociedade sobre a Ciência, possibilitando ao aluno confrontar, por um lado, as explicações científicas com as do senso comum, por outro, a ciência, a arte e a religião.

Raciocínio

Sugerem-se, sempre que possível, situações de aprendizagem centradas na resolução de problemas, com interpretação de dados, formulação de problemas e de hipóteses, planeamento de investigações, previsão e avaliação de resultados, estabelecimento de comparações, realização de inferências, generalização e dedução. Tais situações devem promover o pensamento de uma forma criativa e crítica, relacionando evidências e explicações, confrontando diferentes perspectivas de interpretação científica, construindo e /ou analisando situações alternativas que exijam a proposta e a utilização de estratégias cognitivas diversificadas.

Comunicação

Propõem-se experiências educativas que incluem uso da linguagem científica, mediante a interpretação de fontes de informação diversas com distinção entre o essencial e o acessório, a utilização de modos diferentes de representar essa informação, a vivência de situações de debate que permitam o desenvolvimento das capacidades de exposição de ideias, defesa e argumentação, o poder de análise e de síntese e a produção de textos escritos e/ou orais onde se evidencie a estrutura lógica do texto em função da abordagem do assunto. Sugere-se que estas experiências educativas contemplem também a cooperação na partilha de informação, a apresentação dos resultados de pesquisa, utilizando, para o efeito, meios diversos, incluindo as novas tecnologias de informação e comunicação.

Atitudes

Apela-se para a implementação de experiências educativas onde o aluno desenvolva atitudes inerentes ao trabalho em Ciência, como sejam a curiosidade, a perseverança e a seriedade no trabalho, respeitando e questionando os resultados obtidos, a reflexão crítica sobre o trabalho efectuado, a flexibilidade para aceitar o erro e a incerteza, a reformulação do seu trabalho, o desenvolvimento do sentido estético, de modo a apreciar a beleza dos objectos e dos fenómenos físico-naturais, respeitando a ética e a sensibilidade para trabalhar em Ciência, avaliando o seu impacto na sociedade e no ambiente.

AVALIAÇÃO

A avaliação, indispensável em situação escolar, é um processo complexo, porque tem implícitos diferentes pressupostos e finalidades e implica juízos de valor, dificilmente isentos de subjectividade. Apesar disto, tem de ser entendida como uma componente fundamental com um efeito positivo na aquisição de conhecimentos e no estímulo ao envolvimento dos alunos no seu processo de aprendizagem. Nas suas diferentes modalidades deve estar directamente relacionada com as actividades que os alunos desenvolvem e tem de ser pensada de acordo com as diferentes experiências educativas, uma vez que não se avalia do mesmo modo o conhecimento de factos, uma actividade experimental ou o desenvolvimento de um projecto. Seja qual for o objecto de avaliação, esta deve influenciar positivamente o ensino e a aprendizagem da Ciência, isto é, deve ter um fim formativo, encorajando os professores e os alunos a incidirem, de um modo claro, nos aspectos mais importantes da aprendizagem e em actividades relacionadas com o desenvolvimento de competências de diferentes domínios do currículo das Ciências.

A avaliação de conhecimento holístico das ideias científicas e a compreensão crítica da Ciência e do pensamento científico constitui a ênfase do processo avaliativo das aprendizagens. Deve ser dada atenção à avaliação de competências como preparação para a vida adulta, quer para o desempenho de uma actividade profissional, quer para aprendizagem ao longo da vida. A educação em Ciência permite, assim, desenvolver e avaliar a competência para compreender a linguagem e a argumentação científicas, de um modo crítico, bem como a apresentação das ideias científicas - por exemplo, através de cartazes ou oralmente, aos colegas, professores ou agentes da comunidade. Interessa não só verificar se os alunos compreendem o que uma ideia é mas também porque é que ela é importante.

Em síntese, devem ser criados novos instrumentos para avaliação do conhecimento científico dos alunos de modo a:

- ◆ Reduzir a ênfase tradicional da avaliação de componentes específicas e compartimentadas do conhecimento dos alunos;
- ◆ Aumentar a ênfase da avaliação das competências dos alunos, desenvolvidas em experiências educativas diferenciadas.

A vivência de situações diferenciadas em sala de aula, a discussão de assuntos controversos, a condução de investigação pelos alunos, o envolvimento em projectos interdisciplinares (realizações que implicam a selecção de informação e comunicação de resultados) conduzem, de uma forma mais completa, à compreensão do que é a Ciência. Neste sentido, é importante reconhecer o papel que a avaliação pode desempenhar, ajudando os professores, como gestores/construtores de currículo, a tornarem claras as suas opções curriculares.

TEMAS ORGANIZADORES

No documento sobre competências específicas para as Ciências Físicas e Naturais, propôs-se a organização dos programas de Ciências nos três ciclos do ensino básico em quatro temas gerais:

- *Terra no espaço*
- *Terra em transformação*
- *Sustentabilidade na Terra*
- *Viver melhor na Terra.*

A coerência conceptual e metodológica destes temas tem como ideia mais abrangente o esquema organizador apresentado em diagrama na Figura 1. Este salienta a importância de explorar os temas numa perspectiva interdisciplinar, em que a interacção Ciência - Tecnologia - Sociedade - Ambiente deverá constituir uma vertente integradora e globalizante da organização e da aquisição dos saberes científicos. Esta vertente assume um sentido duplo no contexto da aprendizagem científica ao nível da escolaridade básica e obrigatória. Por um lado, possibilita o alargar os horizontes da aprendizagem, proporcionando aos alunos não só o acesso aos produtos da Ciência mas também aos seus processos, através da compreensão das potencialidades e limites da Ciência e das suas aplicações tecnológicas na Sociedade. Por outro lado, permite uma tomada de consciência quanto ao significado científico, tecnológico e social da intervenção humana na Terra, o que poderá constituir uma dimensão importante em termos de uma desejável educação para a cidadania.

O primeiro tema - *Terra no espaço* - foca a localização do planeta Terra no Universo e sua inter-relação com este sistema mais amplo, bem como a compreensão de fenómenos relacionados com os movimentos da Terra e sua influência na vida do planeta.

Com o segundo tema - *Terra em transformação* - pretende-se que os alunos adquiram conhecimentos relacionados com os elementos constituintes da Terra e com os fenómenos que nela ocorrem.

No terceiro tema - *Sustentabilidade na Terra* - pretende-se que os alunos tomem consciência da importância de actuar ao nível do sistema Terra, de forma a não provocar desequilíbrios, contribuindo para uma gestão regrada dos recursos existentes. Para um desenvolvimento sustentável, a educação deverá ter em conta a diversidade de ambientes físicos, biológicos, sociais, económicos e éticos. A aprendizagem das ciências numa perspectiva global e interdisciplinar, em que se valorize as competências e os conhecimentos pela aprendizagem activa e contextualizada, a pesquisa, a comunicação, a tomada de decisões, contribuirá para um futuro sustentado.

O quarto tema - *Viver melhor na Terra* - visa a compreensão que a qualidade de vida implica saúde e segurança numa perspectiva individual e colectiva. A biotecnologia, área relevante na sociedade científica e tecnológica em que vivemos, será um conhecimento essencial para a qualidade de vida.

Atente-se a que qualquer dos quatro temas envolve as componentes científica, tecnológica, social e ambiental, embora seja diferente a ênfase a dar na exploração destas componentes em cada um dos temas. Outro aspecto a salientar tem a ver com a articulação dos quatro temas. Com a sequência sugerida pretende-se que, após terem compreendido um conjunto de conceitos relacionados com a estrutura e funcionamento do sistema Terra, os alunos sejam capazes de aplicar esses conceitos em situações que contemplam a intervenção humana na Terra e a resolução de problemas daí resultantes.

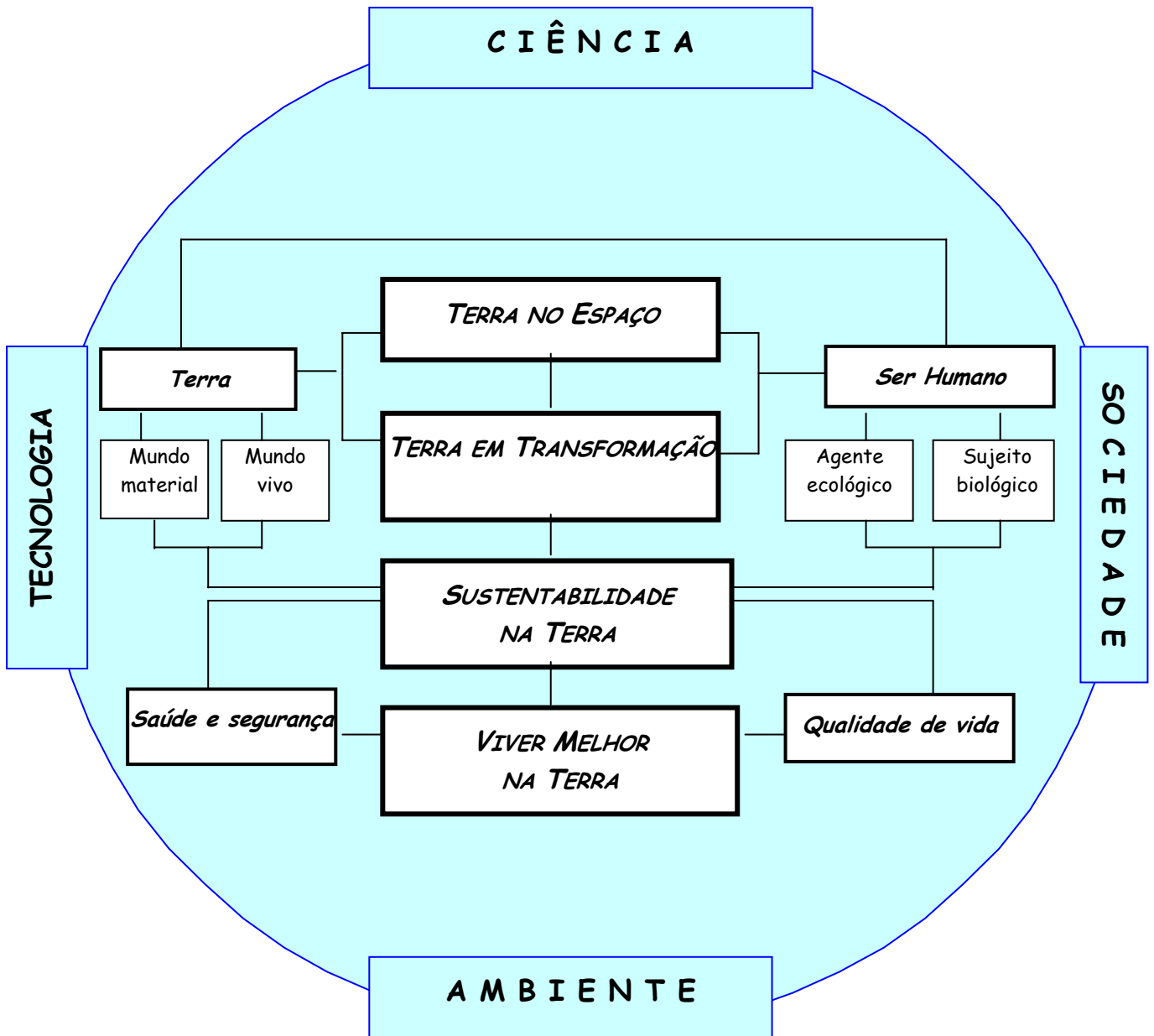
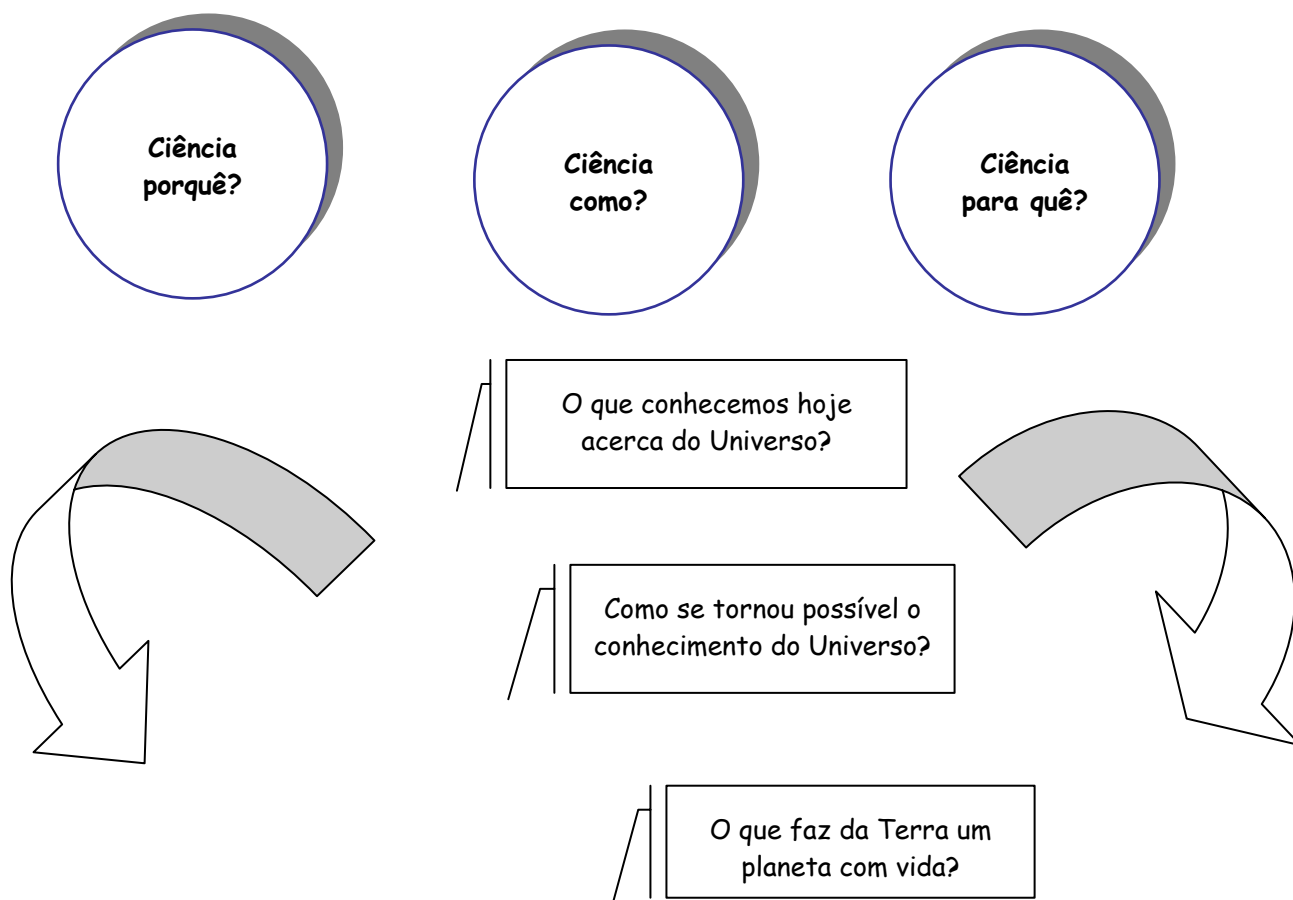


Figura 1 Esquema organizador dos quatro temas

TERRA NO ESPAÇO



CIÊNCIAS NATURAIS	CIÊNCIAS FÍSICO-QUÍMICAS
Terra - Um planeta com vida <ul style="list-style-type: none">➤ Condições da Terra que permitem a existência da vida➤ A Terra como um sistema Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente <ul style="list-style-type: none">➤ Ciência produto da actividade humana➤ Ciência e conhecimento do Universo	Universo <ul style="list-style-type: none">➤ O que existe no Universo➤ Distâncias no Universo Sistema Solar <ul style="list-style-type: none">➤ Astros do sistema solar➤ Características dos planetas Planeta Terra <ul style="list-style-type: none">➤ Terra e Sistema solar➤ Movimentos e forças

EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS

CIÊNCIAS NATURAIS	CIÊNCIAS FÍSICO-QUÍMICAS
<p>Terra - Um planeta com vida</p> <p>A exploração deste conteúdo poderá ajudar a responder à questão específica 'O que faz da Terra um planeta com vida?', e cuja resposta ficará completa com o estudo comparativo dos planetas a realizar nas Ciências Físico-Químicas.</p> <p><i>Condições da Terra que permitem a existência da vida</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Considerando o Sistema Solar, os alunos devem reflectir sobre as condições próprias da Terra que a tornam no único planeta com vida (pelo menos, tal como a conhecemos). Fotografias de animais e plantas que habitem ambientes diversificados, recolhidas pelos alunos, por exemplo, em revistas, em enciclopédias em papel e electrónicas podem gerar uma discussão sobre algumas das condições que os seres vivos necessitam para viver e que estão asseguradas na Terra (água, oxigénio, luz solar). Tal permitirá a consciencialização de que, apesar de não ser mais do que um pequeno planeta à escala do Universo, a Terra tem características muito próprias. ➤ A visualização de documentários com seres vivos nos seus ambientes naturais (numa perspectiva macro e micro), permitirá discutir características específicas destes, evitando-se a comparação entre ser vivo e ser inanimado. O fundamental é reforçar a ideia de biodiversidade e de unidade. Sugere-se a realização de actividades experimentais, com utilização do microscópio, para que os alunos observem microrganismos (a preparação de infusões serve este propósito e envolve os alunos na concepção e desenvolvimento das actividades). ➤ Relembrar os conhecimentos adquiridos anteriormente (no 2º ciclo) acerca da célula e sua constituição básica. Uma vez que nas Ciências Físico-Químicas se discutem ordens de grandeza no Universo, faz sentido a discussão dessas ordens de grandeza relacionadas com os seres vivos. A observação de células animais e vegetais permitirá compreender melhor também as noções de diversidade e de unidade. <p><i>A Terra como um sistema</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ A visualização de documentários sobre a vida de determinados grupos de animais e a observação da dependência que existe entre eles e em relação ao meio, constituem uma oportunidade de abordar o conceito de sistema. 	<p>Universo</p> <p>Para o estudo do Universo, nas Ciências Físico-Químicas, sugerem-se, no esquema organizador, duas questões específicas: 'O que conhecemos hoje acerca do Universo?' e 'Como se tornou possível o conhecimento do Universo?' Essas questões podem ser orientadoras da exploração do tema.</p> <p><i>O que existe no Universo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Atendendo a que os alunos, de uma forma geral, possuem algum conhecimento e demonstram curiosidade sobre o assunto, o professor pode introduzir a questão 'O que conhecemos hoje acerca do Universo?' e recorrer às ideias expressas para abordar conceitos como galáxia, estrela, planeta, sistema planetário, buraco negro, constelação, espaço 'vazio' e quasar. <p><i>Distâncias no Universo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ A visualização de filmes, a realização de uma visita ao Planetário e/ou a consulta da internet são exemplos de situações onde os alunos se confrontam com as dimensões do Universo e as diferentes ordens de grandeza de distâncias no Universo. ➤ Considerando trabalhos desenvolvidos pelos cientistas ao longo dos tempos, o professor pode promover um debate sobre 'Como se tornou possível o conhecimento do Universo?', ilustrando episódios da História da Ciência. ➤ De modo a sensibilizar os alunos para o carácter interactivo dos desenvolvimentos científico e tecnológico, em diferentes domínios da vida sócio-cultural em cada época, sugere-se que estes realizem dramatizações sobre a vida e obra de cientistas como Leonardo da Vinci, Galileu e Newton. <p>Sistema Solar</p> <p><i>Astros do sistema solar</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Uma actividade inicial para ter em atenção as ideias dos alunos consiste em solicitar-lhes a realização de mapas de conceitos partindo de termos como Sol, satélites naturais, planetas, estrelas, Lua, atmosfera, meteoros, cometas, órbita, Vénus, etc. A seguir, estes podem comparar o seu mapa com o dos colegas. Solicitar aos alunos desenhos sobre o sistema solar, e distribuí-los pela turma para cada um interpretar o desenho de um colega, é outra actividade possível. ➤ A construção de modelos, nomeadamente, do sistema Sol-Terra-Lua, usando escalas adequadas - uma para distâncias e outra para diâmetros - seguida da

- Numa discussão alargada à turma, os alunos têm ocasião de identificar que as trocas entre os seres e o meio, bem como as influências recíprocas, são características fundamentais do sistema considerado. Neste caso, tem sentido fazer referência ao conceito de ecossistema, que será retomado posteriormente.
- O conceito de sistema, complexo para este nível, deve ser discutido de uma forma muito elementar. Trata-se de um conceito transversal ao longo dos quatro temas e retomado em situações diferentes quer nas Ciências Naturais quer nas Ciências Físico-Químicas.

Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente

Este assunto é comum às duas disciplinas e estará subjacente à exploração dos conteúdos ao longo dos três anos. Nesta temática, a abordagem deve ser muito geral, consciencializando os alunos para a importância das interações entre Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente.

Ciência produto da actividade humana

- Para despoletar a curiosidade dos alunos é fundamental recorrer a questões globais sobre a Ciência (a importância da Ciência para o conhecimento e para si própria, como se foi desenvolvendo ao longo dos tempos e qual a sua importância nas sociedades modernas), orientadoras do trabalho a desenvolver quer na sala de aula quer noutros espaços.
- Os alunos devem ser sensibilizados para o carácter dinâmico da Ciência, tão evidente em episódios que fazem parte da própria história da Ciência (caso das teorias geo e heliocêntrica, resultantes do trabalho de cientistas como Ptolomeu, Copérnico e Galileu, já que nas Ciências Físico-Químicas se discutem estes assuntos). Tais episódios, que podem ser discutidos com base em textos que reflectam o apoio ou a contestação social que geraram, permitirão aos alunos identificar a Ciência como uma actividade humana, fortemente dependente de factores sociais. Uma actividade possível consiste na organização dos alunos em grupos onde, num debate, alguns defendam a teoria geocêntrica e outros a heliocêntrica, recorrendo a argumentos da época.

Ciência e conhecimento do Universo

- As viagens espaciais (de que são exemplo as sucessivas missões Apolo para estudo da Lua e as viagens de turismo espacial que se iniciaram em 2001) são exemplos de temas de pequenas investigações baseadas na informação recolhida em documentos de fácil acesso (jornais, revistas, sítios da internet). Em alternativa, há o recurso à

discussão sobre as vantagens e limitações da utilização destes modelos, constituem actividades que os alunos podem realizar.

Características dos planetas

- Sugere-se a realização de pesquisas que resultem das questões e curiosidades dos alunos. A recolha e organização de dados sobre as dimensões, o tipo de atmosfera, a distância ao Sol, a duração de uma volta completa (quer em torno do eixo, quer em relação ao Sol), os satélites naturais, a massa, ou a temperatura média dos planetas, são exemplos a considerar. Para a comunicação dos resultados é fundamental incentivar o uso de diferentes suportes (apresentação em computador, cartaz, jornal).

A utilização de folhas de cálculo para compilar a informação recolhida pelos diferentes grupos possibilita, posteriormente, a construção de gráficos para identificar as semelhanças e diferenças entre os diferentes planetas.

A comparação das características da Terra com as dos outros planetas do sistema solar permite responder à questão específica 'O que faz da Terra um planeta com vida', cuja resposta constituirá um quadro de exploração juntamente com o estudo efectuado em Ciências Naturais.

Planeta Terra

Terra e Sistema solar

- Para estudar a Terra e o sistema solar, o recurso à simulação com material experimental e com programas de computador é uma sugestão que se apresenta para explorar os movimentos da Terra de modo a explicar a sucessão dos dias e das noites, as estações do ano, as fases da Lua e os eclipses da Lua e do Sol. Outras simulações possibilitam visualizar o movimento simultâneo dos planetas e satélites, o que é fundamental para os alunos o descreverem.

Movimentos e forças

- O estudo do movimento pode ser introduzido com exemplos de situações familiares aos alunos. Partindo de um exemplo simples (percurso para a escola), conhecendo a distância percorrida e o tempo que leva a percorrer essa distância, os alunos determinam a velocidade média; exploram ainda o conceito de trajectória.

A seguir podem, por exemplo, comparar a trajectória da Terra com a de outros planetas.

- Para explicar o movimento dos planetas o professor deve efectuar uma primeira abordagem ao conceito de força e seus efeitos, começando por analisar situações do mundo à nossa volta. As seguintes questões - Como é que as forças explicam fenómenos como o movimento dos planetas em volta do Sol? Porque é que a Lua não cai para a Terra? Como se

discussão das viagens espaciais a propósito de filmes de ficção científica do agrado dos alunos. Em qualquer caso, a abordagem deste assunto permitirá reconhecer a Ciência como indissociável da Tecnologia e influenciada por interesses sociais e económicos.

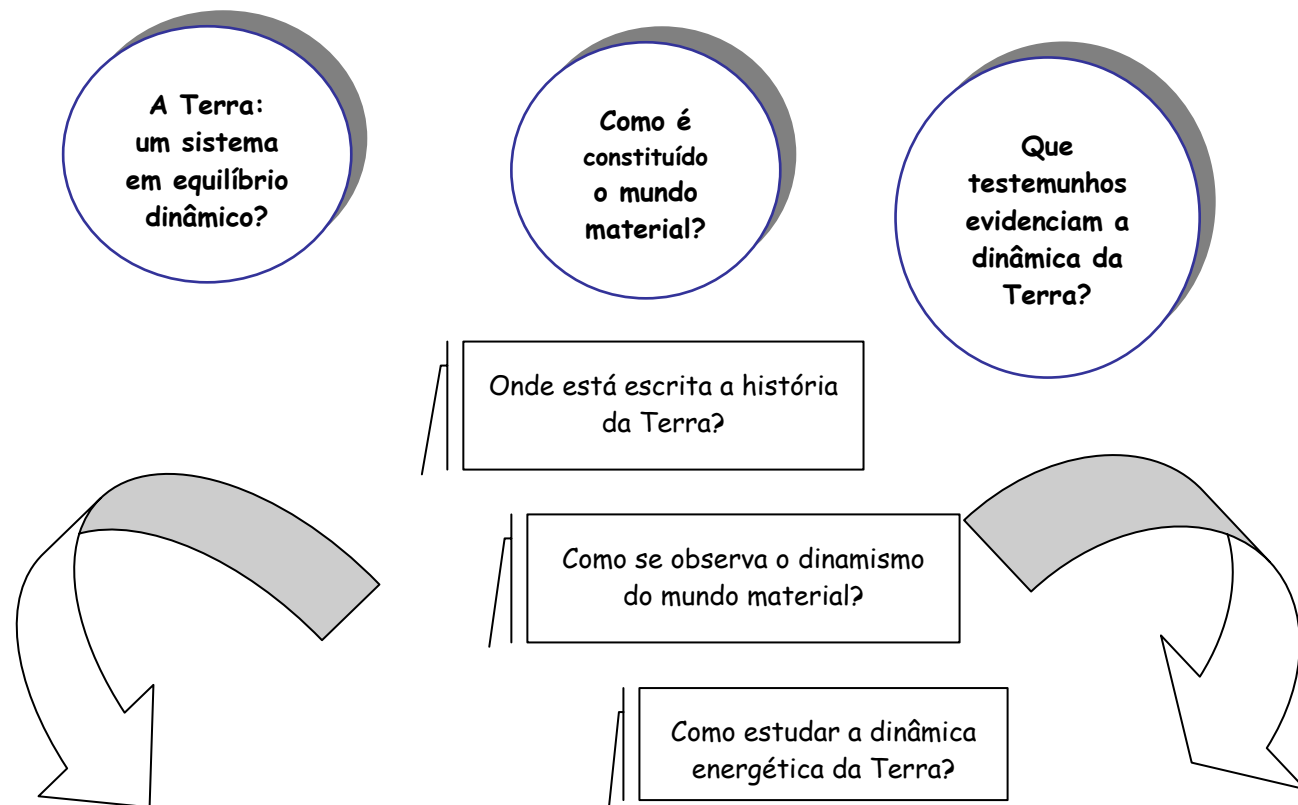
- É fundamental que os alunos compreendam que há benefícios para a humanidade resultantes do desenvolvimento científico e tecnológico que, simultaneamente, colocam em risco pessoas e ambiente. Os alunos devem ter oportunidade para reflectir sobre as implicações ambientais, sociais e/ou emocionais de certos acontecimentos, como os desastres que tiraram a vida a astronautas (Challenger), a queda na Terra de satélites ou estações espaciais quando acabam as suas funções (Skylab e Mir) ou o envio de reactores nucleares para o espaço, entre outros.
- É de realçar que a exploração do tema 'Terra no espaço' nas Ciências Naturais, necessita de um número muito inferior de aulas, do que nas Ciências Físico-Químicas. Trata-se de uma sensibilização para a necessidade de entender o conhecimento como global, recorrendo aos contributos de diferentes áreas do saber.

explicam os movimentos da Lua e dos Satélites artificiais em torno da Terra?' - podem ser investigadas pelos alunos para compreenderem a noção de força gravitacional e a sua importância.

A este nível não se pretende que seja abordada a lei da gravitação universal sendo, no entanto, importante que os alunos adquiram a noção de que há uma força de atracção entre os corpos celestes que mantém os planetas nas suas órbitas.

- Sugere-se que os alunos relacionem as fases da Lua com o fenómeno das marés. Recomenda-se, por exemplo, realizar actividades em que a partir de dados recolhidos de jornais diários (ou de outras fontes) elaborem gráficos relacionando os dias do mês, as fases da Lua e a altura das marés; ao longo do ano, cada grupo pode construir o gráfico relativo a determinado mês. Discutir a relação do fenómeno das marés com a força gravitacional.
- A distinção entre peso e massa poderá ser facilitada pela exploração de situações divulgadas nos *media* sobre os movimentos dos astronautas à superfície da Lua, no interior das naves espaciais e nas estações orbitais ou apresentadas em filmes de ficção.
- No final desta temática, os alunos devem estar aptos a responder às questões propostas.

TERRA EM TRANSFORMAÇÃO



CIÊNCIAS NATURAIS	CIÊNCIAS FÍSICO-QUÍMICAS
<p>A Terra conta a sua história</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Fósseis e sua importância para a reconstituição da história da Terra➤ Grandes etapas na história da Terra <p>Dinâmica interna da Terra</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Deriva dos continentes e tectónica de placas➤ Ocorrência de falhas e dobras <p>Consequências da dinâmica interna da Terra</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Actividade vulcânica; riscos e benefícios da actividade vulcânica➤ Actividade sísmica; riscos e protecção das populações <p>Estrutura interna da Terra</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Contributo da ciência e da tecnologia para o estudo da estrutura interna da Terra➤ Modelos propostos <p>Dinâmica externa da Terra</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Rochas, testemunhos da actividade da Terra➤ Rochas magmáticas, sedimentares e metamórficas: génese e constituição; ciclo das rochas➤ Paisagens geológicas	<p>Materiais</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Constituição do mundo material➤ Substâncias e misturas de substâncias➤ Propriedades físicas e químicas dos materiais➤ Separação das substâncias de uma mistura➤ Transformações físicas e transformações químicas <p>Energia</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Fontes e formas de energia➤ Transferências de energia

EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS

CIÊNCIAS NATURAIS	CIÊNCIAS FÍSICO-QUÍMICAS
<p>A Terra conta a sua história</p> <p>Para iniciar o estudo desta temática sugere-se a questão específica 'Onde está escrita a história da Terra?' Numa perspectiva de resolução de problemas, é possível que surjam caminhos de exploração diferenciados (que levem aos fósseis, às rochas, às paisagens geológicas, às espécies de seres vivos) de acordo com as propostas dos alunos, ou que esta seja apenas uma questão orientadora do desenvolvimento subsequente.</p> <p><i>Fósseis e sua importância para a reconstituição da história da Terra</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ O estudo dos fósseis é de grande importância para a compreensão da história da Terra sublinhando-se o papel atribuído aos fósseis ao longo da história da ciência. Sugere-se a realização de actividades práticas: saída de campo para observação e recolha de fósseis (início ou continuação de uma colecção de fósseis), visita a museus da especialidade, construção de moldes externos e internos, simulação da preservação de formas de vida nas regiões geladas (o que permite introduzir o estudo dos diferentes tipos de fossilização). ➤ Estas actividades são passíveis de estar integradas em projectos a serem desenvolvidos na área de projecto ou de estudo acompanhado. <p><i>Grandes etapas na história da Terra</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ As grandes etapas da história da Terra podem ser estudadas tendo como referência acontecimentos de carácter cíclico (de curta duração) como as extinções em massa (por exemplo, a extinção dos grandes répteis) ou a ocorrência de transgressões e de regressões, que servem de marco para a transição Pré-Câmbrico - Paleozóico, Paleozóico - Mesozóico, Mesozóico - Cenozóico. Em alternativa, sugere-se a observação e discussão de imagens relativas às grandes etapas da história da Terra e/ou esquemas evidenciando a distribuição temporal de fósseis, sendo estes alguns exemplos para a introdução da noção de tempo geológico. É oportuno fazer-se uma breve introdução à evolução dos seres vivos, relacionando com as etapas da história da Terra. ➤ As actividades propostas permitirão ao aluno inferir da importância dos fósseis para a datação (relativa) das formações onde se encontram e para a reconstituição de paleoambientes (conceitos de fósseis de idade e de fácies). 	<p>Materiais</p> <p>Este tema pode iniciar-se com a questão 'Como é constituído o mundo material?'. Pretende-se que os alunos compreendam que na Terra existem diferentes materiais, com propriedades distintas e usos diversificados.</p> <p><i>Constituição do mundo material</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Partindo de exemplos de materiais utilizados no dia-a-dia e indicados pelos alunos sugere-se a realização de actividades de classificação onde os alunos definem e utilizam diferentes critérios. Por exemplo, a classificação em materiais naturais (rochas, solo, ar, madeira) e em manu-facturados (aço, vidro, cerâmica, plásticos) pode ser abordada em termos de necessidade de utilização. É importante discutir que materiais que já foram usados na sua forma natural - como é o caso da água existente na natureza - hoje em dia frequentemente têm de ser sujeitos a processos físicos e químicos de tratamento, para garantir graus de pureza ou potabilidade adequada aos seus usos. <p><i>Substâncias e misturas de substâncias</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ A classificação em misturas e substâncias puras deve ser incluída nesta secção. Os alunos podem começar por observar diferentes materiais e tentar classificá-los em misturas homogéneas e heterogéneas. De seguida os alunos poderão distinguir, através da análise de rótulos de diferentes materiais, misturas homogéneas e substâncias puras. As questões ou dúvidas suscitadas pelos alunos durante a realização destas actividades podem constituir objecto de pesquisa ou de leitura complementar de textos escolhidos pelo professor sobre determinadas misturas ou substâncias. <p><i>Propriedades físicas e químicas dos materiais</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Recomenda-se a realização de actividades experimentais para identificar propriedades que permitam distinguir as diferentes substâncias. Por exemplo, observando amostras de cloreto de sódio, enxofre, grafite, ferro, álcool etílico, água, os alunos têm ocasião de as descrever e distinguir com base em propriedades físicas e químicas, observáveis ou registadas em tabelas. Os alunos poderão ainda desenvolver actividades em ligação ao estudo que estão a efectuar em Ciências Naturais.

Dinâmica interna da Terra

Deriva dos continentes e tectónica de placas

- Através de estratégias de discussão, sugere-se o estudo da hipótese de Wegener de modo a ser possível o confronto entre os argumentos propostos (paleontológicos, paleoclimáticos, litológicos e morfológicos) na defesa da sua teoria a favor da mobilidade dos continentes e os principais argumentos, na época, contra. Este conteúdo constitui oportunidade para relacionar a Ciência, a Tecnologia e a Sociedade, ao mesmo tempo que é um bom exemplo do carácter dinâmico da Ciência.
- A observação de filmes, esquemas, bem como a realização de simulações pode constituir um recurso para a introdução à Teoria da Tectónica de Placas. A este nível pretende-se que os alunos compreendam, de forma global, o dinamismo da Terra, evidente na formação de crosta oceânica, cadeias de montanhas, ocorrência de vulcões e sismos, relacionando-o com a dinâmica interna da Terra.

Ocorrência de falhas e dobras

- A observação de dobras e falhas visíveis nas cadeias de montanhas pode servir de exemplo para a introdução da deformação da litosfera. Esta poderá ser estudada utilizando modelos feitos de madeira, esferovite ou outros materiais igualmente apropriados, existentes na escola ou construídos pelos alunos.
- Sugere-se o estudo da distribuição geográfica actual das espécies, entendida como consequência directa da tectónica e na lógica da evolução da Terra e das espécies (de forma muito concreta e nunca entrando nas questões da especiação).

Consequências da dinâmica interna da Terra

- Este conteúdo remete para a exploração da questão global 'Que testemunhos evidenciam a dinâmica da Terra?' Para o estudo dos sismos e vulcões enquanto consequências da mobilidade da litosfera, recomenda-se a exploração de mapas onde se encontre a distribuição a nível mundial das áreas de maior risco sísmico e simultaneamente a localização dos principais vulcões activos.

Actividade vulcânica; riscos e benefícios da actividade vulcânica

- Para o estudo do vulcanismo e manifestações secundárias sugere-se o uso de videogramas, fotografias, diapositivos, relatos históricos de grandes erupções vulcânicas (Vesúvio, por exemplo), notícias de jornais (chama-se a atenção para os fenómenos de vulcanismo que ocorreram nos Açores), excertos de obras literárias onde constem relatos de episódios vulcânicos. Os alunos poderão também

Separação das substâncias de uma mistura

- Sugere-se que, com misturas desconhecidas para os alunos, estes realizem investigações que lhes permitam separar as substâncias presentes, recorrendo para isso a processos físicos previamente seleccionados. Estes podem ainda ser envolvidos na construção de enunciados de problemas, centrados na separação de substâncias de uma mistura, a serem respondidos pelos colegas da turma ou da escola.

Transformações físicas e transformações químicas

- No mundo à nossa volta ocorrem transformações - físicas e químicas - que é importante que os alunos distingam. Recorrendo a situações do dia-a-dia - tais como enferrujamento do ferro, queima de materiais num incêndio, fusão de metais na indústria metalúrgica, quebra de vidro - o professor pode solicitar a identificação de semelhanças e diferenças entre os dois tipos de transformações.

Uma outra possibilidade consiste em estudar transformações que ocorrem na Natureza: o depósito de ferro em águas ferrosas, o enferrujar de barcos em água salgada, a formação de grutas calcárias, a degradação de monumentos de pedra calcária pela erosão e pela chuva ácida, a precipitação de sal nas salinas.

- Para o estudo das transformações físicas sugere-se a realização de experiências centradas nas mudanças de estado físico da água. Estas actividades poderão incluir registos de variações de temperatura (usando, por exemplo, um sensor de temperatura) em intervalos de tempos iguais. Distinguir calor de temperatura.

- Os alunos devem ainda ser alertados, através de exemplos, para o comportamento excepcional da água e para a sua importância na vida.

- Com actividades envolvendo processos onde ocorrem transformações químicas, os alunos podem estudar algumas propriedades das substâncias iniciais e compará-las com as das substâncias obtidas. Estudar, por exemplo, a acção da corrente eléctrica, a acção da luz, a acção do calor e a acção mecânica. Relacionar com o estudo do ciclo das rochas, efectuado nas Ciências Naturais, onde são patentes os efeitos da pressão e da temperatura.

Energia

Fontes e formas de energia

- Para eliciar as ideias dos alunos sobre energia estes podem realizar um teste de associação de

construir modelos de vulcões, utilizando materiais apropriados, bem como observar e discutir o que acontece durante a simulação da erupção de um vulcão. Sublinha-se o carácter eminentemente prático a atribuir a estas actividades. Não se pretende a este nível de escolaridade utilizar a classificação proposta por Lacroix, mas a relação entre o tipo de erupções vulcânicas, o tipo de aparelho vulcânico que originam e algumas propriedades do magma como sejam a viscosidade/fluidez e o teor em água.

Actividade sísmica: riscos e protecção das populações

- Para o estudo dos sismos será também possível recorrer a notícias de jornal e/ou a relatos históricos de sismos causadores de grandes destruições, como por exemplo o terramoto que em 1755 destruiu grande parte da cidade Lisboa. Recomenda-se também a exploração e discussão de cartas de isossistas e o contacto dos alunos com as escalas de Mercalli modificada e de Richter. Dever-se-á apenas chamar a atenção para que a magnitude de um sismo está relacionada com a quantidade de energia libertada no foco sísmico.
- A visita ao Instituto de Meteorologia e Geofísica, a análise de documentos onde seja feita referência ao papel dos sismógrafos, e/ou a construção destes aparelhos, a observação de sismogramas, por parte dos alunos, constituirão situações de contacto com inventos tecnológicos indispensáveis ao estudo dos sismos.
- A realização de um exercício de simulação da ocorrência de um sismo constituirá uma experiência educativa significativa das normas a seguir antes, durante e após um sismo.

Estrutura interna da Terra

Contributo da ciência e da tecnologia para o estudo da estrutura interna da Terra

- Sugere-se o estudo da estrutura interna da Terra sublinhando-se genericamente o contributo do estudo dos vulcões e sismos para o estabelecimento desta estrutura. Recomenda-se a consulta de sítios na internet em que os alunos possam colocar as suas questões a cientistas. Em alternativa, sugere-se a visita a centros de investigação ou a organização de palestras onde cientistas respondam às questões dos alunos. O levantamento das questões e o tratamento das respostas constituem tarefas a desenvolver pelos alunos.

Modelos propostos

- Para o estudo dos modelos da estrutura interna da Terra (crosta, manto e núcleo / litosfera, astenosfera, mesosfera), os alunos poderão construir modelos simples usando materiais diferentes. Podem ainda construir e explorar modelos em computador,

ideias. O professor apresenta depois os resultados aos alunos de modo a clarificar algumas das suas ideias e a evidenciar alguns temas que serão aprofundados a seguir.

Uma outra sugestão envolve os alunos na realização de um trabalho de grupo sobre a identificação da utilização da energia no dia-a-dia. Para isso os alunos exploram situações ilustradas por cartões ou por objectos/máquinas (calculadora a energia solar, discman, carro com motor eléctrico, comboio a vapor, esquentador (a gás ou eléctrico), batedeira eléctrica, carrinho de corda, moínho de vento (ou de água), relógio de pêndulo, etc.).

- Os alunos podem recolher informação relativamente a fontes de energia que se usam actualmente na sua região, às razões que levam à sua utilização e à forma de utilização. Questões associadas a esta temática e passíveis de serem abordadas na Área de Projecto são, por exemplo: 'fontes de energia dessa região utilizadas no passado e a sua utilização ligada ao desenvolvimento da região', 'comparação das fontes de energia utilizadas em diferentes regiões'.
- Atendendo à polémica actual sobre a dependência dos combustíveis fósseis, na nossa sociedade, os alunos podem analisar extractos de programas televisivos ou de jornais, participar em grupos de discussão na internet, considerando aspectos como o consumo de combustíveis fósseis, a previsão de gastos na sua extracção e o esgotamento das reservas existentes e ainda discutir alternativas.
- De forma complementar sugere-se que os alunos realizem actividades de resolução de problemas e tomada de decisão. Por exemplo 'decidir que fonte de energia seleccionar para construir uma central de produção de energia, numa determinada região', 'decidir que região será mais apropriada para implementar uma central de produção de energia'. Podem ainda realizar jogos de papéis centrados na utilização de energias renováveis e não renováveis, onde abordam questões controversas e discutem aspectos diversos relacionados com a temática (científicos, tecnológicos, ambientais, económicos, sociais, éticos, artísticos). Os alunos assumem as ideias de diferentes personagens, formulam questões que geram confronto de ideias e fundamentam os seus argumentos.

Transferências de energia

- Para compreenderem que a energia é uma propriedade dos sistemas e as transferências de energia de um sistema para outro, os alunos

testando as suas próprias ideias acerca da estrutura interna da Terra. É importante que os alunos compreendam as limitações dos modelos e discutam a sua importância na explicação dos fenómenos, ao mesmo tempo que contribuem para a evolução do conhecimento científico.

Dinâmica externa da Terra

Como introdução ao estudo das rochas propõe-se a realização de uma saída de campo para a recolha de amostras de mão e observação das paisagens associadas.

Rochas, testemunhos da actividade da Terra

➤ Todas as rochas contam a sua história (condições de temperatura e pressão a que estiveram sujeitas, entre outras) ao mesmo tempo que são testemunhos da actividade da Terra. A observação, na sala de aula, de amostras de mão recolhidas durante a visita de estudo, bem como de outras, recolhidas no meio local, atendendo a aspectos como granularidade, cristalinidade, cor, entre outros, contribuirá para compreensão da sua génese. A granularidade das rochas poderá ser introdutória ao estudo dos minerais enquanto constituintes das mesmas. O recurso a amostras de minerais (quartzo, feldspatos, olivinas, moscovite, biotite, calcite, entre outros) e o estudo de algumas propriedades físicas (dureza, brilho, clivagem, traço, fractura), possibilitará aos alunos a compreensão da utilidade destas para identificar e distinguir, em certos casos, de forma acessível, alguns minerais de outros semelhantes. A visualização em fotografia ou em diapositivo de minerais característicos de determinados ambientes de formação e/ou de rochas serve como um exemplo, entre outros possíveis, da importância do estudo dos minerais para o conhecimento das rochas e da sua história.

Rochas magmáticas, sedimentares e metamórficas: génese e constituição; ciclo das rochas

➤ A proposta é a de um estudo das rochas não exaustivo, mas uma abordagem simples no final da qual os alunos compreendam as diferenças quanto à génese e textura entre um granito e um basalto e entre estas e rochas sedimentares (calcário, areias, arenitos, salgema) e metamórficas (xisto e gnaisses). A utilização de esquemas, puzzles, ou de outras formas de representação, constituirá um modo de explorar o ciclo das rochas.

➤ Para a compreensão da formação de rochas sedimentares é possível a realização de algumas actividades práticas que simulem, por exemplo, a formação de estratos, a deposição de sal nas salinas, a deposição do carbonato de cálcio, a formação de estalagmites e estalactites.

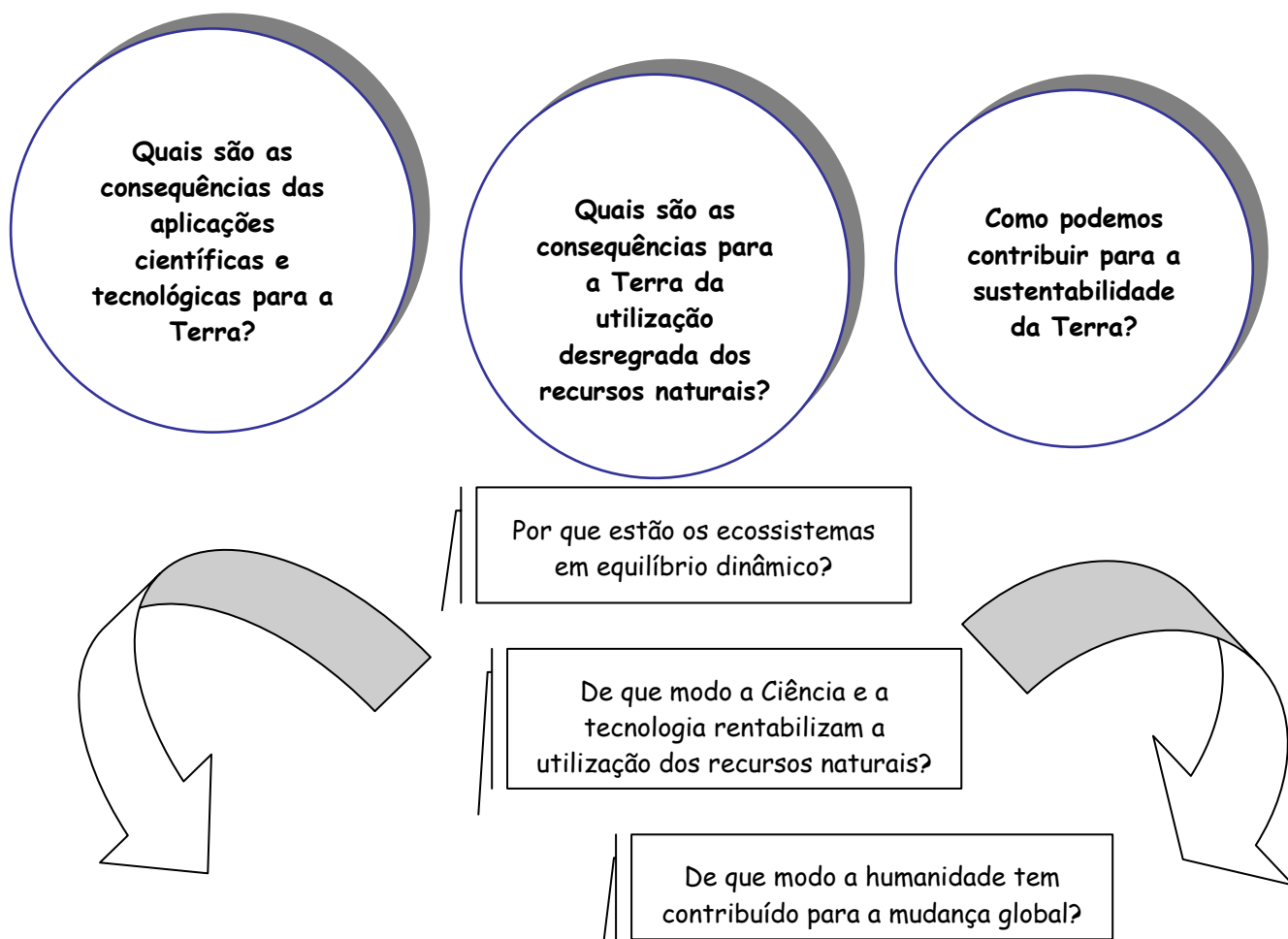
podem analisar montagens experimentais (circuitos eléctricos e modelos de centrais produtoras de energia) ou situações do dia-a-dia (como empurrar um objecto, tirar água de um poço, elevar os livros do chão para uma prateleira, comer um gelado, aquecer as mãos num dia de Inverno friccionando-as uma contra a outra). Os conceitos de energia potencial e de energia cinética devem ser introduzidos.

- Os alunos devem reflectir sobre as situações analisadas e identificar para onde pode ter sido transferida a energia. Para orientar a reflexão e introduzir a ideia de que há conservação de energia podem ser formuladas questões como 'O objecto ficou mais quente?', 'Foi emitida alguma luz?', 'Foi produzido algum som?'. Sugere-se a representação, em diagramas, dos fluxos de energia para mostrar que a energia inicial foi transferida para diferentes objectos ou locais.
- Se os alunos realizarem uma visita de estudo a uma central produtora de energia, uma actividade que se propõe consiste na identificação das transferências de energia que ocorrem. Posteriormente devem apresentar à turma ou à escola evidenciando os dados recolhidos e tratados. Uma outra sugestão reside na elaboração de jogos pelos alunos para desafiar colegas de outras turmas.
- Para o estudo dos processos de transferência de energia (condução e convecção) é importante que os alunos realizem actividades experimentais ou analisem situações onde se identifiquem e caracterizem estes processos.
- Durante o desenvolvimento desta unidade há ocasião para envolver os alunos em projectos (a desenvolver na área respectiva) subordinados a temas como: 'A construção de uma casa ecológica', 'A construção de uma casa energeticamente eficiente', 'Como minimizar as perdas de energia numa casa', 'A quinta auto-suficiente'.
- Como actividade final do estudo da energia propõe-se um debate centrado no aparente paradoxo entre duas mensagens transmitidas aos alunos nesta unidade: 'há necessidade de poupar energia/ a energia é conservada'.

Paisagens geológicas

- O estudo das paisagens geológicas pode ser feito a partir da saída de campo anteriormente realizada e/ou com recurso a visualização de fotografias, diapositivos, filmes que permitam a compreensão do contributo dos vários agentes de alteração e erosão na formação dessas paisagens.
 - No final da temática 'A terra em transformação' é fundamental que os alunos compreendam a Terra como um sistema, dotada de dinamismo interno e externo, possuidora de uma história inscrita nos seus próprios arquivos.
-

SUSTENTABILIDADE NA TERRA



CIÊNCIAS NATURAIS	CIÊNCIAS FÍSICO-QUÍMICAS
<p>Ecosistemas</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Interações seres vivos - ambiente ➤ Fluxo de energia e ciclo de matéria ➤ Perturbações no equilíbrio dos ecossistemas 	<p>Som e luz</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Produção e transmissão do som ➤ Propriedades e aplicações da luz <p>Reacções químicas</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Tipos de reacções químicas ➤ Velocidade das reacções químicas ➤ Explicação e representação das reacções químicas <p>Mudança global</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Previsão e descrição do tempo atmosférico ➤ Influência da actividade humana na atmosfera terrestre e no clima
<p>Gestão sustentável dos recursos</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Recursos naturais - Utilização e consequências ➤ Protecção e conservação da natureza ➤ Custos, benefícios e riscos das inovações científicas e tecnológicas 	

EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS

CIÊNCIAS NATURAIS	CIÊNCIAS FÍSICO-QUÍMICAS
<p>A compreensão dos mecanismos fundamentais subjacentes ao funcionamento e ao equilíbrio dos ecossistemas é essencial para o desenvolvimento de ações, mesmo a nível local, de conservação e gestão do património natural, as quais podem contribuir de forma decisiva para a sustentabilidade da Terra.</p> <p>Ecossistemas</p> <p>Esta temática deve ser explorada numa perspectiva de educação ambiental. A questão 'Por que estão os ecossistemas em equilíbrio dinâmico?' pode estar subjacente ao desenvolvimento das diferentes componentes, constituindo também um ponto de chegada, de interligação dos vários conceitos envolvidos nas três dimensões apresentadas. Pretende-se que os factores abióticos, bióticos, cadeias e teias alimentares, ciclos de matéria e de energia não tenham um tratamento separado para não se perder de vista a ligação sistémica existente, de facto, na natureza.</p> <p><i>Interacções seres vivos - ambiente</i></p> <p>A questão 'Como interagem os seres vivos com o ambiente?' pressupõe que os alunos compreendam que do ambiente fazem parte não só as condições físico-químicas, mas também todos os factores que interactivam com os seres vivos em causa - factores abióticos e bióticos.</p> <p>➤ Para se iniciar o estudo dos ecossistemas, sugere-se o visionamento de um filme sobre a vida animal e vegetal com a correspondente discussão na aula. Os alunos devem compreender os conceitos de ecossistema, espécie, comunidade, população e habitat. De modo a rentabilizar a informação retirada do documentário, a respectiva discussão deve também ser orientada para uma reflexão sobre a influência de factores físicos e químicos do meio sobre cada indivíduo (efeitos de ordem fisiológica ou comportamental) e/ou sobre as populações (efeitos de ordem demográfica - sobre as taxas de natalidade ou mortalidade, emigração ou imigração dos grupos). Para complementar este assunto, cada grupo de alunos pode desenvolver pesquisas relativas a um factor abiótico (luz, temperatura, pluviosidade) e apresentar os resultados aos colegas. No âmbito do estudo desta temática podem também ser realizadas actividades experimentais para a</p>	<p>A sustentabilidade na Terra implica o conhecimento dos recursos existentes e da sua gestão. A Ciência e a Tecnologia têm tido, ao longo da história da humanidade, uma enorme importância na obtenção, transformação e utilização desses recursos. É nesta perspectiva que se integram neste tema conteúdos seleccionados e a serem desenvolvidos na disciplina de Ciências Físico-Químicas. As duas questões 'De que modo a Ciência e a Tecnologia rentabilizam a utilização dos recursos naturais?' e 'De que modo a humanidade tem contribuído para a mudança global?' podem orientar a abordagem a realizar.</p> <p>Som e luz</p> <p><i>Produção e transmissão do som</i></p> <p>Pretende-se que os alunos conheçam como se produz e detecta o som, as suas características e natureza, e as suas aplicações.</p> <p>➤ Esta temática pode iniciar-se com a identificação de diferentes tipos de sons e de fontes sonoras. Os alunos nestas idades interessam-se por música. Sugere-se que levem para a escola instrumentos musicais (tambor, xilofone, flauta, guitarra, viola) para classificá-los (percussão, sopro ou cordas), atendendo ao modo como os sons são produzidos. Estudar as propriedades dos sons (altura, intensidade e timbre). Também podem pesquisar sobre os instrumentos musicais usados em diferentes regiões do país e ao longo dos séculos, reconhecendo a influência da tecnologia.</p> <p>➤ Estudar a propagação do som em diferentes meios. Para isso, sugere-se a realização de experiências envolvendo a propagação do som nos sólidos, líquidos e no ar. A realização de experiências no vácuo permite mostrar que o som precisa de um meio material para se propagar.</p> <p>➤ Planear diferentes experiências com os alunos para determinação da velocidade do som no ar e levá-los, posteriormente, a realizá-las, a elaborar o relatório e a discutir os resultados obtidos. Os alunos devem investigar o que acontece ao som quando incide em diferentes superfícies e quando passa através de meios distintos.</p> <p>➤ Os alunos podem comparar diferentes materiais, realizando experiências simples (por exemplo, usando sensores), identificando aqueles que são melhores isoladores sonoros. O comportamento dos materiais na transmissão do som pode ser associado à necessidade de isolamento sonoro de casas.</p> <p>➤ Os alunos podem medir os níveis sonoros nas diversas zonas da escola, usando um sonómetro. É</p>

observação, por exemplo, da influência da luz no desenvolvimento das plantas. Sugere-se ainda a construção de um aquário ou de um aquaterrário na escola, ficando em cada semana um grupo de alunos responsável pela sua manutenção; desta forma, os alunos têm que compreender a importância de controlarem certos factores abióticos para garantir a sobrevivência dos seres.

- Certas interacções, como predação, parasitismo, competição, comensalismo ou mutualismo podem ser abordadas com recurso a diversas actividades. Sugere-se a discussão de exemplos concretos observados durante visitas de estudo a parques naturais, por exemplo e/ou apresentados em filme, fotografias ou diapositivos. Devem ser referidas situações de interacções inter e intraespecíficas, destacando-se os casos de canibalismo como expressão extrema da competição intraespecífica e de cooperação em grupos com comportamento social. Os alunos podem pesquisar em fontes diversas exemplos de interacções, para além dos que são analisados na aula, e organizar trabalhos que fiquem expostos na sala (por exemplo, organizar uma selecção de imagens). Relativamente a este assunto, deve ser valorizada a interpretação dos alunos face aos vários exemplos de interacções, identificando benefícios e prejuízos para os seres envolvidos, em vez da simples aplicação de terminologia.

Fluxos de energia e ciclo de matéria

Os alunos devem compreender a intensa actividade dos ecossistemas, onde os seres nascem e morrem continuamente, fluxos de energia e ciclos de matéria ocorrem ininterruptamente, como fenómenos e processos que contribuem para o seu equilíbrio dinâmico, do qual transparece uma imutabilidade apenas aparente.

- A propósito dos fluxos de energia, relembra-se nesta altura, o papel do Sol como fonte de energia, provavelmente já clarificado em Ciências Físico-Químicas. Certos conceitos, como produtor, consumidor e nível trófico, podem ser referidos mediante a exploração de cadeias alimentares simples. Pode ser pedido aos alunos que construam cadeias alimentares, em texto ou desenho, de forma a serem interpretadas pelos colegas.
- No que diz respeito aos ciclos de matéria, não se pretende analisar os vários ciclos biogeoquímicos, mas realçar a existência nas comunidades de grupos de seres vivos com actividades, de certa forma, complementares (produtores, consumidores

importante discutir os problemas de audição que surgem quando há exposição a fontes sonoras com intensidade elevada, recorrendo-se, se tal for possível, à colaboração de um médico (de acordo com a evidência médica, se se conseguir ouvir música proveniente de um walkman a uma distância de dois metros, pode haver distúrbios auditivos para quem o tiver junto do ouvido).

- Sugere-se que os alunos identifiquem aplicações do som no dia-a-dia (rádio, radar, ecografia, sonar) e as expliquem.

Propriedades e aplicações da luz

Pretende-se que os alunos compreendam as propriedades e o comportamento da luz, bem como as suas aplicações.

- A luz é fundamental quer para nos permitir ver tudo aquilo que nos cerca quer para nos comunicar informação. Pedir aos alunos que identifiquem sinais luminosos e que pesquem como são produzidos, o tipo de informação que transmitem, quem os controla e a quem se dirigem (por ex. semáforos, farol, anúncios luminosos).
- Realizar experiências de modo a estudar a reflexão (usando diferentes tipos de espelhos) e a refacção da luz (usando diferentes tipos de lentes e lâmina de faces paralelas). A pesquisa sobre a constituição do olho humano, as doenças de visão e o modo de as prevenir, assim como a evolução da tecnologia associada a este campo da saúde constitui um assunto importante a ser explorado pelos alunos.
- Incentivar os alunos a pesquisar a utilização das fibras ópticas (por ex., em medicina e nas telecomunicações) e proporcionar-lhes a oportunidade de realizar experiências.
- Realizar a experiência da dispersão da luz, identificar as cores do espectro e relacionar com o arco-íris. Encorajar os alunos a efectuar investigações usando filtros de diversas cores para interpretar a cor dos objectos com base na absorção e reflexão da radiação incidente.
- É importante que os alunos observem ondas e distingam entre transferência de energia por ondas mecânicas (do mar, sonoras, sísmicas) de transferência de energia por ondas electro-magnéticas (rádio, luz visível, radiação ultravioleta). As ondas que fazem a televisão funcionar transportam energia e informação desde a central de transmissão até nossas casas.
- Para estudar as características das ondas (comprimento de onda, amplitude, frequência, período e velocidade das ondas) utilizar uma corda ou a tina de ondas. Usar uma mola para distinguir ondas longitudinais de ondas transversais.

e decompositores), que possibilitam uma reciclagem permanente da matéria. No caso dos alunos já conhecerem as mudanças de estado da água (constitui um conteúdo programático de Ciências Físico-Químicas, relacionado com as transformações físicas), terão facilidade em interpretar um esquema simplificado do ciclo da água, a título exemplificativo dos ciclos biogeoquímicos.

- Tendo sido abordado o aparecimento de ilhas como consequência de actividades vulcânicas, sugere-se que os alunos conheçam o fenómeno da sucessão ecológica com base na colonização (fase em que pode ocorrer um crescimento exponencial das populações) e posteriores alterações nas comunidades que povoam esses espaços. Em alternativa, o professor pode optar por exemplificar a sucessão que ocorre após uma área ser devastada por um incêndio (o que será particularmente significativo se tiver ocorrido um incêndio numa região próxima). As simulações em computador podem facilitar a compreensão deste assunto.
- Através da interpretação de gráficos, os alunos devem reflectir sobre a flutuação do número de indivíduos de uma população ao longo do tempo, respectivas causas e consequências (por exemplo, o aumento do número de indivíduos num espaço limitado pode originar maior competição e atrair predadores, aumentando a taxa de mortalidade).

Perturbações no equilíbrio dos ecossistemas

- Atendendo a que inúmeras catástrofes podem comprometer o equilíbrio dos ecossistemas e a sobrevivência das populações humanas, os alunos devem reflectir sobre causas e efeitos de catástrofes (além das actividades vulcânica e sísmica, já abordadas, ocorrem outras catástrofes, tais como tempestades, inundações, secas, explosões, poluição ou contaminações). Deve dar-se particular relevo às que tiverem ocorrido recentemente e às que suscitarem maior interesse nos alunos. Essas catástrofes podem ser discutidas com base em notícias veiculadas nos meios de comunicação social e devem ser realçadas as respectivas medidas de protecção das populações.
- A poluição, nas múltiplas formas que pode tomar, constitui uma das principais causas do desequilíbrio dos ecossistemas. Fontes de poluição, agentes poluentes e consequências da poluição são vertentes a serem exploradas neste tema.

Reacções químicas

Pretende-se que os alunos compreendam que a Química se refere ao modo como os materiais se transformam para originar outras substâncias. A matéria pode sofrer uma variedade de mudanças, rápidas ou lentas, espectaculares ou imperceptíveis, com ou sem libertação de calor. Incentivar os alunos a identificar, no mundo à sua volta, reacções químicas e a apresentar evidências (mudanças de cor ou da temperatura, produção de gases ou de sólidos) que apoiem os seus resultados.

- Sugere-se a realização de experiências de combustão (por ex., carvão, magnésio, enxofre, sódio), permitindo aos alunos a identificação de reagentes e produtos da combustão. É fundamental começar a escrever equações de palavras para traduzir as reacções químicas. Pedir aos alunos a identificação de reacções de oxidação (por ex. respiração, enferrujamento do ferro). Pretende-se sensibilizar os alunos para o desgaste dos materiais, para a corrosão dos metais e a para a necessidade de uma constante vigilância e manutenção (referência às tintas e vernizes e ao seu papel de protecção dos materiais). Os alunos podem visitar fábricas de tintas e vernizes para se aperceberem dos processos de fabrico e das substâncias que as constituem.
- Partindo de soluções do dia-a-dia (por ex., sumo de limão, vinagre, limpa-vidros amoniacal) realizar experiências usando vários indicadores para caracterizar soluções ácidas e básicas. Realizar uma experiência simples de ácido-base. Relacionar com situações comuns (por ex., a azia e o que se faz para a combater).
- Questionar os alunos acerca da solubilidade de diferentes substâncias em água. Incentivá-los a pesquisar as propriedades da água existente em diferentes regiões do país, a dureza da água em diversas amostras e métodos usados para diminuir a dureza da água de consumo.
- Realizar reacções de precipitação e verificar a formação de sais pouco solúveis (precipitados) a partir de sais solúveis. Este conteúdo pode ser relacionado com aprendizagens já realizadas em Ciências Naturais; por ex. relacionar com a formação de estalactites e estalagmites nas grutas calcárias e com a formação de conchas e de corais.
- Incentivar os alunos a escrever as equações de palavras correspondentes às reacções químicas realizadas e a investigar o que acontece à massa das substâncias que tomam parte numa reacção química.

Velocidade das reacções químicas

- Sugere-se que os alunos dêem exemplos de reacções

Sugere-se o contacto dos alunos com problemas reais, quer através de situações locais e/ou regionais que os afectem em particular quer mediante problemas mais gerais que afectam a Terra de um modo global e em particular os seres vivos. Deste modo, poderão constituir temas de discussão: o efeito de estufa, o buraco do ozono, as chuvas ácidas, a desflorestação, entre outros. Estes assuntos são passíveis de serem estudados sob a forma de pequenos projectos, interdisciplinarmente com Ciências Físico-Químicas e Geografia.

químicas correntes e as classifiquem de acordo com a rapidez a que se processam. É importante a realização de experiências de modo a identificar factores que influenciam a velocidade das reacções químicas. Relacionar com o que se faz no dia-a-dia para diminuir a velocidade das reacções químicas (por ex. o uso do frigorífico ou a utilização de conservantes para a conservação dos alimentos).

Explicação e representação das reacções químicas

- Numa primeira abordagem, pretende-se que os alunos compreendam que a matéria tem estrutura, da qual dependem as suas propriedades. Sugere-se a pesquisa de como a estrutura da matéria tem sido entendida ao longo do tempo e a procura de evidências que suportam a teoria corpuscular da matéria. Inferir o pequeníssimo tamanho dos corpúsculos constituintes da matéria e alertar para a impossibilidade dos nossos sentidos permitirem a sua observação. É oportuno referir a diferença entre átomo e molécula.
- Explicar os estados físicos da matéria em termos da agregação corpuscular. A exploração de modelos, discutindo semelhanças e diferenças é uma estratégia a seguir. Programas de simulação em computador ilustrando a teoria cinético-molecular devem ser usados nesta fase. Realizar experiências que permitam relacionar volume, pressão e temperatura de amostras de gases.
- Confrontar os alunos com a existência de substâncias constituídas por átomos iguais (substâncias elementares) e substâncias constituídas por átomos diferentes (substâncias compostas). Sensibilizá-los para a linguagem química de representação de substâncias (símbolos e formulas químicas) e para a necessidade de uma convenção universal para os símbolos químicos.
- Partindo de exemplos anteriores, reconhecer que há substâncias cujas unidades estruturais têm carga eléctrica: iões. Explicar as reacções químicas em termos de rearranjo de átomos, com referência à ruptura de ligações químicas e formação de novas ligações. Representar, com exemplos simples, as reacções químicas por equações químicas. Juntar uma solução ácida a uma solução básica, indicando os produtos, e traduzir a reacção por uma equação química.

Mudança global

Descrição e previsão do tempo atmosférico

Pretende-se que os alunos tomem consciência da importância que o conhecimento do tempo atmosférico tem para a nossa sociedade e para a prevenção de desastres.

- Incentivar os alunos a consultar um jornal na secção

correspondente ao estado do tempo para identificar termos relacionados com meteorologia. Sugere-se a construção de um glossário de turma a que podem recorrer sempre que precisem, ao longo do estudo desta temática.

- Sugere-se o planeamento e a construção de instrumentos simples que permitam estudar a variação da pressão atmosférica. Os alunos podem também construir anemómetros, pluviómetros ou higrómetros e utilizá-los na escola. Comparar os valores obtidos com os valores publicados e calcular a percentagem de erro, discutindo fontes de erro.
- Sugere-se a pesquisa sobre as formas de recolha de dados em meteorologia e sobre o papel dos satélites meteorológicos.

Influência da actividade humana na atmosfera terrestre e no clima

- O estudo deste tópico, tendo em conta o seu carácter interdisciplinar, deve ser realizado em coordenação com as Ciências Naturais e a Geografia. Sugere-se a realização de projectos centrados na identificação de poluentes atmosféricos, as suas possíveis causas, consequências e formas de minimização. Nesses projectos os alunos podem, por ex., analisar boletins com os valores dos poluentes atmosféricos em vários pontos do nosso país, explicar a redução do ozono na estratosfera e discutir o impacte dessa redução na vida. Os alunos devem tomar consciência da importância de se acabar com a emissão de determinados gases, tendo em vista a protecção da vida na Terra (ex. óxidos azotados e clorofluorcarbonetos (CFCs)).

Gestão sustentável dos recursos

A abordagem desta temática pode ter como linhas norteadoras as três grandes questões propostas: 'Quais são as consequências para a Terra da utilização desregrada dos recursos naturais?', 'Quais são as consequências das aplicações científicas e tecnológicas para a Terra?' e 'Como poderemos contribuir para a sustentabilidade da Terra?'.

O trabalho pode desenvolver-se na disciplina de Ciências Naturais e na de Ciências Físico-Químicas em articulação ou ser abordado de forma transdisciplinar com a intervenção das disciplinas de História, Geografia, Português, entre outras. Pode também ser desenvolvido na Área de Projecto, constituindo ocasião para os alunos realizarem actividades de pesquisa.

Recursos naturais - Utilização e consequências

- Os alunos poderão começar por efectuar um levantamento e identificação dos recursos naturais existentes na sua região a partir do qual procederão ao estudo mais pormenorizado de um deles. A título exemplificativo sugere-se o estudo da extracção dos recursos minerais recorrendo, se tal for possível, a pequenos estudos locais e/ou à análise de notícias de imprensa, relacionadas com a exploração de minas, pedreiras, areeiros e respectivas consequências para os ecossistemas. A extracção dos metais a partir dos minérios deve ser abordada, dando ênfase à sua importância para a evolução das civilizações e às razões que tornam estes materiais tão importantes na nossa sociedade. Os alunos podem pesquisar acerca dos minerais existentes no nosso país (em especial o cobre e o ferro) e sobre o tratamento e utilização que deles se faz. Este conteúdo poderá ser favorável à implementação de estratégias de resolução de problemas e de tomadas de decisão.

- A transformação dos recursos em produtos de utilidade ocorre através da manufacturação. Sugere-se que os alunos pesquisem sobre os materiais que existem à nossa volta e identifiquem a matéria prima que os originou (por exemplo: papel, vidro, vestuário, sacos de plástico, painéis, jóias, sal das cozinhas). É recomendada a realização de visitas de estudo a unidades industriais existentes na região e a correspondente análise dos custos, benefícios e riscos sociais e ambientais associados à actividade industrial.
- O estudo da utilização dos recursos naturais, energéticos, hídricos, biológicos e respectivas consequências, poderá ser feito mediante a realização de trabalhos projecto, em grupo, no seio da disciplina. Deverá ser realçada a utilização de recursos como a água e o petróleo. Desde os tempos mais recuados a água assume um papel fundamental no desenvolvimento das populações; a abordagem a este tema poderá ser feita com recurso a actividades experimentais, análise de documentos previamente seleccionados pelo professor, pesquisa de informação e discussão. É importante realçar a importância da água na alimentação, na higiene, na produção de energia, na agricultura, na indústria... Recomenda-se que nesta temática os alunos compreendam a existência de diferentes tipos de águas e a relação com a sua utilização para fins diversos. Os alunos poderão, mediante a análise de informação que conste, por exemplo, em tabelas e gráficos, identificar semelhanças e diferenças, nomeadamente relativas à presença de iões, entre a 'água da torneira' e outras. A comparação da composição química de diferentes 'águas minerais' poderá levar à distinção entre águas de nascente, água mineral, água termal e água medicinal.
- Pode ainda ser efectuado um levantamento sobre: consumo médio diário de água por pessoa, fonte de abastecimento do meio local, necessidades locais, tratamento da água antes de chegar à torneira. A leitura de gráficos e/ou tabelas relativos aos valores médios dos gastos de água para uso industrial, agrícola e doméstico, à percentagem de água consumida em relação aos recursos existentes, e à evolução do consumo mundial de água por ano, poderá também incentivar os alunos a não desperdiçar este bem propondo e implementando na sua casa e na escola acções conducentes a evitar o seu desperdício. Em conformidade, sugere-se a análise da Carta Europeia da Água, bem como de outros documentos de legislação internacional e nacional, discutindo o seu incumprimento e a divulgação dos resultados na comunidade educativa.
- Recomenda-se o estudo do consumo de combustíveis fósseis, dando especial ênfase à velocidade e ao modo de consumo comparativamente com o modo e tempo de formação. Para o estudo de soluções alternativas para minimizar a dependência face aos combustíveis fósseis sugere-se a análise de situações reais, como a construção de barragens, de centrais nucleares, de centrais eólicas e de painéis solares, a biomassa... envolvendo os alunos na análise da razão benefício / custos e culminando em tomadas de decisão na selecção da solução ou soluções mais adequadas considerando toda a informação que possuem. Também o petróleo, pela importância que assume no nosso quotidiano, deve ser alvo de especial atenção por parte dos alunos, para que compreendam como a indústria do petróleo tem vindo a afectar as sociedades contemporâneas. Para isso, podem ser incentivados a pesquisar sobre a utilização dos derivados do petróleo no dia-a-dia, vantagens e inconvenientes associados ao seu uso. A pesquisa a realizar pode contemplar a constituição química do petróleo, extracção e processo de refinação, transporte antes e após tratamento nas refinarias, evidenciando procedimentos de segurança a ter em conta e custos envolvidos. A discussão da variação do preço do barril de petróleo, por exemplo, durante um mês, identificando as razões que contribuem para essas alterações pode ser uma actividade a explorar. É importante que o professor incentive os alunos a responder a questões como 'Quando o preço do petróleo sobe para preços que não são comportáveis para ser usado, o que poderemos nós fazer?'. Sugere-se uma visita a uma refinaria para observarem e registarem dados sobre o processo de refinação do petróleo e sobre os produtos resultantes.
- Os alunos podem pesquisar materiais de que são feitas a maior parte das nossas roupas que actualmente substituem cada vez mais os materiais naturais como algodão, lã, seda, ou borracha. A verificação de etiquetas de vestuário será uma estratégia que permitirá constatar a origem sintética dos materiais. Outro aspecto tem a ver com os materiais de que são feitos objectos de uso corrente e como substituíram também materiais tradicionais.

Protecção e conservação da natureza

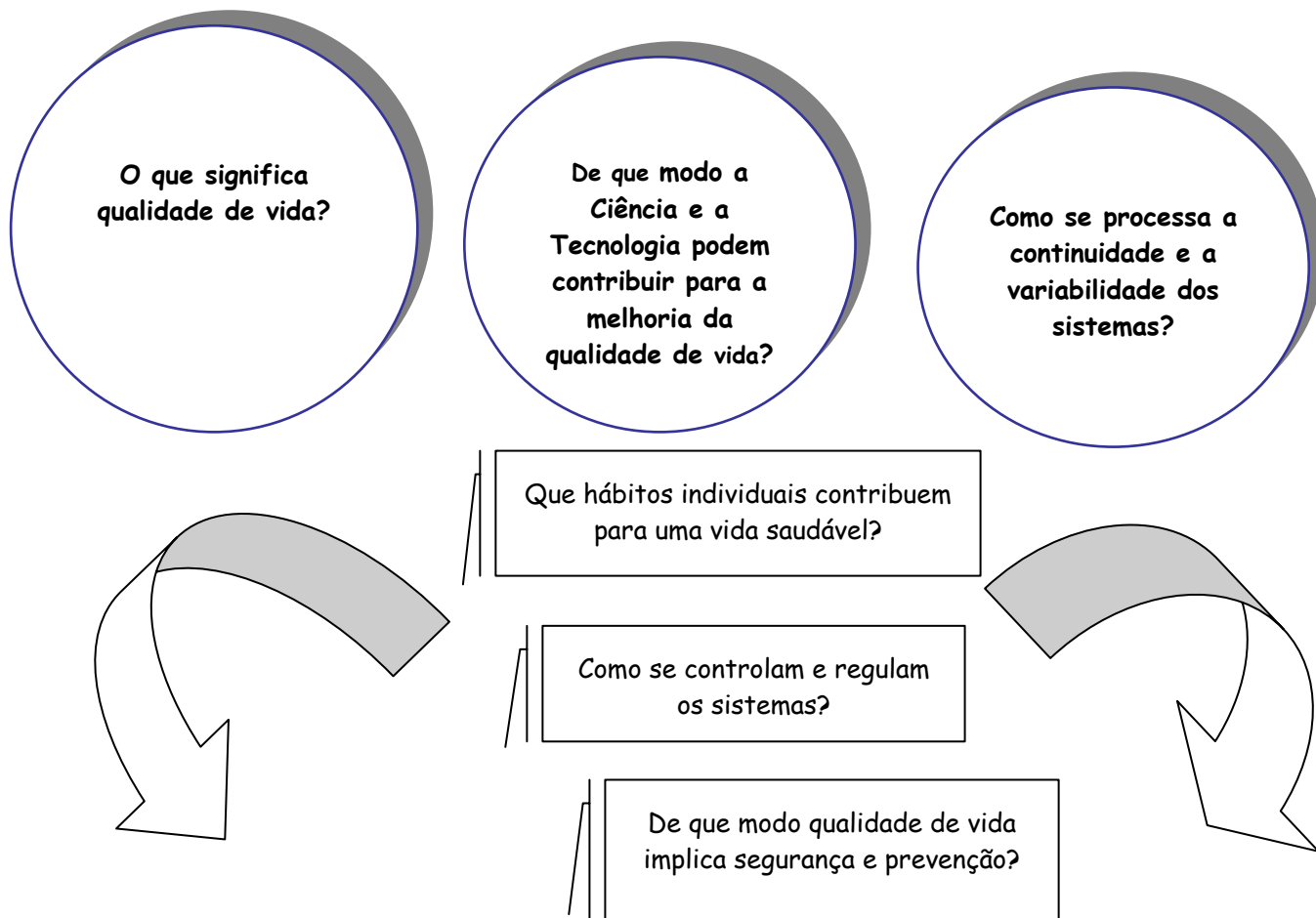
- A extracção, transformação e utilização dos recursos naturais produz, em diferentes momentos, resíduos e lixos que é necessário considerar. A realização de visitas de estudo a aterros sanitários e/ou a incineradoras são exemplos pertinentes para promover a discussão de diferentes questões, frequentemente mobilizadoras da intervenção pública e de manifestações populares. Uma dessas questões poderá ser 'Qual é a localização mais adequada para o armazenamento dos resíduos?' Uma actividade a realizar consiste na análise de documentos previamente seleccionados pelo professor que evidenciem conflitos de interesses inerentes a estas questões. Esta temática favorece a promoção de ambientes de aprendizagem baseados na resolução de problemas e em exercícios de tomada de decisão.
- As visitas de estudo a estações de tratamento de águas residuais (ETAR) poderá proporcionar aos alunos o contacto directo com diferentes processos (físicos, químicos e biológicos) pelos quais é possível o tratamento de águas provenientes dos esgotos, de actividades industriais, domésticas e agrícolas, entre outras, por forma a ser obtida água de novo potável.
- Com estas, ou outras actividades, pretende-se mobilizar os alunos para a importância da reciclagem dos resíduos (lixo, água, papel, lata, entre outros) e, ao mesmo tempo, sensibilizá-los para a necessidade de preservar, e economizar os recursos naturais. De forma complementar os alunos poderão partir da análise do que se passa no meio local, através do diagnóstico da situação relativa ao depósito dos lixos doméstico, industrial e hospitalar, por exemplo, (periodicidade de recolha, recipientes de depósito, existência e localização de ecopontos e de ecocentros), seguida de um levantamento, junto da Câmara Municipal da sua área, sobre a quantidade de lixo produzido por habitante, modo de recolha e tratamento do mesmo. Ainda neste âmbito, os alunos poderão elaborar panfletos de divulgação sobre a separação do lixo doméstico, local de depósito e modo de tratamento do mesmo por forma a intervirem junto da comunidade.
- Tendo presente a necessidade de extrair, transformar e utilizar os recursos naturais e as vantagens e inconvenientes associados a estas acções, os alunos terão ocasião de pensar e sugerir propostas relativas a uma gestão racional dos recursos, comparando-as posteriormente com documentos actuais sobre este assunto (por exemplo o protocolo de Quioto, assinado a 11 de Dezembro de 1997). Debater a polémica centrada em torno deste Protocolo (discutido em Haia nos meses de Março-Abril de 2001).
- Sugerem-se outras actividades como a realização de visitas de estudo a uma ou várias das seguintes áreas: Parque Nacional, Parque Natural, Reserva Natural, Paisagem Protegida e/ou Sítio Classificado, recolhendo elementos documentais (fotografias, diapositivos, vídeos) que evidenciem características das áreas visitadas (fauna, flora, geologia da região, formas de relevo...) e o impacte ambiental produzido por acção humana por forma a que, de seguida, discutam e reflectam sobre os dados recolhidos e os analisem permitindo a introdução de questões directamente relacionadas com a sustentabilidade. Os alunos podem comunicar os seus resultados e conclusões em pequenas brochuras para consulta na biblioteca escolar, na internet (página da escola) ou no jornal da região.
- Questões passíveis de interesse e alvo de discussão pública recente, como por exemplo, a construção do túnel da CREL (periferia de Lisboa), a preservação de uma parte da Pedreira do Galinha na região de Ourém, a protecção do Monte Santa Luzia em Viseu, do campo de Lapiás em Negrals (Pêro Pinheiro), a tentativa de protecção da Pedra Furada (Setúbal)... poderão constituir outros exemplos a ser investigados pelos alunos, no sentido de compreenderem a complexidade de relações que se estabelecem entre a Ciência e a Sociedade, sensibilizando-os para a importância da conservação e preservação dos geomonumentos.

Riscos das inovações científicas e tecnológicas para o indivíduo, a sociedade e o ambiente

- A este nível sugere-se a discussão de problemáticas reais, como por ex. acidentes em centrais nucleares, o lançamento para a atmosfera de fumos provenientes de queimas, a adição de chumbo à gasolina, o lançamento de resíduos industriais para os rios. Estas problemáticas poderão constituir oportunidade para discussão sobre questões de natureza social e ética que permitam aos alunos momentos de reflexão a propósito dos prós e contras de algumas
-

inovações científicas para o indivíduo, para a sociedade e para o ambiente. É importante discutir que, em muitos casos, não são a Ciência e a Tecnologia directamente responsáveis por malefícios, mas o não controlo das aplicações científicas ou má utilização.

VIVER MELHOR NA TERRA



CIÊNCIAS NATURAIS	CIÊNCIAS FÍSICO-QUÍMICAS
<p>Saúde individual e comunitária</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Indicadores do estado de saúde de uma população ➤ Medidas de acção para a promoção da saúde <p>Transmissão da vida</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Bases fisiológicas da reprodução ➤ Noções básicas de hereditariedade <p>Organismo humano em equilíbrio</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sistemas neurohormonal, cárdio-respiratório, digestivo e excretor em interacção ➤ Opções que interferem no equilíbrio do organismo (tabaco, álcool, higiene, droga, actividade física, alimentação) 	<p>Em trânsito</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Segurança e prevenção ➤ Movimento e forças <p>Sistemas eléctricos e electrónicos</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Circuitos eléctricos ➤ Electromagnetismo ➤ Circuitos electrónicos e aplicações da electrónica <p>Classificação dos materiais</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Propriedades dos materiais e tabela periódica dos elementos ➤ Estrutura atómica ➤ Ligação química
<p>Ciência e Tecnologia e qualidade de vida (Ciência e Tecnologia na resolução de problemas da saúde individual e comunitária, Avaliação e gestão de riscos)</p>	

EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS

CIÊNCIAS NATURAIS	CIÊNCIAS FÍSICO-QUÍMICAS
<p>Saúde individual e comunitária</p> <p>No sentido de responder às questões 'O que significa qualidade de vida?' e 'Que hábitos individuais contribuem para uma vida saudável?' deve ser abordado o conceito de saúde, o qual implica uma relação <i>comigo, com os outros</i> e com <i>o ambiente</i>. A ênfase deve ser dada à promoção da saúde individual e comunitária, abordada de modo transversal ao longo do tema integrador 'Viver Melhor na Terra'.</p> <p><i>Indicadores do estado de saúde de uma população</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ O início dos diferentes conteúdos programáticos pode ser feito tendo em conta os diferentes indicadores, por exemplo número de gravidezes na adolescência, principais doenças cardiovasculares que afectam a população local, entre outros. ➤ Os alunos podem realizar trabalhos de pesquisa (se possível, em colaboração com as disciplinas de Geografia e História) em que aprofundem temas pertinentes no âmbito da saúde comunitária e individual, tais como a assistência médica, a vacinação, os rastreios, o stress ou o ordenamento do território, entre outros. <p><i>Medidas de acção para a promoção da saúde</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Uma possibilidade é a realização de trabalhos de grupo (escrito, desenho, audio e vídeo, fotografia) em que seja aprofundado um tema do interesse dos alunos; podem seguir-se várias iniciativas de intervenção no meio escolar ou familiar. Assim, assumindo atitudes promotoras de saúde, o aluno pode tomar medidas de prevenção e intervir na correcção dos desequilíbrios. <p>Transmissão da vida</p> <p>A temática 'Transmissão da vida' pretende abordar aspectos fundamentais relativos à continuidade e à variabilidade dos sistemas, seguindo um processo dinâmico. Neste contexto, os alunos devem conhecer as bases morfológicas e fisiológicas da reprodução humana e adquirir algumas noções básicas de hereditariedade, sendo importante abordar assuntos que são debatidos nas sociedades actuais e sobre os quais os cidadãos devem ter uma opinião fundamentada.</p>	<p>Em trânsito</p> <p>As questões 'De que modo a Ciência pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida?' e 'De que modo qualidade de vida implica segurança e prevenção?' podem orientar o desenrolar de toda a temática nas Ciências Físico-Químicas.</p> <p><i>Segurança e prevenção</i></p> <p>A segurança e a prevenção constituem condição essencial em diversos aspectos relacionados com a qualidade de vida. Assim, serão abordadas em diferentes momentos do tema 'Viver Melhor na Terra'.</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Para iniciar, sugere-se o recurso a notícias sobre acidentes rodoviários, queda de pontes e edifícios, entre outros, para sensibilizar os alunos para a necessidade do cumprimento de regras de prevenção e segurança. ➤ Os alunos podem construir um modelo de uma ponte, usando o material que entenderem, e prever a carga máxima que a ponte pode suportar, discutindo as condições de segurança previstas na construção e utilização. ➤ Discutir as normas de segurança rodoviária e a necessidade de as respeitar, através da visualização de vídeos sobre condução em condições de segurança, considerando o tempo de reacção do condutor, as condições das estradas, dos pneus e as condições atmosféricas. ➤ Discutir o papel dos cintos de segurança e capacetes. Sugere-se a análise de tabelas ou gráficos que relacionem os efeitos de travagem do veículo no indivíduo, para diferentes valores de velocidade. ➤ Sugere-se a discussão sobre a importância da manutenção de pontes, edifícios, estradas... com a análise dos interesses económicos, sociais e ambientais envolvidos. <p><i>Movimento e forças</i></p> <p>A noção de movimento associada às Ciências Naturais, numa perspectiva de continuidade de vida, tem aqui uma expressão bem clara e mais concreta.</p> <p>Movimento é uma constante no nosso dia-a-dia. Esta temática, já abordada no tema 'Terra no espaço', pode agora ser iniciada com questões sobre o movimento dos objectos, permitindo aos alunos expressarem as suas ideias e fundamen-</p>

Bases morfológicas e fisiológicas da reprodução humana

- Retomando a noção de sistema, pretende-se que os alunos reconheçam o organismo humano como um sistema organizado segundo uma hierarquia de vários níveis (sistema, órgão, tecido, célula). Podem ser exploradas representações do interior do organismo humano (CD-Rom, ou em modelo tridimensional) de forma a que os alunos identifiquem a posição relativa de diversos órgãos e tecidos. A partir da abordagem sugerida pode ser introduzido o sistema reprodutor dando ênfase à particularidade de este atingir o seu pleno funcionamento num período mais tardio do desenvolvimento do organismo humano.
 - Atendendo à fase de desenvolvimento em que os alunos se encontram, sugere-se um levantamento dos conhecimentos e dúvidas dos alunos sobre a reprodução humana, bem como sobre mudanças físicas e emocionais experimentadas durante a puberdade, de modo a promover uma motivação para o tema.
 - A morfologia e a fisiologia do sistema reprodutor humano (ciclos ovário e uterino e condições necessárias à ocorrência de gravidez) bem como os efeitos das hormonas sexuais (estrogéneos, progesterona e testosterona, local de produção e respectiva influência no desenvolvimento dos caracteres sexuais) podem ser conhecidos mediante a exploração de diagramas simples e/ou através da análise de casos concretos. Não se pretende a este nível que os alunos fiquem a conhecer a regulação hormonal dos ciclos ovário e uterino.
 - A abordagem aos métodos de contraceção e à prevenção das infecções de transmissão sexual (SIDA, herpes, hepatite B), pode ser feita, por exemplo, a partir de textos relativos à história da medicina. Possibilidades e limites da medicina moderna no tratamento e cura destas doenças podem ser alvo de discussão e de reflexão.
 - Esta problemática é muito delicada, toca em aspectos emocionais e íntimos que é preciso saber gerir, ao mesmo tempo que implica a necessidade de respeitar o nível de desenvolvimento dos alunos, diferentes valores, culturas e modos de perspectivar a vida, pelo que será essencial a abordagem destes assuntos em conjunto com especialistas. Recorrer a técnicos de saúde (enfermeiros, médicos, psicólogos...) e a técnicos de Promoção e Educação para a Saúde dos Centros de Área Educativa, de modo a
- tá-las. Tendo em conta essas ideias, sugere-se a exploração deste conteúdo utilizando actividades como as que se seguem.
- Proporcionar uma aula ao ar livre para os alunos correrem entre várias posições, previamente marcadas, registar os tempos que levam a percorrer as distâncias, sentir os efeitos da aceleração e desaceleração e construir gráficos de posição e de velocidade em função do tempo. Analisar os dados recolhidos e o que significa acelerar e retardar.
 - Os horários de comboios ou de outros transportes podem ser usados para calcular e comparar velocidades médias para as mesmas distâncias percorridas. Sugere-se que os alunos estimem a velocidade média de objectos em movimento e que depois planeiem e realizem experiências de modo a determiná-la. Posteriormente, podem calcular a percentagem de erro relativamente ao valor estimado.
 - O estudo dos movimentos rectilíneos pode ser efectuado com carrinhos (modelos laboratoriais ou de brinquedo), utilizando, por ex., registos com marcador electromagnético ou sensores de luz. A análise dos dados obtidos deve permitir classificar o tipo de movimento em diversos intervalos de tempo, determinar velocidades instantâneas e calcular a aceleração média num dado intervalo de tempo. Os alunos podem também construir acelerómetros e testá-los no pátio da escola, durante uma corrida.
 - Identificar os processos correntes de medição de velocidades, comparando-os com os usados pela polícia na detecção da velocidade dos automóveis. Planear, construir e testar um velocímetro para um carro ou bicicleta. Apresentar à turma o produto final bem como os fundamentos teóricos que possibilitaram a construção do velocímetro.
 - No estudo das forças que afectam os movimentos, devem realizar-se actividades experimentais, relacionando a existência de repouso ou movimento rectilíneo e uniforme com o valor da resultante das forças que actuam num corpo.
 - Para abordar o atrito, os seus efeitos e factores de que depende, sugerem-se várias actividades. A partir da observação (ou visualização em vídeo) de ciclistas numa corrida, os alunos podem descrever como aqueles se posicionam para adquirir uma maior velocidade, explicitando as suas interpretações. Também podem planejar e realizar investigações que permitam estudar factores que influenciam as forças de atrito, fazendo variar a área de contacto, a rugosidade das superfícies de

a desenvolver esta temática numa perspectiva de educação da sexualidade que contemple aspectos éticos, afectivos e sociais, para além dos aspectos biológicos.

Noções básicas de hereditariedade

- No âmbito de uma abordagem geral sobre alguns aspectos da hereditariedade, os alunos devem ser confrontados com situações concretas de transmissão de características ao longo das gerações (cor dos olhos e do cabelo), mediante a análise de árvores genealógicas simples e a discussão de questões do tipo 'como é possível que um casal de olhos castanhos tenha filhos de olhos azuis?'. Para que os alunos se apercebam de que a hereditariedade não diz respeito apenas aos seres humanos, devem ser explorados exemplos da transmissão de características em diversos grupos de seres vivos (cor do pêlo de animais e de pétalas de flores). Além destes exemplos, também a discussão da questão 'Menino ou Menina?' pode constituir oportunidade para os alunos reflectirem sobre o conceito de probabilidade, o que pode ser feito em articulação com a disciplina de Matemática.
- Os alunos devem conhecer a localização do material genético na célula, o que pode ser concretizado com recurso a esquemas da constituição celular; podem também ser realizadas actividades experimentais para a observação microscópica do núcleo de células animais e vegetais, complementadas com imagens obtidas ao microscópio electrónico.
- Atendendo à possível contribuição do desenvolvimento do conhecimento científico, nomeadamente na área da Genética, na resolução de vários problemas que preocupam as sociedades actuais (a nível da produção de alimentos, medicamentos, procedimentos médicos, planeamento familiar, entre outros), os alunos devem ter oportunidade para reflectir sobre algumas aplicações e possíveis consequências da manipulação do material genético. A discussão de notícias veiculadas na comunicação social (relativas, por exemplo, à clonagem, à reprodução medicamente assistida) pode contribuir para o reconhecimento de algumas restrições de natureza ética que se colocam à investigação científica.

Organismo humano em equilíbrio

Mais do que conhecer os diferentes sistemas isoladamente, os alunos devem compreender as suas interacções, complementando conhecimentos adquiridos no 2º ciclo. Sugere-se que

contacto, a massa do corpo. Um caso particular de interesse para os alunos consiste em comparar a aderência dos sapatos de desporto.

- Para explorar forças de acção e de reacção, analisar situações como o descolar de um avião, andar de barco a remos, empurrar um carro que avariou. A observação da descida em paraquedas e da flutuação dos planadores podem constituir contextos que permitem relacionar a aceleração adquirida por um corpo com a resultante das forças que actuam. Explorar as forças presentes, prevendo o tipo de movimento (tem sentido aqui descrever o movimento em queda livre). Utilizar os conceitos de densidade e impulsão para explicar a flutuação.
- Para compreender as ideias dos alunos relativamente ao movimento e às forças, sugere-se a discussão das seguintes questões: 'Por que razão os autocarros e camiões têm volantes muito maiores que os carros?', 'Por que razão se utilizam alicates para abrir mais facilmente as tampas dos frascos de doce?' e 'Por que se colocam os puxadores das portas na posição oposta ao eixo vertical da porta?'
- Como aplicação dos estudos sobre o movimento e as forças, sugere-se a realização de actividades experimentais para determinar a distância de travagem em segurança entre veículos. Com base nos esquemas de acidentes e nas distâncias de travagem estimar a velocidade do carro no momento do choque. Analisar as energias envolvidas no choque.

Sistemas eléctricos e electrónicos

A electricidade faz parte da vida diária. Pretende-se que os alunos conheçam princípios básicos de electricidade e suas aplicações e como é produzida e distribuída. Além disso devem conhecer regras de segurança na utilização de materiais e dispositivos eléctricos.

Também a electrónica é indissociável do nosso modo de vida. Pretende-se que os alunos conheçam componentes básicas de circuitos electrónicos e suas aplicações.

Circuitos eléctricos

- Os alunos podem começar por montar circuitos simples, identificar os componentes do circuito, medir a intensidade de corrente, a diferença de potencial entre dois pontos de um circuito, analisar as transferências de energia e discutir regras de segurança no manuseamento de equipamento eléctrico.

sejam colocadas questões como, por exemplo: 'Por que razão aumenta o batimento cardíaco em determinadas situações?', 'Por que temos fome ou sede?', 'Por que nos apaixonamos?', 'Por que retiramos imediatamente a mão quando nos queimamos?'. A procura das respectivas respostas conduzirá a trabalhos de pesquisa ou a debates que, baseados em diversos recursos (filmes, CD-Rom, internet, diapositivos, transparências, livros, revistas, jornais), promovam o esclarecimento de aspectos morfológicos e fisiológicos dos sistemas envolvidos em cada questão analisada.

- Uma possibilidade de sistematizar a informação é a elaboração de um dossier, que poderá ser por grupo ou por turma, onde se possa incluir material relacionado com cada um dos sistemas (recolha e selecção de recortes de revistas e jornais, informação de livros da biblioteca ou da internet).

Sistemas neurohormonal, cárdio-respiratório, digestivo e excretor em interacção

- Partindo de situações familiares aos alunos (picadas, queimaduras, nervosismo em situação de avaliação), e realçando o carácter voluntário ou involuntário das reacções, deve ser referido o papel do sistema nervoso (central e periférico) e do sistema hormonal na coordenação do organismo.
- Ainda que não se deva proceder a uma descrição exaustiva das glândulas, hormonas e respectivas funções, a exploração de esquemas representativos do corpo humano pode facilitar a localização no organismo de algumas glândulas, ao que deve seguir-se uma breve referência à influência das respectivas hormonas sobre os órgãos.
- Tomando como exemplo uma questão anteriormente sugerida, relativa à alteração do ritmo cardíaco, a sua exploração implica, essencialmente, noções relativas aos sistemas circulatório, respiratório e metabolismo (caso a situação que origina essa alteração seja, por exemplo, a prática desportiva), ou aos sistemas circulatório, nervoso e hormonal (caso seja uma situação que cause ansiedade ou que origine um susto). Os alunos devem ficar a conhecer aspectos morfológicos e fisiológicos básicos dos sistemas referidos de modo a compreenderem a importância da circulação sanguínea, respiração pulmonar, digestão, absorção e eliminação de substâncias produzidas no organismo, compreendendo o funcionamento dos sistemas de modo integrado.

- Sugere-se que os alunos determinem a resistência eléctrica de vários condutores (lei de Ohm e limites da sua aplicabilidade) e que planeiem e realizem experiências que permitam distinguir condutores de isoladores.

- É importante que montem circuitos eléctricos, em série e em paralelo, com motores eléctricos e estudem as suas características (tais como potência eléctrica e resistência interna, identificando o significado destas grandezas). Em casa podem identificar as características dos aparelhos electrodomésticos; analisar recibos de electricidade e apresentar possíveis explicações para os gastos nos diferentes meses. Relacionar a energia com potência e introduzir a unidade prática de energia, kWh.

- Outros aspectos a explorar são os efeitos químicos, magnéticos e térmicos da corrente eléctrica.

- Os alunos podem pesquisar acerca do modo de produção de energia eléctrica nos séculos XIX e XX, compreendendo a sua evolução.

Electromagnetismo

O estudo do electromagnetismo justifica-se atendendo à sua aplicação em muitos dos aparelhos que utilizamos diariamente. No entanto, preconiza-se aqui uma abordagem bastante simplificada.

- Fornecer aos alunos diferentes materiais e verificar quais são atraídos por ímans. Realizar experiências com ímans e limalha de ferro para introduzir o conceito de campo magnético.

- Identificar objectos que usam electroímans. Construir um electroíman rudimentar.

- Proporcionar aos alunos oportunidades de produção de correntes eléctricas induzidas, estudando os factores que afectam a intensidade e o sentido dessas correntes.

- Sugere-se a realização de experiências para os alunos reconhecerem a existência de correntes alternadas, distinguirem corrente contínua de alternada e identificarem as vantagens associadas à utilização desta última na produção e na distribuição de electricidade.

- Uma aplicação possível dos conteúdos anteriores consiste no estudo dos sistemas eléctricos dos automóveis, especificados nos respectivos manuais ou noutras fontes que incluam informação técnica adequada. Os alunos podem analisá-los e distinguir entre turbina, gerador, dínamo e alternador.

- A realização de actividades experimentais para a dissecação de alguns órgãos possibilita, não só o conhecimento mais pormenorizado de características morfológicas e fisiológicas desses órgãos, mas também o manuseamento de material de laboratório que se utiliza preferencialmente nestas actividades.
- A pesquisa de informação sobre o trabalho de cientistas que contribuíram para o conhecimento do organismo humano e para o desenvolvimento de procedimentos médicos e cirúrgicos (Harvey, Pasteur, Egas Moniz, entre outros) pode contribuir para o reconhecimento da Ciência como uma actividade humana influenciada por factores sociais.
- Com base em fotografias, diapositivos ou no simples relato de situações que sejam do conhecimento dos alunos, podem ser referidas algumas doenças (por exemplo doenças cardiovasculares, respiratórias, gástricas, sanguíneas) bem como as respectivas técnicas de prevenção, diagnóstico e/ou tratamento (análises sanguíneas, TAC, radiografias, vacinas, antibióticos). Devem ser privilegiadas as doenças e as técnicas sobre as quais os alunos demonstraram maior curiosidade durante a abordagem dos sistemas que constituem o organismo.

Opções que interferem no equilíbrio do organismo (tabaco, álcool, higiene, droga, actividade física, alimentação)

- Alguns dos comportamentos que interferem no equilíbrio do organismo (álcool, tabaco, droga, higiene, actividade física) podem ser abordados em simultâneo com a exploração das questões anteriormente propostas, ou proceder-se, por exemplo, a um levantamento da opinião dos alunos sobre hábitos de vida saudáveis para posterior reflexão alargada à turma. Os alunos devem conhecer certos efeitos do consumo de álcool, tabaco e droga e de alterações na prática de actividade física e nos hábitos de higiene sobre a integridade física e/ou psíquica do organismo.
- Os alunos podem desenvolver campanhas de sensibilização na escola e no meio local, eventualmente integradas em projectos, no sentido de contribuir para uma tomada de consciência face aos comportamentos de risco, associados aos factores referidos, que afectam gravemente as sociedades actuais. Os temas das campanhas devem ser seleccionados de acordo com os problemas que mais preocupam a

Circuitos electrónicos e aplicações da electrónica

Pretende-se que os alunos identifiquem componentes electrónicos e compreendam as suas funções de controlo e regulação nos sistemas de que fazem parte.

- Montar circuitos electrónicos simples com diodo, transistor, potenciómetro, condensador e termistor de modo a estudar as características e a função de cada um destes componentes.
- Pesquisar sobre diferentes sistemas de comunicação baseados na electrónica e sobre o modo como a informação é enviada e a que distâncias (por ex., comunicação através de satélite ou comunicação espacial, entre as estações orbitais e a Terra).
- Sugere-se a utilização de componentes electrónicos para construir brinquedos, alarmes contra incêndios, alarmes contra roubos, termostatos... A realização de uma feira da electrónica a nível da escola para os alunos mostrarem e explicarem o funcionamento dos diferentes aparelhos produzidos pode ser uma ideia a seguir.

Classificação dos materiais

A contribuição da Química para a qualidade de vida é inquestionável, quer na explicação das propriedades dos materiais que nos rodeiam, quer na produção de novos materiais e substâncias.

Propriedades dos materiais e tabela periódica dos elementos

Pretende-se realçar a diversidade de materiais existentes na Terra e a necessidade dos químicos encontrarem um modo de os organizar, atendendo às suas propriedades.

- Sugere-se a construção de uma tabela periódica simples. Os alunos podem elaborar cartões (tipo carta de jogar), cada um referente a um elemento químico, em que num lado colocam, por ex., a data da descoberta, ocorrência (natural ou artificial), aplicações usuais e no outro, o nome do elemento, símbolo químico, massa atómica e número atómico. A utilização destas cartas na aula ajudará os alunos a compreender a organização da tabela periódica.
- Distinguir, através de algumas propriedades físicas e químicas, duas grandes categorias de substâncias elementares: metais e não metais. Para isso, sugere-se a análise de tabelas relativas às propriedades físicas e químicas de diversas substâncias (elementares e compostas). Investigar o comportamento químico de metais e não metais

comunidade local. Em alternativa, sugere-se a realização de trabalhos de grupo - cada grupo desenvolve uma pesquisa sobre determinado comportamento (causas e consequências, prevenção e tratamento) e apresenta os resultados à turma.

- Os alunos devem ser sensibilizados para a importância de uma alimentação equilibrada. Uma actividade possível consiste na recolha e análise de rótulos de alimentos que façam parte da alimentação diária dos alunos, de modo a facilitar a distinção entre alimento e nutriente e o conhecimento dos diferentes grupos de nutrientes (a sua constituição química será abordada em Ciências Físico-Químicas). Os alunos podem pesquisar o valor energético de vários alimentos nos rótulos ou em listas dietéticas e interpretar dados que relacionem gastos energéticos do organismo em diferentes condições físicas.
- Outra actividade possível consiste na recolha de ementas tradicionais portuguesas, pedindo informações às pessoas mais idosas ou recorrendo a obras literárias, para que os alunos conheçam uma vertente da cultura do seu país onde predomina uma dieta mediterrânica, comparando-a com outros padrões alimentares.
- Sugere-se a realização de debates sobre as consequências de uma alimentação desequilibrada, tanto por excessos como por carências alimentares, com recurso a diversos materiais (filmes, diapositivos, relatos de casos verídicos). Podem ser analisadas com mais pormenor as situações de anorexia nervosa, obesidade e bulimia, que são doenças preocupantes nos jovens adolescentes; também a situação de fome não deve ser ignorada.
- Os alunos podem ainda analisar diferentes representações esquemáticas das recomendações alimentares (roda dos alimentos, pirâmide alimentar mediterrânica), compreendendo as mensagens inerentes e subjacentes a essas representações: mensagem da complementaridade, da harmonia, prática de actividade física, frequência alimentar, etc.
- A exploração das questões relacionadas com os desvios ao nosso padrão alimentar (introdução da *fast food* e do consumo exagerado de refrigerantes, de bebidas alcoólicas, de produtos conservados, as consequências do uso de aditivos alimentares), bem como a análise das consequências da publicidade enganosa também no que se refere ao tabaco, bebidas alcoólicas e

(reacção com o oxigénio e com a água, por ex.). Classificar as substâncias com base nas semelhanças e diferenças de comportamento químico.

- Atendendo às propriedades dos elementos, os alunos podem ordená-los, realizando jogos com os cartões que construíram. É possível que surjam ordenações diferentes; estas devem ser discutidas e analisadas, considerando os critérios usados e vantagens e inconvenientes associados às propostas.
- Utilizar a tabela periódica para identificar os elementos que existem na natureza e aqueles que são sintetizados em laboratório e não existem entre os constituintes dos materiais terrestres.
- Recomenda-se a pesquisa acerca do modo como os seres vivos foram utilizando diferentes elementos químicos ao longo de milhões de anos de evolução de vida na Terra (actividade a ser completada com aprendizagens em Ciências Naturais, nomeadamente com o estudo de ciclos biogeoquímicos).

Estrutura atómica

- Questionar os alunos sobre as unidades constituintes de toda a matéria, pedindo-lhes para efectuar representações pictóricas com previsão das dimensões e da sua constituição. Com base na análise das respostas dadas pelos alunos e partindo das suas ideias caracterizar as unidades estruturais, atendendo às suas dimensões, constituição, e representação. Alertar para as dificuldades que se colocam aos químicos quando se pretende conhecê-la em profundidade.
- Explicar a semelhança de propriedades físicas e químicas das substâncias elementares estudadas atendendo à estrutura atómica. Relacionar a estrutura atómica dos elementos com a tabela periódica.

Ligação química

- Os elementos químicos combinam-se para formar a diversidade de substâncias existentes, quer na Terra, quer noutra local do Universo. Utilizar a tabela periódica para agrupar as substâncias elementares e identificar o tipo de ligação química - metálica, covalente e iónica. Com base em propriedades observadas para as substâncias compostas, distinguir ligação iónica de ligação covalente.
- Pedir aos alunos que realizem experiências de modo a identificar o tipo de ligação química existente em amostras de substâncias seleccionadas, elaborando o respectivo relatório.

outros produtos remetem para a necessidade de promover uma *alfabetização do consumidor*. Assim, são de trabalhar criticamente e de forma interdisciplinar as mensagens veiculadas pelos *media*.

- Realçar a importância da Química dos compostos de carbono, nomeadamente no que diz respeito aos alimentos, assunto estudado em Ciências Naturais. Indicar a estrutura de compostos orgânicos simples que, na sua constituição, além de hidrogénio e carbono, têm oxigénio e/ou azoto. Pretende-se apenas uma introdução simples à Química Orgânica.
- Será importante que os alunos tomem contacto com a representação do tipo de estrutura de materiais como grafite, diamante, *fullerenos*, polímeros, sílica, prata, cloreto de sódio, ozono e amoníaco, de modo a aperceberem-se que além de fórmula química, existe uma fórmula estrutural correspondente.
- Discutir como o tipo de ligação que se estabelece entre átomos afecta as propriedades e os usos dos diferentes materiais.

Ciência e Tecnologia e qualidade de vida

Este tema é transversal e foi sendo abordado ao longo do ciclo, em diferentes situações. Pode retomar-se aprofundando aspectos específicos, essenciais para a compreensão e tomada de decisões face a assuntos que preocupam as sociedades, debatendo factores ambientais, económicos e sociais.

- Sugere-se a realização de projectos a desenvolver em ligação com a Área de Projecto, centrados em temas como: (i) fabrico e utilização de produtos (fármacos, protectores solares, fertilizantes, pesticidas, detergentes, sabões, cosméticos e alimentos transgénicos), (ii) exposição a radiações, (iii) agricultura tradicional versus biológica, (iv) transporte de produtos químicos e (v) incremento de redes rodoviárias ou ferroviárias. Os trabalhos devem evidenciar a avaliação dos riscos e benefícios envolvidos.
-

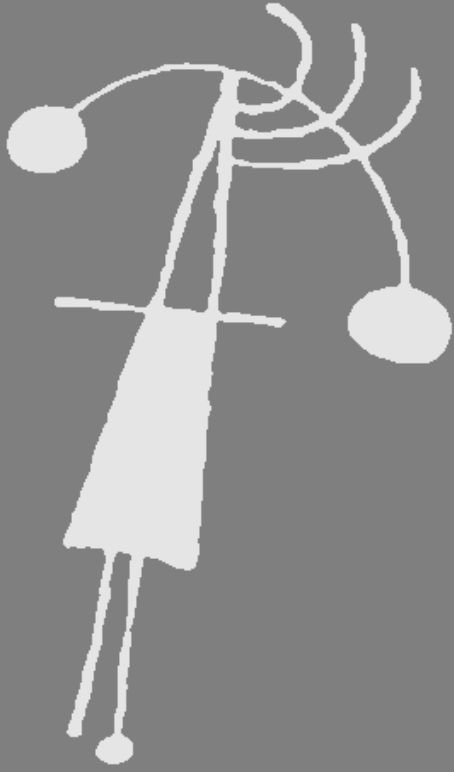
BIBLIOGRAFIA

- Aikenhead, G. (1998). *Processes of science*.
<http://www.usask.ca/education/people/aikenhead/procsci.htm> (4 Dez 1999)
- Alberta Education (1990). *STS science education – unifying the goals of science education*. Alberta: Curriculum Support Branch.
- ASE (1988) *Satis 14-16* Hatfield, Herts: ASE (Association for Science Education). (12x10 unidades).
- ASE (1991) *Satis 16-19* (1991). Hatfield, Herts: ASE (Association for Science Education). (4x25 unidades)
- ASE (1992-2000). *Science across Europe/ Science across the world* Hatfield, Herts: ASE (Association for Science Education). (12 módulos com unidades em várias línguas, entre as quais o Português).
- Bárrios, A., Sá, E.M., Cunha, I.M., Castro, J., Dias de Deus, J., Adragão, J.V., Feytor Pinto, P. & Pena, T. (1999). *Inovação nos planos curriculares dos ensinos básico e secundário – Reflexões sobre programas de Língua Materna, Matemática e Ciências* (policopiado).
- Bath Science 5-16 (s.d.). *Connections*. Edinburgh: Nelson.
- Bath Science 5-16 (s.d.). *Materials*. Edinburgh: Nelson.
- Bath Science 5-16 (s.d.). *Movement*. Edinburgh: Nelson.
- Baxter, J. *et al.* (1995). *Maravilhas da natureza – um guia dos tesouros que a natureza criou*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Beisenhertz, P & Dantonio, M. (1996). *Using the learning cycle to teach physical science*. Portsmouth, NH: Heinemann.
- Caldeira, H. (coord.), Bello, A., San-Bento, C. & Pina, E.P. (2000). *Física e Química A, 10º ano, Componente de Física – Projecto de programa*. (policopiado). Lisboa: DES.
- Campbell, B., Hogarth, S. & Millar, R. (1991). *Teaching and learning about the environment* (packs 1,2,3). Hatfield, Herts: ASE (Association for Science Education).
- Campbell, B., Lazonby, J., Millar, R. & Smith, S. (1996). *Science, the Salters' approach*. London: Heinemann.
- Canavarro, J, M. (1998). *Ciência e sociedade*. Coimbra: Quarteto.
- CIEC (Chemical Industry Education Centre) (1994). *Science*. York: University of York Science Education Centre. (várias unidades).
- CLIS (Children's Learning in Science) (1992). *Bringing values into the classroom: The fast food industry*. Hatfield, Herts: ASE (Association for Science Education).
- Conselho Nacional da Educação (2000). *Parecer 2/2000 – Proposta de reorganização curricular do ensino básico* (policopiado).
- Cunningham, W.P. & Saigo, B. (1995). *Environmental science, a global approach – Study guide* (3.ed.). Boston. MA: McGraw Hill.
- Cunningham, W.P. & Saigo, B. (1999). *Environmental science, a global approach* (5.ed.). Boston. MA: McGraw Hill.
- Farrow, S. (1999). *The really useful science book: a framework for knowledge for primary teachers* (2. ed.). London: Falmer.

- Ferreira, M. & Almeida, G. (1999). *Introdução à astronomia e às observações astronómicas*. Lisboa: Plátano.
- Galvão, C., (Coord.), Freire, A.M., Neves, I. & Pereira, M. (2000). *Competências Essenciais em Ciências no Ensino Básico*. <http://www.deb.min-edu.pt/NewForum/ciencias.pdf> (8 de Junho de 2001)
- GEMS (1990-1995). *Great Expectations in Mathematics and Science* Berkeley, CA: LHS (Lawrence Hall of Science). (várias unidades).
- Gräber, W & Nentwig, P. (1999). Scientific literacy: bridging the gap between theory and practice. Comunicação apresentada na ATEE Spring University in Klaipėda/Lituânia, 6 de Maio de 1999.
- Hamblin, W.K., Christiansen, E.H. (1995). *Earth's dynamic systems*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.
- Hunt, A & Millar, R. (2000). *AS Science for Public Understanding*. London: Heinemann
- Hunt, A. (Dir). (1997). *The world of science, New Satis 14-16 - Teachers' resource book*. London: John Murray.
- Hunt, A. (Dir). (1997). *The world of science, New Satis 14-16*. London: John Murray.
- IAC - *Interdisciplinary Approaches to Chemistry* / DIC (Démarches Interdisciplinaires en Chimie (1979) Montréal & Paris: Éditions Vivantes. (5 unidades com guia do professor).
- IPAmb (1995). *Pensar ambiente em Portugal*. Lisboa: IPAmb.
- Laszlo, E. (1996). *Lagoa dos murmúrios. Um guia para a nova ciência*. Mem Martins: Europa-América.
- Martins, I. P. e Veiga, M. L. (1999). *Uma análise do currículo da escolaridade básica na perspectiva da educação em ciências*. Lisboa: IIE (Instituto de Investigação Educacional).
- Martins, I. P., Simões, M.O, Sobrinho Simões, T., Lopes, J.M., Magalhães, M.C. & Costa, J.A. (2000). Física e Química A, 10º ano - Projecto de programa de Química (policopiado). Lisboa: DES (Departamento do Ensino Secundário).
- Martins, I. P., Simões, M.O, Sobrinho Simões, T., Lopes, J.M., Magalhães, M.C. & Costa, J.A. (2000). Curso Tecnológico de Química e Controlo Ambiental - Projecto de programa de Química Aplicada, 10º ano (policopiado). Lisboa: DES (Departamento do Ensino Secundário).
- McDuell, B. (Ed.). (2000). *Teaching Secondary Chemistry*. London: John Murray.
- Millar, R. & Osborne, J. (1999). *Beyond 2000 - A report with ten recommendations*. London: Kings' College, School of Education.
- Ministério da Educação (1991). *Ensino Básico, 2º ciclo - Programa Ciências da Natureza*. Lisboa: Autor.
- Ministério da Educação, Departamento da Educação Básica. (1998). *Educação, integração, cidadania - Documento orientador das políticas para o Ensino Básico*. Lisboa: Autor.
- Ministério da Educação, Departamento da Educação Básica. (1999). *Reflexão Participada sobre os Currículos do Ensino Básico*. Lisboa: Autor.
- Ministério da Educação, Departamento da Educação Básica. (1999). *Ensino Básico Competências gerais e transversais*. Lisboa: Autor.
- Ministério da Educação, Departamento da Educação Básica. (1999). *Competências gerais e transversais*. <http://www.deb.min-edu.pt/NewForum/brochuraCompetenciasGerai.htm> (31 de Maio de 2000).
- Ministério da Educação, Departamento da Educação Básica. (1999). *Ensino Básico Competências gerais e transversais*. Lisboa: Autor.
- Ministério da Educação, Direcção Geral dos Ensinos Básico e Secundário (1991). *Ensino Básico, 3º ciclo - Programa de Ciências Naturais*. Lisboa
- Ministério da Educação, Direcção Geral dos Ensinos Básico e Secundário (1993). *Ensino Básico, 3º ciclo - Programa de Ciências Físico-Químicas*. Lisboa: Autor.

- Ministério da Educação, Direcção Geral dos Ensinos Básico e Secundário (1995). *Ensino Básico, 3º ciclo - Plano de Organização de Ensino-Aprendizagem*. Lisboa: Autor.
- Ministério de Educação, Departamento da Educação Básica (2201). *Reorganização curricular do Ensino Básico - Princípios, medidas e implicações*. Lisboa: Autor.
- Ministério de Educação, Departamento da Educação Básica [1998], *Gestão flexível dos currículos em 1998 - Documento de trabalho* (policopiado). Lisboa: Autor.
- National Academy Press (1996). *National Science Education Standards*. Washington, DC: Autor.
- NSTA (National Science Teachers Association) (1992). *Scope, sequence and coordination of secondary school science - Vol. I: The content core*. Washington, DC: Autor.
- NSTA (National Science Teachers Association) (1992). *Scope, sequence and coordination of secondary school science - Vol. II: Research*. Washington, DC: Autor.
- Oliver, R. (1993). *Superscience, Science and technology at the supermarket*. Autor
- Olson, S. & Loucks-Horsley, S. (Eds). (2000). *Inquiry and the National Science Education Standards: A Guide for Teaching and Learning*. National Science Teachers Association (1996). <http://www.nap.edu/books/0309064767/html/> (8 de Junho de 2001)
- Olson, S. & Loucks-Horsley, S. (Eds). (2000). *Inquiry and the National Science Education Standards: A Guide for Teaching and Learning*. Washington, DC: NAP (National Academy Press).
- Pedrosa, M.A., Dias, M.H., Lopes, J.M. & Santos, M.P. (1997). *Água ... que substância tão especial!...* Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Pimentel, G.C. & Coonrod, J, A. (1997). *Oportunidades em química, hoje e amanhã* (Tr.). Lisboa: Escolar Editora e Sociedade Portuguesa de Química.
- Purves, W. K., Orians, G.H., Heller, H.C., Sadava, D. (1998). *Life - the science of biology* (5. ed.). Massachusetts, MA: Sinauer & Freeman.
- Reiss, M. (Ed.). (1999). *Teaching Secondary Biology*. London: John Murray.
- Roldão, M. C. (1998). *Gestão curricular: Fundamentos e práticas*. Lisboa: Ministério da Educação, Departamento da Educação Básica.
- Salters'. (1989/1997). *Salters' Science*. York: UYSEG (University of York Science Education Group).
- Salters' (1995) *Salters' Science units*. London: Heinemann; and York: York: University of York Science Education Centre. (23 unidades).
- Sang, D. (Ed.) (2000). *Teaching Secondary Physics*. London: John Murray.
- Saskatchewan (Canada). *Community Access Program* (1990). <http://www.sasked.gov.sk.ca/docs/elemensci/elemensci.htm> (4 Dez 1999).
- Scott, W.A.H. & Stevens, D. (1998). *Face value*. London: CATIE/CPA
- SEPUP (1996). *Issues, evidence and you*. Berkeley, CA: LHS (Lawrence Hall of Science).
- SEPUP (1997). *CHEM, Chemical, Health, Environment and Me. - 2- Enhanced Program*. Berkeley, CA: LHS (Lawrence Hall of Science).
- SEPUP (2000). *Science and sustainability*. Berkeley, CA: LHS (Lawrence Hall of Science).
- Silva, C.P., Baptista, J.F.P., Amador, M.F. & Valente, R.A. (2000). *Ensino Secundário, Curso Geral de Ciências Naturais - Biologia e Geologia, Programa da Geologia 10º ano* (Documento de Trabalho, policopiado). Lisboa: DES (Departamento do Ensino Secundário).
- Silva, C.P., Baptista, J.F.P., Amador, M.F. & Valente, R.A. (2000). *Ensino Secundário, Curso Tecnológico de Ambiente e Conservação da Natureza - Biologia e Geologia, Programa da Geologia 10º ano* (Documento de Trabalho, policopiado). Lisboa: DES (Departamento do Ensino Secundário).

- Smith, P. S. & Ford, B. A. (1992). *Project Earth Science: Astronomy*. Arlington, VA: NSTA (National Science Teachers Association).
- Smith, P.S. & Ford, B.A. (1995). *Project Earth Science: Physical Oceanography*. Arlington, VA: NSTA (National Science Teachers Association).
- Smith, P.S. & Ford, B.A. (1996). *Project Earth Science: Meteorology*. Arlington, VA: NSTA (National Science Teachers Association).
- Stahl, N.N. & Sathl, R. E. (1995). *Society and science*. Menlo Park, CA: Addison-Wesley.
- Taylor, J. (1979). *Science at work* London: Addison-Wesley (12 unidades).
- Thomaz, M.F., Martins, I.P. e Malaquias, I. (1997). *Resíduos sólidos e domésticos*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Trefil, J. & Hazen, R. (1998). *The Sciences - an integrated approach*. New York, NY: John Wiley.
- Tubiana, M. (2000). *História da medicina e do pensamento médico*. Lisboa: Editorial Teorema.
- Veríssimo, A., Batista, J. (Coord.), Carreiro, M.P. & Ribeiro, R. (2000). Ensino Secundário, Programa de Biologia, 10º ano - Projecto de programa, Disciplina de Biologia/ Geologia do Curso Tecnológico de Ambiente e Conservação da Natureza (policopiado). Lisboa: DES.
- Veríssimo, A., Batista, J. (Coord.), Carreiro, M.P. & Ribeiro, R. (2000). Ensino Secundário, Programa de Biologia, 10º ano - Projecto de programa, Disciplina de Biologia/ Geologia dos Cursos Gerais (policopiado). Lisboa: DES (Departamento do Ensino Secundário).
- Veríssimo, A., Batista, J., Carreiro, M.P. & Ribeiro, R. (2000). Ensino Secundário, Biologia Humana, 10º ano - Projecto de programa (policopiado). Lisboa: DES (Departamento do Ensino Secundário).
- Veríssimo, A., Batista, J., Carreiro, M.P. & Ribeiro, R. (2000). Ensino Secundário, Biologia Humana - Projecto de programa, 10º ano, Curso Tecnológico de Desporto (policopiado). Lisboa: DES (Departamento do Ensino Secundário).
- Wenham, M. (1995). *Understanding primary science: ideas, concepts and explanations*. London: Paul Chapman.
- Williams, R.J.P. & Fraústo da Silva, J.J.R. (1999). *Bringing chemistry to life*. Oxford: University Press.



Ministério da Educação
Departamento da Educação Básica

Currículo Nacional do Ensino Básico

Competências Essenciais



Competências gerais

Princípios e valores orientadores do currículo

A clarificação das competências a alcançar no final da educação básica toma como referentes os pressupostos da lei de bases do sistema educativo, sustentando-se num conjunto de valores e de princípios que a seguir se enunciam:

- A construção e a tomada de consciência da identidade pessoal e social;
- A participação na vida cívica de forma livre, responsável, solidária e crítica;
- O respeito e a valorização da diversidade dos indivíduos e dos grupos quanto às suas pertenças e opções;
- A valorização de diferentes formas de conhecimento, comunicação e expressão;
- O desenvolvimento do sentido de apreciação estética do mundo;
- O desenvolvimento da curiosidade intelectual, do gosto pelo saber, pelo trabalho e pelo estudo;
- A construção de uma consciência ecológica conducente à valorização e preservação do património natural e cultural;
- A valorização das dimensões relacionais da aprendizagem e dos princípios éticos que regulam o relacionamento com o saber e com os outros.

Equacionaram-se à luz destes princípios as competências, concebidas como saberes em uso, necessárias à qualidade da vida pessoal e social de todos os cidadãos, a promover gradualmente ao longo da educação básica.

Competências gerais

À saída da educação básica, o aluno deverá ser capaz de:

- (1) Mobilizar saberes culturais, científicos e tecnológicos para compreender a realidade e para abordar situações e problemas do quotidiano;**
- (2) Usar adequadamente linguagens das diferentes áreas do saber cultural, científico e tecnológico para se expressar;**
- (3) Usar correctamente a língua portuguesa para comunicar de forma adequada e para estruturar pensamento próprio;**
- (4) Usar línguas estrangeiras para comunicar adequadamente em situações do quotidiano e para apropriação de informação;**
- (5) Adotar metodologias personalizadas de trabalho e de aprendizagem adequadas a objectivos visados;**
- (6) Pesquisar, seleccionar e organizar informação para a transformar em conhecimento mobilizável;**
- (7) Adotar estratégias adequadas à resolução de problemas e à tomada de decisões;**
- (8) Realizar actividades de forma autónoma, responsável e criativa;**
- (9) Cooperar com outros em tarefas e projectos comuns;**
- (10) Relacionar harmoniosamente o corpo com o espaço, numa perspectiva pessoal e interpessoal promotora da saúde e da qualidade de vida.**

O desenvolvimento destas competências pressupõe que todas as áreas curriculares actuem em convergência.

Assim, clarifica-se, para cada uma destas competências gerais, a sua operacionalização. Esta deverá ter um carácter transversal. Compete às diferentes áreas curriculares e seus docentes explicitar de que modo essa operacionalização transversal se concretiza e se desenvolve em cada campo específico do saber e para cada contexto de aprendizagem do aluno.

Explicita-se ainda, para cada competência geral, um conjunto de acções relativas à prática docente que se reconhecem essenciais para o adequado desenvolvimento dessa competência nas diferentes áreas e dimensões do currículo da educação básica.

(1) Mobilizar saberes culturais, científicos e tecnológicos para compreender a realidade e para abordar situações e problemas do quotidiano

Operacionalização transversal	Operacionalização específica
<ul style="list-style-type: none"> • Prestar atenção a situações e problemas manifestando envolvimento e curiosidade • Questionar a realidade observada • Identificar e articular saberes e conhecimentos para compreender uma situação ou problema • Pôr em acção procedimentos necessários para a compreensão da realidade e para a resolução de problemas • Avaliar a adequação dos saberes e procedimentos mobilizados e proceder a ajustamentos necessários 	<p><i>A operacionalização específica será feita na perspectiva de cada disciplina ou área curricular tendo em conta os saberes, procedimentos, instrumentos e técnicas essenciais de cada área do saber e visando o desenvolvimento pelo aluno destas competências</i></p>
<hr/> Acções a desenvolver por cada professor <hr/>	

- Abordar os conteúdos da área do saber com base em situações e problemas
- Rentabilizar as questões emergentes do quotidiano e da vida do aluno
- Organizar o ensino com base em materiais e recursos diversificados, dando atenção a situações do quotidiano
- Organizar o ensino prevendo a experimentação de técnicas, instrumentos e formas de trabalho diversificados
- Promover intencionalmente, na sala de aula e fora dela, actividades dirigidas à observação e ao questionamento da realidade e à integração de saberes
- Organizar actividades cooperativas de aprendizagem, orientadas para a integração e troca de saberes
- Desenvolver actividades integradoras de diferentes saberes, nomeadamente a realização de projectos

(2) Usar adequadamente linguagens das diferentes áreas do saber cultural, científico e tecnológico para se expressar

Operacionalização transversal	Operacionalização específica
<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer, confrontar e harmonizar diversas linguagens para a comunicação de uma informação, de uma ideia, de uma intenção • Utilizar formas de comunicação diversificadas, adequando linguagens e técnicas aos contextos e às necessidades • Comunicar, discutir e defender ideias próprias mobilizando adequadamente diferentes linguagens • Traduzir ideias e informações expressas numa linguagem para outras linguagens • Valorizar as diferentes formas de linguagem 	<p><i>A operacionalização específica será feita na perspectiva de cada disciplina ou área curricular tendo em conta os saberes, procedimentos, instrumentos e técnicas essenciais de cada área do saber e visando o desenvolvimento pelo aluno destas competências</i></p>
<p>Acções a desenvolver por cada professor</p>	

- Organizar o ensino prevendo a utilização de linguagens de comunicação diversificadas
- Organizar o ensino com base em materiais e recursos em que são utilizadas linguagens específicas
- Promover intencionalmente, na sala de aula e fora dela, actividades diferenciadas de comunicação e de expressão
- Rentabilizar os meios de comunicação social e o meio envolvente
- Rentabilizar as potencialidades das tecnologias de informação e de comunicação no uso adequado de diferentes linguagens
- Apoiar o aluno na escolha de linguagens que melhor se adequem aos objectivos visados, em articulação com os seus interesses
- Desenvolver a realização de projectos que impliquem o uso de diferentes linguagens

(3) Usar correctamente a língua portuguesa para comunicar de forma adequada e para estruturar pensamento próprio

Operacionalização transversal	Operacionalização específica
<ul style="list-style-type: none"> • Valorizar e apreciar a língua portuguesa, quer como língua materna quer como língua de acolhimento • Usar a língua portuguesa de forma adequada às situações de comunicação criadas nas diversas áreas do saber, numa perspectiva de construção pessoal do conhecimento • Usar a língua portuguesa no respeito de regras do seu funcionamento • Promover o gosto pelo uso correcto e adequado da língua portuguesa • Auto-avaliar a correcção e a adequação dos desempenhos linguísticos, na perspectiva do seu aperfeiçoamento 	<p><i>A operacionalização específica será feita na perspectiva de cada disciplina ou área curricular tendo em conta os saberes, procedimentos, instrumentos e técnicas essenciais de cada área do saber e visando o desenvolvimento pelo aluno destas competências</i></p>
<p>Acções a desenvolver por cada professor</p>	

- Organizar o ensino prevendo situações de reflexão e de uso da língua portuguesa, considerando a heterogeneidade linguística dos alunos
- Promover a identificação e a articulação dos contributos de cada área do saber com vista ao uso correctamente estruturado da língua portuguesa
- Organizar o ensino valorizando situações de interacção e de expressão oral e escrita que permitam ao aluno intervenções personalizadas, autónomas e críticas
- Rentabilizar os meios de comunicação social e o meio envolvente na aprendizagem da língua portuguesa
- Rentabilizar as potencialidades das tecnologias de informação e de comunicação no uso adequado da língua portuguesa

(4) Usar línguas estrangeiras para comunicar adequadamente em situações do quotidiano e para apropriação de informação

Operacionalização transversal	Operacionalização específica
<ul style="list-style-type: none"> • Compreender textos orais e escritos em línguas estrangeiras para diversificação das fontes dos saberes culturais, científicos e tecnológicos • Interagir, oralmente e por escrito, em línguas estrangeiras, para alargar e consolidar relacionamentos com interlocutores/parceiros estrangeiros • Usar a informação sobre culturas estrangeiras disponibilizada pelo meio envolvente e, particularmente, pelos media, com vista à realização de trocas interculturais • Auto-avaliar os desempenhos linguísticos em línguas estrangeiras quanto à adequação e eficácia 	<p><i>A operacionalização específica será feita na perspectiva de cada disciplina ou área curricular tendo em conta os saberes, procedimentos, instrumentos e técnicas essenciais de cada área do saber e visando o desenvolvimento pelo aluno destas competências</i></p>
<p>Acções a desenvolver por cada professor</p>	

- Organizar o ensino prevendo o recurso a materiais pedagógicos em língua estrangeira
- Rentabilizar o recurso a informação em língua estrangeira acessível na internet e outros recursos informáticos
- Organizar actividades cooperativas de aprendizagem em situações de interacção entre diversas línguas e culturas
- Promover actividades de intercâmbio presencial ou virtual, com utilização, cada vez mais intensa, das tecnologias de informação e comunicação
- Promover a realização de projectos em que seja necessário utilizar línguas estrangeiras

(5) Adotar metodologias personalizadas de trabalho e de aprendizagem adequadas a objectivos visados

Operacionalização transversal	Operacionalização específica
<ul style="list-style-type: none"> • Expressar dúvidas e dificuldades • Planear e organizar as suas actividades de aprendizagem • Identificar, seleccionar e aplicar métodos de trabalho • Confrontar diferentes métodos de trabalho para a realização da mesma tarefa • Auto-avaliar e ajustar os métodos de trabalho à sua forma de aprender e aos objectivos visados 	<p><i>A operacionalização específica será feita na perspectiva de cada disciplina ou área curricular tendo em conta os saberes, procedimentos, instrumentos e técnicas essenciais de cada área do saber e visando o desenvolvimento pelo aluno destas competências</i></p>
<p>Ações a desenvolver por cada professor</p>	

- Organizar o ensino prevendo a experimentação de técnicas, instrumentos e formas de trabalho diversificados
- Promover intencionalmente, na sala de aula e fora dela, actividades dirigidas à expressão e ao esclarecimento de dúvidas e de dificuldades
- Organizar actividades cooperativas de aprendizagem
- Organizar o ensino com base em materiais e recursos diversificados, adequados às diferentes formas de aprendizagem
- Apoiar o aluno na descoberta das diversas formas de organização da sua aprendizagem

(6) Pesquisar, seleccionar e organizar informação para a transformar em conhecimento mobilizável

Operacionalização transversal	Operacionalização específica
<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisar, seleccionar, organizar e interpretar informação de forma crítica em função de questões, necessidades ou problemas a resolver e respectivos contextos • Rentabilizar as tecnologias da informação e comunicação nas tarefas de construção de conhecimento • Comunicar, utilizando formas diversificadas, o conhecimento resultante da interpretação da informação • Auto-avaliar as aprendizagens, confrontando o conhecimento produzido com os objectivos visados e com a perspectiva de outros 	<p><i>A operacionalização específica será feita na perspectiva de cada disciplina ou área curricular tendo em conta os saberes, procedimentos, instrumentos e técnicas essenciais de cada área do saber e visando o desenvolvimento pelo aluno destas competências</i></p>
<p>Acções a desenvolver por cada professor</p>	

- Organizar o ensino prevendo a pesquisa, selecção e tratamento de informação
- Promover intencionalmente, na sala de aula e fora dela, actividades dirigidas a pesquisa, selecção, organização e interpretação de informação
- Organizar o ensino prevendo a utilização de fontes de informação diversas e das tecnologias da informação e comunicação
- Promover actividades integradoras dos conhecimentos, nomeadamente a realização de projectos

(7) Adoptar estratégias adequadas à resolução de problemas e à tomada de decisões

Operacionalização transversal	Operacionalização específica
<ul style="list-style-type: none"> • Identificar situações problemáticas em termos de levantamento de questões • Seleccionar informação e organizar estratégias criativas face às questões colocadas por um problema • Debater a pertinência das estratégias adoptadas em função de um problema • Confrontar diferentes perspectivas face a um problema, de modo a tomar decisões adequadas • Propor situações de intervenção, individual e, ou colectiva, que constituam tomadas de decisão face a um problema, em contexto 	<p><i>A operacionalização específica será feita na perspectiva de cada disciplina ou área curricular tendo em conta os saberes, procedimentos, instrumentos e técnicas essenciais de cada área do saber e visando o desenvolvimento pelo aluno destas competências</i></p>

Acções a desenvolver por cada professor

- Promover intencionalmente, na sala de aula e fora dela, actividades que permitam ao aluno fazer escolhas, confrontar pontos de vista e resolver problemas
- Organizar o ensino prevendo a utilização de fontes de informação diversas e das tecnologias da informação e comunicação para o desenvolvimento de estratégias de resolução de problemas
- Promover intencionalmente, na sala de aula e fora dela, actividades de simulação e jogos de papéis que permitam a percepção de diferentes pontos de vista
- Promover a realização de projectos que envolvam a resolução de problemas e a tomada de decisões

(8) Realizar actividades de forma autónoma, responsável e criativa

Operacionalização transversal	Operacionalização específica
<ul style="list-style-type: none"> • Realizar tarefas por iniciativa própria • Identificar, seleccionar e aplicar métodos de trabalho, numa perspectiva crítica e criativa • Responsabilizar-se por realizar integralmente uma tarefa • Valorizar a realização de actividades intelectuais, artísticas e motoras que envolvam esforço, persistência, iniciativa e criatividade • Avaliar e controlar o desenvolvimento das tarefas que se propõe realizar 	<p><i>A operacionalização específica será feita na perspectiva de cada disciplina ou área curricular tendo em conta os saberes, procedimentos, instrumentos e técnicas essenciais de cada área do saber e visando o desenvolvimento pelo aluno destas competências</i></p>
Acções a desenvolver por cada professor	

- Organizar o ensino prevendo a realização de actividades por iniciativa do aluno
- Promover intencionalmente, na sala de aula e fora dela, actividades dirigidas à experimentação de situações pelo aluno e à expressão da sua criatividade
- Organizar actividades cooperativas de aprendizagem rentabilizadoras da autonomia, responsabilização e criatividade de cada aluno
- Organizar o ensino com base em materiais e recursos diversificados que favoreçam a autonomia e a criatividade do aluno
- Apoiar o aluno na descoberta das diversas formas de organização da sua aprendizagem e na construção da sua autonomia para aprender
- Criar na escola espaços e tempos para intervenção livre do aluno
- Valorizar, na avaliação da aprendizagem do aluno, a produção de trabalhos livres e concebidos pelo próprio

(9) Cooperar com outros em tarefas e projectos comuns

Operacionalização transversal	Operacionalização específica
<ul style="list-style-type: none"> • Participar em actividades interpessoais e de grupo, respeitando normas, regras e critérios de actuação, de convivência e de trabalho em vários contextos • Manifestar sentido de responsabilidade, de flexibilidade e de respeito pelo seu trabalho e pelo dos outros • Comunicar, discutir e defender descobertas e ideias próprias, dando espaços de intervenção aos seus parceiros • Avaliar e ajustar os métodos de trabalho à sua forma de aprender, às necessidades do grupo e aos objectivos visados 	<p><i>A operacionalização específica será feita na perspectiva de cada disciplina ou área curricular tendo em conta os saberes, procedimentos, instrumentos e técnicas essenciais de cada área do saber e visando o desenvolvimento pelo aluno destas competências</i></p>
Acções a desenvolver por cada professor	

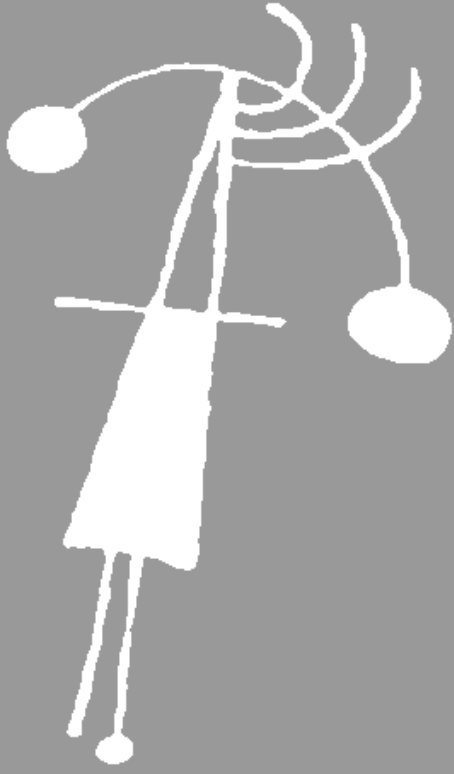
- Organizar o ensino prevendo e orientando a execução de actividades individuais, a pares, em grupos e colectivas
- Promover intencionalmente, na sala de aula e fora dela, actividades dirigidas para o trabalho cooperativo, desde a sua concepção à sua avaliação e comunicação aos outros
- Propiciar situações de aprendizagem conducentes à promoção da auto-estima e da autoconfiança
- Fomentar actividades cooperativas de aprendizagem com explicitação de papéis e responsabilidades
- Organizar o ensino com base em materiais e recursos diversificados adequados a formas de trabalho cooperativo
- Apoiar o aluno na descoberta das diversas formas de organização da sua aprendizagem em interacção com outros
- Desenvolver a realização cooperativa de projectos

(10) Relacionar harmoniosamente o corpo com o espaço, numa perspectiva pessoal e interpessoal promotora da saúde e da qualidade de vida

Operacionalização transversal	Operacionalização específica
<ul style="list-style-type: none"> • Mobilizar e coordenar os aspectos psicomotores necessários ao desempenho de tarefas • Estabelecer e respeitar regras para o uso colectivo de espaços • Realizar diferentes tipos de actividades físicas, promotoras de saúde, do bem-estar e da qualidade de vida • Manifestar respeito por normas de segurança pessoal e colectiva 	<p><i>A operacionalização específica será feita na perspectiva de cada disciplina ou área curricular tendo em conta os saberes, procedimentos, instrumentos e técnicas essenciais de cada área do saber e visando o desenvolvimento pelo aluno destas competências</i></p>

Acções a desenvolver por cada professor

- Organizar o ensino prevendo a realização de actividades em que é necessário estabelecer regras e critérios de actuação
- Organizar o ensino prevendo a realização de jogos diversificados de modo a promover o desenvolvimento harmonioso do corpo em relação ao espaço e ao tempo
- Promover intencionalmente, na sala de aula e fora dela, actividades dirigidas à apropriação de hábitos de vida saudáveis e à responsabilização face à sua própria segurança e à dos outros
- Organizar actividades diversificadas que promovam o desenvolvimento psicomotor implicado no desempenho de diferentes tarefas
- Organizar actividades cooperativas de aprendizagem e projectos conducentes à tomada de consciência de si, dos outros e do meio
- Organizar o ensino com base em materiais e recursos diversificados



Competências Específicas





Língua Portuguesa

the \mathbb{R}^n is a linear space over \mathbb{R} with the usual addition and scalar multiplication. The inner product is defined by

$$(x, y) = \sum_{i=1}^n x_i y_i \quad (1)$$

where $x = (x_1, \dots, x_n)$ and $y = (y_1, \dots, y_n)$ are vectors in \mathbb{R}^n . The norm of a vector x is defined by

$$\|x\| = \sqrt{(x, x)} = \sqrt{\sum_{i=1}^n x_i^2} \quad (2)$$

where $x = (x_1, \dots, x_n)$ is a vector in \mathbb{R}^n . The distance between two vectors x and y in \mathbb{R}^n is defined by

$$d(x, y) = \|x - y\| = \sqrt{\sum_{i=1}^n (x_i - y_i)^2} \quad (3)$$

where $x = (x_1, \dots, x_n)$ and $y = (y_1, \dots, y_n)$ are vectors in \mathbb{R}^n . The angle between two vectors x and y in \mathbb{R}^n is defined by

$$\cos \theta = \frac{(x, y)}{\|x\| \|y\|} \quad (4)$$

where $x = (x_1, \dots, x_n)$ and $y = (y_1, \dots, y_n)$ are vectors in \mathbb{R}^n . The orthogonal projection of a vector x in \mathbb{R}^n onto a vector y in \mathbb{R}^n is defined by

$$p_y(x) = \frac{(x, y)}{(y, y)} y \quad (5)$$

where $x = (x_1, \dots, x_n)$ and $y = (y_1, \dots, y_n)$ are vectors in \mathbb{R}^n . The orthogonal distance from a vector x in \mathbb{R}^n to a vector y in \mathbb{R}^n is defined by

$$d(x, y) = \|x - p_y(x)\| = \sqrt{\sum_{i=1}^n (x_i - \frac{(x, y)}{(y, y)} y_i)^2} \quad (6)$$

where $x = (x_1, \dots, x_n)$ and $y = (y_1, \dots, y_n)$ are vectors in \mathbb{R}^n . The orthogonal distance from a vector x in \mathbb{R}^n to a subspace S in \mathbb{R}^n is defined by

$$d(x, S) = \inf_{y \in S} \|x - y\| = \sqrt{\sum_{i=1}^n (x_i - y_i)^2} \quad (7)$$

where $x = (x_1, \dots, x_n)$ is a vector in \mathbb{R}^n and $y = (y_1, \dots, y_n)$ is a vector in S . The orthogonal distance from a vector x in \mathbb{R}^n to a line L in \mathbb{R}^n is defined by

$$d(x, L) = \inf_{y \in L} \|x - y\| = \sqrt{\sum_{i=1}^n (x_i - y_i)^2} \quad (8)$$

where $x = (x_1, \dots, x_n)$ is a vector in \mathbb{R}^n and $y = (y_1, \dots, y_n)$ is a vector in L . The orthogonal distance from a vector x in \mathbb{R}^n to a plane P in \mathbb{R}^n is defined by

$$d(x, P) = \inf_{y \in P} \|x - y\| = \sqrt{\sum_{i=1}^n (x_i - y_i)^2} \quad (9)$$

where $x = (x_1, \dots, x_n)$ is a vector in \mathbb{R}^n and $y = (y_1, \dots, y_n)$ is a vector in P . The orthogonal distance from a vector x in \mathbb{R}^n to a hyperplane H in \mathbb{R}^n is defined by

$$d(x, H) = \inf_{y \in H} \|x - y\| = \sqrt{\sum_{i=1}^n (x_i - y_i)^2} \quad (10)$$

Língua Portuguesa

Introdução

A língua materna é um importante factor de identidade nacional e cultural.

No espaço nacional, o Português é a língua oficial, a língua de escolarização, a língua materna da esmagadora maioria da população escolar e a língua de acolhimento das minorias linguísticas que vivem no País. Por isso, o domínio da língua portuguesa é decisivo no desenvolvimento individual, no acesso ao conhecimento, no relacionamento social, no sucesso escolar e profissional e no exercício pleno da cidadania.

A meta do currículo de Língua Portuguesa na educação básica é desenvolver nos jovens um conhecimento da língua que lhes permita:

- (i) Compreender e produzir discursos orais formais e públicos;
- (ii) Interagir verbalmente de uma forma apropriada em situações formais e institucionais;
- (iii) Ser um leitor fluente e crítico;
- (iv) Usar multifuncionalmente a escrita, com correcção linguística e domínio das técnicas de composição de vários tipos de textos;
- (v) Explicitar aspectos fundamentais da estrutura e do uso da língua, através da apropriação de metodologias básicas de análise, e investir esse conhecimento na mobilização das estratégias apropriadas à compreensão oral e escrita e na monitorização da expressão oral e escrita.

A disciplina de Língua Portuguesa desempenha um papel fundamental no desenvolvimento das **competências gerais** de transversalidade disciplinar (abreviadamente, cger) referidas no ponto anterior desta obra. Assim, tais competências são operacionalizadas do seguinte modo na disciplina de Língua Portuguesa:

- Descobrir a multiplicidade de dimensões da experiência humana, através do acesso ao património escrito legado por diferentes épocas e sociedades, e que constitui um arquivo vivo da experiência cultural, científica e tecnológica da Humanidade (*cger 1*);
- Ser rigoroso na recolha e observação de dados linguísticos e objectivo na procura de regularidades linguísticas e na formulação das generalizações adequadas para as captar (*cger 1 e 2*);
- Assumir o papel de ouvinte atento, de interlocutor e locutor cooperativo em situações de comunicação que exijam algum grau de formalidade (*cger 3*);
- Reconhecer a pertença à comunidade nacional e transnacional de falantes da língua portuguesa e respeitar as diferentes variedades linguísticas do Português e as línguas faladas por minorias linguísticas no território nacional (*cger 3*);
- Transferir o conhecimento da língua materna para a aprendizagem das línguas estrangeiras (*cger 4*);
- Dominar metodologias de estudo (tais como sublinhar, tirar notas e resumir) (*cger 5*);
- Transformar informação oral e escrita em conhecimento (*cger 6*);
- Usar estratégias de raciocínio verbal na resolução de problemas (*cger 1 e 7*);
- Expressar-se oralmente e por escrito de uma forma confiante, autónoma e criativa (*cger 2, 3, 8 e 10*);
- Comunicar de forma correcta e adequada em contextos diversos e com objectivos diversificados (*cger 3, 9 e 10*).

Competências específicas

Na disciplina de Língua Portuguesa, é necessário garantir a cada aluno, em cada ciclo de escolaridade, o desenvolvimento de competências específicas no domínio do modo oral (**compreensão e expressão oral**), do modo escrito (**leitura e expressão escrita**) e do **conhecimento explícito** da língua.

Entende-se por **compreensão do oral** a capacidade para atribuir significado a discursos orais em diferentes variedades do Português. Esta competência envolve a recepção e a decifração da mensagem por acesso a conhecimento organizado na memória, o que implica prestar atenção ao discurso e seleccionar o essencial da mensagem.

Entende-se por **expressão oral** a capacidade para produzir cadeias fónicas dotadas de significado e conformes à gramática da língua. Esta competência implica o recrutamento de saberes linguísticos e sociais e supõe uma atitude cooperativa na interacção e o conhecimento dos papéis desempenhados pelos falantes em cada tipo de situação.

Entende-se por **leitura** o processo interactivo entre o leitor e o texto em que o primeiro reconstrói o significado do segundo. Esta competência implica a capacidade de descodificar cadeias grafemáticas e delas extrair informação e construir conhecimento.

Entende-se por **expressão escrita** o produto, dotado de significado e conforme à gramática da língua, resultante de um processo que inclui o conhecimento do sistema de representação gráfica adoptado. Esta competência implica processos cognitivos e linguísticos complexos, nomeadamente os envolvidos no planeamento, na formatação linguística, na revisão, na correcção e na reformulação do texto.

Entende-se por **conhecimento explícito** o conhecimento reflectido, explícito e sistematizado das unidades, regras e processos gramaticais da língua. Esta competência implica o desenvolvimento de processos metacognitivos, quase sempre dependentes da instrução formal, e permite aos falantes o controlo das regras que usam e a selecção das estratégias mais adequadas à compreensão e expressão em cada situação de comunicação.

Considera-se indispensável perseguir os seguintes objectivos no desenvolvimento destas competências ao longo da escolaridade básica:

(i) Relativamente às competências do modo oral

- Alargar a compreensão a discursos em diferentes variedades do Português, incluindo o Português padrão, e dominar progressivamente a compreensão em géneros formais e públicos do oral, essenciais para entrada na vida profissional e para o prosseguimento de estudos;
- Alargar a expressão oral em Português padrão e dominar progressivamente a produção de géneros formais e públicos do oral, essenciais para entrada na vida profissional e para o prosseguimento de estudos.

(ii) Relativamente às competências do modo escrito

- Criar autonomia e hábitos de leitura, com vista à fluência de leitura e à eficácia na selecção de estratégias adequadas à finalidade em vista;
- Apropriar-se das técnicas fundamentais da escrita, com vista à desenvoltura, naturalidade e correcção no seu uso multifuncional.

(iii) Relativamente ao conhecimento explícito

- Desenvolver a consciência linguística, tendo em vista objectivos instrumentais e atitudinais, e desenvolver um conhecimento reflexivo, objectivo e sistematizado da estrutura e do uso do Português padrão.

Competências específicas por ciclo

No desenvolvimento de cada uma das competências específicas é indispensável estabelecer com clareza metas de desenvolvimento por ciclo de escolaridade (e não por ano de escolaridade), assegurando, simultaneamente, a continuidade do processo ao longo dos três ciclos da educação básica.

Compreensão do ora ¹

1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo
Alargamento da compreensão a discursos em diferentes variedades do Português, incluindo o Português padrão	Alargamento da compreensão a géneros formais e públicos do oral	Compreensão de formas complexas do oral exigidas para o prosseguimento de estudos e para entrada na vida profissional
<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de extrair e reter a informação essencial de discursos em diferentes variedades do Português, incluindo o Português padrão 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de seleccionar e reter a informação necessária a um determinado objectivo, na compreensão de diferentes géneros do oral 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de extrair informação de discursos de diferentes géneros formais e públicos do oral, cuja complexidade e duração exijam focalização da atenção por períodos prolongados
<ul style="list-style-type: none"> • Familiaridade com o vocabulário e as estruturas gramaticais de variedades do Português e conhecimento de chaves linguísticas e não linguísticas para a identificação de objectivos comunicativos 	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento do vocabulário e das estruturas gramaticais do Português padrão que permitam seleccionar e reter informação em função do objectivo visado 	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento das estratégias linguísticas e não linguísticas utilizadas explicita e implicitamente para realizar diferentes objectivos comunicativos

¹ Para esclarecimento dos níveis de desempenho que se propõem para cada ciclo, ver Sim-Sim, Duarte & Ferraz (1997: 53-55).

Expressão oral 1²

1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo
Alargamento da expressão oral em Português padrão	Domínio progressivo de géneros formais e públicos do oral	Fluência e adequação da expressão oral em contextos formais
<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de se exprimir de forma confiante, clara e audível, com adequação ao contexto e ao objectivo comunicativo 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade para utilizar recursos prosódicos e pragmáticos adequados ao objectivo visado 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de utilização de recursos expressivos, linguísticos e não linguísticos, como estratégias de adesão, de oposição e de persuasão
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento de vocabulário diversificado e de estruturas sintácticas de complexidade crescente 	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento de vocabulário preciso e da complexidade gramatical requerida para narrar situações vividas e imaginadas, elaborar relatos e formular perguntas 	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento vocabular e gramatical requerido nos géneros formais e públicos do oral necessários para o prosseguimento de estudos e para a entrada na vida profissional

Leitura³

1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo
Aprendizagem dos mecanismos básicos de extracção de significado do material escrito	Autonomia e velocidade de leitura e criação de hábitos de leitura	Fluência de leitura e eficácia na selecção de estratégias adequadas ao fim em vista
<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade para decifrar de forma automática cadeias grafemáticas, para localizar informação em material escrito e para apreender o significado global de um texto curto 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade para ler com autonomia, velocidade e perseverança 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade para reconstruir mentalmente o significado de um texto (literário e não literário) em função da relevância e da hierarquização das unidades informativas deste
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento de estratégias básicas para a decifração automática de cadeias grafemáticas e para a extracção de informação de material escrito 	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento de estratégias diversificadas para procurar e seleccionar informação a partir de material escrito 	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento das chaves linguísticas e textuais que permitem desfazer ambiguidades, deduzir sentidos implícitos e reconhecer usos figurativos

² Para esclarecimento dos níveis de desempenho que se propõem para cada ciclo, ver Sim-Sim, Duarte & Ferraz (1997: 69-73).

³ Para esclarecimento dos níveis de desempenho que se propõem para cada ciclo, ver Sim-Sim, Duarte & Ferraz (1997: 59-65).

Expressão escrita ⁴

1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo
Domínio das técnicas instrumentais da escrita	Automatismo e desenvoltura no processo de escrita	Naturalidade e correcção no uso multifuncional do processo de escrita
<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade para produzir textos escritos com diferentes objectivos comunicativos 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade para produzir textos escritos adequados ao objectivo, à situação e ao destinatário 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade para usar multifuncionalmente a escrita, com a consciência das escolhas decorrentes da função, forma e destinatário
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento de técnicas básicas de organização textual 	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento das técnicas fundamentais da escrita compositiva 	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento dos géneros textuais e das técnicas de correcção e aperfeiçoamento dos produtos do processo de escrita

Conhecimento explícito ⁵

1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo
Desenvolvimento da consciência linguística com objectivos instrumentais	Alargamento e sedimentação da consciência linguística com objectivos instrumentais e atitudinais	Conhecimento sistematizado dos aspectos básicos da estrutura e do uso do Português
<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de usar o conhecimento da língua como instrumento na aprendizagem da leitura e da escrita 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de reflexão linguística com objectivos instrumentais e atitudinais 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de reflexão linguística com objectivos cognitivos gerais e específicos
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento de paradigmas flexionais e de regras gramaticais básicas 	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento sistematizado de aspectos fundamentais da estrutura e do uso do Português padrão 	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento sistematizado dos aspectos fundamentais da estrutura e do uso do Português padrão, pela apropriação de metodologias de análise da língua

⁴Para esclarecimento dos níveis de desempenho que se propõem para cada ciclo, ver Sim-Sim, Duarte & Ferraz (1997: 77-82).

⁵Para esclarecimento dos níveis de desempenho que se propõem para cada ciclo, ver Sim-Sim, Duarte & Ferraz (1997: 85-91).

Experiências de aprendizagem

Para que os objectivos do currículo de Língua Portuguesa possam ser atingidos é fundamental que todos os alunos participem, ao longo da educação básica, em situações educativas como as que a seguir se enunciam:

- Audição orientada de registos diversificados de extensão e grau de formalidade crescentes;
- Audição orientada de registos de diferentes variedades do Português;
- Actividades de planeamento e de produção de diversos tipos de discurso oral, com grau crescente de formalidade;
- Actividades que propiciem a participação eficaz e adequada em diversas situações de interacção (debates, exposições, entrevistas, sínteses...);
- Actividades de leitura silenciosa e em voz alta de diferentes tipos de textos;
- Actividades de consulta de material escrito com o objectivo de localizar informação e de transformá-la em conhecimento;
- Actividades de escrita usando materiais e suportes variados, com recurso a instrumentos que assegurem a correcção do produto escrito;
- Actividades de elaboração de vários tipos de textos compositivos;
- Actividades de identificação e descoberta de unidades, regras e processos da língua;
- Actividades de reflexão sobre a qualidade linguística e a adequação das produções orais e escritas com vista à autonomia na autocorreção.



Línguas Estrangeiras

Línguas Estrangeiras

Introdução

O presente documento, concebido como um instrumento de mediação entre os programas e a organização dos processos de ensino-aprendizagem, visa fazer emergir as competências específicas na construção de uma competência global em línguas estrangeiras.

Na introdução aos programas enunciam-se duas circunstâncias que se reflectiram na sua elaboração: um público mais vasto e heterogéneo decorrente do alargamento da escolaridade básica e a crescente mobilidade de pessoas no espaço comunitário implicam uma resposta a necessidades e expectativas de uma sociedade pluricultural em constante mudança¹.

Neste contexto, torna-se necessário perspectivar a aprendizagem de línguas estrangeiras como a construção de uma competência plurilingue e pluricultural nos termos em que é formulada no *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas*²:

Designar-se-á por competência plurilingue e pluricultural a competência para comunicar pela linguagem e para interagir culturalmente de um actor social que possui, em graus diversos, o domínio de várias línguas e a experiência de várias culturas. A opção essencial é considerar que não se trata de sobreposição ou justaposição de competências distintas, mas antes da existência de uma competência complexa, isto é, compósita, mas uma enquanto repertório disponível.

O desenvolvimento desta competência requer uma gestão articulada dos programas das várias línguas. Assim, o presente documento visa favorecer uma perspectiva integradora da aprendizagem das línguas na educação básica, já que, no domínio das competências específicas, as similitudes se sobrepõem às especificidades. Conhecimentos, capacidades e atitudes são integrados na formulação destas competências que compreendem aspectos não meramente cognitivos mas também de natureza metacognitiva, afectiva e social.

Este desejável percurso no sentido da integração é aqui perspectivado em função de três parâmetros essenciais:

1. Uso e aprendizagem das línguas;
2. Perfis de saída, desempenhos esperados no final da educação básica e processos de aprendizagem;
3. Percursos de aprendizagem.

Na definição das competências específicas, as opções basearam-se nos currículos de línguas em vigor na educação básica e no *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas*.

¹ Organização curricular e programas “Ensino Básico”.

² Council of Europe, *Modern Languages: Learning, Assessment: A Common European Framework of Reference*, Strasbourg, 1998/Conseil de l’Europe/Les Editions Didier, *Cadre européen de référence pour les langues: Apprendre, enseigner, évaluer*, Paris, 2001.

Uso e aprendizagem das línguas

Tomar-se competente em línguas significa apropriar-se de um conjunto de conhecimentos que relevam da língua, enquanto saber organizado, e da cultura dos povos que a utilizam, enquanto expressão da sua identidade; significa também ser capaz de usar estratégica e eficazmente os recursos linguísticos disponíveis em situações de comunicação, assim como reflectir sobre o uso e o funcionamento da língua de modo a desenvolver estratégias metacognitivas que garantam um processo contínuo de aprendizagem – o saber-fazer; significa, ainda, desenvolver características individuais relacionadas com a personalidade de cada um, nomeadamente atitudes de receptividade/interacção em relação a outras formas de ser, de estar e de viver.

O aprendente recorre a este capital de competências sempre que se envolve em actividades de língua com o objectivo de processar, quer de forma receptiva quer produtiva, textos orais ou escritos, na execução de uma tarefa particular. Ao fazê-lo, o aprendente apoia-se numa linha de actuação estratégica – intencional e organizada – que terá em consideração o objecto da tarefa e a sua finalidade.

Perfis de saída, desempenhos esperados e processos de aprendizagem

A organização dos processos de ensino-aprendizagem pressupõe a focalização de interacções a vários níveis: o que se espera que o aprendente seja capaz de fazer no final de um ciclo de escolaridade – **perfis de saída**; os desempenhos necessários ao percurso que tais perfis exigem – **desempenhos esperados**; os processos indispensáveis aos percursos a realizar – **processos de aprendizagem** (cf. quadros da sistematização das competências específicas).

Entendeu-se, no presente documento, separar o 1.º ciclo dos restantes, tendo em conta a especificidade dos objectivos a atingir e o contexto em que a língua é aprendida.

Relativamente aos 2.º e 3.º ciclos, competirá a cada professor, tendo em conta os perfis terminais definidos para cada um dos ciclos, distinguir os níveis de desempenho adequados a cada situação de aprendizagem. Na articulação do 2.º com o 3.º ciclo deverão ser asseguradas condições de continuidade e de coerência nos processos de aprendizagem, tendo em vista contextos de complexidade crescente na procura do desenvolvimento de competências parciais que vão ganhando contornos de funcionalidade até ao final do ensino básico.

Percursos de aprendizagem

O percurso na aprendizagem de línguas estrangeiras ao longo do ensino básico requer modelos integradores das aprendizagens essenciais previstas para cada um dos ciclos. Assim, considera-se fundamental criar condições para que o aprendente possa, nesse percurso, ir construindo uma competência que, progressivamente, o estimule a implicar-se, com renovada confiança, em cada etapa.

O desenvolvimento dessa competência exige que ao aprendente sejam garantidas oportunidades:

- De participar em projectos comunicativas que impliquem um uso vivo da língua;
- De tomar consciência do sistema da língua, que ele poderá ir descobrindo a partir da reflexão sobre os usos;
- De utilizar, nas actividades de recepção, interacção e produção de textos, estratégias que lhe permitam satisfazer exigências comunicativas;

- De estabelecer e desenvolver uma relação afectiva com a língua estrangeira, dispondo-se a reagir de forma construtiva face aos problemas inerentes à aprendizagem;
- De regular a qualidade dos seus desempenhos e de utilizar recursos para superação de dificuldades.

A gestão, ao longo dos três ciclos do ensino básico, de um processo que considere as circunstâncias específicas de cada etapa assentará numa progressão em espiral que permita um contínuo alargamento e aprofundamento de aprendizagens.

Entendeu-se, no presente documento, separar o 1.º ciclo dos restantes, tendo em conta os objectivos a atingir e o contexto em que a língua é aprendida, não assumindo carácter de obrigatoriedade neste nível de ensino.

No 1.º ciclo, as competências cujo desenvolvimento se considerou adequado a esta fase determinam que o processo de ensino se centre na promoção de uma relação afectiva com a língua estrangeira. A sensibilização à diversidade linguística e cultural exige que aos aprendentes sejam dadas oportunidades de se envolverem em tarefas e actos comunicativos que lhes proporcionem vivências estimulantes.

No 2.º ciclo, e muito particularmente no 5.º ano, é indispensável manter projectos significativos e formas de trabalho que mobilizem de modo produtivo a energia e o interesse dos aprendentes, nomeadamente simulações, dramatizações, actividades lúdicas que proporcionem usos de língua como formas de agir e de interagir.

No entanto, torna-se necessário incluir outro tipo de actividades que permitam ao aprendente reflectir sobre os usos da língua e os seus próprios desempenhos. De qualquer modo, há que evitar que essa reflexão exceda o espaço a conferir às práticas que visam os usos da língua. Ela deverá manter-se desde que contribua para a eficácia comunicativa e, portanto, para a construção de sentido.

No 3.º ciclo, o aprendente continua a Língua Estrangeira I e inicia uma segunda língua³.

Relativamente à primeira situação, impõe-se um diagnóstico da situação do aprendente face às competências específicas, tendo em vista o alargamento e aprofundamento das aprendizagens já realizadas.

É absolutamente indispensável, nesta fase, promover o desenvolvimento de competências estratégicas, quer no plano comunicativo quer no plano do saber-aprender. A consciencialização, por parte do aprendente, dos saberes e do saber-fazer de que dispõe e, por outro lado, dos procedimentos necessários à apropriação de elementos novos e sua incorporação no conjunto das aquisições já realizadas torna-se condição essencial de uma progressão na aprendizagem.

A capacidade de controlar a qualidade dos seus desempenhos e de utilizar recursos de superação de dificuldades constituirá a chave não só do sucesso da escolaridade básica mas também da sua formação posterior.

Quanto à segunda situação atrás referida – a aprendizagem de Língua Estrangeira II –, torna-se necessário adoptar estratégias específicas de ensino considerando o nível etário dos aprendentes e a sua experiência anterior na aprendizagem da primeira língua estrangeira.

De facto, os aprendentes tiveram já oportunidade de desenvolver capacidades que favorecem a aprendizagem da Língua II: experimentaram o uso de uma língua estrangeira e a reflexão sobre esse uso,

³ Obrigatoriedade da segunda língua estrangeira no 3.º ciclo a partir do ano lectivo 2002-2003, de acordo com o calendário da reorganização curricular do ensino básico.

estratégias de aprendizagem, métodos de trabalho, e desenvolveram a capacidade de abstracção e de conceptualização.

O desenvolvimento da competência de comunicação nos vários domínios beneficiará do recurso às abordagens por analogia e por contraste com a língua materna e a Língua Estrangeira I.

A capacidade de reflexão poderá ser exercida pelo aprendente de forma espontânea e autónoma segundo as suas necessidades e possibilidades.

Importante será responder ao interesse que os aprendentes, pela sua maturidade, revelam perante a actualidade, possibilitando-lhes o contacto com grande número e variedade de documentos que proporcionem interacções significativas.

Avaliação

A presente proposta de formulação de competências específicas em línguas estrangeiras radica na convicção de que a consistência de qualquer processo de ensino-aprendizagem decorre da transparência na definição dos desempenhos esperados no termo de cada etapa de um percurso e da coerência dos processos na promoção de aprendizagens significativas.

Neste contexto, torna-se fundamental integrar nesse processo modalidades de avaliação reguladoras do ensino e da aprendizagem que se traduzam em instrumentos diversificados de avaliação, adequados à flexibilização e diferenciação que a gestão curricular exige.

Modo de utilização destes documentos: sugestões

A tarefa de programação de processos de ensino-aprendizagem requer, da parte dos professores, opções criteriosas relativamente aos objectivos, conteúdos e orientações metodológicas propostas pelos programas.

O presente documento, ao definir perfis de saída, desempenhos e processos de aprendizagem que os tornem possíveis, fornece aos professores um quadro de referências relativamente ao que se espera que o aprendente venha a ser capaz de fazer enquanto utilizador de uma língua estrangeira no termo da escolaridade básica.

Utilizando esse quadro como horizonte para percursos de aprendizagem diversos e seleccionando nos programas os conteúdos a mobilizar no desenvolvimento das competências consideradas específicas, poderão os professores organizar as bases de dados necessárias à construção de sequências e de unidades didácticas.

Nesse sentido, sugere-se que, numa primeira fase da tarefa da programação, o grupo de professores de uma língua estrangeira defina, a partir dos quadros de competências e em articulação com os conteúdos programáticos, as situações de aprendizagem a proporcionar aos aprendentes nas diferentes etapas do percurso (ciclo/ano/trimestre). Esta programação terá em conta os reais contextos de aprendizagem, devendo necessariamente articular-se com as competências gerais e respectivos modos de operacionalização definidos no projecto curricular das escolas.

Numa segunda fase, cada professor organizará sequências e unidades didácticas tendo em conta o contexto da turma a que se destinam.

Tal planificação deverá, pois, articular-se com o quadro de orientações definido no projecto curricular de turma.

Competências gerais

Competências gerais	Operacionalização nas Línguas Estrangeiras
1. Mobilizar saberes culturais, científicos e tecnológicos para compreender a realidade e para abordar situações e problemas do quotidiano.	1. Mobilizar recursos linguísticos e paralinguísticos na interação verbal, na recepção e na produção de textos orais e escritos, tendo em vista desempenhos adequados às situações de comunicação.
2. Usar adequadamente linguagens das diferentes áreas do saber cultural, científico e tecnológico para se expressar.	2. Usar, de forma integrada e no sentido da eficácia dos actos comunicativos, linguagens diversas: imagens, gestos, mímica, sons, elementos paratextuais (ilustração, quadros, esquemas, diagramas, recursos tipográficos...).
3. Usar correctamente a língua portuguesa para comunicar adequadamente e para estruturar pensamento próprio.	3. Mobilizar, de forma integrada, competências de uso da língua materna e das línguas estrangeiras, no sentido da construção de uma competência plurilingue e pluricultural.
4. Usar línguas estrangeiras para comunicar adequadamente em situações do quotidiano e para apropriação de informação.	4. Conferir parte referente às competências específicas.
5. Adoptar metodologias personalizadas de trabalho e de aprendizagem adequadas a objectivos visados.	5. Adoptar estratégias e procedimentos adequados às necessidades de aprendizagem próprias: <ul style="list-style-type: none"> • Mobilizar estratégias de apropriação de conhecimentos (nos planos linguístico e sociocultural), favorecendo a integração dos elementos novos nos já adquiridos; • Identificar as finalidades das tarefas a executar; • Planificar actividades; • Seleccionar, de entre os auxiliares de aprendizagem, os mais adequados; • Identificar dúvidas e dificuldades; • Auto-regular os desempenhos exigidos em cada tarefa; • Gerir adequadamente o tempo na realização das tarefas.
6. Pesquisar, seleccionar e organizar informação para a transformar em conhecimento.	6. Utilizar de forma adequada, em situações de interacção, recepção e produção: <ul style="list-style-type: none"> • Diferentes tipos de suportes: material impresso – manuais, dicionários, jornais, revistas; material audiovisual e multimédia: cassetes áudio e vídeo, discos, emissões radiofónicas e televisivas, CD-ROM; • Diferentes tipos de textos: vd. quadros da Competência de Comunicação; • Documentos de sistematização de conhecimentos nos planos linguístico e comunicativo; • Novas tecnologias de informação e de comunicação.

(Continua)

(Continuação)

Competências gerais	Operacionalização nas Línguas Estrangeiras
7. Adotar estratégias adequadas à resolução de problemas e à tomada de decisões.	<p>7. Adotar processos de mobilização de recursos linguísticos e paralinguísticos em função de exigências de comunicação em situações de interação verbal, de recepção e produção de textos orais e escritos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer índices contextuais, gramaticais e lexicais que permitam a dedução de sentidos; • Seleccionar, no repertório disponível, recursos que permitam produzir textos adequados às situações de comunicação; • Utilizar meios de compensação de insuficiências no uso da língua: gestos, definições, perífrases, paráfrases...; • Gerir a tomada de palavra em situações de interação verbal tendo em vista a eficácia da comunicação; • Avaliar a justeza dos processos utilizados.
8. Realizar actividades de forma autónoma, responsável e criativa.	<p>8. Tomar decisões/iniciativas, com base em critérios pré-estabelecidos, no sentido de uma participação adequada em actos comunicativos, projectos de trabalho, processos de aprendizagem. Organizar e utilizar materiais num processo de trabalho autónomo. Mobilizar, de entre os recursos disponíveis, aqueles que, num determinado contexto, permitem a resolução de problemas de comunicação imprevistos, a adaptação a situações novas.</p>
9. Cooperar com outros em tarefas e projectos comuns.	<p>9. Explorar as oportunidades de relação interactiva, na sala de aula, para praticar a interacção verbal.</p>
10. Relacionar harmoniosamente o corpo com o espaço, numa perspectiva pessoal e interpessoal promotora da saúde e da qualidade de vida.	<p>10. Contribuir para a criação, na sala de aula, de um clima de trabalho favorável:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Organizar o espaço de forma funcional; • Organizar os materiais de trabalho; • Gerir, de forma equilibrada, os ritmos de trabalho; • Garantir a qualidade estética do ambiente nos planos visual e sonoro; • Garantir a segurança e a higiene do espaço e dos equipamentos.

Competências específicas

1.º ciclo

Alguns princípios orientadores

Sensibilização à diversidade linguística e cultural

As aprendizagens em línguas estrangeiras, no 1.º ciclo, deverão ser orientadas no sentido de uma sensibilização à diversidade linguística e cultural. A abertura da escola a essa pluralidade traduzir-se-á na criação de espaços de receptividade a outras línguas e outras culturas – eventualmente presentes no meio envolvente –, ao estabelecimento de relações entre estas e a língua materna e ao convívio com outros modos de ser, de estar e de viver.

Competência comunitária integradora das várias linguagens

Tendo em conta a especificidade do plano curricular do 1.º ciclo («O 1.º ciclo, respeitando um modelo de ensino globalizante, a cargo de um professor único, privilegia o desenvolvimento integrado de estudos e actividades»⁴), a sensibilização à aprendizagem de uma ou mais línguas deverá inscrever-se no quadro do desenvolvimento de uma global competência de comunicação integradora do uso das várias linguagens – verbal, visual, auditiva, corporal – e de competências gerais individuais a nível cognitivo, socioafectivo e psicomotor. Assim, deverão promover-se práticas de mobilização integrada de saber e de saber-fazer no âmbito de projectos com finalidades precisas e percursos facilitadores de aprendizagens significativas.

Agir e comunicar

A promoção de uma relação positiva com a iniciação à(s) língua(s) estrangeira(s) deverá ser sustentada por uma dinâmica interactiva a nível do agir e do comunicar. A criação de condições para que os aprendentes se impliquem na execução de determinadas tarefas favorecerá a emergência de necessidades e de actos comunicativos e o uso das diversas linguagens. O uso da língua permitir-lhes-á agir e a acção estimulará os desempenhos verbais.

Exemplificando:

Se, oportunamente, os aprendentes se dispuserem a comemorar o Dia Mundial do Animal, a eventual execução de tarefas como a realização de um *sketch*, de um cartaz, de uma mascote, de uma festa, de uma visita a um jardim/ao campo/a um oceanário/..., o visionamento de um filme, um intercâmbio com jovens de outras escolas, etc, dará lugar a situações de comunicação com finalidades e natureza diversas e motivará o uso de vários tipos de texto.

Usos de língua a privilegiar na iniciação

Os contextos em que ocorrem os actos comunicativos proporcionam uma gama variada de usos de língua.

⁴ Organização Curricular e Programas – 1.º ciclo do ensino básico

Serão de privilegiar nesta fase de iniciação:

- A audição e a reprodução de rimas, canções, poemas...;
- A participação em diálogos simples relacionados com a vida do dia-a-dia;
- A compreensão dos acontecimentos principais de uma história transmitida em registo áudio ou audiovisual;
- A participação em jogos de expressão dramática;
- A compreensão de instruções simples;
- A compreensão/resposta a mensagens escritas (bilhete, convite, postal, fax, correio electrónico...);
- A compreensão dos elementos principais de um cartaz, de um anúncio, de uma embalagem, de um aviso,...

Desempenhos e capacidades essenciais

O desenvolvimento da competência de comunicação deverá privilegiar os desempenhos a nível da interacção oral e o desenvolvimento das seguintes capacidades:

- Discriminação e imitação de sons, entoações e ritmos em realizações linguísticas consideradas pertinentes;
- Reconhecimento de diferentes tipos de enunciados;
- Memorização apoiada em suportes visuais, auditivos e gestuais;
- Reprodução de enunciados curtos em situações de comunicação.

Pistas de trabalho possíveis

A selecção e a organização das actividades fundamentar-se-ão em critérios adequados a cada situação de aprendizagem. De uma forma global, sugere-se:

- Recurso a actividades diversificadas que mobilizem o interesse e a energia das crianças, com ênfase na oralidade e na actividade lúdica: jogos de escuta, de mímica, de expressão dramática, musical, plástica, corporal,...
- Articulação entre as actividades desenvolvidas em língua estrangeira e nas áreas curriculares.

Exemplificando:

Uma actividade desenvolvida em língua estrangeira pode convergir ou complementar actividades desenvolvidas em Estudo do Meio, Matemática, Língua Portuguesa ou área das Expressões.

- Promoção de atitudes de autoconfiança e de empenhamento no saber-fazer pela criação de condições que potenciem percursos de sucesso;
- Realização de actividades de curta duração que estimulem a capacidade de concentração e de memorização;
- Estruturação de actividades que possibilitem a integração dos novos conhecimentos nas aquisições anteriores;
- Criação de condições que permitam aos aprendentes um amplo e continuado contacto com a língua estrangeira;
- Recurso a suportes diversificados, os quais poderão integrar materiais elaborados pelos próprios alunos.

2.º e 3.º ciclos – Competência de comunicação

COMPREENDER

OUVIR/VER textos orais e audiovisuais de natureza diversificada adequados aos desenvolvimentos intelectual, sócio-afectivo e linguístico do aluno

Desempenhos esperados no final do 2.º ciclo	Desempenhos esperados no final do 3.º ciclo
<ul style="list-style-type: none"> – Identificação de uma acção/tarefa a realizar a partir das respectivas instruções de execução (actividade escolar, utilização de um objecto, realização de um percurso, receita culinária). – Identificação de informações em função de um objectivo preciso a partir de textos informativos (aviso, anúncio publicitário, informação meteorológica... – em gravação áudio ou vídeo). – Identificação de informações em função de um objectivo preciso, a partir de diálogos usuais na vida quotidiana. – Identificação de informações em mensagens telefónicas curtas. – Identificação de uma personagem, objecto, lugar, a partir da sua descrição (apresentação de uma personagem, cidade, objecto – em gravação áudio ou vídeo). – Reconhecimento de traços característicos da sociedade e da cultura das comunidades que usam a língua. – Reconhecimento de afinidades/diferenças entre a cultura de origem e a cultura estrangeira. 	<ul style="list-style-type: none"> – Identificação de uma acção/tarefa a realizar a partir das respectivas instruções de execução (actividade escolar, utilização de um objecto, realização de um percurso, receita culinária). (LE I e LE II) – Identificação de informações em função de um objectivo preciso a partir de textos informativos (aviso, anúncio publicitário, notícia, programa, informação meteorológica,... – em gravação áudio ou vídeo). (LE I e LE II) – Identificação de informações em função de um objectivo preciso, a partir de diálogos usuais na vida quotidiana. (LE I e LE II) – Identificação de informações em mensagens telefónicas. (LE I e LE II) – Identificação de uma personagem, objecto, lugar, a partir da sua descrição (apresentação de uma personagem, região/cidade/paisagem, objecto – em gravação áudio ou vídeo). (LE I e LE II) – Identificação, numa narrativa transmitida oralmente, de sequências de acontecimentos, de personagens e lugares e suas características, de momentos. (LE I) – Reconhecimento, numa narrativa transmitida oralmente, dos acontecimentos principais e de personagens. (LE II) – Identificação de traços característicos da sociedade e da cultura das comunidades que usam a língua. (LE I) – Reconhecimento de traços característicos da sociedade e da cultura das comunidades que usam a língua. (LE II) – Estabelecimento de relações – afinidades/diferenças – entre a cultura de origem e a cultura estrangeira. (LE I) – Reconhecimento de afinidades/diferenças entre a cultura de origem e a cultura estrangeira. (LE II)

Processos de aprendizagem ao longo da educação básica

- Utilizar conhecimentos prévios sobre o assunto do texto na formulação de hipóteses de sentido.
- Associar marcas textuais (título, formato, ilustração, palavras-chave) ao assunto e ao tipo de texto.
- Associar unidades linguísticas do texto ou fornecidas pelo professor (léxico, estruturas gramaticais, categorias semânticas) às ideias principais e secundárias.
- Deduzir o sentido de palavras e de estruturas gramaticais desconhecidas a partir do contexto, da análise morfológica das palavras e de analogia/contraste com a língua materna.
- Relacionar elementos do texto que permitam confirmar hipóteses de sentido (elementos lexicais utilizados na referência a uma personagem, a um objecto, a uma acção...).
- Prescindir de compreender o significado de palavras que não são essenciais à compreensão do sentido do texto.
- Verificar a correcção das hipóteses de sentido formuladas.
- Rever as hipóteses formuladas, se necessário.

Perfis de saída

Aluno do 2.º Ciclo

Compreende o essencial de um texto simples, breve e claro relacionado com aspectos da vida quotidiana.

Adaptação e tradução do nível A2 da Compreensão Geral do Oral Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas

Aluno do 3.º ciclo

Língua Estrangeira I

Compreende as ideias gerais e de pormenor de um texto em língua corrente sobre aspectos relativos à escola, aos tempos livres, a temas actuais e assuntos do seu interesse pessoal, quando o discurso é claro e pausado.

Adaptação do nível B1 da Compreensão Geral do Oral Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas

Língua Estrangeira II

Compreende as ideias gerais de um texto em língua corrente sobre aspectos relativos à escola, aos tempos livres, a temas actuais e assuntos do seu interesse pessoal, quando o discurso é claro e pausado.

Adaptação do nível B1 da Compreensão Geral do Oral Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas

2.º e 3.º ciclos – Competência de comunicação

COMPREENDER

LER textos escritos de natureza diversificada adequados aos desenvolvimentos intelectual, sócio-afectivo e linguístico do aluno

Desempenhos esperados no final do 2.º ciclo	Desempenhos esperados no final do 3.º ciclo
<ul style="list-style-type: none"> - Identificação de uma acção/tarefa a realizar a partir das respectivas instruções de execução (actividade escolar, utilização de um objecto, realização de um percurso, receita culinária). - Identificação de informações em função de um objectivo preciso, a partir de textos informativos (cartaz, aviso, anúncio publicitário, mapa, artigo de dicionário, lista telefónica, boletim meteorológico, embalagem, etiqueta, bilhete de transporte...). - Identificação de uma personagem, objecto, lugar, a partir da sua descrição (ficha biográfica de uma personagem, etiqueta, embalagem). - Reconhecimento, num texto narrativo, dos acontecimentos e das personagens principais. - Identificação de mensagens em textos de relação social e interpessoal (carta, fax, correio electrónico). - Estabelecimento de relações som-sentido em textos lúdico-poéticos. - Reconhecimento de traços característicos da sociedade e da cultura das comunidades que usam a língua. - Reconhecimento de afinidades/diferenças entre a cultura de origem e a cultura estrangeira. 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificação de uma acção/tarefa a realizar a partir das respectivas instruções de execução (actividade escolar, utilização de um objecto, realização de um percurso, receita culinária). (LE I e LE II) - Identificação de informações em função de um objectivo preciso, a partir de textos informativos (cartaz, aviso, anúncio publicitário, programa, guia, mapa, artigo de dicionário, enciclopédia, lista telefónica, boletim meteorológico, embalagem, etiqueta, bilhete de transporte...). (LE I e LE II) - Identificação de uma personagem, objecto, lugar, a partir da sua descrição (ficha biográfica de uma personagem, guia turístico, catálogo). (LE I e LE II) - Identificação, num texto narrativo, de sequências de acontecimentos, de personagens e lugares e suas características, de momentos. (LE I) - Identificação, num texto narrativo, dos acontecimentos e das personagens principais. (LE II) - Identificação de mensagens em textos de relação social e interpessoal (carta, fax, correio electrónico). (LE I e LE II) - Estabelecimento de relações som-sentido em textos poéticos. (LE I e LE II) - Identificação de traços característicos da sociedade e da cultura das comunidades que usam a língua. (LE I) - Reconhecimento de traços característicos da sociedade e da cultura das comunidades que usam a língua. (LE II) - Estabelecimento de relações – afinidades/diferenças – entre a cultura de origem e a cultura estrangeira. (LE I) - Reconhecimento de afinidades/diferenças entre a cultura de origem e a cultura estrangeira. (LE II)

Processos de aprendizagem ao longo da educação básica

- Utilizar conhecimentos prévios sobre o assunto do texto na formulação de hipóteses de sentido.
- Associar marcas textuais (título, formato, ilustração, palavras-chave) ao assunto e ao tipo de texto.
- Associar unidades linguísticas do texto ou fornecidas pelo professor (léxico, estruturas gramaticais, categorias semânticas) às ideias principais e secundárias.
- Deduzir o sentido de palavras e de estruturas gramaticais desconhecidas a partir do contexto, da análise morfológica das palavras e de analogia/contraste com a língua materna.
- Relacionar elementos do texto que permitam confirmar hipóteses de sentido (elementos lexicais utilizados na referência a uma personagem, a um objecto, a uma acção...).
- Prescindir de compreender o significado de palavras que não são essenciais à compreensão do sentido do texto.
- Verificar a correcção das hipóteses de sentido formuladas.
- Rever as hipóteses formuladas, se necessário.

Perfis de saída

Aluno do 2.º ciclo

Compreende textos curtos e simples sobre assuntos do quotidiano. É capaz de encontrar uma informação previsível e concreta em textos simples de uso comum.

Adaptação e tradução do nível A2 da Compreensão Geral da Escrita Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas

Aluno do 3.º ciclo

Língua Estrangeira I

Compreende um texto em língua corrente sobre assuntos do quotidiano e da actualidade. Entende acontecimentos relatados, assim como sentimentos e desejos expressos.

Adaptação do nível B1 da Compreensão Geral da Escrita Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas

Língua Estrangeira II

Compreende um texto em língua corrente sobre assuntos do quotidiano. Entende acontecimentos relatados, assim como sentimentos e desejos expressos.

Adaptação do nível B1 da Compreensão Geral da Escrita Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas

2.º e 3.º ciclos – Competência de comunicação

INTERAGIR

OUVIR/FALAR em situações de comunicação diversificadas

Desempenhos esperados no final do 2.º ciclo	Desempenhos esperados no final do 3.º ciclo
<ul style="list-style-type: none"> – Participação em conversas sobre assuntos do quotidiano. – Participação em conversas no contexto das actividades da aula. – Auto-apresentação e apresentação de pessoas a partir de tópicos (elementos de identificação, situação familiar, características pessoais, gostos, hábitos) e ou de elementos linguísticos. – Conversa telefónica (autêntica, simulada) a partir de tópicos e ou elementos linguísticos. – Adequação de comportamentos comunicativos tendo em conta: <ul style="list-style-type: none"> • os traços característicos da sociedade e da cultura das comunidades que usam a língua; • afinidades/diferenças entre a cultura de origem e a cultura estrangeira. 	<ul style="list-style-type: none"> – Participação em conversas sobre assuntos do quotidiano. (LE II) – Participação em conversas sobre assuntos do quotidiano e da actualidade. (LE I) – Participação em conversas no contexto das actividades da aula. (LE I e LE II) – Auto-apresentação e apresentação de pessoas a partir de tópicos (elementos de identificação, situação familiar, características pessoais, gostos, hábitos) e ou de elementos linguísticos. (LE I e LE II) – Conversa telefónica (autêntica, simulada) a partir de tópicos e ou elementos linguísticos. (LE I e LE II) – Entrevista (autêntica, simulada) a partir de tópicos e ou elementos linguísticos. (LE I) – Entrevista simulada a partir de tópicos e ou elementos linguísticos. (LE II) – Adequação de comportamentos comunicativos tendo em conta: <ul style="list-style-type: none"> • os traços característicos da sociedade e da cultura das comunidades que usam a língua; (LE I e LE II) • afinidades/diferenças entre a cultura de origem e a cultura estrangeira. (LE I e LE II)

Processos de aprendizagem ao longo da educação básica

- Caracterizar o contexto do acto comunicativo com previsão de possíveis trocas verbais.
- Seleccionar, no conjunto de saberes disponíveis, enunciados, estruturas linguísticas e vocábulos necessários aos desempenhos comunicativos.
- Negociar os papéis de ouvinte e de locutor.
- Cooperar mutuamente no esclarecimento de significados, de intenções comunicativas.
- Compensar insuficiências mediante recurso a mímica, gestos, substituições lexicais, entoações ...
- Avaliar o grau de adequação do desempenho à situação de comunicação, ao interlocutor, à intenção de comunicação, ao assunto.

Perfis de saída

Aluno do 2.º ciclo

Comunica em situações do quotidiano que exijam apenas troca de informação simples e directa sobre assuntos e actividades correntes. Participa numa conversa curta, sem ter de a alimentar.

*Adaptação e tradução do nível A2 da Interação Oral Geral
Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas*

Aluno do 3.º ciclo

Língua Estrangeira I

Participa numa conversa simples sobre assuntos de interesse pessoal ou geral da actualidade.

*Adaptação do nível B1 da Interação Oral Geral
Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas*

Língua Estrangeira II

Participa, com exercício prévia, numa conversa simples sobre assuntos de interesse pessoal ou geral da actualidade.

*Adaptação do nível B1 da Interação Oral Geral
Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas*

2.º e 3.º ciclos – Competência de comunicação

INTERAGIR

LER/ESCREVER em situações de comunicação diversificada

Desempenhos esperados no final do 2.º ciclo	Desempenhos esperados no final do 3.º ciclo
<ul style="list-style-type: none"> - Resposta a inquéritos simples sobre a vida quotidiana. - Recepção/produção de mensagens em situações de relação interpessoal e social: carta, postal, bilhete (recado, instrução, aviso, saudação...), convite, utilizando canais diversificados (correio postal, fax, correio electrónico). - Preenchimento de formulários simples (ficha de identificação, de inscrição, de leitura...). - Adequação de comportamentos comunicativos tendo em conta: <ul style="list-style-type: none"> • os traços característicos da sociedade e da cultura das comunidades que usam a língua; • afinidades/diferenças entre a cultura de origem e a cultura estrangeira. 	<ul style="list-style-type: none"> - Resposta a inquéritos sobre a vida quotidiana. (LE I e LE II) - Recepção/produção de mensagens em situações de relação interpessoal e social: carta, postal, bilhete (recado, instrução, aviso, saudação...), convite, utilizando canais diversificados (correio postal, fax, correio electrónico). (LE I e LE II) - Preenchimento de formulários (ficha de identificação, de inscrição, de leitura...). (LE I e LE II) - Adequação de comportamentos comunicativos tendo em conta: <ul style="list-style-type: none"> • os traços característicos da sociedade e da cultura das comunidades que usam a língua; (LE I e LE II) • afinidades/diferenças entre a cultura de origem e a cultura estrangeira. (LE I e LE II)

Processos de aprendizagem ao longo da educação básica

- Caracterizar o contexto do acto comunicativo com previsão de possíveis realizações linguísticas.
- Seleccionar, no conjunto de saberes disponíveis, enunciados, estruturas linguísticas e vocábulos necessários aos desempenhos comunicativos.
- Compensar insuficiências mediante recurso a substitutos lexicais, a construções sintácticas mais simples.
- Avaliar o grau de adequação do desempenho à situação e intenção(ões) de comunicação ao destinatário, ao assunto.

Perfis de saída

Aluno do 2.º ciclo

Compreende mensagens curtas, cartas pessoais e formulários simples e elabora respostas adequadas nestas situações de interacção.

*Adaptação e tradução do nível A2 da Interacção Escrita Geral
Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas*

Aluno do 3.º ciclo

Língua Estrangeira I

Compreende mensagens, cartas pessoais e formulários e elabora respostas adequadas nestas situações de interacção.

*Adaptação do nível B1 da Interacção Escrita Geral
Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas*

Língua Estrangeira II

Compreende mensagens, cartas pessoais e formulários simples e elabora respostas adequadas nestas situações de interacção.

*Adaptação do nível B1 da Interacção Escrita Geral
Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas*

2.º e 3.º ciclos – Competência de comunicação

PRODUZIR

FALAR/PRODUZIR textos escritos correspondendo a necessidades específicas de comunicação

Desempenhos esperados no final do 2.º ciclo	Desempenhos esperados no final do 3.º ciclo
<ul style="list-style-type: none"> - Relato de episódios/acometimentos da vida quotidiana a partir de tópicos e ou elementos linguísticos. - Descrição, com o objectivo de dar a conhecer, de objectos, lugares, personagens, com ou sem apoio visual ou linguístico. - Reprodução/recriação de lengalengas, adivinhas, provérbios, anedotas, canções. - Adequação de comportamentos comunicativos tendo em conta: <ul style="list-style-type: none"> • os traços característicos da sociedade e da cultura das comunidades que usam a língua; • afinidades/diferenças entre a cultura de origem e a cultura estrangeira. 	<ul style="list-style-type: none"> - Relato de episódios/acometimentos da vida quotidiana. (LE I) - Relato de episódios/acometimentos da vida quotidiana a partir de tópicos e ou elementos linguísticos. (LE II) - Descrição, com o objectivo de dar a conhecer, de objectos, lugares, personagens. (LE I) - Descrição, com o objectivo de dar a conhecer, de objectos, lugares, personagens, com ou sem apoio visual ou linguístico. (LE II) - Reprodução/recriação de textos poéticos, lengalengas, adivinhas, provérbios, anedotas, canções. (LE I e LE II) - Adequação de comportamentos comunicativos tendo em conta: <ul style="list-style-type: none"> • os traços característicos da sociedade e da cultura das comunidades que usam a língua; (LE I e LE II) • afinidades/diferenças entre a cultura de origem e a cultura estrangeira. (LE I e LE II)

Processos de aprendizagem ao longo da educação básica

- Caracterizar o contexto do acto comunicativo com previsão de eventuais reacções do público.
- Seleccionar, no conjunto de saberes disponíveis, enunciados, estruturas linguísticas e vocábulos necessários aos desempenhos comunicativos.
- Compensar insuficiências mediante recurso a mímica, gestos, entoação, substituições lexicais.
- Avaliar o grau de adequação do desempenho às intenções comunicativas, ao público, ao assunto.

Perfis de saída

Aluno do 2.º ciclo

Utiliza frases simples e curtas para falar da família, dos outros e do seu percurso pessoal.

*Adaptação e tradução do nível A2 da Produção Oral Geral
Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas*

Aluno do 3.º ciclo

Língua Estrangeira I

Produz enunciados para narrar, descrever, expor informações e pontos de vista.

*Adaptação do nível B1 da Produção Oral Geral
Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas*

Língua Estrangeira II

Produz, de forma simples e breve mas articulada, enunciados para narrar, descrever, expor informações e pontos de vista.

*Adaptação do nível B1 da Produção Oral Geral
Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas*

2.º e 3.º ciclos – Competência de comunicação

PRODUZIR

ESCREVER/PRODUZIR textos orais correspondendo a necessidades específicas de comunicação

Desempenhos esperados no final do 2.º ciclo	Desempenhos esperados no final do 3.º ciclo
<ul style="list-style-type: none"> - Narração de episódios/acidentes da vida quotidiana (página de diário, relato de viagens...) a partir de suportes vários: imagens, situações, tópicos e ou elementos linguísticos. - Descrição, com o objectivo de a dar a conhecer, de personagens, objectos, lugares, a partir de suportes vários: imagens, situações, tópicos e ou elementos linguísticos. - Reprodução de informações recolhidas em fontes diversas. - Criação de textos com características lúdico-poéticas a partir de suportes vários: um som, uma letra, uma palavra-chave. - Adequação de comportamentos comunicativos tendo em conta: <ul style="list-style-type: none"> • os traços característicos da sociedade e da cultura das comunidades que usam a língua; • afinidades/diferenças entre a cultura de origem e a cultura estrangeira. 	<ul style="list-style-type: none"> - Narração de episódios/acidentes da vida quotidiana (página de diário, textos biográficos, notícia de jornal...). (LE I) - Narração de episódios/acidentes da vida quotidiana (página de diário, textos biográficos, notícia de jornal,...) a partir de suportes vários: imagens, situações, tópicos e ou elementos linguísticos. (LE II) - Descrição, com o objectivo de a dar a conhecer, de personagens, objectos, lugares. (LE I) - Descrição, com o objectivo de a dar a conhecer, de personagens, objectos, lugares, a partir de suportes vários: imagens, situações, tópicos e ou elementos linguísticos. (LE II) - Registo estruturado de informações recolhidas em fontes diversas. (LE I e LE II) - Criação de textos com características poéticas a partir de suportes vários: um tópico, um som, uma letra, uma palavra-chave. (LE I e LE II) - Adequação de comportamentos comunicativos tendo em conta: <ul style="list-style-type: none"> • os traços característicos da sociedade e da cultura das comunidades que usam a língua; (LE I e LE II) • afinidades/diferenças entre a cultura de origem e a cultura estrangeira. (LE I e LE II)

Processos de aprendizagem ao longo da educação básica

- Caracterizar o contexto do acto comunicativo, tendo em vista a adequação do texto a produzir.
- Seleccionar, no conjunto de saberes disponíveis, enunciados, estruturas linguísticas e vocábulos necessários aos desempenhos comunicativos.
- Compensar insuficiências mediante recurso a substitutos lexicais e a construções sintácticas mais simples.
- Rever o texto com utilização de códigos de correcção, consulta de dicionários e gramáticas.
- Recolher elementos de apoio: textos, léxico, estruturas gramaticais.
- Reescrever o texto, no sentido do seu aperfeiçoamento.

Perfis de saída

Aluno do 2.º ciclo

Escreve textos curtos e simples, relacionados com aspectos da vida quotidiana.

*Adaptação e tradução do nível A2 da Produção Escrita Geral
Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas*

Aluno do 3.º ciclo

Língua Estrangeira I

Escreve textos estruturados sobre assuntos conhecidos e do seu interesse.

*Adaptação do nível B1 da Produção Escrita Geral
Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas*

Língua Estrangeira II

Escreve textos simples e estruturados sobre assuntos conhecidos e do seu interesse.

*Adaptação do nível B1 da Produção Escrita Geral
Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas*

2.º e 3.º ciclos

SABER APRENDER
Competências

- Participar de forma consciente na construção de uma competência plurilingue e pluricultural:
 - adoptar uma atitude de abertura e tolerância face às línguas e culturas estrangeiras;
 - estabelecer relações de afinidade/contraste entre a língua materna e as línguas estrangeiras.
- Utilizar estratégias de apropriação da língua estrangeira enquanto **instrumento de comunicação**:
 - relacionar sentidos e intenções em situações de comunicação em que foram produzidos;
 - reconhecer índices contextuais que permitam a dedução de sentidos;
 - seleccionar, no reportório disponível, recursos que permitam produzir textos adequados às situações comunicativas;
 - utilizar meios de compensação de insuficiências no uso da língua: gestos, definições, perífrases, paráfrases...;
 - gerir a tomada de palavra em situações de interacção verbal tendo em vista a eficácia da comunicação;
 - avaliar a justeza dos processos utilizados.
- Utilizar estratégias de apropriação do **sistema** da língua estrangeira:
 - analisar e inferir princípios que regem a organização e a utilização da língua, de modo a favorecer a integração dos conhecimentos novos num quadro estruturado que progressivamente se vá enriquecendo;
 - estabelecer relações de afinidade/contraste entre os sistemas da língua materna e das línguas estrangeiras.
- Adoptar estratégias e procedimentos adequados às necessidades de aprendizagem próprias:
 - identificar as finalidades das tarefas a executar;
 - planificar actividades;
 - seleccionar, de entre os auxiliares de aprendizagem, os mais adequados;
 - identificar dúvidas e dificuldades;
 - auto-regular os desempenhos exigidos em cada tarefa;
 - gerir adequadamente o tempo na realização das tarefas;
 - tomar decisões/iniciativas, com base em critérios pré-estabelecidos, no sentido de uma participação adequada em actos comunicativos, projectos de trabalho, processos de aprendizagem...;
 - organizar e utilizar materiais num processo de trabalho autónomo;
 - mobilizar, de entre os recursos disponíveis, aqueles que, num determinado contexto, permitem a resolução de problemas de comunicação imprevistos, a adaptação a situações novas;

- explorar as oportunidades de relação interactiva, na sala de aula, para praticar a interacção verbal;
- cooperar, de forma produtiva, na realização de tarefas em grupo;
- contribuir para a criação, na sala de aula, de um clima de trabalho favorável: organizar o espaço de forma funcional; organizar os materiais de trabalho; gerir, de forma equilibrada, os ritmos de trabalho; garantir a qualidade estética do ambiente nos planos visual e sonoro; garantir a segurança e a higiene do espaço e dos equipamentos.



Matemática

Matemática

A matemática constitui um património cultural da humanidade e um modo de pensar. A sua apropriação é um direito de todos. Todas as crianças e jovens devem ter possibilidade de:

- Contactar, a um nível apropriado, com as ideias e os métodos fundamentais da matemática e apreciar o seu valor e a sua natureza;
- Desenvolver a capacidade de usar a matemática para analisar e resolver situações problemáticas, para raciocinar e comunicar, assim como a auto-confiança necessária para fazê-lo.

Ser matematicamente competente envolve hoje, de forma integrada, um conjunto de atitudes, de capacidades e de conhecimentos relativos à matemática. Esta competência matemática que todos devem desenvolver, no seu percurso ao longo da educação básica, inclui:

- A predisposição para raciocinar matematicamente, isto é, para explorar situações problemáticas, procurar regularidades, fazer e testar conjecturas, formular generalizações, pensar de maneira lógica;
- O gosto e a confiança pessoal em realizar actividades intelectuais que envolvem raciocínio matemático e a concepção de que a validade de uma afirmação está relacionada com a consistência da argumentação lógica, e não com alguma autoridade exterior;
- A aptidão para discutir com outros e comunicar descobertas e ideias matemáticas através do uso de uma linguagem, escrita e oral, não ambígua e adequada à situação;
- A compreensão das noções de conjectura, teorema e demonstração, assim como das consequências do uso de diferentes definições;
- A predisposição para procurar entender a estrutura de um problema e a aptidão para desenvolver processos de resolução, assim como para analisar os erros cometidos e ensaiar estratégias alternativas;
- A aptidão para decidir sobre a razoabilidade de um resultado e de usar, consoante os casos, o cálculo mental, os algoritmos de papel e lápis ou os instrumentos tecnológicos;
- A tendência para procurar ver e apreciar a estrutura abstracta que está presente numa situação, seja ela relativa a problemas do dia-a-dia, à natureza ou à arte, envolva ela elementos numéricos, geométricos ou ambos;
- A tendência para usar a matemática, em combinação com outros saberes, na compreensão de situações da realidade, bem como o sentido crítico relativamente à utilização de procedimentos e resultados matemáticos.

A Matemática no currículo do ensino básico

A Matemática faz parte integrante do currículo nacional do ensino básico, tendo uma presença significativa em todos os ciclos, a qual deve ser entendida à luz dos valores e princípios atrás enunciados. Além disso, o desenvolvimento do currículo de Matemática deve ser visto como um contributo, a par e em articulação com outros, para a promoção das competências gerais do ensino básico.

As duas principais finalidades da Matemática no ensino básico – proporcionar aos alunos um contacto com as ideias e métodos fundamentais da matemática que lhes permita apreciar o seu valor e a sua natureza, e desenvolver a capacidade e confiança pessoal no uso da matemática para analisar e resolver situações problemáticas, para raciocinar e comunicar – destacam dois aspectos centrais relacionados entre si:

- A razão primordial para se proporcionar uma educação matemática prolongada a todas as crianças e jovens é de natureza cultural, associada ao facto de a matemática constituir uma significativa herança cultural da humanidade e um modo de pensar e de aceder ao conhecimento;
- A ênfase da Matemática escolar não está na aquisição de conhecimentos isolados e no domínio de regras e técnicas, mas sim na utilização da matemática para resolver problemas, para raciocinar e para comunicar, o que implica a confiança e a motivação pessoal para fazê-lo.

A matemática é usada na sociedade, de forma crescente, em ligação com as mais diversas áreas da actividade humana mas, ao mesmo tempo, a sua presença é frequentemente mais implícita do que explícita. A educação matemática tem o objectivo de ajudar a *desocultar* a matemática presente nas mais variadas situações, promovendo a formação de cidadãos participativos, críticos e confiantes nos modos como lidam com a matemática. Para isso, será preciso destacar a especificidade da matemática, nomeadamente como a ciência das *regularidades* e da *linguagem* dos números, das formas e das relações.

O modo como a competência matemática está caracterizada na secção anterior procura evidenciar que se trata de promover o desenvolvimento *integrado* de conhecimentos, capacidades e atitudes e não de *adicionar* capacidades de resolução de problemas, raciocínio e comunicação e atitudes favoráveis à actividade matemática a um currículo baseado em conhecimentos isolados e técnicas de cálculo. Ao mesmo tempo, destaca-se a compreensão de aspectos fundamentais da natureza e do papel da matemática e dá-se uma atenção explícita ao desenvolvimento das concepções dos alunos sobre esta ciência.

Por outro lado, e de acordo com o sentido geral do actual processo de renovação curricular no ensino básico, salienta-se o uso combinado de conhecimentos matemáticos com outros tipos de conhecimentos, ao lidar com situações diversas da realidade e a par com o desenvolvimento do sentido crítico e da autonomia dos alunos.

Assume-se, no presente documento, que só será possível concretizar os objectivos atrás apontados se os alunos tiverem diversas oportunidades de viver experiências de aprendizagem adequadas e significativas. Por esta razão, referem-se neste capítulo, a par das competências a desenvolver, experiências matemáticas que devem ser proporcionadas a todos os alunos.

É à luz destas considerações que devem ser entendidos os termos usados para caracterizar a competência matemática. A "predisposição" (para procurar regularidades ou para fazer e testar conjecturas), a "aptidão" (para comunicar ideias matemáticas ou para analisar os erros cometidos e ensaiar estratégias alternativas) ou a "tendência" (para procurar ver a estrutura abstracta subjacente a uma situação) são componentes nucleares de uma *cultura matemática básica* que todos devem desenvolver, como resultado da sua experiência de aprendizagem escolar da Matemática, e não elementos que, supostamente, cresceriam de modo espontâneo ou que apenas seriam acessíveis a alguns.

A Matemática, como disciplina escolar, em si mesma e em estreita articulação com as restantes, contribui fortemente para o desenvolvimento das competências gerais definidas para o ensino básico.

A competência matemática, como foi caracterizada, promove a mobilização de saberes (culturais, científicos e tecnológicos) para compreender a realidade e para abordar situações e problemas. Ao mesmo tempo, proporciona instrumentos que favorecem o uso de linguagens adequadas para expressar ideias. Com efeito, a matemática distingue-se de todas as outras ciências, em especial no modo como encara a generalização e a demonstração e como combina o trabalho experimental com os raciocínios indutivo e dedutivo, oferecendo um contributo único como meio de pensar, de aceder ao conhecimento e de comunicar.

Partilhando muitos aspectos com outras disciplinas, a Matemática está também associada a métodos próprios de estudar, de pesquisar e de organizar a informação, assim como de resolver problemas e de tomar decisões, que enriquecem a formação geral dos alunos. A combinação adequada do trabalho em Matemática com o trabalho noutras áreas do currículo deverá traduzir-se num crescimento dos alunos tanto do ponto de vista da autonomia, responsabilidade e criatividade como na perspectiva da cooperação e solidariedade.

É importante sublinhar que, na escola básica e em qualquer dos ciclos, a Matemática não pode e não deve ser trabalhada de forma isolada, nem isso está na sua natureza. Pelos instrumentos que proporciona e pelos seus aspectos específicos relativos ao raciocínio, à organização, à comunicação e à resolução de problemas, a matemática constitui uma área de saber plena de potencialidades para a realização de projectos transdisciplinares e de actividades interdisciplinares dos mais diversos tipos.

Em suma, pode dizer-se que a Matemática para todos não deve identificar-se com o ensino de um certo número de conteúdos matemáticos específicos, mas sim com a promoção de uma educação em matemática, sobre a matemática e através da matemática, contribuindo para a formação geral do aluno.

As orientações relativas ao desenvolvimento da competência matemática ao longo dos três ciclos do ensino básico podem ser organizadas de diversos modos. Correndo o risco de não explicitar suficientemente a primazia a dar aos processos matemáticos em relação aos tópicos específicos vistos isoladamente, assim como às conexões que é forçoso estabelecer entre os vários domínios, optou-se, no entanto, por desenvolver os aspectos da competência matemática em quatro grandes domínios temáticos: Números e Cálculo; Geometria; Estatística e Probabilidades; Álgebra e Funções. Esta organização salienta que a competência matemática inclui a compreensão de um conjunto de noções matemáticas fundamentais e permite estabelecer uma ligação mais fácil aos temas centrais dos programas em vigor nos 2.º e 3.º ciclos, sendo ainda compatível com os blocos temáticos do programa do 1.º ciclo.

No entanto, a evolução dos programas num futuro próximo e, em particular, a sua transformação em orientações curriculares mais globais e menos prescritivas poderão criar condições favoráveis a uma posterior reorganização das competências específicas em torno dos processos matemáticos ou dos hábitos de pensamento matemático fundamentais.

Por outro lado, convém reafirmar que, a par da valorização de uma *lógica de ciclo* (em contraponto com a prática de programas por ano de escolaridade), a formulação de competências essenciais procura contribuir para uma mais adequada articulação entre os três ciclos do ensino básico. Isto significa que, embora constituindo referências nacionais para o trabalho em cada ciclo, as competências não podem ser encaradas como aprendizagens acabadas, ligadas a momentos bem determinados ou a oportunidades únicas. A aprendizagem da Matemática deve ser vista como um processo gradual e contínuo ao longo do ensino básico.

Números e Cálculo

No domínio dos números e do cálculo, a competência matemática que todos devem desenvolver inclui os seguintes aspectos:

Ao longo de todos os ciclos

- A compreensão global dos números e das operações e a sua utilização de maneira flexível para fazer julgamentos matemáticos e desenvolver estratégias úteis de manipulação dos números e das operações;
- O reconhecimento e a utilização de diferentes formas de representação dos elementos dos conjuntos numéricos, assim como das propriedades das operações nesses conjuntos;
- A aptidão para efectuar cálculos mentalmente, com os algoritmos de papel e lápis ou usando a calculadora, bem como para decidir qual dos métodos é apropriado à situação;
- A sensibilidade para a ordem de grandeza de números, assim como a aptidão para estimar valores aproximados de resultados de operações e decidir da razoabilidade de resultados obtidos por qualquer processo de cálculo ou por estimação;
- A predisposição para procurar e explorar padrões numéricos em situações matemáticas e não matemáticas e o gosto por investigar relações numéricas, nomeadamente em problemas envolvendo divisores e múltiplos de números ou implicando processos organizados de contagem;
- A aptidão para dar sentido a problemas numéricos e para reconhecer as operações que são necessárias à sua resolução, assim como para explicar os métodos e o raciocínio que foram usados.

Para além dos aspectos gerais comuns a todos os ciclos, há ainda a considerar aspectos específicos para cada um dos três ciclos:

1.º ciclo

- A compreensão do sistema de numeração de posição e do modo como este se relaciona com os algoritmos das quatro operações;
- O reconhecimento dos números inteiros e decimais e de formas diferentes de os representar e relacionar, bem como a aptidão para usar as propriedades das operações em situações concretas, em especial quando aquelas facilitam a realização de cálculos.

2.º ciclo

- O reconhecimento dos conjuntos dos números inteiros e racionais positivos, das diferentes formas de representação dos elementos desses conjuntos e das relações entre eles, bem como a compreensão das propriedades das operações em cada um deles e a aptidão para usá-las em situações concretas;
- A aptidão para trabalhar com valores aproximados de números racionais de maneira adequada ao contexto do problema ou da situação em estudo;
- O reconhecimento de situações de proporcionalidade directa e a aptidão para usar o raciocínio proporcional em problemas diversos;
- A aptidão para trabalhar com percentagens e para compreender e utilizar as suas diferentes representações.

3.º ciclo

- O reconhecimento dos conjuntos dos números inteiros, racionais e reais, das diferentes formas de representação dos elementos desses conjuntos e das relações entre eles, bem como a compreensão das propriedades das operações em cada um deles e a aptidão para usá-las em situações concretas;
- A aptidão para trabalhar com valores aproximados de números racionais ou irracionais de maneira adequada ao contexto do problema ou da situação em estudo;
- O reconhecimento de situações de proporcionalidade directa e inversa e a aptidão para resolver problemas no contexto de tais situações;
- A aptidão para operar com potências e para compreender a escrita de números em notação científica e, em particular, para usar esta notação no trabalho com calculadoras científicas.

Geometria

No domínio da geometria, das grandezas e da medida, a competência matemática que todos devem desenvolver inclui os seguintes aspectos:

Ao longo de todos os ciclos

- Aptidão para realizar construções geométricas e para reconhecer e analisar propriedades de figuras geométricas, nomeadamente recorrendo a materiais manipuláveis e a *software* geométrico;
- A aptidão para utilizar a visualização e o raciocínio espacial na análise de situações e na resolução de problemas em geometria e em outras áreas da matemática;
- A compreensão dos conceitos de comprimento e perímetro, área, volume e amplitude, assim como e a aptidão para utilizar conhecimentos sobre estes conceitos na resolução e formulação de problemas;
- A aptidão para efectuar medições e estimativas em situações diversas, bem como a compreensão do sistema internacional de unidades;
- A predisposição para procurar e explorar padrões geométricos e o gosto por investigar propriedades e relações geométricas;
- A aptidão para formular argumentos válidos recorrendo à visualização e ao raciocínio espacial, explicitando-os em linguagem corrente;
- A sensibilidade para apreciar a geometria no mundo real e o reconhecimento e a utilização de ideias geométricas em diversas situações, nomeadamente na comunicação.

Nota: As competências relativas ao bloco Grandezas e Medida do programa do 1.º ciclo foram integradas no tema Geometria.

Para além dos aspectos gerais comuns a todos os ciclos, há ainda a considerar aspectos específicos para cada um dos três ciclos:

1.º ciclo

- O reconhecimento de formas geométricas simples, bem como a aptidão para descrever figuras geométricas e para completar e inventar padrões;
- A aptidão para realizar construções geométricas simples, assim como para identificar propriedades de figuras geométricas;
- A compreensão do processo de medição e a aptidão para fazer medições e estimativas em situações diversas do quotidiano utilizando instrumentos apropriados.

2.º ciclo

- A predisposição para identificar propriedades de figuras geométricas, nomeadamente em triângulos, em quadriláteros e em sólidos geométricos, bem como para justificar e comunicar os raciocínios efectuados;
- A aptidão para realizar construções geométricas, nomeadamente ângulos e triângulos, e para descrever figuras geométricas;
- A aptidão para resolver e formular problemas que envolvam relações entre os conceitos de perímetro e de área, em diversos contextos;
- A aptidão para calcular áreas de rectângulos, triângulos e círculos, assim como volumes de paralelepípedos, recorrendo ou não a fórmulas, em contexto de resolução de problemas.

3.º ciclo

- A aptidão para visualizar e descrever propriedades e relações geométricas, através da análise e comparação de figuras, para fazer conjecturas e justificar os seus raciocínios;
- A aptidão para realizar construções geométricas, nomeadamente quadriláteros, outros polígonos e lugares geométricos;
- A compreensão do conceito de forma de uma figura geométrica e o reconhecimento das relações entre elementos de figuras semelhantes;
- A aptidão para resolver problemas geométricos através de construções, nomeadamente envolvendo lugares geométricos, igualdade e semelhança de triângulos, assim como para justificar os processos utilizados;
- O reconhecimento do significado de fórmulas e a sua utilização no cálculo de áreas e volumes de sólidos e de objectos do mundo real, em situações diversificadas;
- A predisposição para identificar transformações geométricas e a sensibilidade para relacionar a geometria com a arte e com a técnica;
- A tendência para procurar invariantes em figuras geométricas e para utilizar modelos geométricos na resolução de problemas reais.

Estatística e Probabilidades

No domínio da estatística e das probabilidades, a competência matemática que todos devem desenvolver inclui os seguintes aspectos:

Ao longo de todos os ciclos

- A predisposição para recolher e organizar dados relativos a uma situação ou a um fenómeno e para os representar de modos adequados, nomeadamente através de tabelas e gráficos e utilizando as novas tecnologias;
- A aptidão para ler e interpretar tabelas e gráficos à luz das situações a que dizem respeito e para comunicar os resultados das interpretações feitas;
- A tendência para dar resposta a problemas com base na análise de dados recolhidos e de experiências planeadas para o efeito;
- A aptidão para realizar investigações que recorram a dados de natureza quantitativa, envolvendo a recolha e análise de dados e a elaboração de conclusões;
- A aptidão para usar processos organizados de contagem na abordagem de problemas combinatorios simples;
- A sensibilidade para distinguir fenómenos aleatórios e fenómenos deterministas e para interpretar situações concretas de acordo com essa distinção;
- O sentido crítico face ao modo como a informação é apresentada.

Para além dos aspectos gerais comuns a todos os ciclos, há ainda a considerar aspectos específicos para os 2.º e 3.º ciclos:

2.º ciclo

- A compreensão das noções de frequência absoluta e relativa, assim como a aptidão para calcular estas frequências em situações simples;
- A compreensão das noções de moda e de média aritmética, bem como a aptidão para determiná-las e para interpretar o que significam em situações concretas;
- A sensibilidade para criticar argumentos baseados em dados de natureza quantitativa.

3.º ciclo

- A compreensão das noções de moda, média aritmética e mediana, bem como a aptidão para determiná-las e para interpretar o que significam em situações concretas;
- A sensibilidade para decidir quais das medidas de tendência central são mais adequadas para caracterizar uma dada situação;
- A aptidão para comparar distribuições com base nas medidas de tendência central e numa análise da dispersão dos dados;
- O sentido crítico face à apresentação tendenciosa de informação sob a forma de gráficos enganadores e a afirmações baseadas em amostras não representativas;
- A aptidão para entender e usar de modo adequado a linguagem das probabilidades em casos simples;
- A compreensão da noção de probabilidade e a aptidão para calcular a probabilidade de um acontecimento em casos simples.

Álgebra e Funções

No domínio da álgebra e das funções, a competência matemática que todos devem desenvolver inclui os seguintes aspectos:

Ao longo de todos os ciclos

- A predisposição para procurar padrões e regularidades e para formular generalizações em situações diversas, nomeadamente em contextos numéricos e geométricos;
- A aptidão para analisar as relações numéricas de uma situação, explicitá-las em linguagem corrente e representá-las através de diferentes processos, incluindo o uso de símbolos;
- A aptidão para construir e interpretar tabelas de valores, gráficos, regras verbais e outros processos que traduzam relações entre variáveis, assim como para passar de umas formas de representação para outras, recorrendo ou não a instrumentos tecnológicos;
- A aptidão para concretizar, em casos particulares, relações entre variáveis e fórmulas e para procurar soluções de equações simples;
- A sensibilidade para entender e usar as noções de correspondência e de transformação em situações concretas diversas.

Para além dos aspectos gerais comuns a todos os ciclos, há ainda a considerar aspectos específicos para o 3.º ciclo:

3.º ciclo

- o reconhecimento do significado de fórmulas no contexto de situações concretas e a aptidão para usá-las na resolução de problemas;
- a aptidão para usar equações e inequações como meio de representar situações problemáticas e para resolver equações, inequações e sistemas, assim como para realizar procedimentos algébricos simples;
- a compreensão do conceito de função e das facetas que pode apresentar, como correspondência entre conjuntos e como relação entre variáveis;
- a aptidão para representar relações funcionais de vários modos e passar de uns tipos de representação para outros, usando regras verbais, tabelas, gráficos e expressões algébricas e recorrendo, nomeadamente, à tecnologia gráfica;
- a sensibilidade para entender o uso de funções como modelos matemáticos de situações do mundo real, em particular nos casos em que traduzem relações de proporcionalidade directa e inversa.

Experiências de aprendizagem

A competência matemática, tal como foi definida, desenvolve-se através de uma experiência matemática rica e diversificada e da reflexão sobre essa experiência, de acordo com a maturidade dos alunos.

Ao longo da educação básica, todos os alunos devem ter oportunidades de viver diversos tipos de experiências de aprendizagem, sendo importante considerar aspectos transversais destas, assim como a utilização de recursos adequados e, ainda, o contacto com aspectos da história, do desenvolvimento e da utilização da matemática.

Assim, todos os alunos devem ter oportunidades de se envolver em diversos **tipos de experiências de aprendizagem** :

Resolução de problemas

A resolução de problemas constitui, em matemática, um contexto universal de aprendizagem e deve, por isso, estar sempre presente, associada ao raciocínio e à comunicação e integrada naturalmente nas diversas actividades. Os problemas são situações não rotineiras que constituem desafios para os alunos e em que, frequentemente, podem ser utilizadas várias estratégias e métodos de resolução – e não exercícios, geralmente de resolução mecânica e repetitiva, em que apenas se aplica um algoritmo que conduz directamente à solução. A formulação de problemas deve igualmente integrar a experiência matemática dos alunos.

Actividades de investigação

Numa actividade de investigação, os alunos exploram uma situação aberta, procuram regularidades, fazem e testam conjecturas, argumentam e comunicam oralmente ou por escrito as suas conclusões. Qualquer tema da matemática pode proporcionar ocasiões para a realização de actividades de natureza investigativa. Este tipo de actividades também é favorável à ligação da matemática com outras áreas do currículo.

Realização de projectos

Um projecto é uma actividade prolongada que normalmente inclui trabalho dentro e fora da aula e é realizada em grupo. Pressupõe a existência de um objectivo claro, aceite e compreendido pelos alunos, e a apresentação de resultados. Qualquer tema da matemática pode proporcionar ocasiões para a realização de projectos. Pela sua própria natureza, os projectos constituem contextos naturais para o desenvolvimento de trabalho interdisciplinar.

Jogos

O jogo é um tipo de actividade que alia raciocínio, estratégia e reflexão com desafio e competição de uma forma lúdica muito rica. Os jogos de equipa podem ainda favorecer o trabalho cooperativo. A prática de jogos, em particular dos jogos de estratégia, de observação e de memorização, contribui de forma articulada para o desenvolvimento de capacidades matemáticas e para o desenvolvimento pessoal e social. Há jogos em todas as culturas e a matemática desenvolveu muito conhecimento a partir deles. Além disso, um jogo pode ser um ponto de partida para uma actividade de investigação ou de um projecto.

Para além destes tipos de experiências de aprendizagem, os alunos devem ainda ter oportunidades de contactar com **aspectos da história, do desenvolvimento e da utilização da matemática**, através de:

Reconhecimento da matemática na tecnologia e nas técnicas

A matemática tem contribuído desde sempre para o desenvolvimento de técnicas e de tecnologias, mesmo quando não são necessários conhecimentos matemáticos para as utilizar. É importante que os alunos realizem actividades que ajudem a revelar a matemática subjacente às tecnologias criadas pelo Homem – por exemplo, instrumentos de navegação ou de redução e ampliação –, assim como a matemática presente em diversas profissões.

Realização de trabalhos sobre a matemática

A matemática e a sua história, os matemáticos e as suas histórias, integrados ou não na história da ciência e no desenvolvimento científico, são uma fonte de conhecimentos favoráveis à aprendizagem. Um trabalho sobre a matemática inclui a pesquisa e a organização de informação, a escrita e a apresentação. Na pesquisa para um trabalho desta natureza é relevante o recurso a fontes documentais e museológicas de tipos diversos. Na apresentação há vários tipos de suportes que podem ser utilizados, nomeadamente escritos, dramatizações, vídeos e informáticos.

Nos diversos tipos de experiências vividas pelos alunos, devem ser considerados **aspectos transversais da aprendizagem da matemática**, nomeadamente:

Comunicação matemática

A comunicação inclui a leitura, a interpretação e a escrita de pequenos textos de matemática, sobre a matemática ou em que haja informação matemática. Na comunicação oral, são importantes as experiências de argumentação e de discussão em grande e pequeno grupo, assim como a compreensão de pequenas exposições do professor. O rigor da linguagem, assim como o formalismo, devem corresponder a uma necessidade sentida e não a uma imposição arbitrária.

Prática compreensiva de procedimentos

A prática de procedimentos não deve constituir uma actividade preparatória, repetitiva, isolada e sem significado; porém, uma prática compreensiva pode promover a aquisição de destrezas utilizáveis com segurança e autonomia. O cálculo mental, o domínio de um algoritmo, a utilização de uma fórmula, a resolução de uma equação, uma construção geométrica, a manipulação de um instrumento, entre muitos outros procedimentos, são destrezas úteis que se adquirem com prática desde que não seja descurada a sua compreensão e a sua integração em experiências matemáticas significativas.

Exploração de conexões

Uma componente essencial da formação matemática é a compreensão de relações entre ideias matemáticas, tanto entre diferentes temas de matemática como no interior de cada tema, e ainda de relações entre ideias matemáticas e outras áreas de aprendizagem (a música, as artes visuais, a natureza, a tecnologia, etc.). Actividades que permitam evidenciar e explorar estas conexões devem ser proporcionadas a todos os alunos. Um aspecto importante será o tratamento e exploração matemáticos de dados empíricos recolhidos no âmbito de outras disciplinas, nomeadamente as da área das Ciências Físicas e Naturais, a Geografia e a Educação Física.

Os alunos devem, frequentemente ter a oportunidades de utilizar **recursos** de natureza diversa:

Utilização das tecnologias na aprendizagem da Matemática

Todos os alunos devem aprender a utilizar não só a calculadora elementar mas também, à medida que progridem na educação básica, os modelos científicos e gráficos. Quanto ao computador, os alunos devem ter oportunidade de trabalhar com a folha de cálculo e com diversos programas educativos, nomeadamente de gráficos de funções e de geometria dinâmica, assim como de utilizar as capacidades educativas da rede Internet. Entre os contextos possíveis incluem-se a resolução de problemas, as actividades de investigação e os projectos.

Utilização de materiais manipuláveis

Materiais manipuláveis de diversos tipos são, ao longo de toda a escolaridade, um recurso privilegiado como ponto de partida ou suporte de muitas tarefas escolares, em particular das que visam promover actividades de investigação e a comunicação matemática entre os alunos. Naturalmente, o essencial é a natureza da actividade intelectual dos alunos, constituindo a utilização de materiais um meio e não um fim.



Estudo do Meio

Estudo do Meio

O Meio pode ser entendido como um conjunto de elementos, fenómenos, acontecimentos, factores e ou processos de diversa índole que ocorrem no meio envolvente e no qual a vida e a acção das pessoas têm lugar e adquirem significado. O Meio desempenha um papel condicionante e determinante na vida, experiência e actividade humanas, ao mesmo tempo que sofre transformações contínuas como resultado dessa mesma actividade.

Nesta perspectiva, o conhecimento do Meio deverá partir da observação e análise dos fenómenos, dos factos e das situações que permitam uma melhor compreensão dos mesmos e que conduzam à intervenção crítica no Meio. Intervir criticamente significa ser capaz de analisar e conhecer as condições e as situações em que somos afectados pelo que acontece no Meio e significa também intervir no sentido de o modificar, o que implica processos de participação, defesa, respeito, etc.

Estudar o Meio pressupõe, então, a emergência de componentes emocionais, afectivas e práticas de relação com ele, proporcionadas pela vivência de **experiências de aprendizagem** que promovam o desenvolvimento de **competências específicas** no âmbito da área disciplinar de Estudo do Meio que a escola, enquanto espaço para a formalização do conhecimento, deve promover.

A partir das suas percepções, vivências e representações, o aluno é levado à compreensão, à reelaboração, à tomada de decisões e à adopção de uma linguagem progressivamente mais rigorosa e científica. Isto significa que os alunos trazem para a escola um conjunto de ideias, preconceitos, representações, disposições emocionais e afectivas e modos de acção próprios. São esquemas de conhecimento rudimentares, subjectivos, incoerentes, pouco maduros e incapazes de captar a complexidade do Meio tal como este se apresenta à experiência humana. Estes esquemas, quando confrontados com outros mais objectivos, socialmente partilhados e decorrentes do processo de ensino, vão sofrendo rupturas que abalam a visão sincrética da realidade, a perspectiva egocêntrica e as explicações mágicas e finalísticas que são próprias do pensamento infantil, dando origem a um conhecimento cada vez mais rigoroso e científico.

O conhecimento do Meio abarca todos os níveis do conhecimento humano: desde a experiência sensorial directa até aos conceitos mais abstractos; desde a comprovação pessoal até ao conhecido através do testemunho, da informação e do ensino de outros; desde a apreensão global do Meio até à captação analítica dos diversos elementos que o integram. A articulação dos vários, mas inter-relacionados, modos de conhecimento constitui os eixos temático e pedagógico, e até um recurso metodológico, desta área do conhecimento, que é, por natureza, interdisciplinar. De natureza integradora, atendendo, apesar disso, a aspectos distintos da realidade e do sujeito que aprende, esta área é muito representativa do que, em geral, deve ser o conteúdo curricular e a experiência a proporcionar no 1.º ciclo no Estudo do Meio, tendo em vista o sentido da progressão educativa dos alunos. Esta progressão tem origem no subjectivo (*o experiencialmente vivido*) e visa o objectivo (*o socialmente partilhado*) e parte do mais global e indiferenciado para o particular e específico atendendo às múltiplas componentes¹ que integram o Meio, não para desfazer a sua unidade, mas para melhor a compreender e explicar.

¹ A progressão a partir do mais global e indiferenciado até às múltiplas componentes que integram o Meio, no 2.º ciclo organiza-se em áreas disciplinares e no 3.º ciclo em disciplinas.

Assim, e no 1.º ciclo, o professor deve proporcionar aos alunos oportunidades de se envolverem em aprendizagens significativas – isto é, que partam do experiencialmente vivido e do conhecimento pessoalmente estruturado – que lhes permitam desenvolver capacidades instrumentais cada vez mais poderosas para compreender, explicar e actuar sobre o Meio de modo consciente e criativo.

Neste sentido, o currículo de EM deve ser gerido de forma aberta e flexível. Não se trata de pôr de lado o programa de EM, mas de o olhar na perspectiva do desenvolvimento de competências a adquirir pelos alunos. Embora o programa se apresente por blocos de conteúdos segundo uma ordem, o próprio documento sugere que "os professores deverão recriar o programa, de modo a atender aos diversificados pontos de partida e ritmos de aprendizagem dos alunos, aos seus interesses e necessidades e às características do meio" (DEB, 1998:108), podendo "alterar a ordem dos conteúdos, associá-los a diferentes formas, variar o seu grau de aprofundamento ou mesmo acrescentar outros" (ibid).

Estas considerações remetem para abordagens centradas na definição de problemas de interesse pessoal, social e local. Ora, entende-se que esta abertura não deve ser posta em causa pela organização avulsa de conteúdos em blocos compartimentados.

Nesta perspectiva e a título de exemplo, ao analisar o conteúdo do bloco 5 do programa de Estudo do Meio, verifica-se que nele consta uma série de objectivos a atingir através da realização de experiências em vários domínios do ensino das ciências. O facto de este bloco surgir quase no final do programa e nele estarem explícitas a manipulação de materiais e objectos não significa de modo algum que a aprendizagem de forma experimental seja apenas proporcionada neste bloco e que tenha lugar só no final do ano lectivo. Cabe, então, ao professor com os alunos contextualizar essas e outras experiências, fazendo-as decorrer de problemas previamente levantados a pretexto do conhecimento do Meio, pois "não é a realização de experiências em si mesmas mas o modo como (...) são concebidas, o envolvimento dos alunos em todas as etapas (incluindo a sua concepção) e as intenções por que a levam a cabo" (Martins e Veiga, 1999).

Contributos para o desenvolvimento das competências gerais

Tendo em conta que o presente documento visa contribuir para uma gestão curricular mais consentânea com a definição de um perfil de competências gerais, procurar-se-á identificar alguns contributos da área de Estudo do Meio para o desenvolvimento dessas mesmas competências.

O carácter globalizador desta área não pode prescindir dos contributos específicos das várias ciências que a integram (História, Geografia e Ciências Físicas e Naturais, entre outras), tornando-se fulcral, por isso, a acção do professor na gestão do processo de ensino-aprendizagem, nomeadamente na organização dos conteúdos a abordar. A partir de temas e ou questões geradoras decorrentes da observação da realidade que lhes é próxima, os alunos problematizam e investigam, isto é, colocam hipóteses, pesquisam, recolhem e tratam informação, analisam dados usando os meios e instrumentos adequados para o efeito e encontram soluções que levam ou não à resposta adequada ao problema. Neste tipo de experiência estão implicados saberes de carácter disciplinar e não disciplinar que convém identificar previamente, de preferência em conjunto com os alunos, formando, deste modo, uma teia onde, para além dos conteúdos cognitivos, estão também identificados os conteúdos procedimentais e atitudinais que se tem intenção de trabalhar.

Neste sentido, o desenvolvimento das competências essenciais do EM passa pela inter-relação destas com as competências das outras áreas disciplinares e não disciplinares e ainda com as competências gerais, isto é, implica:

- Mobilização e utilização dos saberes específicos das áreas que o integram (conceitos e vocabulário específicos; instrumentos materiais e tecnológicos; construção de mapas ...) – *(cger 1, 2, 3, 5, 7, 9 e 10)*;
- Mobilização e utilização dos saberes das outras áreas disciplinares, nomeadamente da Língua Portuguesa (registo de uma observação; resumo de um texto recolhido; escrita e ou reescrita de um texto temático individual ou colectivamente; discussão dos caminhos a seguir; organização da informação e decisão sobre a melhor forma de a apresentar...) e da Matemática (organização de dados por categorias em quadros, tabelas e ou gráficos de barras; leitura e elaboração de plantas e mapas...) – *(cger 2, 3, 7, 8 e 9)*;
- Mobilização e utilização dos saberes das áreas curriculares não disciplinares:

Estudo Acompanhado (pesquisa e selecção da informação; utilização e consulta em dicionários, enciclopédias, manuais e Internet; elaboração de regras para organização individual e colectiva; recurso a várias formas de apresentação do trabalho individual e utilização adequada de instrumentos e materiais; registo de aspectos do percurso escolar individual – presença, pontualidade, dúvidas, saberes adquiridos; elaboração de pequenos resumos, sínteses, legendas e índices simples ...) – *(cger 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8 e 9)*;

Área de Projecto (negociação e tomada de decisão acerca dos aspectos relacionados com a vida da turma; organização da turma e dos grupos; selecção de temas; levantamento de questões; definição de estratégias e actividades a desenvolver; inventariação dos recursos, fontes e meios a envolver; elaboração de regras; confronto de ideias, partilha, aferição e avaliação do desenvolvimento do trabalho; atribuição e assunção de responsabilidades em tarefas individuais e de grupo; concepção de instrumentos adequados para a avaliação individual e do grupo ao longo do processo, mas também do produto final...) – *(cger 5, 6, 7, 8, 9 e 10)*;

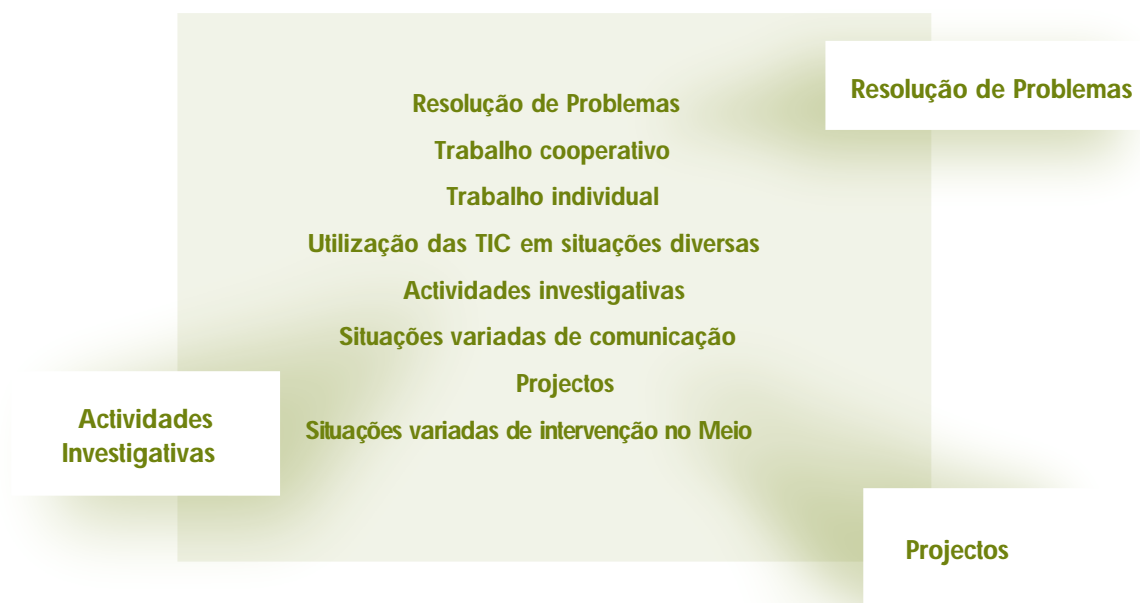
Formação Cívica (uso do sentido crítico para análise e emissão de juízos acerca do trabalho e comportamento próprios e dos outros; argumentação adequada na defesa dos pontos de vista próprios; educação e respeito pelos pontos de vista e trabalho dos outros; pedido de esclarecimentos e ou apresentação de sugestões e críticas acerca dos diferentes trabalhos no sentido de os melhorar; treino do autocontrole para aceitar os resultados, quer em actividades da sala de aula, quer do recreio, quando realizadas em grupo e equipa...) – *(cger 1, 7, 8, 9 e 10)*.

Experiências de aprendizagem

A noção de competência, tal como tem vindo a ser utilizada neste documento, é aquisição, aprendizagem construída e, por isso, remete para o sujeito, neste caso o aluno, o papel de construir o seu próprio conhecimento e gerir o processo de construção desse mesmo conhecimento. O professor enquanto responsável por todo o processo de ensino deixa de desempenhar o papel de transmissor, passando a assumir o de facilitador e organizador de ambientes ricos, estimulantes, diversificados e propícios à vivência de experiências de aprendizagem integradoras, significativas, diversificadas e globalizadoras.

Na vida do dia-a-dia confrontamo-nos, habitualmente, com situações mais ou menos complexas, quase sempre diferentes umas das outras. São obstáculos a vencer, problemas a resolver, que exigem uma série de recursos e estratégias para encontrar uma solução adequada que pode admitir várias respostas, o que não acontece nos enunciados fechados, em que a resposta é do tipo certo ou errado.

Ora, uma situação aberta não implica só os conhecimentos de uma disciplina ou área disciplinar e, nesta perspectiva, o conhecimento do Meio pode ter origem em inquietações de carácter pessoal ou social e constrói-se a partir da vivência, pelos alunos, de **experiências de aprendizagem** que envolvam a **resolução de problemas**, a concepção e o desenvolvimento de **projectos** e a realização de **actividades investigativas**. Experiências essas que implicam e ao mesmo tempo potenciam **situações** e **vivências** variadas de observação e análise, de comunicação e expressão, de intervenção e trabalho de campo. Estas situações potenciam aprendizagens diversas nos domínios cognitivo (aquisição de conhecimentos, de métodos de estudo, de estratégias cognitivas...) e afectivo-social (trabalho cooperativo, atitudes, hábitos...). Dos conhecimentos, capacidades e atitudes resultarão competências: de saber (conhecimentos cognitivos), de saber-fazer (observações, consulta de mapas, localização, interpretação de códigos, métodos de estudo...) e saber-ser (respeito pelo património, defesa do ambiente, manifestações de solidariedade ...).



Resolução de problemas

É importante que os alunos na sua aprendizagem se confrontem com problemas abertos, do seu interesse, face aos quais saibam desenvolver um percurso investigativo. Os alunos têm de apelar aos seus conhecimentos prévios, usar competências práticas e processos científicos que integrem uma estratégia coerente.

Ao contrário de um exercício – em que o aluno é sujeito passivo da aprendizagem, os saberes implicados se referem exclusivamente à utilização e ou reprodução de algo que se memorizou, os dados são os estritamente necessários e encontram-se explícitos no enunciado, admite uma única forma de resolução e uma solução, também, única –, um problema implica activamente o aluno por constituir um desafio sem resposta imediata e sem estratégias preestabelecidas. Assim, ele tem de definir as etapas de resolução, que passam pela compreensão do problema, pela concepção de um plano de acção, pela execução, que pode implicar a recolha, tratamento e análise de dados, e pela reflexão sobre os resultados obtidos, que podem levar ou não à solução do problema. Se a solução encontrada satisfaz as exigências do problema, o professor pode ainda questionar os alunos acerca das possibilidades de outras soluções plausíveis ou, ainda, lançar novas questões que poderão levar a novos problemas e investigações.

Projectos

"Num projecto tem-se como objectivo criar qualquer coisa que tem uma função precisa. Neste sentido, o projecto dá-nos mais liberdade que a resolução de um problema, porque desde que o objectivo seja atingido somos livres para adoptar caminhos diferentes, estilos diferentes." (De Bono, citado por Castro *et. al.*, 1992.)

Num projecto, o problema assume-se como a diferença entre uma situação que existe e uma outra situação desejada. É uma metodologia investigativa centrada na resolução de problemas que deverão ser pertinentes para quem procura resolvê-los, deverão constituir ocasião para novas aprendizagens e a sua resolução deverá implicar modificações na realidade física ou social. O seu desenvolvimento, que assenta numa abordagem de investigação-acção cujo processo é tão importante como os produtos, deverá ter em conta o tempo, as pessoas e os recursos disponíveis.

A realização de um projecto implica uma planificação prévia que deverá resultar na elaboração de um plano orientador do trabalho de grupo e ou individual. Desse plano deverão constar:

- Objectivos do trabalho;
- Sequência das tarefas e sua distribuição pelos elementos do grupo;
- Locais de trabalho;
- Tempo previsto para a sua realização;
- Produto previsto (álbum, exposição documental, apresentação oral, etc.);
- Data da apresentação;
- Critérios da avaliação;
- Divulgação.

Actividades investigativas

Como princípio orientador, o programa do Estudo do Meio refere-se à importância do conhecimento do meio pela assunção de uma atitude de permanente pesquisa e experimentação. Ou seja, aponta para o desenvolvimento, pelo aluno, de uma atitude científica que deve ter em conta os seguintes aspectos:

- A função da descoberta, da explicação e das preconcepções;
- O papel da evidência no desenvolvimento e testagem de ideias;
- A necessidade de ser crítico em relação às suas ideias e forma de trabalhar;
- A compreensão de que pode aprender gradualmente através da sua própria actividade (adaptado de Bettencourt e Mata, 1998).

Para o desenvolvimento desta atitude científica torna-se fundamental o envolvimento dos alunos na planificação e execução de experiências e pesquisas, partindo do seu quotidiano, de fenómenos que lhes são comuns, de questões que os preocupem, de experiências vividas em trabalho de campo, de conceitos que lhes são prévios e da sua representação, na perspectiva de que esses conceitos sejam alargados, reformulados e ou introduzidos outros.

Assim, deve ser oferecida aos alunos a possibilidade de realizarem actividades investigativas que lhes permitam apropriarem-se dos processos científicos para construir conceitos e ligações entre eles de forma a compreenderem os fenómenos e os acontecimentos observados e, deste modo, contribuir para um melhor conhecimento, compreensão e domínio do mundo que os rodeia.

Referem-se, em seguida, alguns aspectos comuns aos tipos de experiências de aprendizagem apresentados:

- A planificação e desenvolvimento de pesquisas diversas que pressuponham o recurso a diferentes fontes de informação e o uso de diferentes linguagens, incluindo orais, escritas, iconográficas, gráficas, etnográficas, monumentais, bibliográficas e outras.
- A utilização das potencialidades das Tecnologias de Informação e Comunicação no desenvolvimento destas experiências de aprendizagem, da iniciativa dos alunos e ou dos professores (pesquisas na Internet, utilização de *software* específico, enciclopédias em CD-ROM, dicionários, jogos ...).
- “(...) o trabalho de campo deve constituir uma prática regular, um ponto de partida para o questionar ou o requestionar de um acontecimento, ou um passo da pesquisa integrada num plano de trabalho. (...)”

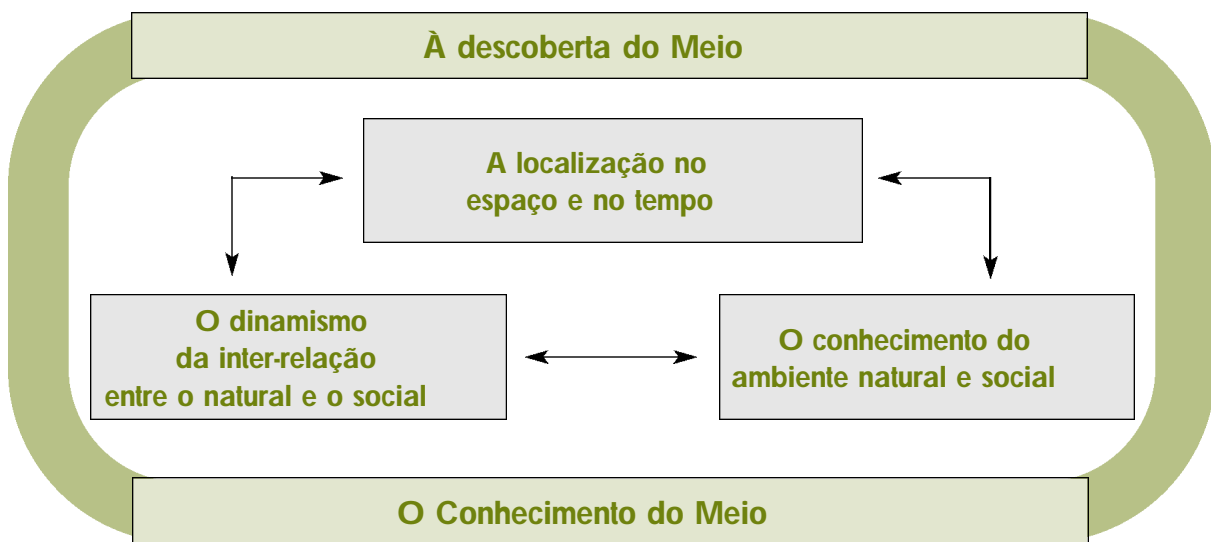
O trabalho no terreno é particularmente importante no início dos projectos, para colheita de informação que será tratada na aula, e pode surgir em qualquer momento do seu percurso quando se mostre necessário uma saída de estudo para completar ou esclarecer qualquer ponto” (Cavaco, 1995:11).

- A utilização de vocabulário específico bem como o uso de termos técnicos e científicos só devem ser introduzidos quando corresponderem a uma necessidade da criança e quando servirem para comunicar as ideias a eles associadas. Mesmo outras palavras, não científicas, podem constituir uma barreira para a comunicação e compreensão de determinados conceitos. Quando uma palavra nova é introduzida, é necessário discutir com a criança o seu significado e inseri-la em frases traduzindo situações várias em que a nova palavra adquira significado.

Competências específicas

Apesar das divergências acerca da fundamentação epistemológica para uma ciência unificada e integrada do meio, tal como aparece definido neste documento, a formulação de competências para a área de EM – resultante das formulações de competências específicas das ciências físicas e naturais, da geografia e da história – contribui para que esta área se assuma com um relevante carácter integrador.

Partindo deste pressuposto, a aventura de partir à descoberta para conhecer o Meio – no sentido de saber pensar e actuar sobre ele – pressupõe o desenvolvimento de competências específicas em três grandes domínios que se relacionam entre si: **a localização no espaço e no tempo; o conhecimento do ambiente natural e social e o dinamismo das inter-relações entre o natural e o social.**



A localização no espaço e no tempo

- Reconhecimento e identificação de elementos espaço-temporais que se referem a acontecimentos, factos, marcas da história pessoal e familiar, da história local e nacional.
- Reconhecimento e utilização dos elementos que permitem situar-se no lugar onde se vive, nomeadamente através da leitura de mapas, utilizando a legenda, para comparar a localização, configuração, dimensão e limites de diferentes espaços na superfície terrestre (Portugal, Europa, Mundo).
- Reconhecimento e utilização no quotidiano de unidades de referência temporal.
- Utilização de plantas e elaboração de maquetas (escola, casa, bairro, localidade), com identificação dos espaços e das respectivas funções.
- Localização relativa dos elementos naturais e humanos da paisagem, utilizando a posição do observador como elemento de referência, bem como os rumos da rosa-dos-ventos (N.; S.; E.; O.).
- Utilização de alguns processos de orientação como forma de se localizar e deslocar na Terra.

O conhecimento do ambiente natural e social

- Utilização de vestígios de outras épocas como fontes de informação para reconstituir o passado, compreendê-lo e organizar o presente.
- Reconhecimento de aglomerados populacionais (aldeias, vilas e cidades) e identificação das cidades do seu distrito em diferentes documentos cartográficos (fotografias, plantas, mapas e fotografias aéreas).
- Reconhecimento de representações diversas da Terra, utilizando imagens de satélite, fotografias aéreas, globos e mapas.
- Compreensão das razões da existência de dia e noite e da sua relação com o movimento de rotação da Terra.
- Caracterização das estações do ano, utilizando diversos indicadores resultantes da observação directa e indirecta.
- Reconhecimento da existência de diferentes astros e de que a Terra faz parte do Sistema Solar.
- Análise de evidências na explicação científica da forma da Terra e das fases da Lua.
- Observação directa dos aspectos naturais e humanos do meio e realização de actividades práticas e trabalho de campo no meio envolvente à escola.
- Reconhecimento de semelhanças e diferenças entre lugares tendo em conta as diversas formas de ocupação e uso da superfície terrestre.
- Reconhecimento da existência de semelhanças e diferenças entre seres vivos, entre rochas e entre solos e da necessidade da sua classificação.
- Explicação de alguns fenómenos com base nas propriedades dos materiais.
- Reconhecimento da importância da ciência e da tecnologia na observação de fenómenos.

O dinamismo das inter-relações entre o natural e o social

- Resolução de situações que envolvam deslocações, localizações e distâncias em espaços familiares e, por associação e comparação, situar-se relativamente a espaços mais longínquos.
- Compreensão do modo como os movimentos de pessoas, bens, serviços e ideias entre diferentes territórios têm implicações importantes para as áreas de partida e de chegada.
- Reconhecimento da utilização dos recursos nas diversas actividades humanas e como os desequilíbrios podem levar ao seu esgotamento, à extinção das espécies e à destruição do ambiente.
- Participação na discussão sobre a importância de procurar soluções individuais e colectivas visando a qualidade de vida.
- Compreensão dos modos de actuação humana face às características físicas do território.
- Reconhecimento das actividades humanas – primárias, secundárias e terciárias – como fontes de recursos para a satisfação das necessidades básicas do ser humano e para a melhoria da sua qualidade de vida, recorrendo à observação directa e indirecta de vários tipos de actividades económicas.
- Conhecimento da existência de objectos tecnológicos, relacionando-os com a sua utilização em casa e em actividades económicas.
- Reconhecimento da importância da evolução tecnológica e implicações da sua utilização na evolução da sociedade.
- Realização de actividades experimentais simples para identificação de algumas propriedades dos materiais, relacionando-os com as suas aplicações.
- Realização de registos e de medições simples utilizando instrumentos e unidades adequados.
- Compreensão da intervenção humana actual em comparação com épocas históricas diferentes.
- Observação da multiplicidade de formas, características e transformações que ocorrem nos seres vivos e nos materiais.
- Identificação de relações entre as características físicas e químicas do meio e as características e comportamentos dos seres vivos.
- Identificação dos processos vitais comuns a seres vivos dependentes do funcionamento de sistemas orgânicos.
- Conhecimento das modificações que se vão operando com o crescimento e envelhecimento, relacionando-as com os principais estádios do ciclo de vida humana.
- Reconhecimento de que a sobrevivência e o bem-estar humano dependem de hábitos individuais de alimentação equilibrada, de higiene, de actividade física e de regras de segurança e de prevenção.

Competências no final do 1.º ciclo

Salientando o carácter interdisciplinar e simultaneamente integrador que o Estudo do Meio assume na gestão do currículo do 1.º ciclo, cabe ao professor organizar e gerir o processo de ensino-aprendizagem de modo a promover o desenvolvimento de competências que integrem *o saber, o saber-fazer e o saber-ser* e, assim, assegurar e garantir a qualidade das aprendizagens de todos os alunos. No final do 1.º ciclo, o aluno:

- Reconhece e valoriza as características do seu grupo de pertença (normas de convivência, relações entre membros, costumes, valores, língua, credo, religião ...) e respeita e valoriza outros povos e outras culturas, repudiando qualquer tipo de discriminação;
- Participa em actividades de grupo, adoptando um comportamento construtivo, responsável e solidário, valoriza os contributos de cada um em função de objectivos comuns e respeita os princípios básicos do funcionamento democrático;
- Exprime, fundamenta e discute ideias pessoais sobre fenómenos e problemas do meio físico e social com vista a uma aprendizagem cooperativa e solidária;
- Utiliza formas variadas de comunicação escrita, oral e gráfica e aplica técnicas elementares de pesquisa, organização e tratamento de dados;
- Participa em actividades lúdicas de investigação e descoberta e utiliza processos científicos na realização de actividades experimentais;
- Identifica os principais elementos do meio físico e natural, analisa e compreende as suas características mais relevantes e o modo como se organizam e interagem, tendo em vista a evolução das ideias pessoais na compreensão do meio envolvente;
- Reconhece as mudanças e transformações no homem e na sociedade e através desse conhecimento interpreta e compreende diferentes momentos históricos;
- Analisa criticamente algumas manifestações de intervenção humana no Meio e adopta um comportamento de defesa e conservação do património cultural próximo e de recuperação do equilíbrio ecológico;
- Preserva a saúde e segurança do seu corpo de acordo com o conhecimento que tem das suas potencialidades e limitações e respeita e aceita as diferenças individuais (idade, sexo, raça, cor, personalidade...);
- Concebe e constrói instrumentos simples, utilizando o conhecimento das propriedades elementares de alguns materiais, substâncias e objectos;
- Identifica alguns objectos e recursos tecnológicos, reconhece a sua importância na satisfação de determinadas necessidades humanas e adopta uma postura favorável ao seu desenvolvimento.



História

História

Introdução

A presença da História no currículo do ensino básico encontra a sua justificação maior e no sentido de que é através dela que o aluno constrói uma visão global e organizada de uma sociedade complexa, plural e em permanente mudança. A função do professor de História, enquanto agente que participa na construção do conhecimento histórico, é enquadrar o aluno no estabelecimento dos **referenciais fundamentais** em que assenta essa tomada de consciência do tempo social, estimulando-o a construir o saber histórico através da expressão de "ideias históricas" na sua linguagem, desde os primeiros anos de escolaridade. Esta construção do pensamento histórico é progressiva e gradualmente contextualizada, em função das experiências vividas. De facto, a pesquisa existente em cognição histórica sugere alguns princípios a ter em conta no desenvolvimento e avaliação das aprendizagens dos alunos:

- O saber constrói-se a partir das vivências dentro e fora da escola: o meio familiar e os media fornecem aos alunos ideias mais ou menos adequadas, mais ou menos fragmentadas, sobre a História. Compete à escola explorar estas ideias tácitas e ajudar o aluno a desenvolvê-las numa perspectiva de conhecimento histórico;
- Não existe uma progressão linear e invariante da aprendizagem: embora o pensamento histórico tenda a evoluir com a idade, há crianças de 7 anos que, em contextos específicos, manifestam um grau de elaboração mental semelhante às de 14 anos, e vice-versa;
- O pensamento histórico envolve não só a compreensão de "conceitos substantivos" (por exemplo: democracia ateniense ou revolução industrial), como também a compreensão implícita de conceitos referentes à natureza do saber histórico (por exemplo: fonte, interpretação, explicação, narrativa). As metodologias que os alunos experienciam veiculam uma determinada leitura destes conceitos: se a simples memorização da informação apresenta a História como um relato fixo do passado, propondo uma postura passiva perante o saber, a construção de inferências a partir de fontes diversas indicia uma visão da História apta a fornecer ferramentas intelectuais indispensáveis à interpretação e explicação da realidade, que é dinâmica.

Foi nesse sentido que se elaborou um documento que determinasse os **pontos de ancoragem da gestão curricular** dos programas em vigor que tornem significativa e pertinente a relação com o saber histórico. As competências específicas foram definidas a partir do que se considera como os três grandes núcleos que estruturam esse saber, ou seja, o **Tratamento de Informação/Utilização de Fontes**, a **Compreensão Histórica**, esta consubstanciada nos diferentes vectores que a incorporam: a *temporalidade*, a *espacialidade* e a *contextualização*, e a **Comunicação em História**. Estes núcleos de competências, formulados a partir da análise dos programas do Estudo do Meio (1.º ciclo), História e Geografia de Portugal (2.º ciclo) e História (3.º ciclo), emergem da necessidade de encontrar elementos que garantam a articulação e unidade fundamental desses programas, em alguns momentos de articulação porventura menos conseguida, e também de proporcionar aos professores um sentido, um **caminho comum de construção das aprendizagens** específicas da História no percurso da escolaridade básica. Não tendo a pretensão de substituir os respectivos programas o documento é uma proposta de enquadramento dos diversos elementos que os constituem, na perspectiva de uma gestão curricular mais equilibrada e aberta desses programas, e mais consentânea com a nova conceptualização, cuja configuração genérica é dada pelo *perfil de competências gerais* e respectiva *operacionalização*

transversal. Na verdade, valorizando-se a utilização pertinente do conhecimento de acordo com as necessidades e as situações, torna-se fundamental a organização do ensino/aprendizagem em vectores claros e bem definidos, sustentado em *experiências de aprendizagem* específicas que possam favorecer, nos alunos, a construção de esquemas conceptuais que os ajudem a pensar e a usar o conhecimento histórico de forma criteriosa e adequada, e que contribuam para o *perfil de competências gerais*.

No caso específico da História, a articulação com as competências gerais far-se-á a dois níveis. A um primeiro nível quando essa articulação é directa e imediata entre a formulação das competências específicas da História e determinadas competências gerais. Isso significa que, no contexto da História, a operacionalização transversal dessas competências gerais materializa-se no próprio exercício das competências específicas tal com estão definidas:

Articulação ao 1.º nível	
Competências específicas	Competências gerais
Tratamento de informação/utilização de fontes	Pesquisar, seleccionar e organizar informação para a transformar em conhecimento mobilizável. <i>(cger 6)</i>
Compreensão histórica: Temporalidade/Espacialidade/Contextualização	Mobilizar saberes culturais, científicos e tecnológicos para compreender a realidade e para abordar situações e problemas do quotidiano. <i>(cger 1)</i>
Comunicação em história	Usar adequadamente linguagens das diferentes áreas do saber cultural, científico e tecnológico para se expressar. <i>(cger 2)</i> Usar correctamente a língua portuguesa para comunicar adequadamente e para estruturar o pensamento próprio. <i>(cger 3)</i>

A um segundo nível, a articulação é conseguida quando as competências gerais definem um ambiente de aprendizagem que pressupõe uma organização do processo de ensino/aprendizagem centrada na acção/intervenção autónoma e relacional/cooperativa do aluno e que deverá enquadrar as *experiências de aprendizagem*, quer de carácter genérico, quer específico:

Articulação ao 1.º nível	
Competências gerais	Experiências de aprendizagem
Adoptar metodologias personalizadas de trabalho e de aprendizagem adequadas a objectivos visados. <i>(cger 5)</i>	<i>Genéricas e específicas</i>
Realizar actividades de forma autónoma e criativa. <i>(cger 8)</i>	
Cooperar com outros em tarefas e projectos comuns. <i>(cger 9)</i>	
Relacionar harmoniosamente o corpo com o espaço, numa perspectiva pessoal promotora da saúde e da qualidade de vida. <i>(cger 10)</i>	

O documento consta de três partes. A primeira é composta pelo *quadro genérico da competência histórica*, que expressa a unidade essencial, indissociável das competências específicas da História, se bem que definidas em separado, formulando o que se entende por ser o perfil do aluno competente em História no final de cada ciclo do ensino básico.

A segunda parte refere-se a um conjunto de *experiências de aprendizagem* de carácter genérico, que todos os alunos devem ter oportunidade de experimentar ao longo da escolaridade básica, no sentido de proporcionar situações de aprendizagem em contextos mais alargados e diversificados que o contexto específico da aula tradicional de História. Desta forma, poder-se-ão criar condições mais objectivas para o desenvolvimento, nos alunos, do *perfil de competências gerais* do ensino básico.

A terceira, e última, parte do documento é constituída pela definição das competências específicas, estruturadas nos três grandes núcleos atrás referidos. Embora reconhecendo a dimensão transversal ao currículo das competências do *Tratamento de Informação/Utilização de Fontes e da Comunicação em História*, estas constituem-se, no contexto da História, como componentes específicas do conhecimento específico. Efectivamente, são **parte integrante da construção do conhecimento histórico**, o que torna como fundamental o modo como se interroga e trabalha a informação e a maneira como esse tratamento se consubstancia em discurso progressivamente fundamentado e estruturado.

A *competência essencial* da *Compreensão Histórica*, nos diferentes vectores que a constitui – a *temporalidade*, a *espacialidade* e a *contextualização*, sendo de base conceptual, procura traduzir as dimensões fundamentais da construção do "bom conhecimento" em História. Conhecimento esse que permita ao aluno compreender criticamente a sua realidade, mas também transformá-la através de uma participação consciente na vida da comunidade. Com uma linha de conteúdos enquadrada por um tema geral e organizada por temas e subtemas menos prescritivos, o que se procurou alterar foi, sobretudo, o modo como se interrogam esses conteúdos e, conseqüentemente, como são geridos. Assim, o professor terá, relativamente a um determinado conteúdo que decidir de que forma poderá dar visibilidade a cada uma das dimensões referidas. O trabalho do professor será o de desenvolver linhas de exploração dos temas e subtemas de *conteúdos* indicados, na perspectiva das competências específicas tal como são formuladas, salientando os aspectos que lhes são específicos. Deste modo, torna-se indispensável a estruturação criteriosa, por parte do professor, de actividades e estratégias que assegurem um contexto favorável ao desenvolvimento, nos alunos, dessas dimensões da *Compreensão Histórica*, conforme se regista nas *experiências de aprendizagem específicas* sugeridas.

De salientar que na exploração dos conteúdos é inevitável e imprescindível o **entrosamento das três dimensões**, que expressam, de facto, uma mesma realidade que se constitui como um todo. Por essa razão, **o professor sentirá como natural a mobilização simultânea das três dimensões da Compreensão Histórica, estruturadas com base no Tratamento de Informação/Utilização de Fontes e na Comunicação em História, na abordagem de cada um dos temas e subtemas**, com-
petindo-lhe a gestão equilibrada das aprendizagens que lhes são específicas. (*)

(*) O documento que agora se apresenta não é um documento fechado sobre si mesmo, mas sim um documento que aponta caminhos possíveis de construção de um conhecimento válido em História. Nessa perspectiva, é importante o seu acompanhamento e validação prática, de modo a contribuir para o seu aperfeiçoamento.

Quadro genérico da competência histórica

Perfil do aluno competente em História no ensino básico:

1.º ciclo

- Identifica, compara e relaciona as principais características do Meio Físico e do Meio Social;
- Integra as noções de espaço e de tempo em torno de situações concretas do passado próximo;
- Identifica alguns elementos relativos à História e Geografia de Portugal;
- Aplica, na abordagem da realidade física e social, técnicas elementares de pesquisa, utilizando técnicas simples de comunicação;
- Reconhece e valoriza expressões do património histórico e cultural próximo;
- Manifesta respeito por outros povos e culturas.

2.º ciclo

- Situa-se no país e no mundo em que vive, aplicando noções operatórias de espaço e de tempo;
- Utiliza conhecimentos básicos sobre a realidade portuguesa, do presente e do passado, aplicando as noções de evolução e de multicausalidade;
- Aplica, na abordagem da realidade física e social, técnicas elementares de pesquisa e a organização sistemática de dados, utilizando técnicas diversas de comunicação;
- Explica e valoriza elementos do património histórico português;
- Manifesta respeito por outros povos e culturas.

3.º ciclo

- Utiliza as noções de evolução, de multicausalidade, de multiplicidade temporal e de relatividade cultural no relacionamento da História de Portugal com a História europeia e mundial;
- Aplica procedimentos básicos da metodologia específica da História, nomeadamente a pesquisa e interpretação de fontes diversificadas, utilizando técnicas diversas de comunicação;
- Integra e valoriza elementos do património histórico português no quadro do património histórico mundial;
- Manifesta respeito por outros povos e culturas.

Experiências de aprendizagem

Ao longo da educação básica todos os alunos devem ter oportunidade de experimentar actividades que impliquem:

- A pesquisa histórica, individual e em grupo, com tratamento de informação (verbal e iconográfica) e respectiva apresentação oral e escrita, segundo metodologias específicas adaptadas aos diferentes níveis etários e de desenvolvimento dos alunos. O recurso orientado a bibliotecas e museus (eventualmente a arquivos) torna-se fundamental neste tipo de actividades;
- A utilização da tecnologia informática (Internet, CD-ROM) na aprendizagem da História, trabalhando com programas específicos que veiculem informação histórico-geográfica;
- O contacto/estudo directo com o património histórico-cultural nacional e regional/local, sobretudo artístico, arquitectónico e arqueológico, através de visitas de estudo/trabalho de campo com carácter de recolha, exploração e avaliação de dados;
- O intercâmbio com instituições políticas, sociais, cívicas, culturais e económicas, numa perspectiva interventiva no meio em que a escola se insere, que permita a aplicação dos saberes históricos em situações próximas do real (ex: colaboração em festejos e comemorações oficiais; intervenção em programas culturais e turísticos da comunidade, etc.);
- A articulação horizontal (parceria com outras disciplinas ou áreas) que permita a mobilização dos saberes históricos em outros contextos disciplinares, sempre que isso se torne possível no desenvolvimento dos diferentes conteúdos programáticos;
- O intercâmbio com alunos/jovens de outras comunidades, culturas, religiões, etnias ou países, nomeadamente dos países europeus, que possibilite o conhecimento recíproco da respectiva história e património histórico-cultural, pondo em evidência as influências mutuamente positivas;
- A divulgação e a partilha do conhecimento histórico através do envolvimento directo na organização e participação em pequenas dramatizações, exposições, debates, colóquios, mesas-redondas, painéis, de acordo com metodologias próprias de dinamização, ao nível da turma, da escola ou da comunidade.

Toma-se fundamental que, no âmbito do departamento curricular (2.º e 3.º ciclos), se elaborem projectos para todo o ciclo que impliquem a programação estruturada de actividades desta natureza, envolvendo todos os professores do grupo disciplinar .

Competências específicas

- **Tratamento de informação/utilização de fontes**
- **Compreensão histórica:**
 - Temporalidade
 - Espacialidade
 - Contextualização
- **Comunicação em história**

TRATAMENTO DE INFORMAÇÃO/UTILIZAÇÃO DE FONTES

Experiências de aprendizagem

1.º ciclo

- Utilização de alguns processos simples de conhecimento da realidade envolvente: observar, inquirir, descrever, formular questões e problemas, avançar possíveis respostas, confirmar.
- Distinção de fontes de informação com diferentes linguagens: orais, escritas, iconográficas, gráficas, monumentais.
- Interpretação de fontes diversas em torno dos conceitos essenciais para a compreensão social e histórica.

2.º ciclo

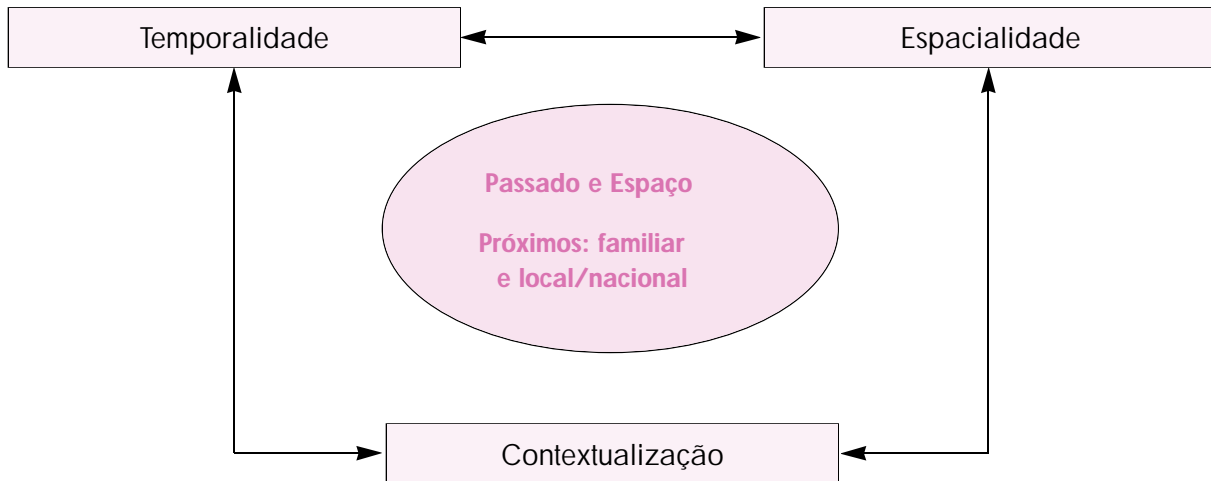
- Utilização de técnicas de investigação: observar e descrever aspectos da realidade física e social; recolher, registar e tratar diferentes tipos de informação; identificar problemas; formular hipóteses simples; elaborar conclusões simples.
- Interpretação de informação histórica diversa e com diferentes perspectivas. Exemplos de actividades: organização e elaboração do Atlas da aula e Friso Cronológico; análise de documentos escritos (adaptados); análise de documentação iconográfica (a privilegiar necessariamente); análise de documentação gráfica (sobretudo gráficos de barras e sectogramas); análise de documentação cartográfica (mapas com escala gráfica); organização de *dossiers temáticos*; organização de ficheiros temáticos, de conceitos ou de referências bibliográficas.

3.º ciclo

- Utilização da metodologia específica da história: participar na selecção de informação adequada aos temas em estudo; distinguir fontes de informação histórica diversas: fontes primárias e secundárias, historiográficas e não historiográficas (ficção, propaganda...); interpretar documentos com mensagens diversificadas; formular hipóteses de interpretação de factos históricos; utilizar conceitos e generalizações na compreensão de situações históricas; realizar trabalhos simples de pesquisa, individualmente ou em grupo.
- Inferência de conceitos históricos a partir da interpretação e análise cruzada de fontes com linguagens e mensagens variadas (textos, imagens, mapas e plantas, tabelas cronológicas, gráficos e quadros).

No conjunto dos três ciclos, tanto quanto possível, dever-se-á utilizar meios informáticos no tratamento de informação recorrendo a programas adequados, nomeadamente no tratamento gráfico da informação (mapas e gráficos), no processamento de informação e comunicação de ideias e conclusões, interpretação, organização e avaliação da informação.

COMPREENSÃO HISTÓRICA ⁽¹⁾



1.º ciclo

Temporalidade

Localiza acontecimentos da história pessoal e familiar, e da história local e nacional; utiliza vestígios de outras épocas como fontes de informação para reconstituir o passado; reconhece e utiliza no quotidiano unidades de referência temporal.

Experiências de aprendizagem

- Descrição da sucessão de actos praticados ao longo do dia, da semana.
- Elaboração de diários (individual/colectivamente) e registo correcto das datas.
- Construção de árvores genealógicas para estabelecer relações de parentesco (pai, mãe, irmãos, avós, tios, primos, sobrinhos).
- Construção de linhas de tempo, individual ou colectivamente, assinalando efemérides da vida pessoal, familiar ou colectiva.
- Localização de factos e datas estudados no friso cronológico, relativo à história local e de Portugal.
- Constituição de álbuns com fotografias e materiais que documentem a "história" da escola, da turma, etc.
- Pesquisa sobre o passado de uma instituição local (escola, autarquia, instituições religiosas, associações), recorrendo a fontes orais e documentais para a reconstituição do passado da instituição.
- Construção de horários e de calendários (dias da semana, meses, estações do ano) para utilização das unidades de referência temporal.
- Observação do ritmo de trabalho e hábitos ao longo do ano.
- Realização de jogos de ordenação de partes desconstruídas de uma história, escrita ou desenhada.
- Exploração e registo de vocabulário específico.

Espacialidade

Resolve situações que envolvam deslocações, localizações, distâncias em espaços familiares e, por associação e comparação, situa-se relativamente a espaços mais longínquos, relacionando-os através do estabelecimento de ligações de vária ordem.

Experiências de aprendizagem

- Localização das moradas dos alunos numa planta da localidade.
- Reconstituição dos itinerários realizados diariamente.
- Descrição e reconstituição de itinerários diários (casa/escola, lojas, tempos livres...) e não diários (passeios, visitas de estudo, férias...), localizando os pontos de partida e de chegada, traçando os itinerários em plantas ou mapas.
- Percursos no espaço envolvente da escola e registo de elementos da toponímia local.
- Utilização ou elaboração da planta da escola, com identificação dos espaços e das respectivas funções.
- Representação (desenhos, pinturas...) dos diferentes espaços do bairro e localidade, relacionado as respectivas funções (habitação, comércio, lazer).
- Localização de objectos, lugares ou movimentos em relação a pontos de referência predefinidos.
- Reconhecimento de aglomerados populacionais (aldeias, vilas e cidades) e identificação das cidades do seu distrito.
- Utilização prática de processos de orientação (sol, bússola...).
- Localização em mapas: formas de relevo, meios aquáticos existentes na região, os maiores rios (Tejo, Douro, Guadiana, Mondego, Sado), as maiores elevações (Pico, serra da Estrela, pico do Areeiro).
- Localização no mapa da capital do País e das capitais de distrito.
- Localização de Portugal no mapa da Europa, no planisfério e no globo e reconhecimento da fronteira terrestre com Espanha.
- Reconhecimento do oceano Atlântico como fronteira marítima de Portugal.
- Localização das ilhas e arquipélagos portugueses (Açores e Madeira), localização dos continentes e oceanos no planisfério e no globo.
- Localização no planisfério e no globo dos países lusófonos.
- Levantamento de países onde os alunos tenham familiares emigrados.
- Observação de espaços de forma directa e através de meios audiovisuais.
- Exploração e registo de vocabulário específico.

Contextualização

Caracteriza modos de organização do Meio Físico e Social, identifica as marcas e alterações na Natureza provocadas pela actividade humana e compara-os em épocas históricas diferentes.

Experiências de aprendizagem

- Exploração das ideias tácitas dos alunos como base para a construção do conhecimento histórico.
- Observação directa de fotografias, vídeos ou textos acerca das características físicas do meio local, regional ou nacional.
- Observação dos diferentes espaços da escola e explicação das funções de cada um.
- Observação de edifícios construídos e em diversas fases de construção, identificando materiais utilizados na sua construção, profissões envolvidas e reconhecendo funções dos edifícios (habitação, comércio, teatro, locais de culto, indústrias...) e outras construções (pontes, estradas, portos, caminhos de ferro, barragens...).
- Observação de situações exemplificativas da importância e necessidade do saneamento básico, do abastecimento de água e dos espaços de lazer (jardins, recintos desportivos, cinemas...) e reflexão sobre as mesmas.
- Observação de actividades que conduzam ao reconhecimento da agricultura, pecuária, silvicultura, pesca e exploração mineral como fontes de matérias-primas, estabelecendo ligações com a indústria, comércio e os serviços.
- Visita a locais ligados ao passado local, regional ou nacional e recolha de elementos.
- Visita e registo de dados sobre colectividades e serviços locais.
- Listagem de profissões e actividades e pesquisas elementares sobre elas, bem como a relação de umas com as outras.
- Organização de álbuns com gravuras sobre as diversas regiões de Portugal e outros países.
- Elaboração de álbuns onde seja feito o registo desses elementos, bem como de figuras, acontecimentos ou aspectos do quotidiano a eles associados.
- Participação na organização do trabalho da sala (planificação avaliação), arrumação, arranjo e conservação da sala, do mobiliário e dos materiais.
- Participação na dinâmica do trabalho em grupo e nas responsabilidades da turma e no funcionamento da sua escola.
- Participação na elaboração de regras.
- Diálogo, dramatização, etc., sobre atitudes e maneiras adequadas a contextos diversificados, a partir de fontes de informação diversas, incluindo os media.

CONTEÚDOS/TEMATIZAÇÃO ⁽²⁾

Passado e espaço próximos: familiar e local/nacional

A – Conhecimento de si próprio

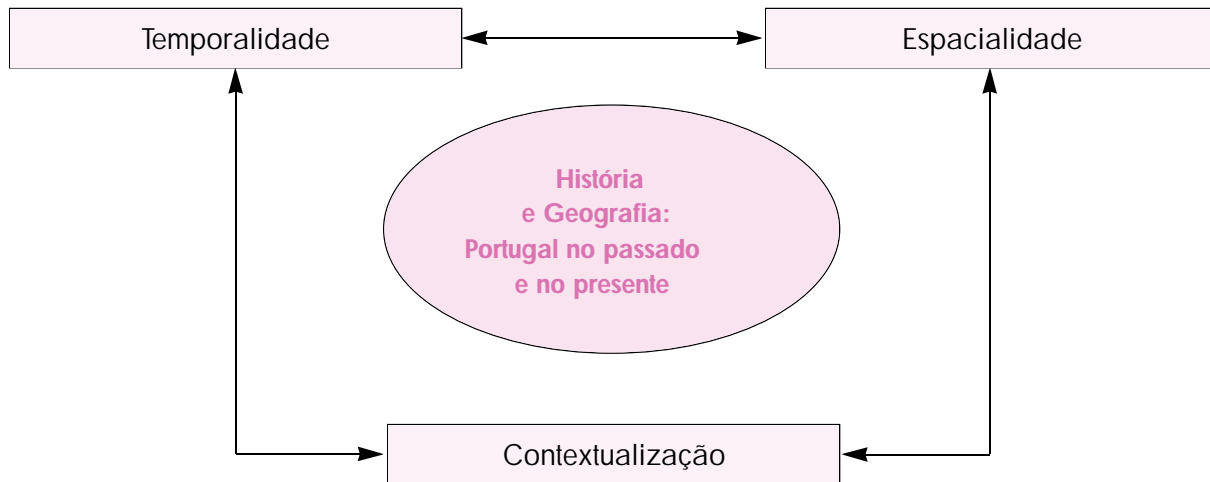
- Identificação, naturalidade e nacionalidade
- O seu passado e o futuro próximos
- Unidades de tempo
- Os membros da sua família
- Outras pessoas com quem mantém relações próximas

B – Os outros e as instituições

- A sua escola e a sua classe
- Modos de vida e funções sociais de alguns membros da comunidade
- Instituições e serviços existentes na comunidade
- Símbolos locais, regionais e nacionais
- O passado do meio local e nacional
- Outras culturas da sua comunidade

C – O espaço físico e humano

- Processos de localização e orientação
- Diferentes espaços
- Os seus itinerários
- Meios de comunicação
- Aglomerados populacionais
- Localização de Portugal na Europa e no Mundo
- Formas de relevo
- Aspectos da costa
- Meios aquáticos existentes na região e no País
- Edifícios, construções e equipamentos
- Principais actividades produtivas nacionais



2º ciclo

Temporalidade

Aplica os conceitos de mudança/permanência na caracterização das sociedades que se constituíram no espaço português em diferentes períodos; identifica, localiza no tempo e caracteriza alterações significativas da sociedade portuguesa, e estabelece relações passado/presente, especificando contributos para o Portugal contemporâneo, utilizando correctamente o vocabulário próprio da disciplina.

Experiências de aprendizagem

- Construção e interpretação de frisos cronológicos respeitantes a diferentes escalas de espaço, tempo e quadro de referência (individual, familiar, local, regional, nacional, internacional, cultural, etc...).
- Interpretação e elaboração de linhas/árvores genealógicas a propósito de acontecimentos significativos (crises dinásticas, por exemplo).
- Utilização de unidades de referência temporal com ênfase para o milénio, século, década na ordenação de situações históricas concretas.
- Contacto com diferentes sistemas de datação (calendários e acontecimentos de referência em diferentes culturas e momentos históricos), com particular destaque para o conhecimento e manipulação do calendário cristão (a.C./d.C.).
- Seriação, ordenação e comparação de factos, acontecimentos, situações, objectos ou processos através de quadros, mapas, gráficos, tabelas, etc., que proporcionem a explicitação de mudanças, continuidades e simultaneidades.
- Apropriação e emprego de conceitos e vocabulário de suporte às representações e construção de relações da temporalidade (constituição de um glossário).
- Utilização de conceitos de tempo na produção de pequenas biografias, diários e narrativas.

Espacialidade

Conhece a localização relativa do território português, caracteriza os principais contrastes na distribuição espacial das actividades económicas e formas de organização do espaço português em diferentes períodos, relacionando-as com factores físicos e humanos, utilizando correctamente vocabulário específico da disciplina, bem como técnicas adequadas de expressão gráfica.

Experiências de aprendizagem

- Manuseamento do globo e de plantas/mapas de diferentes naturezas, escalas e realidades representadas (políticos, geográficos, climáticos, históricos, económicos, religiosos...).
- Familiarização e uso da simbologia e convenções utilizadas nos mapas.
- Reconhecimento e interpretação de escalas (numéricas e gráficas).
- Utilização de sistemas de orientação (rosa-dos-ventos/pontos cardeais).
- Elaboração em mapas mudos de itinerários e percursos (rotas, viagens, etc.).
- Confronto entre observação directa dos espaços e diferentes modalidades da sua representação, itinerários no terreno e a respectiva reconstituição gráfica.
- Organização do atlas da aula.
- Apropriação e emprego de conceitos e vocabulário de suporte às representações e construção de relações da espacialidade (constituição de um glossário).

Contextualização

Distingue características concretas de sociedades que se constituíram no espaço português em diferentes períodos e estabelece relações entre os seus diversos domínios, utilizando correctamente o vocabulário específico da disciplina.

Experiências de aprendizagem

- Exploração das ideias tácitas dos alunos como base para a construção do conhecimento histórico.
- Observação, caracterização e interpretação de gravuras, fotografias, vídeos/filmes e objectos referentes a vários domínios da vida estudada das sociedades, nas várias épocas (organização/actividades económicas; organização política; estrutura social; aspectos culturais e artísticos).
- Realização de pequenas pesquisas sobre temas de história regional e local, integrando-as no quadro da História de Portugal.
- Realização de visitas de estudo/trabalho.
- Organização de *dossiers* temáticos.
- Organização de um glossário com vocabulário de suporte à representação das relações entre os diversos domínios da sociedade.
- Trabalho (escrito, inclusivé) com fontes de diversos tipos e com múltiplas perspectivas dos vários períodos, para conhecimento das ideias, valores e atitudes características de cada sociedade e época.
- Produção de pequenas biografias, diários, narrativas e resumos.
- Reconstituição do funcionamento das instituições em várias épocas.
- Realização de dramatizações/reconstituição de situações históricas.

CONTEÚDOS/TEMATIZAÇÃO ⁽²⁾

História e Geografia: Portugal no passado e no presente

A – A Península Ibérica: dos primeiros povos à formação de Portugal (século XII)

- Ambiente natural e primeiros povos
- Os romanos na Península Ibérica
- Os muçulmanos na Península Ibérica
- A formação do reino de Portugal

B – Do século XIII à União Ibérica e Restauração (séc. XVII)

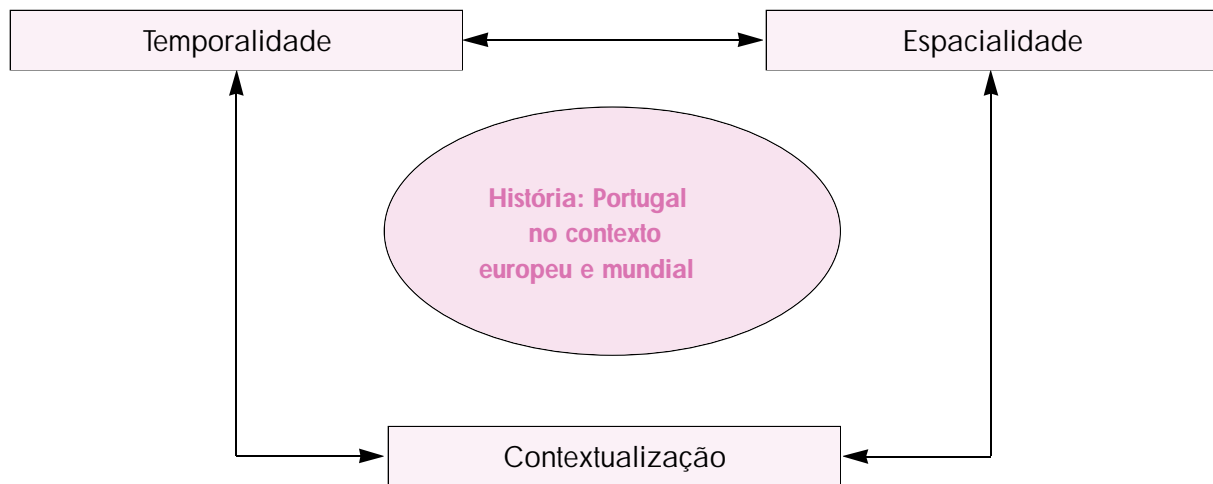
- Portugal no século XIII e a revolução de 1383-1385
- Portugal nos séculos XV e XVI
- Da União Ibérica à Restauração

C – Do Portugal do século XVIII à consolidação da sociedade liberal

- Império e monarquia absoluta no século XVIII
- 1820 e o Liberalismo
- Portugal na 2.ª metade do século XIX

D – O século XX

- A queda da monarquia e a 1.ª República
- Estado Novo
- 25 de Abril de 1974 e o regime democrático
- Portugal nos dias de hoje – Sociedade e geografia humana



3.º ciclo

Temporalidade

Identifica e caracteriza fases principais da evolução histórica e grandes momentos de ruptura.

Localiza no tempo eventos e processos, distingue ritmos de evolução em sociedades diferentes e no interior de uma mesma sociedade, estabelecendo relações entre passado e presente e aplicando noções emergentes de multiplicidade temporal.

Experiências de aprendizagem

- Análise e elaboração de tabelas cronológicas cujos dados evidenciem ritmos de mudança de duração diversa (longa duração, média duração e curta duração) e que situem no tempo acontecimentos significativos de culturas e civilizações.
- Interpretação e construção de barras/frisos cronológicos paralelos para diversas culturas ou civilizações, verificando diferentes ritmos de evolução das sociedades.
- Elaboração de representações gráficas do tempo em que se registam diversos aspectos (guerra, política, aspectos sociais, etc.).
- Seriação, ordenação e comparação de factos, acontecimentos, situações, objectos ou processos através de quadros, mapas, gráficos, tabelas, etc., que proporcionem a explicitação das noções de evolução e multiplicidade temporal.
- Organização de um glossário: utilização de conceitos e vocabulário de suporte às representações e construção de relações de temporalidade.
- Utilização de unidades de referência temporal, com ênfase para o milénio, século, quarto de século e década na ordenação de situações históricas concretas.

Espacialidade

Localiza no espaço, com recurso a formas diversas de representação espacial, diferentes aspectos das sociedades humanas em evolução e interação, nomeadamente alargamento de áreas habitadas/fluxos demográficos, organização do espaço urbano e arquitectónico, áreas de intervenção económica, espaço de dominação política e militar, espaço de expansão cultural e linguística, fluxos/circuitos comerciais, organização do espaço rural, estabelecendo relações entre a organização do espaço e os condicionalismos físico-naturais.

Experiências de aprendizagem

- Análise comparativa e elaboração de plantas, mapas, tabelas, gráficos e esquemas que clarifiquem sobre a distribuição espacial de diferentes dados históricos.
- Manuseamento de plantas/mapas de diferentes naturezas e escalas e realidades representadas (políticos, geográficos, climáticos, históricos, económicos, religiosos...).
- Reconhecimento, interpretação e utilização de escalas (numéricas e gráficas).
- Elaboração em mapas mudos de itinerários e percursos (rotas, viagens, etc.).
- Organização de um glossário: utilização de conceitos e vocabulário de suporte às representações e construção de relações da espacialidade.
- Interpretação da simbologia e convenções utilizadas nos mapas.
- Organização de um atlas histórico.
- Construção de maquetas que representem a organização humana do espaço (urbano, arquitectónico, rural).

Contextualização

Distingue, numa dada realidade, os aspectos de ordem demográfica, económica, social, política e cultural e estabelece conexões e inter-relações entre eles; interpreta o papel dos indivíduos e dos grupos na dinâmica social; reconhece a simultaneidade de diferentes valores e culturas e o carácter relativo dos valores culturais em diferentes espaços e tempos históricos; relaciona a história nacional com a história europeia e mundial, abordando a especificidade do caso português; aplica os princípios básicos da metodologia específica da história.

Experiências de aprendizagem

- Exploração das ideias tácitas dos alunos como base para a construção do conhecimento histórico.
- Pesquisa de dados históricos em trabalho individual ou em grupo para confirmar/refutar hipóteses, recorrendo à informação do meio e à informação dos media (imprensa escrita, rádio, televisão, Internet).
- Análise comparativa de diferentes tipos de dados registados em fontes variadas (escritas, visuais, audiovisuais, cartográficas, etc.).
- Interpretação e análise cruzada de fontes com mensagens diversas.
- Organização de *dossiers* personalizados sobre temas estudados, nomeadamente sobre história regional e local.
- Organização de um glossário: apropriação de conceitos e vocabulário de suporte à representação e construção de relações das sociedades estudadas.

- Elaboração de pequenas sínteses narrativas, esquemas e mapas conceptuais.
- Realização de debates para problematizar e buscar respostas em torno de situações históricas concretas.
- Realização de pequenos trabalhos de pesquisa que impliquem a utilização de recursos informáticos.
- Preparação de pequenas comunicações orais sobre trabalhos realizados.
- Dramatização/reconstituição de situações históricas.
- Representação plástica de situações e episódios históricos, monumentos, etc.
- Organização pelos alunos de exposições, ao nível da escola, sobre temas de história.
- Correspondência com alunos de outras regiões e países sobre temas de história regional e local.

CONTEÚDOS/TEMATIZAÇÃO ⁽²⁾

História: Portugal no contexto europeu e mundial

A – Das sociedades recolectoras às primeiras civilizações

- Sociedades recolectoras e as primeiras sociedades produtoras (*)
- Uma civilização dos grandes rios

B – A herança do Mediterrâneo Antigo

- Os Gregos no século V a.C.
- O mundo romano no apogeu do império
- Origem e difusão do cristianismo

C – A formação da cristandade ocidental e a expansão islâmica

- A Europa do século VI ao século IX (*)
- A sociedade europeia nos séculos IX a XII
- Cristãos e Muçulmanos na Península Ibérica

D – Portugal no contexto europeu dos séculos XII a XIV

- Desenvolvimento económico
- Relações sociais e poder político
- Lisboa nos circuitos do comércio europeu
- Cultura, arte e religião
- Crises e revolução no século XIV

E – Expansão e mudança nos séculos XV e XVI

- O expansionismo europeu
- Renascimento e Reforma

(continua)

(continuação)

F – Portugal no contexto europeu dos séculos XVII e XVIII

- O Império Português e a concorrência internacional
- Absolutismo e Mercantilismo numa sociedade de ordens (*)
- O antigo regime português na 1.ª metade do século XVIII
- A cultura e o iluminismo em Portugal face à Europa

G – O arranque da Revolução Industrial e o triunfo das revoluções liberais

- A Revolução Agrícola e o arranque da Revolução Industrial
- As revoluções liberais

H – A civilização industrial no século XIX

- O mundo industrializado no século XIX
- O caso português
- Novos modelos culturais

I – A Europa e o mundo no limiar do século XX

- Hegemonia e declínio da influência europeia
- Portugal: da 1.ª República à ditadura militar
- Sociedade e cultura num mundo em mudança

J – Da Grande Depressão à II Guerra Mundial

- A grande crise do capitalismo nos anos 30 (*)
- Regimes ditatoriais na Europa
- A II Guerra Mundial

K – Do segundo pós-guerra aos desafios do nosso tempo

- O mundo saído da guerra
- As transformações do mundo contemporâneo
- Portugal: do autoritarismo à democracia

(*) A gestão do programa é da competência do professor no quadro da escola em que se insere e em função das características da turma no entanto, sugere-se que estes conteúdos sejam de abordagem sucinta.

(1) De salientar que na exploração de cada um dos temas e subtemas da linha de conteúdos/tematização, as dimensões da Temporalidade, Espacialidade e Contextualização são necessariamente trabalhadas de forma simultânea e articulada entre si, como sugere o esquema apresentado.

(2) A tematização apresentada poderá ser cruzada com os programas em vigor, para uma maior especificação dos conteúdos referidos.

COMUNICAÇÃO EM HISTÓRIA

Experiências de aprendizagem

1.º ciclo

- Utilização de diferentes formas de comunicação escrita simples em que se ordene e descreva acontecimentos de história local ou nacional, fazendo o uso correcto da expressão escrita.
- Desenvolvimento da comunicação oral, envolvendo os alunos na descrição e narração e em pequenos debates conduzidos sobre acontecimentos de história local ou nacional em que seja valorizada a expressão oral.
- Enriquecimento da comunicação através da análise e produção de materiais iconográficos (gravuras e fotografias) e, ainda, plantas, frisos cronológicos simples e pequenas genealogias.
- Recriação simples de situações históricas sob a forma plástica, dramática ou outra.

2.º ciclo

- Utilização de diferentes formas de comunicação escrita na produção de pequenas biografias, diários, narrativas e resumos no relacionamento de aspectos da História e Geografia de Portugal, fazendo o uso correcto do vocabulário específico.
- Desenvolvimento da comunicação oral envolvendo os alunos na narração/descrição, pequenas apresentações orais de trabalhos e pequenos debates ao nível da turma, sobre temas de História e Geografia de Portugal em que se valorize a expressão oral.
- Enriquecimento da comunicação através da análise e produção de materiais iconográficos (gravuras, fotografias) e, ainda, plantas/mapas, gráficos, tabelas, quadros, frisos cronológicos, genealogias, utilizando os códigos que lhe são específicos.
- Recriação de situações da História de Portugal e expressão de ideias e situações, sob a forma plástica, dramática ou outra.

3.º ciclo

- Utilização de diferentes formas de comunicação escrita na produção de narrativas, sínteses, relatórios e pequenos trabalhos temáticos, aplicando o vocabulário específico da História na descrição, no relacionamento e na explicação dos diferentes aspectos das sociedades da História Mundial.
- Desenvolvimento da comunicação oral, envolvendo os alunos na narração/explicação e participação em debates, colóquios, mesas-redondas, painéis, apresentações orais de trabalhos temáticos ao nível da turma e da escola sobre temas de História Portugal no contexto europeu e mundial.
- Enriquecimento da comunicação através da análise e produção de materiais iconográficos (gravuras, fotografias, videogramas) e, ainda, plantas/mapas, gráficos, tabelas, quadros, frisos cronológicos, organigramas, genealogias, esquemas, dominando os códigos que lhe são específicos.
- Recriação de situações históricas e expressão de ideias e situações, sob a forma plástica, dramática ou outra.

No conjunto dos três ciclos, tanto quanto possível, dever-se-á utilizar meios informáticos como suporte da comunicação recorrendo a programas de processamento de texto e consulta de sítios da Internet que veiculem informação histórico-geográfica.



Geografia

Geografia

O papel da Geografia no currículo do ensino básico

A elaboração do documento das competências específicas da Geografia baseou-se nos currículos do Estudo do Meio, História e Geografia de Portugal e Geografia em vigor respectivamente, nos 1.º, 2.º e 3.º ciclos da educação básica.

No presente documento, evidenciam-se as competências geográficas a desenvolver ao longo de cada ciclo do ensino básico, partindo dos programas e do plano de organização do ensino-aprendizagem enunciados para as disciplinas atrás referidas. (*Esquema I*)

A formulação das **competências específicas em Geografia** teve em conta uma perspectiva integradora de atitudes, capacidades e conhecimentos que os alunos devem desenvolver através da educação geográfica.

A Geografia procura responder às questões que o Homem levanta sobre o Meio Físico e Humano utilizando diferentes escalas de análise. Desenvolve o conhecimento dos lugares, das regiões e do Mundo, bem como a compreensão dos mapas e um conjunto de destrezas de investigação e resolução de problemas, tanto dentro como fora da sala de aula. É uma disciplina de charneira entre as Ciências Naturais e Sociais. Através do seu estudo, os alunos estabelecem contacto com diferentes sociedades e culturas num contexto espacial, ajudando-os a perceber de que forma os espaços se relacionam entre si.

O cidadão geograficamente competente é aquele que possui o domínio das destrezas espaciais e que o demonstra ao ser capaz de visualizar espacialmente os factos, relacionando-os entre si, de descrever correctamente o meio em que vive ou trabalha, de elaborar um mapa mental desse meio, de utilizar mapas de escalas diversas, de compreender padrões espaciais e compará-los uns com os outros, de se orientar à superfície terrestre.

Além destas destrezas espaciais é também aquele que é capaz de interpretar e analisar criticamente a informação geográfica e entender a relação entre identidade territorial, cultural, património e individualidade regional.

A Geografia é, não só, um meio poderoso para promover a educação dos indivíduos, como também dá um contributo fundamental para a Educação para a Cidadania, nomeadamente no âmbito da Educação Ambiental e da Educação para o Desenvolvimento.

Contributo da Geografia para o desenvolvimento das competências gerais

A aprendizagem da Geografia, ao longo da escolaridade básica, deve permitir aos jovens, no seu final, a apropriação de um conjunto de competências que os tornem **cidadãos geograficamente competentes**:

- O desenvolvimento da aptidão para pensar geograficamente, isto é, integrar num contexto espacial os vários elementos do lugar, região, Mundo;
- A curiosidade por descobrir e conhecer territórios e paisagens diversas valorizando a sua diversidade como uma riqueza natural e cultural que é preciso preservar;
- A compreensão de conceitos geográficos para descrever a localização, a distribuição e a inter-relação entre espaços;
- O desenvolvimento de processos de pesquisa, organização, análise, tratamento, apresentação e comunicação da informação relativa a problemas geográficos;
- A utilização correcta do vocabulário geográfico para explicar os padrões de distribuição dos fenómenos geográficos, as suas alterações e inter-relações;
- A utilização correcta das técnicas gráficas e cartográficas de representação espacial para compreender e explicar a distribuição dos fenómenos geográficos;
- A análise de problemas concretos do Mundo para reflectir sobre possíveis soluções;
- O reconhecimento da diferenciação entre os espaços geográficos como resultado de uma interacção entre o Homem e o Ambiente;
- O reconhecimento da desigual repartição dos recursos pela população mundial e a solidariedade com os que sofrem de escassez desses recursos;
- A consciencialização dos problemas provocados pela intervenção do Homem no Ambiente e a predisposição favorável para a sua conservação e defesa e a participação em acções que conduzam a um desenvolvimento sustentável;
- A predisposição para estar informado geograficamente e ter uma atitude crítica face à informação veiculada pelos *mass media*;
- A reflexão sobre a sua experiência individual e a sua percepção da realidade para compreender a relatividade do conhecimento geográfico do mundo real;
- A relativização da importância do lugar onde vive o indivíduo em relação ao Mundo para desenvolver a consciência de cidadão do mundo.

Estas competências são desenvolvidas ao longo dos três ciclos da escolaridade básica utilizando os temas/conteúdos propostos nos programas, através das "experiências de aprendizagem" sugeridas, que os docentes poderão organizar da forma que considerarem mais adequados aos contextos da sua escola/turma.

O ensino da Geografia deve desenvolver competências ligadas à pesquisa: a observação, o registo, o tratamento da informação, o levantamento de hipóteses, a formulação de conclusões, a apresentação de resultados. É a partir do trabalho de campo e do trabalho de grupo que é possível promover a discussão de ideias, a produção de conclusões e a utilização das destrezas geográficas.

Através da **Educação Geográfica** os alunos aprendem a responder a um conjunto de questões:

Onde se localiza?

Por que se localiza?

Como se distribui?

Quais as características?

Que impacte?

Como deve ser gerido para benefício mútuo da humanidade e do ambiente?

A procura de respostas para as questões geográficas implica investigar a localização, situação, interacção, distribuição espacial e diferenciação de fenómenos à superfície da Terra. Assim, agruparam-se as competências em três domínios:

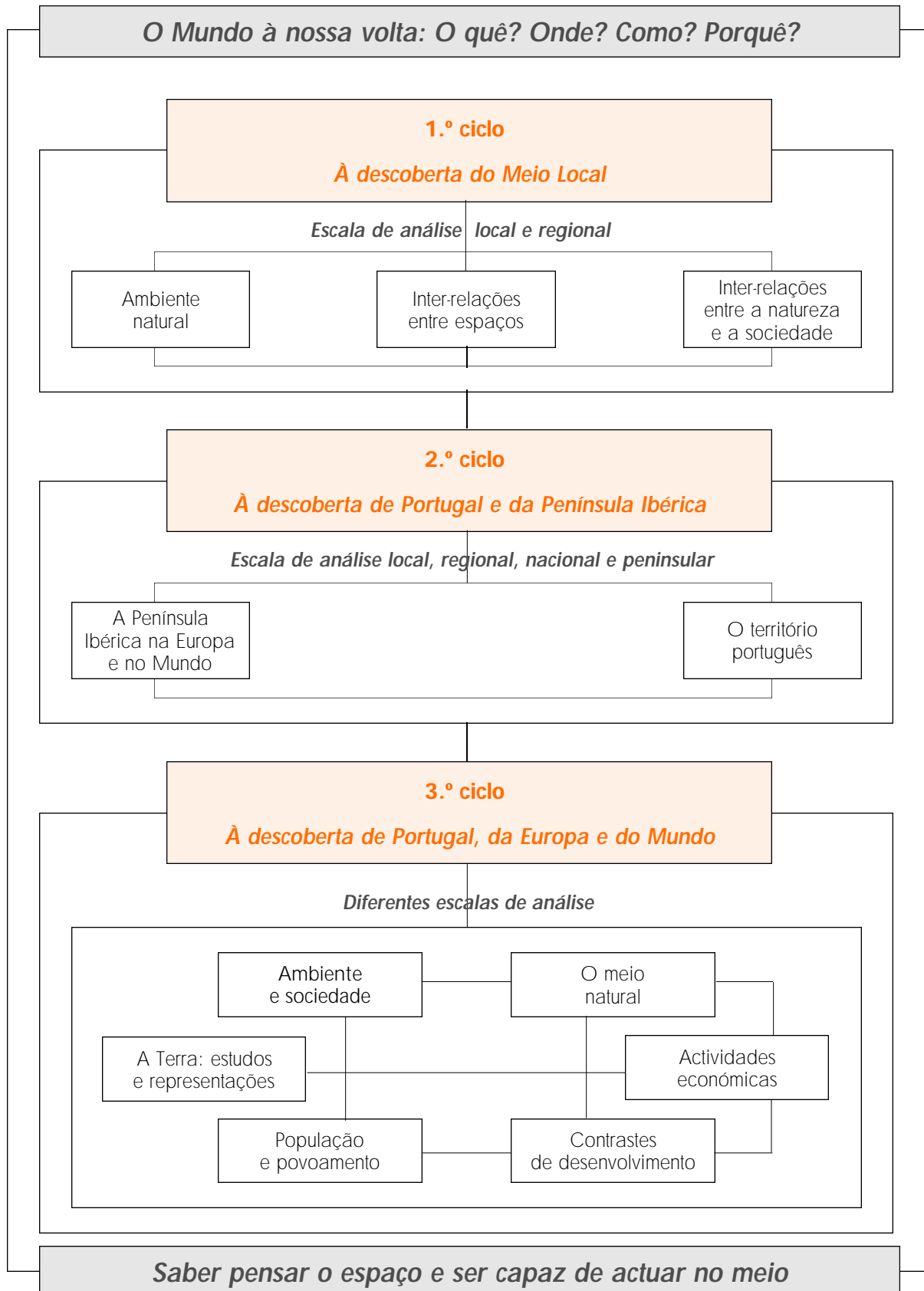
- **A localização;**
- **O conhecimento dos lugares e regiões;**
- **O dinamismo das inter-relações entre espaços.**

Estes três domínios contribuem para desenvolver as competências gerais do ensino básico. Assim, a título exemplificativo, enunciamos **algumas das articulações possíveis entre as competências gerais e as competências específicas da Geografia:**

- Mobilização dos diferentes saberes (culturais, científicos, tecnológicos) para compreender a realidade explorando a dimensão conceptual e instrumental do conhecimento geográfico no estudo de situações concretas de modo a conhecer o Mundo;
- Utilização de diferentes tipos de linguagem como textos, quadros, mapas, gráficos, fotografias, filmes e videogramas, como forma de recolher, analisar e comunicar a informação geográfica;
- Adopção de metodologias de trabalho adequadas à escala de análise e à diversidade dos fenómenos geográficos em estudo;
- Pesquisa, selecção e organização da informação geográfica necessária à análise e compreensão de problemas concretos do Mundo;
- Realização de actividades de forma autónoma e criativa, como trabalho de campo, simulações, jogos, estudo de situações concretas, mobilizando os conhecimentos geográficos;
- Cooperação com os outros em projectos e trabalhos comuns, realizando actividades em grupo, discutindo diferentes pontos de vista, reflectindo sobre a experiência individual e a percepção que cada um tem da realidade, de modo a compreender a relatividade do conhecimento geográfico do mundo real.

Estas competências vão sendo desenvolvidas ao longo dos três ciclos do ensino básico, através das diferentes experiências de aprendizagem sugeridas, de modo a dar oportunidade aos alunos de realizarem actividades que lhes permitam desenvolver a competência de **saber pensar o espaço e serem capazes de actuar no meio em que vivem.**

Esquema I



Competências específicas e experiências de aprendizagem

1.º ciclo – O Estudo do Meio

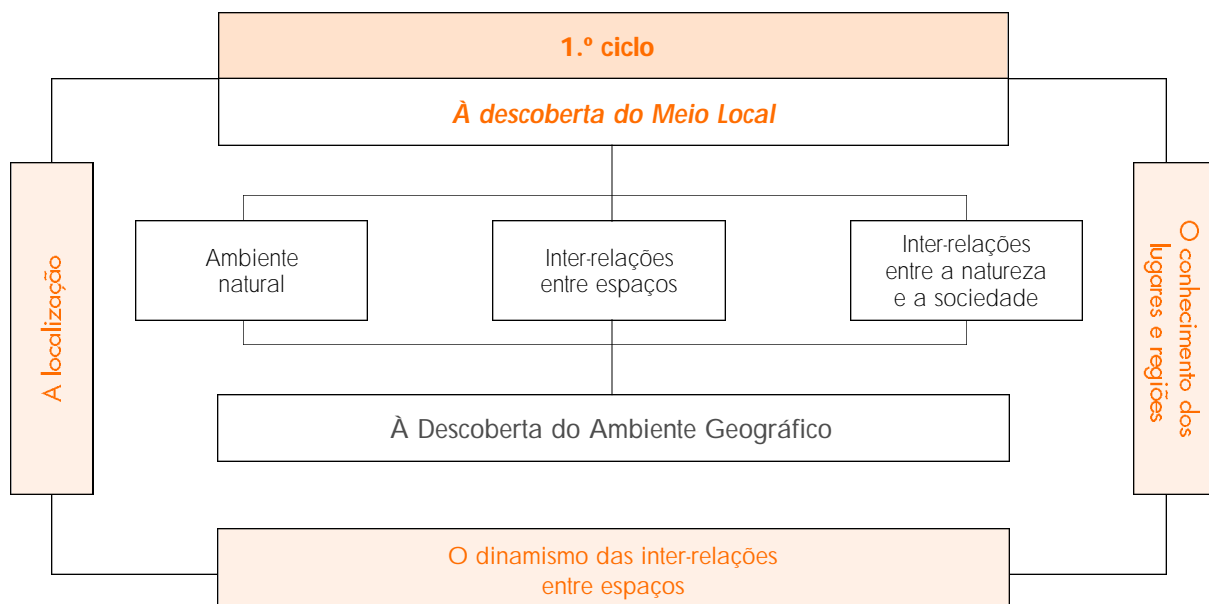
A **abordagem geográfica do Estudo do Meio** integra vários temas numa grande área denominada *À Descoberta do Ambiente Geográfico*. De acordo com o que é proposto no programa do 1.º ciclo, a finalidade desta área é a de introduzir o estudo do ambiente onde vivem os homens, descrevendo e explicando as inter-relações entre os fenómenos geográficos (naturais e humanos) em diferentes lugares ou regiões.

A construção de conceitos é um processo dependente da natureza, extensão e qualidade da experiência dos alunos. A qualidade da experiência vivida é fundamental para a aprendizagem e a compreensão do ambiente geográfico. Atitudes ligadas à investigação, como o hábito de observar, questionar, procurar informação, registar, comunicar e trocar ideias e informação, vão ser fundamentais para as etapas seguintes da aprendizagem dos alunos. A partir da construção de ideias é possível agir de forma mais focada na acção, permitindo alterar o ambiente. O modo como os alunos se vão consciencializar do meio envolvente vai, pois, ter um papel fundamental na qualidade do próprio meio.

Assim, é desejável que as **experiências de aprendizagem** privilegiem a observação directa da realidade. Mas, dado que a maioria destas experiências se desenvolve na sala de aula, devem ser utilizados recursos que permitam uma observação indirecta tanto mais próxima da realidade quanto possível – fotografias, filmes, CD-ROM, mapas e diagramas.

As competências específicas da Geografia para este ciclo são definidas relativamente a uma grande área – *À Descoberta do Ambiente Geográfico* –, tendo em conta os diversos temas enunciados no programa.

Esquema II



Competências específicas no final do ciclo

A localização

Ser capaz de:

Comparar representações diversas da Terra, utilizando imagens de satélite, fotografias aéreas, globos e mapas;

Ler mapas, utilizando a legenda para comparar a localização, configuração, dimensão e limites de diferentes espaços na superfície terrestre (Portugal, Península Ibérica, continentes e oceanos);

Localizar o lugar onde vive, outros lugares, Portugal, continentes e oceanos, completando mapas;

Descrever a localização relativa dos elementos naturais e humanos da paisagem, utilizando a posição do observador como elemento de referência;

Localizar os elementos físicos e humanos da paisagem, utilizando os rumos da rosa-dos-ventos (N.; S.; E.; O.).

O conhecimento dos lugares e regiões

Ser capaz de:

Utilizar o vocabulário geográfico em descrições escritas e orais de lugares e regiões;

Formular questões geográficas simples (ex.: Onde se localiza? Como se distribui? Por que se localiza ou distribui deste modo? Sempre se localizaram ou distribuíram do mesmo modo?) para conhecer e compreender o lugar onde vive;

Recolher informação sobre o território português, europeu e mundial, utilizando programas de televisão, filmes vídeo, CD-ROM, Internet, enciclopédias, livros e fotografias;

Utilizar formas variadas de comunicação escrita, oral e gráfica (ex. textos, desenhos, colagens, maquetes simples e mapas) para apresentar a informação geográfica recolhida;

Reconhecer os aspectos naturais e humanos do meio, recorrendo à observação directa e à realização de actividades práticas e trabalho de campo no meio envolvente à escola;

Entender semelhanças e diferenças entre lugares, observando diversas formas de ocupação e uso da superfície terrestre.

O dinamismo das inter-relações entre espaços

Ser capaz de:

Entender como as pessoas podem actuar face às características físicas do território, utilizando histórias reais ou imaginárias, relatos orais de viagens apoiados por fotografias ou filmes, entrevistas com familiares e ou elementos da comunidade;

Entender o modo como os movimentos de pessoas, bens, serviços e ideias entre diferentes territórios têm implicações importantes para as áreas de partida e de chegada, realizando entrevistas e ou conversando sobre histórias, filmes e fotografias;

Expressar opiniões sobre características positivas e negativas do meio, sugerindo ações concretas e viáveis que contribuam para melhorar e tornar mais atractivo o ambiente onde os alunos vivem;

Desenvolver o sentido de pertença e responsabilidade em relação à área de residência, participando em actividades de trabalho de campo na localidade da escola, contactando entidades públicas e associativas de nível local.

Experiências de aprendizagem ao longo do ciclo

Formular um conjunto de questões sobre o ambiente geográfico da área da escola.

Ex.:

Onde se localizam os elementos da paisagem que observamos?

Como se distribuem as casas, as ruas, as árvores... na área da escola?

Por que se distribuem deste modo?

Observar paisagens, para identificar elementos naturais e humanos.

Desenhar esboços das paisagens observadas para registar os elementos observados.

Observar fotografias, esboços simples, desenhos ou outras imagens de paisagens, para identificar os elementos naturais e humanos.

Realizar visitas de estudo na área da escola para observar e identificar elementos naturais (formas de relevo, rochas, cursos de água, estados de tempo...) e humanos (casas, lojas, indústrias, vias de comunicação, campos de cultura...).

Construir cartazes utilizando fotografias/desenhos para descrever a forma como se distribuem os elementos naturais e humanos das paisagens observadas.

Observar diariamente o tempo que faz (temperatura, vento, nebulosidade, precipitação...) e registar as observações num cartaz da sala (utilizar fotos, desenhos, símbolos, cores...).

Realizar actividades em grupo para registar e organizar a informação recolhida no meio local e regional.

Fazer um esboço da planta da escola e da casa, reconhecendo e identificando as funções de cada um dos espaços.

Descrever verbalmente de uma forma clara o caminho casa-escola, identificando e localizando diferentes pontos do percurso relativamente aos elementos naturais e humanos da paisagem.

Realizar jogos de orientação para seguir direcções, utilizando os termos *para cima, para baixo, atrás, à frente, perto, longe, à esquerda, à direita, norte, sul, este e oeste*.

Fazer jogos de orientação no pátio da escola e ou durante uma saída de campo, utilizando a bússola e as posições do Sol no horizonte.

Construir maquetas simples do meio envolvente à escola, representando elementos humanos (casas, estradas, jardins...) e elementos naturais (rios, elevações, vales, praias...).

Observar diferentes tipos de representações do lugar onde o aluno vive ou de Portugal e do Mundo, para identificar formas diversificadas de representar os fenómenos físicos e humanos.

Descobrir e localizar lugares conhecidos (ruas, cruzamentos, lojas, a escola, paragem de autocarro...) numa planta da área da escola.

Utilizar mapas de várias escalas para localizar a escola, a casa, o lugar (aldeia/bairro), a freguesia, o concelho, em relação à região do país onde vive.

Utilizar mapas de várias escalas para localizar Portugal na Península Ibérica, na Europa e no Mundo.

Desenhar mapas mentais de lugares reais ou imaginários, utilizando figuras e símbolos para ilustrar os lugares descritos em histórias ou o trajecto casa-escola.

Construir uma planta funcional simples (utilizar cores/símbolos/desenhos) da escola e ou da área da escola para identificar diferentes espaços e reconhecer as suas funções.

Completar planisférios utilizando cores para localizar diferentes espaços no Mundo (continentes, oceanos, mar Mediterrâneo, Península Ibérica).

Construir cartazes com fotografias/desenhos/mapas/... que ilustrem diferentes espaços do Mundo (continentes, países, regiões, cidades).

Realizar jogos e simulações para compreender de que forma os diferentes factores naturais e humanos actuam na localização e distribuição dos fenómenos geográficos.

Realizar pequenas visitas de estudo para identificar problemas geográficos concretos (ex. construções em leito de cheias, dunas, áreas protegidas, ...; habitações junto a áreas industriais, lixeiras, aterros sanitários, ...; dificuldades ou conflitos na circulação de peões e de veículos motorizados nas vilas e cidades; espaços verdes nas áreas urbanas...)

Realizar pequenos debates e ou conversas com convidados exteriores à escola para adquirir informação sobre os assuntos e temas em estudo.

Organizar exposições na escola, abertas à comunidade, para apresentar os trabalhos realizados pelos alunos.

Utilizar as TIC para recolher informação geográfica e comunicar com outras escolas, noutras regiões, para comparar diferentes ambientes e diferentes modos de ocupação do espaço pelas populações (a escola e o bairro onde vivem; cidade/campo; litoral/interior; tipos de habitação; pessoas com quem vivem os alunos; dietas alimentares; hábitos diários dos alunos; ocupação dos tempos livres...)

2.º ciclo – História e Geografia de Portugal

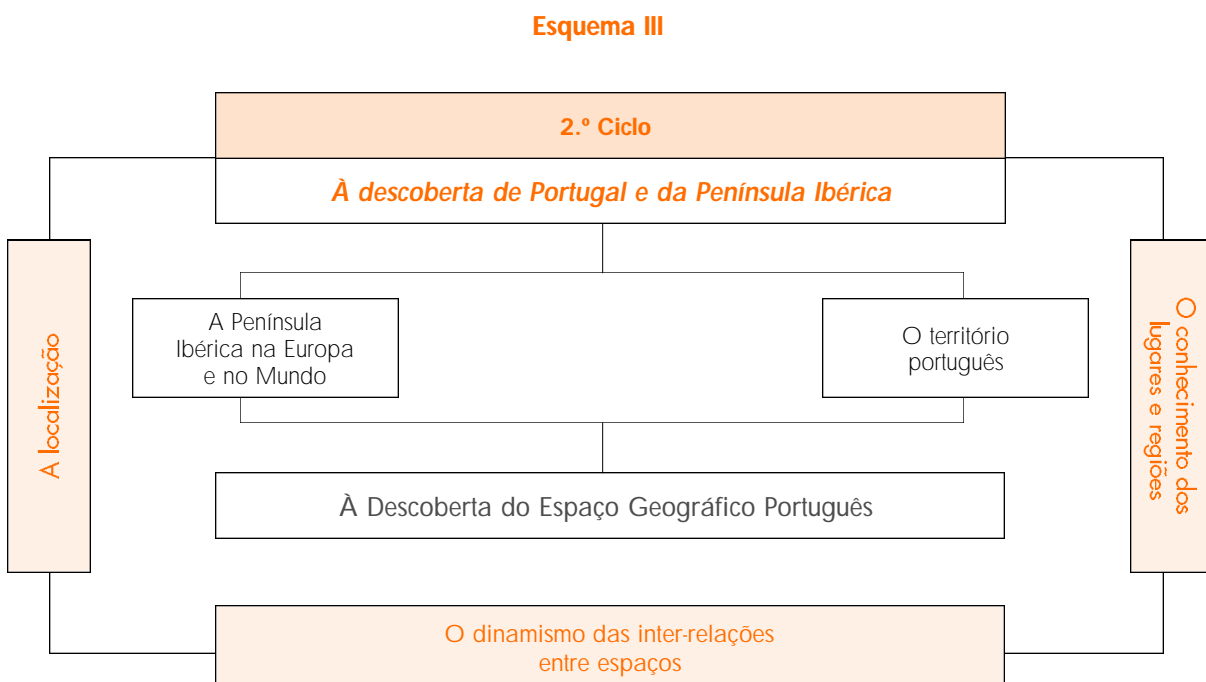
O programa de História e Geografia de Portugal integra-se na área de Línguas e Estudos Sociais do 2.º ciclo do ensino básico. De acordo com *A Organização Curricular e Programas*, vol. I, EB 2.º ciclo, considera-se que esta disciplina deve permitir ampliar conhecimentos e competências adquiridos no Estudo do Meio (1.º ciclo) e proporcionar o tratamento de noções a serem retomadas e ampliadas na Área de Ciências Sociais e Humanas (3.º ciclo), nas disciplinas de História e Geografia, individualizadas pela primeira vez, no ensino básico.

O conhecimento de Portugal é importante para compreender a realidade em que vivemos, o modo como as características dos territórios condicionaram e condicionam, positiva ou negativamente, a história do povo português, a forma como o nosso território se encontra organizado, as relações que as pessoas e as organizações que aí vivem e trabalham mantêm com o espaço que os rodeia. A capacidade de intervenção no Meio pelas populações vai criar, por um lado, um conjunto de relações complexas entre os diferentes contextos geográficos, e, pelo outro, condições de qualidade ambiental, qualidade de vida, crescimento económico e desenvolvimento humano.

As competências específicas da Geografia para este ciclo são definidas relativamente ao conhecimento do território português, de modo a desenvolver uma identidade de base territorial, tendo em conta a relação entre o ambiente, a sociedade, a cultura e o património, permitindo ao indivíduo consolidar o sentimento de pertença ao país e a capacidade de intervenção cívica.

Para este ciclo, as competências específicas da Geografia são definidas relativamente à área – À Descoberta de Portugal e da Península Ibérica – na qual se agrupam os temas com conteúdos geográficos enunciados no programa:

- **A Península Ibérica na Europa e no Mundo**
- **O território português**



Competências específicas no final do ciclo

A localização

Ser capaz de:

Comparar representações diversas da superfície da Terra, utilizando o conceito de escala;

Ler globos, mapas e plantas de várias escalas, utilizando a legenda;

Localizar Portugal, a Península Ibérica e a Europa no Mundo, completando e construindo mapas;

Descrever a localização relativa do lugar onde vive, utilizando como referência a região do País onde se localiza, o País, a Península Ibérica, a Europa e o Mundo.

O conhecimento dos lugares e regiões

Ser capaz de:

Utilizar vocabulário geográfico, em descrições escritas e orais de lugares e regiões;

Formular questões geográficas simples (*Onde se localiza? Como se distribui?*) para conhecer e compreender o lugar, a região e o país onde vive;

Discutir aspectos geográficos dos lugares/regiões/assuntos em estudo, recorrendo a programas de televisão, filmes vídeo, notícias da imprensa escrita, livros e enciclopédias;

Recolher informação sobre as características físicas (relevo, clima e rios), sociais e económicas do território português, utilizando um conjunto de recursos que incluem material audiovisual, CD-ROM, Internet, mapas de várias escalas, gráficos e quadros de dados estatísticos;

Apresentar a informação recolhida de forma clara e adequada, utilizando mapas, diagramas, gráficos (lineares e de barras), descrições escritas e orais simples e ou material audiovisual;

Utilizar técnicas de trabalho de campo, utilizando instrumentos de pesquisa adequados (mapas/esboços/entrevistas/inquéritos).

O dinamismo das inter-relações entre espaços

Ser capaz de:

Reconhecer o modo como os diferentes espaços se integram em contextos geográficos sucessivamente mais vastos (aldeia/bairro na vila/cidade; a cidade na região; a região no país) através da recolha de informação variada sobre movimentos de pessoas e bens;

Entender como as pessoas podem actuar face às características físicas do território utilizando o estudo de casos reais, apoiados por fotografias, filmes, textos, entrevistas com familiares e ou elementos da comunidade;

Desenvolver o sentido de pertença e responsabilidade do espaço onde vive o aluno, envolvendo-o directamente na melhoria do seu próprio ambiente.

Experiências de aprendizagem ao longo do ciclo

Responder a questões geográficas simples sobre a diversidade do espaço natural da Península Ibérica:

Como se distribuem as principais formas de relevo?

Quais os rios mais importantes?

Quais as principais características climáticas?

Identificar questões/temas geográficos sobre a diversidade do espaço português:

Como se distribuem as principais formas de relevo?

Quais os rios mais importantes?

Quais as características climáticas?

Como se distribuem a população e as actividades económicas?

Quais os factores que influenciam a distribuição da população e das actividades económicas?

Que interacções se estabelecem entre a população, as actividades económicas e as condições naturais?

Qual o papel das grandes transformações tecnológicas na alteração da distribuição da população e das actividades económicas?

Observar paisagens para identificar os principais elementos naturais e humanos, bem como a sua inter-relação.

Construir esboços das paisagens observadas, identificando os elementos naturais e humanos.

Observar fotografias, esboços, desenhos, quadros ou outras imagens para identificar os elementos naturais e humanos das paisagens representadas.

Observar diferentes tipos de representações do lugar onde o aluno vive, ou de Portugal e do Mundo, para identificar formas diversificadas de representar os fenómenos naturais e humanos.

Desenhar mapas mentais do lugar onde o aluno vive ou de Portugal para reflectir sobre o conhecimento que cada um tem do mundo que o rodeia.

Comparar os mapas mentais construídos para reflectir sobre a interpretação que cada um tem relativamente ao lugar onde vive ou a Portugal.

Completar mapas a várias escalas, utilizando a legenda (cores, símbolos...) para localizar diferentes espaços do Mundo (continentes, oceanos e Mar Mediterrâneo), da Europa, da Península Ibérica e de Portugal.

Completar mapas de Portugal e da Península Ibérica para localizar fenómenos físicos e humanos da superfície da Terra.

Ler gráficos e mapas, de diversas origens, (imprensa escrita, televisão, Internet ...) sobre a organização do território Português.

Utilizar a legenda do mapa para identificar itinerários simples e lugares de referência em diferentes lugares ou regiões.

Representar num mapa e dar instruções detalhadas de possíveis trajectos para chegar a casa ou à escola, a partir de pontos específicos da comunidade que podem ser usados por pessoas que desejem visitar-nos.

Planear uma viagem pessoal utilizando mapas de estradas de Portugal e identificando pontos de interesse no itinerário definido.

Construir um dossier temático, individualmente ou em grupo, sobre diferentes espaços e lugares de Portugal e da Península Ibérica, utilizando informação retirada de atlas, fotografias, ortofotomapas, notícias da imprensa escrita ou da televisão, filmes, textos, enciclopédias, livros, CD-ROM e Internet.

Realizar estudos simples que envolvam trabalho de campo, realização de entrevistas e actividades complementares na aula, para compreender de que forma os diferentes factores actuam na localização e distribuição dos fenómenos geográficos e nos impactos negativos ou positivos da actuação do Homem sobre o Meio.

Realizar pequenas visitas de estudo para identificar problemas geográficos concretos.

Realizar simulações e jogos para compreender de que modo os diferentes factores actuam na localização e distribuição dos fenómenos geográficos, na procura de soluções alternativas e para adquirir uma maior compreensão dos outros.

Realizar pequenos debates e ou conversas com convidados exteriores à escola para adquirir informação sobre os assuntos e temas em estudo.

Organizar exposições na escola, abertas à comunidade, para apresentar os trabalhos realizados pelos alunos.

3.º ciclo – Geografia

Os jovens vivem num espaço multidimensional e tomam consciência dele a partir de uma grande variedade de contextos. A localização dos factos geográficos é uma competência que se desenvolve desde o nascimento. A interacção que estabelecemos diariamente com o meio ajuda a construir o conhecimento do espaço. À medida que a criança e o jovem se desenvolvem física, emocional e intelectualmente vai também evoluindo a capacidade de compreender o Mundo. Saber **o que** existe e **onde** é o quadro de referência que nos permite tomar consciência do mundo à nossa volta.

A mobilidade dos seres humanos à superfície terrestre significa que se estabelece constantemente uma interacção com os lugares por onde passamos. Estes movimentos ajudam a **construir o conhecimento do espaço geográfico** – conhecer os lugares, as pessoas que aí vivem ou trabalham.

Despertar a **curiosidade pelo Mundo** e dar oportunidade para explorar novos lugares/espacos à superfície terrestre é promover a associação entre os acontecimentos e a acção com os lugares visitados.

A geografia actual requer que os alunos adquiram conhecimentos que os preparem para compreender e analisar problemas complexos relevantes para a vida num Mundo de múltiplas relações.

Uma educação para a vida adulta deve preocupar-se com o futuro. Os temas estudados pela Geografia permitem uma abordagem com grande amplitude dos vários cenários possíveis, quer em relação ao mundo próximo de cada um, quer ao Mundo, através de várias escalas de análise.

O lugar onde vivemos é o modo universal de nos localizarmos na Terra. Cada um de nós tem um nome, morada que se refere a uma rua, aldeia/vila/cidade, região e país. Além disso, somos cidadãos europeus e vamos tomando consciência deste facto ao longo da vida. Por fim, e talvez mais importante, somos cidadãos do Mundo.

O ensino da Geografia desempenha um papel fundamental na formação e na informação dos futuros cidadãos acerca de Portugal, da Europa e do Mundo enquanto sistemas compostos por factos diversos que interagem entre si e constantemente se alteram.

Os alunos do ensino básico têm a capacidade de desenvolver competências geográficas de observação, classificação, organização, leitura e interpretação de mapas. Os alunos das escolas básicas tomam atitudes relativamente a pessoas de outros países e manifestam interesse e curiosidade em aprender sobre as populações das várias regiões do Mundo. Estas atitudes devem desenvolver-se, frequentemente, com grande precisão nos conhecimentos relativos à localização e características dos lugares e das populações que neles vivem e trabalham.

As competências específicas da Geografia estão definidas de modo a centrar a aprendizagem da disciplina na procura de informação, na observação, na elaboração de hipóteses, na tomada de decisão, no desenvolvimento de atitudes críticas, no trabalho individual e de grupo e na realização de projectos.




O quadro seguinte destina-se a dar aos professores indicações sobre o nível mais adequado para a aprendizagem das diversas técnicas gráficas, cartográficas e estatísticas.

Quadro I

Quando devem ser ensinadas as diversas técnicas?

TÉCNICAS	3.º CICLO		
	7.º ano	8.º ano	9.º ano
Esboços de campo			
Tabelas			
Diagramas de fluxos			
Diagramas de dispersão			
Gráficos			
Lineares			
Barras			
Gráficos complementares			
Pirâmides			
Pictográficos			
Barras compostas			
Histogramas			
Perfis topográficos			
Circulares			
Triangulares			
Mapas			
Base			
Manchas			
Símbolos simples			
Símbolos proporcionais			
Pontos			
Fluxos			
Símbolos proporcionais complexos			
Isolinhas			
Estatística			
Média			
Moda e mediana			

Legenda

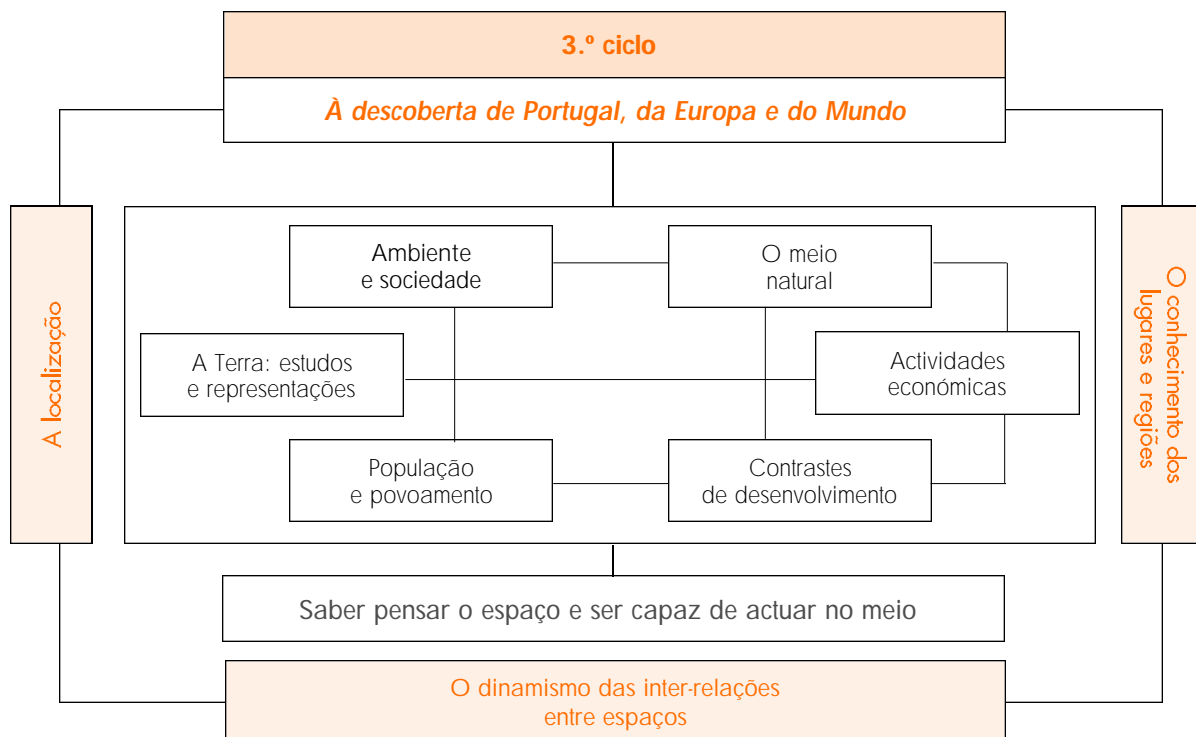
-  Provavelmente muito difícil ou sem significado para os alunos deste nível.
-  Os alunos terão alguma dificuldade a técnica como interpretar os resultados, mas não a obter simultaneamente.
-  Os alunos são capazes de constituir/obter a técnica e de interpretar correctamente o resultado.

Notas

- (1) A sugestão das técnicas gráficas/cartográficas a ensinar em cada nível pressupõe que foram introduzidas a nível básico e que os exemplos/estudos de caso posteriores se tornam progressivamente mais complexos, à medida que o aluno progride.
- (2) Não todas as operações quantificadas são executadas automaticamente e são incluído o uso das TIC (utilizam-se calculadoras). É apenas referido que se está apto a compreender o significado do resultado final.
- (3) Para algumas destas técnicas o professor deve fornecer as peças de base, exceto para os gráficos, etc., tanto para facilitar a tarefa como para evitar perdas de tempo.
- (4) Os mapas de isolinhas a obter devem ser muito simples.

Adaptado de
Bailey, F. e Fox, F. (1997) *Geography Teacher's Handbook*, The Geographical Association, Sheffield, figura 11, p. 162.

Esquema IV



Competências específicas no final do ciclo

A localização

Ser capaz de:

Comparar representações diversas da superfície da Terra, utilizando o conceito de escala;

Ler e interpretar globos, mapas e plantas de várias escalas, utilizando a legenda, a escala e as coordenadas geográficas;

Localizar Portugal e a Europa no Mundo, completando e construindo mapas;

Localizar lugares utilizando plantas e mapas de diferentes escalas;

Descrever a localização relativa do lugar onde vive, utilizando como referência a região do país onde se localiza, o país, a Europa e o Mundo.

O conhecimento dos lugares e regiões

Ser capaz de:

Utilizar o vocabulário geográfico em descrições orais e escritas de lugares, regiões e distribuições de fenómenos geográficos;

Formular e responder a questões geográficas (*Onde se localiza? Como se distribui? Porque se localiza/ /distribui deste modo? Porque sofre alterações?*), utilizando atlas, fotografias aéreas, bases de dados, CD-ROM e internet;

Discutir aspectos geográficos dos lugares/regiões/assuntos em estudo, recorrendo a programas de televisão, filmes, videogramas, notícias da imprensa escrita, livros e enciclopédias;

Comparar distribuições de fenómenos naturais e humanos, utilizando planisférios e mapas de diferentes escalas;

Ordenar e classificar as características dos fenómenos geográficos, enumerando os que são mais importantes na sua localização;

Seleccionar as características dos fenómenos geográficos responsáveis pela alteração das localizações;

Realizar pesquisas documentais sobre a distribuição irregular dos fenómenos naturais e humanos a nível nacional, europeu e mundial, utilizando um conjunto de recursos que incluem material audiovisual, CD-ROM, internet, notícias da imprensa escrita, gráficos e quadros de dados estatísticos;

Seleccionar e utilizar técnicas gráficas, tratando a informação geográfica de forma clara e adequada em gráficos (lineares, histogramas, sectogramas, pirâmides etárias), mapas (de manchas ou outros) e diagramas;

Desenvolver a utilização de dados/índices estatísticos, tirando conclusões a partir de exemplos reais que justifiquem as conclusões apresentadas;

Problematizar as situações evidenciadas em trabalhos realizados, formulando conclusões e apresentando-as em descrições escritas e/ou orais simples e ou em material audiovisual;

Utilizar técnicas e instrumentos adequados de pesquisa em trabalho de campo (mapas, entrevistas, inquéritos), realizando o registo da informação geográfica;

Analisar casos concretos e reflectir sobre soluções possíveis, utilizando recursos, técnicas e conhecimentos geográficos.

O dinamismo das inter-relações entre espaços

Ser capaz de:

Interpretar, analisar e problematizar as inter-relações entre fenómenos naturais e humanos evidenciadas em trabalhos realizados, formulando conclusões e apresentando-as em descrições escritas e ou orais simples e ou material audiovisual;

Analisar casos concretos de impacto dos fenómenos humanos no ambiente natural, reflectindo sobre as soluções possíveis;

Reflectir criticamente sobre a qualidade ambiental do lugar/região, sugerindo acções concretas e viáveis que melhorem a qualidade ambiental desses espaços;

Analisar casos concretos de gestão do território que mostrem a importância da preservação e conservação do ambiente como forma de assegurar o desenvolvimento sustentável.

Experiências de aprendizagem ao longo do ciclo

Identificar questões/temas geográficos sobre:

- A diversidade das paisagens e das representações da terra.
- A diversidade do espaço português, europeu e mundial.
- Os diferentes padrões da distribuição da população e do povoamento.
- As desigualdades nos níveis de desenvolvimento mundial.
- O impacte da actividade humana nas diferentes regiões do Mundo.

Observar paisagens, para identificar os principais elementos naturais e humanos, bem como a sua inter-relação.

Construir esboços das paisagens observadas, identificando os elementos naturais e humanos.

Observar fotografias, esboços, desenhos ou outras imagens, para identificar os elementos naturais e humanos das paisagens representadas.

Observar diferentes tipos de representações do lugar onde o aluno vive, de Portugal e do Mundo, para identificar formas diversificadas de representar os fenómenos físicos e humanos.

Construir e comparar mapas de escalas diferentes, utilizando a legenda para identificar fenómenos geográficos.

Localizar lugares em globos, planisférios e mapas, utilizando a rede cartográfica.

Comparar mapas de escala diferente, do lugar onde o aluno vive ou de Portugal, para verificar que os elementos cartografados variam consoante a escala do mapa.

Desenhar mapas mentais do lugar onde o aluno vive, de Portugal, da Europa e do Mundo, para identificar os elementos de referência importantes para cada aluno.

Comparar os mapas mentais construídos, para reflectir sobre a interpretação que cada um tem relativamente ao lugar onde vive, a Portugal, à Europa e ao Mundo.

Planear uma viagem utilizando mapas de estradas e identificando pontos de interesse no itinerário definido.

Construir e interpretar planisférios e mapas, para localizar fenómenos físicos e humanos da superfície da Terra.

Estudar exemplos concretos de fenómenos geográficos, utilizando a observação directa e/ou indirecta, informações da imprensa escrita, da TV e da internet.

Realizar simulações e jogos para compreender de que forma os diferentes factores actuam na localização e distribuição dos fenómenos geográficos, para a procura de soluções alternativas e para adquirir uma maior compreensão dos outros.

Realizar trabalhos de grupo utilizando as diferentes etapas da investigação geográfica:

- Pesquisa documental (ex. mapas, atlas, enciclopédias, livros, notícias da imprensa escrita, vídeos, fotografias, ortofotomapas, CD-ROM, internet, bases de dados e quadros estatísticos);

- Tratamento da informação (ex. construção de quadros de dados, gráficos, mapas e diagramas);
- Interpretação e análise do material recolhido e construído, evidenciando a inter-relação entre os fenómenos geográficos;
- Apresentação das conclusões, produzindo informação oral e escrita que utilize vocabulário geográfico.

Realizar debates para confrontar pontos de vista e apresentar propostas de solução para problemas geográficos detectados.

Recolher informação temática relacionada com os diversos fenómenos geográficos (naturais e humanos) recorrendo à imprensa, filmes, textos, informação da Internet, enciclopédias, livros, CD-ROM, para construir *dossiers* temáticos.

Analisar mapas, fotografias, videogramas ou outro material audiovisual de diferentes regiões, para distinguir lugares com características geográficas diferentes.

Realizar estudos simples que envolvam trabalho de campo, realização de entrevistas e/ou inquéritos e actividades complementares na aula, para compreender de que forma os diferentes factores actuam na localização e distribuição dos fenómenos geográficos.

Realizar pequenas visitas de estudo para seleccionar e investigar problemas geográficos concretos.

Organizar debates/entrevistas com entidades públicas, populações afectadas, especialistas, sobre os problemas geográficos detectados, nomeadamente relacionados com o "desordenamento do território" e para reflectir sobre atitudes a tomar para os ultrapassar.

Organizar exposições e/ou outras iniciativas culturais na escola, abertas à comunidade para apresentar os trabalhos realizados pelos alunos.



Ciências Físicas e Naturais

Ciências Físicas e Naturais

O papel das Ciências no currículo do ensino básico

Ao longo dos últimos anos tem sido consensual a ideia de que há uma disparidade crescente entre a educação nas nossas escolas e as necessidades e interesses dos alunos. Apesar de custar admitir, sabe-se também que a educação não prepara os jovens para empregos seguros e duradouros. A mudança tecnológica acelerada e a globalização do mercado exigem indivíduos com educação abrangente em diversas áreas, que demonstrem flexibilidade, capacidade de comunicação, e uma capacidade de aprender ao longo da vida. Estas competências não se coadunam com um ensino em que as ciências são apresentadas de forma compartimentada, com conteúdos desligados da realidade, sem uma verdadeira dimensão global e integrada.

A maior parte das pessoas interessa-se por temáticas como a vida e os seres vivos, a matéria, o Universo, a comunicação. As explicações que lhes são inerentes são muitas vezes mais fornecidas pelos media do que pela escola. A Ciência transformou não só o ambiente natural, mas também o modo como pensamos sobre nós próprios e sobre o mundo que habitamos. Os processos que utiliza – como o inquérito, baseado em evidência e raciocínio, ou a resolução de problemas e o projecto, em que a argumentação e a comunicação são situações inerentes – são um valioso contributo para o desenvolvimento do indivíduo.

Interligando diferentes áreas do saber, foram produzidos, numa espantosa variedade, artefactos e produtos – desde motores eléctricos a antibióticos, de satélites artificiais aos clones – que transformaram o nosso estilo de vida quando comparado com o das gerações anteriores. Os jovens têm de aprender a relacionar-se com a natureza diferente deste conhecimento, tanto com diversas descobertas científicas e processos tecnológicos, como com as suas implicações sociais. O papel da Ciência e da Tecnologia no nosso dia-a-dia exige uma população com conhecimento e compreensão suficientes para entender e seguir debates sobre temas científicos e tecnológicos e envolver-se em questões que estes temas colocam, quer para eles como indivíduos quer para a sociedade como um todo.

O conhecimento científico não se adquire simplesmente pela vivência de situações quotidianas pelos alunos. Há necessidade de uma intervenção planeada do professor, a quem cabe a responsabilidade de sistematizar o conhecimento, de acordo com o nível etário dos alunos e dos contextos escolares.

Atendendo às razões expostas, advoga-se o ensino da Ciência como fundamental. Este, na educação básica corresponde a uma preparação inicial (a ser aprofundada, no ensino secundário, apenas por uma minoria) e visa proporcionar aos alunos possibilidades de:

- Despertar a curiosidade acerca do mundo natural à sua volta e criar um sentimento de admiração, entusiasmo e interesse pela Ciência;
- Adquirir uma compreensão geral e alargada das ideias importantes e das estruturas explicativas da Ciência, bem como dos procedimentos da investigação científica, de modo a sentir confiança na abordagem de questões científicas e tecnológicas;
- Questionar o comportamento humano perante o mundo, bem como o impacto da Ciência e da Tecnologia no nosso ambiente e na nossa cultura em geral.

Ao longo da escolaridade básica, ao estudarem ciências, é importante que os alunos procurem explicações fiáveis sobre o mundo e eles próprios. Para isso será necessário:

- (i) Analisar, interpretar e avaliar evidência recolhida quer directamente, quer a partir de fontes secundárias;
- (ii) Conhecer relatos de como ideias importantes se divulgaram e foram aceites e desenvolvidas, ou foram rejeitadas e substituídas;
- (iii) Reconhecer que o conhecimento científico está em evolução permanente, sendo um conhecimento inacabado;
- (iv) Aprender a construir argumentos persuasivos a partir de evidências;
- (v) Discutir sobre um conjunto de questões pertinentes envolvendo aplicações da Ciência e das ideias científicas a problemas importantes para a vida na Terra;
- (vi) Planear e realizar trabalhos ou projectos que exijam a participação de áreas científicas diversas, tradicionalmente mantidas isoladas.

Contributo das Ciências Físicas e Naturais para o desenvolvimento das competências gerais

No ponto anterior justificou-se o papel relevante das Ciências Físicas e Naturais no ensino básico, na perspectiva de uma compreensão global, não compartimentada. Realça-se aqui como estas contribuem para o desenvolvimento das competências gerais, apresentando, a título exemplificativo, um projecto sobre o estudo da água que toma um carácter interdisciplinar nos diferentes ciclos de escolaridade.

Os alunos podem envolver-se no projecto “A água no meu concelho”, abordando diferentes vertentes: proveniência da água; a água como suporte de vida; consumo per capita e evolução do consumo num período de tempo; necessidades locais da água em termos de utilização e tratamento; importância dos cursos de água para o progresso do concelho (perspectivas histórica, médica e social); histórias populares, lendas, poemas, monumentos (sentidos histórico e estético); poluição hídrica, consequências para a saúde e vida das populações, intervenção individual e comunitária para a prevenção e solução de problemas detectados; do concelho ao mundo (ligação a outras civilizações, questões religiosas e outros hábitos; perspectiva global em termos de passado, de presente e de futuro). O desenrolar do projecto, nas suas diferentes fases e perspectivas, interliga-se com as competências gerais, salientando-se o seguinte:

- Mobilização e utilização de saberes científicos – exploração conceptual e processual de aspectos físicos, químicos, geológicos e biológicos, ambientes naturais e formas de vida que deles dependem; considerar, por ex., as cadeias alimentares num rio, numa lagoa, efeitos sistémicos de poluentes (derrames, pesticidas, fertilizantes) nessas cadeias, preservação dos lençóis freáticos;
- Mobilização e utilização de saberes tecnológicos – tratamento da água: processos físicos e químicos, casos especiais de tratamento de água (como em hemodiálise), transporte de água, mecanismos de rentabilização em casa, na agricultura, na jardinagem e na indústria;
- Mobilização e utilização de saberes sociais e culturais (questionamento da realidade envolvente numa perspectiva ampla), assim como os do senso comum (as histórias locais, as metáforas, as concepções populares) – na apreciação da água como um bem comum e como um recurso extremamente valioso;

- Pesquisa, selecção e organização de informação de modo a compreender as diferentes vertentes da situação problemática (recurso a múltiplas fontes de informação – jornais, livros, inscrições locais em monumentos, habitantes da região, responsáveis autárquicos, internet); apresentação dos resultados, mobilizando conhecimentos da língua portuguesa, das línguas estrangeiras (na consulta de fontes noutras línguas, num possível intercâmbio com alunos de escolas de outros países), e de outras áreas do saber, nomeadamente da geografia, da história, da matemática e das áreas de expressão artística, recorrendo às tecnologias;
- Adopção de metodologias personalizadas de trabalho e de aprendizagem, assim como na cooperação com outros, visando a participação nas diferentes fases das tarefas (individualmente e em grupo), desde a definição dos subproblemas até à comunicação;
- Resolução dos problemas e tomadas de decisão para uma intervenção individual e comunitária, conducente à gestão sustentável da água (regras individuais em casa e na escola, relativamente ao consumo e à manutenção da qualidade da água); adopção de hábitos de vida saudáveis (higiene e lazer; prevenção da poluição e não utilização de águas contaminadas para consumo e agricultura) e de responsabilização quanto à segurança individual e comunitária (normas de segurança nas praias e nas piscinas; avaliação da contribuição individual e dos outros para a qualidade da água e do ambiente).

Ao participar num projecto como este, o aluno tem ocasião para desenvolver princípios e valores como o respeito pelo saber e pelos outros, pelo património natural e cultural, conducente à consciencialização ecológica e social, à construção da sua própria identidade e à intervenção cívica de forma responsável, solidária e crítica.

Experiências de Aprendizagem em Ciência

Para os conhecimentos científicos serem compreendidos pelos alunos em estreita relação com a realidade que os rodeia, considera-se fundamental a vivência de experiências de aprendizagem como as que a seguir se indicam:

- Observar o meio envolvente. Para isso, planificar saídas de campo; elaborar roteiros de observação, instrumentos simples de registo de informação, diários de campo; usar instrumentos (como bússola, lupa, cronómetro, termómetro, martelo de geólogo, sensores);
- Recolher e organizar material, classificando-o por categorias ou temas. Atente-se a que sempre que se trate de material natural é preciso não danificar o meio, recolhendo só uma pequena amostra ou registando apenas por decalque, fotografia ou filme. Sugere-se a construção de um portfólio onde se registam todas as etapas, da recolha à classificação;
- Planificar e desenvolver pesquisas diversas. Situações de resolução de problemas, por implicarem diferentes formas de pesquisar, recolher, analisar e organizar a informação, são fundamentais para a compreensão da Ciência;
- Conceber projectos, prevendo todas as etapas, desde a definição de um problema até à comunicação de resultados e intervenção no meio, se for esse o caso. Os alunos têm de constituir parte integrante do projecto e ser envolvidos nele desde a sua concepção;
- Realizar actividade experimental e ter oportunidade de usar diferentes instrumentos de observação e medida. No 1.º ciclo começar com experiências simples a partir de curiosidade ou de questões que preocupem os alunos. Mesmo nos 2.º e 3.º ciclos a actividade experimental deve ser planeada com os alunos, decorrendo de problemas que se pretende investigar e não

constituem a simples aplicação de um receituário. Em qualquer dos ciclos deve haver lugar a formulação de hipóteses e previsão de resultados, observação e explicação;

- Analisar e criticar notícias de jornais e televisão, aplicando conhecimentos científicos na abordagem de situações da vida quotidiana;
- Realizar debates sobre temas polémicos e actuais, onde os alunos tenham de fornecer argumentos e tomar decisões, o que estimula a capacidade de argumentação e incentiva ao respeito pelos pontos de vista diferentes dos seus;
- Comunicar resultados de pesquisas e de projectos, expondo as suas ideias e as do seu grupo, utilizando audiovisuais, modelos ou as novas tecnologias da informação e comunicação;
- Realizar trabalho cooperativo em diferentes situações (em projectos extracurriculares, em situação de aula, por exemplo, de resolução de problemas) e trabalho independente.

É importante reconhecer o papel da avaliação, ajudando os professores, como fazedores de currículo, a tornarem claros os seus objectivos. Ao responderem à questão "O que devem saber os alunos quando completarem o estudo deste currículo?" concretizam ideias, muitas vezes implícitas, e determinam a ênfase no currículo implementado na sala de aula.

Competências Específicas para a Literacia Científica dos Alunos no Final do Ensino Básico

Preconiza-se o desenvolvimento de competências específicas em diferentes domínios como o do conhecimento (substantivo, processual ou metodológico, epistemológico), do raciocínio, da comunicação e das atitudes. Tal exige o envolvimento dos alunos no processo ensino aprendizagem, através de experiências educativas diferenciadas que a escola lhes proporciona. Estas, por um lado, vão de encontro aos seus interesses pessoais e, por outro, estão em conformidade com o que se passa à sua volta.

De salientar que os domínios que a seguir se mencionam não são compartimentos estanques ou isolados, nem as sugestões apresentadas esgotam um determinado domínio e nem existe sequencialidade e hierarquização entre eles. As competências não devem ser entendidas cada uma por si, mas no seu conjunto. Desenvolvem-se em simultâneo e de uma forma transversal, na exploração das experiências educativas, com graus de profundidade diferente nos três ciclos de escolaridade, atendendo ao nível etário dos alunos.

CONHECIMENTO

Conhecimento substantivo – sugere-se a análise e discussão de evidências, situações problemáticas, que permitam ao aluno adquirir conhecimento científico apropriado, de modo a interpretar e compreender leis e modelos científicos, reconhecendo as limitações da Ciência e da Tecnologia na resolução de problemas, pessoais, sociais e ambientais.

Conhecimento processual – pode ser vivenciado através da realização de pesquisa bibliográfica, observação, execução de experiências, individualmente ou em equipa, avaliação dos resultados obtidos, planeamento e realização de investigações, elaboração e interpretação de representações gráficas onde os alunos utilizem dados estatísticos e matemáticos.

Conhecimento epistemológico – propõe-se a análise e debate de relatos de descobertas científicas, nos quais se evidenciem êxitos e fracassos, persistência e formas de trabalho de diferentes cientistas, influências da sociedade sobre a Ciência, possibilitando ao aluno confrontar, por um lado, as explicações científicas com as do senso comum, por outro, a ciência, a arte e a religião.

RACIOCÍNIO

Raciocínio – Sugerem-se, sempre que possível, situações de aprendizagem centradas na resolução de problemas, com interpretação de dados, formulação de problemas e de hipóteses, planejamento de investigações, previsão e avaliação de resultados, estabelecimento de comparações, realização de inferências, generalização e dedução. Tais situações devem promover o pensamento de uma forma criativa e crítica, relacionando evidências e explicações, confrontando diferentes perspectivas de interpretação científica, construindo e ou analisando situações alternativas que exijam a proposta e a utilização de estratégias cognitivas diversificadas.

COMUNICAÇÃO

Propõem-se experiências educativas que incluem uso da linguagem científica, mediante a interpretação de fontes de informação diversas com distinção entre o essencial e o acessório, a utilização de modos diferentes de representar essa informação, a vivência de situações de debate que permitam o desenvolvimento das capacidades de exposição de ideias, defesa e argumentação, o poder de análise e de síntese e a produção de textos escritos e/ou orais onde se evidencie a estrutura lógica do texto em função da abordagem do assunto. Sugere-se que estas experiências educativas contemplem também a cooperação na partilha de informação, a apresentação dos resultados de pesquisa, utilizando, para o efeito, meios diversos, incluindo as novas tecnologias de informação e comunicação.

ATTITUDES

Apela-se para a implementação de experiências educativas onde o aluno desenvolva atitudes inerentes ao trabalho em Ciência, como sejam a curiosidade, a perseverança e a seriedade no trabalho, respeitando e questionando os resultados obtidos, a reflexão crítica sobre o trabalho efectuado, a flexibilidade para aceitar o erro e a incerteza, a reformulação do seu trabalho, o desenvolvimento do sentido estético, de modo a apreciar a beleza dos objectos e dos fenómenos físico-naturais, respeitando a ética e a sensibilidade para trabalhar em Ciência, avaliando o seu impacto na sociedade e no ambiente.

Para o desenvolvimento das competências definidas propõe-se a organização do ensino das ciências nos três ciclos do ensino básico em torno de quatro temas organizadores:

- *Terra no espaço*
- *Terra em transformação*
- *Sustentabilidade na Terra*
- *Viver melhor na Terra.*

A coerência conceptual e metodológica dos quatro temas gerais tem subjacente a ideia estruturante que a seguir se apresenta e que consta da figura 1.

Viver melhor no planeta Terra pressupõe uma intervenção humana crítica e reflectida, visando um desenvolvimento sustentável que, tendo em consideração a interacção Ciência, Tecnologia,

Sociedade e Ambiente, se fundamente em opções de ordem social e ética e em conhecimento científico esclarecido sobre a dinâmica das relações sistêmicas que caracterizam o mundo natural e sobre a influência dessas relações na saúde individual e comunitária.

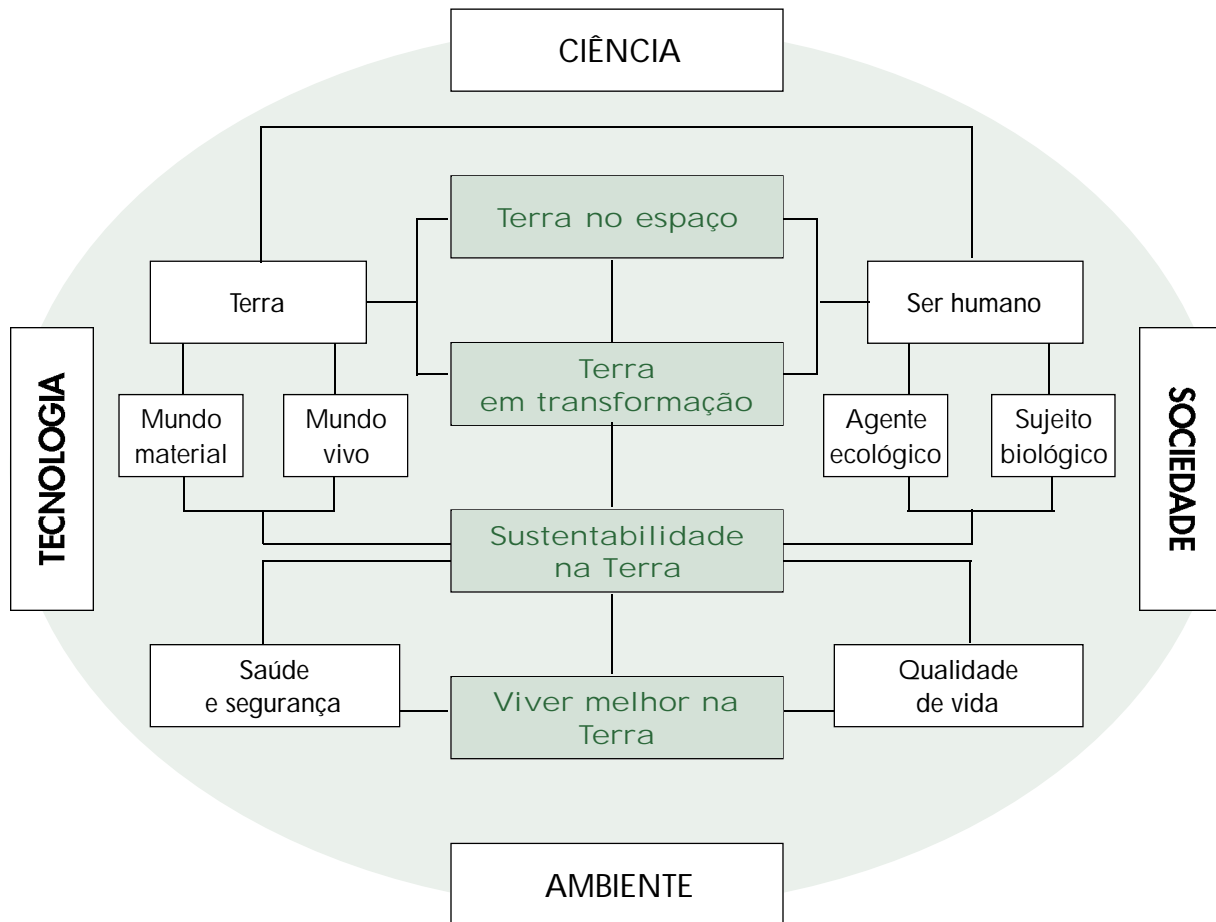


Fig. 1 – Esquema organizador dos quatro temas

O esquema organizador da figura 1 salienta a importância de explorar os temas numa perspectiva interdisciplinar, em que a interação *Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente* deverá constituir uma vertente integradora e globalizante da organização e da aquisição dos saberes científicos. Esta vertente assume um sentido duplo no contexto da aprendizagem científica ao nível da escolaridade básica e obrigatória. Por um lado, possibilita o alargar os horizontes da aprendizagem, proporcionando aos alunos não só o acesso aos produtos da Ciência mas também aos seus processos, através da compreensão das potencialidades e limites da Ciência e das suas aplicações tecnológicas na Sociedade. Por outro lado, permite uma tomada de consciência quanto ao significado científico, tecnológico e social da intervenção humana na Terra, o que poderá constituir uma dimensão importante em termos de uma desejável educação para a cidadania.

Atente-se a que qualquer dos temas envolve as componentes científica, tecnológica, social e ambiental, embora seja diferente a ênfase a dar na exploração destas componentes em cada um. Outro aspecto a salientar tem a ver com a articulação dos temas. Com a sequência sugerida pretende-se que, após terem

compreendido conceitos relacionados com a estrutura e funcionamento do sistema Terra, os alunos sejam capazes de os aplicar em situações que contemplem a intervenção humana na Terra e a resolução de problemas daí resultantes, visando a sustentabilidade na Terra.

TERRA NO ESPAÇO

O primeiro tema – *Terra no espaço* – foca a localização do planeta Terra no Universo e sua inter-relação com este sistema mais amplo, bem como a compreensão de fenómenos relacionados com os movimentos da Terra e sua influência na vida do planeta. Considera-se fundamental que as experiências de aprendizagem no âmbito deste tema possibilitem aos alunos, no final do ensino básico, o desenvolvimento das seguintes competências:

- Compreensão global da constituição e da caracterização do Universo e do Sistema Solar e da posição que a Terra ocupa nesses sistemas;
- Reconhecimento de que fenómenos que ocorrem na Terra resultam da interacção no sistema Sol, Terra e Lua;
- Reconhecimento da importância de se interrogar sobre as características do Universo e sobre as explicações da Ciência e da Tecnologia relativamente aos fenómenos que lhes estão associados;
- Compreensão de que o conhecimento sobre o Universo se deve a sucessivas teorias científicas, muitas vezes contraditórias e polémicas.

O tema desenvolve-se de acordo com o esquema organizador representado na figura 2

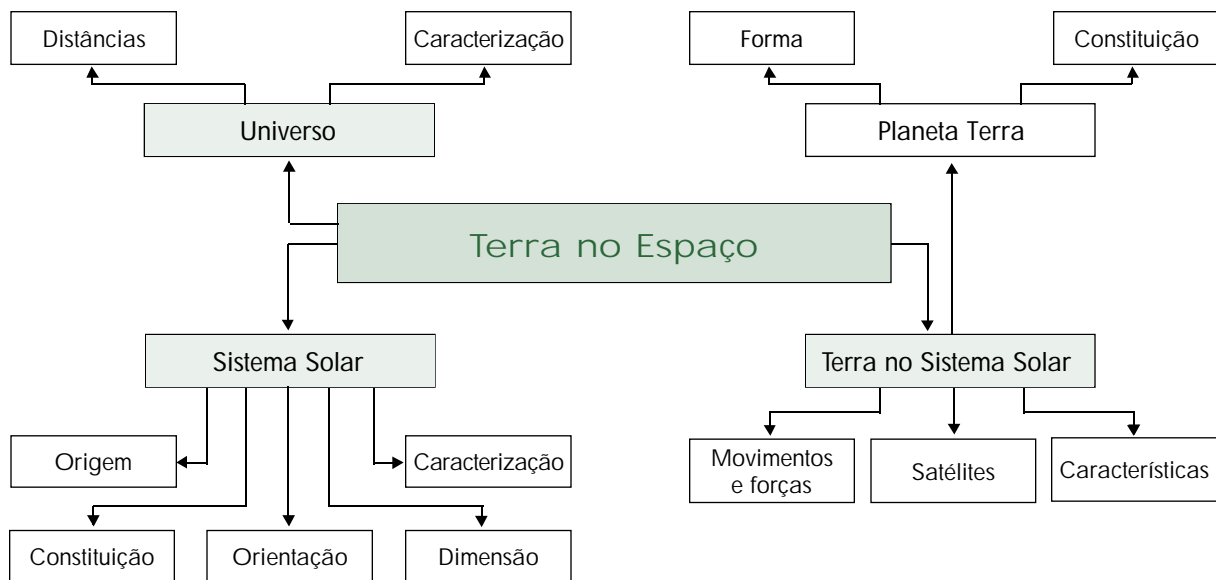


Fig. 2 – Esquema organizador do tema “Terra no espaço”

1.º ciclo

- Conhecimento da posição da Terra no espaço, relativamente a outros corpos celestes;
- Compreensão das razões da existência de dia e noite e das estações do ano;
- Utilização de alguns processos de orientação como forma de se localizar e deslocar na Terra;
- Análise de evidências na explicação científica da forma da Terra e das fases da Lua;
- Reconhecimento da importância da Ciência e da Tecnologia na observação de fenómenos.

No 1.º ciclo de escolaridade é fundamental estimular os alunos para a observação do que se passa à sua volta. Atendendo às competências específicas do Estudo do Meio, sugerem-se situações em que o aluno observe, se interrogue sobre o que observa e faça registos de observação. A constatação de que existe dia e noite pode ser consubstanciada com registos de observação à noite (cada aluno trará os registos para a aula no dia seguinte para serem discutidos), mediante a chamada de atenção para determinados aspectos, como a existência de Lua com formas diversas, a existência de astros diferentes, com brilho diferente. A comparação com a situação diurna, mediante observação do céu durante o dia, ajuda à compreensão da presença ou ausência desses astros e respectiva explicação científica. A constatação da existência de estações do ano pode ser acompanhada da observação das diferentes posições do Sol, durante o ano. A percepção sobre a forma da Terra ao longo dos tempos pode gerar discussões sobre a evolução do conhecimento científico, percebendo os alunos que as ideias científicas para serem compreendidas precisam de evidências (viagem de circum-navegação, fotografias tiradas do espaço e desaparecimento progressivo de um barco no horizonte).

2.º ciclo

- Compreensão global da constituição da Terra, nos seus aspectos complementares de biosfera, litosfera, hidrosfera e atmosfera;
- Reconhecimento do papel importante da atmosfera terrestre para a vida da Terra;
- Planificação e realização de pequenas investigações que relacionem os constituintes da atmosfera com aspectos da vida da Terra.

No 2.º ciclo de escolaridade este tema constitui uma iniciação ao estudo do planeta Terra, a ser continuado no tema proposto a seguir *Terra em transformação*. A resolução de problemas, com base na problematização, no registo e nas explicações científicas, constitui uma situação favorável ao estudo deste tema. Investigação complementar (com recurso a informação em livros e em suporte electrónico) sobre a constituição dos continentes, oceanos e atmosfera pode ajudar os alunos a compreender a relação natural que existe entre diferentes ambientes e que contribui para o equilíbrio dinâmico da Terra, sendo uma base importante para a temática seguinte. O papel da atmosfera pode ser explorado nesta fase quer com exemplos relacionados com viagens espaciais quer com experiências sobre as propriedades dos principais constituintes do ar.

3.º ciclo

- Compreensão de que os seres vivos estão integrados no sistema Terra, participando nos fluxos de energia e nas trocas de matéria;
- Reconhecimento da necessidade de trabalhar com unidades específicas, tendo em conta as distâncias do Universo;
- Conhecimento sobre a caracterização do Universo e a interação sistêmica entre componentes;
- Utilização de escalas adequadas para a representação do Sistema Solar;
- Identificação de causas e de consequências dos movimentos dos corpos celestes;
- Discussão sobre a importância do avanço do conhecimento científico e tecnológico no conhecimento sobre o Universo, o Sistema Solar e a Terra;
- Reconhecimento de que novas ideias geralmente encontram oposição de outros indivíduos e grupos por razões sociais, políticas ou religiosas.

Tendo em conta as *Orientações curriculares para o 3.º ciclo do ensino básico*, sugere-se aos professores a abordagem por problemas relacionados com fenómenos que os alunos observam ou conhecem, criando oportunidade de levarem a cabo pequenas investigações, individual ou colaborativamente, onde esteja presente a história da Ciência, tão rica nestes assuntos. A comparação de teorias, as viagens espaciais, a queda de meteoritos, a exploração de documentos diversos (textos antigos, documentários, *sites* na internet) pode proporcionar momentos de discussão em aula sobre o avanço da Ciência e da Tecnologia e sobre a importância e as implicações para a melhoria das condições de vida da humanidade.

TERRA EM TRANSFORMAÇÃO

Com o segundo tema – *Terra em transformação* – pretende-se que os alunos adquiram conhecimentos relacionados com os elementos constituintes da Terra e com os fenómenos que nela ocorrem. No âmbito deste tema é essencial que as experiências de aprendizagem possibilitem aos alunos o desenvolvimento das seguintes competências:

- Reconhecimento de que a diversidade de materiais, seres vivos e fenómenos existentes na Terra é essencial para a vida no planeta;
- Reconhecimento de unidades estruturais comuns, apesar da diversidade de características e propriedades existentes no mundo natural;
- Compreensão da importância das medições, classificações e representações como forma de olhar para o mundo perante a sua diversidade e complexidade;
- Compreensão das transformações que contribuem para a dinâmica da Terra e das suas consequências a nível ambiental e social;
- Reconhecimento do contributo da Ciência para a compreensão da diversidade e das transformações que ocorrem na Terra.

Ao longo dos três ciclos de escolaridade o tratamento deste tema está organizado de acordo com o esquema da figura 3.

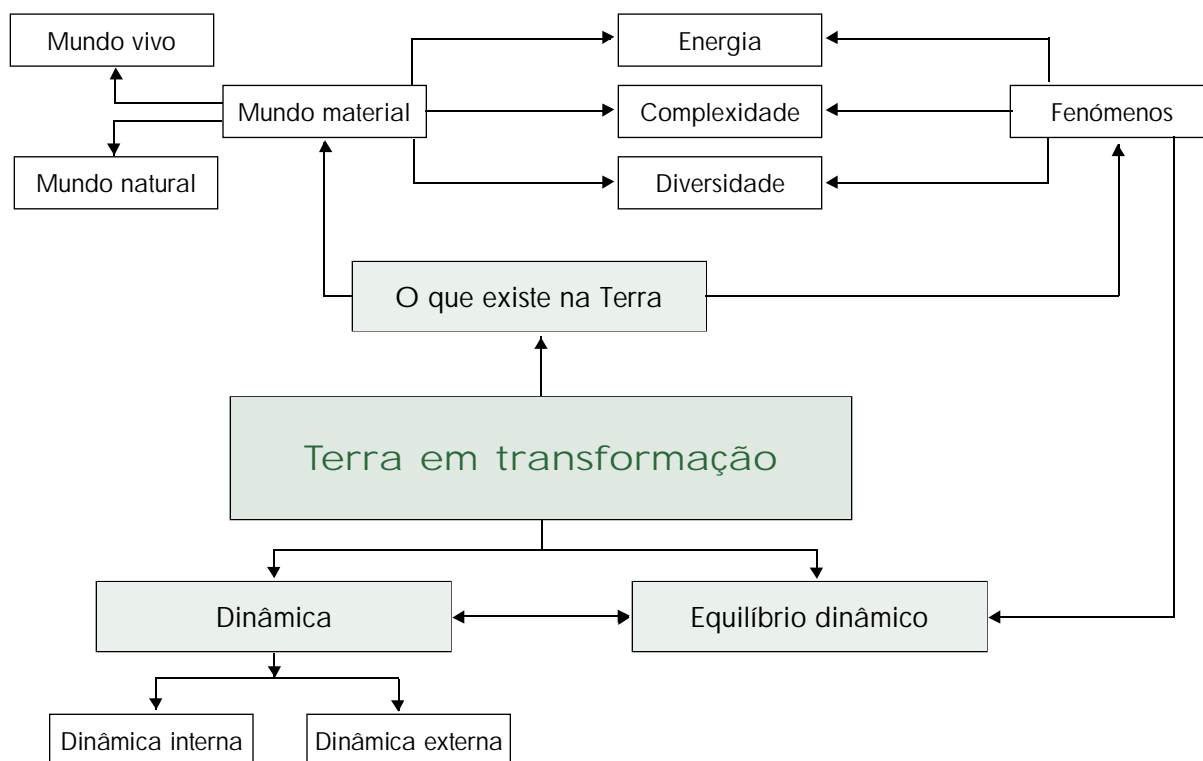


Fig. 3 – Esquema organizador do tema “Terra em transformação”

1.º ciclo

- Observação da multiplicidade de formas, características e transformações que ocorrem nos seres vivos e nos materiais.
- Identificação de relações entre as características físicas e químicas do meio e as características e comportamentos dos seres vivos.
- Realização de registos e de medições simples, utilizando instrumentos e unidades adequados.
- Reconhecimento da existência de semelhanças e diferenças entre seres vivos, entre rochas e entre solos e da necessidade da sua classificação.
- Explicação de alguns fenómenos com base nas propriedades dos materiais.

Neste ciclo pretende-se privilegiar o despertar da curiosidade pelo meio local e pelos elementos e fenómenos naturais que dele fazem parte. Considerando as competências específicas definidas para o Estudo do Meio, recomenda-se criar situações que permitam aos alunos a observação directa de animais e plantas e o registo da sua evolução, nomeadamente da metamorfose de alguns animais (bichos-da-seda, rãs). Com base nesses registos e em algumas actividades experimentais, podem ser debatidos aspectos como a relação entre as transformações do meio (variações climáticas), o comportamento dos seres vivos e os aspectos físicos e químicos que possibilitam a sua sobrevivência (nos solos, no ar e na água).

A organização de colecções de rochas, amostras de solos e folhas de plantas, por exemplo, permitirá elaborar um quadro simples de referências sobre as semelhanças e diferenças que vão encontrando. A complementaridade destas actividades com jogos de reconhecimento, através de características básicas, pode possibilitar a compreensão da importância das classificações no quotidiano e no mundo da Ciência.

2.º ciclo

- Identificação de relações entre a diversidade de seres vivos, seus comportamentos e a diversidade ambiental.
- Reconhecimento que, dadas as dimensões das células, há necessidade de utilizar instrumentos adequados à sua observação.
- Utilização de critérios de classificação de materiais e de seres vivos.
- Explicação da dinâmica da Terra com base em fenómenos e transformações que ocorrem.
- Planificação e realização de investigação envolvendo a relação entre duas variáveis, mantendo outras constantes.
- Compreensão da importância de se questionar sobre transformações que ocorrem na Terra e de analisar as explicações dadas pela Ciência.

O interesse pelo mundo material e pelo mundo vivo, iniciado através do contacto com o meio local, deve neste ciclo ser ampliado para espaços e realidades que os alunos não conhecem directamente. Seres vivos ou rochas de outros ambientes podem ser conhecidos mediante a troca de informação com alunos de escolas de regiões distantes. A propósito da diversidade nas plantas sugere-se, por exemplo, a organização de um herbário que os alunos completem progressivamente. A influência de alterações do meio sobre os seres vivos pode ser constatada por observação directa, por exemplo, da modificação das folhas das árvores ao longo do ano ou por investigação bibliográfica sobre a migração ou a hibernação.

Se no 1.º ciclo se privilegia essencialmente a diversidade, é de realçar neste ciclo também a unidade do mundo vivo, mediante uma primeira abordagem ao estudo da célula. Esta deve ser acompanhada de manuseamento do microscópio, permitindo aos alunos comparar células diferentes. A análise de relatos do trabalho de cientistas (que, por exemplo, contribuíram para o aperfeiçoamento do microscópio ou para o conhecimento da célula) constitui uma oportunidade para os alunos reflectirem sobre a evolução do conhecimento científico e as respectivas consequências sociais.

3.º ciclo

- Reconhecimento de que na Terra ocorrem transformações de materiais por acção física, química, biológica e geológica, indispensáveis para a manutenção da vida na Terra.
- Classificação dos materiais existentes na Terra, utilizando critérios diversificados.
- Compreensão de que, apesar da diversidade de materiais e de seres vivos, existem unidades estruturais.
- Utilização de símbolos e de modelos na representação de estruturas, sistemas e suas transformações.
- Explicação de alguns fenómenos biológicos e geológicos, atendendo a processos físicos e químicos.
- Apresentação de explicações científicas que vão para além dos dados, não emergindo simplesmente a partir deles, mas envolvem pensamento criativo.
- Identificação de modelos subjacentes a explicações científicas correspondendo ao que pensamos que pode estar a acontecer no nível não observado directamente.

Atendendo às *Orientações curriculares para o 3.º ciclo do ensino básico*, sugere-se partir de um contexto familiar aos alunos para a abordagem dos conteúdos científicos. Sempre que possível recorrer a situações do quotidiano e aos conhecimentos que os alunos já têm sobre fenómenos de transformação de materiais e relações energéticas. Os assuntos tratados neste tema proporcionam oportunidade de realização de actividade experimental, levando os alunos ao desenvolvimento de capacidades manipulativas e técnicas. Sugere-se a discussão de conceitos e teorias científicos, criando situações de resolução de problemas de modo a promover a compreensão sobre a natureza da Ciência.

A utilização de convenções matemáticas e científicas e a explicação da sua utilização revestem-se de pertinência, pois é neste tema que os alunos são postos perante a diversidade de materiais e de fenómenos existentes no nosso planeta. Sugere-se que os alunos confrontem as explicações dadas pela Ciência para a dinâmica interna da Terra com as evidências e os dados obtidos pelo estudo desses fenómenos. Podem proporcionar-se situações de análise de documentos, de argumentos científicos, de factos conhecidos e de debate de situações da história da descoberta científica, para a compreensão da História da Terra.

Será importante proporcionar situações diversificadas onde o aluno interprete textos, tabelas e diagramas, analise informação científica, coloque questões e conduza pequenas investigações. Será também estimulante proporcionar a realização de projectos, quer na aula, quer noutros espaços, fomentando-se, assim, o debate de ideias e a comunicação de resultados das pesquisas realizadas, utilizando meios também diversos (cartazes, portfólios, jornal da escola, internet...).

SUSTENTABILIDADE NA TERRA

No terceiro tema – *Sustentabilidade na Terra* – pretende-se que os alunos tomem consciência da importância de actuar ao nível do sistema Terra, de forma a não provocar desequilíbrios, contribuindo para uma gestão regrada dos recursos existentes. Para um desenvolvimento sustentável, a Educação em Ciência deverá ter em conta a diversidade de ambientes físicos, biológicos, sociais, económicos e éticos. No âmbito deste tema é essencial que os alunos vivenciem experiências de aprendizagem de forma activa e contextualizada, numa perspectiva global e interdisciplinar, visando o desenvolvimento das seguintes competências:

- Reconhecimento da necessidade humana de apropriação dos recursos existentes na Terra para os transformar e, posteriormente, os utilizar;
- Reconhecimento do papel da Ciência e da Tecnologia na transformação e utilização dos recursos existentes na Terra;
- Reconhecimento de situações de desenvolvimento sustentável em diversas regiões;
- Reconhecimento que a intervenção humana na Terra afecta os indivíduos, a sociedade e o ambiente e que coloca questões de natureza social e ética;
- Compreensão das consequências que a utilização dos recursos existentes na Terra tem para os indivíduos, a sociedade e o ambiente;
- Compreensão da importância do conhecimento científico e tecnológico na explicação e resolução de situações que contribuam para a sustentabilidade da vida na Terra.

Ao longo dos três ciclos da escolaridade, o tratamento deste tema desenvolve-se de acordo com o esquema organizador apresentado na figura 4.

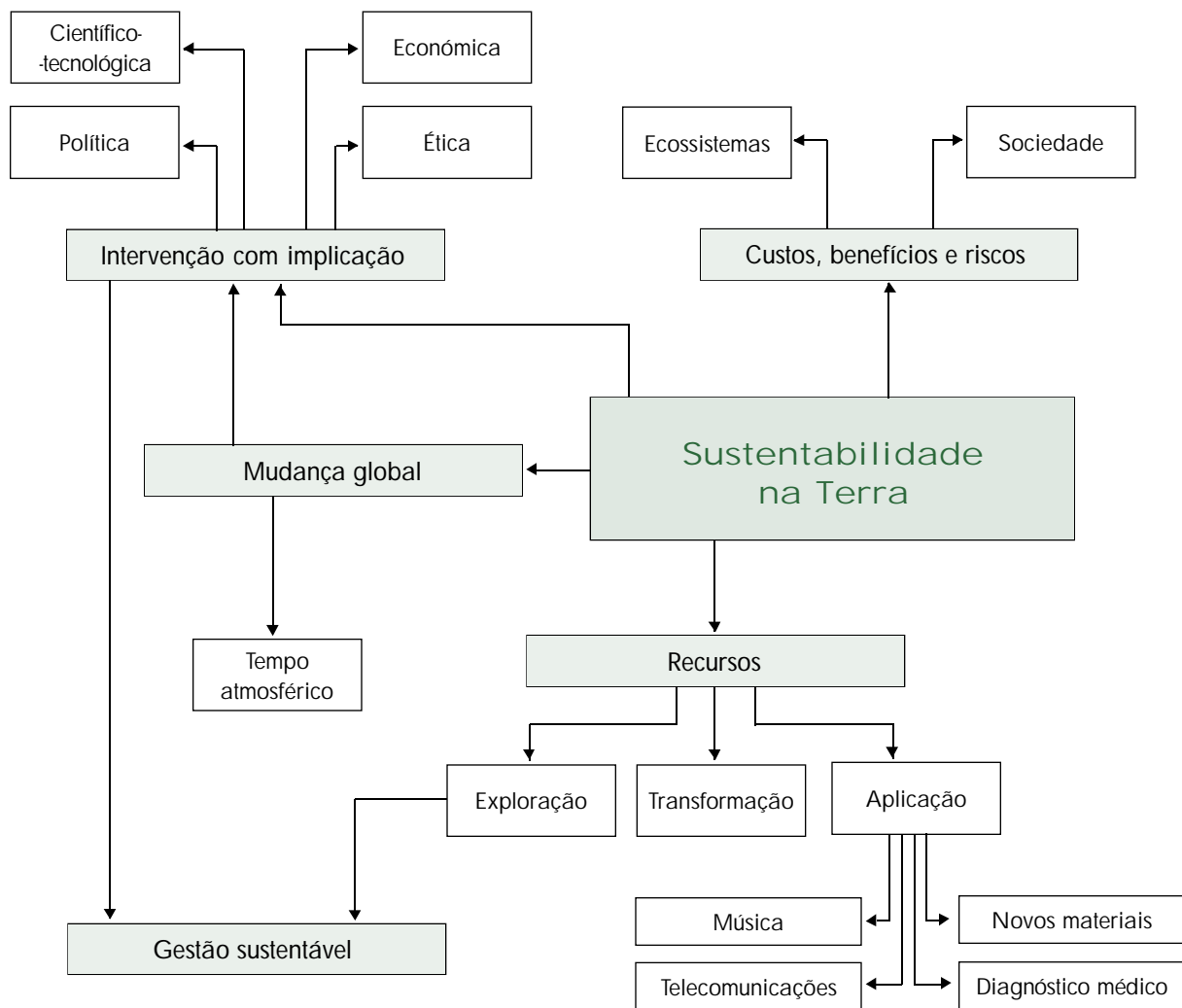


Fig. 4 – Esquema organizador do tema “Sustentabilidade na Terra”

1.º ciclo

- Reconhecimento da utilização dos recursos nas diversas actividades humanas.
- Reconhecimento do papel desempenhado pela indústria na obtenção e transformação dos recursos.
- Conhecimento da existência de objectos tecnológicos, relacionando-os com a sua utilização, em casa e em actividades económicas.
- Realização de actividades experimentais simples, para identificação de algumas propriedades dos materiais, relacionando-os com as suas aplicações.
- Reconhecimento que os desequilíbrios podem levar ao esgotamento dos recursos, à extinção das espécies e à destruição do ambiente.

No Estudo do Meio há ocasião de iniciar o estudo da Sustentabilidade na Terra. Os alunos podem efectuar o levantamento de situações que evidenciam a intervenção humana no meio local – monumentos e outras construções, transportes, espaços de lazer, turismo, agricultura, pecuária, exploração florestal,

pesca, exploração mineral, indústria... Os registos obtidos possibilitam aos alunos centrar a sua pesquisa no(s) sector(es) com maior relevância na região, através de visitas de estudo, entrevistas, recolha de informação bibliográfica (por exemplo, perspectiva história, materiais utilizados como matéria prima e ou transformados, evolução de técnicas, de máquinas e de instrumentos) e verificar as consequências que essas intervenções têm no modo de vida das pessoas e no ambiente. Os alunos poderão recolher informação acerca dos diversos materiais usados na construção de casas ou de monumentos, questionando pessoas ligadas à construção civil e, posteriormente, investigar as propriedades e a origem desses materiais, levando-os a distinguir entre recursos naturais e transformados. Os alunos poderão pesquisar casos de degradação do ambiente próximo, através de registos icónicos, gráficos, ou de outra natureza e propor soluções de intervenção ao seu alcance para melhorar os problemas detectados (recolha selectiva, reutilização e reciclagem dos lixos, ajardinamentos, campanhas de sensibilização dirigidas aos colegas, à população local e às entidades responsáveis...). Sugere-se que os alunos identifiquem objectos tecnológicos utilizados nas suas casas (tesouras, fogão, torradeira, frigorífico, televisão, telefone) e em diferentes actividades humanas (agricultura, medicina, transportes).

2.º ciclo

- Reconhecimento de que a intervenção humana na Terra é fundamental para a obtenção dos alimentos e da energia necessária à vida.
- Compreensão de como a intervenção humana na Terra pode afectar a qualidade da água, do solo e do ar, com implicações para a vida das pessoas.
- Discussão da necessidade de utilização dos recursos hídricos e geológicos de uma forma sustentável.
- Identificação de medidas a tomar para a exploração sustentável dos recursos.
- Planificação e implementação de acções visando a protecção do ambiente, a preservação do património e o equilíbrio entre a natureza e a sociedade

Sugere-se que os professores envolvam os alunos em tarefas como a análise de processos industriais, quer de purificação de águas (visitas a estações de tratamento), quer ligados à alimentação (visita a fábricas de produtos alimentares). Os alunos têm ocasião de efectuar actividades experimentais sobre as características dos diferentes solos e sobre as propriedades físicas e químicas da água da sua região. Os alunos poderão analisar informação sobre a existência de pedreiras e minas, discutindo o impacte na região. Discussão de questões e problemas relativos à importância das zonas verdes e da sua preservação constitui outro aspecto a explorar.

3.º ciclo

- Reconhecimento de que a intervenção humana na Terra, ao nível da exploração, transformação e gestão sustentável dos recursos, exige conhecimento científico e tecnológico em diferentes áreas.
- Discussão sobre as implicações do progresso científico e tecnológico na rentabilização dos recursos.
- Compreensão de que a dinâmica dos ecossistemas resulta de uma interdependência entre seres vivos, materiais e processos.
- Compreensão de que o funcionamento dos ecossistemas depende de fenómenos envolvidos, de ciclos de matéria, de fluxos de energia e de actividade de seres vivos, em equilíbrio dinâmico.

- Reconhecimento da necessidade de tratamento de materiais residuais, para evitar a sua acumulação, considerando as dimensões económicas, ambientais, políticas e éticas.
- Conhecimento das aplicações da tecnologia na música, nas telecomunicações, na pesquisa de novos materiais e no diagnóstico médico.
- Pesquisa sobre custos, benefícios e riscos das inovações científicas e tecnológicas para os indivíduos, para a sociedade e para o ambiente.
- Reconhecimento da importância da criação de parques naturais e protecção das paisagens e da conservação da variabilidade de espécies para a manutenção da qualidade ambiental.
- Tomada de decisão face a assuntos que preocupam as sociedades, tendo em conta factores ambientais, económicos e sociais.
- Divulgação de medidas que contribuam para a sustentabilidade na Terra.

Nesta temática, considerando as *Orientações curriculares para o 3.º ciclo*, os alunos poderão investigar o tratamento que é dado aos recursos na sua região e, nomeadamente, os problemas sociais emergentes do tratamento dos materiais residuais. Sugere-se a realização de actividades experimentais de vários tipos: (i) investigativas, partindo de uma questão ou problema, avaliando as soluções encontradas; (ii) ilustrativas de leis científicas; (iii) aquisição de técnicas. Divulgar, na sua região ou cidade, as consequências possíveis para as gerações vindouras do uso indiscriminado dos recursos existentes na Terra, é outra actividade. Os alunos poderão intervir localmente com o fim de consciencializar as pessoas para a necessidade de actuar na protecção do ambiente e da preservação do património e do equilíbrio entre natureza e sociedade. No que diz respeito a actividades de pesquisa e discussão sobre os custos, benefícios e riscos de determinadas situações, bem como sobre questões de desenvolvimento sustentável atingido em determinadas regiões, sugere-se que os professores de Ciências Naturais, de Ciências Físico-Químicas e de Geografia planifiquem, em conjunto, actividades para os seus alunos: por exemplo, problemas relativos à utilização da água ou da energia, ao tratamento de lixos, à limpeza de cursos de água, à preservação dos espaços naturais, à melhoria da qualidade do ar. A constituição de um grupo de discussão na internet entre alunos de diferentes países possibilita a comunicação dos resultados obtidos.

VIVER MELHOR NA TERRA

O quarto tema – *Viver melhor na Terra* – visa a compreensão de que a qualidade de vida implica saúde e segurança numa perspectiva individual e colectiva. A biotecnologia, área relevante na sociedade científica e tecnológica em que vivemos, será um conhecimento essencial para a qualidade de vida. Para o estudo deste tema as experiências de aprendizagem que se propõem visam o desenvolvimento das seguintes competências:

- Reconhecimento da necessidade de desenvolver hábitos de vida saudáveis e de segurança, numa perspectiva biológica, psicológica e social;
- Reconhecimento da necessidade de uma análise crítica face às questões éticas de algumas das aplicações científicas e tecnológicas;
- Conhecimento das normas de segurança e de higiene na utilização de materiais e equipamentos de laboratório e de uso comum, bem como respeito pelo seu cumprimento;
- Reconhecimento de que a tomada de decisão relativa a comportamentos associados à saúde e segurança global é influenciada por aspectos sociais, culturais e económicos;

- Compreensão de como a Ciência e da Tecnologia têm contribuído para a melhoria da qualidade de vida;
- Compreensão do modo como a sociedade pode condicionar, e tem condicionado, o rumo dos avanços científicos e tecnológicos na área da saúde e segurança global;
- Compreensão dos conceitos essenciais relacionados com a saúde, utilização de recursos, e protecção ambiental que devem fundamentar a acção humana no plano individual e comunitário;
- Valorização de atitudes de segurança e de prevenção como condição essencial em diversos aspectos relacionados com a qualidade de vida.

Ao longo dos três ciclos de escolaridade o tratamento deste tema desenvolve-se de acordo com o esquema organizador da figura 5.

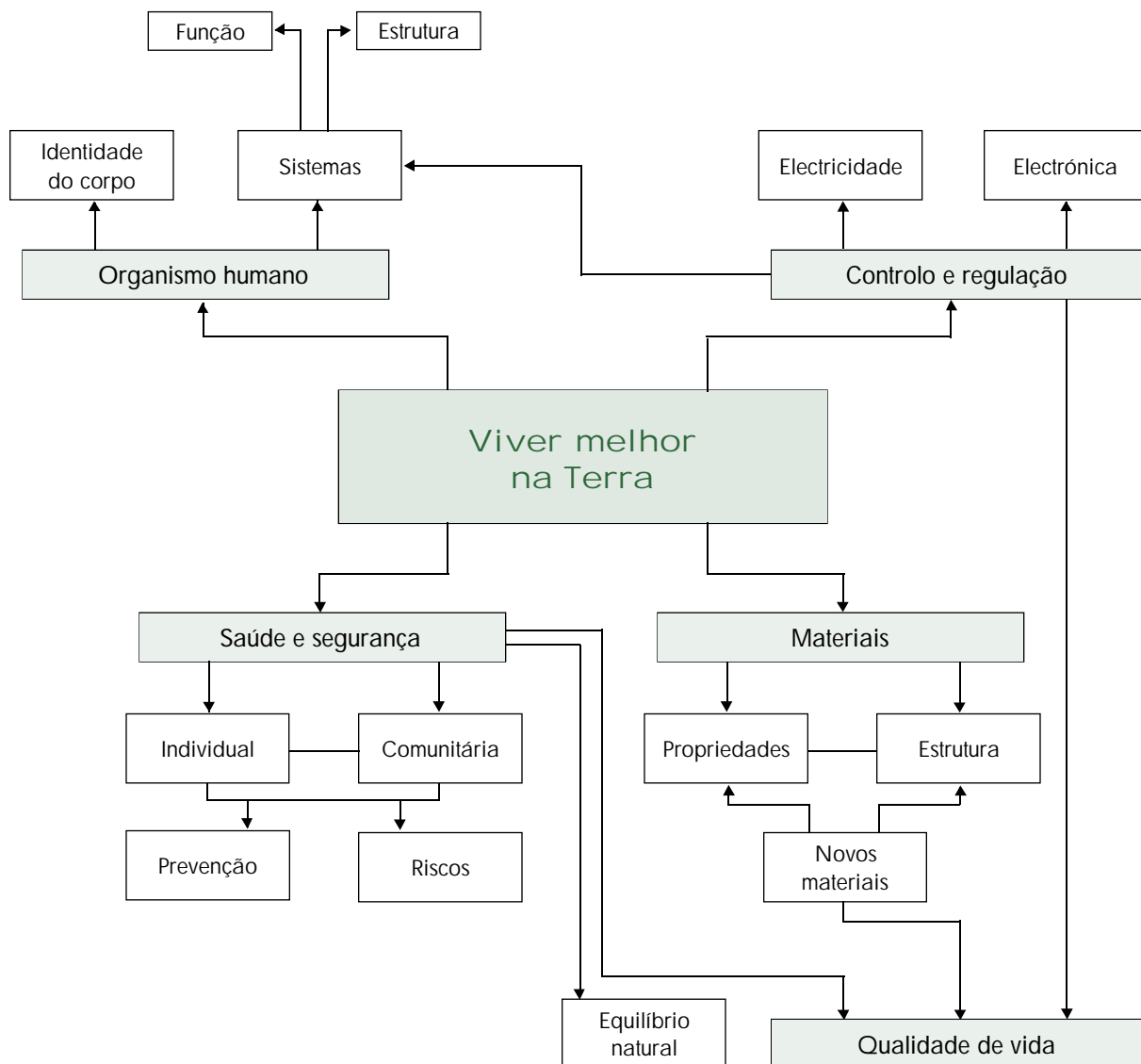


Fig. 5 – Esquema organizador do tema “Viver melhor na Terra”

1.º ciclo

- Conhecimento das modificações que se vão operando com o crescimento e envelhecimento, relacionando-as com os principais estádios do ciclo de vida humana.
- Identificação dos processos vitais comuns a seres vivos dependentes do funcionamento de sistemas orgânicos.
- Reconhecimento de que a sobrevivência e o bem estar humano dependem de hábitos individuais de alimentação equilibrada, de higiene e de actividade física, e de regras de segurança e de prevenção.
- Realização de actividades experimentais simples sobre electricidade e magnetismo.
- Discussão sobre a importância de procurar soluções individuais e colectivas visando a qualidade de vida.

Para atender às competências específicas definidas para o Estudo do Meio, neste tema o professor poderá incentivar os alunos à descoberta do seu próprio corpo. Recorrendo à observação de características de familiares e colegas os alunos têm ocasião de identificar aspectos comuns. Podem ser criados modelos do corpo humano (com a ‘montagem’ dos diversos órgãos que constituem os sistemas em estudo) acompanhadas de recolha de informação quanto às estruturas e funções. Sugere-se a discussão de situações que envolvam riscos para a saúde (tabaco, álcool) e necessidade de hábitos de vida saudáveis e vigilância periódica. Sugere-se a utilização de radiografias, boletim de vacinas ou de outros registos médicos para discutir o papel que a Ciência e a Tecnologia desempenham no diagnóstico e na prevenção de doenças.

A simulação, através de jogos de papéis, de situações de perigo, observadas ou vividas pelos alunos, constitui um recurso para abordar a necessidade de cumprir regras de segurança.

A observação de alguns objectos simples de uso corrente é um aspecto a considerar para ajudar os alunos a perceberem como funcionam, incentivando-os a realizar actividades com pilhas e lâmpadas, com ímanes e com máquinas simples (balança, tesoura, quebra-nozes, roldanas...).

2.º ciclo

- Explicação sobre o funcionamento do corpo humano e sua relação com problemas de saúde e sua prevenção.
- Reconhecimento de que o organismo humano está sujeito a factores nocivos que podem colocar em risco a sua saúde física e mental.
- Compreensão de que o bom funcionamento do organismo decorre da interacção de diferentes sistemas de órgãos que asseguram a realização das funções essenciais à vida.
- Compreensão da importância da alimentação para o funcionamento equilibrado do organismo.
- Discussão sobre a influência da publicidade e da comunicação social nos hábitos de consumo e na tomada de decisões que tenham em conta a defesa da saúde e a qualidade de vida.

Propõe-se a utilização de programas de simulação em computador a fim de que os alunos se apercebam da interacção dos sistemas do organismo. Sugere-se que o professor planifique com os seus alunos actividades experimentais para testarem os nutrientes nos alimentos e o modo como decorre o processo de digestão. Poderão realizar um jogo de tabuleiro para reverem os conhecimentos sobre a morfologia e a

fisiologia do aparelho digestivo. Propõe-se o levantamento da dieta alimentar constante da ementa do programa semanal de almoços do refeitório escolar para comparar com informação sobre alimentação equilibrada em fontes diversas. A análise de anúncios sobre alimentos – apresentada em folhetos de supermercado, jornais e na televisão – permite discutir a influência da publicidade nos hábitos de consumo e nas tomadas de decisão que tenham em conta a defesa da saúde e a qualidade de vida. Poderão pesquisar o valor energético dos respectivos alimentos em rótulos de embalagens alimentares ou listas dietéticas e interpretar dados que relacionem despesas energéticas do organismo em diferentes condições físicas. Outra actividade de pesquisa consiste no estudo de situações de risco para a saúde, devido a factores nocivos como droga, tabaco e álcool, a partir da qual os alunos têm ocasião de procurar influências no organismo, na degradação das relações familiares e sociais e propor campanhas de sensibilização na escola e no meio local.

3.º ciclo

- Discussão sobre a importância da aquisição de hábitos individuais e comunitários que contribuam para a qualidade de vida.
- Discussão de assuntos polémicos nas sociedades actuais sobre os quais os cidadãos devem ter uma opinião fundamentada.
- Compreensão de que o organismo humano está organizado segundo uma hierarquia de níveis que funcionam de modo integrado e desempenham funções específicas.
- Avaliação de aspectos de segurança associados, quer à utilização de aparelhos e equipamentos, quer a infraestruturas e trânsito.
- Reconhecimento da contribuição da Química para a qualidade de vida, quer na explicação das propriedades dos materiais que nos rodeiam, quer na produção de novos materiais.
- Avaliação e gestão de riscos e tomada de decisão face a assuntos que preocupam as sociedades, tendo em conta factores ambientais, económicos e sociais.

Este tema constitui o culminar do desenvolvimento das aprendizagens anteriores e tem como finalidade capacitar o aluno para a importância da sua intervenção individual e colectiva no equilíbrio da Terra, quer tomando medidas de prevenção, quer intervindo na correcção dos desequilíbrios. Tendo em conta as *Orientações curriculares para o 3.º ciclo do ensino básico*, é importante investigar problemáticas do ponto de vista da saúde individual (o corpo humano, seu funcionamento e equilíbrio), do ponto de vista da segurança e saúde globais, em interacção com os outros e o meio. Saúde é entendida aqui como qualidade de vida para a qual contribui um modo de estar no mundo, atendendo ao que cada um pode fazer e à compreensão das medidas sociais e políticas para o garante dessa qualidade. A identificação de comportamentos de risco pode desencadear a pesquisa, a resolução de problemas, o debate e a comunicação, com vista à intervenção e à proposta de soluções. A análise de posições científicas controversas, o levantamento de problemas na escola (elaboração de listas de situações de perigo no dia a dia), a discussão de temas actuais no mundo podem conduzir à tomada de consciência sobre a importância de cada um não se alhear dos problemas e respectivas soluções, identificando os contributos da Ciência e da Tecnologia na resolução desses problemas.



Educação Artística

Educação Visual · Música · Expressão Dramática/Teatro · Dança

the same time, the fact that the two countries have similar political systems and similar political culture may have contributed to the similar results.

It is interesting to note that the results of the present study are similar to those of the study by Wong and Chan (2001) on the political participation of Hong Kong citizens.

There are some limitations to the present study. First, the sample size is small and the response rate is low.

Second, the data are self-reported and may be subject to social desirability bias.

Third, the data are cross-sectional and do not allow for the examination of changes in political participation over time.

Fourth, the data do not allow for the examination of the relationship between political participation and other variables such as political attitudes and political beliefs.

Finally, the data do not allow for the examination of the relationship between political participation and other variables such as political efficacy and political trust.

Despite these limitations, the present study provides some interesting findings on the political participation of Hong Kong citizens.

It is hoped that these findings will be useful to researchers and policymakers alike.

The author would like to thank the Social Sciences and Humanities Research Council of Canada for their financial support.

The author would also like to thank the anonymous reviewers for their helpful comments.

Correspondence: S. M. H. Wong, Department of Political Science, University of Toronto, 70 St. George Street, Toronto, Ontario, Canada M5S 1A5. Email: shwong@politicalscience.utoronto.ca

© 2006 The Author. Journal compilation © 2006 Blackwell Publishing Ltd, *Journal of Public Administration and Theory and Practice*, 6(1), 103–111

Educação Artística

As artes no currículo do ensino básico

As artes são elementos indispensáveis no desenvolvimento da expressão pessoal, social e cultural do aluno. São formas de saber que articulam imaginação, razão e emoção. Elas perpassam as vidas das pessoas, trazendo novas perspectivas, formas e densidades ao ambiente e à sociedade em que se vive.

A vivência artística influencia o modo como se aprende, como se comunica e como se interpretam os significados do quotidiano. Desta forma, contribui para o desenvolvimento de diferentes competências e reflecte-se no modo como se pensa, no que se pensa e no que se produz com o pensamento.

As artes permitem participar em desafios colectivos e pessoais que contribuem para a construção da identidade pessoal e social, exprimem e enformam a identidade nacional, permitem o entendimento das tradições de outras culturas e são uma área de eleição no âmbito da aprendizagem ao longo da vida.

A educação artística no ensino básico desenvolve-se, maioritariamente, através de quatro grandes áreas artísticas, presentes ao longo dos três ciclos:

- Expressão Plástica e Educação Visual;
- Expressão e Educação Musical;
- Expressão Dramática/Teatro;
- Expressão Físico-Motora/Dança.

No 1.º ciclo as quatro áreas são trabalhadas, de forma integrada, pelo professor da classe, podendo este ser coadjuvado por professores especialistas.

No 2.º ciclo verifica-se um aprofundamento nas áreas da Educação Musical e da Educação Visual. Esta última associa-se à área Tecnológica, dando origem à disciplina de Educação Visual e Tecnológica.

No 3.º ciclo o leque de escolhas à disposição do aluno é alargado. Permanece a Educação Visual como disciplina obrigatória e é introduzida outra área artística opcional, de carácter obrigatório, de acordo com a oferta da escola (Educação Musical, Oficina de Teatro, Dança ou outra.)

Neste documento parte-se do princípio de que as disciplinas enunciadas são independentes, tendo linguagens, sinais e símbolos próprios (visuais, sonoros, cinéticos) e compreendendo um corpo de saberes, conceitos, formas, géneros, técnicas, processos e significados específicos. Aqui, procura-se o que é comum e transmissível a toda a actividade artística.

A definição de competências específicas, comuns a todas as artes presentes na escola, pretende contribuir, nomeadamente, para a estruturação das ofertas de escola que excedam o âmbito das áreas disciplinares atrás apresentadas, para a realização de projectos de integração artística e, ainda, para a organização de actividades artísticas em espaços de enriquecimento curricular.

Todas as actividades artísticas desenvolvidas na escola, ou aí programadas, para serem vividas pelo aluno, quando fundadas nos princípios aqui enunciados, são consideradas parte integrante do currículo do ensino básico.

Relação com as competências gerais

As competências artísticas contribuem para o desenvolvimento dos princípios e valores do currículo e das competências gerais, consideradas essenciais e estruturantes, porque:

- Constituem parte significativa do património cultural da humanidade;
- Promovem o desenvolvimento integral do indivíduo, pondo em acção capacidades afectivas, cognitivas, cinestésicas e provocando a interacção de múltiplas inteligências;
- Mobilizam, através da prática, todos os saberes que o indivíduo detém num determinado momento, ajudam-no a desenvolver novos saberes e conferem novos significados aos seus conhecimentos;
- Permitem afirmar a singularidade de cada um, promovendo e facilitando a sua expressão, podendo tornar-se uma "mais-valia" para a sociedade;
- Facilitam a comunicação entre culturas diferentes e promovem a aproximação entre as pessoas e os povos;
- Usam como recurso elementos da vivência natural do ser humano (imagens, sons e movimentos) que ele organiza de forma criativa;
- Proporcionam ao indivíduo, através do processo criativo, a oportunidade para desenvolver a sua personalidade de forma autónoma e crítica, numa permanente interacção com o mundo;
- São um território de prazer, um espaço de liberdade, de vivência lúdica, capazes de proporcionar a afirmação do indivíduo reforçando a sua auto-estima e a sua coerência interna, fundamentalmente pela capacidade de realização e consequente reconhecimento pelos seus pares e restante comunidade;
- Constituem um terreno de partilha de sentimentos, emoções e conhecimentos;
- Facilitam as interacções sociais e culturais constituindo-se como um recurso incontornável para enfrentar as situações de tensão social, nomeadamente as decorrentes da integração de indivíduos provenientes de culturas diversas;
- Desempenham um papel facilitador no desenvolvimento/integração de pessoas com necessidades educativas especiais;
- Implicam uma constante procura de actualização, gerando nos indivíduos a necessidade permanente de formação ao longo da vida.

Experiências de aprendizagem

Ao longo da educação básica, o aluno deve ter oportunidade de vivenciar aprendizagens diversificadas, conducentes ao desenvolvimento das competências artísticas e, simultaneamente, ao fortalecimento da sua identidade pessoal e social.

- **Práticas de investigação**
Promover projectos de pesquisa em artes. Explorar um determinado tema/situação/problema com significado para o aluno, baseando a recolha e tratamento da informação num processo que vise a protecção do património artístico, num quadro de rigor ético.

- **Produção e realização de espectáculos, oficinas, mostras, exposições, instalações e outros**
Participar em realizações artísticas que propiciem o desenvolvimento de actividades individuais e em grupo e de trabalho interdisciplinar.
- **Utilização das tecnologias da informação e comunicação**
Criar oportunidades de trabalho com diferentes programas e materiais informáticos, assim como recursos da Internet.
- **Assistência a diferentes espectáculos/exposições/instalações e outros eventos artísticos**
Assistir a espectáculos de naturezas e orientações estéticas diversificadas.
- **Práticas interdisciplinares**
Desenvolver projectos com outras disciplinas e áreas disciplinares, permitindo a transferência de saberes.
- **Contacto com diferentes tipos de culturas artísticas**
Contactar com diferentes culturas artísticas de diferentes povos e em diferentes épocas, ampliando as referências culturais e estéticas e contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência multicultural.
- **Conhecimento do património artístico nacional**
Promover a valorização do património artístico e cultural nacional, regional e local de uma forma activa e interventiva. Contemplar trabalhos de investigação que pressuponham recolha, registo, exploração e avaliação de dados e, sempre que possível, visitas de estudo.
- **Intercâmbios entre escolas e outras instituições**
Desenvolver intercâmbios com estudantes de outras escolas de forma a possibilitar o conhecimento recíproco, a troca de experiências, a valorização das diferenças (culturais, religiosas, étnicas...) e dos respectivos patrimónios artístico-culturais.
Criar parcerias com instituições sociais, culturais e de recreio, estabelecendo, assim, laços importantes para a dinamização cultural da escola.
- **Exploração de diferentes formas e técnicas de criação e de processos comunicacionais**
Compreender as formas como os diferentes elementos artísticos interagem e desenvolver a capacidade de selecção e aplicação de técnicas no processo de criação artística. Incentivar formas personalizadas de expressão e comunicação.

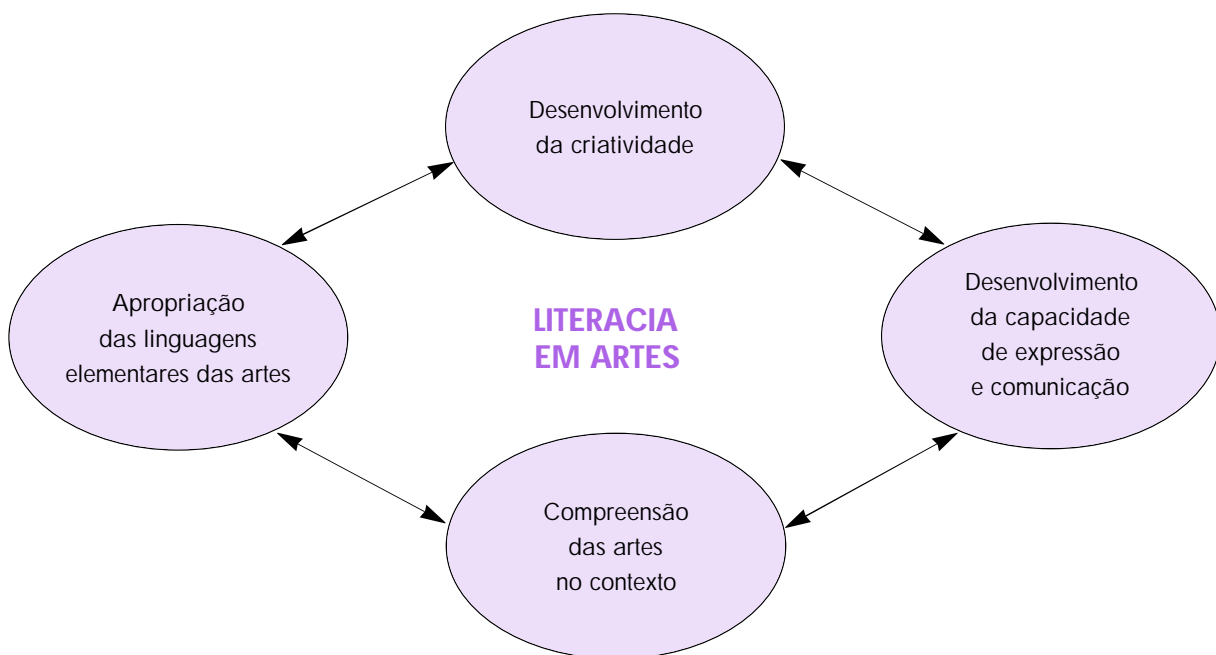
Literacia em artes

Literacia em artes pressupõe a capacidade de comunicar e interpretar significados usando as linguagens das disciplinas artísticas. Implica a aquisição de competências e o uso de sinais e símbolos particulares, distintos em cada arte, para perceber e converter mensagens e significados. Requer ainda o entendimento de uma obra de arte no contexto social e cultural que a envolve e o reconhecimento das suas funções nele.

Desenvolver a literacia artística é um processo sempre inacabado de aprendizagem e participação que contribui para o desenvolvimento das nossas comunidades e culturas, num mundo onde o domínio de literacias múltiplas é cada vez mais importante.

A literacia em artes implica as competências consideradas comuns a todas as disciplinas artísticas, aqui sintetizadas em quatro eixos interdependentes:

- Apropriação das linguagens elementares das artes;
- Desenvolvimento da capacidade de expressão e comunicação;
- Desenvolvimento da criatividade;
- Compreensão das artes no contexto.



Competências específicas

As competências artísticas que o aluno deve desenvolver ao longo do ensino básico organizam-se, assim, em quatro grandes eixos estruturantes e inter-relacionados, constituindo algo que se poderá designar como literacia artística.

A apropriação das competências é realizada de forma progressiva num aprofundamento constante dos conceitos e conteúdos próprios de cada área artística, dando origem a diferentes percursos, de acordo com a especificidade de cada arte.

Apropriação das linguagens elementares das artes

- Adquirir conceitos.
- Identificar conceitos em obras artísticas.
- Aplicar os conhecimentos em novas situações.
- Descodificar diferentes linguagens e códigos das artes.
- Identificar técnicas e instrumentos e ser capaz de os aplicar com correcção e oportunidade.
- Compreender o fenómeno artístico numa perspectiva científica.
- Mobilizar todos os sentidos na percepção do mundo envolvente.
- Aplicar adequadamente vocabulário específico.

Desenvolvimento da capacidade de expressão e comunicação

- Aplicar as linguagens e código de comunicação de ontem e de hoje.
- Ser capaz de interagir com os outros sem perder a individualidade e a autenticidade.
- Ser capaz de se pronunciar criticamente em relação à sua produção e à dos outros.
- Relacionar-se emotivamente com a obra de arte, manifestando preferências para além dos aspectos técnicos e conceptuais.
- Desenvolver a motricidade na utilização de diferentes técnicas artísticas.
- Utilizar as tecnologias de informação e comunicação na prática artística.
- Intervir em iniciativas para a defesa do ambiente, do património cultural e do consumidor no sentido da melhoria da qualidade de vida.
- Participar activamente no processo de produção artística.
- Compreender os estereótipos como elementos facilitadores, mas também empobrecedores da comunicação.
- Ter em conta a opinião dos outros, quando justificada, numa atitude de construção de consensos como forma de aprendizagem em comum.
- Cumprir normas democraticamente estabelecidas para o trabalho de grupo, gerir materiais e equipamentos colectivos, partilhar espaços de trabalho e ser capaz de avaliar esses procedimentos.

Desenvolvimento da criatividade

- Valorizar a expressão espontânea.
- Procurar soluções originais, diversificadas, alternativas para os problemas.
- Seleccionar a informação em função do problema.
- Escolher técnicas e instrumentos com intenção expressiva.
- Inventar símbolos/códigos para representar o material artístico.
- Participar em momentos de improvisação no processo de criação artística.

Compreensão das artes no contexto

- Identificar características da arte portuguesa.
- Identificar características da arte de diferentes povos, culturas e épocas.
- Comparar diferentes formas de expressão artística.
- Valorizar o património artístico.
- Desenvolver projectos de pesquisa em artes.
- Perceber a evolução das artes em consequência do avanço tecnológico.
- Perceber o valor das artes nas várias culturas e sociedades e no dia-a-dia das pessoas.
- Vivenciar acontecimentos artísticos em contacto directo (espectáculos, exposições...).
- Conhecer ambientes de trabalho relacionados com actividades artísticas (oficinas de artistas, artesãos, estúdios de gravação, oficinas de construção de instrumentos, salas de ensaio...) e suas problemáticas/especificidades (valores, atitudes, vocabulário específico).

Educação Visual

Arte, Educação e Cultura

Arte assume-se como uma componente integrante da Lei de Bases do Sistema Educativo. Nos três ciclos da educação básica os alunos têm a oportunidade de contactar, de forma sistemática, com a Educação Artística como área curricular. A abordagem às Artes Visuais faz-se através da Expressão Plástica, da Educação Visual e Tecnológica e da Educação Visual, que desempenham um papel essencial na consecução dos objetivos da Lei de Bases.

A Arte como forma de apreender o Mundo permite desenvolver o pensamento crítico e criativo e a sensibilidade, explorar e transmitir novos valores, entender as diferenças culturais e constituir-se como expressão de cada cultura. A relevância das Artes no sistema educativo centra-se no desenvolvimento de diversas dimensões do sujeito através da *fruição-contemplação, produção-criação e reflexão-interpretção*.

A escola, nas suas múltiplas experiências educativas, deve proporcionar o acesso ao património cultural e artístico, abrindo perspectivas para a intervenção crítica. Neste contexto, as Artes Visuais, através da *experiência estética e artística*, propiciam a criação e a expressão, pela vivência e fruição deste património, contribuindo para o apuramento da sensibilidade e constituindo, igualmente uma área de reconhecida importância na formação pessoal em diversas dimensões – cognitiva, afectiva e comunicativa. Acredita-se que a educação em Artes Visuais, num processo contínuo ao longo da vida, tenha implicações no desenvolvimento estético-visual dos indivíduos, tornando-se condição necessária para alcançar um nível cultural mais elevado, prevenindo novas formas de iliteracia.

A Arte não está separada da vida comunitária, faz parte integrante dela. A aprendizagem dos códigos visuais e a fruição do património artístico e cultural constituem-se como vertentes para o entendimento de valores culturais promovendo uma relação dialógica entre dois mundos: o do Sujeito e o da Arte, como expressão da Cultura. O entendimento da diversidade cultural ajuda à comparação e clarificação das circunstâncias históricas, dos modos de expressão visual, convenções e ideologias, valores e atitudes, pressupondo a emergência de processos de relativização cultural e ideológica que promovem novas formas de olhar, ver e pensar. Estas formas revelam-se essenciais na educação em geral, pelo facto de implicarem processos cooperativos como resposta às mudanças que se vão operando culturalmente.

Arte e Educação Visual

A Educação Visual constitui-se como uma área de saber que se situa no *interface* da comunicação e da cultura dos indivíduos tornando-se necessária à organização de situações de aprendizagem, formais e não formais, para a apreensão dos elementos disponíveis no Universo Visual. Desenvolver o poder de discriminação em relação às formas e cores, sentir a composição de uma obra, tornar-se capaz de identificar, de analisar criticamente o que está representado e de agir plasticamente são modos de estruturar o pensamento inerentes à intencionalidade da Educação Visual como educação do olhar e do ver.

A compreensão do património artístico e cultural envolve a percepção estética como resposta às qualidades formais num sistema artístico ou simbólico determinado. Estas qualidades promovem modos de expressão que incluem concepções dos artistas e envolvem a sensibilidade daqueles que as procuram.

As investigações iniciadas no século XX na área da Educação e da Psicologia contribuíram para uma compreensão mais vasta do papel da arte no desenvolvimento humano. Ao longo das últimas décadas, as orientações nesta área apontam para uma integração, cada vez mais aprofundada, dos saberes no âmbito das teorias da arte, da estética e da educação. Destas pesquisas emergiram dados importantes para a compreensão do sujeito como criador e fruidor. Estas concepções educacionais e artísticas introduziram novas linhas de orientação, operando mudanças ao nível teórico e prático, na Educação Visual.

O paradigma anterior, fundado na convicção de que a apreciação e a criação artísticas eram uma questão de sentimento subjectivo, interior, directo e desligado do conhecimento da compreensão ou da razão, compartimentando o cognitivo-racional e o afectivo-criativo, teve como reflexo na prática escolar, sobretudo nos primeiros anos de escolaridade, o entendimento do processo criativo como manifestação espontânea e auto-expressiva, com a valorização da livre expressão, adiando, consecutivamente, a introdução de conceitos da comunicação visual, antevendo novos modos de fazer e de ver.

É reconhecido que as práticas educativas, influenciadas pela visão expressionística referida, têm vindo a ser abandonadas, dando lugar a acções educativas estruturadas, de acordo com modelos pedagógicos abertos e flexíveis, originando uma *ruptura epistemológica*, centrada num novo entendimento sobre o papel das artes visuais no desenvolvimento humano, integrando três dimensões essenciais: *sentir, agir e conhecer*. Este conhecimento evolui com a capacidade que o sujeito tem de utilização de *ferramentas*, disponibilizadas pela educação, na realização plástica e na percepção estético-visual.

Assinale-se, por exemplo, a ideia do desenvolvimento da expressão visual, baseada num *repertório* de respostas, em vez de um modelo linear que tem estado patente nas teorias do desenvolvimento psicológico e artístico. A aquisição gradual de um conjunto diferenciado de respostas, a desenvolver precocemente, constitui o objectivo do conhecimento na educação visual.

O desenvolvimento da percepção estética e a produção de objectos plásticos envolve o entendimento e intervenção numa realidade cultural à qual a escola não deve ser alheia. O recurso ao método de resolução de problemas, como metodologia para a educação visual, tem propiciado a valorização de soluções utilitárias imediatas, negligenciando-se, por vezes, a dimensão estética das propostas. Apesar da importância desta metodologia fundamentada em diferentes momentos de decisão, pesquisa, experimentação e realização, destaca-se, neste contexto, a actividade estética nas artes visuais como constitutiva do conhecimento do Universo Visual, relacionando a percepção estética com a produção de objectos plásticos.

A relação entre o Universo Visual e os conteúdos das competências formuladas para a educação visual pressupõe uma dinâmica propiciadora da capacidade de descoberta, da dimensão crítica e participativa e da procura da *linguagem apropriada* à interpretação estética e artística do Mundo.

Competências específicas

Dimensões das competências específicas

Ao longo do ensino básico as competências que o aluno deve adquirir em Artes Visuais articulam-se em três eixos estruturantes – fruição-contemplação, produção-criação, reflexão-interpretação.

Fruição-contemplação

- Reconhecer a importância das artes visuais como valor cultural indispensável ao desenvolvimento do ser humano;
- Reconhecer a importância do espaço natural e construído, público e privado;
- Conhecer o património artístico, cultural e natural da sua região, como um valor da afirmação da identidade nacional e encarar a sua preservação como um dever cívico;
- Identificar e relacionar as diferentes manifestações das Artes Visuais no seu contexto histórico e sociocultural de âmbito nacional e internacional;
- Reconhecer e dar valor a formas artísticas de diferentes culturas, identificando o universal e o particular.

Produção-criação

- Utilizar diferentes meios expressivos de representação;
- Compreender e utilizar diferentes modos de dar forma baseados na observação das criações da natureza e do homem;
- Realizar produções plásticas usando os elementos da comunicação e da forma visual;
- Usar diferentes tecnologias da imagem na realização plástica;
- Interpretar os significados expressivos e comunicativos das Artes Visuais e os processos subjacentes à sua criação.

Reflexão-interpretação

- Reconhecer a permanente necessidade de desenvolver a criatividade de modo a integrar novos saberes;
- Desenvolver o sentido de apreciação estética e artística do mundo recorrendo a referências e a experiências no âmbito das Artes Visuais;
- Compreender mensagens visuais expressas em diversos códigos;
- Analisar criticamente os valores de consumo veiculados nas mensagens visuais;
- Conhecer os conceitos e terminologias das Artes Visuais.

Para a operacionalização e articulação destes três eixos e por uma questão metodológica enumeram-se dois domínios das competências específicas: a comunicação visual e os elementos da forma.

Comunicação visual

No domínio da comunicação visual, ao longo dos três ciclos do ensino básico, os alunos devem desenvolver as seguintes competências:

- Interpretar narrativas visuais;
- Traduzir diferentes narrativas em imagens;
- Conceber objectos plásticos em função de mensagens;
- Identificar e descodificar mensagens visuais, interpretando códigos específicos;
- Utilizar processos convencionais de comunicação na construção de objectos gráficos;
- Aplicar, de forma funcional, diferentes códigos visuais;
- Utilizar códigos de representação normalizada e convencional em diferentes projectos.

1.º ciclo

- Experimentar a leitura de formas visuais em diversos contextos – pintura, escultura, fotografia, cartaz, banda desenhada, televisão, vídeo, cinema e internet;
- Ilustrar visualmente temas e situações;
- Explorar a relação imagem-texto na construção de narrativas visuais;
- Identificar e utilizar códigos visuais e sistemas de sinais;
- Reconhecer processos de representação gráfica convencional.

2.º ciclo

- Interpretar mensagens na leitura de formas visuais;
- Conceber sequências visuais a partir de vários formatos narrativos.
- Produzir objectos plásticos explorando temas, ideias e situações.
- Descodificar diferentes produtos gráficos.
- Conceber objectos gráficos aplicando regras da comunicação visual – composição, relação forma-fundo, módulo-padrão.
- Compreender e interpretar símbolos e sistemas de sinais visuais.
- Utilizar a simbologia visual com intenção funcional.
- Aplicar regras da representação gráfica convencional em *lettering*, desenho geométrico, mapas, esquemas e gráficos.

3.º ciclo

- Ler e interpretar narrativas nas diferentes linguagens visuais.
- Descrever acontecimentos aplicando metodologias do desenho de ilustração, da banda desenhada ou do guionismo visual.
- Reconhecer, através da experimentação plástica, a arte como expressão do sentimento e do conhecimento.
- Compreender que as formas têm diferentes significados de acordo com os sistemas simbólicos a que pertencem.
- Conceber organizações espaciais dominando regras elementares da composição.
- Entender o desenho como um meio para a representação expressiva e rigorosa de formas.
- Conceber formas obedecendo a alguns princípios de representação normalizada.

Elementos da forma

Neste domínio, ao longo dos três ciclos do ensino básico, os alunos devem desenvolver as seguintes competências:

- Identificar e experimentar diferentes modos de representar a figura humana;
- Compreender as relações do seu corpo com os diferentes objectos integrados no espaço visual;
- Reconhecer diferentes formas de representação do espaço;
- Organizar formalmente espaços bidimensionais e tridimensionais;
- Utilizar conhecimentos sobre a compreensão e representação do espaço nas suas produções;
- Identificar os elementos integrantes da expressão visual – linha, textura e cor;
- Compreender e utilizar intencionalmente a estrutura das formas através da interpretação dos seus elementos;
- Relacionar as formas com os factores condicionantes – físicos, funcionais e expressivos da matéria;
- Compreender a natureza da cor e a sua relação com a luz, aplicando os conhecimentos nas suas experimentações plásticas.

1.º ciclo

- Reconhecer o seu corpo e explorar a representação da figura humana.
- Identificar vários tipos de espaço: vivencial, pictórico, escultórico, arquitectónico, virtual e cenográfico.
- Reconhecer e experimentar representações bidimensionais e tridimensionais.
- Expressar graficamente a relatividade de posições dos objectos representados nos registos bidimensionais.
- Compreender que a forma aparente dos objectos varia com o ponto de vista.
- Relacionar as formas naturais e construídas com as suas funções e os materiais que as constituem.
- Perceber que a mistura das cores gera novas cores.
- Reconhecer a existência de pigmentos de origem natural e sintética.
- Conhecer e aplicar os elementos visuais – linha, cor, textura, forma, plano, luz, volume – e a sua relação com as imagens disponíveis no património artístico, cultural e natural.
- Criar formas a partir da sua imaginação utilizando intencionalmente os elementos visuais.

2.º ciclo

- Reconhecer as proporções e noções de antropometria na representação da figura humana.
- Compreender as posições relativas entre o observador e os objectos percebidos.
- Reconhecer processos de representação do espaço a duas dimensões: sobreposição, tamanho relativo dos objectos, textura, luz/ cor e perspectiva linear.
- Organizar com funcionalidade e equilíbrio visual os espaços bidimensionais e tridimensionais.
- Utilizar, nas suas experimentações bidimensionais, processos de representação do espaço.

- Utilizar elementos definidores da forma – ponto, linha, plano, volume, luz/cor, textura e estrutura – nas experimentações plásticas.
- Compreender a estrutura das formas percebidas, relacionando as partes com o todo e entre si.
- Relacionar as formas naturais e ou construídas com as respectivas funções, materiais que as constituem e técnicas.
- Compreender a relação entre luz e cor, síntese subtractiva, qualidade térmica e contraste.
- Criar composições bidimensionais e tridimensionais a partir da observação e da imaginação, utilizando expressivamente os elementos da forma.

3.º ciclo

- Representar expressivamente a figura humana compreendendo relações básicas de estrutura e proporção.
- Compreender a geometria plana e a geometria no espaço como possíveis interpretações da natureza e princípios organizadores das formas.
- Compreender as relações do Homem com o espaço: proporção, escala, movimento, ergonomia e antropometria.
- Entender visualmente a perspectiva central ou cónica recorrendo à representação, através do desenho de observação.
- Conceber projectos e organizar com funcionalidade e equilíbrio os espaços bidimensionais e tridimensionais.
- Compreender através da representação de formas, os processos subjacentes à percepção do volume.
- Compreender a estrutura das formas naturais e dos objectos artísticos, relacionando-os com os seus contextos.
- Perceber os mecanismos perceptivos da luz/cor, síntese aditiva e subtractiva, contraste e harmonia e suas implicações funcionais.
- Aplicar os valores cromáticos nas suas experimentações plásticas
- Criar composições a partir de observações directas e de realidades imaginadas utilizando os elementos e os meios da expressão visual.

Experiências de aprendizagem

Indicações metodológicas

Os diferentes conteúdos a desenvolver na Educação Visual não pressupõem uma abordagem sequencial. O facto de as competências específicas enunciadas neste documento se encontrarem organizadas de acordo com uma determinada estrutura não significa que essa ordem seja um critério a seguir sistematicamente.

Os professores podem implementar dinâmicas pedagógicas de acordo com a realidade da comunidade em que se inserem, com o projecto educativo da escola e com as características dos alunos. Esta articulação pode concretizar-se a partir de diferentes âmbitos de decisão, nomeadamente nos conselhos: Pedagógico, de Docentes, de Disciplina e de Turma, privilegiando uma abordagem transdisciplinar.

Na gestão do processo de ensino-aprendizagem, cada proposta de trabalho estrutura-se a partir do perfil de competências definido e dos eixos fundamentais considerados:

- Os saberes específicos da Educação Visual;
- Os suportes, materiais e técnicas que permitem a realização de projectos;
- Os campos temáticos onde as propostas de trabalho se devem inserir, integrando as aprendizagens e as produções em processos de reflexão e intervenção.

O desenvolvimento curricular deve contemplar:

- A organização de actividades por unidades de trabalho, entendidas como projectos que implicam um processo e produto final, estruturando-se de forma sistemática, englobando diferentes estratégias de aprendizagem e de avaliação;
- A metodologia deve contemplar várias formas de trabalho baseadas em acções de natureza diversa: exposições orais, demonstrações práticas, mostras audiovisuais, investigação bibliográfica, recolhas de objectos e imagens, debates, visitas de estudo, trabalhos de atelier, registos de observação no exterior, frequência de museus e exposições, entre outras;
- A gestão do tempo de cada unidade de trabalho deve prever que a execução plástica se realize permitindo a consolidação das aprendizagens e a qualidade do produto final;
- As situações de aprendizagem devem ser contextualizadas, cabendo ao professor orientar as actividades de forma a que os conteúdos a abordar surjam como facilitadores da apreensão dos códigos visuais e estéticos, decorram da dinâmica do projecto e permitam aos alunos realizar aprendizagens significativas;
- Os temas deverão ser relevantes, actuais e orientados por uma visão de escola aberta ao património artístico e natural, sempre que possível partindo da relação com o meio envolvente, de propostas dos alunos ou da abordagem ao universo das artes visuais em Portugal;
- A selecção dos meios de expressão visual para a concretização dos trabalhos deverá ser diversificada e permitir, ao longo do percurso escolar do aluno, múltiplas abordagens estético-pedagógicas;
- As estratégias de ensino devem favorecer o desenvolvimento da comunicação visual individual, a cooperação e a participação em trabalhos colectivos;
- As opções pedagógicas consideradas na elaboração das planificações devem explorar conceitos associados à compreensão da comunicação visual e dos elementos da forma, desenvolvendo os domínios afectivo, cognitivo e social;

- O diálogo com a obra de arte constitui um meio privilegiado para abordar com os alunos os diferentes modos de expressão, situando-os num universo alargado, que permite interrelacionar as referências visuais e técnicas com o contexto social, cultural e histórico, incidindo nas formas da arte contemporânea.

Meios de expressão plástica

A utilização dos diferentes meios de expressão deve ser implementada, nos três ciclos do ensino básico, em função das competências e dos projectos pedagógicos das escolas. Propõem-se como áreas dominantes, o desenho, as explorações plásticas bidimensionais e tridimensionais e as tecnologias da imagem.

Os exercícios das tecnologias da expressão plástica poderão ser implementados de acordo com alguns princípios:

- A exploração plástica deve ser adequada ao nível de desenvolvimento de cada aluno como um meio fundamental para o entendimento estrutural do universo visual envolvente, nos domínios das formas naturais e dos objectos construídos pelo homem;
- A experimentação de diversas tecnologias proporcionará ao aluno o domínio de materiais e instrumentos adequados às suas necessidades;
- Sempre que se proporcionar, sugerem-se diálogos baseados na análise das características formais, temáticas e estilísticas das diversas obras da cultura artística portuguesa. Neste âmbito poder-se-á adoptar o estudo das obras do século XX, como o ponto de partida para se estabelecer relações com manifestações similares de outras épocas e culturas.

Desenho

A realização de exercícios de desenho, explorando a capacidade expressiva e a adequada manipulação dos suportes e instrumentos, terá em conta a aplicação e a prática, de acordo com as seguintes vertentes:

- O desenho como uma atitude expressiva deixa perceber modos de ver, sentir e ser. Será necessário haver uma aproximação à obra de arte, tanto através de meios audiovisuais como de visitas a museus, galerias de arte e núcleos históricos, familiarizando o aluno com os processos estéticos e físicos que levaram à construção das obras. Dever-se-á experimentar, comunicar sensações, emoções, interpretações através da utilização dos instrumentos e dos meios que melhor se adequem à capacidade expressiva do aluno;
- O desenho como uma metodologia para a invenção de formas provenientes de pensamentos, ideias e utopias. Devem ser utilizados, sobre diferentes suportes, materiais riscadores tais como o lápis, a esferográfica e a caneta, na realização de esboços, de registos rápidos, de guiões visuais e de outras experimentações. Podem ser referidos como exemplos desta atitude os primeiros desenhos, aqueles que correspondem ainda a especulações formais, utilizados pelos criadores (arquitectos, designers, artistas plásticos) na procura de soluções para o que se deseja construir;
- O desenho como registo de observações. A apresentação de desenhos científicos e de registos de viagem orientarão pesquisas e descrições gráficas, cromáticas e texturais, de lugares, formas ou temas em estudo;

- O desenho como instrumento para a construção rigorosa de formas.
A apresentação de projectos de arquitectura, de design e de engenharia, permitirá aos alunos a aprendizagem da leitura de mapas, plantas, cortes, alçados e noções de ergonomia e antropometria. Permitirá a utilização de instrumentos de rigor e a aplicação de algumas convenções como o desenho cotado e as escalas;
- O desenho como sintetização de informação.
A observação de organogramas, esquemas, gráficos, diagramas contribui para a estruturação espaço-temporal de ideias.

Explorações plásticas bidimensionais

Na realização plástica bidimensional o aluno deve experimentar diversas tecnologias: aguarela, guache, têmpera, acrílico, mosaico, cerâmica (azulejaria), vitral, gravura e colagem.

O aluno deve proceder, mediante a orientação do professor, a análises formais e ao desenvolvimento plástico adequado tendo como referência as obras de artistas de reconhecido mérito, como Nuno Gonçalves, Grão-Vasco, Amadeo de Souza Cardoso, Almada Negreiros e Paula Rêgo, entre outros.

Explorações plásticas tridimensionais

Na realização plástica tridimensional o aluno deve experimentar diversos processos da escultura: talhe directo, modelação e colagem.

As práticas da escultura podem ser desenvolvidas a partir de materiais naturais e sintéticos ou recuperados. A experimentação das tecnologias deve estar articulada com meios e materiais disponíveis e específicos da região e com as suas indústrias, recorrendo a madeira, cerâmica, pedra, metais, vidro, plásticos, entre outros.

O aluno deve proceder, mediante a orientação do professor, a análises formais e ao desenvolvimento plástico adequado, tendo como referência as obras de artistas de reconhecido mérito como Machado de Castro, Soares dos Reis, Jorge Vieira, Alberto Carneiro, Siza Vieira, entre outros.

Tecnologias da imagem

O aluno deve ter a possibilidade de experimentar meios expressivos, ligados aos diversos processos tecnológicos – a fotografia, o cinema, o vídeo, o computador, entre outros – por si só ou integrados e ser capaz de os utilizar de forma criativa e funcional.

A iniciação na linguagem digital permitirá experimentar o desenho assistido por computador e tratamento de imagem na concretização gráfica.

O aluno deve proceder, mediante orientação do professor, a análises formais e críticas e ao desenvolvimento de projectos, tendo como referência imagens, filmes ou produtos gráficos realizados através das diversas tecnologias.

Música

Literacia musical

A música é um elemento importante na construção de outros olhares e sentidos, em relação ao saber e às competências, sempre individuais e transitórias, porque se situa entre pólos aparentemente opostos e contraditórios, entre razão e intuição, racionalidade e emoção, simplicidade e complexidade, entre passado, presente e futuro.

As competências artístico-musicais desenvolvem-se através de processos diversificados de apropriação de sentidos, de técnicas, de experiências de reprodução, de criação e reflexão, de acordo com os níveis de desenvolvimento das crianças e dos jovens.

As competências específicas estão pensadas no sentido de providenciar práticas artísticas diferenciadas e adequadas aos diferentes contextos onde se exerce a ação educativa, de forma a possibilitar a construção e o desenvolvimento da literacia musical em nove grandes dimensões:

- Desenvolvimento do pensamento e imaginação musical, isto é, a capacidade de imaginar e relacionar sons;
- Domínio de práticas vocais e instrumentais diferenciadas;
- Composição, orquestração e improvisação em diferentes estilos e géneros musicais;
- Compreensão e apropriação de diferentes códigos e convenções que constituem as especificidades dos diferentes universos musicais e da poética musical em geral;
- Apreciação, discriminação e sensibilidade sonora e musical crítica, fundamentada e contextualizada em diferentes estilos e géneros musicais;
- Compreensão e criação de diferentes tipos de espectáculos musicais em interação com outras formas artísticas;
- Conhecimento e valorização do património artístico-musical nacional e internacional;
- Valorização de diferentes tipos de ideias e de produção musical de acordo com a ética do direito autoral e o respeito pelas identidades socioculturais;
- Reconhecimento do papel dos artistas como pensadores e criadores que, com os seus olhares, contribuíram e contribuem para a compreensão de diferentes aspectos da vida quotidiana e da história social e cultural.

Estas dimensões consubstanciam-se em experiências pedagógicas e musicais diversificadas, baseadas na vivência e na experimentação artística e estética situada em diferentes épocas, tipologias e culturas musicais do passado e do presente.

Neste sentido, as competências específicas propostas e a desenvolver constroem-se de forma a potenciar, através da prática artística, a compreensão e as interpelações entre a música na escola, na sala de aula e as músicas presentes nos quotidianos dos alunos e das comunidades.

Relação com as competências gerais

As competências específicas para a música na escolaridade básica, têm como centro a pessoa da criança e do jovem, o pensamento, a sociedade e a cultura, numa rede de dependências e interdependências possibilitadoras da construção de um pensamento complexo. Neste sentido, a música, como construção social e como cultura, pode dar um conjunto de contributos para a consolidação das competências gerais que o aluno deverá evidenciar no final do ensino básico, que se podem sintetizar no seguinte:

- O pensamento artístico-musical, nas suas múltiplas vertentes, implica a mobilização de saberes culturais, científicos e tecnológicos. É através desta perspectiva relacional e integradora que os problemas e situações musicais são abordados e vividos.
São diversos os instrumentos, as técnicas, as formas e as metodologias que se entrecruzam na prática musical. Partindo da observação e questionamento da realidade, com base nas questões emergentes do quotidiano e nas histórias individuais, procura-se fomentar uma cultura de participação, através de projectos de natureza interdisciplinar;
- Consoante os períodos históricos e os diferentes estilos e géneros musicais existem códigos, convenções e vocabulários específicos dos domínios culturais, científicos e tecnológicos que interagem na compreensão e resolução de determinados desafios criativos, interpretativos e estéticos.
Também se estimula a criação de novas linguagens ou a improvisação sobre linguagens conhecidas, bem como a sua selecção e articulação para a realização do trabalho, sua comunicação e fundamentação;
- A prática musical propicia a aquisição de uma terminologia específica, que contribui para enriquecer o vocabulário geral do aluno e que deverá ser enquadrada na perspectiva de um uso correcto da língua portuguesa. As apreciações críticas, orais e escritas, que os alunos são convidados a fazer no âmbito da concepção, apresentação e avaliação da produção musical própria e dos outros, devem ser rodeadas do maior rigor, devendo constituir momentos de comunicação efectiva e personalizada.
Métrica, rima, entoação, respiração, colocação de voz, acentuação, intensidade, timbre, expressividade, ritmo, fazem parte de uma vasta lista de conceitos e conteúdos presentes na prática musical. A apropriação destes conceitos através da música pode contribuir para um melhor entendimento da estrutura da língua portuguesa e, ao mesmo tempo, armam o aluno com recursos no domínio da qualidade, da eficácia e da criatividade presentes na comunicação;
- O vocabulário específico das culturas musicais inclui inúmeras palavras em línguas estrangeiras que ajudam a estabelecer uma relação de familiaridade com as diferentes línguas e de consciencialização do seu valor patrimonial. O estudo de canções e peças musicais em línguas estrangeiras é um bom exemplo de como a música pode veicular a motivação e o treino para o uso de diferentes línguas, para além de facilitar a comunicação, e em particular, as trocas culturais. Para a pesquisa musical em vários suportes, nomeadamente no informático, é imprescindível o conhecimento de línguas estrangeiras, uma vez que a grande maioria da informação disponível é apresentada em línguas que não o português;
- Uma das características distintivas das artes do espectáculo é o facto de se desenrolarem em tempo real. Esta característica envolve, entre muitas outras, uma dimensão tripla: criar, produzir e controlar emoções, sempre singulares e transitórias. Neste sentido, a adopção de metodologias personalizadas de trabalho e de aprendizagem, de acordo com os objectivos visados, afigura-se uma estratégia fundamental e adequada na educação e formação no domínio artístico;

- A criação, interpretação e audição musicais são campos onde a pesquisa, selecção e organização da informação aparecem como aspectos relevantes para explicitar a razão de determinada opção artístico-musical. É através desta dinâmica que a informação mobilizada se transforma em saber e conhecimento em acção;
- Nos diferentes tipos de realização musical, a resolução de determinados problemas e a tomada de decisões técnicas, estéticas e comunicacionais são elementos estruturantes e multidimensionais que caracterizam o gesto artístico.
O facto de a música acontecer em tempo real, implica, por parte de quem a faz, uma capacidade de tomar decisões rápidas e coerentes, tanto sob o ponto de vista técnico como artístico;
- As práticas musicais favorecem espaços de construção de singularidades, inovações, mudanças e adaptações a novos cenários, através do desenvolvimento da autonomia e do pensamento divergente;
- As crianças e os jovens, como seres sociais, movimentam-se em diferentes contextos pelos quais são influenciados e sobre os quais exercem influências. A educação e formação artístico-musical é um campo potencial para a cooperação com outros em tarefas e projectos comuns, através de práticas individuais e colectivas, corporizadas em diferentes tipos de organizações: da escola às "bandas de garagem", do recital ao espectáculo multidisciplinar;
- As práticas vocais e instrumentais, de naturezas culturais diversificadas, são formas de percepção e consciencialização do corpo, numa perspectiva da sua relação com o espaço, o tempo e os outros, com um enfoque especial no respeito pela partilha de contextos comuns. Por outro lado, o envolvimento em práticas artísticas diferenciadas propicia mecanismos de bem-estar e de qualidade de vida.

Experiências de aprendizagem

Ao longo da educação básica todos as crianças e jovens devem ter oportunidade de experienciar aprendizagens diversificadas, em contextos formais e não formais, que visem contribuir para o desenvolvimento da literacia musical e para o pleno desenvolvimento das suas identidades pessoais e sociais:

- **Experienciar diferentes tipos de instrumentos e culturas musicais**
Ao longo do seu percurso formativo, as crianças e os jovens devem ter a possibilidade de aprender a cantar segundo diferentes tipologias musicais, da música étnica à erudita, do *pop* ao *jazz*, entre outras, e a tocar, desde instrumentos populares portugueses a instrumentos electrónicos, como sintetizadores, de acordo com o seu desenvolvimento pessoal.
- **Explorar diferentes processos comunicacionais, formas e técnicas de criação musical**
O desenvolvimento da compreensão das formas como os diferentes elementos sonoros e musicais interagem e se organizam na criação de diferentes tipos de obras musicais é um dos aspectos centrais da literacia musical. Os princípios composicionais são instrumentos que ajudam à organização dos sons e das ideias, permitindo a coesão e a singularidade de cada obra. A compreensão e a manipulação destes princípios possibilita o entendimento de como os diferentes compositores os utilizam para a criação artística bem como as formas pessoais de expressão e comunicação.

- **Produzir e realizar espectáculos diversificados**

Como arte performativa a música adquire sentido no âmbito da realização de práticas artísticas em diferentes contextos e espaços, com fins, pressupostos e públicos diferenciados. Pela sua natureza, a realização de projectos artísticos diversificados constitui terreno propício para o desenvolvimento de actividades de trabalho interdisciplinar, individual e em grupo.

- **Assistir a diferentes tipos de espectáculos**

A participação, como público, em espectáculos artístico-musicais de diferentes estilos e orientações estéticas, como forma de desenvolver, a partir da escola, a apetência para assistir a espectáculos, afigura-se um dos aspectos centrais na diversificação dos contextos de aprendizagem.

- **Utilizar as tecnologias da informação e comunicação**

Os diferentes programas educativos e formativos relacionados com a criação, edição, gravação, notação e tratamento do som, assim como os recursos da rede da Internet, são instrumentos que devem fazer parte dos quotidianos educativos, formativos e artísticos.

- **Contactar com o património artístico-musical**

O contacto directo com o património artístico-musical nacional, regional e local, bem como internacional, através de visitas de trabalho e de estudo com carácter de recolha, registo, exploração e avaliação dos dados, afigura-se um aspecto relevante para a compreensão e valorização deste tipo de património.

- **Realizar intercâmbios entre escolas e instituições**

As trocas entre estudantes de diferentes comunidades, culturas, religiões e etnias possibilitam o conhecimento recíproco dos respectivos patrimónios artísticos, musicais e culturais. Também os intercâmbios com instituições sociais, culturais e de recreio, podem contribuir não só para o desenvolvimento de competências sociais como também para o estabelecimento de redes de parcerias e para a dinamização cultural da escola.

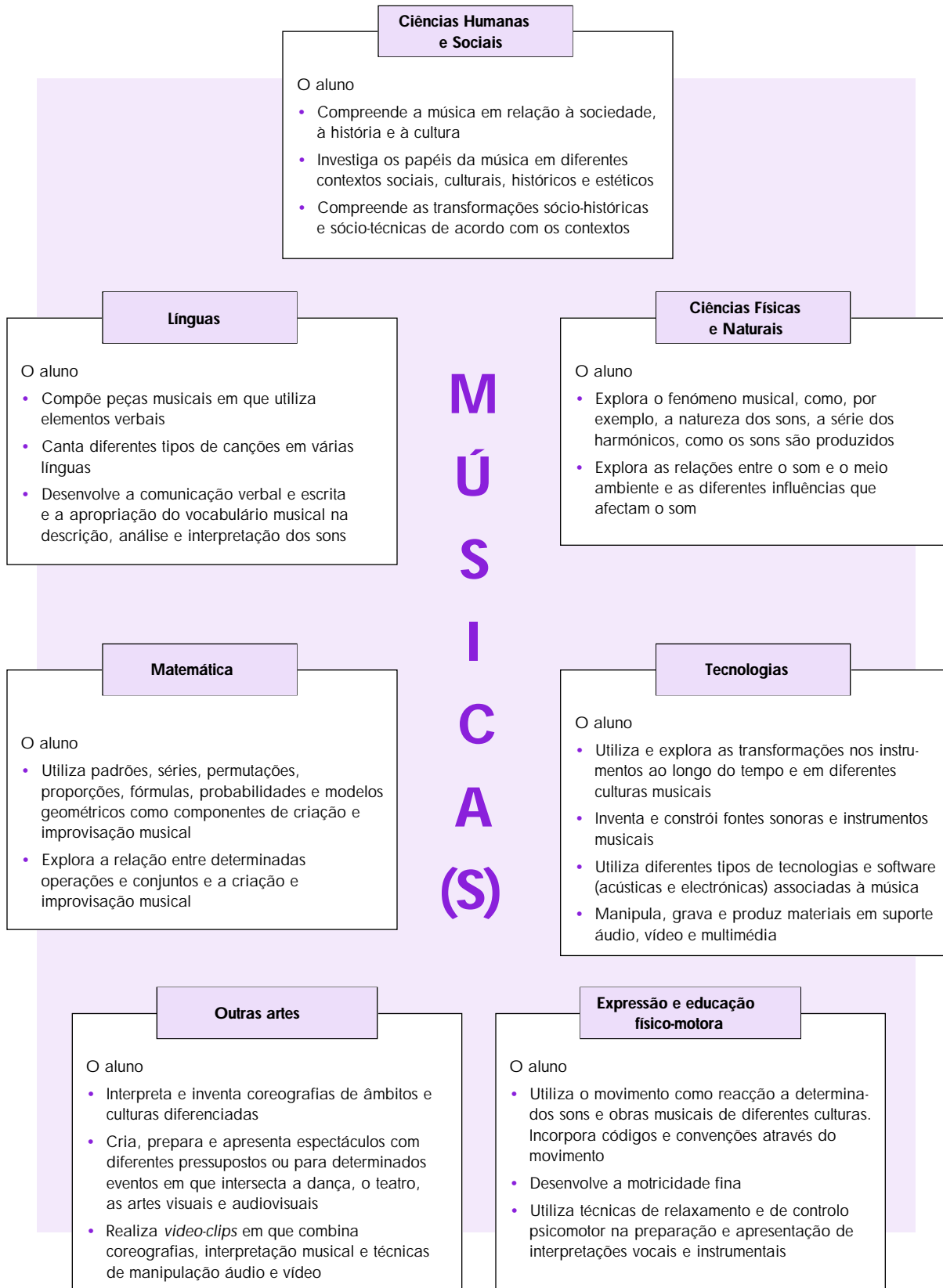
- **Explorar as conexões com outras artes e áreas do conhecimento**

Um dos elementos essenciais na formação artístico-musical é a compreensão das relações entre a música e os diferentes contextos, bem como as formas diversificadas de expressão cultural, científica e artística. A articulação vertical e horizontal com outras áreas do conhecimento pode contribuir não só para a transferência de saberes como também para uma compreensão mais profunda das dimensões artísticas.

- **Desenvolver projectos de investigação**

Numa actividade investigativa pode explorar-se um determinado tema, situação, problema em aberto. Qualquer tema relacionado com a música pode ser objecto de actividades investigativas. No âmbito da educação e formação no ensino básico, as histórias das músicas e dos músicos, por exemplo, são temas privilegiados para estas actividades.

A música no currículo



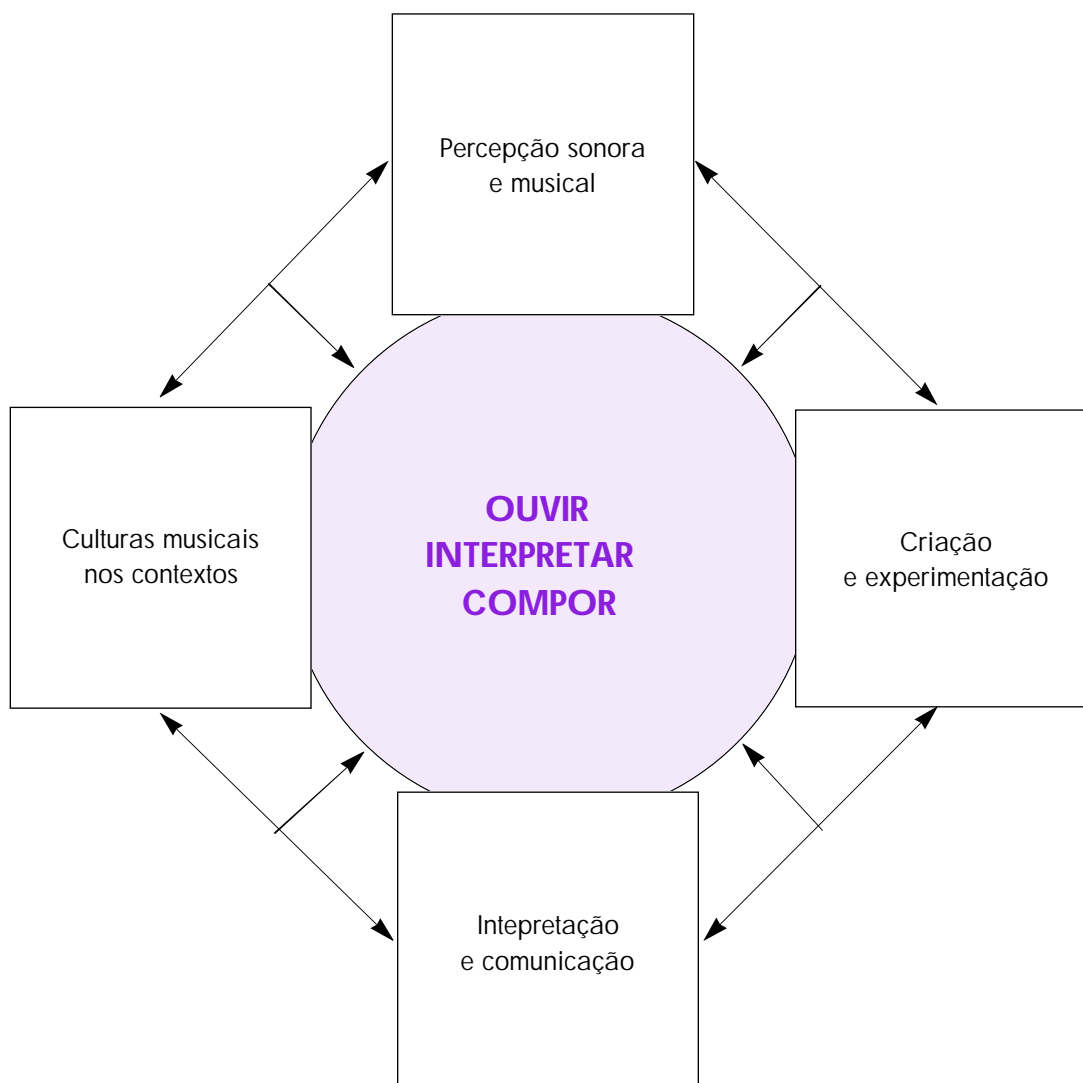
Competências específicas

As competências específicas a desenvolver na disciplina de Educação Musical são aqui apresentadas em torno de quatro grandes organizadores:

- Interpretação e comunicação;
- Criação e experimentação;
- Percepção sonora e musical;
- Culturas musicais nos contextos.

No entanto, é essencial garantir que as aprendizagens conducentes à construção de qualquer competência se devem basear em acções provenientes dos três grandes domínios da prática musical - Composição, Audição e Interpretação. A apropriação dos conceitos musicais, vocabulário e terminologias musicais bem como o desenvolvimento de práticas vocais e instrumentais só podem ser considerados efectivos se assentarem neste princípio de base.

Estes organizadores estão concebidos para serem trabalhados de uma forma interdependente, conforme ilustra a figura seguinte.



Interpretação e comunicação

No âmbito deste organizador, o aluno desenvolve a musicalidade e o controlo técnico-artístico através do estudo e da apresentação individual e em grupo de diferentes interpretações. Canta e toca, individual e colectivamente, utilizando técnicas e práticas musicais apropriadas e contextualizadas. Contacta com diferentes instrumentos musicais, acústicos e electrónicos. Cria, utiliza e apropria-se de formas diferenciadas de notação musical (convencional e não convencional).

Ensaia, apresenta e dirige publicamente peças musicais com princípios estéticos e comunicacionais diversificados. Explora como diferentes técnicas e tecnologias podem contribuir para a interpretação e a comunicação artístico-musical. Faz gravações áudio e vídeo das interpretações realizadas. Reflecte sobre as interpretações realizadas e avalia-as crítica e informadamente.

Criação e experimentação

No âmbito deste organizador, o aluno explora, compõe, arranja, improvisa e experiencia materiais sonoros e musicais com estilos, géneros, formas e tecnologias diferenciadas. Utiliza a audição, imaginação, conceitos e recursos estruturais diversificados para desenvolver o pensamento musical e a prática artística, aumentando progressivamente o nível de aprofundamento, de complexidade e de sofisticação.

Adquire e explora conhecimentos e saberes próprios de diferentes técnicas vocais e instrumentais, de diferentes estéticas e culturas musicais, para a criação sonora e musical, bem como códigos e formas diferenciadas de representação gráfica dos sons. Manipula os materiais para funções comunicacionais e estéticas específicas. Apropria-se de diferentes técnicas de produção e de captação sonora. Utiliza diferentes tipos de software musical, sequencialização MIDI e recursos da Internet. Faz gravações áudio e vídeo do trabalho criativo realizado.

Percepção sonora e musical

No âmbito deste organizador, o aluno ouve, analisa, descreve, compreende e avalia os diferentes códigos e convenções que constituem o vocabulário musical de várias culturas, através da audição, do movimento e da prática vocal e instrumental. Desenvolve a discriminação e a sensibilidade auditiva. Apropria-se de diferentes formas e símbolos (convencionais e não convencionais) de notação gráfica do som. Utiliza terminologia e vocabulário adequado de acordo com as tradições musicais do passado e do presente.

Investiga e utiliza fontes sonoras convencionais e não convencionais, electrónicas e outras, para compreender e interiorizar os conceitos e estruturas que enformam e organizam as obras musicais. Transcreve, com tecnologias apropriadas e graus de complexidade diferentes, melodias, ritmos e harmonias. Avalia e compara diversas obras musicais com géneros, estilos e origens culturais diferenciadas. Selecciona música com determinadas características para eventos específicos.

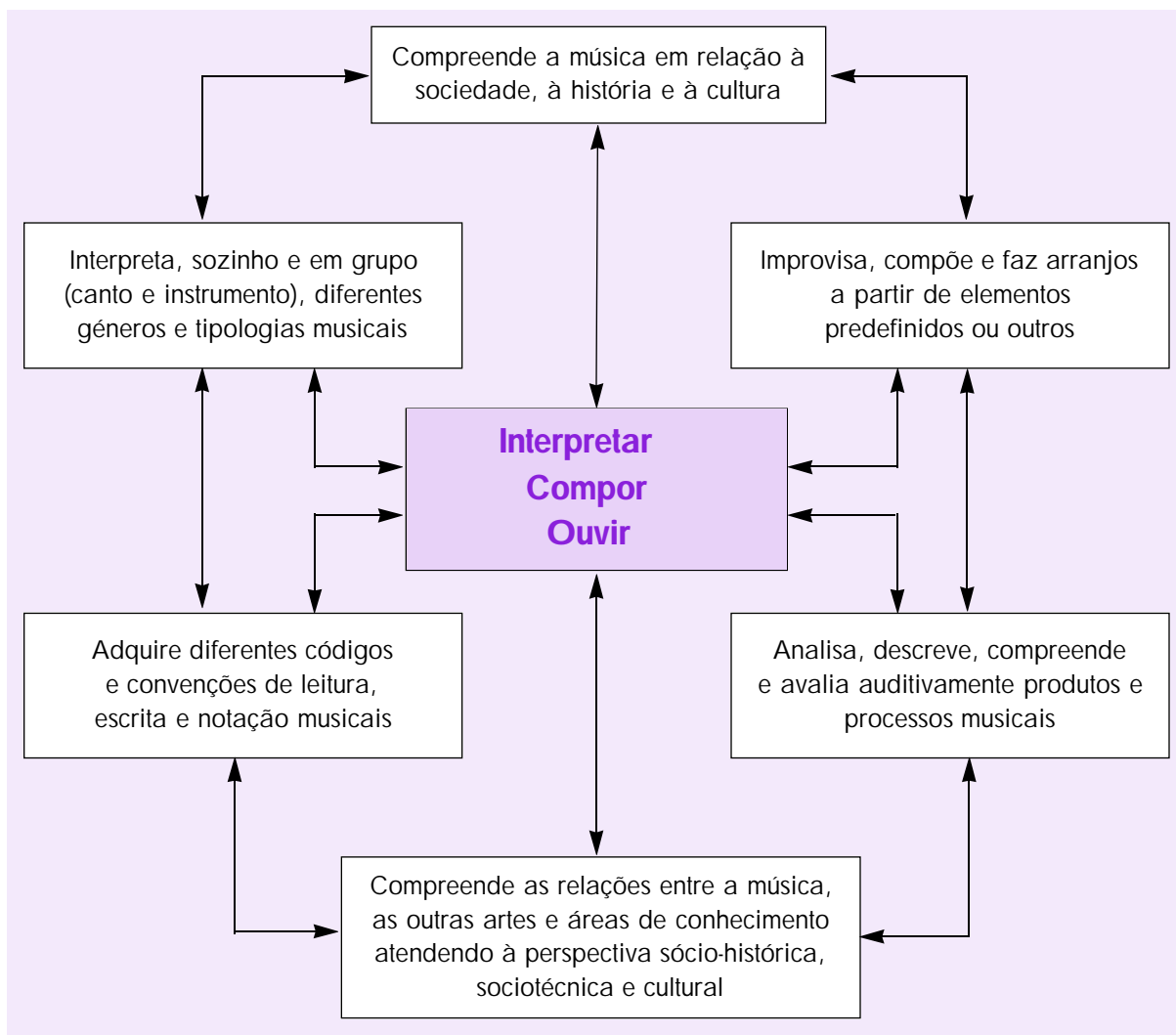
Culturas musicais nos contextos

No âmbito deste organizador, o aluno desenvolve o conhecimento e a compreensão da música como construção social e como cultura. Partilha as músicas do seu quotidiano e da sua comunidade, investigando as obras musicais como expressões de identidade individual e colectiva.

Reconhece a contribuição das culturas musicais nas sociedades contemporâneas. Enquadra o fenómeno musical em determinados acontecimentos, tempos e lugares e compara estilos, géneros e estéticas musicais em relação aos diferentes tipos de contextos passados e presentes, ocidentais e não ocidentais. Compreende as relações entre a música, as outras artes e áreas de conhecimento, identificando semelhanças e diferenças técnicas, estéticas e expressivas.

O quadro seguinte representa graficamente os diferentes tipos de interpelações entre os organizadores apresentados anteriormente e os grandes domínios da prática musical.

Da análise deste quadro inferem-se os diferentes tipos de interligações e complexidades que estão subjacentes ao acto de aprender e, conseqüentemente, ao acto de ensinar. Interligações e complexidades que devem estar presentes em cada momento da aprendizagem, independentemente do enfoque principal, do nível de aprofundamento e das tipologias e culturas musicais utilizadas.



Interpretação e comunicação

No final do ensino básico, o aluno:

- Canta sozinho e em grupo, com precisão técnico-artística, peças de diferentes géneros estilos e tipologias musicais;
- Toca sozinho e em grupo pelo menos um instrumento musical utilizando técnicas instrumentais e interpretativas diferenciadas de acordo com a tipologia musical;
- Prepara, apresenta e dirige pequenas peças e/ou espectáculos musicais de âmbitos diferenciados;
- Participa, como intérprete, autor e produtor em recitais e concertos com diferentes pressupostos comunicacionais e estéticos e para públicos diferenciados;
- Partilha, com os pares, as músicas do seu quotidiano;
- Investiga e avalia diferentes tipos de interpretações utilizando vocabulário apropriado.

Tipo de situações de aprendizagem

1.º ciclo

- Canta as suas músicas e as dos outros, utilizando diversas técnicas vocais simples.
- Toca as suas músicas e as dos outros, utilizando instrumentos acústicos, electrónicos, convencionais e não convencionais.
- Apresenta publicamente peças musicais utilizando instrumentos e técnicas interpretativas simples.
- Explora diferentes códigos e convenções musicais na música gravada e ao vivo.
- Responde a conceitos, códigos e convenções musicais na música gravada e ao vivo.

2.º Ciclo

- Prepara, dirige, apresenta e avalia peças musicais diferenciadas, atendendo à diversidade de funções e pressupostos.
- Ensaia e apresenta publicamente interpretações individuais e em grupo de peças musicais em géneros e formas contrastantes de acordo com as intenções e características próprias de cada autor, estilo e género.
- Analisa diferentes interpretações das mesmas ideias, estruturas e peças musicais em estilos e géneros variados.

3.º ciclo

- Prepara, ensaia, dirige, grava e avalia interpretações individuais e em grupo de diferentes peças, géneros e estilos musicais de acordo com as intenções dos autores/compositores.
- Investiga e analisa os modos como os diferentes media e as tecnologias influenciam a produção sonora, as funções e sentidos musicais.
- Utiliza a análise crítica para enformar e avaliar as diferentes interpretações.
- Ensaia e apresenta publicamente interpretações individuais e em grupo de peças musicais em géneros e formas contrastantes de acordo com as intenções e características próprias de cada autor, estilo e género.
- Propõe diferentes tipos de interpretações para uma mesma peça musical utilizando vocabulário apropriado e argumentação técnica, artística e estética.

Criação e experimentação

No final do ensino básico, o aluno:

- Compõe, arranja e apresenta publicamente peças musicais com níveis de complexidade diferentes utilizando técnicas vocais e instrumentais e tecnologias diversificadas;
- Improvisa melodias, variações e acompanhamentos utilizando diferentes vozes e instrumentos;
- Manipula os sons através de diferentes tecnologias acústicas e electrónicas;
- Grava as suas criações e improvisações musicais;
- Investiga processos de criação musical tendo em conta pressupostos, técnicas, estilos, temáticas comunicacionais e estéticas diferenciadas.

Tipo de situações de aprendizagem

1.º ciclo

- Selecciona e organiza diferentes tipos de materiais sonoros para expressar determinadas ideias, sentimentos e atmosferas utilizando estruturas e recursos técnico-artísticos elementares, partindo da sua experiência e imaginação.
- Explora ideias sonoras e musicais partindo de determinados estímulos e temáticas.
- Regista em suportes áudio as criações realizadas, para avaliação e aperfeiçoamento.
- Inventa, cria e regista pequenas composições e acompanhamentos simples com aumento progressivo de segurança, imaginação e controlo.
- Manipula conceitos, códigos, convenções e símbolos utilizando instrumentos acústicos e electrónicos, a voz e as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) para a criação de pequenas peças musicais, partindo de determinadas formas e estruturas de organização sonora e musical.

2.º ciclo

- Utiliza diferentes conceitos, códigos e convenções para a criação de pequenas peças e improvisações musicais.
- Utiliza diferentes estruturas e tecnologias para desenvolver a composição e a improvisação de acordo com determinados fins.
- Apresenta publicamente e regista em diferentes tipos de suportes as criações realizadas, para avaliação, aperfeiçoamento e manipulação técnico-artística e comunicacional.
- Manipula conceitos, códigos, convenções e técnicas instrumentais e vocais, bem como as TIC, para criar e arranjar músicas em diferentes estilos e géneros contrastantes.

3.º ciclo

- Manipula conceitos, códigos, convenções e técnicas instrumentais e vocais, bem como as TIC, para compor, arranjar e improvisar peças musicais diversificadas e contrastantes.
- Utiliza, combina e manipula sons, elementos musicais, tecnologias e outros recursos apropriados para compor, arranjar e improvisar músicas para fins específicos e com estilos diferenciados.
- Escreve as músicas criadas ou os arranjos utilizando grafia convencional e não convencional.
- Apresenta publicamente e regista as criações individuais e de grupo em suportes áudio/vídeo, para avaliação, aperfeiçoamento e difusão.
- Desenvolve a improvisação utilizando diferentes conceitos, materiais, estruturas, técnicas e tecnologias.

Percepção sonora e musical

No final do ensino básico, o aluno:

- Compreende como se utilizam e articulam os diferentes conceitos, códigos e convenções e técnicas artísticas constituintes das diferentes culturas musicais;
- Analisa obras vocais, instrumentais e electrónicas de diferentes culturas musicais utilizando vocabulário apropriado e de complexidade diversificada;
- Descreve, auditivamente, estruturas e modos de organização sonora de diferentes géneros, estilos e culturas musicais através de vocabulário apropriado;
- Lê e escreve em notação convencional e não convencional diferentes tipologias musicais recorrendo também às Tecnologias da Informação e Comunicação;
- Investiga diferentes modos de percepção e representação sonora.

Tipo de situações de aprendizagem

1.º ciclo

- Explora e responde aos elementos básicos da música.
- Identifica e explora a qualidade dos sons.
- Explora e descreve técnicas simples de organização e estruturação sonora e musical.
- Identifica auditivamente mudanças rítmicas, melódicas e harmónicas.
- Utiliza vocabulário e simbologias simples e apropriadas para descrever e comparar diferentes tipos de sons e peças musicais de diferentes estilos e géneros.

2.º ciclo

- Reconhece um âmbito de padrões, estruturas, efeitos e qualidades dos sons.
- Identifica auditivamente, escreve e transcreve elementos e estruturas musicais, utilizando tecnologias apropriadas.
- Identifica e utiliza diferentes tipos de progressões harmónicas.
- Completa uma música pré-existente, vocal e/ou instrumental.
- Transcreve e toca de ouvido diferentes peças musicais com estilos diferenciados a uma ou duas vozes.
- Identifica auditivamente e descreve diferentes tipos de opções interpretativas.

3.º ciclo

- Utiliza a audição, actividades práticas e tecnologias para descrever as estruturas musicais, bem como para escrever, transcrever e transpor diferentes estilos e culturas musicais.
- Transcreve e toca de ouvido peças musicais com estilos diferenciados e diferentes níveis de complexidade, a duas ou mais vozes.
- Identifica e utiliza progressões harmónicas de diferentes estilos e géneros.
- Acrescenta ou desenvolve linhas vocais e instrumentais em peças pré-existentes.
- Escreve e improvisa utilizando tipos de estruturas e convenções diversificadas e com graus de complexidade crescente.

Culturas musicais nos contextos

No final do ensino básico, o aluno:

- Compreende a música como construção social e como cultura em diferentes períodos históricos e contextos diversificados;
- Reconhece os diferentes tipos de funções que a música desempenha nas comunidades;
- Compreende e valoriza o fenómeno musical como património, factor identitário e de desenvolvimento social, económico e cultural;
- Compreende as diferentes relações e interdependências entre a música, as outras artes e áreas do conhecimento;
- Investiga os modos como as sociedades contemporâneas se relacionam com a música.

Tipo de situações de aprendizagem

1.º ciclo

- Reconhece a música como parte do quotidiano e as diferentes funções que ela desempenha.
- Identifica diferentes culturas musicais e os contextos onde se inserem.
- Produz material escrito, audiovisual e multimédia ou outro, utilizando vocabulário simples e apropriado.

2.º ciclo

- Identifica e compara estilos e géneros musicais tendo em conta os enquadramentos socioculturais do passado e do presente.
- Investiga funções e significados da música no contexto das sociedades contemporâneas.
- Relaciona a música com as outras artes e áreas do saber e do conhecimento em contextos do passado e do presente.
- Produz material escrito, audiovisual e multimédia ou outro, utilizando vocabulário adequado.
- Troca experiências com músicos e instituições musicais.

3.º ciclo

- Descreve, analisa e compara diferentes tipologias musicais, estilos e géneros, na sua relação com os diferentes contextos e temporalidades passadas e presentes.
- Investiga a produção e as interpretações musicais no contexto das sociedades contemporâneas (*disco/video-clips/etc*).
- Investiga os diferentes processos tecnológicos de mediação entre os compositores, os intérpretes e os públicos.
- Produz material escrito, audiovisual e multimédia utilizando vocabulário apropriado e complexo.
- Investiga diferentes contributos da música nas sociedades contemporâneas.
- Realiza investigações acerca dos músicos e das instituições musicais nos contextos.

Expressão Dramática/Teatro

Introdução

A educação artística é essencial para o crescimento intelectual, social, físico e emocional das crianças e jovens. Sendo a actividade dramática fortemente globalizadora, contemplando as dimensões plástica, sonora, da palavra e do movimento em acção, torna-se uma área privilegiada na educação artística.

A actividade dramática é uma prática de grupo que se desenvolve a partir dos conhecimentos, experiências e vivências individuais que os alunos detêm e que pode propiciar a aquisição e compreensão de novas aprendizagens através da exploração de conteúdos dramáticos. Isto confere-lhe um estatuto privilegiado de elo de ligação entre a escola, a família e o meio, condição essencial para que a aprendizagem ganhe novos sentidos e se reflecta no prazer de aprender.

Nesta ligação ao exterior, as actividades dramáticas podem ainda funcionar como promotoras de uma presença mais activa da família na vida escolar, através de uma participação efectiva na produção de projectos, ou apenas estando, vendo e acompanhando as actividades desenvolvidas. Esta participação encoraja uma atitude mais positiva face ao teatro, à escola e à vida familiar.

As actividades dramáticas proporcionam oportunidades para alargar a experiência de vida dos alunos e enriquecer as suas capacidades de decisão e escolha. Regendo-se por metodologias essencialmente cooperativas, que promovem a colaboração e a interdependência no seio do grupo, são susceptíveis de gerar a reflexão sobre valores e atitudes.

Proporcionam ainda formas e meios expressivos para explorar conteúdos e temas de aprendizagem que podem estar articulados com outras disciplinas do currículo escolar. Através de situações semelhantes à vida real, as práticas dramáticas fornecem processos catalisadores que podem motivar os alunos para o prosseguimento de investigação e aprendizagens na sala de aula e fora dela.

As práticas dramáticas desenvolvem competências criativas, estéticas, físicas, técnicas, relacionais, culturais e cognitivas, não só ao nível dos seus saberes específicos, mas também ao nível da mobilização e sistematização de saberes oriundos de outras áreas do conhecimento.

O carácter lúdico do jogo dramático responde a necessidades primordiais do ser humano – a da exteriorização de si no contexto de comunicação e a da busca do prazer na construção da aprendizagem. O jogo permite ainda assimilar mais experiências e dessa forma alargar a compreensão do mundo. Assim, o jogo desempenha um papel importante, mas por vezes desvalorizado, ao longo de todo o processo de crescimento.

Por último, é de referir a importância de se contemplar nestas actividades a criação e valorização das práticas teatrais como Arte, desenvolvendo a apreciação de diferentes linguagens artísticas e valorizando criticamente criações artísticas e teatrais de diferentes estilos e origens culturais.

Relação com as competências gerais

A Expressão Dramática/Teatro contribui para o desenvolvimento das competências gerais, a serem gradualmente apreendidas ao longo da educação básica, na medida em que, em todas as actividades próprias desta área, se procura promover no aluno hábitos e oportunidades de:

- Questionar a realidade a partir de improvisações, tendo como suporte as vivências pessoais, a observação e interpretação do mundo e os conhecimentos do grupo;
- Utilizar a linguagem corporal e vocal para expressar sentimentos e ideias;
- Utilizar saberes tecnológicos ligados à luz, som, imagem e formas plásticas como produtores de sinais enriquecedores da linguagem teatral;
- Explorar a dimensão da palavra enquanto elemento fundamental da teatralidade na sua vertente escrita, lida, dita, falada e cantada;
- Enriquecer o uso da palavra pelo desenvolvimento dos aspectos ligados à dicção, sonoridade, ritmo, intenção e interpretação;
- Estimular a reflexão individual e colectiva, escrita e oral, como forma de desenvolvimento de um discurso próprio;
- Valorizar a compreensão de línguas estrangeiras como um veículo de acesso à informação, nomeadamente nos suportes informáticos e novas tecnologias multi-média, à comunicação entre pessoas de culturas e origens diferentes e, mesmo, como elemento enriquecedor da representação e do jogo dramático;
- Estimular a autonomia de pesquisa geradora de formas e exercícios teatrais;
- Adequar as metodologias e as técnicas à dinâmica do grupo de trabalho;
- Estimular a reflexão colectiva sobre o trabalho em curso;
- Estimular a diversificação das fontes de pesquisa;
- Estimular a adaptação a diferentes grupos de trabalho;
- Incentivar a pesquisa e a selecção do material adequado para a construção de personagens, cenas e projectos teatrais;
- Ser capaz de tomar decisões rápidas e adequadas ao contexto artístico em causa, em situação performativa;
- Analisar as situações dramáticas em jogo e ser capaz de antecipar os efeitos do seu desenvolvimento, com vista a uma resolução criativa do problema;
- Desenvolver a espontaneidade e a criatividade dramática individual;
- Incentivar a responsabilização individual no seio do grupo, e do grupo no grupo alargado;
- Dividir um projecto de trabalho em tarefas a desenvolver por pequenos grupos (cenários, figurinos, produção, som, luz e interpretação);
- Trabalhar a dinâmica de grupo a partir da acção simultânea, em grupo alargado, em pequeno grupo e a pares;
- Desenvolver a postura, flexibilidade e mobilidade corporal;
- Desenvolver a consciencialização e o domínio respiratório e vocal;
- Promover o respeito pelas regras estabelecidas e adequadas a cada actividade;
- Estimular o respeito pela diversidade cultural.

Experiências de aprendizagem

Nas actividades dramáticas os alunos deverão desenvolver uma série de competências, físicas, pessoais, relacionais, cognitivas, técnicas, de forma que possam expressar-se criativamente, improvisando e interpretando pela forma dramática. No processo de aprendizagem os alunos devem desenvolver continuamente a utilização do corpo, voz e imaginação enquanto veículos de expressão e comunicação.

Procura-se desenvolver competências individuais alicerçadas e sustentadas no seio do desenvolvimento do grupo, através de actividades de:

- Exploração dos instrumentos expressivos: corpo, voz, espaço;
- Exploração temática pela improvisação;
- Criação de dramatizações;
- Pesquisa activa e criativa baseada na interacção com pessoas, espaços, vivências diferenciadas que permitam o aprofundamento da criação dramática;
- Pesquisa documental (bibliográfica, videográfica, sonora...) que estimule o crescimento criativo;
- Exploração das potencialidades interdisciplinares na criação de um projecto dramático;
- Alargamento de referências através da assistência a espectáculos;
- Concretização de projectos com público;
- Promoção e participação em iniciativas de intercâmbio de experiências, tais como mostras, encontros ou festivais de teatro com e para jovens.

Competências específicas ao longo dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos

Estes princípios destinam-se a contribuir para a orientação das mais variadas práticas dramáticas em contexto escolar:

- Práticas previstas para o 1.º ciclo, quer orientadas pelo professor generalista, quer por um professor especialista, numa perspectiva integradora;
- Práticas desenvolvidas no 2.º ciclo enquanto actividades de enriquecimento curricular e do contexto lectivo das várias disciplinas;
- Práticas previstas para o 3.º ciclo no âmbito da disciplina Oficina de Teatro e projectos dramáticos de enriquecimento curricular.

Princípios orientadores para a expressão dramática/teatr ao longo dos três ciclos do ensino básico:

- Exploração das possibilidades expressivas do corpo, voz, espaço e objectos;
- Exploração das capacidades de improvisação e dramatização;
- Exploração das características lúdicas da expressão dramática como estratégia de dinamização de grupos;
- Experimentação da expressão pelo drama;
- Promoção da diversidade de referências para construção do "gosto pessoal";
- Implementação de hábitos de fruição teatral;
- Mobilização das comunidades educativas através das práticas teatrais.

Competências específicas da expressão dramática/teatr

o

1.º ciclo

- Relacionar-se e comunicar com os outros.
- Explorar diferentes formas e atitudes corporais.
- Explorar maneiras pessoais de desenvolver o movimento.
- Explorar diferentes tipos de emissão sonora.
- Aliar gestos e movimentos ao som.
- Reconhecer e reproduzir sonoridades.
- Explorar, individual e colectivamente, diferentes níveis e direcções no espaço.
- Utilizar, recriar e adaptar o espaço circundante.
- Orientar-se no espaço através de referências visuais, auditivas e tácteis.
- Utilizar e transformar o objecto, através da imaginação.
- Explorar o uso de máscaras, fantoches e marionetas.
- Mimar atitudes, gestos e acções.
- Realizar improvisações e dramatizações a partir de histórias ou situações simples.
- Participar na criação oral de histórias.
- Observar, escutar e apreciar o desempenho dos outros.

2.º ciclo

(As competências a seguir enunciadas poderão ser desenvolvidas no âmbito das várias disciplinas, projectos educativos e clubes que se proponham utilizar as práticas dramáticas, dado estas não estarem contempladas como disciplina no 2.º ciclo)

- Utilizar o corpo e a voz na construção de personagens.
- Construir histórias para serem improvisadas.
- Transformar formas narrativas em formas dramáticas.
- Explorar criativamente diferentes formas de dizer textos.
- Investigar e improvisar a partir de temas provenientes de outras áreas do conhecimento.
- Inventar, construir e utilizar adereços e cenários.
- Identificar e valorizar o teatro entre outras formas artísticas.

3.º Ciclo

- Evidenciar aprendizagens significativas do conhecimento de si, do outro e do mundo, através dos processos dramáticos.
- Desenvolver uma prática reflexiva tendente a romper com estereótipos culturais, preconceitos raciais e outros.
- Desenvolver estratégias de comunicação, relações interpessoais, trabalho de equipa, resolução de problemas e tomadas de decisão.
- Desenvolver e consolidar capacidades nos domínios da expressão e comunicação vocal e corporal.
- Exercitar a escrita dramática criativa.
- Desenvolver projectos que compreendam a construção e manipulação de máscaras, fantoches, marionetas e sombras.
- Construir e utilizar cenários, adereços e figurinos.
- Explorar as potencialidades dramáticas do uso da luz e do som.
- Reconhecer e utilizar estruturas dramáticas e códigos teatrais.
- Planificar, produzir e apresentar um projecto teatral.
- Reflectir e avaliar criticamente o trabalho produzido no seio do grupo.
- Compreender a diversidade das artes e do teatro.
- Desenvolver a consciência e o sentido estético.

Dança

Introdução

O que será que afinal há de tão especial e particular nas artes para que se torne tão premente, hoje, incluí-las de forma mais consubstanciada e presente na actividade escolar?

Por que sentimos nós a necessidade de defender a causa da sua verdadeira participação no enigmático e fascinante processo de ensinar e aprender?

Por que persiste o sentimento de que será necessário adicionar a essa "viagem de descobertas" esse sistema de "transacções" em que consiste o ensino, a participação e a problematização das artes?

O que estará por detrás deste desejo?

Finalmente, a possibilidade de um mundo com outra "luz"?

Dançar é humano. É uma actividade mágica, baseada na beleza da energia humana, enquanto movimento produzido pelo corpo. Envolve o pensamento, a sensibilidade e o corpo, no seu agir, e explora a natureza do indivíduo, na sua propulsão para saltar, conquistar o ar, no seu impulso para viver. A dança é uma matéria de confluência de vários aspectos identitários da natureza humana que só através da prática ganham forma visível e vivencial.

No contexto escolar podemos pensar a dança como um mecanismo privilegiado para estimular os alunos a conhecer formas expressivas de pensar, perceber e compreender, a partir da actividade física de se mover. Através de um vasto conjunto de experiências de energia organizada, chegar à essência da dança.

É em torno das influências sociais sobre o indivíduo que a história da dança se vai desenvolvendo, denunciando assim, sempre, as suas origens. O movimento não surge do vazio. Ele é consequência de um tecido complicado de vivências, de muitas histórias que há que continuar a contar e a transformar, dando expressão ao comportamento cultural através de um meio de comunicação não verbal.

O movimento humano está fortemente impregnado de significados e emoções, mostra-nos os valores, as atitudes, as crenças de uma cultura através da produção física de acções, gestos e posturas. No domínio artístico será fácil de confirmar que o estilo, a estrutura, o conteúdo e a própria interpretação de uma peça coreográfica são, em parte, determinados pela visão de sociedade que se tem.

Eis a possibilidade de aprendizagem de uma linguagem, enraizada na realidade socio-cultural, que propõe ao aluno um universo rico de comunicabilidade através da materialidade do corpo, capaz também de produzir conceitos de maior elaboração, como é o caso da abstracção, elemento essencial no jogo coreográfico.

Saliente-se ainda a vocação interdisciplinar da dança, veja-se, por exemplo, a sua relação ancestral com a música, que propõe contactos com o ritmo, a dinâmica e a matemática. Ou o caso das relações entre a dança e o espaço, podendo facilmente transitar para áreas como a geometria, a geografia e mesmo a arquitectura.

Os elementos fundamentais que sustentam o saber da dança, enquanto forma de conhecimento, seja ele antropológico, social, psicológico, político ou artístico, e que nesta perspectiva deverão ser vividos pelos alunos em níveis progressivos de complexidade e interacção, ao longo dos nove anos de escolaridade, convergem para aquilo que é a matéria intrínseca e essencial desta arte: o CORPO, como instrumento de aprendizagem e construção da linguagem coreográfica.

Relação com as competências gerais

Tratando-se de uma actividade profundamente enraizada na história do homem, dançar propicia ao aluno um quadro de referências cognitivas, culturais, sensoriais e estéticas que contribuem para uma melhor compreensão do mundo. A dança cumpre funções que, na essência, permanecem intactas desde o princípio dos tempos, sejam elas funções rituais, mágicas, comunicacionais, diplomáticas, lúdicas, estéticas ou, simplesmente, como fonte de felicidade.

Porque está inscrita na história e no gesto humano, a dança pode ter um papel importante na apropriação das competências gerais, definidas para a educação básica, uma vez que elas têm como centro o aluno, o pensamento, a sociedade e a cultura, numa interdependência muito familiar à natureza e à linguagem da dança.

O ensino da Dança, nesta perspectiva, proporciona a aquisição de um vocabulário de movimento e de um novo quadro de referências espaço-temporais. Estes, transformam-se em instrumentos de comunicação, para que o aluno possa abordar e pesquisar saberes culturais, científicos e tecnológicos, presentes nas matérias curriculares, assim como em situações e problemas do quotidiano, através da linguagem da dança.

A competência em dança implica, desde logo, a aptidão para integrar e traduzir diferentes linguagens, através do movimento. Uma vez sedimentado o conhecimento do vocabulário de movimento essencial, o aluno poderá chamar ao seu trabalho coreográfico linguagens específicas de outras áreas do saber cultural, científico e tecnológico. Um exemplo possível: fazer um vídeo-dança sobre a movimentação das células.

No desenvolvimento das competências específicas em Dança coexistem três grandes áreas de acção: Interpretação, Composição e Apreciação. Nesta última, um trabalho de análise e discussão colectiva do movimento, assim como a mostra de filmes e a pesquisa bibliográfica, e em suportes electrónicos, de informação sobre dança, conduzirão o aluno a um discurso, oral e escrito, crítico e fundamentado, sempre norteado pelo correcto uso da língua portuguesa.

O conhecimento de línguas estrangeiras revela-se essencial para a pesquisa de informação sobre dança, uma vez que a grande maioria da bibliografia e documentação videográfica, bem como quase toda a informação disponível através da Internet, é apresentada em línguas estrangeiras. A terminologia própria da dança pode ser um elemento de motivação para a aprendizagem de línguas estrangeiras e é, seguramente, veiculadora das mesmas.

Existe, nas competências aqui definidas, uma filosofia fundeada num quadro de respeito e valorização da individualidade. A diversidade de leituras do mundo, bem como os diferentes recursos, motivações e competências, que se encontram numa turma de jovens bailarinos, constituem um terreno propício à percepção e troca de metodologias, rotinas, técnicas, "truques", conselhos e à sua experimentação. Esta dimensão empírica, associada ao conhecimento técnico e à informação sobre dança, é factor determinante na consolidação de uma metodologia ou de uma opção estética própria.

Um ensino enraizado, como se pretende, numa riqueza de recursos quotidianamente oferecidos ao aluno, constitui terreno de experimentação e treino para aprender a seleccionar e organizar informação, de acordo com os problemas coreográficos em estudo e num quadro de consciência em relação aos recursos e motivações pessoais.

A condição performativa da dança implica a necessidade de tomar decisões rápidas e adequadas ao contexto artístico em causa. Na improvisação, e no imprevisto que sempre rodeia as actividades performativas, é fulcral saber analisar as situações narrativas, técnicas e estéticas em jogo e ser capaz de antecipar os efeitos da sua acção, com vista a uma resolução criativa do problema.

Faz parte do quotidiano das aulas de Dança a invenção e interpretação de curtos traçados coreográficos, que apontam para a capacidade crescente de intervir autonomamente em projectos coreográficos de algum porte.

A dança é, em si, uma actividade corporativa. Daí que, quotidianamente, surjam tarefas e projectos de conjunto que exercitam o aluno na procura de uma gestão eficaz dos espaços interpessoais, com respeito pelo movimento próprio e alheio.

A prática da dança implica uma atitude de disciplina física, que mantém, necessariamente, o corpo em forma. Por outro lado, obriga a uma consciência e responsabilização, em relação a si próprio e aos outros, no espaço de acção. Através dela é possível fomentar a valorização da ecologia do corpo e do ambiente, partindo do estudo de várias temáticas e do conseqüente trabalho coreográfico e interpretativo. Por exemplo: a respiração, o ar e os elementos constrangedores dessa relação.

Experiências de aprendizagem

O contacto com a dança como arte é essencial para criar referências e pontos de impacto afectivos e estéticos.

A valorização de uma inteligência emocional e sensorial, produtoras de outras abstrações, conduzem o aluno a um conhecimento mais profundo do mundo, através da linguagem e da magia da dança.

É de salientar a preocupação em promover a criação de uma primeira "cultura coreográfica" e também de hábitos de frequência de espectáculos, com vista ao desenvolvimento da apreciação estética e da capacidade crítica, face aos vários aspectos de uma obra performativa.

Para que estas competências sejam efectivamente desenvolvidas pelo aluno é necessário que a escola lhe proporcione:

- Idas ao teatro para assistência a espectáculos;
- Visitas de bailarinos, com formações diversas, à escola;
- Contacto directo com intérpretes, criadores e todos os que estão ligados à produção de espectáculos de dança;
- Visionamento de vídeos de dança, de vários estilos e origens culturais;
- Acesso a uma bibliografia estimulante que apoie o trabalho a desenvolver;
- Criação e construção, do ponto de vista artístico e de produção, de um espectáculo onde a dança tenha um papel preponderante;
- Oportunidade de trabalhar a dança estabelecendo relações com as restantes áreas curriculares.

Competências específicas

As competências que todos os alunos devem desenvolver, em Dança, ao longo dos três ciclos do ensino básico, fundamentam-se nos seguintes aspectos:

- Compreensão da dança enquanto forma de arte;
- Desenvolvimento de experiências e capacidades na área da interpretação (agir e dançar);
- Desenvolvimento de experiências e capacidades na área da composição (imaginar e coreografar);
- A aptidão para analisar e apreciar a dança através da observação e discussão de materiais coreográficos, dentro e fora da escola.

As competências específicas da disciplina de Dança organizam-se em torno de quatro temas referenciais, os elementos da dança (CORPO, ESPAÇO, ENERGIA e RELAÇÃO). Estes elementos serão desenvolvidos ao longo dos três ciclos, através de um aprofundamento progressivo, devendo conduzir a um conhecimento elementar do movimento humano, tendo em vista uma ideia de dança globalizante, de aprendizagem rigorosa, mas também acessível a todos.

O aluno competente em Dança, no final do ensino básico, deverá saber reconhecer e analisar estes quatro temas fundamentais, para poder produzir soluções coreográficas criativas e conducentes a um discurso coreográfico próprio:

- **O corpo – o quê?** Que movimentos pode o corpo fazer?
- **O espaço – onde?** Onde pode o corpo dançar?
- **A energia – como?** Que modos, qualidades ou dinâmicas pode o corpo descobrir e assumir?
- **A relação – com quem, com quê e em que ambiência?** Como é que o corpo se relaciona consigo próprio quando dança sozinho, como se relaciona com o corpo ou corpos de outros quando dança em grupo? Como pode também relacionar-se com coisas e objectos? Como se deixa influenciar por ambientes diversos? Será que estes introduzem outros modos de relação com o seu corpo e consigo próprio?

1.º ciclo

- Conhecer e vivenciar os elementos da dança:
 - Corpo e o seu mapa;
 - Espaço e suas grandes direcções;
 - Energia e as qualidades do movimento;
 - Relação com os outros, objectos e ambientes.

2.º ciclo

- Estabelecer relações entre os elementos da dança (corpo, espaço energia e relação) aprofundando conhecimentos apreendidos anteriormente.
- Desenvolver experiências interdisciplinares com base em problemas da actualidade mundial, nacional e pessoal.
- Alargar o âmbito vivencial da dança, cruzando esse conhecimento com o de outras áreas curriculares.

3.º ciclo

- Consolidar os elementos da dança, teórica e praticamente, numa perspectiva de acesso à dança como cultura:
 - Iniciação a uma história da dança;
 - Desenvolvimento da noção da importância de diferentes técnicas de dança, assim como estratégias de composição coreográfica e sua análise crítica;
 - Criação e produção de um espectáculo de dança dentro da escola (idealmente com o apoio de coreógrafos/artistas).

Os conteúdos concretos devem ser decididos e geridos pelo professor, de acordo com as características do grupo e os programas e orientações curriculares em vigor. Os níveis de desempenho, a fixar para cada um dos três ciclos, devem ser pensados de acordo com uma lógica de complexidade progressiva de conceitos.

No entanto, deve ter-se em conta que os níveis de desempenho não podem ser aplicados de forma indiscriminada a todos os alunos, sendo necessário atender às características e percursos de cada um deles.

Assim, embora a maioria dos alunos consiga compreender, criar e interpretar curtas sequências de dança e pequenos trabalhos coreográficos, é preciso notar que alguns desenvolverão com maior mestria capacidades técnicas e performativas, outros, distinguir-se-ão mais pela capacidade analítica e menos pela performativa e, outros ainda, demonstrarão capacidades criativas que os conduzem mais facilmente à composição coreográfica.



Educação Tecnológica

Educação Tecnológica

A educação tecnológica no ensino básico

A educação tecnológica deverá concretizar-se através do desenvolvimento e aquisição de competências, numa sequência progressiva de aprendizagens ao longo da escolaridade básica, tendo como referência o pensamento e a acção perspectivando o acesso à **cultura tecnológica**. Essas aprendizagens deverão integrar saberes comuns a outras áreas curriculares e desencadear novas situações para as quais os alunos mobilizam, transferem e aplicam os conhecimentos adquiridos gradualmente.

A educação tecnológica orienta-se, na educação básica, para a promoção da cidadania, valorizando os múltiplos papéis do cidadão utilizador, através de competências transferíveis, válidas em diferentes situações e contextos. Referimo-nos às competências do **utilizador individual**, aquele que sabe fazer, que usa a tecnologia no seu quotidiano, às competências do **utilizador profissional**, que interage entre a tecnologia e o mundo do trabalho, que possui alfabetização tecnológica e às competências do **utilizador social**, implicado nas interações tecnologia/sociedade, que dispõe de competências que lhe permitem compreender e participar nas escolhas dos projectos tecnológicos, tomar decisões e agir socialmente, como cidadão participativo e crítico.

Decorre desta concepção a construção do perfil de competências que define um *cidadão tecnológica-mente competente*, capaz de apreciar e considerar as dimensões sociais, culturais, económicas, produtivas e ambientais resultantes do desenvolvimento tecnológico.

- Compreender que a natureza e evolução da tecnologia é resultante do processo histórico;
- Ajustar-se, intervindo activa e criticamente, às mudanças sociais e tecnológicas da comunidade/sociedade;
- Adaptar-se à utilização das novas tecnologias ao longo da vida;
- Predispor-se a avaliar soluções técnicas para problemas humanos, discutindo a sua fiabilidade, quantificando os seus riscos, investigando os seus inconvenientes e sugerindo soluções alternativas;
- Julgar criticamente as diferenças entre as medidas sociais e as soluções tecnológicas para os problemas que afectam a comunidade/sociedade;
- Avaliar as diferenças entre as abordagens sociopolíticas e as abordagens tecnocráticas;
- Reconhecer que as intervenções/soluções tecnológicas envolvem escolhas e opções, onde a opção por determinadas qualidades pressupõe, muitas vezes, o abandono de outras;
- Identificar, localizar e tratar a informação de que necessita para as diferentes actividades do seu quotidiano;
- Observar e reconhecer, pela curiosidade e indagação, as características tecnológicas dos diversos recursos, materiais, ferramentas e sistemas tecnológicos;
- Decidir-se a estudar alguns dispositivos técnico-científicos que estão na base do desenvolvimento tecnológico actual;
- Dispor-se a analisar e descrever sistemas técnicos, presentes no quotidiano, de modo a distinguir e enumerar os seus principais elementos e compreender o seu sistema de funcionamento;

- Escolher racionalmente os sistemas técnicos a usar, sendo eles apropriados/adequados aos contextos de utilização ou de aplicação;
- Estar apto para intervir em sistemas técnicos, particularmente simples, efectuando a sua manutenção, reparação ou adaptação a usos especiais;
- Ler, interpretar e seguir instruções técnicas na instalação, montagem e utilização de equipamentos técnicos da vida quotidiana;
- Detectar avarias e anomalias no funcionamento de equipamentos de uso pessoal ou doméstico;
- Manipular, usar e otimizar o aproveitamento da tecnologia, a nível do utilizador;
- Utilizar ferramentas, materiais e aplicar processos técnicos de trabalho de modo seguro e eficaz;
- Ser capaz de reconhecer e identificar situações problemáticas da vida diária que podem ser corrigidas/ultrapassadas com a aplicação de propostas simples, enquanto soluções tecnológicas para os problemas detectados;
- Ser um consumidor atento e exigente, escolhendo racionalmente os produtos e serviços que adquire e utiliza;
- Procurar, seleccionar e negociar os produtos e serviços na perspectiva de práticas sociais respeitadoras de um ambiente equilibrado, saudável e com futuro;
- Analisar as principais actividades tecnológicas, bem como profissões, na perspectiva da construção estratégica da sua própria identidade e do seu futuro profissional.

Competências específicas

Ao longo do ensino básico, as competências que o aluno deve adquirir no âmbito das aprendizagens em tecnologia organizam-se em três eixos estruturantes fundamentais:

Tecnologia e sociedade

A educação tecnológica, no âmbito da formação para todos, integra uma forte componente educativa, orientada para uma cidadania activa, com base no desenvolvimento da pessoa enquanto cidadão participativo, crítico, consumidor responsável e utilizador inteligente das tecnologias disponíveis.

Neste sentido, a dimensão cultural é central no processo de formação em tecnologia, pois trata-se de proporcionar uma aprendizagem assente no sentido crítico e compreensivo da cultura tecnológica. Este aspecto fundamental para a cultura tecnológica desenvolve-se em torno de conceitos, valores e procedimentos que caracterizam os estádios actuais de desenvolvimento (desiguais) económico, social e cultural.

A dimensão histórica e social da tecnologia, estruturada nas relações dinâmicas entre a tecnologia e a sociedade, determinam o desenvolvimento de conhecimentos e posicionamentos éticos, fundamentais para analisar e compreender os sistemas tecnológicos e os seus impactos sociais.

A compreensão da realidade, e em particular da realidade técnica que rodeia a criança e o jovem, necessita de ferramentas conceptuais para a sua análise e compreensão crítica, de forma a permitir não apenas a construção do conhecimento, mas também a formação de um posicionamento ético, alicerçado em valores e atitudes, desenvolvidas como processo de construção identitária do jovem.

Processo tecnológico

As actividades humanas visam criar, inventar, conceber, transformar, modificar, produzir, controlar e utilizar produtos ou sistemas. Podemos dizer, genericamente, que estas acções correspondem a intervenções de natureza técnica, constituindo a base do próprio processo tecnológico.

A concepção e realização tecnológica necessitam da compreensão e utilização de recursos (conceptuais, procedimentais e materiais), de diversas estratégias mentais, nomeadamente a resolução de problemas, a visualização, a modelização e o raciocínio.

Neste sentido, o **processo tecnológico** é eixo estruturante da educação em tecnologia e, ao mesmo tempo, organizador metodológico do processo didáctico que lhe está subjacente.

Conceitos, princípios e operadores tecnológicos

O **campo e objecto** da tecnologia estabelece uma articulação íntima entre os métodos, os **contextos** e os **modos de operar** (práticas). Estes, mobilizam conhecimentos, modos de pensamento e acções operatórias, assentes nos recursos científicos e técnicos, específicos das realizações tecnológicas.

Assim, a compreensão dos principais conceitos e princípios aplicados às técnicas, bem como o conhecimento dos operadores tecnológicos elementares, constituem o corpo de referência aos **saberes-chave** universais da educação em tecnologia.

Todo o objecto, máquina ou sistema tecnológico é constituído por elementos simples que, combinados de um modo adequado, cumprem uma função técnica específica.

A concepção, construção ou utilização de objectos técnicos exige um mínimo de conhecimentos e de domínio dos operadores técnicos mais comuns, utilizados na construção de mecanismos ou sistemas, bem como o estudo das suas relações básicas.

Tecnologia e sociedade

Tecnologia e desenvolvimento social

No domínio da relação entre a **tecnologia e desenvolvimento social**, as competências tecnológicas que os alunos devem desenvolver ao longo do ensino básico incluem:

- Apreciar e considerar as dimensões sociais, culturais, económicas, produtivas e ambientais resultantes do desenvolvimento tecnológico.
- Compreender que a natureza e evolução da tecnologia resultam do processo histórico;
- Entender o papel da sociedade no desenvolvimento e uso da tecnologia;
- Analisar os efeitos culturais, sociais, económicos, ecológicos e políticos da tecnologia e as mudanças que ela vai operando no mundo;
- Distinguir as diferenças entre medidas sociais e soluções tecnológicas para os problemas que afectam a sociedade;
- Ajustar-se, intervindo activa e criticamente, às mudanças sociais e tecnológicas da comunidade / sociedade;
- Apresentar propostas tecnológicas para a resolução de problemas sociais e comunitários.

1.º ciclo

- Desenvolver a sensibilidade para observar e entender alguns efeitos produzidos pela tecnologia na sociedade e no ambiente;
- Procurar descobrir algumas razões que levam a sociedade a aperfeiçoar e a criar novas tecnologias;
- Compreender actividades tecnológicas simples e saberes técnicos, de acordo com a sua idade e maturidade;
- Identificar algumas profissões do mundo contemporâneo;
- Relacionar objectos, ferramentas e actividades com as profissões identificadas.

2.º ciclo

- Utilizar diferentes saberes (científicos, técnicos, históricos, sociais), para entender a sociedade no desenvolvimento e uso da tecnologia;
- Reconhecer a importância dos desenvolvimentos tecnológicos fundamentais;
- Analisar factores de desenvolvimento tecnológico;
- Entender a inter-relação entre tecnologia, sociedade e meio ambiente;
- Compreender os efeitos culturais, sociais, económicos e políticos da tecnologia;
- Distinguir modos de produção (artesanal e industrial);
- Compreender e distinguir os efeitos benéficos e nefastos da tecnologia na sociedade e no meio ambiente.

3.º ciclo

- Compreender que a natureza e evolução da tecnologia é resultante do processo histórico;
- Conhecer e apreciar a importância da tecnologia, como resposta às necessidades humanas;
- Compreender os alcances sociais do desenvolvimento tecnológico e a produtividade do trabalho humano;
- Avaliar a pertinência das tecnologias convenientes e socialmente apropriadas;
- Ajustar-se às mudanças produzidas no meio pela tecnologia;
- Reconhecer e avaliar criticamente o impacto e as consequências dos sistemas tecnológicos sobre os indivíduos, a sociedade e o ambiente;
- Predispor-se a intervir na melhoria dos efeitos nefastos da tecnologia no ambiente;
- Reconhecer diferentes actividades profissionais, relacionando-as com os seus interesses;
- Predispor-se para uma vida de aprendizagem numa sociedade tecnológica;
- Tornar-se aptos a escolher uma carreira profissional.

Tecnologia e consumo

No domínio das relações entre a **tecnologia e consumo**, as competências tecnológicas que os alunos devem desenvolver ao longo do ensino básico incluem:

- Desenvolver uma atitude reflexiva face às práticas tecnológicas, avaliando os seus efeitos na qualidade de vida da sociedade e do ambiente e sua influência nos valores éticos e sociais,
- Compreender a tecnologia como resultado dos desejos e necessidades humanas;
- Consciencializar-se das transformações ambientais criadas pelo uso indiscriminado da tecnologia e da necessidade de se tornar um potencial controlador;
- Avaliar o impacto dos produtos e sistemas;
- Predispor-se a escutar, comunicar, negociar e participar como consumidor prudente e crítico;
- Tornar-se num consumidor atento e exigente, escolhendo racionalmente os produtos e serviços que utiliza e adquire;
- Intervir na defesa do ambiente, do património cultural e do consumidor, tendo em conta a melhoria da qualidade de vida.

1.º ciclo

- Analisar e comparar objectos de uso diário, antigos e contemporâneos;
- Descrever alguns objectos e sistemas simples que fazem parte do mundo tecnológico e tentar compreender a sua relação com as necessidades do homem;
- Reconhecer a importância de não desperdiçar bens essenciais;
- Distinguir alguns materiais utilizados na protecção dos objectos de consumo diário;
- Utilizar materiais reciclados e reciclar outros (papéis, cartões).

2.º ciclo

- Compreender o papel da sociedade no desenvolvimento e uso da tecnologia;
- Situar a produção de artefactos/objectos e sistemas técnicos nos contextos históricos e sociais de produção e consumo;
- Compreender a necessidade de seleccionar produtos e serviços que adquirem e utilizam;
- Escolher os produtos de acordo com as normas respeitadoras do ambiente;
- Saber que os recursos naturais devem ser respeitados e utilizados responsabilmente;
- Analisar as consequências do uso de uma tecnologia na sociedade e no ambiente;
- Reconhecer os perigos de algumas tecnologias e produtos a fim de os controlar ou evitar.

3.º ciclo

- Compreender as implicações económicas e sociais de alguns artefactos, sistemas ou ambientes;
- Ilustrar, exemplificando, consequências económicas, morais, sociais e ambientais de certas inovações tecnológicas;
- Analisar criticamente abusos, perigos, vantagens e desvantagens do uso de uma tecnologia;
- Ser consumidores atentos e exigentes, escolhendo racionalmente os produtos e serviços que adquiram e utilizem;
- Escolher, seleccionar e negociar os produtos e serviços na perspectiva de práticas sociais respeitadoras de um ambiente equilibrado e saudável;
- Fazer escolhas acertadas, enquanto consumidores, seleccionando e eliminando aquilo que é prejudicial ao ambiente;
- Seleccionar produtos técnicos adequados à satisfação das suas necessidades pessoais ou de grupo;
- Reconhecer normas de saúde e segurança pessoal e colectiva, contribuindo com a sua reflexão e actuação para a existência de um ambiente agradável à sua volta.

Processo tecnológico

Objecto técnico

No domínio da análise e **estudo do objecto técnico**, as competências tecnológicas que os alunos devem desenvolver ao longo do ensino básico incluem

- Distinguir os objectos técnicos dos restantes objectos,
- Conhecer e caracterizar o ciclo de vida dos objectos técnicos,
- Enumerar os principais factores que influenciam a concepção, escolha e uso de objectos técnicos,
- Aptidão para analisar o princípio do funcionamento dos objectos técnicos,
- Compreender a importância de materiais e processos utilizados no fabrico de objectos técnicos;
- Analisar os objectos técnicos relativamente às suas funções técnicas em uso.

1.º ciclo

- Descrever oralmente um objecto do seu envolvimento, a partir da observação directa,
- Relacionar os objectos de uso diário com as funções a que se destinam,
- Reconhecer os materiais de que são feitos os objectos,
- Desmontar e montar objectos simples.

2.º ciclo

- Distinguir um objecto de produção artesanal de um objecto de produção industrial,
- Predispor-se para conhecer a evolução de alguns objectos ao longo da história,
- Analisar o princípio de funcionamento de um objecto técnico simples,
- Descrever o funcionamento de objectos, explicando a relação entre as partes que o constituem,
- Predispor-se para detectar avarias no funcionamento de um objecto de uso frequente.

3.º ciclo

- Dispor-se a estudar o objecto técnico, considerando a análise morfológica, estrutural, funcional e a técnica,
- Predispor-se para proceder à reconstrução sócio-histórica do objecto,
- Avaliar o desempenho do objecto técnico relativamente às suas funções de uso,
- Redesenhar um objecto existente, procurando a sua melhoria estrutural e de uso,
- Adaptar um sistema técnico já existente a uma situação nova,
- Predispor-se a imaginar e conceber modificações em sistemas para que estes funcionem melhor.

Planeamento e desenvolvimento de produtos e sistemas técnicos

No domínio do **planeamento e desenvolvimento de produtos e sistemas técnicos**, as competências tecnológicas que todos os alunos devem desenvolver ao longo do ensino básico incluem:

- Aptidão para identificar e apresentar as necessidades e oportunidades tecnológicas decorrentes da observação e investigação de contextos sociais e comunitários,
- Aptidão para realizar artefactos ou sistemas técnicos com base num plano apropriado que identifique as acções e recursos necessários,
- Reunir, validar e organizar informação, potencialmente útil para abordar problemas técnicos simples; obtida a partir de fontes diversas (análise de objectos, sistemas e de ambientes existentes, documentação escrita e visual, pareceres de especialistas),
- Recorrer ao uso da tecnologia informática para planificação e apresentação dos projectos,
- Utilizar as tecnologias de informação e da comunicação disponíveis, nomeadamente a Internet.

1.º ciclo

- Observar o meio social envolvente, identificando situações ou problemas que afectam a vida diária das pessoas,
- Identificar no meio próximo actividades produtivas de bens e serviços,
- Desenvolver ideias e propor soluções para a resolução de problemas,
- Identificar as principais acções a realizar e os recursos necessários para a construção de um objecto simples,
- Ler e interpretar esquemas gráficos elementares de montagem de objectos (brinquedos, modelos reduzidos, etc.).

2.º ciclo

- Recensear o conjunto de operações necessárias à produção de bens e serviços,
- Observar, interpretar e descrever soluções técnicas,
- Antecipar, no tempo e no espaço, o conjunto ordenado das acções do ciclo de vida de um produto,
- Elaborar, explorar e seleccionar ideias que podem conduzir a uma solução técnica,
- Seleccionar informações pertinentes,
- Expressar o pensamento com ajuda do desenho (esboços e esquemas simples),
- Seguir instruções técnicas redigidas de forma simples.

3.º ciclo

- Elaborar, explorar e seleccionar ideias que podem conduzir a uma solução técnica viável, criativa, esteticamente agradável,
- Representar e explorar graficamente ideias de objectos ou sistemas, usando diversos métodos e meios, para explorar a viabilidade de alternativas,
- Ler e interpretar documentos técnicos simples (textos, símbolos, esquemas, diagramas, fotografias, etc.),
- Realizar e apresentar diferentes informações orais e escritas, utilizando vários suportes e diversas técnicas de comunicação adequadas aos contextos,
- Expressar o pensamento e as propostas técnicas através de esboços e esquemas gráficos,
- Comunicar as soluções técnicas de um produto através de um *dossier*,
- Definir a população-alvo de um certo produto, identificando as suas necessidades e desejos dos eventuais utilizadores,
- Validar as funções do uso de um dado produto nas condições normais de utilização,
- Controlar a conformidade de um produto,
- Clarificar as sequências e procedimentos para diagnosticar uma avaria,
- Recensear o conjunto das operações necessárias à produção de um serviço,
- Elaborar um caderno de encargos, listando os condicionalismos a respeitar.

Conceitos, princípios e operadores tecnológicos

Estruturas resistentes

No domínio do estudo e ensaio de **estruturas resistentes**, as competências tecnológicas que os alunos devem desenvolver ao longo do ensino básico, incluem:

- Identificar a presença de uma grande variedade de estruturas resistentes no meio envolvente,
- Conhecer a evolução de estruturas resistentes em diferentes momentos da história,
- Dominar o conceito de estrutura resistente, identificando algumas situações concretas da sua aplicação,
- Identificar as características que as estruturas resistentes devem ter para cumprirem a sua função técnica,
- Reconhecer que a economia dos materiais aplicados a uma estrutura é favorável do ponto de vista técnico, económico, ambiental e estético,
- Construir estruturas simples, respondendo a especificações e necessidades concretas.

1.º ciclo

- Identificar estruturas nas "coisas naturais" (o tronco da árvore, o esqueleto dos homens e animais, etc.) e nos artefactos construídos pelo homem (pontes, andaimes, edifícios, gruas, pernas de uma mesa ou de uma cadeira, etc.),
- Reconhecer e identificar a presença de estruturas resistentes no meio próximo,
- Construir pequenas estruturas através de meios e processos técnicos muito simples (tubos de papel, perfis de cartolina ou cartão, utilização de embalagens, etc.),
- Ensaiar e experimentar a resistência de pequenas estruturas concebidas com essa finalidade.

2.º ciclo

- Estabelecer analogias entre as funções das estruturas nas "coisas naturais" e os artefactos no mundo construído,
- Analisar diferentes tipos de estruturas existentes em diferentes momentos da história,
- Identificar a partir da observação directa alguns dos esforços a que está submetida uma estrutura,
- Reconhecer que muitas estruturas são constituídas pela montagem de elementos muito simples,
- Identificar alguns elementos básicos constituintes de estruturas resistentes,
- Compreender a razão pela qual triângulos e tetraedros são formas básicas das estruturas de muitas construções.

3.º ciclo

- Identificar e distinguir os diferentes tipos de forças que actuam sobre as estruturas,
- Analisar as condições e o modo de funcionamento para que uma estrutura desempenhe a sua função,
- Ser capazes de distinguir forças de tracção, compressão e flexão,
- Identificar os perfis e características mecânicas das estruturas resistentes Identificar as características e funções dos principais elementos de uma estrutura resistente (viga, pilar, tirante e esquadro);
- Analisar e compreender a influência da disposição geométrica dos elementos sobre a capacidade de resistência das estruturas;
- Analisar e valorizar a importância das normas de segurança nas estruturas submetidas a esforços.

Movimento e mecanismos

No domínio do estudo, análise e aplicação do **movimento e mecanismo**, as competências tecnológicas que os alunos devem desenvolver ao longo do ensino básico incluem:

- Aptidão para verificar que não existe movimento sem estrutura,
- Aptidão para identificar as partes fixas e as partes móveis de um objecto ou sistema técnico,
- Identificar os principais operadores técnicos utilizados nos mecanismos,
- Analisar estruturas com movimento procedentes de diferentes momentos da história,
- Reconhecer alguns mecanismos elementares que transformam ou transmitem o movimento.

1.º ciclo

- Identificar o movimento em objectos simples comuns no quotidiano,
- Realizar um inventário de mecanismos presentes na vida diária,
- Descrever o tipo e a função do movimento em objectos comuns,
- Identificar as partes fixas e as partes móveis em objectos do mundo próximo,
- Dominar as noções de transmissão e de transformação de movimento,
- Montar e desmontar as partes fixas e móveis de objectos simples.

2.º ciclo

- Identificar os elementos de uma estrutura móvel,
- Identificar os elementos e uniões desmontáveis,
- Conhecer as duas grandes famílias de movimento – movimento circular e movimento rectilíneo,
- Reconhecer e identificar processos de transmissão de movimento circular e movimento rectilíneo,
- Conhecer e identificar processos de transmissão com transformação do movimento,
- Construir mecanismos simples que utilizem os operadores mecânicos do movimento.

3.º ciclo

- Conhecer e identificar os principais operadores dos sistemas mecânicos básicos;
- Identificar os diferentes tipos de transmissão e transformação de movimento: circular/circular; circular/rectilíneo; rectilíneo/circular,
- Ser capazes de construir, montar e desmontar objectos técnicos compostos por mecanismos e sistemas de movimento.

Acumulação e transformação de energia

No domínio da **acumulação e transformação de energia**, as competências tecnológicas que o aluno desenvolverá ao longo do ensino básico incluem:

- Compreender que é necessária a existência de energia para produzir trabalho,
- Conhecer diferentes fontes de energia,
- Identificar diferentes formas de energia,
- Analisar e valorizar os efeitos (positivos e negativos) da disponibilidade de energia sobre a qualidade de vida das populações,
- Conhecer as normas de segurança de utilização técnica da electricidade,
- Participar activamente na prevenção de acidentes eléctricos,
- Reflectir e tomar posição face ao impacto social do esgotamento de fontes energéticas naturais,
- Valorizar o uso das energias alternativas, nomeadamente pela utilização de fontes energéticas renováveis.

1.º ciclo

- Compreender o conceito de material combustível e energético,
- Enumerar objectos eléctricos utilizados no quotidiano das pessoas,
- Reconhecer e identificar, no espaço público, objectos que funcionam com electricidade,
- Conhecer o esquema e o princípio de funcionamento de um circuito eléctrico,
- Conhecer os elementos constituintes de um circuito eléctrico simples,
- Desmontar e montar objectos eléctricos simples (lanternas, brinquedos, etc.),
- Conhecer as características e princípios de utilização de materiais condutores e materiais isolantes.

2.º ciclo

- Identificar em objectos simples os operadores tecnológicos com as funções de acumulação e transformação de energia,
- Identificar os elementos fundamentais de um circuito eléctrico, as suas funções e o princípio de funcionamento,
- Construir objectos simples,
- Montar pequenas instalações eléctricas,
- Conhecer as fontes de energia, nomeadamente a energia hidráulica, eólica, geométrica, solar, mareomotriz.

3.º ciclo

- Conhecer os principais operadores eléctricos e a sua aplicação prática;
- Conhecer e identificar a simbologia eléctrica;
- Dominar o conceito de intensidade, resistência e voltagem eléctrica;
- Conhecer diversos tipos de circuitos eléctricos;
- Conhecer o princípio do funcionamento de um motor cc.;
- Conhecer os princípios que explicam o funcionamento do electroímã;
- Conhecer os dispositivos utilizados para a inversão do movimento de um motor cc.;
- Montar e desmontar aparelhos eléctricos simples;
- Construir pequenas montagens e instalações eléctricas.

Regulação e controlo

No domínio da **regulação e controlo**, as competências tecnológicas que os alunos devem desenvolver ao longo do ensino básico incluem:

- Utilizar com correcção os instrumentos de controle e medida,
- Predisposição para aceitar que os sistemas técnicos podem actuar como receptores ou emissores de informação, nomeadamente no comando e regulação de funcionamento de máquinas,
- Compreender que a regulação é o comando de um sistema por si próprio, envolvendo uma cadeia circular (acção/mediação/actuação),
- Reconhecer que a informática facilita e flexibiliza extraordinariamente o comando e regulação dos sistemas técnicos,
- Predisposição para compreender a importância do controlo social da tecnologia.

1.º ciclo

- Identificar actos de comando em sistemas técnicos comuns,
- Identificar os elementos técnicos do comando, regulação e controlo de sistemas técnicos do quotidiano (em ambiente doméstico, na escola ou em espaços sociais),
- Ser capazes de ler um instrumento de medida coerente.

2.º ciclo

- Identificar diferentes tipos de comandos de sistemas técnicos comuns – manuais, mecânicos e automáticos,
- Ser capazes de distinguir actos de comando automático,
- Reconhecer que o funcionamento de um sistema exige a actuação de dispositivos de informação retroactiva,
- Predispor-se a utilizar as disponibilidades técnicas do computador pessoal e dos seus periféricos,
- Verificar o funcionamento de um objecto construído.

3.º ciclo

- Ser capazes de efectuar e relacionar medidas de grandezas eléctricas,
- Seleccionar um sistema eléctrico simples e representar o seu funcionamento,
- Identificar procedimentos e instrumentos de detecção, regulação e controlo de sistemas técnicos comuns,
- Reconhecer que são as relações entre a função técnica de um elemento e a estrutura que permitem realizar a regulação,
- Representar a estrutura funcional de artefactos, destacando a função da regulação mecânica,
- Identificar Conhecer as noções das funções de regulação e de controlo de energia (regular e controlar para que o débito desta seja constante),
- Reconhecer a relação entre a regulação de energia e a possibilidade de controlar os ritmos e níveis dos processos de produção,
- Conhecer alguns operadores técnicos específicos de comando, regulação e controlo.

Materiais

No domínio dos **materiais**, as competências tecnológicas que os alunos devem desenvolver ao longo do ensino básico incluem:

- Conhecer as principais características das grandes famílias dos materiais,
- Aptidão para comparar as características e aplicações técnicas em diferentes materiais,
- Aptidão para escolher materiais de acordo com o seu preço, aspecto, propriedades físicas e características técnicas,
- Valorizar na escolha dos materiais os aspectos estéticos destes que cumpram os requisitos técnicos exigidos,
- Sensibilidade perante a possibilidade de esgotamento de algumas matérias-primas devido a uma utilização desequilibrada dos meios disponíveis na natureza,
- Manter comportamentos seguros perante a eventual nocividade de certos materiais.

1.º ciclo

- Distinguir materiais naturais de materiais artificiais,
- Conhecer a origem de alguns materiais básicos comuns,
- Identificar diversos materiais aplicados na construção de artefactos do quotidiano (um edifício, uma ponte, um automóvel, uma bicicleta, um lápis, um brinquedo, etc.),
- Reconhecer algumas características de materiais comuns: duro-mole, rígido-flexível, opaco-transparente, rugoso-macio, pesado-leve, absorvente-repelente, etc.,
- Predispor-se para compreender que a maioria dos materiais é comercializada após sucessivas fases de preparação, e não como se encontra na natureza.

2.º ciclo

- Identificar os diferentes materiais básicos e algumas das suas principais aplicações,
- Conhecer a origem dos principais materiais básicos,
- Reconhecer características físicas elementares e aptidão técnica dos materiais básicos mais correntes,
- Seleccionar os materiais adequados para aplicar na resolução de problemas concretos,
- Seleccionar e aplicar os materiais tendo em conta as suas qualidades expressivas/estéticas.

3.º ciclo

- Predispor-se para avaliar as características que devem reunir os materiais para a construção de um objecto,
- Conhecer os principais materiais básicos segundo as suas aplicações técnicas nomeadamente materiais de construção, materiais de ligação, de recobrimento, etc.,
- Reconhecer os materiais básicos de uso técnico, segundo tipologia, classificação e formas comerciais,
- Utilizar os materiais tendo em conta as normas de segurança específicas,
- Comparar os materiais aplicados em diferentes momentos da história,
- Predispor-se para atender aos eventuais riscos para a saúde derivados do uso de determinados materiais,
- Sers ensível perante o impacto ambiental e social produzido pela exploração, transformação e desperdício de materiais no possível esgotamento dos recursos naturais.

Fabricação-construção

No domínio da **fabricação e construção**, as competências tecnológicas que o aluno desenvolverá ao longo do ensino básico incluem:

- Identificar e usar racionalmente os instrumentos e ferramentas,
- Conhecer e utilizar os dispositivos de segurança de ferramentas e máquinas,
- Estabelecer um plano racional de trabalho que relacione as operações a realizar e os meios técnicos disponíveis,
- Valorizar o sentido de rigor e precisão.

1.º ciclo

- Conhecer as principais actividades tecnológicas, as profissões e algumas das características dos seus trabalhos,
- Identificar algumas das principais actividades produtivas da região,
- Predispor-se a valorizar as precauções de segurança nos processos de fabricação,
- Realizar a construção de objectos simples utilizando processos e técnicas elementares,
- Realizar medições simples.

2.º ciclo

- Identificar e distinguir algumas técnicas básicas de fabricação e construção,
- Seleccionar e aplicar as ferramentas específicas aos materiais a trabalhar,
- Descrever um objecto comum por meio de esquemas gráficos e figuras,
- Identificar os principais sectores profissionais da actividade tecnológica,
- Manter comportamentos saudáveis e seguros durante o trabalho prático, conhecer algumas técnicas básicas nomeadamente união, separação-corte, montagem, formação, conformação e recobrimento,
- Medir e controlar distâncias e dimensões expressas em milímetros,
- Aplicar as técnicas específicas aos materiais a utilizar e aos problemas técnicos a resolver.

3.º ciclo

- Ser capazes de ler instrumentos de medida com aplicações técnicas,
- Reconhecer que a precisão dimensional e a lubrificação são necessárias ao bom funcionamento de mecanismos,
- Predispor-se a usar medidas rigorosas com tolerância, distinguindo o erro relativo do erro absoluto,
- Definir autonomamente os condicionalismos que se colocam à produção-fabricação de um objecto, nomeadamente financeiros, técnicos, humanos e tempo/duração,
- Escolher e seleccionar os operadores técnicos adequados ao plano e à realização do projecto técnico,
- Interpretar instruções de funcionamento de aparelhos e equipamentos comuns (montagem, fixação, instalação, funcionamento/uso e manutenção),
- Ler e interpretar esquemas gráficos de informação técnica,
- Construir operadores tecnológicos recorrendo a materiais e técnicas básicas,
- Sequenciar as operações técnicas necessárias para a fabricação-construção de um objecto,
- Estabelecer um caderno de encargos,
- Elaborar uma memória descritiva.

Sistemas tecnológicos

No domínio dos **sistemas tecnológicos**, as competências tecnológicas a desenvolver pelos alunos ao longo do ensino básico incluem:

- Analisar o objecto técnico como um sistema,
- Analisar o ciclo de vida do objecto relacionando as interações existentes nos diferentes sistemas sociais: consumo, uso, produção e impacto social e ambiental,
- Usar a perspectiva sistémica na concepção e desenvolvimento do produto pela interacção e articulação de várias perspectivas,
- Aptidão para analisar as relações dos objectos nos sistemas técnico, no sistema de produção e no sistema ambiental,
- A predisposição para reconhecer que todos os sistemas técnicos podem falhar ou não funcionar como o previsto devido a uma falha de uma ou mais partes que constituem o sistema.

1.º ciclo

- Observar e compreender o objecto como um conjunto de componentes ou partes que interagem entre si,
- Observar nos sistemas sociais do meio envolvente a interacção das partes que o constituem,
- Verificar e explicar o que pode acontecer se uma dada parte de um sistema deixa de funcionar,
- Classificar e emparelhar objectos a partir das funções que desempenham num dado sistema.

2.º ciclo

- Predispor-se para reconhecer que todos os sistemas técnicos são constituídos por elementos parciais mas que interagem para a realização das funções gerais do sistema,
- Ser capazes de enumerar e relacionar os elementos constituintes e funcionais de um sistema,
- Dispor-se a reconhecer e compreender a existência de sistemas simples e de reduzidas dimensões, de sistemas complexos de grandes dimensões, nomeadamente os grandes sistemas sociais,
- Analisar a fiabilidade dos vários elementos do sistema,
- Discutir o prejuízo, para a funcionalidade de um sistema, derivado de uma falha de um dos seus componentes,
- Analisar um objecto técnico como um sistema,
- Observar as diferentes funções de um sistema e a sua participação na funcionalidade geral deste (ex.: a bicicleta; o sistema de distribuição de energia eléctrica, etc.).

3.º ciclo

- Predispor-se para analisar a complexidade do meio artificial
- Compreender que todos os produtos tecnológicos se integram num dado sistema específico, nomeadamente os sistemas físicos, biológicos e organizacionais
- Observar e descrever os elementos constitutivos de um dado sistema
- Compreender que um sistema é uma totalidade complexa organizada em função de uma necessidade constituída por elementos solidários interagindo dinamicamente
- Analisar o objecto técnico com um sistema a partir das relações e interações com o meio envolvente;
- Compreender que o estudo do objecto se realiza tendo em conta as relações internas e externas dos seus componentes.

Experiências de aprendizagem

A competência em tecnologia, tal como foi definida, adquire-se e desenvolve-se através da experimentação de situações que mobilizem:

- (i) A integração dos saberes, conhecimentos e conceitos, específicos e comuns a várias áreas do saber;
- (ii) A transformação das aquisições, operacionalizando os saberes em situações concretas, exigindo respostas operativas;
- (iii) A mobilização de conhecimentos, experiências e posicionamentos éticos, e
- (iv) A criação de situações nas quais é preciso tomar decisões e resolver os problemas.

Neste quadro, o conceito de competência adoptado considera que as competências, ao mobilizarem os saberes e saber-fazer, exigem a criação de recursos e situações de aprendizagem que permitam a realização do princípio de mobilização.

Para que haja transferência de competências é indispensável que estas sejam postas em acção e treinadas de forma sistemática.

Tipologia e natureza das actividades em educação tecnológica:

- Actividades de observação;
- Actividades de pesquisa;
- Actividades de resolução de problemas (técnicas/tecnológicas);
- Actividades de experimentação;
- Actividades de design;
- Actividades de organização e gestão;
- Actividades de produção (técnica e oficial).

Experiências educativas e situações de aprendizagem que todos os alunos devem viver:

- Debater e avaliar os efeitos sociais e ambientais da actividade técnica na sociedade;
- Analisar objectos técnicos;
- Observar e descrever objectos e sistemas técnicos;
- Projectar sistemas técnicos simples;
- Planificar actividades técnico-construtivas;
- Sequencializar operações técnicas;
- Resolver problemas técnicos;
- Interpretar enunciados de projectos técnicos;
- Montar e desmontar operadores tecnológicos;
- Construir mecanismos elementares;
- Efectuar medições técnicas;
- Executar projectos técnicos;
- Pesquisar soluções técnicas;
- Analisar os princípios de funcionamento técnico dos objectos;
- Organizar informações técnicas;

- Elaborar desenhos simples de comunicação técnica normalizada;
- Interpretar esquemas técnicos;
- Utilizar as tecnologias de informação e comunicação;
- Interpretar documentos técnicos relativos à instalação, uso e manutenção de equipamentos domésticos (casa, escola, etc.);
- Elaborar programas (simples, em papel) relativos à tomada de decisões no quotidiano;
- Trabalhar colaborativa e cooperativamente (individualmente, a pares e em grupo).

Uma tipologia genérica mais alargada de experiências educativas e situações de aprendizagem tipo, mobilizáveis em educação tecnológica.

A partir da perspectiva de integração dos saberes e saber-fazer tecnológicos sugerem-se experiências educativas organizadas a partir das componentes estruturantes do campo da educação tecnológica, a saber:

- Componente histórica e social;
- Componente científica;
- Componente técnica;
- Componente comunicacional;
- Componente metodológica.

Componente histórica e social:

- Analisar factores de desenvolvimento tecnológico;
- Analisar e tomar posição face à implementação de soluções tecnológicas para problemas sociais;
- Analisar criticamente a vida comunitária e social;
- Situar a produção de artefactos/objectos e sistemas técnicos nos contextos históricos e sociais de produção e consumo;
- Identificar profissões, sectores de actividade económica e áreas tecnológicas;
- Apresentar propostas tecnológicas para a resolução de problemas sociais e comunitários.

Componente científica:

- Identificar variáveis e factores tecnológicos;
- Formular hipóteses;
- Extrair conclusões;
- Realizar cálculos matemáticos;
- Realizar observações directas;
- Calcular valores e custos;
- Interpretar dados numéricos;
- Identificar o princípio científico de funcionamento de um objecto ou sistema técnico;
- Interpretar símbolos, diagramas e gráficos.

Componente técnica:

- Analisar objectos, máquinas e processos de trabalho técnico:
 - Identificar os elementos constitutivos de um objecto técnico;*
 - Identificar o princípio de funcionamento técnico de objectos e sistemas.*
- Montar e desmontar aparelhos e objectos técnicos simples:
 - Ajustar componentes de uma construção;*
 - Substituir componentes;*
 - Detectar e identificar avarias (simples);*
 - Realizar reparações simples.*
- Medir objectos simples:
 - Utilizar aparelhos de medida;*
- Realizar projectos:
 - Realizar objectos técnicos simples;*
 - Seleccionar materiais, ferramentas e utensílios;*
 - Sequenciar operações técnicas;*
 - Aplicar técnicas de trabalho com materiais correntes;*
 - Aplicar técnicas e processos de trabalho para a construção de objectos;*
 - Verificar o funcionamento dos objectos construídos;*
- Seguir instruções técnicas escritas:
 - Interpretar as instruções de funcionamento (montagem, fixação, instalação, manutenção, uso de aparelhos técnicos correntes (electrodomésticos, equipamentos técnicos de uso na escola, etc.);*
- Combinar operadores tecnológicos:
 - Avaliar materiais, produtos, processos tecnológicos;*
 - Resolver problemas tecnológicos;*

Componente comunicacional:

- Elaborar documentos técnicos (de registo escrito);
- Produzir textos relativos a funções específicas:
 - Redigir um relatório técnico;*
 - Redigir uma memória descritiva;*
 - Redigir um caderno de encargos;*
 - Redigir os descritores de uso e manutenção de objectos/equipamentos;*
 - Redigir informações destinadas aos consumidores de objectos ou sistemas técnicos;*
 - Redigir, experimentalmente, uma patente;*
 - Descrever situações, fenómenos e processos.*

- Desenhar objectos e construções:
 - Realizar esboços e croquis;*
 - Elaborar registos gráficos de memória/especulação e observação directa;*
 - Representar objectos à escala;*
 - Representar simbolicamente operadores, instalações, circuitos e processos.*
- Apresentar as suas próprias realizações:
 - Expor oralmente um projecto/uma solução técnica;*
 - Expor visualmente um objecto/sistema ou projecto técnico;*
- Interpretar informação;
- Interpretar um enunciado/projecto técnico;
- Utilizar o vocabulário específico da tecnologia;
- Usar as tecnologias informação e de comunicação.

Componente metodológica:

- Identificar fontes de informação;
- Localizar informação;
- Usar as tecnologias de informação e comunicação;
- Elaborar estratégias de recolha de informação;
- Consultar catálogos técnicos e revistas de tecnologia;
- Seleccionar informação;
- Classificar e organizar a informação;
- Pesquisar informações e soluções técnicas específicas;
- Estabelecer analogias e transferência de soluções entre problemas técnicos similares e as soluções adoptadas;
- Planificar processos produtivos;
- Estabelecer sequências de processos;
- Organizar o trabalho;
- Realizar simulações;
- Trabalhar em grupo/integrar uma equipa;
- Contactar, em contexto real, com ambientes de trabalho profissional em empresas;
- Contactar com profissionais.

Produtos/objectos/registos da aprendizagem

- Concretização das actividades de ensino e aprendizagem – produtos/tipo de registo/actividade dos alunos.
- Objectos (produtos socialmente úteis);
- Protótipos;
- Modelos (construção);
- Modelos (simulação);
- Montagens experimentais;
- Ensaios técnicos experimentais;
- Maquetas;
- Trabalho sobre “Kits” (experimentação, análise, montagem, construção, etc.);
- Instalações;
- portefólio de projectos;
- Documentos técnicos;
- Estudos (escritos, gráficos, etc.);
- Exposições temáticas;
- Debates/*role playing*;
- Apresentação oral de trabalhos;
- Outros.



Educação Física

Educação Física

Introdução

A Educação Física, enquanto área curricular, estabelece um quadro de relações com as que com ela partilham os contributos fundamentais para a formação dos alunos ao longo da escolaridade.

O essencial do valor pedagógico dessas relações reside nos aspectos particulares da Educação Física, materializado no conjunto de contributos e de riquezas patrimoniais específicas, que não podem ser promovidas por qualquer outra área ou disciplina do currículo escolar.

Trata-se, como em muitas outras facetas do desenvolvimento humano, da partilha geracional de um conjunto de aquisições socialmente relevantes, que se constituem como o património cultural, tendo como referente o corpo e a actividade física, na sua vertente de construção individual e colectiva e de relacionamento e integração na sociedade.

Da diversidade das construções culturais operadas (em constante construção e mutação) resulta um processo de apropriação invariavelmente inacabado e imperfeito.

Olha-se, portanto, para este percurso educativo como o combate ao analfabetismo motor, que deverá estar completamente erradicado nos nossos jovens no fim da escolaridade básica, a partir da progressiva integração de um conjunto de atitudes, capacidades, conhecimentos e hábitos no âmbito da Educação Física.

Esse percurso obriga à aquisição de competências em diferentes domínios e matérias próprias da Educação Física, num claro sinal de ampliação das experiências motoras vividas, de modo eclético, tendo como pano de fundo a perseguição constante da qualidade de vida, da saúde e do bem-estar.

Neste quadro perseguem-se um conjunto de finalidades¹ enformadoras de todo o plano curricular e garante de orientação, equilíbrio e interdependência quer entre os diversos anos, quer dentro de cada ano e ciclo de escolaridade:

"Na perspectiva da melhoria da qualidade de vida, da saúde e do bem-estar:

- *Melhorar a aptidão física elevando as capacidades físicas de modo harmonioso e adequado às necessidades de desenvolvimento do aluno;*
- *Promover a aprendizagem dos conhecimentos relativos aos processos de elevação e manutenção das capacidades físicas;*
- *Assegurar a aprendizagem de um conjunto de matérias representativas das diferentes actividades físicas, promovendo o desenvolvimento multilateral e harmonioso do aluno, através da prática de:*
 - *As actividades físicas desportivas nas suas dimensões técnica, tática, regulamentar e organizativa;*
 - *As actividades físicas expressivas (danças), nas suas dimensões técnica, de composição e interpretação;*

¹ In Programas Nacionais de Educação Física.

- *As actividades físicas de exploração da Natureza, nas suas dimensões técnica, organizativa e ecológica;*
- *Jogos tradicionais e populares.*
- *Promover o gosto pela prática regular das actividades físicas e aprofundar a compreensão da sua importância como factores de saúde e componente da cultura, na dimensão individual e social.*
- *Promover a formação de hábitos, atitudes e conhecimentos relativos à interpretação e participação nas estruturas sociais no seio das quais se desenvolvem as actividades físicas, valorizando:*
 - *A iniciativa e a responsabilidade pessoal, a cooperação e a solidariedade;*
 - *A ética desportiva;*
 - *A higiene e a segurança pessoal e colectiva;*
 - *A consciência cívica na preservação das condições de realização das actividades físicas, em especial a qualidade do ambiente."*

As competências em Educação Física adquirem-se pela prática de actividade física qualitativa e quantitativamente adequada às possibilidades e necessidades de cada aluno, em situações que promovam o seu desenvolvimento, isto é, situações em que o esforço físico, a aprendizagem, a descoberta e o desafio pessoal e colectivo sejam uma constante.

Cooperar com outros em tarefas e projectos comuns é uma competência intrínseca desta área disciplinar.

Em todas as matérias da Educação Física coexistem actividades de superação e aperfeiçoamento pessoal e actividades de demonstração de competências, individuais e em grupo (por exemplo, as acções em situação de Jogo Desportivo Colectivo, a exploração de movimento a pares e em grupo na Dança, os esquemas em grupo na Ginástica, os percursos em equipa na Orientação, etc.).

A atitude de empenho, perseverança, esforço e autodisciplina, imprescindíveis num processo de desenvolvimento em que o aperfeiçoamento e a superação são um desafio constante, passa **pela autonomia e responsabilidade dos alunos na realização e regulação da sua própria actividade.**

É neste quadro que, na Educação Física, o cumprimento de regras assume grande importância em cenários diversos mas complementares.

Às exigências de respeito pelas regras de participação nas várias actividades/matérias, definidas pelos seus regulamentos, juntam-se as de realização das tarefas, sem as quais o treino é inconsequente, as regras de funcionamento e segurança em espaços e actividades próprias da disciplina (ginásios, transporte e manipulação dos equipamentos, etc.), ou ainda normas para preservação do equilíbrio ecológico (por exemplo, em actividades de exploração da natureza).

O relacionamento interpessoal e de grupo assume importância vital nesta área, em que grande parte das realizações dos alunos são colectivas. A qualidade deste relacionamento é uma das preocupações representada nos objectivos da Educação Física no Ensino Básico e nos princípios de organização das actividades educativas e assenta na "**promoção da autonomia,** pela atribuição, reconhecimento e **exigência de responsabilidades** efectivas aos alunos, nos problemas organizativos e de tratamento das matérias que podem ser assumidos e resolvidos por eles" e na "orientação da sociabilidade no sentido de uma **cooperação efectiva entre os alunos,** associando-se não só à melhoria da qualidade das prestações, especialmente nas situações de competição entre equipas, mas também ao **clima relacional favorável ao aperfeiçoamento pessoal e ao prazer** proporcionado pelas actividades." (Cf. Programas de Educação Física do Ensino Básico).

Apesar da diversidade dos contextos de aprendizagem, as situações e os métodos de trabalho utilizados evidenciam sempre o aluno como protagonista do processo ensino-aprendizagem, apelando a uma **participação activa em todas as situações de aula**.

A realização de actividades de forma autónoma e criativa é, obviamente, valorizada e incentivada. Por este motivo esta preocupação vem explícita nos programas de Educação Física, nomeadamente nos Objectivos Gerais comuns a todas as áreas, referindo que o aluno deverá "participar em todas as situações (...) apresentando iniciativas e propostas pessoais de desenvolvimento da actividade individual e do grupo, considerando as que são apresentadas pelos companheiros com interesse e objectividade".

A promoção e aceitação da iniciativa dos alunos, orientando-a para a elevação da qualidade do seu empenho e dos efeitos positivos das actividades, traduz a valorização da **criatividade**.

Este processo, a par da especificidade das matérias da Educação Física e do desejável clima de desafio e descoberta, enquadra um singular contributo desta área para o desenvolvimento das competências relacionadas com o **tratamento da informação, a tomada de decisões e a resolução de problemas**.

Um dos aspectos particulares do desenvolvimento de estratégias cognitivas ocorre, por exemplo, nas situações de jogo, que solicitam constantemente ao aluno a adequação das suas acções à leitura que faz do jogo, isto é, às acções dos companheiros de equipa e adversários, ou, noutro exemplo, na resposta que o aluno encontra face aos problemas colocados em percursos de orientação, na procura da melhor solução.

Para além disso, a aprendizagem de habilidades técnicas pressupõe a reprodução e ou recriação de padrões de movimento, que o aluno tem identificar e interpretar a partir da informação prestada verbal e ou visualmente.

Em todas as situações de interacção com o aluno, por exemplo, na apresentação da habilidade a realizar ou na correcção da sua prestação, é solicitada a interpretação de informação visando a adequação/ajustamento das suas acções ao contexto ou modelo apresentado.

As competências associadas **à resolução de problemas** são amplamente solicitadas na Educação Física. A construção do pensamento estratégico, que permite ao aluno escolher a acção mais favorável ao êxito pessoal e do grupo nos Jogos Desportivos Colectivos ou na acumulação de vantagem nos desportos de raqueta ou na pertinência das opções tomadas em percursos de orientação, é exemplo do contributo único da Educação Física.

As competências relacionadas com a utilização de diferentes formas de comunicação e de linguagens de diferentes áreas do saber desenvolvem-se, na Educação Física, pela utilização de terminologia específica da cultura física e de cada uma das matérias de ensino e pela utilização de comunicação gestual específica das modalidades desportivas, como são, por exemplo, as acções técnicas de arbitragem, a comunicação dentro da equipa nos jogos desportivos colectivos e também as habilidades de expressão e de comunicação nas actividades rítmicas expressivas.

A promoção de estilos de vida saudáveis e a responsabilização dos alunos quanto à segurança pessoal e colectiva recebem contributos inquestionáveis da Educação Física. Vem explícita nos seus programas como uma referência fundamental e transversal da área, traduzida, não só, na interpretação conceptual (ou cognitiva) destes assuntos, mas também na sua interpretação prática, sistemática, na actividade física (cf. Objectivos Gerais de ciclo e especificações das matérias).

É, aliás, neste domínio, bem como no da realização de actividade física pedagogicamente orientada, que o contributo desta área disciplinar para a formação e desenvolvimento dos alunos se torna mais visível.

Com efeito, as características intrínsecas à actividade física proporcionam, de uma forma singular, no currículo dos alunos do ensino básico contextos favoráveis e facilitadores do desenvolvimento do conjunto das competências aqui mencionadas.

Experiências de aprendizagem

O percurso educativo do aluno no ensino básico deve ser organizado em torno da diferenciação e relação entre os diferentes tipos de actividade física, que caracterizam cada uma das áreas e subáreas identificadas nas “Finalidades da Educação Física do Ensino Básico”.

Em cada um dos ciclos do ensino básico deve assegurar-se que os alunos participem em situações características da aprendizagem dos Jogos Desportivos Colectivos, da Ginástica, do Atletismo, dos Desportos de Raquetas, dos Desportos de Combate, da Patinagem, da Dança, das Actividades de Exploração da Natureza e dos Jogos Tradicionais e Populares (integrando-se nesta área os Jogos Infantis), de forma a garantir o **ecletismo** da Educação Física e promover o desenvolvimento multilateral das crianças e jovens.

Devem ser igualmente consideradas situações de aprendizagem dos conhecimentos relativos aos processos de elevação e manutenção da Aptidão Física e também à interpretação e participação nos contextos em que se realizam as actividades físicas, visando, por um lado, a promoção de estilos de vida activos e, por outro, o exercício consciente de cidadania.

A Educação e Promoção da Saúde e a elevação da Aptidão Física, sendo preocupações centrais da Educação Física, “obriga” a que os alunos se empenhem, em todas as aulas, em actividades de treino, cuja qualidade e quantidade de esforço físico sejam adequadas às necessidades e possibilidades dos alunos e capazes de promover o desenvolvimento das capacidades motoras.

Tendo como pano de fundo estes pressupostos, cabe aos Departamentos de Educação Física das escolas e ou dos agrupamentos de escolas a organização do percurso e das exigências educativas ao longo dos anos de cada ciclo de escolaridade, tendo sempre como referência os objectivos do ciclo.

No plano mais operacional da concepção e organização das actividades de desenvolvimento que promovem os efeitos educativos pretendidos, deve ser assegurado um conjunto de qualidades genéricas, independentemente do tipo de actividade. Assim, as situações de aprendizagem e treino devem, per si ou no seu conjunto:

- Ser **inclusivas pois**, nenhum aluno pode ser excluído por dificuldades ou aptidão insuficiente, nem por exigências gerais que deixem de considerar as suas possibilidades;
- Proporcionar muito **tempo de prática de actividade física com significado e qualidade**, isto é, adequada às necessidades e características dos alunos;
- Ser **significativas**, correspondendo às expectativas de aperfeiçoamento pessoal do aluno. Os desafios devem ser colocados acima das suas possibilidades do momento, mas acessíveis em curto prazo. No seu conjunto, a actividade do aluno deve ser de “moderada a intensa” constituindo-se como carga física que permita a elevação do nível funcional das capacidades motoras;
- Ser **agradáveis**, possibilitando que os alunos realizem a actividade de que necessitam, mas também a que gostam, conciliando-a com motivações, gostos e interesses;
- Ser **variadas**, solicitando diferentes capacidades e colocando exigências diversificadas do ponto de vista motor e do tipo de esforço;
- Ser realizadas num **ambiente pedagógico** que promova a **cooperação e ajuda mútua**, o **respeito pelos outros**, o sentido da **responsabilidade**, a segurança e o espírito de **iniciativa**, reconhecendo-se que as actividades específicas da Educação Física se realizam fundamentalmente em grupo (em cooperação/oposição), apresentando-se como terreno excelente para a Educação para a Cidadania.

Reconhecendo que a Educação Física se centra na actividade física, embora não se esgote nela, privilegia-se a referência às situações de aprendizagem que envolvam actividade motora.

Neste quadro, entende-se como situações de aprendizagem as oportunidades de prática, organizadas de forma que todos os alunos tenham o máximo tempo de actividade motora significativa e especificamente orientada para o alcance das competências.

Dadas as características próprias da Educação Física e das suas aprendizagens, um conjunto de aspectos essenciais têm de ser considerados na elaboração e selecção das situações de aprendizagem:

- **A actividade formativa deve ser tão global quanto possível e tão analítica quanto necessário.** Entende-se por actividade "global" a organização da prática do aluno segundo as características da actividade referente – jogo, concurso, percurso, sequência, coreografia, etc. Por actividade "analítica" entendemos a exercitação, o aperfeiçoamento de elementos parciais e críticos, das diferentes competências técnicas ou técnico-tácticas, em situações simplificadas ou fraccionadas da actividade referente;
- **A constituição dos grupos,** face às características já referidas dos processos de aprendizagem desta área curricular (os alunos aprendem em interacção com os outros, existência de competências de realização colectiva, etc.). Esta é uma questão delicada que o professor não pode deixar de equacionar de forma a gerir a dinâmica e as relações intraturma, aproveitando ao máximo as suas potencialidades para a realização dos objectivos estabelecidos. Assim, os diferentes modos de agrupamento (grupos heterogéneos e homogéneos) devem ser considerados processos convenientes em períodos limitados do plano de turma, adequados, portanto, às etapas de aprendizagem e aos propósitos pedagógicos do professor;
- **A diferenciação de objectivos e ou actividades formativas** para alunos e ou subgrupos distintos é desejável e necessária para corresponder ao princípio metodológico segundo o qual a actividade formativa proporcionada aos alunos deve ser tão colectiva (de conjunto, interactiva) quanto possível e tão individualizada (ou diferenciada por grupos de nível) quanto o necessário. Esta diferenciação é garante também da **inclusividade** característica das aulas de Educação Física.

As **situações de aprendizagem na Educação Física** são inúmeras e variadas, originando contextos de aprendizagem bastante diversificados consoante o tipo de actividade e papéis atribuídos ao professor e ao(s) aluno(s). No entanto, as situações que a seguir se enumeram constituem-se como referência fundamental na organização do processo ensino-aprendizagem.

O exercício individual é uma situação simples de aprendizagem ou aperfeiçoamento de acções técnicas e ou técnico-tácticas das várias matérias dos programas.

A sua construção deve considerar, sempre que possível, a associação de várias habilidades de forma a aproximá-la do contexto da actividade referente. É o caso das situações de exercício nos Jogos Desportivos Colectivos, em que, por exemplo, a aprendizagem e o aperfeiçoamento da finalização deve ser associada à recepção, passe ou progressão (nos jogos de invasão) ou a recepção associada ao serviço (no voleibol). Mesmo na Ginástica, é fundamental que à aprendizagem de cada habilidade seja associada outra, de forma a garantir o seu encadeamento e facilitar a aprendizagem e demonstração de competências no contexto da sequência gímnica ou da coreografia.

O exercício individual pode assumir várias formas organizativas, como é o caso do concurso no voleibol, dos percursos e circuitos na Ginástica ou no treino das capacidades motoras, sendo por esse aspecto uma situação facilitadora da diferenciação do ensino.

Os exercícios em grupo constituem-se como situações simples de aprendizagem ou aperfeiçoamento de acções técnicas e ou técnico-táticas em várias matérias dos programas, em que existe o propósito de valorizar atitudes de cooperação e entreajuda (o 1+1 no badminton, situações de ensino recíproco na Ginástica, percurso na natureza ou de orientação), ou quando a natureza das aprendizagens implica a sua realização em grupo (por exemplo a Luta, os "toques" em grupo no voleibol, o 1x1 no basquetebol).

As sequências de habilidades e coreografias são situações mais complexas em que a aprendizagem só se pode realizar nos contextos de demonstração de competências de algumas matérias (Ginástica, Dança, Patinagem). Nalguns casos (quando não são predeterminadas pelo professor), exigem um trabalho prévio do aluno ou grupo de alunos, de concepção da sequência ou da coreografia. Não se trata só da realização de determinadas habilidades, mas sim da composição de umas com as outras (da sua ligação), o que faz realçar a importância da harmonia e fluidez de movimentos. É o caso da sequência gímnica no solo ou na trave, ou da coreografia na Dança ou na Ginástica Acrobática.

As **situações de jogo**, típicas de aprendizagem dos Jogos Desportivos Colectivos ou dos Desportos de Raquetas, são idênticas às actividades referentes das matérias destas subáreas. A escolha, a oportunidade e adequação das acções técnicas e ou técnicas-táticas depende da capacidade de os alunos "lerem o jogo", cuja aprendizagem implica que o professor, nestas situações, não comande as acções dos alunos, substituindo ou inibindo as suas opções.

A constituição dos grupos assume, aqui, uma importância decisiva, de modo a garantir que todos os alunos tenham a possibilidade de protagonismo no jogo, necessário para aprender.

Nas situações de jogo simplificado, procura-se retirar alguma complexidade às situações de jogo formal, reduzindo o número de jogadores (3x3 no basquetebol) e ou reduzindo as dimensões do campo (4x4 no voleibol em campo reduzido). A simplificação do jogo pode também ser conseguida utilizando somente uma fracção do campo (3x3 em meio campo no basquetebol).

Este tipo de situações visa aumentar a participação dos alunos no jogo, ampliando o espaço relativo de cada um e a possibilidade de protagonismo no jogo.

As situações de exploração do movimento são típicas da Dança, em que os alunos, individualmente ou em grupo, combinam movimentos locomotores e não locomotores, segundo determinado ritmo (musical ou outro), e em que o aspecto expressivo tem um relevo fundamental.

Competências específicas

As competências específicas na área da Educação Física que se apresentam no quadro seguinte traduzem os objectivos de cada um dos ciclos do ensino básico:

1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo
<p>Elevar o nível funcional das capacidades condicionais e coordenativas da resistência geral, da velocidade de reacção simples e complexa, de execução das acções motoras básicas e de deslocamento, da flexibilidade, do controlo da postura, do equilíbrio dinâmico em situação de voo, de aceleração e de apoio instável e ou limitado, do controlo de orientação espacial, do ritmo e da agilidade</p> <p>Participar com empenho no aperfeiçoamento da sua habilidade nos diferentes tipos de actividades, procurando realizar as acções adequadas com correcção e oportunidade.</p>	<p>Elevar o nível funcional das capacidades condicionais e coordenativas gerais básicas, particularmente da resistência geral de longa duração; da força rápida; da velocidade de reacção simples e complexa, de execução, de frequência de movimentos e de deslocamento; da flexibilidade; da força resistente (esforços localizados) e das destrezas geral e direccionada.</p> <p>Conhecer os processos fundamentais das adaptações morfológicas, funcionais e psicológicas, que lhe permitem compreender os diversos factores da aptidão física.</p> <p>Conhecer e aplicar cuidados higiénicos, bem como as regras de segurança pessoal e dos companheiros, e de preservação dos recursos materiais.</p> <p>Participar activamente em todas as situações e procurar o êxito pessoal e do grupo:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Relacionando-se com cordialidade e respeito pelos seus companheiros, quer no papel de parceiros quer no de adversários; 	<p>Elevar o nível funcional das capacidades condicionais e coordenativas gerais, particularmente, de resistência geral de longa e média durações; da força resistente; da força rápida; da velocidade de reacção simples e complexa, de execução, de deslocamento e de resistência; da flexibilidade, das destrezas geral e específica.</p> <p>Conhecer e aplicar diversos processos de elevação e manutenção da condição física de uma forma autónoma no seu quotidiano.</p> <p>Conhecer e interpretar factores de saúde e risco associados à prática das actividades físicas e aplicar regras de higiene e de segurança.</p> <p>Participar activamente em todas as situações e procurar o êxito pessoal e do grupo:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Relacionando-se com cordialidade e respeito pelos seus companheiros, quer no papel de parceiros quer no de adversários;

(continua)

(continuação)

1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo
<p>Cooperar com os companheiros nos jogos e exercícios, compreendendo e aplicando as regras combinadas na turma, bem como os princípios de cordialidade e respeito na relação com os colegas e professor.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Aceitando o apoio dos companheiros nos esforços de aperfeiçoamento próprio, bem como as opções do(s) outro(s) e as dificuldades reveladas por eles; - Cooperando nas situações de aprendizagem e de organização, escolhendo as ações favoráveis ao êxito, segurança e bom ambiente relacional, na actividade da turma; <p>Analisar e interpretar a realização das actividades físicas seleccionadas, utilizando os conhecimentos sobre técnica, organização e participação, ética desportiva, etc.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Aceitando o apoio dos companheiros nos esforços de aperfeiçoamento próprio, bem como as opções do(s) outro(s) e as dificuldades reveladas por eles; - Cooperando nas situações de aprendizagem e de organização, escolhendo as ações favoráveis ao êxito, segurança e bom ambiente relacional, na actividade da turma; - Interessando-se e apoiando os esforços dos companheiros com oportunidade, promovendo a entreaduda para favorecer o aperfeiçoamento e satisfação própria e do(s) outro(s); - Apresentando iniciativas e propostas pessoais de desenvolvimento da actividade individual e do grupo, considerando também as que são apresentadas pelos companheiros com interesse e objectividade; - Assumindo compromissos e responsabilidades de organização e preparação das actividades individuais e ou de grupo, cumprindo com empenho e brio as tarefas inerentes. <p>Analisar e interpretar a realização das actividades físicas seleccionadas, aplicando os conhecimentos sobre técnica, organização e participação, ética desportiva, etc.</p>

(continua)

(continuação)

1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo
<p>Realizar ações motoras básicas com aparelhos portáteis, segundo uma estrutura rítmica, encadeamento ou combinação de movimentos, conjugando as qualidades da ação própria ao efeito pretendido pela movimentação do aparelho.</p> <p>Realizar ações motoras básicas de deslocamento, no solo e em aparelhos, segundo uma estrutura rítmica, encadeamento ou combinação de movimentos, coordenando a sua ação para aproveitar as qualidades motoras possibilitadas pela situação.</p>		<p>Interpretar crítica e correctamente os acontecimentos na esfera da cultura física, compreendendo as actividades físicas e as condições da sua prática e aperfeiçoamento como elementos de elevação cultural dos praticantes e da comunidade em geral.</p> <p>Identificar e interpretar os fenómenos da industrialização, urbanismo e poluição como factores limitativos da aptidão física das populações e das possibilidades de prática das modalidades da cultura física.</p>

(continua)

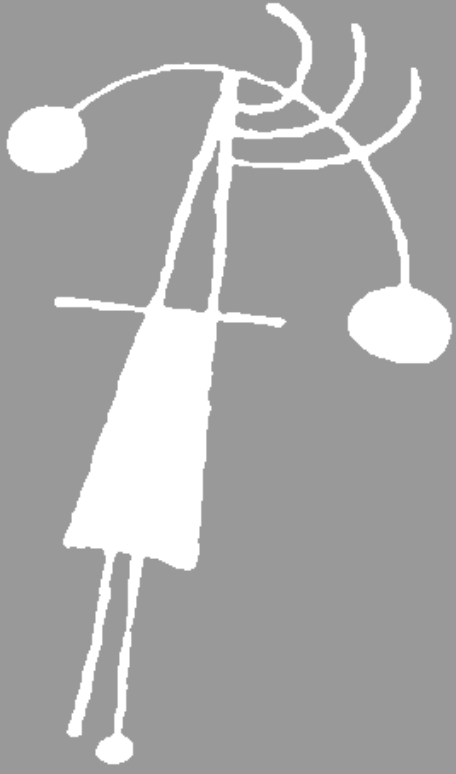
(continuação)

1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo
<p>Participar em jogos ajustando a sua iniciativa própria e as qualidades motoras na prestação às oportunidades oferecidas pela situação de jogo e ao seu objectivo, realizando habilidades básicas e acções técnico-tácticas fundamentais, com oportunidade e correcção de movimentos.</p>	<p>Praticar actividades lúdicas tradicionais populares de acordo com os padrões culturais característicos da região e cooperar com os companheiros para o alcance do objectivo dos jogos elementares, utilizando com oportunidade as acções técnico-tácticas características.</p> <p>Cooperar com os companheiros para o alcance do objectivo dos Jogos Desportivos Colectivos, desempenhando com oportunidade e correcção as acções solicitadas pelas situações de jogo, aplicando a ética do jogo e as suas regras.</p>	<p>Praticar e conhecer jogos tradicionais populares de acordo com os padrões culturais característicos.</p> <p>Cooperar com os companheiros para o alcance do objectivo dos Jogos Desportivos Colectivos, realizando com oportunidade e correcção as acções técnico-tácticas elementares em todas as funções, conforme a oposição em cada fase do jogo, aplicando as regras não só como jogador, mas também como árbitro</p>
<p>Realizar habilidades gímnicas básicas em esquadras ou seqüências no solo e em aparelhos, encadeando e ou combinando as acções com fluidez e harmonia de movimentos.</p>	<p>Compor e realizar, da Ginástica, as destrezas elementares de solo, aparelhos e mini-trampolim, em esquemas individuais e/ou de grupo, aplicando os critérios de correcção técnica e expressão, e apreciando os esquemas de acordo com esses critérios.</p>	<p>Compor, realizar e analisar, da Ginástica, as destrezas elementares de acrobacia, dos saltos do solo e dos outros aparelhos, em esquemas individuais e ou de grupo, aplicando os critérios de correcção técnica, expressão e combinação, e apreciando os esquemas de acordo com esses critérios.</p>
<p>Patinar com equilíbrio e segurança, ajustando as suas acções para orientar o seu deslocamento com intencionalidade e oportunidade na realização de percursos variados.</p>	<p>Patinar com equilíbrio e segurança, ajustando as suas acções para orientar o seu deslocamento com intencionalidade e oportunidade na realização de seqüências rítmicas, percursos ou jogos.</p>	<p>Utilizar adequadamente os patins, em combinações de deslocamentos e paragens, com equilíbrio e segurança, realizando as acções técnico-tácticas elementares em jogo e as acções de composições rítmicas «individuais» e «a pares».</p>

(continua)

(continuação)

1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo
<p>Combinar deslocamentos, movimentos não locomotores e equilíbrios adequados à expressão de motivos ou temas combinados com os colegas e professor, de acordo com a estrutura rítmica e melodia de composições musicais.</p> <p>Escolher e realizar habilidades apropriadas, em percursos na natureza, de acordo com as características do terreno e os sinais de orientação, colaborando com os colegas e respeitando as regras de segurança e de preservação do ambiente.</p>	<p>Realizar, do Atletismo, saltos, corridas e lançamentos, segundo padrões simplificados, e cumprindo correctamente as exigências elementares técnicas e regulamentares.</p> <p>Realizar, da Luta, as acções de oposição directa solicitadas, utilizando as técnicas fundamentais de controlo e desequilíbrio, com segurança (própria e do opositor), aplicando as regras e os princípios éticos.</p> <p>Interpretar sequências de habilidades específicas elementares da Dança, em coreografias individuais e ou em grupo, aplicando os critérios de expressividade considerados, de acordo com os motivos das composições.</p> <p>Utilizar as habilidades apropriadas, em percursos de natureza, de acordo com as características do terreno e obstáculos, orientando-se pela interpretação dos sinais da carta e do percurso, apoiando os colegas e respeitando as regras de segurança e de preservação da qualidade do ambiente</p>	<p>Realizar e analisar, do Atletismo, saltos, lançamentos, corridas e marcha, cumprindo correctamente as exigências elementares, técnicas e do regulamento, não só como praticante, mas também como juiz.</p> <p>Realizar com oportunidade e correcção as acções do domínio de oposição em actividade de combate, utilizando as técnicas elementares de projecção e controlo, com segurança (própria e do opositor) e aplicando as regras, quer como executante quer como árbitro.</p> <p>Realizar com oportunidade e correcção as acções técnico-táticas elementares dos jogos de raquetas, garantindo a iniciativa e ofensividade em participações «individuais» e «a pares», aplicando as regras, não só como jogador, mas também como árbitro.</p> <p>Apreciar, compor e realizar sequências de elementos técnicos elementares da Dança em coreografias individuais e ou em grupo, aplicando os critérios de expressividade, de acordo com os motivos das composições.</p> <p>Realizar percursos de nível elementar, utilizando técnicas de orientação e respeitando as regras de organização, participação, e de preservação da qualidade do ambiente.</p>



Bibliografia

Bibliografia

Bibliografia geral

- ALONSO, L., H. PERALTA e V. ALOIZ (2001). *Parecer sobre o projecto de Gestão Flexível do Currículo*. <http://www.deb.min-edu.pt>
- CARDOSO, C. (coord.) (1998). *Gestão intercultural do currículo – 1.º Ciclo*. Lisboa: Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural.
- DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA (2000). "O currículo", número temático da *Revista de Educação*, IX.
- DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (1998). *Educação, integração, cidadania*. Lisboa: Departamento da Educação Básica.
- DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (1998). *Organização curricular e programas: 1.º ciclo do ensino básico (2.ª ed.)*. Lisboa: Departamento da Educação Básica.
- DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (1998). *Gestão flexível do currículo*. Lisboa: Departamento da Educação Básica.
- DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (2001). *Gestão curricular no 1.º ciclo. Monodocência-coadjuvação*. Actas do "Encontro de Reflexão", Viseu, 11-12 Dezembro, 2000. Lisboa: Departamento da Educação Básica.
- DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (2001). *Reorganização curricular do ensino básico. Princípios, medidas e implicações*. Lisboa: Departamento da Educação Básica.
- DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (2001). *Gestão flexível do currículo. As escolas partilham experiências*. Lisboa: Departamento da Educação Básica.
- DIRECÇÃO-GERAL DOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO (1991). *Organização curricular e programas: Ensino Básico - 2.º ciclo* (vol. I). Lisboa: Direcção-Geral do Ensino Básico e Secundário.
- DIRECÇÃO-GERAL DOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO (1991). *Organização curricular e programas: Ensino Básico - 3.º ciclo* (vol. I). Lisboa: Direcção Geral do Ensino Básico e Secundário.
- FOSNOT, C. (1999). *Construtivismo e educação*. Lisboa: Instituto Piaget.
- FREITAS, C. M. V. de (1998). "Inovação curricular: O desafio que espera uma resposta". In J. A. PACHECO, J. M. PARASKEVA e A. M. SILVA (orgs.) *Reflexão e inovação curricular*. Actas do III Colóquio sobre Questões Curriculares. Braga: Universidade do Minho, 13-31.
- FREITAS, C. M. V. de et al (2001). *Gestão flexível do currículo. Contributos para uma reflexão crítica*. Lisboa: Texto Editora.
- GOODMAN, N. (1995). *Modos de fazer mundos*. Porto: Edições ASA.
- INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO EDUCATIVA (2001). "O currículo", número temático da revista *NOESIS*.
- LE BOTERF, G. (1995). *De la compétence: Essai sur un attracteur étrange*. Paris: Les Éditions de l'Organization.
- LE BOTERF, G. (1997). *De la compétence à la navigation professionnelle*. Paris: Les Éditions de l'Organization.
- PACHECO, J. (1996). *Currículo: Teoria e praxis*. Porto: Porto Editora.
- PERRENOUD, P. (1997). *Construire des compétences dès l'école*. Paris: ESF.
- PERRENOUD, P. (1997). *Pédagogie différenciée: Des intentions à l'action*. Paris: ESF.
- PERRENOUD, P. (1999). "Construir competências é virar as costas aos saberes?" *Pátio. Revista Pedagógica*, 11, 15-19.
- ROLDÃO, M.C. (1995). *O director de turma e a gestão curricular*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- ROLDÃO, M.C. (1999). *Gestão curricular – Fundamentos e práticas*. Lisboa: Departamento da Educação Básica.
- SACRISTÁN, G. (1994). *El curriculum: Una reflexión sobre la práctica*. Madrid: Morata.
- ZABALZA, M. (1992). *Planificação e desenvolvimento curricular*. Porto: Edições ASA.

Língua Portuguesa

- AA (2001). *Terminologia linguística para os Ensinos Básico e Secundário*. Lisboa: DES/DEB/APP.
- CUNHA, C. e L. CINTRA (1984). *Nova gramática do português contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- DUARTE, I. (1998). "Algumas boas razões para ensinar gramática". In *A língua mãe e a paixão de aprender. Actas*. Porto: Areal, 110-123.
- DUARTE, I. (2000). *Língua portuguesa. Instrumentos de análise*. Lisboa: Universidade Aberta.
- FARIA, I., E. PEDRO, I. DUARTE e C. GOUVEIA (1996). *Introdução à linguística geral e portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- MATA, A. I. (1992). "É só ouvir ... em Português". In DELGADO-MARTINS *et al. Para a didáctica do português. Seis estudos de linguística*. Lisboa: Colibri, 45-74.
- MORAIS, J. (1997). *A arte de ler*. Lisboa: D. Quixote.
- PEREIRA, L. A. (2000). *Escrever em português. Didácticas e práticas*. Porto: ASA.
- SIM-SIM, I. (1997). *Avaliação da linguagem oral*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- SIM-SIM, I. (1998). *Desenvolvimento da linguagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- SIM-SIM, I., I. DUARTE e M. J. FERRAZ (1997). *A língua materna na Educação Básica*. Lisboa: Departamento da Educação Básica.

Línguas Estrangeiras

- COUNCIL OF EUROPE (1998). *Modern languages: Learning, teaching, assessment. A common European framework of reference*. Strasbourg: Council of Europe.
- CONSEIL DE L' EUROPE/LES EDITIONS DIDIER (2001). *Cadre européen commun de référence pour les langues: Apprendre, enseigner, évaluer*. Paris: Conseil de l'Europe.

Matemática

- ABRANTES, P. (1994). *O trabalho de projecto e a relação dos alunos com a Matemática* (tese de doutoramento). Lisboa: Associação de Professores de Matemática.
- ABRANTES, P., L. SERRAZINA e I. OLIVEIRA (1999). *A Matemática na Educação Básica*. Lisboa: Departamento da Educação Básica.
- ABRANTES, P., L. C. LEAL e J. P. PONTE (orgs.) (1996). *Investigar para aprender Matemática*. Lisboa: Projecto Matemática para Todos e Associação de Professores de Matemática.
- ABRANTES, P., J. P. da PONTE, H. FONSECA e L. BRUNHEIRA (1999). *Investigações matemáticas na aula e no currículo*. Lisboa: Projecto Matemática para Todos e Associação de Professores de Matemática.
- ABRANTES, P., L. C. LEAL, P. TEIXEIRA e E. VELOSO (1997). *MAT789 – Inovação curricular em Matemática*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA (1988). *Renovação do currículo de Matemática*. Lisboa: Associação de Professores de Matemática.
- ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA (1999). "O currículo", número temático de *Educação e Matemática*, 55.
- GOLDENBERG, E. P. (1998). "Hábitos de pensamento: Um princípio organizador para o currículo" (I). *Educação e Matemática*, 47, 31-35 e 44.
- GOLDENBERG, E. P. (1998). "Hábitos de pensamento: Um princípio organizador para o currículo" (II). *Educação e Matemática*, 48, 37-44.
- MATOS, J. M. e L. SERRAZINA (1996). *Didáctica da Matemática*. Lisboa: Universidade Aberta.
- NATIONAL COUNCIL OF TEACHERS OF MATHEMATICS (1991). *Normas para o currículo e a avaliação em matemática escolar*. Lisboa: Associação de Professores de Matemática e Instituto de Inovação Educacional. (tradução portuguesa de *Curriculum and evaluation standards for school mathematics*, 1989).

- NATIONAL COUNCIL OF TEACHERS OF MATHEMATICS (1994). *Normas profissionais para o ensino da Matemática*. Lisboa: Associação de Professores de Matemática e Instituto de Inovação Educacional. (tradução portuguesa de *Professional standards for teaching mathematics*, 1991).
- NATIONAL COUNCIL OF TEACHERS OF MATHEMATICS (1998). *Normas para a avaliação em matemática escolar*. Lisboa: Associação de Professores de Matemática e Instituto de Inovação Educacional. (tradução portuguesa de *Assessment standards for school mathematics*, 1995).
- PONTE, J. P. e L. SERRAZINA (2000). *Didáctica da Matemática do 1.º Ciclo*. Lisboa: Universidade Aberta.

Estudo do Meio

- BETTENCOURT, C. e P. MATA (1998). *Mais cientistas de palmo e meio: Partilha de uma experiência*. Lisboa: Programa Educação para Todos.
- CASTRO, L. e M. RICARDO (1992). *Gerir o trabalho de projecto: Um manual para professores e formadores*. Lisboa: Texto Editora.
- CAVACO, M. H. (1995). *Investigar para aprender: Trabalho de campo*. Lisboa: Departamento da Educação Básica.
- MARTINS, I. e M. L. VEIGA (1999). *Uma análise do currículo da escolaridade básica na perspectiva da educação em ciências*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- MIGUÉNS, M., et al. (1997). *Dimensões formativas de disciplinas do ensino básico: Ciências da Natureza*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA (1998). *2.º Forum Ciência Viva*. Lisboa: Autor.
- ROLDÃO, M. C. (1995). *O estudo do meio no 1.º ciclo: Fundamentos e estratégias*. Lisboa: Texto Editora.
- SÁ, J. (1995). *Renovar práticas no 1.º ciclo pela via das ciências da natureza*. Porto: Porto Editora.
- <http://www.uev.met.pt/>
- <http://www.inrp.fr/lamap>

História

- ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA (1995-). *Cadernos pedagógico-didáticos*;
- BARCA, I. (1998). *O Estudo da História*. Actas do Congresso: O Ensino da História – problemas de didáctica e do saber histórico". Lisboa: Associação de Professores de História.
- BARCA, I. (2000). *O pensamento histórico dos jovens*. Braga: CEEP, Universidade do Minho.
- BLACK, M. L. (1997). *Reflexões sobre os currículos de História na União Europeia*. Lisboa: Associação de Professores de História.
- DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO (1991). *Programa História e Geografia de Portugal. Plano de organização do processo de ensino-aprendizagem: Ensino Básico – 2.º ciclo* (vol. II). Lisboa: Direcção-Geral do Ensino Básico e Secundário.
- DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO (1991). *Programa História. Plano de organização do processo de ensino-aprendizagem: Ensino Básico – 3.º ciclo* (vol. II). Lisboa: Direcção-Geral do Ensino Básico e Secundário.
- FÉLIX, N. (1998). *A História na Educação Básica*. Lisboa: Departamento da Educação Básica.
- LEVSTIK, L. e K. BARTON, (2001). *Doing History: Investigating with children in elementary and middle schools*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- MATTOZI, I. (1998). "A História ensinada: Educação cívica, educação social ou formação cognitiva?". *O Estudo da História*. Actas do Congresso: "O Ensino da História – problemas de didáctica e do saber histórico". Lisboa: Associação de Professores de História.
- PORTAL, C. (1987). *The History curriculum for teachers*. London: The Palmer Press.
- STEARNS, P., P. SEIXAS e S. WINEBURG (2001). *Knowing, teaching and learning History*. Nova Iorque: New York University Press.

Geografia

- BAILEY, P. e P. FOX (1997). *Geography teacher's handbook*. Sheffield: The Geographical Association.
- DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (2001). *Geografia. Orientações curriculares, 3.º ciclo*. Lisboa: Departamento da Educação Básica.
- DIRECÇÃO-GERAL DOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO (1991). *Programa de História e Geografia de Portugal. Plano de organização do ensino-aprendizagem*. Vol. II. Ensino Básico, 2.º ciclo. Lisboa: Direcção-Geral do Ensino Básico e Secundário.
- FERREIRA, C. (2000). "As finalidades da educação geográfica no Ensino Básico". *GeoNova*, n.º 1, Lisboa.
- GLENNIS, C. (2000). "Cwricwlwm Cymru 2000". *Teaching Geography*, 25,1, January.
- GRAVES, N. (1984). *Geography in education*. London: Heinemann Educational Books.
- HOPKIN, J. (2000). "Assessment for learning in Geography". *Teaching Geography*, 25,1, January.
- NEW RELEVANCE FOR SCIENCE AND SOCIETY (1997). *Rediscovering Geography*. Washington, D.C.: National Academy Press.
- OCDE (1999). *Mesurer les connaissances et compétences des élèves*. Paris: Autor.
- UNIÃO GEOGRÁFICA INTERNACIONAL (UGI)/Comissão da Educação Geográfica (1992). *Carta Internacional da Educação Geográfica*. Lisboa: Associação de Professores de Geografia. (tradução portuguesa de Manuela Malheiro Dias Ferreira).
- <http://members.aol.com/bowermanb/games-html>
- www.quia.com/pages/all.htmlgeographicGames

Ciências Físicas e Naturais

- AIKENHEAD, G. (1998). *Processes of science*.
- <http://www.usask.ca/education/people/aikenhead/procsci.htm> (28 Junho 2001).
- CANAVARRO, J. M. (1998). *Ciência e sociedade*. Coimbra: Quarteto.
- DIRECÇÃO-GERAL DOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO (1991). *Ensino Básico, 2.º ciclo – Programa Ciências da Natureza*. Lisboa: Direcção-Geral do Ensino Básico e Secundário.
- DIRECÇÃO-GERAL DOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO (1991). *Ensino Básico, 3.º ciclo – Programa de Ciências Naturais*. Lisboa: Direcção-Geral do Ensino Básico e Secundário.
- DIRECÇÃO-GERAL DOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO (1993). *Ensino Básico, 3.º ciclo – Programa de Ciências Físico-Químicas*. Lisboa: Direcção-Geral do Ensino Básico e Secundário.
- FELDMAN, H. D. (1994). *Beyond universal in cognitive development*. New Jersey: Ablex Publishing Corporation.
- FOUREZ, G. (1994). *Alphabétisation scientifique et technique – Essai sur les finalités de l'enseignement des sciences*. Bruxelles: De Boeck-Wesmael.
- GRÄBER, W e P. NENTWIG (1999). *Scientific literacy: Bridging the gap between theory and practice*. Comunicação apresentada na ATEE Spring University in Klaipėda/Lituânia, 6 de Maio de 1999.
- HODSON, D. (1998). *Teaching and learning science – Towards a personalized approach*. Buckingham: Open University.
- MARTINS I. P. e M. L. VEIGA (1999). *Uma análise do currículo da escolaridade básica na perspectiva da educação em ciências*. Lisboa: Instituto de Investigação Educacional.
- MILLAR, R. e J. OSBORNE (1999). *Beyond 2000 – A report with ten recommendations*. London: Kings' College, School of Education.
- NATIONAL SCIENCE TEACHERS ASSOCIATION (1992). *Scope, sequence and coordination of secondary school science – vol. I*. Washington, DC: National Science Teachers Association.
- NATIONAL SCIENCE TEACHERS ASSOCIATION (1992). *Scope, sequence and coordination of secondary school science – vol. II: Research*. Washington, DC: National Science Teachers Association.
- SASKATCHEWAN (Canada). *Science – A curriculum guide for elementary school* (1990).
- <http://www.sasked.gov.sk.ca/docs/elemsci/elemtsci.htm> (28 Junho 2001).

- SASKATCHEWAN (Canada). *Science – A curriculum guide for middle level* (1993)
<http://www.sasked.gov.sk.ca/docs/midlsci/midlsci.html> (28 Junho 2001).
- SOLOMON, J. e G. AIKENHEAD (1994). *STS Education – International perspectives on reform*. New York, NY and London: Teachers College.
- TREFIL, J. e R. HAZEN (1998). *The Sciences, an integrated approach*. New York, NY: John Wiley.
- WENHAM, M. (1995). *Understanding primary science: Ideas, concepts and explanations*. London: Paul Chapman.

Educação Artística

- ARNHEIM, R. (1993). *Consideraciones sobre la educación artística*. 1ª Ed. Barcelona: Ediciones Paidós.
- BOURDIEU, P. (1994). *O poder simbólico*. Lisboa: Editora Difel, Col. Memória e Sociedade.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (1999). *Parecer n.º 2 / 99, Educação estética, ensino artístico e sua relevância na educação e na interiorização dos saberes*. Diário da República - II série, de 3 de Fevereiro de 1999.
- CHOEN, Elaine; GAINER, Ruth (1984) *Art, another language for learning*. New York: Ed. Schocken Books.
- DEWEY, John (1958) *Art as experience*. New York: Capricorn Books.
- GARDNER, H. (1983) *Frames of mind. The theory of multiple intelligences*. New York: Basic Books, Inc. Publishers.
- GARDNER, H. (1997) *As artes e o desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- GRUPO DE CONTACTO ENTRE OS MINISTÉRIOS DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA (2000). *A Educação Artística e a Promoção das Artes, na Perspectiva das Políticas Públicas - Relatório do Grupo de Contacto entre os Ministérios da Educação e da Cultura*. Lisboa: Ministério da Educação, Coleção Educação para o Futuro.
- MARINA, J. A. (1994) *Teoría de la inteligencia creadora*. 3ª Ed. Barcelona: Ed. Anagrama.
- MINISTRY OF EDUCATION (1999). *The arts in the New Zealand curriculum*. Draft.
http://www.tki.org.nz/r/arts/curriculum/statement/contents_e.php.
- MINISTRY OF EDUCATION AND TRAINING (1998). *The Ontario curriculum, Grades 1-8: The Arts*.
<http://www.edu.gov.on.ca/eng/document/curricul/arts/arts.html>.
- ROSS, M. (1981) *The aesthetic imperative*. London: Pergamon Press.

Educação Visual

- AAVV (1995). *História da Arte Portuguesa*. Paulo Pereira (coord.). Lisboa: Circulo dos Leitores.
- ARNEIM, R. (1993). *Consideraciones sobre la educación artística*. Barcelona: Paidós Estética.
- BARBOSA, A. (1997). *Arte-Educação: Leitura no subsolo*. São Paulo: Cortez Editora.
- BARRETT, M. (1982). *Educação em arte*. Lisboa: Ed. Presença.
- BARRY, A-M.S. (1997). *Visual Intelligence – Perception, image and manipulation in visual communication*; Nova Iorque, New York Press University.
- BERGER, R. (1958). *Découverte de la peinture*. Lausanne: La Guide du Livre et Editions des Fauconnières.
- BEST, D. (1996). *A racionalidade do sentimento. O papel das artes na educação*. Porto: Edições ASA.
- BOSCH, E. (1998). *El placer de mirar. El museo del visitante*. Barcelona: Actar.
- GOLOMB, C. (1992). *The child's creation of a pictorial world*. Oxford: University of California Press.
- ECO, U. (1981). *A definição da arte*. São Paulo: Martins Fontes.
- EFLAND, A. (1995). *A history of art education. Intellectual and social currents in teaching the visual arts*. New York: Teachers College, Columbia University.
- EISNER, R. (1972). *Educar la visión artística*. Madrid: Paidós Educador.
- FELDMAN, E.B. (1987). *Varieties of visual experience*. New York: Harry N. Abrams, Inc. Publishers.

- FRANÇA, J-A. (1974). *A arte em Portugal no século XX*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- FROIS, J. P. et al. (2000). *Educação estética e artística. Abordagens transdisciplinares*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- GNDARA, I. (1987). *Desenho infantil. Um estudo sobre níveis do símbolo*. Lisboa: Texto Editora.
- GARDNER, H. (1993). *Arte, mente y cérebro. Una aproximación cognitiva a la creatividad*. Barcelona: Paídos.
- GONÇALVES, R. M. (1998). *A arte portuguesa no século XX*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- HOOPER-GREENHILL, E. (1995). *Museum, media, message*. London: Routledge.
- HUYGHE, R. (1965). *Os poderes da imagem: Balanço de uma psicologia da arte*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- LAMBERT, S. (1985). *El dibujo técnica y utilidad*. Madrid: Ed. Hermann Blume.
- MARTY, G. (1999). *Psicología del arte*. Madrid: Pirámide.
- MAYER, R. (1993). *Materiales y técnicas del arte*. Madrid: Hermann Blume Ediciones.
- MIDGLEY, B. (1993). *Guia completa de escultura, modelado y cerâmica, técnicas y materiales*. Madrid: Hermann Blume Ediciones.
- MOLES, A. A. (1975). *O kitsch: A arte da felicidade*. São Paulo: Perspectiva.
- MUNARI, B. (1993). *Das coisas nascem coisas*. Lisboa: Edições 70.
- NADAL, E., J. XAVIER (1998). "Educação estética, Ensino artístico e sua relevância na educação e na interiorização de saberes". *Pareceres e Recomendações – 1998*. Lisboa: Conselho Nacional de Educação.
- OREY, C. (1999). *A exemplificação na arte. Um estudo sobre Nelson Goodman*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian-Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- PARSONS, M. (1992). *Compreender a arte*. Lisboa: Editorial Presença.
- PONTY, M. (1997). *O olho e o espírito*. Lisboa: Veja.
- SABINO, I. (2000). *Pintura depois da pintura*. Lisboa: Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa.
- SENA, A. (1998). *História da imagem fotográfica em Portugal 1839 a 1997*. Porto: Porto Editora.
- SOURIAU, E. (1990). *Vocabulaire d'esthétique*. Paris: PUF.
- SOUSA, R. (1995). *Didáctica da Educação Visual*. Lisboa: Universidade Aberta.
- TELMO, I. C. (1989). *O património e a escola*. Lisboa: Texto Editora.

Música

- ALMEIDA, J. L. R. (1998). *Um olhar musical pelos resíduos*. Lisboa: Instituto dos Resíduos.
- ALMEIDA, L. P. e J. P. ALMEIDA (dir.) (1998). *Enciclopédia da música ligeira Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- BERNSTEIN, L. (s./d.). *Concertos para jovens*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- BRITO, M. de C. e L. CYMBRON (1992). *História da música portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- BUCHNER, A. (1987). *Encyclopédie des instruments de musique*. Paris: Grund.
- CAMPBELL, P. S. (1991). *Lessons from the world: A cross-cultural guide to music teaching and learning*. New York: Schirmer Books.
- CASTELO-BRANCO, S. E. (coord.). *Enciclopédia da música portuguesa do século XX*. Lisboa: Publicações D. Quixote. (No prelo)
- DIAS, M. (1986). *Instrumentos musicais de Moçambique*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- GIACOMETTI, M. (1981). *Cancioneiro popular português*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- GILBERT, J. (1997). *European festivals: Songs, dances and customs from around Europe*. Oxford: University Press.
- GRAÇA, F. L. (1977). *A canção popular portuguesa*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- HENRIQUES, L. (1988). *Instrumentos musicais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- KENNEDY, M. (1994). *Dicionário Oxford de música*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

- MARQUES, H. (1986). *Dicionário de termos musicais*. Lisboa: Estampa.
- NERY, R. e P. F. CASTRO (1991). *História da música (Sínteses da cultura portuguesa)*. Lisboa: Comissariado para a Europália 91-Portugal e Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- OLIVEIRA, E. V. de (2000). *Instrumentos musicais populares portugueses*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Museu Nacional de Etnologia.
- PAYNTER, J. (1970). *Sound and silence: Classroom projects in creative music*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SARDINHA, J.A. (2000). *Tradições musicais da Estremadura*. Vila Verde: Tradisom.
- SCHAEFFER, P. (1993). *Tratado dos objectos musicais. Ensaio transdisciplinar*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- SHAFER, R. M. (1976). *Creative music education: Handbook for the modern music teacher*. New York: Schirmer.
- ULRICH, M. (1992). *Atlas de música*. Madrid: Alianza Editorial (2 vols.).
- VANDERVORST, M. (1997). *Lutherie sauvage. Instruments de musique à inventer*. Paris: Editions Alternatives.

Expressão Dramática/Teatr o

- BEJA, F., J. M. TOPA, M., C. MADUREIRA. (1993). *Drama, Pois!*. Porto: Porto Editora.
- BEST, D. (1992). *The rationality of feeling*. London: The Falmer Press.
- GÓMEZ, J. A. C., J. MARTINS e M. F. VIETES (2000). *Animação teatral, teoria e prática*. Porto: Campo das Letras.
- GOOCH, S. (1998). *Eu escrevo peças de Teatro*. Lisboa: Ed. Pergaminho.
- LANDIER, J.-C., G. BARRET (1994). *Expressão dramática e teatro*. Porto: Edições ASA.
- NEELANDS, J. (1984). *Making sense of drama, a guide to classroom practice*. Oxford: Heinemann Educational Books.
- NOVELLY, M. C. (1994). *Jogos teatrais*. São Paulo: Papyrus Editora.
- RYNGAERT, J.-P. (1981). *O jogo dramático no meio escolar*. Coimbra: Centelha.
- WIERTSEMA, H. (1993). *100 jogos de movimento*. Porto: Edições ASA.
- WOODCRAFT FOLK (The) (1998). *Jogos de cooperação*. Lisboa: Associação para a Promoção Cultural da Criança.

Dança

- BRINSON, P. (1991). *Dance as education – Towards a national dance culture*. London: The Palmer Press.
- BRUCE, V. (1988). *Movement & Dance in the Primary School*. Open University Press.
- CARROLL, J. e P. Lofthouse (1969). *Creative dance for boys*. London: Macdonald and Evans Ltd.
- CHAPAVEYRE, Y. de R. (1987). *Notre enfant et la danse*. Chiron.
- GOUGH, M. (1993). *In Touch with Dance*. Lancaster, UK: Whitehorn Books.
- GOUGH, M. (1999). *Knowing dance – A guide for creative teaching*. London: Dance Books, Cecil Court.
- HASELBACH, B. (1978). *Dance education – Basic principles and models for Nursery and Primary School*. London: Schott and Co. Ltd.
- JOYCE, M. (1980). *First steps in teaching creative dance to children*. California, USA: Mayfield Publishing Co.
- LABAN, R. (1988). *Modern educational dance*. Plymouth: Northcote House Publishers.
- SLATER, W. (1990). *Teaching modern educational dance – Creative Development in Primary School*. Plymouth: Northcote House.
- VÁRIOS (1989). *The arts in schools – Principles, practice and provision*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Educação Tecnológica

- BAPTISTA, J. (1997). *Filosofia da Educação Tecnológica*. Lisboa: Universidade Aberta.
- CROSS, A e R. McCormick (eds.) (1986). *Technology in schools*. Milton Keynes: Open University Press.
- DEFORGE, Y. (1993). *De l'éducation technologique à la culture technique*. Paris: ESF.

- FONT, J. (1996). *La enseñanza de tecnología en la ESO*. Barcelona: Eumo Octaedro.
- LAYTON, D. (1993). *Technology challenge to science education*. London: Open University Press.
- LAYTON, D. (1988). *Innovations dans l'enseignement des sciences et de la technologie*, vols. I e II. Paris: UNESCO.
- LEBEAUME, J. (2000). *L'éducation technologique. Histoire et méthode*. Paris: ESF.
- KIMBELL, R. et al. (1996). *Understanding practice in design and technology*. London: Open University Press.
- NOGUEIRA, J. (1997). *Didáctica de Educação Tecnológica*. Lisboa: Universidade Aberta.
- PORFÍRIO, M. (1992). *Metodologia do projecto tecnológico*. Lisboa: Universidade Aberta.
- TECHNOLOGY FOR ALL AMERICANS PROJECT (1996). *Technology for all americans: A rationale and structure for the study of technology*, Reston, Virginia: International Technology Education Association.

Educação Física

- DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO (1991). *Programa de Educação Física, Ensino Básico, 3.º ciclo* – vol. II. Lisboa: Direcção-Geral do Ensino Básico e Secundário.
- DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO (1992). *A Educação Física no 1.º Ciclo do Ensino Básico*. Lisboa: Direcção-Geral do Ensino Básico e Secundário.
- DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO (1992). *Videograma de apoio ao Programa. A Educação Física no 1.º ciclo do Ensino Básico*. Lisboa: Direcção-Geral do Ensino Básico e Secundário.

Apoio



Comissão das Comunidades Europeias
Programa SOCRATES
Acção 6.1.2

CURSOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SECUNDÁRIO

Técnico/a Auxiliar de Saúde

PROGRAMA

Componente de Formação Técnica

Disciplina de

Saúde

Escolas Proponentes / Autores

	(Coordenador)

**Agência Nacional para a Qualificação
2010**

Parte I

Orgânica Geral

Índice:

	Página
1. Caracterização da disciplina	2
2. Visão geral e objectivos do programa.	2
3. Competências a desenvolver.	2
4. Orientações metodológicas / Avaliação	4
5. Elenco modular	5
6. Bibliografia	5

1. Caracterização da Disciplina

A disciplina de Saúde do Curso Técnico/a Auxiliar de Saúde é constituída por nove módulos, que se aconselha sejam distribuídos equitativamente por 3 anos.

Disciplina da componente de formação técnica, tem um teor especificamente tecnológico e prático, com o qual se pretende que os alunos adquiram conhecimentos e competências científico-profissionais sobre anatomia, fisiologia patologias frequentes e respectivas estratégias de resposta, bem como noções na área de abordagem geral aos primeiros socorros e a aplicação de conceitos em ambientes específicos como a obstetrícia e a pediatria.

2. Visão Geral do Programa

O objectivo principal é alertar e preparar o Técnico/a Auxiliar de Saúde para a importância e a complexidade da Saúde, quer nos cuidados domiciliários como naqueles devidos aos utentes das instituições.

O programa tem subjacente a abordagem de todas as temáticas relacionadas com a anatomia descritiva humana básica e a anatomia de relação, para melhor entendimento dos comportamentos do doente. Faz igualmente referência à fisiologia e patologias mais frequentes da prática diária.

O programa visa actualizar os estudantes em relação a todas as problemáticas e realidades relacionadas com os diferentes ambientes hospitalares, tais como a obstetrícia, a pediatria e a abordagem à emergência.

O aluno deverá entender a Saúde não apenas como um estado de não doença, mas de verdadeira profilaxia e promoção do bem-estar saudável aos mais diversos níveis.

3. Competências a Desenvolver

- Aumentar o leque de conhecimentos sobre Saúde individual e comunitária, sabendo fundamentar a sua actuação.

TÉCNICO/A AUXILIAR DE SAÚDE

- Desenvolver a sensibilidade para a importância da investigação e constante actualização das temáticas relacionadas com a Saúde.
- Compreender a complexidade do ser humano, quer ao nível biológico quer ao nível relacional.
- Estar preparado para despistar e prevenir situações de risco.
- Estar preparado para interagir com familiares e técnicos de enfermagem e medicina, no sentido de valorizar as relações de equipa, fundamentais para o sucesso da prática clínica.
- Saber como actuar em situações de risco e como socorrer, tratar e lidar com situações especiais.
- Auxiliar o enfermeiro na prestação de cuidados de eliminação, nos cuidados de higiene e conforto do utente e na realização de tratamentos a feridas e úlceras, bem como no auxílio à prestação de cuidados ao utente que vai fazer, ou fez, uma intervenção cirúrgica.
- Executar tarefas que exijam uma intervenção imediata e simultânea ao alerta do profissional de saúde.
- Valorizar e aprender a utilizar as aprendizagens da disciplina em contexto de estágio e na vida profissional futura.
- Adquirir conhecimentos em diversas áreas de intervenção:
 - O alcoolismo e a toxicodependência;
 - Doenças profissionais: tipologia e causas;
 - Hepatite e tuberculose;
 - Interculturalidade e género na saúde;
 - Necessidades humanas básicas;
 - Direitos e deveres do/a utente que recorre aos serviços de saúde;
 - Trabalho em equipa: equipas multidisciplinares em saúde;
 - VIH-Sida;
 - A pele e sua integridade: estrutura, funções, envelhecimento e implicações nos cuidados de saúde, factores que interferem na cicatrização, conceito de ferida aguda e crónica;
 - Acompanhamento da criança nas actividades diárias: especificidades;
 - Acompanhamento do utente em situação vulnerável nas actividades diárias: especificidades;
 - Anatomia e fisiologia do corpo humano: noções gerais;
 - Etapas do ciclo de vida do homem;
 - O sistema integrado de emergência médica;

TÉCNICO/A AUXILIAR DE SAÚDE

- Suporte Básico de Vida: adulto e pediátrico: Os sistemas circulatório, respiratório, nervoso, músculo-esquelético, urinário, gastrointestinal e os órgãos dos sentidos: sinais e sintomas de alerta de problemas associados.

4. Orientações Metodológicas / Avaliação

A avaliação dos alunos deverá ser essencialmente contínua e apoiada nas seguintes sugestões:

- Pesquisa de material: revistas específicas de saúde; internet; folhetos informativos fornecidos pelo S.N.S. (através dos Centros de Saúde, Hospitais e Farmácias); boletins de informação; Enciclopédias de Saúde; etc.
- Trabalhos de grupo e individuais.
- Debates e discussões sobre temas leccionados e trabalhados na aula em relação com temas pertinentes da actualidade.
- Visitas de estudo.
- Guias elaborados pelos professores da disciplina.
- Trabalhos e folhetos elaborados pelos estudantes.
- Fichas e testes de avaliação escritos.
- Exposições orais sobre os conteúdos programáticos.
- Utilização de vídeo em aula para visionamento de filmes adequados aos diversos tópicos a trabalhar.

5. Elenco Modular

Número	Designação	Duração de referência (horas)
1	Os Sistemas Ósteo-Articular e Muscular - células, imunidade, tecidos e órgãos	50
2	Os Sistemas Circulatório e Respiratório	50
3	A pele e a sua integridade	25
4	Os Sistemas Gastrointestinal, Urinário e Genito-Reprodutor	50
5	Os Sistemas Neurológico, Endócrino e Órgãos dos Sentidos	25
6	Cuidados na saúde a populações mais vulneráveis	50
7	Noções básicas de primeiros socorros	30
8	Cuidados na saúde materna	25
9	Cuidados na saúde infantil	50

6. Bibliografia

ADAMS, Raymond; VICTOR, Maurice; ROPPER, Allen H. (1998): *Neurologia*. 6ª ed., Rio de Janeiro, McGraw-Hill.

BARROS, Elvino [et al.], (2006): *Nefrologia: rotinas, diagnóstico e tratamento*. 3ª ed. Porto Alegre, Artmed.

BRAZELTON, T., SPARROW, J. (2004): *A Criança e a Alimentação*, Lisboa, Editorial Presença.

BRAZELTON, T., SPARROW, J. (2004): *A Criança e a Higiene*, Lisboa, Editorial Presença.

CARPENTER, Malcolm B., (1996): *Neuroanatomía: fundamentos*. 4º ed. Buenos Aires, Editorial Médica Panamericana.

CHAMBEL, M. J., CURRAL, L., (2008): *Psicologia Organizacional, da Estrutura à Cultura*. Lisboa, Horizonte.

COLLAÇO, F. Magalhães, (1980): *Endocrinologia: conceitos actuais*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

CORDEIRO, A. J. A. Robalo, (1980): *Pneumologia fundamental*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

TÉCNICO/A AUXILIAR DE SAÚDE

- CRUZ VERMELHA PORTUGUESA (1989): *Manual de Socorrismo*, Porto, Porto Editora.
- CRUZ VERMELHA PORTUGUESA (1990): *Primeiros Socorros na Estrada*, Porto, Porto Editora.
- DANI, Renato, (1998): *Gastroenterologia essencial*. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan.
- DEANS, Anne (2005): *A Bíblia da Gravidez*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Era uma vez o Corpo Humano* (1991), Lisboa, Planeta-Agostini.
- FIGUEIREDO, N. M., (2006): *Tratado prático de enfermagem*, São Paulo, Yendis Editora..
- GARDNER, H. (1980): *Frames of mind: The Theory of Multiple Intelligences*. New York, Basic Books.
- JACOB, Stanley W, FRANCONI, Clarisse Ashworth; LOSSOW, Walter J., (1990): *Anatomia e fisiologia humana*. 5ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan.
- MANSO, Carlos, (1997): *Bioquímica humana*, 2ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- MILLER, L., THOMPSON, S., *Manual de Primeiros Socorros*, Lisboa, Edições ASA.
- NETO, Ana Serrão (2005): *Conheça Melhor o seu Bebê*, Temas e Debates, Coimbra, Editora Almedina.
- OLIVEIRA, J. B., (2003): *Exames laboratoriais para o clínico*. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara.
- PONCE, Pedro, (2005): *Manual de terapêutica médica*, Lisboa, Lidel.
- SEELEY, R., STEPHENS, T., TATE, P., (1997): *Anatomia e Fisiologia*. Lisboa, Lusodidacta.
- SNIDER, Robert K., (2000): *Tratamento das doenças do sistema musculoesquelético*. São Paulo, Manole.
- TUREK, Samuel L., (1991): *Ortopédia: princípios e sua aplicação*. São Paulo, Manole.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION, (2000): *The World Health Report 2000: health systems: improving performance*,. Genebra., WHO.
- ZUIDEMA, G. D., SCHLOSSBERG, L. (1997): *Atlas de Anatomia Funcional Humana*. Lisboa, Instituto Piaget.
- Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.
- Código Deontológico dos Enfermeiros.
- Código Deontológico dos Médicos.
- Constituição da República Portuguesa.

TÉCNICO/A AUXILIAR DE SAÚDE

Convenções da Organização Internacional do Trabalho.

Declaração Universal dos direitos do Homem.

Sexualidade, Planeamento familiar e Reprodução (2001), Coleção informar as mulheres, Edição Revista.

Textos facultados pelo Instituto Nacional de Emergência Médica.

Endereços da Internet

- Anatomia e Fisiologia – Escola Superior de Enfermagem de Calouste Gulbenkian de Lisboa:
<http://www.esenfagl.pt/ESECGL/PT/Formacao/Licenciatura/PlanoEstudos/Disciplinas/ANATOMIA.htm>
- Anatomia Humana – Universidade Severino Sombra (Brasil):
http://www.uss.br/web/arquivos/catalogo/EPB_Odontologia_2.pdf
- Anatomia Humana I – Universidade do Contestado:
http://www.unc.br/ementas/e_tecn_radiologia.pdf
- ANATOMOFISIOLOGIA HUMANA - Universidade Católica de Góias
<http://professor.ucg.br/siteDocente/admin/arquivosUpload/3753/material/CBB%201130%20Anatomofisiologia%20humana.doc>
- Manual do auxiliar de acção médica - Hospital do Barlavento, SA Unidade de cuidados intensivos: http://www.chbargarvio.min-saude.pt/Downloads_HSA/CHBAIg/Servi%C3%83%C2%A7os/UCI/Manual%20de%20Auxiliares.pdf
- Manual do auxiliar de acção médica - Hospital do Barlavento, SA Unidade de cuidados intensivos:
http://www.chbargarvio.min-saude.pt/Downloads_HSA/CHBAIg/Servi%C3%83%C2%A7os/UCI/Manual%20de%20Auxiliares.pdf

Parte II

Módulos

Índice:

		Página
Módulo 1	Os Sistemas Ósteo-Articular e Muscular - células, imunidade, tecidos e órgãos	9
Módulo 2	Os Sistemas Circulatório e Respiratório	12
Módulo 3	A pele e a sua integridade	15
Módulo 4	Os Sistemas Gastrointestinal, Urinário e Genito-Reprodutor	20
Módulo 5	Os Sistemas Neurológico, Endócrino e Órgãos dos Sentidos	23
Módulo 6	Cuidados na Saúde a populações mais vulneráveis	26
Módulo 7	Noções básicas de primeiros socorros	30
Módulo 8	Cuidados na saúde materna	34
Módulo 9	Cuidados na saúde infantil	37

MÓDULO 1

Os Sistemas Ósteo-Articular e Muscular - células, imunidade, tecidos e órgãos

Duração de Referência: **50 horas**

1. Apresentação

O módulo inicial tem por objectivo motivar e sensibilizar os alunos para a problemática da saúde, com vista a facilitar a compreensão das abordagens a realizar nos módulos seguintes.

Reforça a necessidade do conhecimento introdutório à biologia celular e da imunidade para compreensão futura da evolução de patologias.

Inicia-se o estudo dos órgãos e sistemas com uma abordagem ao sistema ósteo-articular e muscular da perspectiva na anatomia, fisiologia e patologias frequentes.

2. Objectivos de Aprendizagem

- Identificar os principais Sistemas do corpo humano e suas funções;
- Identificar a estrutura e reconhecer a importância do Sistema Imunitário;
- Identificar as estruturas dos Sistemas Ósteo-Articular e Muscular e suas funções, bem como sinais e sintomas de alerta de problemas associados;
- Identificar as principais implicações para os cuidados de saúde a prestar pelo/a Auxiliar de Saúde ao utente com alterações dos Sistemas Ósteo-Articular e Muscular;
- Executar as tarefas que se integram no âmbito de intervenção do Auxiliar de Saúde sob orientação e supervisão de um profissional de saúde;
- Distinguir as tarefas que têm de ser executadas sob supervisão directa do profissional de saúde e das que podem ser executadas sozinho;
- Manter autocontrolo em situações críticas e de limite;
- Reconhecer a importância de se actualizar e adaptar a novos produtos, materiais, equipamentos e tecnologias no âmbito das suas actividades;
- Reconhecer o dever de agir em função das orientações do profissional de saúde;

TÉCNICO/A AUXILIAR DE SAÚDE

Módulo 1: *Os Sistemas Ósteo-Articular e Muscular - células, imunidade, tecidos e órgãos*

- Distinguir o impacte das suas acções na interacção e bem-estar emocional de terceiros;
- Reconhecer a importância da sua actividade para o trabalho de equipa multidisciplinar;
- Revelar uma atitude pró-activa na melhoria contínua da qualidade, no âmbito da sua acção profissional;
- Agir de acordo com normas e/ou procedimentos definidos no âmbito das suas actividades;
- Prever e antecipar riscos;
- Revelar concentração na execução das suas tarefas;
- Demonstrar capacidade de alerta que permita sinalizar situações ou contextos que exijam intervenção.

3. Âmbito dos Conteúdos

1. Os principais sistemas do corpo humano: conceitos e funções
 - 1.1. Célula, tecido, órgão, aparelho ou sistemas
2. Noções sobre o Sistema Imunitário
 - 2.1. Barreiras Naturais
 - 2.2. Fisiologia celular e humoral
 - 2.3. Imunidade natural
 - 2.4. Imunidade adquirida
3. Sistemas ósteo-articular e muscular
 - 3.1. Noções gerais sobre estrutura e classificação dos ossos, articulações e músculos
 - 3.2. Biofísica da locomoção e dos principais movimentos dos membros
 - 3.3. Função e estabilidade da coluna vertebral
 - 3.4. Osteoporose, fracturas, luxações, principais doenças reumáticas, tumores ósseos - conceitos; noções básicas sobre manifestações clínicas; implicações para os cuidados de saúde
 - 3.5. Alterações ósteo-articulares e musculares decorrentes do processo de envelhecimento e da mobilidade - implicações para os cuidados ao utente.

TÉCNICO/A AUXILIAR DE SAÚDE

Módulo 1: *Os Sistemas Ósteo-Articular e Muscular - células, imunidade, tecidos e órgãos*

4. O âmbito de intervenção do/a Auxiliar de Saúde
 - 4.1. Tarefas a executar exclusivamente sob a supervisão directa de um profissional de saúde
 - 4.2. Tarefas a executar sozinho/a, sob orientação e supervisão de um profissional de saúde

4. Bibliografia / Outros Recursos

Era uma vez o Corpo Humano (1991), Lisboa, Planeta-Agostini.

JACOB, Stanley W.; FRANCONI, Clarisse Ashworth; LOSSOW, Walter J., (1990): *Anatomia e fisiologia humana*. 5ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan.

MANSO, Carlos, (1997): *Bioquímica humana*, 2ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

OLIVEIRA, J. B., (2003): *Exames laboratoriais para o clínico*. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara.

PONCE, Pedro, (2005): *Manual de terapêutica médica*, Lisboa, Lidel.

SEELEY, R., STEPHENS, T., TATE, P., (1997): *Anatomia e Fisiologia*. Lisboa, Lusodidacta.

SNIDER, Robert K., (2000): *Tratamento das doenças do sistema musculoesquelético*. São Paulo, Manole.

TUREK, Samuel L., (1991): *Ortopedia: princípios e sua aplicação*. São Paulo, Manole.

WORLD HEALTH ORGANIZATION, (2000): *The World Health Report 2000: health systems: improving performance*. Genebra. WHO.

ZUIDEMA, G. D., SCHLOSSBERG, L. (1997): *Atlas de Anatomia Funcional Humana*. Lisboa, Instituto Piaget.

MÓDULO 2

Os Sistemas Circulatório e Respiratório

Duração de Referência: **50 horas**

1. Apresentação

No módulo 2 inicia-se o estudo dos Sistemas Circulatório e Respiratório, abordando-os na perspectiva da anatomia, fisiologia e patologias frequentes.

2. Objectivos de Aprendizagem

- Identificar as estruturas do Sistema Circulatório e suas funções, bem como sinais e sintomas de alerta de problemas associados;
- Identificar as principais implicações para os cuidados de saúde a prestar pelo/a Auxiliar de Saúde ao utente com alterações do Sistema Circulatório;
- Identificar as estruturas do Sistema Respiratório e suas funções, bem como sinais e sintomas de alerta de problemas associados;
- Identificar as principais implicações para os cuidados de saúde a prestar pelo Auxiliar de Saúde ao utente com alterações do Sistema Respiratório;
- Executar as tarefas que se integram no âmbito de intervenção do Auxiliar de Saúde sob orientação e supervisão de um profissional de saúde;
- Distinguir as tarefas que têm de ser executadas sob supervisão directa do profissional de saúde das que podem ser executadas sozinho.
- Manter autocontrolo em situações críticas e de limite;
- Reconhecer a importância de se actualizar e adaptar a novos produtos, materiais, equipamentos e tecnologias no âmbito das suas actividades;
- Agir em função das orientações do Profissional de saúde;
- Distinguir o impacte das suas acções na interacção e bem-estar emocional de terceiros;

TÉCNICO/A AUXILIAR DE SAÚDE

Módulo 2: Os Sistemas Circulatório e Respiratório

- Reconhecer a importância da sua actividade para o trabalho de equipa multidisciplinar;
- Assumir uma atitude pró-activa na melhoria contínua da qualidade, no âmbito da sua acção profissional;
- Agir de acordo com normas e/ou procedimentos definidos no âmbito das suas actividades;
- Prever e antecipar riscos;
- Reconhecer a importância da concentração na execução das suas tarefas;
- Revelar uma capacidade de alerta que permita sinalizar situações ou contextos que exijam intervenção.

3. Âmbito dos Conteúdos

1. O Sistema Circulatório

- 1.1. O sangue, seus constituintes e funções
- 1.2. Os vasos sanguíneos e a circulação sanguínea
- 1.3. O coração e o seu funcionamento
- 1.4. Noções elementares sobre as principais alterações cardiovasculares: hipertensão arterial; insuficiência cardíaca; angina de peito; enfarte agudo do miocárdio; valvulopatias; arritmias; doença vascular periférica
- 1.5. Sinais e sintomas de alerta. Implicações para os cuidados de saúde.

2. O Sistema Respiratório

- 2.1. Vias respiratórias superiores: nariz e cavidade nasal; rinofaringe; laringe; traqueia
- 2.2. Vias respiratórias inferiores: brônquios; bronquíolos
- 2.3. Pulmões e a sua função
- 2.4. Fisiologia da respiração: inspiração e expiração
- 2.5. Noções elementares sobre as principais alterações respiratórias: infecção das vias respiratórias
- 2.6. Pneumonia; bronquiolite; bronquite; asma; doença pulmonar obstrutiva crónica, insuficiência respiratória; neoplasias pulmonares

TÉCNICO/A AUXILIAR DE SAÚDE
Módulo 2: Os Sistemas Circulatório e Respiratório

- 2.7. Sinais e sintomas de alerta
- 2.8. Implicações para os cuidados de saúde
- 3. O âmbito de intervenção do/a Auxiliar de Saúde
 - 3.1. Tarefas a executar exclusivamente sob a supervisão directa de um profissional de saúde
 - 3.2. Tarefas a executar sozinho, sob orientação e supervisão de um profissional de saúde

4. Bibliografia / Outros Recursos

CORDEIRO, A. J. A. Robalo, (1980): *Pneumologia fundamental*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Era uma vez o Corpo Humano (1991), Lisboa, Planeta-Agostini.

JACOB, Stanley W.; FRANCONI, Clarisse Ashworth; Lossow, Walter J., (1990): *Anatomia e fisiologia humana*. 5ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan.

OLIVEIRA, J. B., (2003): *Exames laboratoriais para o clínico*. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara.

PONCE, Pedro, (2005): *Manual de terapêutica médica*, Lisboa, Lidel.

SEELEY, R., STEPHENS, T., TATE, P., (1997): *Anatomia e Fisiologia*. Lisboa, Lusodidacta.

WORLD HEALTH ORGANIZATION, (2000): *The World Health Report 2000: health systems: improving performance*. Genebra. WHO

ZUIDEMA, G. D., SCHLOSSBERG, L. (1997): *Atlas de Anatomia Funcional Humana*. Lisboa, Instituto Piaget.

MÓDULO 3

A pele e a sua integridade

Duração de Referência: **25 horas**

1. Apresentação

No módulo 3 inicia-se o estudo da pele na perspectiva da sua fisiologia, patologias frequentes e mecanismos de protecção.

2. Objectivos de Aprendizagem

- Identificar noções básicas associadas à estrutura e funções da pele;
- Identificar noções básicas associadas ao envelhecimento da pele e suas implicações ao nível dos cuidados de saúde;
- Identificar as implicações da integridade e não integridade da pele na saúde e qualidade de vida do indivíduo;
- Identificar os cuidados a ter para prevenir o aparecimento de feridas e manter a integridade da pele;
- Identificar os principais factores que interferem na cicatrização da pele;
- Identificar os conceitos de feridas agudas, feridas crónicas e úlceras de pressão;
- Identificar os princípios básicos do processo de formação de úlceras de pressão, sua principal localização e factores desencadeantes;
- Executar as tarefas que se integram no âmbito de intervenção do Auxiliar de Saúde sob orientação e supervisão de um profissional de saúde;
- Distinguir as tarefas que têm de ser executadas sob supervisão directa do profissional de saúde das que podem ser executadas sozinho;
- Demonstrar interesse e disponibilidade na interacção com utentes;
- Manter autocontrolo em situações críticas e de limite;
- Reconhecer a importância de se actualizar e adaptar a novos produtos, materiais, equipamentos e tecnologias no âmbito das suas actividades;
- Agir em função das orientações do profissional de saúde;
- Distinguir o impacte das suas acções na interacção e bem-estar emocional de terceiros;

TÉCNICO/A AUXILIAR DE SAÚDE
Módulo 3: A pele e a sua integridade

- Reconhecer a importância da sua actividade para o trabalho de equipa multidisciplinar;
- Assumir uma atitude pró-activa na melhoria contínua da qualidade, no âmbito da sua acção profissional;
- Cumprir as normas de segurança, higiene e saúde no trabalho assim como preservar a sua apresentação pessoal;
- Agir de acordo com normas e/ou procedimentos definidos no âmbito das suas actividades;
- Adequar a sua acção profissional a diferentes públicos e culturas;
- Revelar capacidade de previsão e antecipação de riscos;
- Demonstrar segurança durante a execução das suas tarefas;
- Revelar concentração na execução das suas tarefas;
- Realizar as suas actividades promovendo a humanização do serviço;
- Revelar capacidade de alerta que permita sinalizar situações ou contextos que exijam intervenção;
- Demonstrar compreensão, paciência e sensibilidade na aplicação adequada de técnicas de higiene, conforto e mobilização do utente;
- Agir em função da capacidade de autonomia do utente, dando reforço positivo a pequenos progressos.

3. Âmbito dos Conteúdos

1. A estrutura da pele
 - 1.1. Derme
 - 1.2. Epiderme
 - 1.3. Anexos da pele
2. As funções da pele
3. O envelhecimento da pele
 - 3.1. Alterações na estrutura da pele
 - 3.2. Alterações na capacidade funcional da pele
 - 3.3. Implicações para a prestação de cuidados de saúde, higiene e conforto (gestão de factores internos/externos de conforto/desconforto)
 - 3.3.1. O vestuário: modo de vestir e de despir

TÉCNICO/A AUXILIAR DE SAÚDE
Módulo 3: A pele e a sua integridade

- 3.3.2. Mobilizações e transferências
- 3.3.3. Alimentação e hidratação
- 4. A integridade cutânea e compromisso da integridade cutânea
 - 4.1. As implicações para a saúde e qualidade de vida do indivíduo
- 5. Cuidados a ter para manutenção da integridade cutânea
 - 5.1. Cuidados de higiene e conforto
 - 5.2. Produtos de higiene e hidratação e a sua adequação aos diferentes tipos de pele
 - 5.3. Alimentação e hidratação: a importância de uma boa alimentação e hidratação
 - 5.4. A mobilidade e alternância de posicionamentos
 - 5.5. O vestuário: a utilização do vestuário adequado
 - 5.6. A manutenção de um ambiente seguro: redução de risco de queda e de acidentes
 - 5.7. A importância da gestão e controlo de doenças crónicas (diabetes, insuficiência vascular periférica)
- 6. Factores de risco para o aparecimento de feridas e úlceras
 - 6.1. Quedas e acidentes
 - 6.2. Imobilidade e pressão
 - 6.3. Maus cuidados de higiene e hidratação da pele
 - 6.4. Desidratação e desnutrição
- 7. Feridas agudas e feridas crónicas: conceitos
- 8. Úlceras de pressão
 - 8.1. Conceito e factores desencadeantes
 - 8.2. Localização mais frequente
 - 8.3. O papel do/a Auxiliar de Saúde na sua prevenção
- 9. A fisiologia da cicatrização
 - 9.1. Factores que interferem na cicatrização
 - 9.1.1. Alimentação
 - 9.1.2. Hidratação
 - 9.1.3. Mobilização

TÉCNICO/A AUXILIAR DE SAÚDE
Módulo 3: A pele e a sua integridade

- 9.1.4. Hábitos de vida
- 9.1.5. A importância da manutenção da integridade dos pensos
- 10. O âmbito de intervenção do/a Auxiliar de Saúde
 - 10.1. Tarefas a executar exclusivamente sob a supervisão directa de um profissional de saúde
 - 10.2. Tarefas a executar sozinho/a, sob orientação e supervisão de um profissional de saúde

4. Bibliografia / Outros Recursos

Era uma vez o Corpo Humano (1991), Lisboa, Planeta-Agostini.

FIGUEIREDO, N. M., (2006): *Tratado prático de enfermagem*. São Paulo, Yendis Editora

JACOB, Stanley W.; FRANCONI, Clarisse Ashworth; LOSSOW, Walter J., (1990): *Anatomia e fisiologia humana*. 5ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan.

OLIVEIRA, J. B., (2003): *Exames laboratoriais para o clínico*. Ed.Guanabara. PONCE, Pedro, (2005): *Manual de terapêutica médica*, Lisboa, Lidel.

SEELEY, R., STEPHENS, T., TATE, P., (1997): *Anatomia e Fisiologia*. Lisboa, Lusodidacta.

ZUIDEMA, G. D., SCHLOSSBERG, L. (1997): *Atlas de Anatomia Funcional Humana*. Lisboa, Instituto Piaget.

MÓDULO 4

Os Sistemas Gastrointestinal, Urinário e Genito-Reprodutor

Duração de Referência: **50 horas**

1. Apresentação

Este módulo centra-se no estudo dos sistemas gastrointestinal, urinário e genito-reprodutor abordando a sua anatomia, a sua fisiologia e respectivas patologias frequentes.

2. Objectivos de Aprendizagem

- Identificar as estruturas do sistema gastrointestinal e suas funções, bem como sinais e sintomas de alerta de problemas associados;
- Identificar as principais implicações para os cuidados de saúde a prestar pelo Auxiliar de Saúde ao utente com alterações do sistema gastrointestinal;
- Identificar as estruturas do sistema urinário e genito-reprodutor e suas funções, bem como sinais e sintomas de alerta de problemas associados;
- Identificar as principais implicações para os cuidados de saúde a prestar pelo Auxiliar de Saúde ao utente com alterações do sistema Urinário;
- Identificar as especificidades nos cuidados de saúde ao utente com alterações a nível dos sentidos;
- Executar as tarefas que se integram no âmbito de intervenção do Auxiliar de Saúde sob orientação e supervisão de um profissional de saúde;
- Distinguir as tarefas que têm de ser executadas sob supervisão directa do profissional de saúde das que podem ser executadas sozinho.
- Manter autocontrolo em situações críticas e de limite;
- Reconhecer a importância de se actualizar e adaptar a novos produtos, materiais, equipamentos e tecnologias no âmbito das suas actividades;
- Agir em função das orientações do profissional de saúde;
- Distinguir o impacte das suas acções na interacção e bem-estar emocional de terceiros;
- Reconhecer a importância da sua actividade para o trabalho de equipa multidisciplinar;

TÉCNICO/A AUXILIAR DE SAÚDE

Módulo 4: Os Sistemas Gastrointestinal, Urinário e Genito-Reprodutor

- Assumir uma atitude pró-activa na melhoria contínua da qualidade, no âmbito da sua acção profissional;
- Agir de acordo com normas e/ou procedimentos definidos no âmbito das suas actividades;
- Prever e antecipar riscos;
- Reconhecer a importância da concentração na execução das suas tarefas;
- Revelar uma capacidade de alerta que permita sinalizar situações ou contextos que exijam intervenção.

3. Âmbito dos Conteúdos

1. Sistema Gastrointestinal
 - 1.1. A constituição do sistema gastrointestinal: boca; faringe; esófago; estômago; intestinos; glândulas anexas
 - 1.2. A fisiologia da digestão
 - 1.3. Sucos digestivos e suas funções
 - 1.4. A importância da digestão para a absorção de nutrientes e funcionamento do organismo
 - 1.5. A mecânica e eliminação intestinal
 - 1.6. Noções elementares sobre as principais alterações gastrointestinais: disfagia; vômito (risco de aspiração); dispepsia; úlcera gástrica e duodenal; obstipação; diarreia pancreatite; hepatites; tumores do sistema digestivo
 - 1.7. Sintomas e sinais de alerta
 - 1.8. Implicações para os cuidados de Saúde
2. Sistema Urinário e Genito-Reprodutor
 - 2.1. A constituição do Sistema Urinário: rim; bexiga; vias urinárias
 - 2.2. Sistema reprodutor feminino: genitais externos femininos; útero; trompas de Falópio; ovários.
 - 2.3. Sistema reprodutor masculino: genitais externos masculinos; testículos, próstata e vias genitais.
 - 2.4. A produção e excreção de urina – função reguladora do rim; características químicas e físicas da urina
 - 2.5. O funcionamento da bexiga

TÉCNICO/A AUXILIAR DE SAÚDE

Módulo 4: Os Sistema Gastrointestinal, Urinário e Genito-Reprodutor

- 2.6. Noções elementares sobre as principais alterações do sistema urinário e sintomas associados: Infecções urinárias; pielonefrites; litíase e cólica renal; incontinência urinária
- 2.7. Sinais e sintomas de alerta
- 2.8. Implicações para os cuidados de saúde
- 2.9. Fisiologia da reprodução: fecundação; nidação; fases do desenvolvimento embrionário
- 2.10. Esterilidade masculina e feminina
- 2.11. Impotência sexual
- 2.12. Implicações para os cuidados de saúde
- 3. O âmbito de intervenção do/a Auxiliar de Saúde
 - 3.1. Tarefas a executar exclusivamente sob a supervisão directa de um profissional de saúde
 - 3.2. Tarefas a executar sozinho/a, sob orientação e supervisão de um profissional de saúde

4. Bibliografia / Outros Recursos

- BARROS, Elvino [et al.], (2006/1999): *Nefrologia: rotinas, diagnóstico e tratamento*. 32^a ed. Porto Alegre, ArRtmed.
- DANI, Renato, (1998): *Gastroenterologia essencial*. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan.
- DEANS, Anne (2005): *A Bíblia da Gravidez*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Era uma vez o Corpo Humano* (1991), Lisboa, Planeta-Agostini.
- FIGUEIREDO, N. M., (2006): *Tratado prático de enfermagem*. São Paulo, Ed. Yendis Editora.
- JACOB, Stanley W.; FRANCONI, Clarisse Ashworth; LOSSOW, Walter J., (1990): *Anatomia e fisiologia humana*. 5^a ed., Rio de Janeiro, Guanabara Koogan.
- OLIVEIRA, J. B., (2003): *Exames laboratoriais para o clínico*. Ed. Guanabara. PONCE, Pedro, (2005): *Manual de terapêutica médica*, Lisboa, Lidel.
- RIGAS, Basil; SPIRO, Howard M., (1996): *Gastroenterologia clínica*. 4^a ed. Alfragide, McGraw-Hill.
- SEELEY, R., STEPHENS, T., TATE, P., (1997): *Anatomia e Fisiologia*. Lisboa, Lusodidacta.

MÓDULO 5

Os Sistemas Neurológico, Endócrino e Órgãos dos Sentidos

Duração de Referência: **25 horas**

1. Apresentação

No módulo 5 abordam-se temas relacionados com os Sistemas Neurológico e Endócrino e órgãos dos sentidos, estudando as questões relacionadas com as respectivas anatomias, fisiologias e patologias frequentes.

2. Objectivos de Aprendizagem

- Identificar as estruturas do sistema neurológico e suas funções, bem como sinais e sintomas de alerta de problemas associados;
- Identificar as principais implicações para os cuidados de saúde a prestar pelo Auxiliar de Saúde ao utente com alterações do sistema nervoso;
- Identificar estruturas e órgãos dos sentidos, suas funções, bem como sinais e sintomas de alerta de problemas associados;
- Identificar as principais implicações para os cuidados de saúde a prestar pelo Auxiliar de Saúde ao utente com alterações ao nível dos órgãos dos sentidos;
- Reconhecer o papel do sistema endócrino na regulação do organismo.
- Executar as tarefas que se integram no âmbito de intervenção do Auxiliar de Saúde sob orientação e supervisão de um profissional de saúde;
- Distinguir as tarefas que têm de ser executadas sob supervisão directa do profissional de saúde das que podem ser executadas sozinho.
- Manter autocontrolo em situações críticas e de limite;
- Reconhecer a importância de se actualizar e adaptar a novos produtos, materiais, equipamentos e tecnologias no âmbito das suas actividades;
- Agir em função das orientações do profissional de saúde;
- Distinguir o impacte das suas acções na interacção e bem-estar emocional de terceiros;
- Reconhecer a importância da sua actividade para o trabalho de equipa multidisciplinar;

TÉCNICO/A AUXILIAR DE SAÚDE
Módulo 5: Os Sistemas Neurológico, Endócrino e Órgãos dos Sentidos

- Assumir uma atitude pró-activa na melhoria contínua da qualidade, no âmbito da sua acção profissional;
- Agir de acordo com normas e/ou procedimentos definidos no âmbito das suas actividades;
- Prever e antecipar riscos;
- Reconhecer a importância da concentração na execução das suas tarefas;
- Revelar uma capacidade de alerta que permita sinalizar situações ou contextos que exijam intervenção.

3. Âmbito dos Conteúdos

1. O Sistema Nervoso
 - 1.1. O sistema nervoso central: cérebro; cerebelo e medula espinal
 - 1.2. O sistema nervoso periférico
 - 1.3. Funções do sistema nervoso central, do sistema nervoso periférico e do sistema nervoso autónomo.
 - 1.4. Condução do impulso neuronal e neurotransmissores
 - 1.5. Noções elementares sobre as principais alterações do sistema nervoso e sintomas associados: epilepsia e convulsões; doença de Parkinson; degenerações crónicas senis; meningite e encefalite; Acidente Vascular Cerebral; afasia; disfasia; parésia; plegia; tumores.
 - 1.6. Sinais e sintomas de alerta
 - 1.7. Implicações para os cuidados de saúde
2. O Sistema Endócrino
 - 2.1. Noção de Hormona e suas funções em órgãos alvo
 - 2.2. Referência a estruturas anatómicas e suas funções: hipófise; hipotálamo; tiróide e paratiróides; glândulas supra-renais; glândulas endócrinas sexuais; pâncreas endócrino
 - 2.3. Noções de hipoprodução e hiperprodução de hormonas e suas implicações: a diabetes

TÉCNICO/A AUXILIAR DE SAÚDE
Módulo 5: Os Sistemas Neurológico, Endócrino e Órgãos dos Sentidos

3. Os órgãos dos sentidos
 - 3.1. Órgãos, estruturas e fisiologia da visão
 - 3.2. Órgãos, estrutura e fisiologia da audição
 - 3.3. Órgãos, estruturas e fisiologia do olfacto
 - 3.4. Órgãos, estruturas e fisiologia do paladar
 - 3.5. Órgãos, estruturas e biofísica do tacto
 - 3.6. Alterações ao nível dos sentidos
 - 3.7. As especificidades da prestação de cuidados de saúde ao utente com alterações ao nível dos sentidos
4. O âmbito de intervenção do/a Auxiliar de Saúde
 - 4.1. Tarefas a executar exclusivamente sob a supervisão directa de um profissional de saúde
 - 4.2. Tarefas a executar sozinho/a, sob orientação e supervisão de um profissional de saúde

4. Bibliografia / Outros Recursos

ADAMS, Raymond; VICTOR, Maurice; ROPPER, Allen H. (1998): *Neurologia*. 6ª ed. Rio de Janeiro, McGraw-Hill.

CARPENTER, Malcolm B., (1996): *Neuroanatomía: fundamentos*. 4º ed. Buenos Aires, Editorial Médica Panamericana.

COLLAÇO, F. Magalhães, (1980): *Endocrinologia: conceitos actuais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Era uma vez o Corpo Humano (1991), Pnaneta-Agostini.

FIGUEIREDO, N. M., (2006): *Tratado prático de enfermagem*. Ed. Yendis.

JACOB, Stanley W.; FRANCONI, Clarisse Ashworth; Lossow, Walter J., (1990): *Anatomia e fisiologia humana*. 5ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan.

SEELEY, R., STEPHENS, T., TATE, P., (1997): *Anatomia e Fisiologia*. Lisboa, Lusodidacta.

ZUIDEMA, G. D., SCHLOSSBERG, L. (1997): *Atlas de Anatomia Funcional Humana*. Lisboa, Instituto Piaget.

MÓDULO 6

Cuidados na saúde a populações mais vulneráveis

Duração de Referência: **50 horas**

1. Apresentação

Este módulo aborda as problemáticas dos consumos dependentes e das doenças infecto-contagiosas mais frequentes em populações com necessidades de cuidados de saúde especiais.

Aborda ainda a componente de maus-tratos e violência inerentes às populações degradadas e vulneráveis, no sentido de adquirir ferramentas úteis nos cuidados a este universo de utentes.

2. Objectivos de Aprendizagem

- Identificar as noções básicas associadas à problemática do alcoolismo bem como os aspectos psico-sociais e sanitários associados;
- Identificar os principais efeitos do álcool no organismo;
- Identificar na generalidade tipos de tratamento do alcoolismo;
- Identificar as noções básicas associadas à problemática da toxicod dependência, bem como os aspectos psico-sociais e sanitários associados;
- Identificar na generalidade os diferentes tipos de drogas e respectiva classificação;
- Identificar as medidas básicas de actuação face à intoxicação por drogas;
- Definir o conceito de VIH-SIDA, descrever de forma genérica a evolução da infecção e as vantagens de prevenir e efectuar um rastreio precoce;
- Identificar na generalidade as questões éticas e legais associadas ao VIH-SIDA;
- Identificar as noções básicas associadas à problemática da hepatite e tuberculose;
- Identificar os aspectos associados à problemática da negligência, maus-tratos e violência;
- Identificar os principais sinais de alerta de situações no âmbito do alcoolismo, toxicod dependência, VIH-SIDA e outras doenças infecto-contagiosas, negligência, maus-tratos e violência
- Aplicar protocolos em situações de alerta;
- Identificar as especificidades dos cuidados de alimentação, higiene, conforto e das técnicas de apoio à eliminação fisiológica a ter em conta no caso das populações mais vulneráveis;

TÉCNICO/A AUXILIAR DE SAÚDE
Módulo 6: *Cuidados na saúde a populações mais vulneráveis*

- Executar as tarefas que se integram no âmbito de intervenção do Auxiliar de Saúde sob orientação e supervisão de um profissional de saúde;
- Distinguir as tarefas que têm de ser executadas sob supervisão directa do profissional de saúde das que podem ser executadas sozinho;
- Demonstrar interesse e disponibilidade na interacção com utentes;
- Manter autocontrolo em situações críticas e de limite;
- Agir em função das orientações do profissional de saúde;
- Distinguir o impacte das suas acções na interacção e bem-estar emocional de terceiros;
- Reconhecer a importância da sua actividade para o trabalho de equipa multidisciplinar;
- Assumir uma atitude pró-activa na melhoria contínua da qualidade, no âmbito da sua acção profissional;
- Cumprir as normas de segurança, higiene e saúde no trabalho, assim como preservar a sua apresentação pessoal;
- Agir de acordo com normas e/ou procedimentos definidos no âmbito das suas actividades;
- Adequar a sua acção profissional a diferentes públicos e culturas;
- Prever e antecipar riscos;
- Demonstrar segurança durante a execução das suas tarefas;
- Revelar concentração na execução das suas tarefas;
- Manifestar a promoção da humanização do serviço no desenvolvimento das suas actividades.

3. Âmbito dos Conteúdos

1. O alcoolismo
 - 1.1. Problemas associados ao álcool
 - 1.2. Conceitos básicos sobre bebidas alcoólicas, consumo nocivo e dependência
 - 1.3. Os tipos de embriaguez
 - 1.4. Processos degenerativos e demências
 - 1.5. As dificuldades no tratamento do utente alcoólico
 - 1.6. A reabilitação e redes de suporte

TÉCNICO/A AUXILIAR DE SAÚDE
Módulo 6: *Cuidados na saúde a populações mais vulneráveis*

2. A toxicodependência
 - 2.1. A problemática
 - 2.2. O tipo de drogas: classificação
 - 2.3. As medidas de actuação e prevenção
 - 2.4. A integração em programas de assistência sanitária
3. VIH/SIDA
 - 3.1. A infecção pelo VIH/SIDA e a necessidade da prevenção e rastreio precoce
 - 3.2. Modos de transmissão, evolução da infecção VIH, comportamentos de risco
 - 3.3. Conhecimento e cumprimento de regras de precaução da infecção
 - 3.4. Exploração de medos e anseios
 - 3.5. As questões éticas e legais
 - 3.6. Aspectos psicossociais da infecção VIH/SIDA
 - 3.7. Doenças oportunistas
4. Outras doenças infecciosas: Hepatite A, B, C e Tuberculose
 - 4.1. A problemática e necessidade da prevenção e rastreio precoce
 - 4.2. Modos de transmissão, comportamentos de risco
 - 4.3. As medidas de actuação e prevenção
 - 4.4. A prestação de cuidados
5. Negligência, violência e maus-tratos
 - 5.1. Conceito de violência, maus-tratos e negligência
 - 5.2. A perspectiva da vítima
 - 5.3. Os sinais de alerta para identificação de detecção de casos de negligência, violência e maus-tratos
 - 5.4. As medidas de actuação e prevenção
 - 5.5. As técnicas de comunicação perante situações de violência e maus-tratos
6. Aspectos específicos nos cuidados à pessoa em situação vulnerável
 - 6.1. Alimentação
 - 6.2. Eliminação fisiológica

TÉCNICO/A AUXILIAR DE SAÚDE
Módulo 6: Cuidados na saúde a populações mais vulneráveis

- 6.3. Higiene e conforto
 - 6.3.1. Indivíduo com dor
 - 6.3.2. Indivíduo objecto de violação
- 6.4. Sono e repouso
- 6.5. A dor e outros sintomas
- 7. O âmbito de intervenção do/a Auxiliar de Saúde
 - 7.1. Tarefas a executar exclusivamente sob a supervisão directa de um Enfermeiro
 - 7.2. Tarefas a executar sozinho/a, sob orientação e supervisão de um Enfermeiro

4. Bibliografia / Outros Recursos

CHAMBEL, M. J., CURRAL, L., (2008): *Psicologia Organizacional, da Estrutura à Cultura*. Lisboa, Horizonte.

Declaração Universal dos direitos do Homem.

Era uma vez o Corpo Humano (1991), Pnaneta-Agostini.

FIGUEIREDO, N. M., (2006): *Tratado prático de enfermagem*. Ed. Yendis.

GARDNER, H. (1980): *Frames of mind: The Theory of Multiple intelligences*. New York, Basic Books.

SEELEY, R., STEPHENS, T., TATE, P., (1997): *Anatomia e Fisiologia*. Lisboa, Lusodidacta.

WORLD HEALTH ORGANIZATION, (2000): *The World Health Report 2000: health systems: improving performance*. Geneve. WHO.

MÓDULO 7

Noções básicas de primeiros socorros

Duração de Referência: **30 horas**

1. Apresentação

Com este módulo pretende-se que os alunos saibam identificar situações de urgência e emergência e desenvolvam competências simples para uma resposta eficaz e coordenada em suporte pré-hospitalar e hospitalar no seio de equipas concertadas.

De importância crucial, os alunos devem, após finalização deste módulo e frequência de prática com modelos, estar aptos a responder a situações de stress e a identificar situações de doença grave estabilizando e orientando convenientemente o paciente para as unidades hospitalares.

2. Objectivos de Aprendizagem

- Definir Sistema Integrado de Emergência Médica (SIEM) e quais os seus intervenientes;
- Identificar o modo de activar o sistema de emergência médica utilizando o número europeu de socorro “112”;
- Reconhecer o conceito de cadeia de sobrevivência e identificar os seus elos;
- Reconhecer a importância da cadeia de sobrevivência e qual o princípio subjacente a cada elo;
- Reconhecer os riscos potenciais para o reanimador;
- Identificar as medidas a adoptar para garantir a segurança do reanimador e da vítima;
- Identificar as medidas universais de protecção e reconhecer a sua importância;
- Definir o conceito de Suporte Básico de Vida (SBV) de acordo com o algoritmo vigente;
- Identificar o conceito de avaliação inicial, via aérea, respiração e circulação;
- Aplicar a sequência de procedimentos que permitam executar o SBV de acordo com o algoritmo vigente;
- Identificar os problemas associados à execução de manobras de SBV;
- Reconhecer quando e saber como colocar uma vítima em posição lateral de segurança;
- Identificar as contra-indicações para a posição lateral de segurança;
- Identificar as situações de obstrução parcial e total da via aérea;
- Identificar as causas e os tipos de obstrução da via aérea;
- Aplicar a sequência de actuação perante uma vítima com obstrução da via aérea

TÉCNICO/A AUXILIAR DE SAÚDE
Módulo 7: Noções básicas de primeiros socorros

- Identificar situações de perigo através da execução do exame à vítima;
- Identificar as emergências médicas mais frequentes;
- Reconhecer os principais sinais e sintomas característicos das emergências médicas;
- Aplicar os primeiros socorros adequados a cada emergência médica;
- Distinguir os vários tipos de hemorragias;
- Identificar os sinais e sintomas mais comuns das hemorragias;
- Listar e descrever os vários métodos de controlo de hemorragias;
- Proceder ao controlo de uma hemorragia através dos métodos de controlo;
- Identificar os tipos de feridas mais comuns;
- Tratar uma ferida utilizando pensos e ligaduras;
- Identificar os tipos de queimaduras mais comuns;
- Tratar provisoriamente uma queimadura;
- Identificar os traumatismos mais comuns dos membros;
- Distinguir os procedimentos adequados dos desadequados a cada caso de traumatismo;
- Identificar as situações específicas que requerem a intervenção do profissional de Saúde;
- Executar as tarefas que se integram no âmbito de intervenção do Auxiliar de Saúde sob a orientação e supervisão de um profissional de saúde;
- Distinguir as tarefas que têm de ser executadas sob supervisão directa do profissional de saúde das que podem ser executadas sozinho.

3. Âmbito dos Conteúdos

1. O Sistema Integrado de Emergência Médica – SIEM
 - 1.1. Componentes, intervenientes e forma de funcionamento
 - 1.2. Número europeu de socorro 112
2. Cadeia de sobrevivência
 - 2.1. Conceito e importância
 - 2.2. Elos e princípios subjacentes
3. Riscos
 - 3.1. Riscos para o reanimador e para a vítima
 - 3.2. Condições de segurança e medidas de protecção universais

TÉCNICO/A AUXILIAR DE SAÚDE
Módulo 7: Noções básicas de primeiros socorros

4. Manobras de Suporte Básico de Vida
 - 4.1. Conceito de acordo com o algoritmo vigente
 - 4.2. Procedimentos e sequência
 - 4.3. Insuflações e compressões torácicas
 - 4.4. Problemas associados
5. Posição Lateral de Segurança
 - 5.1. Procedimentos
 - 5.2. Momento adequado de utilização
6. Obstrução da via aérea
 - 6.1. Situações de obstrução parcial e total
 - 6.2. Tipos e causas de obstrução
7. Exame à vítima
 - 7.1. Estado de consciência e permeabilidade da via aérea
 - 7.2. Características da respiração, pulso e pele
8. As emergências médicas mais frequentes
 - 8.1. Principais sinais e sintomas
 - 8.2. Principais cuidados a prestar
 - 8.3. Problemas cardíacos
 - 8.4. Problemas respiratórios
 - 8.5. Acidente Vascular Cerebral
 - 8.6. Diabetes
 - 8.7. Crises convulsivas
 - 8.8. Situações de intoxicação
 - 8.9. Limites de intervenção na perspectiva de cidadão e de auxiliar de saúde
9. Principais tipos de traumatismos
 - 9.1. Traumatismos de tecidos moles (feridas e hemorragias)
 - 9.2. Queimaduras
 - 9.3. Traumatismos dos membros

TÉCNICO/A AUXILIAR DE SAÚDE
Módulo 7: Noções básicas de primeiros socorros

- 9.4. Limites de intervenção na perspectiva de cidadão e de auxiliar de saúde
- 10. O âmbito de intervenção do/a Auxiliar de Saúde
 - 10.1. Tarefas a executar exclusivamente sob supervisão directa de um profissional de saúde
 - 10.2. Tarefas a executar sozinho/a, sob orientação e supervisão de um profissional de saúde

4. Bibliografia / Outros Recursos

CRUZ VERMELHA PORTUGUESA (1989): *Manual de Socorrismo*, Porto, Porto Editora.

CRUZ VERMELHA PORTUGUESA (1990): *Primeiros Socorros na Estrada*, Porto. Porto Editora.
Gulbenkian.

MILLER, L., THOMPSON, S., s.d.: *Manual de Primeiros Socorros*, Lisboa, Edições ASA.

Textos facultados pelo Instituto Nacional de Emergência Médica

MÓDULO 8

Cuidados na saúde materna

Duração de Referência: **25 horas**

1. Apresentação

Este módulo apresenta aos alunos o ambiente e as vivências próprias da obstetrícia e dos cuidados neonatais com as suas características e actuações específicas.

Pretende-se explicitar e enquadrar a hereditariedade, concepção e desenvolvimento embrionário e fetal, os desvios ao desenvolvimento normal e o reconhecimento das suas repercussões na vida da criança e na família. Far-se-á a abordagem ao parto normal e às patologias materno-fetais inerentes às distócias, tal como à identificação precoce das anomalias neonatais. Será igualmente feita a abordagem correcta à puérpera e às suas necessidades específicas.

2. Objectivos de Aprendizagem

- Identificar aspectos relativos à hereditariedade, reprodução e desenvolvimento embrionário.
- Reconhecer eventuais repercussões de alterações da hereditariedade, reprodução e desenvolvimento embrionário na vida da família.
- Identificar especificidades dos cuidados de saúde prestados à mulher grávida e à puérpera.
- Identificar aspectos gerais relativos à fisiologia normal do trabalho de parto, bem como nomear diferentes tipos de parto.
- Identificar principais alterações maternas no período pós-parto e sinais de alerta a sinalizar ao profissional de saúde.
- Executar as tarefas que se integram no seu âmbito de intervenção do Auxiliar de Saúde sob orientação e supervisão de um profissional de saúde;
- Distinguir as tarefas que têm de ser executadas sob supervisão directa do profissional de saúde das que podem ser executadas sozinho;
- Demonstrar interesse e disponibilidade na interacção com utentes;
- Manter autocontrolo em situações críticas e de limite;
- Agir em função das orientações do profissional de saúde;
- Distinguir o impacte das suas acções na interacção e bem-estar emocional de terceiros;

TÉCNICO/A AUXILIAR DE SAÚDE
Módulo 8: *Cuidados na saúde materna*

- Reconhecer a importância da sua actividade para o trabalho de equipa multidisciplinar;
- Assumir uma atitude pró-activa na melhoria contínua da qualidade, no âmbito da sua acção profissional;
- Cumprir as normas de segurança, higiene e saúde no trabalho assim como preservar a sua apresentação pessoal;
- Agir de acordo com normas e/ou procedimentos definidos no âmbito das suas actividades;
- Adequar a sua acção profissional a diferentes públicos e culturas;
- Prever e antecipar riscos;
- Demonstrar segurança durante a execução das suas tarefas;
- Revelar concentração na execução das suas tarefas;
- Manifestar a promoção da humanização do serviço no desenvolvimento das suas actividades.

3. Âmbito dos Conteúdos

1. Noções sobre hereditariedade, reprodução e desenvolvimento embrionário
2. A importância da vigilância da saúde materna
3. A fisiologia normal do parto
4. Noções gerais sobre tipos de parto
5. Ambiente e emoções durante o parto
6. Os cuidados à puérpera
 - 6.1. Mobilização
 - 6.2. Alimentação
 - 6.3. A amamentação
 - 6.4. Higiene
7. Lóquios (características normais e sinais de alerta)
8. Noções sobre algumas das complicações maternas no pós-parto

TÉCNICO/A AUXILIAR DE SAÚDE
Módulo 8: Cuidados na saúde materna

9. Tarefas que em relação a esta temática se encontram no âmbito de intervenção do/a Auxiliar de saúde
 - 9.1. Tarefas que, sob orientação de um Enfermeiro, tem de executar sob sua supervisão directa
 - 9.2. Tarefas que, sob orientação e supervisão de um Enfermeiro de saúde, pode executar sozinho/a

4. Bibliografia / Outros Recursos

DEANS, Anne (2005): *A Bíblia da Gravidez*, Editorial Estampa.

Era uma vez o Corpo Humano (1991), Pnaneta-Agostini.

FIGUEIREDO, N. M., (2006): *Tratado prático de enfermagem*. Ed. Yendis.

MANSO, Carlos, (1997): *Bioquímica humana*, 2ª ed. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

OLIVEIRA, J. B., (2003): *Exames laboratoriais para o clínico*. Ed. Guanabara. PONCE, Pedro, (2005): *Manual de terapêutica médica*, Lisboa, Lidel.

SEELEY, R., STEPHENS, T., TATE, P., (1997): *Anatomia e Fisiologia*. Lisboa, Lusodidacta.

WORLD HEALTH ORGANIZATION, (2000): *The World Health Report 2000: health systems: improving performance*. Geneve. WHO.

ZUIDEMA, G. D., SCHLOSSBERG, L. (1997): *Atlas de Anatomia Funcional Humana*. Lisboa, Instituto Piaget.

MÓDULO 9

Cuidados na saúde infantil

Duração de Referência: **50 horas**

1. Apresentação

Este módulo apresenta o ambiente e as vivências próprias da pediatria, as suas características e actuações específicas.

Pretende-se que os alunos fiquem aptos a identificar e valorizar sintomas comuns, no sentido de alertar para o seu acompanhamento e seguimento. Para além disso, pretende-se que adquiriram competências para dar resposta imediata aos diversos sintomas comuns característicos das doenças da primeira infância.

Os alunos devem ficar aptos a Identificar a profilaxia vacinal e de procedimentos e a reconhecer as principais doenças infecto-contagiosas, alimentares e outras que podem ser evitáveis no universo infantil.

2. Objectivos de Aprendizagem

- Identificar na generalidade os Direitos e Deveres da Criança;
- Identificar as características gerais das diferentes fases do desenvolvimento infantil;
- Caracterizar os diferentes tipos de cuidados prestados nos serviços de saúde infantil;
- Identificar sinais de alerta no âmbito das actividades diárias à criança;
- Executar as tarefas que se integram no âmbito de intervenção do Auxiliar de Saúde sob orientação e supervisão de um profissional de saúde;
- Distinguir as tarefas que têm de ser executadas sob supervisão directa do profissional de saúde das que podem ser executadas sozinho;
- Demonstrar interesse e disponibilidade na interacção com utentes;
- Manter autocontrolo em situações críticas e de limite;
- Agir em função das orientações do profissional de saúde;
- Reconhecer o impacte das suas acções na interacção e bem-estar emocional de terceiros;
- Reconhecer a importância da sua actividade para o trabalho de equipa multidisciplinar;
- Assumir uma atitude pró-activa na melhoria contínua da qualidade, no âmbito da sua acção profissional;

TÉCNICO/A AUXILIAR DE SAÚDE
Módulo 9: Cuidados na saúde infantil

- Cumprir as normas de segurança, higiene e saúde no trabalho, assim como preservar a sua apresentação pessoal;
- Agir de acordo com normas e/ou procedimentos definidos no âmbito das suas actividades;
- Adequar a sua acção profissional a diferentes públicos e culturas;
- Prever e antecipar riscos;
- Demonstrar segurança durante a execução das suas tarefas;
- Revelar concentração na execução das suas tarefas;
- Manifestar a promoção da humanização do serviço no desenvolvimento das suas actividades.

3. Âmbito dos Conteúdos

1. Os direitos e deveres da criança
 - 1.1. Conhecimento dos direitos e deveres do adulto e da criança
 - 1.2. Conhecimento da carta de direitos da criança hospitalizada
 - 1.3. Respeito pelas crenças e valores
2. Marcos de crescimento esturo-ponderal e psicomotor dos 0 aos 3 anos com especial incidência para o primeiro ano de vida
 - 2.1. Percentis de peso
 - 2.2. Percentis de comprimento
 - 2.3. Percentis de perímetro cefálico
 - 2.4. A obesidade Infantil
3. A alimentação no primeiro ano de vida
 - 3.1. Aleitamento materno
 - 3.2. Leites adaptados
 - 3.3. Biberões
 - 3.4. Limpeza e esterilização dos equipamentos usados na alimentação
 - 3.5. Diversificação alimentar
4. Necessidades nutricionais específicas

TÉCNICO/A AUXILIAR DE SAÚDE
Módulo 9: Cuidados na saúde infantil

5. Sintomas comuns na infância
 - 5.1. Febre
 - 5.2. Vômitos
 - 5.3. Diarreia
 - 5.4. Dor abdominal / Cólicas abdominais
 - 5.5. Tosse
 - 5.6. Rinorreia
 - 5.7. Lesões cutâneas
6. Criança doente e causas fisiológicas de maior susceptibilidade na 1ª infância
 - 6.1. Noções sobre doenças exantemáticas
7. Conceito de morbilidade e mortalidade infantil
8. A prestação de cuidados de saúde infantil
 - 8.1. O apoio nos cuidados na maternidade/berçário
 - 8.2. O apoio nos cuidados especiais para recém-nascidos
 - 8.3. O apoio nos cuidados na unidade de internamento de pediatria
 - 8.4. O apoio nos cuidados na consulta de pediatria
9. Acompanhamento da criança nas actividades diárias
 - 9.1. Alimentação
 - 9.2. Eliminação
 - 9.3. Higiene e hidratação
 - 9.4. Sono e repouso
 - 9.5. A relação com a criança e família: a ansiedade, o medo e as crenças associados à hospitalização
 - 9.6. Noções de segurança e prevenção de acidentes no universo infantil enquanto intervenientes passivos / activos nas actividades diárias
 - 9.7. A importância da ocupação dos tempos livres
10. Âmbito de intervenção do/a Auxiliar de Saúde
 - 10.1. Tarefas a executar sob supervisão directa de um Enfermeiro
 - 10.2. Tarefas a executar sozinho/a, sob orientação de um Enfermeiro

4. Bibliografia / Outros Recursos

BRAZELTON, T., SPARROW, J. (2004): *A Criança e a Alimentação*, Lisboa, Editorial Presença.

BRAZELTON, T., SPARROW, J. (2004): *A Criança e a Higiene*, Lisboa, Editorial Presença.

DEANS, Anne (2005): *A Bíblia da Gravidez*, Lisboa, Editorial Estampa.

FIGUEIREDO, N. M., (2006): *Tratado prático de enfermagem*. São Paulo, Yendis Editora.

NETO, Ana Serrão (2005): *Conheça Melhor o seu Bebê*, Temas e Debates, Coimbra, Editora Almedina.